



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

DISTINÇÕES, RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO POR MEIO DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR: UMA LEITURA DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL NOS PROCESSOS DAS RELAÇÕES ENTRE NATUREZA, CULTURA E HOMEM

DISTINCTIONS, RELATIONS AND IMPLICATIONS IN KNOWLEDGE PRODUCTION THROUGH THE INTERDISCIPLINARY RESEARCH: A READING OF HISTORICAL-CULTURAL THEORY IN PROCESSES OF RELATIONS BETWEEN NATURE, CULTURE AND MAN

Jocélia Barbosa Nogueira
 jocelia.bnogueira@hotmail.com¹
 Maria Rita Santos da Silva
 mariarita.dmt@gmail.com²
 Elenize Cristina Oliveira da Silva
 elenize_oliveira@yahoo.com.br³

Resumo: O artigo visa conhecer o processo de desenvolvimento da Teoria Histórico-Cultural a partir dos estudos de Vigotsky e seus colaboradores, bem como conhecer os conceitos que embasam tal teoria, principalmente na pesquisa em Educação no Brasil e, em especial, na região Amazônica. Apresenta análise em Leontiev sobre o desenvolvimento do psiquismo e enfatiza que em Karl Marx, fundador do socialismo científico, o homem é concebido como um ser social, provido de relações com o mundo através de seus órgãos individuais que são imediatamente órgãos sociais. Como desafio, o estudo nos remete ao homem e a cultura e, no eixo homem histórico-social, destaca a função da escola como instituição social e os efeitos de suas relações numa sociedade mais desigual, o que implica em rever a práxis docente e a função social da escola e o que nos revela de contraditório. Assim, compreender o desenvolvimento humano a partir do marxismo é ver-se capaz de eliminar abstrações e construir ações concretas seguindo o método da compreensão dos fenômenos, devidamente destituídos do campo imaginário, e (res) significado nas mais variadas necessidades que o homem tem de intervir e modificá-lo, seguindo o movimento da ação dialética sobre o desconhecido à medida que o fenômeno se torne uma interpretação concreta do que ele é. As conclusões do estudo mostram que o processo das vivências de cada pessoa confirma o que compõe a sua personalidade e estas experiências é que darão sentido aos significados sociais do que extrai de suas particularizações e internalizações de tais significados.

Palavras-chave: Teoria histórico-cultural; Marxismo; Desenvolvimento humano; Região amazônica.

¹ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas-PPGE/UFAM - Brasil. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas - FACED/UFAM.

² Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas-PPGE/UFAM - Brasil. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas-FACED/UFAM.

³ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas-PPGE/UFAM. Professora do Curso de Letras da Universidade Federal de Roraima-CCL/CCLA/UFRR.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

Ao apresentar o desenvolvimento do psiquismo, Leontiev verifica que o homem como sujeito do processo social de trabalho, sob a ação de duas espécies de leis: as do campo biológico, que orientam as adaptações às condições e necessidades de produção, e as leis sócio-históricas, que regem o desenvolvimento das produções e os fenômenos engendrados por ela e por um terceiro estágio do Homo sapiens. Focalizando ainda que o indivíduo aprende a ser um homem, pois o que recebe da natureza não é suficiente para atuar nela, secularizando a criação de geração em geração através do trabalho como criação essencial para as suas relações que dão origem a objetivação e subjetivação social.

Para Karl Marx, fundador do socialismo científico, o homem é concebido como um ser social, provido de relações com o mundo através de seus órgãos individuais que são imediatamente, órgãos sociais. Estas relações são concebidas como a expressão mais profunda da natureza das aptidões humanas que, de acordo com o autor, expressam as forças essenciais do homem.

A definição da função da escola como instituição social e os efeitos de suas relações numa sociedade mais desigual implica em rever (no caso dos educadores) a práxis docente e a função social da escola e o que isto nos revela de contraditório. Ou seja, de um lado, exerce a função de superação, de criação, de práxis e, de outro, expressa relação contrária quando legitima práticas reprodutoras ao representar os interesses do Estado servindo de aparelho ideológico coercitivo, impondo a lógica do ‘comando’ trazendo para o interior das escolas uma linguagem de fábrica, acelerando o ritmo do trabalho professor, tentando mecanizar a sua ação centrada na ideologia da “produtividade” e “competitividade”, visando a mais-valia. Nesse sentido, a escola é compreendida como agência disseminadora das desigualdades sociais existentes em uma sociedade capitalista, deixando de cumprir a sua principal função: promover uma prática educativa que dissemine o desenvolvimento do homem total.

Na interação do homem com o outro homem, o processo histórico é construído pelo homem. Na psicologia marxista, encontra-se a perspectiva de desenvolvimento social, pois é o social que delinea o nosso desenvolvimento. As pesquisas atuais vêm confirmar essas ideias. As relações sociais estabelecidas são redes onde a cultura se ramifica possibilitando a produção do conhecimento, bem como o desenvolvimento da pesquisa que advém dessas experiências sociais. São elas responsáveis pela transformação dos diversos modos de vida e de culturas, marcadas no processo de humanização-cultural que se materializa nos objetos, na realidade. O desenvolvimento humano está fora dele e se concretiza a partir das interações e das relações



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

dialéticas do homem com o mundo. Por isso a pesquisa é o modo de produção interdisciplinar dos fenômenos que compõe a realidade e possível caminho para o desenvolvimento da produção do conhecimento e certamente do desenvolvimento humano. É o exercício de uma dialética do externo entre o interno, ou seja, o conhecimento construído pela pesquisa interdisciplinar promove ao homem a capacidade de concretizar as interações com o conhecimento da realidade, posto que

O conhecimento não é estático. Ele possui movimentos que se manifestam pelo processo dialético que compõem a realidade e mostra-se por infinitudes de vias de ação/ percepção humana. Existe uma possibilidade de o pesquisador apreender ou não esses movimentos. Dai decorre o limite político do pesquisador. O exercício da pesquisa contribui para o exercício do pensamento crítico por meio de “aproximações sucessivas” da realidade nacional, regional e local. Estamos diante de um desafio para a formação do professor pesquisador na perspectiva interdisciplinar apresentada por Marx: devemos fazer uma crítica do objeto investigado, tendo como foco a ação política que reflete o posicionamento do sujeito que pesquisa. (NOGUEIRA E MOURÃO, 2015, p.91)

Desenvolvimento

A partir de Newton Duarte se aprofundaram conceitos com o estudo da obra *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. No primeiro capítulo surgem dois eixos estruturantes da relação entre objetivação e apropriação: 1) a relação entre objetivação e apropriação: dinâmica própria da atividade vital humana e geradora do processo histórico e 2) a relação entre objetivação e apropriação como mediadora entre a formação do indivíduo e a história do gênero humano. Este capítulo foi um apelo do autor ao instigar o leitor para a sua mesa de trabalho. No segundo capítulo, a humanização e alienação questionam: 1) O que é o homem? 2) Humanização e alienação na objetividade do ser do homem e na apropriação do ser objetivado; 3) O homem como um ser social: a superação da “naturalidade” das relações sociais alienadas; 4) A atividade consciente e sua alienação e 5) Universalidade e liberdade.

Os estudos da Tese de Doutorado do Newton Duarte intitulada “A formação do indivíduo e a objetivação do gênero humano” (categorias iniciais de uma reflexão sobre o processo de formação do indivíduo numa perspectiva histórico-social) tem fortalecido a estruturação dos eixos da temática. Em cada trecho lido procura-se associar a esta necessidade de clareza teórica e inter-



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

relacioná-lo ao foco da investigação. Em Gramsci (1978-38), que Newton Duarte faz em sua Tese, ao se reportar o que é o homem, “queremos dizer: o que é que o homem pode se tornar, isto é, se o homem pode controlar seu próprio destino, se ele pode ‘se fazer’, se ele pode criar sua própria vida” faz-se a relação ao objeto de estudo quando da necessidade de saber em que o pedagogo deve se tornar.

Em Vigotsky há uma visão experiencialista fazendo compreender que a função dessas relações se dá no confronto do interior com o exterior, do conflito e da contradição em um processo dialético. Nele entende-se que a natureza psicológica da pessoa é o conjunto de todas as capacidades humanas: experiências transferidas para dentro. Tudo o que constrói o homem é resultante de suas relações pessoais. Para analisar o desenvolvimento, Vigotsky acrescenta em suas análises a respeito das capacidades humanas a metáfora da crosta terrestre, dando sentido ao objeto, ou seja, o sentido é um processo significativo sobre o objeto.

Em “Atividade e linguagem” o autor chama atenção para atividade como sendo tudo aquilo que fazemos através de objetivos a alcançar e que envolve processos da cognição e afetividade, cognição e emoção que leva o aluno a desenvolver os órgãos da individualidade, os considerados imateriais, os das funções superiores. A reflexão da práxis move caminhos em direção da construção de novos olhares sobre a importância de desenvolver a docência, considerando a experiência social, sua e de seus alunos como a base da formação humana, indicando-nos que a unidade afetivo-cognitiva se estabelece como referência para a mediação nas relações dos sujeitos com o conhecimento.

A partir das relações que o sujeito mantém com as objetivações humanas e com as relações que este estabelece com a realidade, intensifica em-si o processo de humanização e para-si a consciência de tais objetivações, tornando-as apropriações, o que define, organiza e conduz a sua práxis. A relação entre a objetivação e apropriação aponta a relação existente entre sujeito e história, por ser a própria atividade humana a geradora da história. O homem, como ser social, realiza os dois movimentos: se apropria e, ao mesmo tempo, é mediador da própria história quando da capacidade de superação da “naturalidade” das relações sociais alienadas. Sendo possível considerar que a consciência se refrata no objeto de sua atenção/atração/apreensão/ação no interior das relações ativas.

Nesse sentido, compreender o desenvolvimento humano a partir do marxismo é ver-se capaz de eliminar abstrações e construir ações concretas seguindo o método da compreensão dos fenômenos, devidamente destituídos do campo imaginário, e (res) significado nas mais variadas necessidades que o homem tem de intervir e modificá-lo, seguindo o movimento da ação dialética



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sobre o desconhecido à medida que o fenômeno se torne uma interpretação concreta do que ele é. Pois, assim, entendendo a psicologia fundamentada no Materialismo Histórico objetiva-se entender o homem concreto. Para Vigotsky, a natureza psicológica do homem deve ser entendida em movimento, como resultado de todas as suas ações em constantes processos de configuração da própria pessoa como indivíduo único.

O processo das vivências de cada pessoa confirma o que compõe a sua personalidade e estas experiências é que darão sentido aos significados sociais do que extrai de suas particularizações e internalizações de tais significados. O sentido que a escola dá às vivências de cada criança é que precisa ser entendido como um processo de construção que se delinea de estruturas manifestadas através da cultura presente em todas as suas mediações cotidianas. Essa mediação é, com efeito, a capacidade que o homem tem de reelaborar a cultura e transformar ações, superar a naturalidade e contrariar a ordem e a lógica do ‘comando’ que traduz uma sociedade capitalista centrada na produção e na mecanização da ação humana por outra lógica: a de humanizar-se e tornar-se um homem total.

Vigotsky e a escola como centro de humanização do indivíduo

Vygotsky, psicólogo russo, com formação basicamente constituída na área de medicina e direito, sendo enriquecida em outras que ampliaram seu conhecimento, desenvolveu sua produção psicológica basicamente em Moscou, onde faleceu em 1934 aos 38 anos de idade. É importante considerar que os fundamentos marxistas são aspectos importantes nos estudos, análises e constituição das obras de Vigotsky. Em se tratando de suas obras, é bastante difundida a afirmação de que o homem é um ser social e o questionamento referente se ele também não é um ser natural, por ser regido por leis biológicas e, sendo assim, como ele se torna um ser histórico-social?

Diante do questionamento, Oliveira (2006) esclarece que não há possibilidade de um indivíduo constituir-se somente a partir dos aspectos naturais, ou seja, ser regido somente pelos aspectos biológicos, pois ele estabelece interações as mais diversas no ambiente em convivência com outros indivíduos. Portanto, não há possibilidade de uma vida histórico-social sem considerar o indivíduo como um ser biológico.

Com origem nos primórdios do século XX, as obras de Vigotsky são de relevante contribuição para o campo da Psicologia e da Educação e tem sido objeto de pesquisas em nível nacional e internacional. Entre suas obras, tem referenciado muitos estudos os livros *Formação*



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

social da mente e Pensamento e linguagem, e a coletânea *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* com textos de Vigotsky, Leontiev e Luria.

Na educação brasileira, Vigotsky defende que o desenvolvimento humano ocorre na relação com as vivências das crianças e do próprio adulto, relação com a atividade tanto externa quanto interna. Ele chama a atenção para o fato de que

[...] o processo de desenvolvimento das funções psíquicas especificamente humanas, que ele denomina de funções psíquicas superiores, depende de leis sociais objetivas e ocorre por meio da apropriação da produção social acumulada historicamente. Não está submetida às leis biológicas, mas as leis sócio-históricas: as desigualdades entre os homens não provem das suas diferenças biológicas naturais. Elas são produtos da desigualdade econômica. (OLIVEIRA, 2006, p. 35).

Nesse sentido, o desenvolvimento do indivíduo e a aprendizagem são produtos de um processo que se encontram interligados entre história individual e história social. Vigotsky defende que o desenvolvimento é mais lento do que a aprendizagem e que este último não é desenvolvimento, mas resulta de adequação organizada na busca de ativar processos de desenvolvimento. O autor pressupõe que a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar, mas que não implica necessariamente uma continuidade direta entre os dois aspectos: “[...] a primeira vez nas atividades coletivas, nas atividades sociais, ou seja, como funções intersíquicas; a segunda, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, como funções intrapsíquicas (VYGOTSKY, 1991, p. 14).

Diante do exposto, constata-se que o papel da educação é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, nas ligações entre história social e individual. A ideia a se ressaltar aqui é a de que as funções mentais superiores do indivíduo (percepção, memória, pensamento) desenvolvem-se na sua relação com o meio sociocultural, relação essa que é mediada por signos.

Assim, o pensamento, o desenvolvimento mental e a capacidade de conhecer o mundo e de nele atuar é uma construção social que depende das relações que o indivíduo estabelece com o meio. Nesse processo de desenvolvimento das funções mentais superiores, tem prioridade, então, o plano interpsíquico, o interpessoal, o social.

Esse processo é culturalmente organizado, destacando-se aí o papel específico da educação escolarizada com implicações na produção social que emerge da atividade humana, que é social,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

planejada, organizada em ações e operações e socializada, subordinada à criação de meios técnicos e semióticos. Nesta direção, a humanização da educação e da escola é, ao mesmo tempo, processo e produto. Como produto, é o espaço novo da educação do indivíduo ativo, que aprendeu a viver junto aos seus pares, na empreitada da formação e da produção social, da cultura, das relações humanizadas.

É importante destacar que, um dos aspectos de grande relevância referendado por Vigotsky, trata-se do processo de apropriação cultural enquanto papel mediador da linguagem. Para ele, a linguagem tem um papel importante na formação da consciência, compreendida na relação de síntese entre organismo e ambiente, pois sua construção está ligada ao pensamento dialético e, portanto, busca compreendê-la no quadro das relações contraditórias e dialéticas entre um constructo objetivo e racional de significados e uma criação individual e subjetiva de sentidos.

Para Vigotsky, a linguagem é desde o início social e ambientalmente orientada e desenvolvida no indivíduo por um processo intrapsíquico, destacando-se nesse momento o discurso egocêntrico, ou seja, a fala de uma criança em processo de aquisição da língua é inicialmente social, evocando o meio externo, e gradativamente se torna um sistema de signos. A distinção que Vigotsky faz entre sentido e significado da palavra, pelo que isso traz de contribuição para as relações entre eles em situações de interdependência entre pensamento e fala, entre fala interior e fala exterior, entre sentido e significado, entre homem e mundo. (DUARTE, 2006).

Assim, a educação escolar é um processo intencional e sistematizado com a finalidade de ampliar processos de humanidade e de consciência histórica no indivíduo. A apropriação de conhecimentos científicos, de acordo com Duarte (2006), levará o indivíduo a conhecer de forma mais concreta, pela mediação, abstrações e compreender melhor a realidade em que ele vive.

Mendonça; Miller (2006), ao tratar sobre o ato de educar destaca que a função humanizadora da escola constitui-se em defesa de uma rica formação cultural como instrumentalização crítica para se entender a realidade visando a sua transformação, pois a apropriação do saber escolar torna-se uma necessidade, já que produz a elevação cultural dos indivíduos. Entende-se que a cultura é um produto da própria ação humana, um produto que se materializa em artefatos, em ideias e concepções da realidade.

O que se espera é que na escola a aprendizagem se constitua em uma fonte de desenvolvimento dos conceitos científicos, pois ela é determinante do desenvolvimento intelectual do indivíduo. Para Vigotsky, o problema dos conceitos científicos: “é uma questão de ensino e desenvolvimento, uma vez que os conceitos espontâneos tornam possível o próprio fato



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

do surgimento desses conceitos a partir da aprendizagem que é fonte de seu desenvolvimento”. (MENDONÇA; MILLER, 2006. p. 135.).

O ensino escolar, na visão de Vigotsky não pode ser identificado como desenvolvimento, mas sua realização eficaz resulta no desenvolvimento intelectual, ou seja, o bom ensino é aquele que adianta os processos de desenvolvimento. Para explicar as possibilidades de a aprendizagem influenciar o processo de desenvolvimento mental, Vygotsky formula o conceito de "Zona de Desenvolvimento Proximal" (ZDP). Ele define que:

[..] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes" (1984, p. 97).

De fato, a possibilidade de criar Zonas de Desenvolvimento Proximal no ensino e com isso, estimular uma série de processos internos e trabalhar com funções e processos ainda não amadurecidos, ajuda o profissional da educação enquanto instrumento significativo na orientação de seu trabalho. Assim, o trabalho escolar com a ZDP tem relação direta com o entendimento do caráter social do desenvolvimento humano e das situações de ensino escolar, levando-se em conta as mediações histórico-culturais possíveis nesse contexto.

Para Vigotsky, o indivíduo é capaz de fazer mais com o auxílio de outra pessoa (professores, colegas) do que sozinho. Sendo assim, o trabalho escolar deve voltar-se especialmente para esta "zona" em que se encontram as capacidades e habilidades potenciais, em amadurecimento e estas uma vez internalizadas, tornam-se parte das conquistas independentes da criança.

Góes (2001) chama a atenção a respeito do trabalho docente voltado para a "exploração" da ZDP e para a construção de conhecimentos, haja vista a complexidade da própria mediação escolar e das relações com o outro, alerta para o fato de que as interações de parceria e cooperação entre crianças e entre elas e o professor podem ser tensas e conflituosas, não podendo ser vistas estritamente no sentido de mediação harmoniosa e de caráter pedagógico homogêneo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do processo de formação do indivíduo é um dos pontos de preocupação de Vigotsky e suas considerações a respeito constituem uma grande contribuição de seu pensamento para o ensino escolar. Segundo este autor, para o conhecimento do mundo, os conceitos são imprescindíveis, pois com eles o sujeito categoriza o real e lhe conforma significados. (GÓES, 2001).

Ao tecer considerações sobre o sujeito que aprende, Leontiev (2004) explicita que, por não nascer sabendo sentir, pensar, avaliar, agir, a criança necessita aprender e esse processo é educativo. Para Vigotsky e seus colaboradores a aprendizagem promove o desenvolvimento e os seres humanos com a apropriação da cultura se desenvolvem. O conhecimento é condição para que o sujeito tenha uma relação com fatos e fenômenos, mediados por instrumentos simbólicos, ou seja, por conteúdos das diferentes áreas, o que retrata a importância da instituição de ensino, a escola.

Deve-se pensar na escola como centro de humanização do homem e perguntar: será que a escola está cumprindo com o seu papel? Educar é humanizar e humanizar é criar necessidades.

REFERÊNCIAS

- BISSOLI, M. F. *Educação e desenvolvimento da personalidade da criança: contribuições da Teoria Histórico-Cultural*. 2005. 281 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102230/bissoli_mf_dr_mar.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 out. 2016.
- DUARTE, Newton. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: críticas as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- DUARTE, N. *A individualidade para-si*: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1999.
- GÓES, M.C. A construção de conhecimentos e o conceito de zona de desenvolvimento proximal. In: MORTIMER, E.F.; SMOLKA, A.L.B. (Org.). *Linguagem, cultura e cognição*: reflexões para o ensino e a sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

_____. O homem e a cultura. In: _____. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. p. 259-284.

LURIA, A. R., et al. *Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MENDONÇA, Sueli G.L; MILLER, Stela (Orgs). *Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas*. Araraquara: Junqueira&Marin, 2006.

NOGUEIRA, Jocélia Barbosa; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. Trabalho e educação: desafios em formar o professor pesquisador na perspectiva interdisciplinar na região amazônica. In: FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; BARBOSA, Walmir de Albuquerque *Diálogos Interdisciplinares e Educação*. Manaus: Editora Valer, 2015.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. Fundamentos filosóficos marxistas da obra de Vigotskiana: a questão da categoria de atividade e algumas implicações para o trabalho educativo. In: MENDONÇA, Sueli G.L; MILLER, Stela (Orgs). *Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas*. Araraquara: Junqueira&Marin, 2006.

VYGOTSKY, L.S. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: _____. *Quarta aula: o problema do meio na pedagogia*. Psicologia USP, São Paulo, 2010, 211(4), 681-701.

_____. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

EDUCAÇÃO E CULTURA NA FORMAÇÃO DE DOCENTES INDÍGENAS EDUCACIÓN Y CULTURA EN LA FORMACIÓN DE MAESTROS INDÍGENAS

Elciclei Faria dos Santos¹
elcicleisantos@hotmail.com

Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel²
valeriaweigel@hotmail.com

Resumo

O texto refere-se à experiência sobre o processo de educação de professoras e professores indígenas mura, munduruku e sateré-mawé no Curso de Formação de Professores Indígenas (FPI) ofertado pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, analisando os confrontos interculturais articulados neste processo. As análises fundamentam-se nos conceitos de educação, cultura e interculturalidade na formação, trabalhando dados construídos através da investigação da prática docente e da observação direta de situações pedagógicas. A compreensão do processo evidencia questões postas pelas diferentes lógicas envolvidas na articulação entre índios e não-índios, tanto na sala de aula, quanto fora dela.

Palavras-chave: educação; docentes indígenas; interculturalidade.

INTRODUÇÃO

As experiências que socializamos focalizou o processo de planejamento e desenvolvimento de disciplinas do Curso de Formação de Professores Indígenas (FPI) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), envolvendo três turmas – mura, munduruku e sateré-mawé. Centramos nossas análises nas diferentes etapas de formação geral e formação específica, nas três áreas – Ciências Humanas e Sociais; Ciências Exatas e Biológicas; Letras e Artes – que compõem o currículo do Curso. As experiências revelaram confrontos interculturais e tensões vivenciadas no processo de planejamento, desenvolvimento e finalização das disciplinas ministradas pelas autoras.

O Curso Formação de Professores Indígenas

¹ Professora da Faculdade de Educação - FACED/UFAM. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/FACED/UFAM.

² Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/FACED/UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O Curso Formação de Professores Indígenas (FPI) é resultante de solicitação da Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM), do município de Autazes, Amazonas. As primeiras discussões que culminaram com a proposta do Curso se deram no contexto de projetos de pesquisa³ desenvolvidos entre 2002 e 2009, com o povo Mura da região de Autazes/AM.

A proposta do Curso foi construída a partir do diálogo e empenho do Grupo de Pesquisa, professoras e professores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Organização de Professores Indígenas Mura (OPIM). No ano de 2005 a UFAM concorreu ao Edital⁴ do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), lançado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD⁵).

O Edital PROLIND lançado em 2005 convocava Instituições de Ensino Superior (IES) públicas a elaborar e submeter propostas de Cursos de Licenciatura Específicas direcionadas à formação de docentes indígenas e apoio à permanência de estudantes indígenas, considerando as diretrizes político-pedagógicas formuladas e aprovadas pela Comissão Especial, criada pela Portaria nº 52, de 29 de outubro de 2004, para elaboração de políticas de educação superior indígena.

Dentre os objetivos do Edital destacavam-se três eixos: elaboração de proposta de curso; implantação de curso; e continuidade de curso em desenvolvimento. As propostas a serem apresentadas pelas universidades deveriam integrar ensino, pesquisa e extensão e promover a valorização do estudo de temas indígenas relevantes, tais como línguas maternas, gestão e sustentabilidade das terras e das culturas dos povos indígenas. Além disso, deveriam também promover a capacitação política de professores indígenas como agentes interculturais na promoção e realização dos projetos de futuro das comunidades indígenas (BRASIL, 2005).

O povo Mura foi o principal protagonista nesse processo desde o momento em que participou das pesquisas solicitou e participou ativamente da elaboração, implantação e desenvolvimento do Curso. Por ter sido a primeira turma específica, inaugurou na UFAM o embrião de uma política institucional para indígenas que até outubro de 2016 já ofertou oito turmas, atendendo à solicitação de uma grande diversidade de povos indígenas do Amazonas, incluindo o povo Munduruku da região do Tapajós no Pará.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Breve histórico das turmas mura, munduruku e sateré-mawé

As práticas pedagógicas que relatamos envolveram as turmas mura, munduruku e sateré-mawé, as três primeiras do Curso Formação de Professores Indígenas-FPI/FACED/UFAM. A turma Mura foi implantada em maio de 2008, no município de Autazes/AM, onde funcionou quase na sua totalidade, com exceção do último módulo que foi realizado em Manaus, no mês de abril de 2013. O Curso foi viabilizado por meio de um Convênio firmado entre a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Prefeitura Municipal de Autazes.

O processo seletivo específico foi realizado em Autazes, com sessenta (60) vagas ofertadas, que foram disputadas e preenchidas por professores, professoras e jovens mura indicados pelas lideranças de suas aldeias. Vale lembrar que assim que ingressaram no Curso, esses jovens assumiram a docência nas escolas indígenas.

A historiografia revela que o processo de contato do povo Mura com os colonizadores, os conflitos, as guerras e as políticas indigenistas do Estado brasileiro ao longo dos séculos, apagaram as línguas indígenas deste povo que atualmente é falante da língua portuguesa. Por solicitação da OPIM, a língua indígena da turma mura foi o *nheengatu*⁶.

A turma Munduruku foi a segunda a ser ofertada e conta com indígenas dos municípios de Borba/AM, Nova Olinda do Norte/AM e da região do Tapajós no Pará. O Curso foi implantado em março de 2011, no município de Borba/AM e funcionou naquele município de 2011 a 2013⁷. Foi firmado um Convênio entre a UFAM e a Prefeitura Municipal de Borba/AM.

O povo Munduruku do Amazonas é falante da língua portuguesa e no processo de discussão e adequação da matriz curricular do Curso, visando a retomada e revitalização da língua munduruku, a Organização dos Professores Indígenas Munduruku e Sateré-Mawé (OPIMS) solicitou que a política linguística do Curso contemplasse a língua munduruku não mais falada pelo povo Munduruku do Amazonas e, assim como ocorreu com a turma mura, a UFAM acolheu a decisão do povo.

A estratégia política utilizada pela OPIMS foi disponibilizar quinze (15) vagas para seus parentes munduruku da região do Tapajós/PA, os quais ainda são falantes da língua munduruku. A UFAM acolheu e respeitou essa decisão do povo. Cerca de dez (10) se



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

inscreveram e participaram do processo seletivo, mas somente oito (8) ingressaram no Curso, já que um candidato não havia concluído o Ensino Médio e a outra não justificou o motivo da desistência.

Não foram preenchidas todas as sessenta (60) vagas ofertadas pelo Curso. Dentre os que ingressaram na turma munduruku, há um professor sateré-mawé proveniente de uma aldeia habitada por seu povo, na região de Nova Olinda do Norte/AM. Este cursou o Magistério Indígena junto com o povo Munduruku e é bilíngue em sateré-mawé e língua portuguesa. No momento da matrícula, identificamos que alguns professores e professoras munduruku não efetivaram a matrícula, pois já cursavam outra licenciatura na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atualmente a turma é composta por quarenta e cinco (45) discentes.

A terceira turma foi ofertada ao povo Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá-Marau a professores e professoras oriundos dos municípios de Maués/AM e Barreirinha/AM. A turma foi implantada em outubro de 2011, em Maués, onde funcionou até 2013⁸. Da mesma forma que as turmas anteriores, foi firmado um Convênio entre a UFAM e a Prefeitura Municipal de Maués.

No processo de discussão e adequação da matriz curricular, lideranças junto com o presidente da Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé (OPISM) da área do rio Andirá, solicitou vagas para seus parentes da área do Andirá. Das vinte (20) vagas disponibilizadas, somente oito professores sateré-mawé se inscreveram, participaram do processo seletivo e ingressaram no Curso.

A política linguística da turma contempla a língua sateré-mawé que vem sendo ministrada por linguistas especialistas nessa língua. Embora a turma sateré-mawé seja bilíngue, os discentes têm dificuldade na oralidade, leitura, compreensão e escrita da língua portuguesa, portanto os confrontos interculturais são mais evidentes e têm desafiado o grupo de docentes, já que a língua de instrução do Curso é a língua portuguesa e a maioria de nós, não domina a língua materna do povo.

Das sessenta (60) vagas ofertadas só foram preenchidas cinquenta e seis (56). Lamentavelmente, houve muita desistência no ano de 2012, em função de um grupo de discentes sateré-mawé ter ingressado, paralelamente, em um curso Técnico em Enfermagem do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM). Outras desistências se deram no período em que o curso passou a funcionar em Manaus, no



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

primeiro semestre de 2013. Em outubro de 2013, perdemos um discente da área do Andirá por óbito. Atualmente são trinta e três (33) discentes frequentando.

Educação, cultura e interculturalidade na formação de docentes indígenas

As experiências educativas se deram em diferentes momentos, envolvendo os processos de discussão na universidade, nas aldeias, nas reuniões de planejamento, na sala de aula, nos seminários de avaliação dos módulos de disciplinas do Curso, nos costumes alimentares, entre outros.

Evidenciou-se o entendimento docente de que, ao discutir sobre educação, cultura e interculturalidade na formação de professoras e professores indígenas, fazia-se necessário desconstruir ideias etnocêntricas que levam a posturas equivocadas e preconceituosas frente ao “outro”, ao “diferente”, para os quais nós, docentes, somos para os indígenas, o “outro” o “diferente”. Nesse sentido, a convivência com as diversas culturas envolvidas, gerou mudança na postura e na prática pedagógica de docentes do Curso e nos discentes das turmas mura, munduruku e sateré-mawé, assim como nas pessoas envolvidas no processo.

Para analisar a postura e as práticas docentes nos fundamentamos a partir de conceitos teóricos de educação, cultura e interculturalidade. Como *educação* entende-se a transformação operada nos indivíduos, a partir da sua apropriação de explicações, códigos e significados capazes de direcionar ou redirecionar suas ações sobre o mundo; esta apropriação também é produzida pela educação formal exercida pelas instituições educacionais, como a escola e a universidade.

Como *cultura* entende-se o conjunto de significados que dão sentido lógico ao fazer humano, nas ações sobre o mundo e sobre si mesmo. Existem muitas definições do conceito de cultura que a Antropologia tem se ocupado, assim como as tentativas de reduzi-lo, acabou por limitar, reduzir, especificar, enfocar e contê-lo. Geertz (1989) defende um conceito de cultura semiótico e diz que:

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura de significado. É justamente o que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 1989, p. 15).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Entendemos e concordamos com a afirmação do autor de que as teias representam a cultura que vai sendo tecida, transformando e sendo transformada pelos membros de diferentes grupos humanos:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1989, p. 10).

Brandão (2013) afirma que a relação entre educação e cultura é mais do que apenas próxima, é absolutamente íntima, interativa e inclusiva. Entretanto, assim como acontece em outras áreas e práticas sociais próximas, costuma-se separar “a parte do todo”:

E assim, pensamos, por exemplo, que a educação, a pedagogia, o ensinar-e-aprender possuem uma relativa ou mesmo uma ampla autonomia. Essa é a razão pela qual em todo o mundo tardamos tanto em compreender o que a educação é – como tudo o mais que é humano e é criação de seres humanos – uma dimensão, uma esfera interativa e interligada com outras, um elo ou uma trama (no bom sentido da palavra) na teia de símbolos e saberes, de sentidos e significados, como também de códigos, de instituições que configuram uma cultura, uma pluralidade interconectada (não raro, entre acordos e conflitos) de culturas e entre culturas, situadas em uma ou entre várias sociedades (BRANDÃO, 2013, p. 12).

A *interculturalidade* é compreendida como o processo dialético entre dois ou mais sistemas culturais diferentes, dos quais resultam elementos que se configuram como *síntese* dessas culturas, elementos esses que, passam a integrar um dos sistemas culturais envolvidos. Significa dizer que nenhuma cultura articula-se com outra sem influenciá-la e sem ser influenciada.

Pensar na formação de professores e professoras numa perspectiva intercultural requer desnudar-se de preconceitos em relação às diferentes culturas. Ao mesmo tempo em que acolhe, compreende e respeita a diversidade humana se aceita a existência de visões e lógicas diferentes influenciando as relações de ensinar e aprender tanto na sala de aula quanto fora dela. Nesse sentido faz-se necessário refletir sobre a adoção de uma postura intercultural problematizadora já que:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A construção dos estados nacionais latino-americanos supôs um processo de homogeneização cultural em que a educação escolar exerceu um papel fundamental, tendo por função difundir e consolidar uma cultura comum de base eurocêntrica, silenciando ou invisibilizando vozes, saberes, cores, crenças e sensibilidades (CANDAUI, 2011, p. 242).

A compreensão do processo e das experiências pedagógicas evidenciou questões postas pelas diferentes lógicas envolvidas na articulação entre indígenas e não indígenas. O modo como se discute os conhecimentos no Curso FPI suscitou novas posturas no sentido de compreendermos como e de que maneira professoras e professores indígenas e não indígenas trabalham com os conhecimentos que explicam as diferentes realidades.

Espera-se que a educação escolar possa contribuir na humanização dos sujeitos envolvidos no processo, por isso mesmo deve partir do reconhecimento da diversidade, do trabalho coletivo, interdisciplinar envolvendo professores, professoras, estudantes e a comunidade escolar como um todo. De acordo com Pimenta (1999) é necessário pensar numa perspectiva de inserção cultural crítica e transformadora, com vistas a possibilitar o fortalecimento das identidades.

Essa necessidade se fortalece no momento em que as sociedades humanas começam a perceber e discutir sobre uma proposta de educação intercultural que emerge em contextos de lutas a exclusão social:

Surgem movimentos sociais que reconhecem o sentido e a identidade cultural de cada grupo social. Mas, ao mesmo tempo, valorizam o potencial educativo dos conflitos e buscam desenvolver a interação e a reciprocidade entre grupos diferentes, como fator de enriquecimento cultural e de enriquecimento mútuo. Assim, em nível das práticas educacionais, a perspectiva intercultural propõe novas estratégias de relação entre sujeitos e entre grupos diferentes. Busca promover a construção de identidades sociais e o reconhecimento das diferenças culturais. Mas, ao mesmo tempo, procura sustentar a relação crítica e solidária entre elas (FLEURI, 2001, p. 48)

Analisando os confrontos interculturais articulados aos processos de formação de professoras e professores indígenas nas turmas mura, munduruku e sateré-mawé, destacamos algumas experiências por nós vivenciadas em diferentes espaços.

Junto à turma mura, um episódio que envolveu duas docentes não-indígenas, um discente mura e uma liderança mura configura-se como exemplo emblemático deste confronto entre culturas. O discente mura havia assumido um comportamento considerado reprovável por sua liderança, durante a realização do curso na cidade de Autazes. Sabedor do ocorrido, a liderança mura deslocou-se de sua aldeia e, durante o



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

desenvolvimento da aula, pediu licença às professoras para entrar na sala de aula. Então, diante delas e dos demais discentes, proferiu severa repreensão ao discente considerado por ele malcomportado. Esta atitude da liderança surpreendeu as professoras da universidade, uma vez que, seguindo a lógica de sua cultura, jamais repreenderia o discente diante dos demais discentes.

Evidenciou-se também que um dos confrontos que mais desafiou docentes não-indígenas e discentes indígenas diz respeito à questão linguística, sobretudo nas turmas falantes de uma língua indígena, tendo o português como segunda língua. A coordenação do Curso os docentes do Curso não falam as línguas dos povos com quem trabalham. Observou-se que na turma sateré-mawé, para minimizar as dificuldades de comunicação, tanto nas aldeias quanto na sala de aula os discentes utilizam a tradução para a língua sateré-mawé daquilo que o professor profere, o que é feito por um discente sateré-mawé fluente na língua portuguesa. Desse modo, a aula se efetiva de maneira bilíngue.

Nos primeiros módulos do Curso, os docentes da universidade contaram com uma equipe do Setor de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/Maués). Esta equipe era constituída de professores sateré-mawé que apoiavam tanto na tradução durante as aulas, quanto na logística. Além disso, quando possível, trabalhou-se a disciplina com uma dupla de docentes não-indígenas, o que possibilitou acompanhar e dar maior atenção às dificuldades individuais provocadas pela questão linguística.

Por outro lado, também o desenvolvimento de processos educativos individuais – principalmente as avaliações da aprendizagem – provocaram confrontos culturais nas turmas. Na universidade e demais escolas não indígenas, o ensino é individual e cada estudante é responsável pelo seu aprendizado, pelas atividades e por suas notas. As culturas indígenas, embora estejam em contato com a sociedade envolvente, orientam-se por lógica que direciona a efetivação de posturas mais coletivas.

Assim, em sala de aula, durante a realização de atividades de avaliação (provas e trabalhos individuais), alguns discentes indígenas, com atitude descontraída, partilham entre si as respostas às questões propostas, dividindo entre si o acesso ao saber, da mesma forma como seus ancestrais partilhavam – muitos ainda partilham – o que caçam, pescam e plantam. Isto tem colocado à equipe de docentes do Curso o desafio de como lidar com



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

processos de aprendizagem individuais se as culturas indígenas mantêm princípios coletivos.

Outro confronto intercultural se estabelece no desenvolvimento das práticas educativas, que dizem respeito à *escrita*. Os povos indígenas caracterizam-se por utilizarem a *oralidade* como mecanismo fundamental de seus processos de construção da existência. Daí depreende-se que o domínio da escrita – seja língua indígena, seja língua portuguesa – configura-se como grande dificuldade para os discentes indígenas que precisam utilizá-la como instrumento primordial na sua formação acadêmica. Outrossim, aos docentes do Curso a *escrita* representa um desafio pedagógico diante das dificuldades apresentadas pelos estudantes indígenas durante a elaboração das atividades acadêmicas.

Também as formas de explicação da realidade – os conhecimentos – são apontados como um significativo elemento de confronto entre as culturas articuladas no desenvolvimento do trabalho pedagógico. O conjunto dos conteúdos veiculados no processo ensino-aprendizagem é constituído pelos conhecimentos das várias ciências, os quais representam explicações destituídas de elementos míticos ou sagrados. As ciências, enquanto produto fundamental da cultura da sociedade envolvente, existem paralelamente às religiões que são as explicações baseadas em critérios sagrados. Por seu turno, de acordo com Eliade (1988), as culturas indígenas caracterizam-se por conhecimentos que são explicações totalizantes sobre o mundo, isto é, veem a natureza e o homem sem operar a separação entre sagrado e profano. Na produção de sentidos e significados, os indígenas usam categorias míticas e mágicas que tecem, tanto para inanimados e seres vivos, quanto para humanos, a participação numa realidade transcendente. Em sala de aula os discentes indígenas por vezes se contrapõem, discordando das explicações científicas dadas pelos docentes.

Evidenciou-se ainda um elemento cultural que tem mediado confrontos interculturais no processo pedagógico do Curso: este elemento é o *tempo*. De acordo com Eliade (1988), nas culturas indígenas a concepção de *tempo* é vivida de modo diferente, pois é experimentado de forma descontínua, vivenciado na repetição ritual dos acontecimentos fundantes da existência, contrapondo-se à irreversibilidade dos acontecimentos que é assumida pela cultura da sociedade envolvente. Por experimentarem um *tempo* diferente, os docentes relatam que os discentes indígenas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

encontram dificuldades para viver a organização de atividades pedagógicas que obedecem a outro ritmo temporal, exigindo-lhes imediato cumprimento de tarefas.

A alimentação é um dos elementos com que temos nos confrontado e ela influencia diretamente no processo pedagógico. Mesmo que haja discussão prévia com os fornecedores da alimentação dos discentes antes de iniciarem-se os módulos, inclusive com a possibilidade de elaborar cardápio juntamente com os indígenas, as experiências são conflituosas. Segundo Leonardo, o ato de comer não significa apenas ingerir alimentos, mas tem um significado pessoal, social e cultural, pois,

Alimento é um dos requerimentos básicos para a existência de um povo, e a aquisição desta comida desempenha um papel importante na formação de qualquer cultura. Os métodos de procurar e processar estes alimentos estão intimamente ligados à expressão cultural e social de um povo (LEONARDO, 2009, p. 2).

Portanto, os confrontos culturais alimentares estão diretamente relacionados ao tipo de alimento servido e às formas de preparo. A nossa experiência revela que a maioria dos docentes indígenas, prefere peixe cozido ou assado, com pouco condimento. Se a opção for carne, optam pelo cozido, com bastante caldo ou assada na brasa. Quanto aos acompanhamentos, dependendo do prato principal, aceitam arroz, feijão, macarrão, salada, mas não pode faltar farinha de mandioca, preferencialmente a regional. Muitos discentes levam sua farinha, pois não se acostumam com a farinha servida. Embora sejam orientados, os fornecedores insistem em servir alimentos industrializados, condimentados e gordurosos que acabam por provocar desconfortos abdominais, como diarreia, vômito e outras complicações que influenciam diretamente nas práticas pedagógicas.

Considerações finais

A experiência evidenciou que a educação formal processada a indígenas – sabendo-se que a educação é um processo que contribui no processo de humanização – deve partir de uma perspectiva intercultural no processo de formação dos sujeitos envolvidos. O confronto entre o sistema cultural da sociedade ocidental – vivido pelos docentes não indígenas – e os sistemas culturais dos três povos articulados no desenvolvimento do Curso produz elementos interculturais, principalmente no que se refere à linguagem, às práticas didáticas, às avaliações e à alimentação, evidenciando aos





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

docentes da universidade haver a necessidade de repensar constantemente a forma de efetivação do Curso e das práticas pedagógicas.

Notas

- ³ Pesquisas realizada pelo Grupo de Pesquisa Formação do Educador(a) no Contexto Amazônico, ligado à Linha 3 do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FACED/UFAM), financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).
- ⁴ É importante registrar que a OPIM buscou informações e indicou as docentes do Grupo de Pesquisa sobre a abertura do Edital PROLIND.
- ⁵ Atualmente Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).
- ⁶ “Nheengatu”, termo divulgado por Couto de Magalhães para denominar a “Língua Geral” a partir da segunda metade do século XIX, utilizada como língua franca pelos colonizadores para minimizar os obstáculos devido às dificuldades de comunicação originadas pelas diferenças de línguas indígenas (FREIRE, 1991). O povo Mura foi falante de nheengatu, mas atualmente é falante da língua portuguesa. No curso, em uma das atividades da disciplina nheengatu, os discentes da área de Letras e Artes pesquisaram e coletaram palavras em nheengatu faladas por uma senhora mura.
- ⁷ A partir de março de 2014, o Curso passou a funcionar no Centro de Formação de Professores Indígenas, localizado na Fazenda Experimental (FAEXP/UFAM), e deverá ser finalizado no segundo semestre de 2016.
- ⁸ Desde março de 2014, o Curso passou a funcionar no Centro de Formação de Professores Indígenas, localizado na Fazenda Experimental (FAEXP/UFAM) e deverá ser finalizado no primeiro semestre de 2017.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Algumas palavras sobre a cultura e a educação. In: ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. *Antropologia e Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 (Coleção temas e Educação; 10).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior (SESU). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). *Edital de convocação nº 5, de 29 de junho de 2005*. Disponível em: www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Edital+prolind+2005. Acesso em 14/01/2016.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, p. 240-255, Jul/Dez 2011.
- ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios à educação intercultural no Brasil. *Educação, Sociedade e Cultura*, n. 16, pp. 45-62, 2001.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da “fala boa” ao português na Amazônia brasileira*. Disponível em: www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Nheengatu+da+fala+boa+ao+portugu%C3%AAs+brasileiro+Ribamar=bessa+Freire. Acesso em: 10/10/2016.
- GEERTZ, Clifford. Uma Descrição densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: _____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 3-21.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (26ª reimpressão).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: ____ (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999. p.15-34.

LEONARDO, Maria. Antropologia da Alimentação. In: *ANTROPOS - Revista de Antropologia*, v. 3, ano 2, dezembro de 2009. Disponível em: <http://revista.antropos.com.br/download/dez2009/Artigo%201%20%20Antropologia%20da%20Alimenta%E7%E3o%20-%20Maria%20Leonardo.pdf>





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

EDUCAÇÃO FÍSICA EM CRECHE: UMA REFLEXÃO NA PERSPECTIVA DA TEORIA ELIASIANA

Sally Ataide Miguel¹

sallyataide@oi.com.br

Gláucio Campos Gomes de Matos²

glauciocampos@bol.com.br

Rita Maria dos Santos Puga Barbosa³

ritapuga@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão das práticas pedagógicas da Educação Física escolar na Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes, entendendo as relações de interdependências entre a criança e o adulto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com trabalho de campo, de abordagem qualitativa. Sob a luz da teoria do processo civilizador de Norbert Elias, buscamos identificar as contribuições da Educação Física infantil que incide no moldar das condutas e comportamentos para a inserção social do indivíduo. Apropriamos-nos de jogos psicomotores e as regras sociais como mecanismo que contribui nesse processo, entendendo que é atribuído à escola o papel de regular o comportamento infantil para vida coletiva.

Palavras-Chaves: Educação Física; Criança; Processo Civilizador; Creche.

ABSTRACT

This article aims to reflect the pedagogical practices of Physical Education in the Municipal Nursery teacher Eliana Freitas Moraes, focusing on the relationship of interdependence between the child and the adult. In the light of the theory of the civilizing process of Norbert Elias, we seek to identify the contributions of child physical education that focuses on shaping the conduct and behavior for social inclusion of the individual. Appropriated us psychomotor games and social rules as a mechanism that contributes to this process, understanding that is attributed to the school's role to regulate children's behavior to collective life.

Key Words: Physical Education; Child; Civilizing Process; Daycare.

¹ Licenciada em Educação Física, Pós-graduada em Educação Infantil e Psicomotricidade, mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia.

² Prof. Dr. da Faculdade de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

³ Licenciada, Doutora e Pós-Doutora em Educação Física, docente inativa UFAM, credenciada PPGSCA-ICHL-UFAM .



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

Na teoria eliasiana, podemos constatar que cada ser ao nascer, ao ser inserido em um grupo social, necessita ser civilizado, pois controlar suas pulsões e emoções é no mínimo o que se espera do indivíduo para que seja bem visto socialmente. Moldar o comportamento é uma exigência do processo pela qual a sociedade passa no curso de sua história. Esse processo inicia na infância e acompanha o indivíduo ao longo de sua jornada. Portanto é no cotidiano que se constata o controle dos impulsos, como mostra-se nos argumentos de Le Boulch (1982, p.39),

A atitude das pessoas em relação à experiência da criança frente ao objeto é fundamental, porque condiciona a forma como a criança vive sua atividade corporal. [...] o meio humano deve fazer que a criança aceite certos limites na sua atividade e incitá-la a protelar certas experiências, não seja mais que por razão de segurança. A criança fará assim a experiência do “princípio da realidade”, origem da atividade de controle, a qual poderá influir sobre seus impulsos.

Atitudes individuais a favorecer a vida em grupo, sob o olhar da Teoria do Processo Civilizador, são aprendidas na tenra idade facilitando posteriormente a organização da sociedade. Apropriando-nos de jogos psicomotores buscamos fazer a criança entender as relações de dependência e interdependência inerentes à constituição de modos e comportamentos individuais e em sociedade. Os jogos trazem em si, a vivência de suas especificidades e regras de condutas exigidas para a boa convivência em grupo, sendo um mecanismo pedagógico utilizado como meio de compreensão das regras sociais. Vayer (1989, p.63) explica que,

“Como a criança joga com os braços, pernas e todo corpo [...] ela trará conhecimento com o mundo exterior. Com o prosseguimento desse jogo, por ações cada vez mais diferenciadas, cada vez mais ajustadas, ele torna-se consciência, depois organização do mundo em torno de si mesma.”

São os jogos, um dos instrumentos das aulas de Educação Física utilizados para aquisição de habilidades – gerais e específicas – e conhecimentos. Por ser um recurso pedagógico para essa área de conhecimento, os jogos tem a capacidade de desenvolver não apenas qualidades e capacidades físicas, mas imbricados a eles a obtenção de valores morais e éticos que contribuem para a formação da personalidade da criança. Em suas práticas identificamos, isto é, sob o olhar da Teoria do Processo Civilizador, como a criança jogando interioriza constrangimentos e regras de condutas, a partir de coações externas, permitindo-lhe a convivência em grupo.

A teoria de Elias nos dá subsídios para compreender a relação indivíduo e sociedade, uma vez que as experiências vivenciadas desde a tenra idade por meio das coerções externas permitem a criança, aos poucos, ir regulando seu comportamento possibilitando ao autocontrole, onde se espera que ao longo dos anos se torne autocoerções, e desta forma passe a fazer parte da personalidade do indivíduo que se molda a partir de sua infância. No intuito de ajudar nessa perspectiva teórica, analisamos a contribuição dos jogos psicomotores como prática pedagógica da Educação Física na Creche Municipal



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Professora Eliana de Freitas Moraes, onde buscamos identificar esse processo em diferentes momentos dentro da instituição, relatando algumas situações do cotidiano da creche e nas aulas de Educação Física.

A CRIANÇA E O MUNDO QUE A CERCA

A criança é um ser social que possui a necessidade de interagir com o meio que a cerca, ela é dotada, de qualidades naturais em potenciais que a capacita para a aprendizagem, uma habilidade diferenciada inerente ao ser humano e Elias (2006, p. 21) afirma que “Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização”. É nessa interação com o outro que inicia o processo de internalização da conduta e atitudes vista como civilizada pela sociedade onde nasceu, por isso necessita ser guiada de acordo com tais regras sociais para ser bem vista no coletivo.

O comportamento deste novo indivíduo, de acordo com Le Boulch (1982), Vayer (1989), Oliveira (1997), Gallahue (2013) e Elias (1994a/b, 2006) irá se organizar conforme os estímulos recebidos sendo de grande valor o contato com as pessoas ao seu redor. A figura do outro se torna fundamental para a construção do seu próprio eu, pois o desenvolvimento da criança é contínuo e inicia ao nascer. Elias (1994a, p. 30) fala que “a criança não é apenas maleável ou adaptável em grau muito maior do que os adultos. Ela precisa ser adaptada pelo outro, precisa da sociedade para se tornar fisicamente adulta”.

Este desenvolvimento dependerá da quantidade de experiências vividas e experimentadas, isto é, no cotidiano, que segundo Gallahue (2013, p.195) “[...] experiências orientadas para o sucesso e reforço positivo são especialmente importantes nesses anos” e por meio destas experiências, iniciará o processo de equilíbrio emocional.

Posteriormente a criança desenvolverá a capacidade de relacionar seus desejos com as necessidades fundamentais, mas para isso ela precisa primeiramente se apoderar do movimento, isto é, se autocontrolar, que é fundamental na interação com o seu entorno, que para Le Boulch (1982, p.118) “A locomoção permitirá estender o campo de ação e ter acesso a novas descobertas com mais profundidade”.

Ao se deslocar no espaço, o movimento permite à criança o conhecimento do mundo no qual está inserida. Nesse período da vida é observado o infante explorar seu meio, descobrindo limites indo em busca de superá-los, sendo o movimento essencial para as descobertas, aprendizagens e relações sociais, quer seja em casa ou nos mais variados espaços sociais. Enquanto criança corre, pula, rir de alegria ou chora de dor, porém conforme cresce, a fase de criança socialmente aceita é gradativamente moldada para um comportamento mais sério, aos moldes do adulto que deverá ser. Esse é um processo que ocorre na relação adulto e criança e todo o meio social onde vive, que por meio das coações regula as atitudes infantis.

Na criança, com restrição a algumas deficiências, podemos perceber que a manifestação de movimento nasce consigo, porém ao longo da vida, de acordo com preceitos sociais, a duras penas vai aprendendo a contê-lo ao sofrer a influência das



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

coerções externas. Pelo viés da teoria eliasiana, vamos ver que ao nascer, a criança se insere em grupos sociais e recebe intervenções de indivíduos de mais idades, quer seja familiares ou não, que vão ensinando a conter seus impulsos e desejos animais. No decorrer desse desenvolvimento a individualização vai se solidificando.

Na criança, não são apenas as ideias ou apenas o comportamento consciente que se veem constantemente formados e transformados nas relações com o outro e por meio delas; o mesmo acontece com suas tendências instintivas, seu comportamento controlado por instintos. (ELIAS 1994b, p.30)

Na teoria eliasiana, podemos observar que o corpo foi, é e será moldado ao longo da história. À criança é permitido alguns tipos de comportamento, mas à medida que cresce coerções externas vão sendo reguladoras desse comportamento se tornando auto-coerções que ajudam a criança alcançar o controle de suas pulsões e emoções. Por ser tão pequena e indefesa, a criança se encontra em uma relação de dependência muito grande com o adulto, mas não quer dizer que o adulto não seja dependente emocionalmente da criança, e é a partir dessa teia de relações interdependentes, ao trocar experiência com as pessoas de seu convívio social, que há o desenvolvimento das competências, do saber, da apropriação da cultura e dos valores civilizatórios aos moldes ocidentais, sendo no momento da interação que a criança vai desenvolvendo atitudes vista como civilizada pelo meio social, direcionando seu comportamento.

Magda Sarat em seu artigo sobre “A Infância e a Formação Civilizada do Indivíduo em Nobeert Elias” investiga sobre a formação do indivíduo e a organização social a partir da infância e da educação inicial. Sarat (2014, p.169) fala sobre “a necessidade de confiar imensamente na capacidade de aprender do indivíduo, nas formas de interação e na diversidade de processos de aprendizagem”. Todos esses aspectos ajudam a criança internalizar as regras sociais já existentes sendo alteradas conforme sua necessidade, ou seja, a assimilação das regras sociais predispõe a criança um senso de responsabilidade à necessidade de ter que segui-las caso contrário coerções externas, de diversas formas, serão sentidas por ela.

No cotidiano, conforme os estudos de Le Boulch (1982), se observa que apesar de a criança ter uma predisposição para se desenvolver, ela não depende unicamente da maturação dos processos orgânicos, o “intercâmbio tem uma influência determinante na orientação do temperamento e da personalidade”, pois a aprendizagem depende das experiências vivenciadas pela criança, da interação com outras pessoas e estímulos recebidos do meio onde se encontra. Nessa interação a criança de forma integrada vai desenvolvendo a capacidade de responder a informações verbais como Pare! Pule! Não cuspa no chão! ou Coma de boca fechada!. Elias (1994, p. 30) afirma “Para se torna psicologicamente adulto, o indivíduo humano, a criança, não pode prescindir da relação com seres mais velhos e mais poderosos. Sem assimilação de modelos sociais previamente formados...”, essas exigências são fundamentais para o desenvolvimento da conduta e do autocontrole de uma criança.

A família por algum tempo foi o centro de modelagem da personalidade da criança, “é que a família vem a ser a única – ou, para ser mais exata, a principal e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

dominante – instituição com função de instilar controle de impulsos” (ELIAS 1994a, p.142), uma vez que na figuração familiar de antigamente a mãe se dedicava exclusivamente a educação dos filhos enquanto o pai buscava o sustento, Le Boulch (1982, p.73) já afirmava “[...] esquema da família tradicional [...] era exclusivamente assegurado pela mãe [...] era elemento estável do lar porque consagrava todo seu tempo à educação de seus filhos”. Com a saída da mulher para o mercado de trabalho, o Estado por meio das instituições de ensino, passou a assumir o papel de orientador desse pequeno indivíduo que deve em um curto espaço de tempo se adaptar a um padrão social que a própria sociedade demorou séculos para desenvolver em um contínuo processo que não parou. De acordo com a perspectiva da Teoria do Processo Civilizador, desde a infância o indivíduo é orientado a controlar suas emoções e pulsões, para uma melhor inserção no convívio em sociedade, caso contrário seu ingresso no fluxo do processo social ocorre de modo doloroso e persuasivo. A criança precisa internalizar modos, comportamentos e padrões, para se adequar ao modelo das relações aceita como indivíduo civilizado, para que quando atinja a idade adulta seja considerado preparado a dar sua parcela de contribuição à sociedade a qual pertence.

O COTIDIANO DA CRECHE SOB O OLHAR DO PROCESSO CIVILIZADOR

Na atual configuração social e com as novas tendências da estrutura familiar, às crianças começaram a ingressar cada vez mais cedo na escola, passando a frequentá-la na tenra idade e se deparando com um novo meio social, que é maior do que até então conhecido por ela, à família, e mais complexos por ser composto com muitas personalidades diferentes da sua, uma vez que a atenção do adulto, no caso aqui o profissional da área da Educação, carece ser distribuída com as demais crianças que também estão sob a responsabilidade da escola.

No curso desse processo vemos em Le Boulch (1982, p. 52), o argumento a esse respeito “[...] as condições atuais da vida social tem mudado as relações tradicionais mãe-filho. [...] é comum que a criança fique com a babá ou em uma creche.” Nesse espaço educacional, suas necessidades precisam se adequar a uma rotina para um melhor aproveitamento do tempo dentro da escolar. Por essa fase da vida em que se encontra o indivíduo, a noção espacial e temporal ainda não está solidificada, portanto cabe aos profissionais da instituição, ajudá-la a entender essa orientação estabelecendo tempo para cada atividade desenvolvida, “A ajuda educativa [...] tem a finalidade não de ensinar à criança comportamentos motores, mas sim de permitir-lhe, mediante o jogo, exercer sua função de ajustamento, individualmente ou com outras crianças.” (LE BOULCH 1982, p.129). Dessa forma não somente estaremos contribuindo para a criança se orientar no tempo como estaremos ajudando-a a se disciplinar de acordo com as exigências sociais.

O tempo, segundo Elias (1998), é uma construção simbólica que organiza a vida em sociedade, nesse sentido, vamos analisar uma pequena parte dessas nove horas que uma criança passa dentro do espaço creche. Após a chegada, a primeira atividade de rotina das crianças é o café da manhã, todas têm o mesmo tempo para se alimentar e tal



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

alimentação não pode ser feita fora desse horário, em seguida todas as turmas, com exceção das crianças de um ano de idade, se direcionam para o banheiro onde são estimuladas a urinar e lavar as mãos. Este é o momento dado às necessidades básicas da criança porque em seguida irão para a sala de referência iniciar as atividades pedagógicas, ou seja, a criança desde cedo é moldada a regular suas necessidades de acordo com o tempo que é dado ao grupo para realizar tal ação. Matos (2015, p.38) em seu livro “Ethos e figurações na hinterlândia amazônica” ao abordar sobre o comportamento infantil individual no coletivo explica que

[...] de acordo com as concepções de quem a orienta, as regras sociais devem ser transmitidas, na perspectiva de que desde muito cedo tenha que controlar sua natureza, dentre eles os esfíncteres da bexiga, ânus e vagina. Em nossos dias, a criança de três anos, ao ir para a escola, deve ir liberta da fralda. Isso exige da criança um autocontrole, que não menos é vigiado pelos pais, professores e coleguinhas.

Nas turmas de dois anos há uma flexibilidade, pois a maioria se encontra usando fraldas e é nesta etapa que ocorre a transição da tirada de fralda para o uso do vaso sanitário dentro do estabelecimento creche. Podemos notar aqui as primeiras coerções e repressões dessa falta de controle fisiológico, a princípio pelo adulto quando induz a criança a pedir para fazer xixi no vaso sanitário mesmo que esteja usando fraldas, e depois pelas próprias crianças da turma que não usam mais a fralda e que repete as atitudes do adulto quando se volta para o colega e fala “tu ainda usa fralda? Eu não!”.

Para Sarat (2014, p.166) “teremos pressões internas e externas, que são representadas por processos de coerção psicológica e que mudam em diferentes direções e ritmos”, com isso a criança constrangida começa a se policiar tentando a cada dia se controlar para utilizar o banheiro como as demais crianças, é esse processo de interiorização dos constrangimentos que consente o aprendizado da vida em grupo, e é nesse esforço de controle tanto das necessidades básicas como das demais necessidades exigida pela sociedade que aos poucos a geração vai ingressando no fluxo do processo social que o antecede. Sobre constrangimento Elias fala:

[...] a conduta e vida instintiva da criança são posta à força [...] Uma vez que a pressão e coação exercida por adultos individuais é aliada da pressão e exemplo de todo o mundo em volta, a maioria das crianças, quando crescem, esquece ou reprime relativamente cedo o fato de que seus sentimentos de vergonha e embaraço, de prazer e desgosto, são moldados e obrigado a se conformar a certo padrão de pressão e compulsão externa. (1994, p.134)

Uma das estratégias utilizadas pelas professoras para ajudar a criança na compreensão desses padrões de constrangimento e autocontrole é o momento do brincar. Um exemplo é a brincadeira de faz-de-conta com bonecas, onde podemos perceber pequenas intervenções do adulto reforçando as coerções psicológicas, ao falar para a criança levar a boneca para fazer xixi no vaso sanitário, que ela não precisa ou não pode mais usar fralda, Oliveira (1997, p.67) ao abordar o pensamento em Vygotsky fala que “No brinquedo a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real [...]” e nesse exemplo podemos perceber a ação do adulto em sua relação com a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

criança no processo de internalização das regras sociais, onde usando como mecanismo a brincadeira, busca regular a função fisiológica da criança, que depois projeta para sua própria realidade.

Nesta etapa da vida da criança, conforme a teoria eliasiana e os estudos de Vayer (1989), Le Boulch (1982) e Oliveira (1997) as relações interpessoais são essenciais porque “todo ser humano [...] deve de fato passar por um processo civilizador para atingir o padrão alcançado por sua sociedade no curso da história” (Elias, 1994a, p.15 rodapé), e todo indivíduo, no decorrer da vida, precisa vincular-se aos outros em uma teia humana de interdependência funcional, para que cada um exerça suas funções perante a sociedade em que vive.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA CRECHE

A aprendizagem por meio do brincar é uma característica das aulas de Educação Física dentro da Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes, esta área de conhecimento possui uma relação direta com a criança por terem em comum o movimento como mediador do desenvolvimento infantil. O movimento se torna crucial nesses primeiros anos da vida do ser humano por permitir a interação com o seu envolvimento, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade, o caráter, a moral, o conhecimento do próprio corpo e o contexto social onde a criança se encontra inserida.

Nas aulas de Educação Física é utilizado frequentemente jogos psicomotores onde as crianças são estimuladas a jogar juntas e a brincar com o outro, partilhando situações de ganhar e de perder – autocontrole, controlar suas emoções – e na brincadeira é fundamental dominar a situação de frustração que são comuns no cotidiano, Le Boulch (1982, p.81) defende “[...] permitir à criança uma certa tolerância à frustração o que mais tarde permitirá, sem perturbar a personalidade, suportar a decepção, o fracasso, a insatisfação[...]”. Pudemos observar que pelo brincar a criança aprende não somente expressar afetividade, mas também a controlar suas pulsões e emoções, isto é o autocontrole se compondendo. Desta forma, a criança que brinca é moldada a ser mais flexível porque está em constante contato com diversas pessoas e isso é fundamental para as relações interpessoais. Na fase creche, um a três anos de idade, o deslocamento infantil está envolvido no processo de desenvolvimento e refinamento das habilidades psicomotoras, que servem como base para estágios posteriores do movimento, Gallahue (2013, p.80) explica que,

[...] os primeiros anos escolares oferecem uma excelente oportunidade para o desenvolvimento de habilidades do movimento fundamental até os níveis de proficiência. Essas mesmas habilidades fundamentais serão incrementadas e refinadas para formar as habilidades de movimento especializado, tão valiosas para as tarefas de recreação, competição e da vida diária.

As atividades locomotoras como correr e pular, manipulativa como arremessar e apanhar e estabilizadoras como as atividades de equilíbrio são exemplos de elementos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

que a Educação Física usa para a modelagem do movimento, uma vez que cada atividade possui suas regras próprias onde são orientadas a serem seguidas.

Analisemos aqui o jogo popular do “Gato e o Rato”, realizada na turma de crianças de três anos de idade: uma das crianças é solicitada a ser o rato que irá ficar dentro de uma grande roda formada pelas demais crianças da turma e outra criança será o gato, o professor orienta o gato que está fora da roda a pegar o rato que está dentro. As crianças que formam a roda deve proteger o rato facilitando sua entrada e saída da roda enquanto ao mesmo tempo dificulta para o gato. Aqui as orientações a respeito do cuidado para não se machucarem é reforçada por ambas as professoras, tanto de Educação Física como pela professora da sala de referência. As crianças ao iniciarem a atividade pudemos notar que junto com elas surgem às emoções agregada ao entusiasmo envolvido pela brincadeira e suas regras, apresentando comportamentos diversificados. Algumas mesmo tendo sido reforçado o cuidado para não se machucarem, tentam usar perna para evitar que o “gato” saia ou entre na roda, nesse exato momento a professora intervém de modo coercivo o seu comportamento perante o grupo, advertindo que ao se repetir tal atitude a criança sofrerá a penalidade de não participar mais e ficar apenas assistindo os demais colegas. Notou-se que a criança passou a se policiar para não realizar novamente tal ação. Como sabemos Elias (1994a, p.14) fala que “o padrão de comportamento humano [...] muda muito gradualmente [...] muda lentamente a maneira como o indivíduo comporta-se e sente [...] Muda o padrão do que a sociedade exige e proíbe [...] move-se o patamar do desagrado e medo, socialmente instilados”. Nesse pequeno relato podemos identificar uma parte desse processo de moldagem do comportamento por meio do movimento da criança durante uma atividade dentro da aula de Educação Física, que em conjunto com os demais profissionais da creche exerce o papel importante para o processo de aprendizagens sociais.

Como podemos observar mecanismos de controle do comportamento infantil apresentado na Teoria do Processo Civilizador, se encontra presente nos diversos espaços da creche. As forças coercivas externas estão constantemente buscando regula as atitudes das crianças, com o que é aceito pela sociedade. A Educação Física escolar é uma área de conhecimento presente na creche que utilizada jogos psicomotores para ajudar a criança na compreensão das regras sociais, contribuindo para o desenvolvimento infantil, ajudando-a a ingressar no fluxo do processo social conforme os padrões já existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria de Norbert Elias por mais que tenham sido observada e construída ao longo do século passado, é tão atual que nos permiti identificá-la no nosso cotidiano, seja na relação familiar, seja no ambiente de trabalho. Ao analisarmos tal teoria dentro do espaço creche, podemos verificar a grande responsabilidade que a instituição está exercendo na modelagem do comportamento deste indivíduo que precisa ser habilitado para o convívio social cada vez mais cedo, uma vez que com um ano de idade, um número crescente de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

crianças está saindo do seio da família e com isso precisa se adequar aos padrões socialmente aceitos para um melhor entendimento em grupo.

A Educação Física, de certo não é a maior ou a principal modeladora dessa ação civilizatória da criança, já que o fluxo do processo social segue independente de sua atuação, porém é uma área de conhecimento que utiliza jogos psicomotores como base e não há nada mais prazeroso para a criança que aprender brincando. Esses jogos trazem consigo um vasto repertório de oportunidade que possibilita a criança não apenas desenvolver suas habilidades motoras, cognitivas e afetivas, mas principalmente a relação interpessoal; e é nessa teia de relação humana que se inicia a apropriação da cultura da qual se encontra inserida. O trabalho com crianças tão pequenas em um ambiente educacional é regido por padrões internalizados anteriormente pelo adulto, que na interação com a criança utiliza as coerções externas, que aos poucos vão se transformando em autocoerções e regulando os instintos infantis, contribuindo assim com o seu desenvolvimento civilizatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador** / Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994a v.1
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos** / Organizado por Michael Schorter; Tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica e notas: Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1994b.
- ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios**; 1: Estado, processo, opinião pública / Organização e apresentação: Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort; Tradução texto em inglês: Sérgio Benevides; texto em alemão: Antônio Carlos dos Santos; textos em holandês: João Carlos Pijnappel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo** / Editado por Michael Michael Schorter; Tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica: Andrea Daher - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jacqueline D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**/ Tradução: Denise Regina de Sales, 7ª edição, São Paulo: Artmed, 2013.
- MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e Figurações na hinterlândia amazônica**. Manaus, Editora Valer/Fapeam, 2015.
- SARAT, Magda et. al **Leituras de Nobert Elias: processo civilizador, educação e fronteiras**. – Maringá: Eduem, 2014, pág.157 à 173.
- LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento psicomotor: do nascimento até 6 anos**. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky aprendizado e desenvolvimento: um processo socio-histórico** 4ª edição São Paulo: Scipione 1997.
- VAYER, Pierre **O diálogo corporal: A ação educativa para a criança de 2 a 5 anos**. São Paulo: Manole, 1989.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

EDUCAÇÃO NA ERA DA CIBERCULTURA: O POLO INFORMÁTICO E AS POTENCIALIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS DE UM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIRTUAL

Aliuandra Barroso Cardoso Heimbecker – Universidade Federal do Amazonas
 (aliuandra@gmail.com)

Zeina Rebouças Corrêa Thomé – Universidade Federal do Amazonas
 (zeinathome@gmail.com)

Resumo

No polo informático, surgem as tecnologias que dão início a uma nova ecologia cognitiva entre os humanos que fomenta e alarga os processos de desterritorialização das subjetividades, criando novas formas de comunicação, de apropriação do conhecimento, de se fazer pesquisa, de organização do trabalho e da aquisição de novas competências. Esse polo é marcado por um momento ímpar na história da humanidade que perpassa pela criação do computador pessoal, da *internet*, das mais variadas tecnologias até o estabelecimento de uma era chamada entre os humanos de cibercultura. Para tanto, os novos paradigmas epistemológicos apontam para a criação de um novo espaço, onde possam acontecer as trocas, a construção e a reconstrução de conhecimentos desterritorializados, passando da necessidade de se ter tempo, presença física e espaço rígidos para um outro espaço com potencial de liberdade de movimento para se percorrer por vários caminhos, a partir de uma concepção de não-linearidade e não-espacialidade chamado de virtual. Logo, este artigo busca refletir sobre as potencialidades didático-pedagógicas do sistema de comunicação virtual, chamado *graduacao@ufam* criado e desenvolvido pelo Cefort - Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologia e Prestação de Serviços para a Rede Pública de Ensino, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. O *graduacao@UFAM* está hospedado na plataforma *moodle*. Ele foi desenvolvido para auxiliar professores do curso de Pedagogia nas mediações didático-pedagógicas e possibilitar aprendizagens e criações de competências requeridas pelo polo informático. Busca-se refletir inicialmente sobre o polo informático que se instaurou com o surgimento da rede e do desenvolvimento do computador de uso pessoal. Posteriormente, são apresentados os dados coletados na pesquisa de campo, que contempla o levantamento de informações no acompanhamento das aulas durante o primeiro semestre de 2013. Este trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa.

Palavras-Chave: Cibercultura; Polo Informático; Virtual; Mediações Didático-Pedagógicas

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Os sistemas de comunicação virtual se instauram com maior força no polo informático¹. Com o surgimento da rede eles desenvolvem e alargam as fronteiras do mundo tangível e atual para um espaço fecundo de significações, onde seres humanos e objetos técnicos interagem potencializando assim a comunicação, a troca e a construção de conhecimentos. O graduacao@UFAM, objeto deste estudo, é um sistema de comunicação virtual desenvolvido para auxiliar professores nas mediações didático-pedagógicas, possibilitar aprendizagens e a criação de competências requeridas em uma era cuja as formas de aquisição do saber vêm sofrendo mutações propiciadas pelo polo informático.

A utilização de tecnologias de comunicação virtual nas mediações didático-pedagógicas do processo educativo não é algo inédito no Brasil. Há duas décadas, muitas instituições de ensino espalhadas pelo país, vem incorporando em suas mediações pedagógicas e também administrativas a utilização dessas novas “ferramentas intelectuais” que surgem no polo informático.

Neste sentido, a mediação no campo educativo sempre foi um processo complexo, pois ela está presente de alguma forma nas ações didáticas do professor em relação aos alunos. Ela trata do processo de intervenção de um elemento intermediário em uma relação. Por meio da mediação a relação deixa de ser direta e passa a ser mediada por elementos, que podem ser os instrumentos ou os signos. Partindo dessa definição de mediação, é possível conceber a mediação didática do professor como o ato de intervir no processo ensino-aprendizagem com a utilização de signos². No ensino mediado por novas tecnologias, esses signos passam a ser as ferramentas tecnológicas, os materiais didáticos, os ambientes virtuais, as informações, a linguagem e a comunicação, que neste contexto, são formas de representação da realidade.

Embora, por um longo período da História, boa parte da experiência humana tenha sido mediada pela socialização, pela linguagem oral e pelos manuscritos, no polo informático se observa uma crescente tendência de mediação decorrente das mídias de comunicação de massa como o impresso e os sinais eletrônicos. Essas mídias contribuem

¹ É indicado por Lévy (2010-a) como o terceiro tempo do espírito. O autor pontua a história das tecnologias intelectuais, desde os tempos primitivos até os dias atuais, em três momentos nas quais ele chama de “três tempos do espírito”: a oralidade, a escrita e a informática. Os três tempos do espírito são marcados por tecnologias intelectuais que apresentam características distintas nas formas de comunicação e produção do conhecimento.

² Representações da realidade.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

para a reorganização do tempo e do espaço e, além de refletirem as realidades, em certa medida as formam.

Ao mesmo tempo em que as tecnologias de comunicação virtual podem proporcionar mediações didático-pedagógicas potencializadoras no processo de apropriação do saber, compreende-se que ainda existe muito temor na apropriação dessas técnicas e em sua utilização pedagógica pelos professores que ainda desconhecem o “saber mediar” por meio delas, visto que muito se diferencia das metodologias do ensino tradicional. Nesta perspectiva, utilizar os benefícios das novas tecnologias no processo de mediação didática, requer mudanças radicais nos modos de compreender o ensino e a didática situados no polo informático.

O saber mediar com as novas ferramentas pedagógicas será uma das competências essenciais para o professor no século XXI, pois elas estão cada vez mais presentes na vida cotidiana, nos modos de produção, no mercado de trabalho, fazendo assim parte do universo das novas gerações, sendo essa uma das razões de necessidade de sua integração à educação.

2 CONEXÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa foi realizada em uma disciplina do curso de pedagogia que utilizou o ambiente virtual `graduacao@UFAM` como suporte às aulas presenciais. Esse ambiente está hospedado na plataforma *moodle*³ no laboratório de hipermissão do Centro de Formação, Desenvolvimento de Tecnologias e Prestação de Serviços para as Redes Públicas de Ensino – CEFORT, pelo *link* <http://cefort.ufam.edu.br>, e abriga as disciplinas pertencentes ao projeto `graduacao@UFAM` da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. A metodologia da pesquisa foi constituída a partir da abordagem qualitativa.

O estudo iniciou com o levantamento bibliográfico que pudesse subsidiar a concepção teórica e metodológica do trabalho. Em meio a tantos autores que discutem a emergência das tecnologias na humanidade, selecionou-se como principal base teórica as

³ Acrônimo de *modular object oriented dynamic learning environment*, cuja tradução para o português significa ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

obras do sociólogo e filósofo Pierre Lévy (1998, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b), um instigante pensador sobre a questão da técnica na contemporaneidade que discute o papel das tecnologias na constituição dos grupos e da sociedade, cujo cenário atual está permeado pela grande velocidade da disseminação das informações e mutações nas formas de saber. Para este autor, as tecnologias permitem, pela primeira vez na história, a apropriação coletiva do fenômeno técnico, e possibilitam a criação de um espaço fértil para a luta, nos dias atuais, em prol da democracia.

Recorreu-se ainda à pesquisa documental onde foram levantadas as informações consideradas pertinentes. Dentre os arquivos e documentos analisados destacam-se o projeto de concepção do desenho técnico, metodológico e epistemológico do sistema graduação@UFAM; a legislação existente que fomenta e regulamenta o ensino com o uso de tecnologias no Brasil, a saber, a LDB 9394/96, o Decreto 5622/2005, a Portaria Ministerial 4059/2004 e a Resolução nº 09/2011/CEG/CONSEPE/UFAM; o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia/FACED/UFAM e o Catálogo CEFORT/UFAM.

Por se tratar de uma pesquisa que investiga o sistema graduação@UFAM, quanto aos procedimentos metodológicos, optou-se pelo estudo de caso.

3 O POLO INFORMÁTICO E A REVOLUÇÃO NO GERENCIAMENTO DOS CONHECIMENTOS

A partir da segunda metade do século XX com o surgimento e o desenvolvimento das NTIC's, se instaura o polo informático dando início a uma nova ecologia cognitiva que transforma as relações dos homens entre si e com o mundo, fazendo emergir um complexo mundo tecnológico, um novo agenciamento que cria novas formas de produção, novos produtos, novas necessidades, novos modos de perceber, sentir e pensar.

No polo informático, é complicado imaginar a vida sem as redes sociais, *e-mails* e *sites* de buscas. No Brasil, cuja população totaliza cerca de 190.732.694⁴, conforme aponta o último censo realizado em 2010, mais da metade dos brasileiros já está conectada em rede. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a proporção de internautas no país passou de 49,2%, em 2012, para 50,1%, em 2013, do total da população. O país ganhou 2,5 milhões de internautas (2,9%) entre 2012 e 2013, totalizando

⁴ Dados disponíveis no site do IBGE, conforme aponta o último censo da população brasileira realizado em 2010. Link de acesso : <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Segundo Lévy (2010-a, p.49), a grande revolução da informática surge a partir da década de 70, quando se deu a construção e o desenvolvimento progressivo do computador pessoal, que abriu caminhos para uma interação amigável entre o homem e o computador.

O alto nível de desenvolvimento da informática trouxe para o século XXI transformações em diversos setores da vida humana, inclusive nas formas de se produzir e gerenciar conhecimento. A maior parte dos programas de computadores atuais desempenha um papel de tecnologia intelectual: eles reorganizam, de uma forma ou de outra, a visão de mundo de seus usuários e modificam seus reflexos mentais. As redes informáticas modificam os circuitos de comunicação e de decisão nas organizações. Na medida em que a informatização avança, certas funções são eliminadas, novas habilidades aparecem, a ecologia cognitiva se transforma.

Logo, nenhuma reflexão séria sobre o devir da cultura e do saber contemporâneos pode ignorar a enorme incidência da informática e das novas tecnologias de comunicação. A informática é uma inteligência humana aumentada e transformada pelo computador. Ela põe em jogo o pensamento, a percepção, a memória, enfim, todas as dimensões da atividade humana. Ela permite que os sistemas cognitivos transfiram para o computador a tarefa de construir e manter em dias algumas representações que o cérebro humano levaria muito tempo para executar, e que em alguns casos seria impossível.

Portanto, no polo informático se instaura uma revolução no gerenciamento de conhecimentos. Os computadores pessoais, os softwares, a *internet* e os humanos compõem um conjunto de interatores que produzem uma nova ecologia cognitiva como nunca houve na história da humanidade, pois os saberes passam a circular de modo desterritorializados com uma velocidade que impossibilita o monopólio do conhecimento.

3.1 A concepção do projeto graduação@UFAM e seus princípios norteadores

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, torna-se a primeira LDB na história da educação a reconhecer e incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de Ensino a Distância em todos os seus níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. Esse reconhecimento e incentivo previsto no artigo 80 alargou as fronteiras para a promoção do acesso a educação às pessoas impossibilitadas





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de frequentar cursos de natureza presencial. Todavia, de acordo com a definição do Decreto 5.622/2005, o exercício da Educação a Distância - EaD, só é possível quando se faz uso de tecnologias que possam mediar os processos didáticos - pedagógicos do ensino e da aprendizagem.

Logo, inspirado nas experiências positivas de utilização de novas tecnologias de informação e comunicação da EaD, o ensino presencial passou a agregar em suas práticas de mediações pedagógicas o uso de tecnologias digitais. Neste sentido, com o intuito de formalizar e fomentar ainda mais no ensino superior presencial a introdução das TICs, surge em 2004 a Portaria Ministerial 4.059/2004 reconhecendo, autorizando e normatizando a oferta de disciplinas semipresenciais no currículo dos cursos de graduação.

O cenário mundial, incluindo o mercado de trabalho, as relações econômicas e interpessoais, a cultura, a vida cotidiana dos seres humanos, durante os últimos vinte anos, encontra-se em plena metamorfose devido a utilização das novas tecnologias pelos órgãos prestadores de serviços públicos e privados e pela sociedade em geral.

Para tanto, frente ao movimento tecnológico, pelo qual a sociedade está posta, tornou-se indispensável contribuir com a formação de educadores que atuarão nos sistemas de ensino, na gestão, na coordenação e propriamente na docência da educação básica. Ao longo do processo investigativo desta pesquisa, observou-se que a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas tem como uma de suas premissas investir em um ensino com essas proporções para o curso de Pedagogia, pois acredita que formar profissionais da educação com responsabilidade, coerência e competência no desenvolvimento e aplicação de ações contextualizadas com a realidade dos sujeitos do processo educativo, estará ajudando a construir as bases de uma futura geração amazonense mais humana, democrática, justa e igualitária.

A partir desta perspectiva, o projeto político-pedagógico do curso de Pedagogia expressa o desejo e a necessidade de inclusão das novas tecnologias no curso, a fim de que os alunos da licenciatura em Pedagogia experimentem e vivenciem na prática acadêmica, a dinâmica dos novos meios de atuação, propiciados pelas NTIC's, que permeiam a prática docente, os espaços escolares, o cotidiano extra-escolar e familiar dos alunos nos dias atuais. Portanto, a implementação do projeto graduacao@UFAM na



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Faculdade de Educação- FAGED, vem contemplar e efetivar o seu comprometimento com o curso de Pedagogia, conforme está expresso no respectivo projeto:

Para a formação do Professor de crianças, diversas exigências se colocam na sociedade contemporânea, seja sobre os novos enfoques, necessidades e condições de formação da criança, seja também a preocupação com as questões da inclusão tecnológica e digital, das relações como meio ambiente, das relações de gênero, do mundo do trabalho. No que tange a inclusão tecnológica e digital, o primeiro desafio deve ser o da inclusão do próprio graduando, através de programas pedagógico-curriculares específicos, imbricados a dotação de novas condições tecnológicas, de espaço físico, de gestão das mediações tecnológicas e didáticas para a prática pedagógica. Para além de uma perspectiva exclusivamente instrumental e tecnicista das tecnologias e das mediações didáticas, a dotação de novas condições tecnológicas deve estar relacionada pedagógica e curricularmente as áreas definidoras do Curso, quais sejam, a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desse modo, a inclusão e formação tecnológica do Pedagogo, professor de crianças, deve se orientar por processos específicos, de definição das implicações da tecnologia na formação do sujeito, de dimensionamento e organização pedagógica das tecnologias (digitais, audiovisuais, impressas, etc.) na prática pedagógica atual. Nessa perspectiva, destaca-se a orientação da Comunidade Facediana em elaborar projetos de laboratórios tecnológico-pedagógicos específicos, tais como: brinquedoteca, laboratório de produção de materiais (vídeos, livros, softwares), salas multimídia (tele e videoconferência), laboratório de informática, banco de dados digital, entre outros. Na construção da matriz curricular, essa perspectiva tecnológica tem por âncora os conteúdos disciplinares de jogos, arte-educação, mediações didáticas e, ainda, literatura infantil (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2008, p. 8).

Por isso, no ano de 2010, com o intuito de contribuir com o ensino, pesquisa e extensão da FAGED, tendo em vista o atendimento às novas exigências da legislação educacional em vigor e das demandas advindas da sociedade para a formação acadêmica do sujeito unilateral⁵, o Cefort/UFAM⁶ por toda a sua experiência vivenciada no desenvolvimento de sistemas virtuais voltados para a formação de professores, se desterritorializa e cria no Laboratório de Produção de Materiais e Mediações em Ambientes Hiperfídia de Aprendizagem o graduacao@UFAM.

De acordo com Thomé (2001, p. 34), a tecnologia digital está mediando todos os espaços das relações humanas e, de forma singular, os espaços de trabalho. Os processos

⁵ O sujeito em todos os seus aspectos.

⁶ Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologia e Prestação de Serviços para a Rede Pública de Ensino.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de trabalho mediados pelas tecnologias digitais têm suscitado uma série de questionamentos, tanto com relação à sua dimensão produtiva, como à sua utilização e aplicação como tecnologia informacional. Toda máquina encarna informação, mas a tecnologia digital, através da circularidade sistêmica nela embutida, é um sistema de informação gerador de informação. Neste sentido, faz-se extremamente necessária a inclusão das NTICs na formação dos novos profissionais da educação que adentrarão no mercado de trabalho. É por isso que,

nas sociedades tecnológicas que se pautam pelo renovar incessante dos meios de produção e pelo aumento de seu conhecimento científico, o ensino científico-tecnológico, apresenta-se como uma necessidade primária do sistema produtivo e, portanto, uma exigência universal, materialmente posta e fator ponderável de construção do homem integralmente livre.

Convém notar que, no contexto destas determinações, o desenvolvimento adequado das estruturas cognitivas está implícito no próprio desenvolvimento do processo produtivo. Elas aumentam as potencialidades humanas do conhecimento e, simultaneamente, demandam novas formas de educação. Tudo isto implica em traduções e transposições para a pedagogia (THOMÉ, 2001, p. 35).

Partindo dessa perspectiva, o sistema virtual graduacao@UFAM foi agenciado com o propósito de implantar e desenvolver pesquisas, formação e mediações pedagógicas e tecnológicas em ambiente virtual de aprendizagem para a realização e o acompanhamento das disciplinas do curso de Pedagogia. É uma proposta que objetiva introduzir na organização pedagógica e curricular do referido curso, novas práticas de ensino aprendizagem que possam estar integradas às novas tecnologias de informação e comunicação digital.

O projeto de desenvolvimento do sistema foi realizado por meio de ações qualitativas e técnicas, articulando os campos da pedagogia e da tecnologia que tratam da criação, acompanhamento metodológico no desenvolvimento de *softwares* e na produção de guias instrucionais para o fomento do uso de novas tecnologias nas disciplinas em oferta do respectivo curso.

Esse sistema foi concebido a partir das seguintes ações:

- Montagem de grupo de investigação e socialização acerca das interfaces pedagógicas e tecnológicas que pudessem contemplar as práticas didáticas entre ensino e aprendizagem com o uso de tecnologias digitais;
- Desenvolvimento e exercícios metodológicos em ambientes virtuais de ensino-



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

aprendizagem;

- Elaboração de coordenadas de uso de tecnologias digitais no ensino presencial através de formulação de guias instrucionais de orientação aos docentes da FAGED/UFAM.

Portanto, conforme se observou no projeto de criação do sistema virtual em estudo, o seu objetivo geral foi assim traçado: desenvolver ações de formação de graduandos e professores da FAGED/UFAM, para a produção dos materiais instrucionais e as transposições didáticas requeridas para a instalação e atualizações evolutivas de: Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem, Sistema de Gestão Acadêmica e Sistema Administrativo de Comunicação entre o CEFORT, DAE⁷, PROEG⁸ da Universidade Federal do Amazonas, possibilitando a troca de informações entre os sistemas para o efetivo acompanhamento das disciplinas ofertadas com o auxílio das mediações didáticas do graduacao@UFAM.

Na fase de implantação do projeto, foi desenvolvida uma experiência piloto visando o dimensionamento de interfaces, de condições tecnológicas e exercício metodológico para a geração e acompanhamento de indicadores de gestão de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem para o ensino presencial. A experiência piloto foi desenvolvida nas disciplinas de Estágio Supervisionado das habilitações de supervisão e orientação educacional, em duas turmas do curso de Pedagogia, e foi processada com a participação dos alunos e dois professores, contemplando a investigação em grupo e a realização de atividades no ambiente virtual.

Conforme mencionam Brito e Thomé (2010), no projeto de criação do graduacao@UFAM, a concepção gerenciadora dos processos metodológicos e pedagógicos deste sistema estão embasados em três princípios:

Flexibilização e Integração. São compreendidos como princípios de organização de conteúdos e de processos práticos, visando a abertura dos cursos para as demandas da vida social e das especificidades do mundo do trabalho. A flexibilidade se refere a abertura dos conteúdos, do ensino e da aprendizagem, colocados em dinâmicas que superem os tradicionais recortes disciplinares e a perspectiva mecânica da relação pedagógica, incorporando outras formas de aprendizagem e formação presentes na

⁷ Departamento de Apoio ao Ensino.

⁸ Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

realidade social, ampliando o conceito de ensino para experiências educacionais flexíveis. A integração dos componentes curriculares se refere à articulação dos conteúdos e das ações de aprendizagem, voltados para a consecução dos objetivos da formação do profissional.

Capacidade reflexiva e Autonomia. A formação do estudante universitário deve se orientar para a construção de um "olhar" capaz de ultrapassar o senso comum, as explicações meramente discursivas e descritivas de um mundo "reificado", constituindo-se como sujeito ativo e autônomo no processo do conhecimento. Isto requer a indicação de processos de aprendizagem voltados para a construção de esquemas e estruturas de aprendizagem. Neste sentido, tanto a capacidade reflexiva quanto a autonomia são princípios relativos a condição do processo de aprendizagem, que o estudante deverá construir ao longo do curso, transcendendo a dimensão individual para a coletiva, dadas as múltiplas inter-relações dos sujeitos, na sua inserção com e no mundo do trabalho.

Pesquisa e Extensão. Além de se constituírem nos eixos que compõem, junto com o ensino, o tripé do trabalho universitário, a pesquisa e a extensão devem ser compreendidas como princípios norteadores da organização curricular e das estratégias de ensino e aprendizagem. As novas demandas da sociedade contemporânea exigem uma formação que articule com a máxima organicidade, a competência científica e técnica, com inserção política e postura ética. Como princípios a pesquisa e a extensão possibilitam a vinculação imediata do estudante com a realidade, comprometendo a sua formação científico-técnica e política com o desvelamento e indicação de solução aos problemas da realidade, social e de seu horizonte profissional.

3.2 A cibercultura no curso de pedagogia

Considerou-se importante para esta pesquisa conhecer melhor os alunos que estudaram com o auxílio do ambiente virtual *graduação@UFAM*: faixa etária, se eram usuários ou não de tecnologias digitais, se possuíam acesso a computador e a *internet* fora dos espaços universitário e saber quais eram as suas impressões sobre as contribuições de um sistema virtual para o processo de aprendizagem.

Neste sentido, a pesquisa constatou que os alunos matriculados na disciplina em que se realizou este estudo, caracterizam-se com um perfil de usuários que utilizavam



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

com frequência as novas tecnologias. Os dados foram coletados por um questionário e mostrou:

a) **Quanto a faixa etária** - 76% dos alunos pertenciam a faixa etária de 20 a 22 anos, com uma pequena variação de 24% dos alunos entre 32 a 45 anos.

b) **Sobre o acesso ao computador** - 100% dos alunos possuíam computador em casa;

c) **Quanto ao acesso a internet fora da Universidade**- 85% tinham acesso à *Internet*, sendo que para 12% o acesso era pelo celular, 11,1% o acesso era no trabalho e 61,9% responderam que o acesso era em casa. Apenas 15% disseram que não tinham acesso à *internet*.

d) **Quanto ao acesso ao Graduação@UFAM fora da Universidade** - 90,5% disseram que costumavam acessar o sistema fora dos espaços da Universidade e 9,5% responderam que não acessavam o sistema fora do campus universitário.

e) **Sobre o uso das redes sociais** - 90,5% eram usuários das redes sociais, 9,5% não utilizavam as redes sociais.

f) **Sobre o uso de e-mail** - 100% responderam que utilizavam e-mail.

Os dados apresentados mostram que os alunos do curso de pedagogia, não são apáticos aos movimentos das novas tecnologias de comunicação que se agenciam no polo informático, pelo contrário, são pessoas imersas na cibercultura, que na sua rotina diária, se desterritorializam em fluxos virtuais. Detectou-se que antes mesmo do contato com o graduação@UFAM, os alunos já tinham acesso e faziam uso das tecnologias de informação e comunicação.

Portanto, observou-se que os alunos do curso de Pedagogia são participantes da cibercultura, um movimento que surge na rede com os agenciamentos do virtual. Ela é a expressão da aspiração de construção de um laço social que nasce a partir de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração no ciberespaço⁹ (LÉVY, p. 132, 2010-b).

No questionário aplicado para conhecer um pouco sobre os usuários deste sistema,

⁹ Palavra de origem americana, empregada pela primeira vez pelo autor William Gibson, no romance de ficção científica *Neuromancer*, em 1984. Nele, o ciberespaço designa ali o universo das redes digitais como lugar de encontros e de aventuras, terreno de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e mundial (LÉVY, 2011, p. 106).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

perguntou-se também aos alunos como eles analisavam as contribuições do sistema de comunicação virtual *graduação@UFAM* para o processo de aprendizagem na disciplina em estudo. Para tanto, retirou-se uma amostra das respostas dos alunos que ficaram assim registradas:

Aluno P: O sistema possibilita uma maior interatividade entre o que é ministrado e a avaliação (tarefas). Facilita ao acadêmico construir seus trabalhos mediados pela professora de forma organizada. Minha sugestão é que seja ampliado para as outras disciplinas de todo o curso no ambiente virtual, diminuindo assim custos com reprografia, ampliando prazos para entrega de trabalhos, permitindo mais flexibilidade e qualidade na avaliação. O ambiente virtual com certeza será um instrumento essencial para a organização do curso de Pedagogia.

Aluno K: É um processo onde podemos acompanhar e monitorar nossas atividades, por este motivo gosto desse sistema.

Aluno M: Vejo como um meio facilitador na entrega de trabalhos para entrar em contato com o professor e também como um meio de expandir a visão dos futuros professores. Acho perfeito ter acesso a arquivos digitais, pois facilita a redução dos gastos com as cópias xerocopiadas. Deveria ser assim com todas as disciplinas.

Aluno D: Considero uma ferramenta muito útil, pois as atividades ficam bem organizadas, podemos postar as atividades tanto do computador quanto do celular. O ambiente é fácil de usar e intuitivo.

Aluno R: As contribuições do *graduação@UFAM* para a disciplina são as melhores possíveis, tendo em vista que ele amplia os recursos e estende para fora da sala de aula os conteúdos. Assim podemos trabalhar a disciplina em qualquer lugar. Como já citei, os recursos do sistema nos possibilitam a conexão com o professor mesmo fora da sala de aula (ALUNOS DE PEDAGOGIA, 2014).

Percebe-se com muita clareza o entusiasmo dos alunos quanto ao uso do sistema para um processo de aprendizagem que se desterritorializa para além das paredes da sala de aula. Eles consideraram que a disciplina com o auxílio do *graduacao@UFAM* ofereceu: maior flexibilidade de tempo para a produção e entrega dos trabalhos; melhor acessibilidade aos conteúdos, pois não era necessário pagar por cópias ou enfrentar as filas da reprografia para ter acesso aos textos; melhoria na comunicação entre o professor e os próprios alunos para fora dos horários das aulas; mais organização na sequência didática dos conteúdos; e favoreceu a experiência dos alunos quanto ao uso de um tecnologia emergente no processo didático-pedagógicos de uma disciplina, convergindo assim, para a promoção da coerência na formação da práxis dos professores que estão sendo formados pelo curso de Pedagogia, como afirma o aluno M ao expressar que o *graduacao@UFAM* é um meio “de expandir a visão dos futuros professores”.

Neste sentido, o curso de Pedagogia inicia um percurso que caminha em paralelo com as transformações ocorridas na sociedade e propiciadas pelo polo informático, ao



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

fazer uso de mediações didáticas potencializadas por ferramentas de comunicação tecnológicas já experimentadas e vivenciadas em outros momentos pelos cursistas na rotina das relações interpessoais, comunicacionais e agora nos processos didático-pedagógicos.

Percebe-se com clareza nas falas, a experiência positiva da turma com um sistema virtual, cujo sentido não se opõe ao que é real. Para Lévy (2011-a, p. 16), virtual¹⁰ não pode ser definido como algo falso, ilusório ou inexistente. Sua essência diz respeito a algo que existe em potência, pois o virtual é como “o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanham uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização” (LÉVY, 2011, p. 16).

Portanto, as atividades e interações realizadas no graduacao@UFAM, mesmo desterritorializadas da sala de aula presencial, existem em potência no mundo real. Lévy, em sua obra “O que é o virtual?”, esclarece que o virtual não se opõe ao real, desmistificando uma falsa oposição entre o real e o virtual:

A palavra virtual vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes (LÉVY, 2011, p. 15).

Ao exemplificar a árvore presente na semente, Lévy explica que toda semente é potencialmente uma árvore, ou seja, ainda não existe em ato, mas existe em potência. Assim também o virtual faz parte do real, não se opondo a ele. Todavia, nem tudo o que é virtual necessariamente se atualizará. Ainda no exemplo da semente, caso ela seja engolida por um pássaro, jamais poderá vir a ser uma árvore.

A essência virtual do graduacao@UFAM é entendida como um real que existe em potência e que se opõe ao que é atual e não ao que é real, conforme explica Thomé (2001, p. 33):

[...] virtual e atual são "metades desiguais, ímpares", que coexistem em todo e qualquer objeto. Assim, todo objeto é duplo. Contudo, não há semelhança entre as duas metades. Longe de conceber o virtual como inexistente, fictício ou imaginário, Deleuze afirma que “possui uma plena

¹⁰ A ideia de virtual, desenvolvida neste trabalho, foi construída por Pierre Lévy a partir de um entendimento filosófico.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

realidade enquanto virtual”, não se opoñdo ao real, mas somente ao atual. No processo de atualização o virtual diferencia-se, podendo-se entender como sinônimos “atualizar, diferenciar, integrar, resolver”. Assim, “cada diferenciação é uma integração local, uma solução local, que se compõe com outras no conjunto da solução ou na integração global [...]. Compreende-se, então, que o virtual seria o propositor de problemas e o atual de suas soluções. Poder-se-ia afirmar que as virtualidades, como os problemas, são perfeitamente diferenciadas e determinadas; os problemas são tão reais quanto as soluções. O atual não tem nenhuma semelhança com o virtual, assim como a solução não tem nenhuma semelhança com o problema.

Conforme explica a autora, a atualização se opõe ao que é virtual porque é um processo que parte, quase sempre, de uma problematização para uma solução, já a “virtualização passa de uma solução dada a um (outro) problema” (LEVY, 2011-b, p. 18). Nessa perspectiva,

a virtualização não é uma desrealização (a transformação de um real em um conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma "solução"), a entidade passa a encontrar a sua consistência essencial num campo problemático. Virtualizar uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em fazer mutar a entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade da partida como resposta a uma questão particular (LÉVY, 2011, p.17-18).

De acordo com o autor, é preciso entender o que é a virtualização. Que movimento seria esse? A virtualização transforma a atualidade inicial em caso particular de uma problemática mais geral. Logo, virtualizar processos didático-pedagógicos como é o caso do graduacao@UFAM, consiste em problematizar, questionar e emergir em um processo contínuo de desterritorialização e criação.

Lévy (2010-b, p.49) compreende que “é virtual toda entidade desterritorializada, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diversos momentos e locais determinados sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular”. Nesta perspectiva, o autor apresenta algumas características a serem consideradas para uma melhor compreensão do que é virtual:

- **A desterritorialização da informação:** o virtual existe sem estar presente e é uma fonte indefinida de atualizações. Ele está na rede e pode ser acessado de qualquer ponto de conexão ao sistema, onde, cada nó representa um sujeito conectado. O território já está estabelecido no atual, mas o virtual está desterritorializado porque ultrapassa os



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

limites do território.

- **Tempo e espaço não são mais rígidos:** a informação pode ser acessada de qualquer lugar, a qualquer hora do dia ou da noite. A continuidade de uma ação não está diretamente relacionada a uma presença física dos sujeitos envolvidos.

- **O fomento de novas velocidades:** o tempo gasto para pesquisar um determinado tema é muito menor em relação ao tempo gasto utilizando outros meios. Os avanços e transformações nas tecnologias informáticas são extremamente acelerados, ocasionando o surgimento de novas formas de organização da sociedade.

O virtual por sua característica desterritorializante interliga em rede o mundo todo. Pessoas a todo instante podem ter acesso as informações mais recentes, pois na rede há um coletivo em agenciamento contínuo. Portanto, as informações se renovam a todo instante, permitindo que o virtual faça emergir um tempo mais veloz entre os humanos, uma mutação nos espaços-tempos.

Com um computador¹¹ na mão e acesso a rede a qualquer hora, do espaço geográfico onde uma pessoa se encontra, é possível conhecer a cultura de outro país, visitar museus, conhecer monumentos artísticos e históricos, conversar com pessoas de diversos lugares do mundo, acessar e fazer transações bancárias, compartilhar arquivos, acessar bibliotecas, consultar livros, estudar, propor e discutir temáticas, entre tantas outras possibilidades, porque o virtual é um espaço de desterritorialização.

3.3 A mediação didática pelas ferramentas pedagógicas do sistema virtual

A mediação didática realizada no contexto do graduacao@UFAM leva a modificação da prática docente. No período em que se passou observando a atuação do professor na disciplina em estudo, percebeu-se que ele deixa de ser o centro do processo, detentor de todo o conhecimento para se transformar em um mediador da inteligência do grupo, ou seja da inteligência coletiva¹², conforme expressa Lévy:

¹¹ Incluindo aqui os telefones celulares e outros dispositivos que permitam o acesso e a interação com a rede.

¹² É uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva de competências.[...]. Nela, todos sabem alguma coisa, todo o saber está na humanidade. Não existe nenhum reservatório de conhecimento transcendente, e o saber não é nada além do que o que as pessoas sabem (LÉVY, 2011, p.29).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Assim sendo, a função-mor do docente não pode mais ser uma «difusão dos conhecimentos», executada doravante com uma eficácia maior por outros meios. Sua competência deve deslocar-se para o lado do incentivo para aprender e pensar. O docente torna-se um animador da inteligência coletiva dos grupos dos quais se encarregou. Sua atividade terá como centro o acompanhamento e o gerenciamento dos aprendizados: incitação ao intercâmbio dos saberes, mediação relacional e simbólica, pilotagem personalizada dos percursos de aprendizado, etc (LÉVY, 2010, p. 173).

Para tanto, verifica-se que o sistema em estudo está organizado de maneira a potencializar não só a assimilação individual dos conteúdos, mas também a aprendizagem cooperativa (ou colaborativa) como se discorrerá de agora em diante.

1.3.1 Fórum

O fórum é uma atividade que permite a discussão de um considerado número de indivíduos, cuja finalidade maior é debater determinado conteúdo proposto pelo professor/mediador, sem que seus participantes estejam presentes ao mesmo tempo e em um mesmo espaço físico. Nesse processo de aprendizagem, o professor não assume uma postura passiva, pelo contrário, sua função é extremamente desafiadora. Ao propor essa atividade, ele estimula a prática da cooperação, que é definida por Becker (2003), como “co-operação”, isto é, “co-operar” na ação é cooperar em comum. A cooperação caracteriza-se pela coordenação de pontos de vista diferentes, pelas operações de correspondências, reciprocidade ou complementaridade e pela existência de regras autônomas de condutas fundamentadas de respeito mútuo.

Para Otsuka (2001), algumas características são fundamentais para um trabalho em grupo mediado por computador. Estas características são denominadas de funcionalidades: a comunicação, a negociação, a coordenação, o compartilhamento, a percepção, a construção cooperativa de conhecimentos, a representação de conhecimentos e a avaliação.

Para a efetivação da cooperação na atividade fórum, alguns elementos importantes se apresentaram. Aqui, o professor da disciplina estabeleceu os pontos essenciais de uma mediação didática na atividade fórum:





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- O primeiro diz respeito ao que vai ser discutido, ou seja, ao estabelecimento da atividade propriamente dita. A comunicação clara da proposta da atividade é imprescindível em uma mediação didática virtual. Observe na figura 40, no primeiro parágrafo, a explicação detalhada do professor com o que se quer na atividade.

- O segundo, a metodologia, diz respeito ao como vai ser discutido, isto é, a definição de regras como uma forma de organizar a dinâmica das participações dos sujeitos na interação entre seus pares.

- O terceiro diz respeito ao ponto disparador das participações: a afetividade, que neste sentido se caracteriza como o fator primordial para incentivar as discussões entre a turma. A afetividade, neste contexto, é entendida como o desejo gerado no sujeito capaz de estimulá-lo a realizar interações com o que deseja conhecer. No fórum em análise, este sentimento é empregado, em primeiro momento, quando o professor atribui nota de avaliação e, em segundo, quando participa ativamente das discussões com os alunos. Percebe-se que os alunos possuem um objetivo comum, que seria alcançar um bom rendimento acadêmico ao final da disciplina. Portanto, deixar de participar do fórum ou participar sem o atendimento às regras propostas pelo professor seria um tanto desastroso para os próprios alunos. Para tanto, considerar o fórum como atividade avaliativa, motiva ainda mais as interações.

Na mediação dessa atividade, observa-se o professor como o “animador da inteligência coletiva” (LÉVY, 2010), sua presença nas discussões do fórum era muito ativa, o que não permitia aos alunos que tivessem uma sensação de abandono, chegando ao ponto de perderem o interesse pela discussão da temática.

Outro fator interessante e potencializador da ferramenta fórum, é que ela foi configurada para permitir flexibilidade de tempo e espaço nas mediações. Quando o professor promovia um debate em sala, muitas vezes, a estratégia didática das discussões ficava prejudicada pelo tempo, que não permitia a participação de todos os alunos com suas inferências, opiniões ou indagações. Todavia, como o sistema virtual era utilizado no suporte das aulas, o fórum permitia que os alunos continuassem explorando a temática, em outro horário (tempo) mais conveniente e em outro lugar (espaço) fora das paredes da sala de aula, mas dentro do tempo de oferta da disciplina e do que fora planejado pelo professor.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Os debates avaliativos em sala de aula convencional aconteciam da seguinte forma: Era planejado com antecedência pelo professor e agendado com a turma. Indicava-se a bibliografia para o estudo, cujo texto digital já estava disponível para acesso e *download* dos alunos na sala virtual. Todos recebiam um tempo para que pudessem realizar as leituras e o estudo do texto. Chegado o grande dia, o professor dava início à atividade, a sala de aula “fervilhava” com as discussões, todas muito proveitosas, mas que eram sempre interrompidas pela rigidez do tempo. Porém, os alunos eram direcionados a se desterritorializarem para darem continuidade, ao debate, no fórum da sala virtual, que ficava aberto para as discussões durante o período de uma semana. Parte de toda aquela riqueza construída em cooperação pela turma não se perderia, porque continuariam acontecendo e ficariam registradas no ambiente virtual da disciplina.

A mediação didática virtual pelo fórum possibilitava aos estudantes a participação efetiva de todos, sem exceção, inclusive daqueles que tivessem faltado a aula no dia do debate. O ambiente virtual graduacao@UFAM garante espaço seguro para gravar e armazenar os dados que neles são gerados, portanto, todas as interações que se registravam no fórum, ficavam disponíveis para a visualização posterior ao período das discussões.

O fórum contribui muito para a reflexão dos conteúdos discutidos em sala de aula. Essa ferramenta possibilita ao aluno um tempo maior para a análise dos conteúdos e conceitos explorados no debate. Permite que o grupo fique mais à vontade para questionar, concordar ou discordar, principalmente por aqueles que são tímidos e, por isso, raramente se manifestam.

Neste sentido, a mediação didática com o auxílio dessa ferramenta, contribui para o deslocamento do centro de atenção individual do professor para o grupo, como é perceptível no fórum de discussão. Na sala de aula convencional as discussões e interações ficam centralizadas nos alunos que tem mais facilidade em se comunicar oralmente. Tsui apud Parreiras (2010, p.213) afirma que apesar das melhores intenções de um professor em sala de aula, ele às vezes tende a interagir com alguns alunos mais frequentemente do que com outros. De acordo com o autor, isso cria a chamada zona de ação do professor.

Uma zona de ação se dá com aqueles alunos com os quais o professor tem mais contato visual, aqueles aos quais o professor dirige perguntas com mais frequência e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

aqueles que são nomeados a participarem ativamente de uma aula. Estes alunos estão dentro da zona de atenção e tendem a participar mais ativamente do que os que estão de fora. Todavia, no sistema virtual isso raramente acontece, pois é um ambiente democrático que favorece a interação de todo o grupo.

Logo, por apresentar características opostas à zona de ação, o fórum minimiza vários fatores que inibem a participação de todo o grupo, dentre eles o medo ou a timidez no falar. A interação favorecida pelos processos dessa mediação também estimula os alunos a refletirem sobre a aprendizagem.

Ao utilizar a ferramenta fórum como um auxílio a mediação didática, além de todos os fatores de contribuição pedagógica já citados, o professor tem a oportunidade de avaliar com mais propriedade o nível de desempenho da turma.

3.3.2 Envio de arquivo único e a modalidade avançada de carregamento de arquivos

As ferramentas do sistema graduacao@UFAM que possibilitam o envio dos trabalhos ou das atividades individuais e em grupo são: o “envio de arquivo único”, que permite apenas o envio de um único arquivo por vez, e a “modalidade avançada de carregamento de arquivos”, que possibilita o envio de vários arquivos por atividade. Essas duas ferramentas possuem o mesmo objetivo, permitir aos professores que proponham atividades ou trabalhos a turma; disponibilizem o espaço para que os alunos possam enviá-los digitalmente; programem o período de entrega; monitorem os envios dos trabalhos enviados dentro dos prazos estabelecidos e dos atrasados, que forneçam *feedback* e atribuição de nota ao trabalho.

Em uma atividade na qual os alunos precisavam construir as atividades em arquivos diferentes, a ferramenta utilizada foi a modalidade avançada de carregamento de arquivos. Observa-se no processo de coleta de dados, a preocupação do professor na orientação pedagógica quanto a proposta do trabalho a ser elaborado. Aspectos de clareza e sequência lógica no detalhamento da atividade são pontos característicos e essenciais presentes na atividade virtual. Verifica-se, neste sentido, a importância desse recurso para o processo de mediação didática, pois geralmente, quando o professor explica em sala de aula como o trabalho deve ser executado, muitas vezes surgem dúvidas se o professor



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

falou isso ou aquilo. Quando a proposta do trabalho se apresenta de forma clara e detalhada na sala virtual, o aluno tem a possibilidade de recorrer a esse espaço, sempre que sentir necessidade, para esclarecer possíveis dúvidas.

Outra potencialidade fornecida por esta ferramenta diz respeito a redução de custos financeiros com a impressão dos trabalhos. Os alunos, ao enviarem digitalmente seus trabalhos pelo sistema para a avaliação do professor, não precisavam ter custos com a impressão. O sistema era seguro e garantia confiabilidade para tal ação.

Em questionário semiaberto, perguntou-se aos alunos sobre o que eles achavam sobre a dinâmica de entregar os trabalhos pelo ambiente virtual. As respostas foram surpreendentes, pois 90,47% responderam que achavam ótimo entregar os trabalhos pelo sistema porque não precisariam gastar dinheiro com a impressão, somente 9,52% responderam que prefeririam entregar os trabalhos impressos. Neste sentido, também é perceptível a influência positiva da utilização desse sistema para a redução com gastos em impressões e conseqüentemente para a contribuição sustentável de preservação do meio ambiente.

A modalidade avançada de carregamento de arquivo ou o envio de arquivo único também disponibiliza o espaço para que o professor possa corrigir o trabalho fazendo o registro de suas ponderações e o lançamento da nota. Esse registro é chamado de *feedback* e é visualizado pelo aluno individualmente. Caso haja a necessidade de refazer o trabalho, o professor indica os ajustes necessários e solicita um novo envio do trabalho.

Figura 1 – *Feedback* na correção de atividade.

Nota 5 / 8
Média final: 8,00

Trebuchet 3 (12 pt) Língua B I U S x² x²

Prezada Michele sua atividade carece de melhor compreensão sobre os conceitos trabalhados no texto. Seria bom lê-lo novamente.

Você tem a oportunidade de melhorar a nota, portanto, você poderá enviar o seu trabalho com as alterações realizadas até o dia 20/03.

Atenciosamente Profa [nome]

Caminho: body

Enviar notificação via email

Salvar mudanças Cancelar Salvar e mostrar o próximo Próximo

Ficham [nome]

Copyright © 2013 Faculdade de Educação - Universidade Federal do Amazonas. Todos os direitos reservados.
Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 - Campus Universitário, Coroado I - Manaus



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Fonte: Laboratório de Ambientes Hiperfídia de Aprendizagem do CEFORT.

Na disciplina em estudo, ao perceber que alguns trabalhos precisavam ser melhorados, o professor solicitava aos alunos que realizassem as alterações e depois enviassem novamente o trabalho. As correções nunca ficavam para o fim do semestre; à medida em que venciam os prazos finais para a entrega dos respectivos trabalhos, o professor fazia as correções e lançava o *feedback* para que cada aluno pudesse acompanhar o seu próprio aproveitamento na disciplina e ter tempo para melhorá-lo, caso fosse necessário.

O novo envio do trabalho permite ao aluno refletir sobre o seu erro. Becker (2003), diz que o erro é condição necessária para a aprendizagem, sem o erro a aprendizagem não se constrói. Portanto, quando o aluno não atinge o objetivo proposto no trabalho, por meio dessa ferramenta, o professor pode solicitar, de maneira rápida e sem burocracia, que ele melhore o seu trabalho e o envie novamente. No processo de aprendizagem, refletir sobre o erro e buscar superá-lo estimula a “tomada de consciência”. Becker (2003) explica que nesse processo o sujeito se apropria dos mecanismos íntimos das suas ações, que são movidas pelo desejo ou necessidade, o que anteriormente chamamos de afetividade. A apropriação dos mecanismos íntimos das ações é a compreensão dos processos de interação que o sujeito emprega a fim de assimilar o conhecimento.

Observou-se ainda que o sistema registra tudo, inclusive, a hora e a data em que o aluno entrega o trabalho e o professor o corrige. Isso assegura e respalda o trabalho docente desenvolvido com a turma. Às vezes, pelo calhamaço de papel que o professor precisa carregar e guardar consigo até devolvê-lo novamente aos alunos, um ou outro trabalho acaba se misturando ou se perdendo. E neste sentido, o sistema `graduacao@UFAM` se torna eficaz, pois armazena todos os trabalhos separados por turma, sem que seja necessário se preocupar com a perda de documentos.

3.3.3 Diário

Durante o período de observação, acompanhou-se na sala virtual uma proposta didática mediada também pela ferramenta diário. Como o nome já diz, é um diário, e permitia aos alunos que registrassem individualmente o que era solicitado pelo professor. Neste sistema, um colega não visualiza o diário do outro, somente o professor tem acesso



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

aos diários individuais de seus alunos e cada aluno visualiza o seu próprio diário e o *feedback* do professor.

Em todas as aulas os alunos tinham uma atividade básica para casa, preencher o diário com anotações a respeito do desenvolvimento da aula e dos conteúdos trabalhados. Na aula da semana seguinte, o professor apresentava um relatório, gerado pelo próprio sistema, com as atualizações de quem havia preenchido o diário. Quem estivesse em débito perderia décimos na pontuação final, pois esse exercício fazia parte de um processo avaliativo contínuo. Se o aluno não tivesse computador em casa ou *internet*, poderia realizar e enviar as suas tarefas pelo laboratório de informática do Cefort.

O exercício individual mediado pelo diário, permitia aos alunos que fizessem um exercício de reflexão e de registro na memória acerca dos conteúdos trabalhados, do que foi assimilado e até mesmo do que não foi compreendido para não ser descartado pela memória de curto prazo¹³. Com o registro no diário ele poderia na aula seguinte apresentar suas dúvidas à turma ou ao professor em busca de um esclarecimento. O diário era usado como uma extensão da memória de trabalho biológica.

Lévy (2010-a, p. 92) afirma que,

a escrita é uma forma de estender indefinidamente a memória de trabalho biológica. As tecnologias intelectuais ocupam o lugar de auxiliares cognitivos dos processos controlados, aqueles que envolvem a atenção consciente e dispõe de tão poucos recursos no sistema cognitivo humano. Desta forma, as tecnologias intelectuais servem como paliativo para certas fraquezas dos processos automáticos como as heurísticas de raciocínio e os mecanismos esquematizantes da memória de longo prazo.

O diário utilizado como ferramenta de registro da escrita funciona como um armazenador de dados que auxilia a mente humana naquilo em que o sistema cognitivo necessita para conservar as lembranças da memória de curto prazo e também para potencializar a memória de longo prazo¹⁴.

A mediação com a utilização do diário incentiva o processo de aprendizagem pelo deixar-aprender, ou seja, permite ao aluno aprender a aprender. Em outras palavras,

¹³ De acordo com Zilse (2004, p. 43), a memória de curta prazo ou de curta duração “é aquela que se refere às lembranças imediatas de acontecimentos instantâneos que ocorreram há alguns minutos”.

¹⁴ Pode ser definida como a biblioteca interior do ser humano. Ela é responsável por armazenar lembranças e fatos importantes que foram vivenciados.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

significa que ao utilizar o diário com uma proposta metodológica e objetivos claros, o professor está possibilitando meios, inspirando os alunos à construção de conhecimentos e não à mera reprodução ou cópia destes. O deixar-aprender flui a partir de uma mediação didática docente que compreende que ensinar não é transferir saberes e que a aprendizagem só acontece por conta dos processos de interação que os sujeitos realizam.

O deixar-aprender é um processo pelo qual o professor permite ao aluno que ele compreenda o seu processo de aprendizagem (BECKER, 2003). Por meio do registro no diário, o aluno constrói o mapa mental dos conceitos que desenvolve na disciplina.

O diário também pode ser muito bem utilizado no estágio supervisionado de qualquer área disciplinar. Alguns professores do curso de pedagogia, nos anos de 2010 e 2013 utilizaram o diário como um recurso de acompanhamento das ações desenvolvidas pelos alunos no espaço escolar onde realizavam o estágio. Os alunos deviam preenchê-lo todos os dias com o registro das suas expectativas, experiências e atividades executadas em campo.

A ferramenta diário disponibiliza um editor de texto para que os alunos possam ajustar e formatar os registros. Vários recursos podem ser incorporados ao texto, dentre eles, ressaltam-se os *links* a sites e imagens. Este último, inserir imagens, foi muito utilizado para anexar as fotos que os alunos achavam necessárias incluir no relatório, como se observou na figura 49.

Na análise dos dados coletados do sistema virtual, percebeu-se que mesmo fazendo o acompanhamento presencial, os professores tinham a oportunidade de fazer um acompanhamento mais sistemático dos estágios pela ferramenta diário. Ao longo dos registros, esses professores, indicavam aos alunos, pelo próprio sistema, as orientações necessárias. Veja na figura 2 o *feedback* de um professor no diário de um aluno:

Figura 2 – Diário / estágio supervisionado com *feedback* docente



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Identificação da Escola :

Nome da escola: Escola Municipal Alternativa Padre Mauro Fancello.
 Endereço: Rua Domingos Monteiro, 136.
 Bairro: São Francisco:
 Estado: Amazonas/ Manaus
 Cep: 69079-430, telefone: (92) 3214- 9464.

Manaus 26 de junho de 2013 (quarta-feira)

Primeira visita na escola , apresentação dos estagiários para corpo docente da escola , reconhecimento do ambiente externo e interno , nesta semana a escola ainda não estava tendo atividades educacionais devido o recesso das festas juninas onde a mesmo ficou com uma semana sem atividade, a gestora não se encontrava presente ficando seus representantes responsáveis pela administração da escola.

A professora Antônia nos auxiliou durante todo esse processo de apresentação e reconhecimento do ambiente escolar, contado como foi fundada resumindo apresentou o histórico da mesma.

Manaus 28 de junho de 2013 (sexta-feira)

Retorno a escola para conhecer a estrutura tirar fotos ver condições estruturais como: iluminação, banheiros, bebedouros, sala de informática, biblioteca, ginásio de esporte, refeitório e área de recreação , noções sobre o bairro condições de moradia, nível econômico.

Ao meu ponto de vista gostei da escola e do lugar onde se localiza, ambiente agradável tanto para os alunos como para os profissionais da mesma.

Feedback: Nenhuma nota... quarta, 14 agosto 2013, 10:48

Francisca, seu registro está inicialmente, demarcando a localização da escola. De agora em diante, você vai registrar a sala de aula.No momento de registrar as atividades, as observações. Cuidar de ler o que vai sendo registrado, para verificar a redação, se falta alguma letra, algum plural, alguma palavra antes ou depois. Continue firme.

Fonte: Laboratório de Ambientes Hipermídia de Aprendizagem do CEFORT.

Na figura 2 a imagem foi recortada para que coubesse no espaço e pudesse ser mostrada com evidência a parte do registro feito pelo professor ao realizar um acompanhamento virtual com orientações ao aluno. No *feedback*, o professor assim se expressa:

Francisca, seu registro está inicialmente, demarcando a localização da escola. De agora em diante, você vai registrar a sala de aula. No momento de registrar as atividades, as observações, cuidar de ler o que vai sendo registrado para verificar a redação, se falta alguma letra, algum plural, alguma palavra antes ou depois. Continue firme! (PROFESSORA X, DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO, 2013).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Como se observa na escrita do professor X e nos demais registros observados na sala virtual, durante o período do estágio, os professores não estiveram presentes com os alunos só nas reuniões de orientação ao estágio e nas visitas às escolas. Pelo contrário, havia uma presença desterritorializada e interativa quase que diária entre o aluno em estágio e o professor orientador. Essa presença era possibilitada pela mediação didática com o diário e a virtualidade do ciberespaço.

A sistemática do registro diário pelos alunos propiciou ao final do período de estágio vários elementos, dados e informações pertinentes que pudessem compor com fidedignidade o relatório final. A experiência de utilização dessa ferramenta e de todo o sistema *graduacao@UFAM* pelos alunos do estágio supervisionado foi bem aceita pelo grupo. Isso se constatou ao analisar os diários dos alunos que realizaram o estágio no ano de 2010. Neste sentido se encontrou as seguintes afirmações:

No início do curso não gostei [...] quando eu fiquei sabendo que iria estagiar numa escola, pois queria estagiar na UFAM/CEFORT. Mas no decorrer do Curso acabei descobrindo que fui muito sortuda, pois pude participar do trabalho no Projeto Piloto do CEFORT [...] com relação ao estágio supervisionado [...] todos nós saímos ganhando, porque tivemos a chance de fazer parte do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico disponível em www.cefort.ufam.edu.br/graduacao@ufam/, onde participamos da implantação e desenvolvimento de software e de material instrucional para suporte às ações didáticas do Curso de graduação presencial em Pedagogia na UFAM, sob a responsabilidade dos Professores com vínculo institucional na Faculdade de Educação /CEFORT (ALUNO Y / DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO EDUCACIONAL, 2010) .

Outro aluno assim segue avaliando:

O estágio supervisionado foi melhor do que eu esperava, e os colegas que resolveram sair da nossa turma ir pra outra ou até mesmo desistir do curso, só lamento, mas eles perderam esta oportunidade única de poder participar do projeto “*graduação@UFAM*” que está sendo desenvolvido no Laboratório de mediações didáticas e tecnológicas do CEFORT, constituído como Laboratório de Hiperídia, coordenado pelo Centro de Formação Continuada desenvolvimento de tecnologia – CEFORT. Este estágio foi de grande valia para mim e para a minha formação acadêmica. (ALUNO W/ DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO EDUCACIONAL, 2010) .





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Conforme se observou ao longo deste capítulo, as mediações didáticas propiciadas pelas várias possibilidades de apropriação do saber pelas ferramentas: fórum, envio de arquivo único/modalidade avançada de carregamento de arquivos e diário, disponíveis e utilizadas nas salas ambientes do `graduacao@UFAM`, apontam para uma concepção de aprendizagem cujo foco não está centrado no professor, mas nos próprios sujeitos da aprendizagem, que neste espaço se constituem também como um coletivo pensante, pois aprender com a mediação de um sistema virtual rico em potencialidades didáticas, implica uma prática de comunicação interativa, viva, heterogênea, na qual os sujeitos podem participar e contribuir uns com os outros. Logo,

pensar é um dever coletivo no qual misturam-se homens e coisas. Pois os artefatos têm o seu papel nos coletivos pensantes. Da caneta ao aeroporto, das ideografias à televisão, dos computadores aos complexos de equipamentos urbanos, o sistema instável e pululante das coisas participa integralmente da inteligência dos grupos (LÉVY, 2010, p. 171).

O coletivo pensante é uma forma de sociedade anônima na qual cada um de seus membros possui uma história, experiências diversificadas, capacidades para aprender e compartilhar saberes. Lévy (2011, p. 96), na obra *Inteligência Coletiva*, escreve que o coletivo inteligente não submete e nem limita as inteligências individuais; pelo contrário exalta-as e abre-lhes novas potências. Neste sentido, a inteligência coletiva desenvolvida no sistema `graduacao@UFAM` não é a soma das inteligências individuais, mas uma forma de inteligência qualitativamente diferente gerada a partir do coletivo, que se acrescenta a inteligência pessoal e faz florescer uma mega rede cognitiva, complexa e rica de saberes, culturas e identidades.

O conceito de inteligência coletiva em Lévy, não pretende indicar pretensões deterministas de anulação do sujeito que pensa e age. A ideia aqui concebida é a de que o sujeito tem a sua consciência individual, mas o pensamento é e pertence ao coletivo. E neste sentido a inteligência também se torna coletiva, pois não é possível que o sujeito desenvolva suas habilidades cognitivas, emocionais e sociais se não estiver dentro de uma sociedade, de um grupo, de uma cultura com seus valores e dogmas, aprendendo,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

portanto, com outros atores humanos e não-humanos, se configurando como um sujeito coletivo.

Partindo dessa premissa Thomé (2001, p. 21-22) explica que:

A inteligência coletiva é uma inteligência totalmente distribuída, de modo que ninguém sabe tudo, mas todo mundo sabe algo; ela é valorizada de modo permanente e co-gerida em tempo real. Está relacionada ao conjunto da produção de conhecimentos humanos. Cada indivíduo, ao realizar uma ação, o faz tendo por base este conjunto. Portanto o indivíduo não é algo isolado, mas um cruzamento de múltiplos componentes relativamente autônomos e inter-relacionados. Deste modo, naquele que mobiliza ou produz conhecimentos, pensam também as comunidades que forjaram e fizeram evoluir os saberes humanos. Por isto, podemos dizer que o indivíduo é ele mesmo um coletivo, que se auto-organiza no interior da inteligência coletiva, participando simultaneamente de sua incessante produção.

Nota-se aqui que as ferramentas do sistema graduacao@UFAM apresentam, contribuições significativas para as mediações didáticas e para a aprendizagem individual e coletiva. Possibilitam de uma forma mais intensa a interação dos sujeitos com outros sujeitos e com objetos técnicos, cujo processo é um processo fundamental para a construção do conhecimento.

Percebe-se que a interação no ambiente virtual motiva ainda mais a participação dos alunos na sala de aula presencial, pois o virtual fluidifica, aumenta os graus de liberdade, produz efeitos e é um dos principais vetores da realidade. Ele permite o desprendimento do aqui e agora para impulsionar os processos de desterritorialização. Os elementos do virtual estão em constante negociação e crescimento, e por isso, abrem linhas de fuga que se desprendem dos limites estabelecidos pelos territórios da sala de aula presencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CEFORT, território de concepção, desenvolvimento e agenciamento do sistema graduacao@UFAM, efetiva o seu compromisso com o desenvolvimento e apropriação





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

da cultura e da ciência, voltado para a elevação da qualidade da aprendizagem por meio da formação continuada dos profissionais da educação. Sua experiência no desenvolvimento de sistemas de gerenciamento da aprendizagem, assim como sua infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, contribui para dar suporte e agregar qualidade a implementação do projeto na Universidade Federal do Amazonas, conforme preconizam as novas exigências legais de fomento à introdução das TIC's no ensino superior de modalidade presencial.

A Portaria Ministerial 4.059/2004 e a Resolução nº009/2011/CEG/CONSEPE¹⁵ reforçam o entendimento de que o ensino universitário não pode estar dissociado da realidade que se vive hoje neste início de século XXI. Desta forma, a Faculdade de Educação vem contribuindo com a inclusão de alunos e professores ao mundo das novas tecnologias, coadunando assim com o fomento de práticas pedagógicas atualizadas à realidade de um mundo permeado pela cibercultura.

Para que o sistema `graduacao@UFAM` pudesse ser utilizado como suporte às mediações didáticas nas disciplinas do curso de Pedagogia, foi necessário montar uma estrutura física de *hardware* e *software* e uma estrutura de recursos humanos experientes no processo. A estrutura física englobou os componentes da rede de dados tais como: servidor, sistema operacional, requisitos de segurança, bancos de dados, ambiente.

A pesquisa revelou que o sistema tem boa aceitação por parte dos alunos do curso de Pedagogia. Ela desmistificou os paradigmas contrários ao uso de tecnologias no ensino presencial ainda existentes na Universidade. Logo, afirmar que as mediações didáticas com o auxílio de ambientes virtuais não daria certo no curso de Pedagogia porque a maioria dos alunos não teriam condições de ter acesso a *internet* e ao computador, seria um verdadeiro engano. Os resultados coletados pelo questionário aplicado aos alunos mostrou que o perfil dos acadêmicos do curso pertence ao de pessoas que são usuárias de computador e possuem acesso a *Internet* e às redes sociais fora dos espaços universitários, sendo, portanto, na sua maioria, usuários do ciberespaço, familiarizados com o mundo virtual.

No `graduacao@UFAM` inúmeras são as possibilidades de mediações pedagógicas, pois ele possibilita a desterritorialização das disciplinas curriculares no

¹⁵ Aprova as normas de disciplinas semipresenciais em cursos de graduação presenciais reconhecidos na Universidade Federal do Amazonas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

tempo e no espaço, permitindo que elas flexibilizem os limites estabelecidos pelas paredes da sala de aula e pela rigidez das horas. Na disciplina X, o ambiente virtual é uma extensão da sala de aula. Ele armazena o material didático em textos, vídeos, imagens e links e o registro das interações da turma; disponibiliza exercícios e trabalhos que podem ser construídos individualmente ou em colaboração entre o grupo e pode ser acessado pelos alunos de qualquer localidade onde se tenha um computador conectado a *internet*. É um ambiente virtual planejado e construído pelo professor da disciplina com o auxílio da equipe técnica do CEFORT/UFAM.

Foi observado também que a utilização do sistema incentivou os alunos a um comportamento mais autônomo, participativo, cooperativo e reflexivo. A interação dos alunos acontecia, quase que em sua totalidade, pela escrita, as atividades mediadas pelas ferramentas fórum, mensagens e diário propiciavam aos alunos mais flexibilidade para ponderarem e refletirem acerca das mensagens recebidas e das suas próprias produções. À medida que os alunos produziam os seus textos para participarem das atividades, eles refletiam sobre a temática proposta para a atividade de forma mais sistemática do que na conversação face a face, pois a forma escrita demanda mais elaboração e reflexão do que a forma oral.

O processo de autonomia nos alunos foi gerado a partir da diminuição da intervenção do professor. As mediações didáticas auxiliadas pelo sistema investigado criam uma relação alternativa aluno-aluno, aluno-professor e aluno-grupo, que se torna benéfica para a mudança no tipo de participação do aluno na aula, que passa de receptor de informação a construtor de conhecimento. No sistema virtual, há um rompimento na verticalidade dessa relação, que desloca o centro de atenção do professor para o grupo. Essa prática leva a modificação da prática docente e da ação dos alunos em relação a aprendizagem, tornando-os mais autônomos. O planejamento de uma aula com alunos sentados nas carteiras enfileiradas diante de um professor detentor da informação é modificado, pois as práticas da aprendizagem em cooperação são constantemente propiciadas pelos recursos e ferramentas disponibilizadas no graduacao@UFAM.

Neste sentido, a postura didática do professor em relação ao planejamento dos momentos em sala de aula convencional e virtual também foram fortes propulsores para o rendimento satisfatório dos alunos na disciplina investigada. É importante salientar que o bom rendimento da disciplina, conforme se apresentou no capítulo dois, também foi



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

fruto do desempenho docente em relação ao conhecimento sobre as potencialidades da plataforma para o processo didático, ou seja, sobre a concepção pedagógica de aprendizagem na qual está alicerçada, sobre a estrutura organizacional básica da interface, sobre como utilizar as ferramentas e os recursos disponíveis nas mediações didáticas e nos processos de interação e aprendizagem, pois sem os quais toda a intencionalidade do projeto se tornaria inviável.

Planejar e ofertar uma disciplina que utiliza mecanismos de organização, comunicação e administração digitais é uma tarefa relativamente complexa, por exigir um empenho do professor, no que diz respeito a conhecimentos que vão além do conteúdo e da forma de conduzir a disciplina. Para tanto, observou-se que o conhecimento em relação a movimentação conceitual, didática e metodológica do professor no *graduacao@UFAM*, de acordo com o parágrafo anterior, é fruto do comprometimento do CEFORT/UFAM com o desenvolvimento do projeto na Faculdade de Educação. Em período anterior à oferta da disciplina, o professor recebeu instruções dos colaboradores técnicos do Centro, sobre o funcionamento do sistema e participou de um ateliê para a ambientação a plataforma digital e conhecimento de utilização das ferramentas de mediações didáticas.

As tecnologias de informação e comunicação geram uma metamorfose nas formas de aquisição do saber. No polo informático, o saber adquire uma nova configuração, constitui-se como um dos principais agenciadores das transformações na sociedade, pois cresce e se dissemina com muita rapidez e em grandes proporções, tornando-se impossível o acesso a sua totalidade. Todavia, se articula em rede como um infinito hipertexto, que propicia a construção de uma inteligência coletiva, que vai além da soma das inteligências individuais. As novas tecnologias surgem, portanto, como agenciadoras dos processos complexos vivenciados pela humanidade nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

BECHARA, João José Bignetti. *Aprendizagem em ambientes virtuais: estamos utilizando as pedagogias mais adequadas?* 2006, 102f. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BECKER, Fernando. *A origem do conhecimento e a aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2003.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

BERVIAN, Pedro A; CERVO, Amado Luiz. *Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Pertence Hall, 2002.

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto – Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. *Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso: 10/6/2014.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004. *Dispõe sobre a oferta, nos cursos de graduação presencial, de até 20% da carga horária total do curso na modalidade semipresencial*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf > Acesso em: 27 de dezembro de 2013.

BRITO, Luis Carlos C. de; THOMÉ, Zeina R. C. Universidade Federal do Amazonas. *Graduação@UFAM: implantação e desenvolvimento de software e de material instrucional para suporte às ações semipresenciais de 20% da matriz curricular do curso de graduação presencial em Pedagogia na UFAM*. Manaus: CEFORT, 2010. Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

BRITO, Luiz Carlos Cerquinho de (Org.). *Catálogo do Cefort*. Manaus: CEFORT; EDUA, 2006.

BRUCE, Glauco. HAESBAERT, Rogério. A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Nº 7, vol. 4, p. 7-22, 2002.

CASTRO, Thaís Helena Chaves de; CASTRO JÚNIOR, Alberto Nogueira; MENEZES, Crediné Siva de. *Orientações para o uso da web e produção de conteúdos em EaD*. In: THOMÉ, Zeina Rebouças Corrêa (Org.). *Guia de Referência para Produção Gráfica de Material Didático em Educação a Distância*. Manaus: EDUA, 2007.

CAVALCANTI, Francisca Maria Coelho *et al*. Projeto político pedagógico curricular do curso de pedagogia. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.1*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

GODOY, Arilda S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOY, Christiane; MELLO, Rodrigo B. de. (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.

GRADUAÇÃO@UFAM. Disponível em: <<http://cefort.ufam.edu.br>>. Acesso em: 12 de abril de 2013.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005. 5ª reimpressão, 2007.

LÉVY, Pierre. *A conexão planetária – o mercado, o ciberespaço, a consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. *As tecnologias da Inteligência - o futuro do pensamento na era da informática*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Ed. 34, 2010-a.

_____. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 8ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2011-a.

_____. *A máquina universo: criação, cognição e cultura informática*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

_____. *Cibercultura*. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2010-b.

_____. *O que é o virtual?* 2ª edição. São Paulo, Editora, 2011-b.

LÉVY, Pierre; AUTHIER, Michel. *As árvores de conhecimentos*. São Paulo: Editora Escuta, 2008.

MEC. *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Orientações Gerais. Catálogo da rede nacional de formação continuada de professores da educação básica. Brasília, 2006.

MOODLE. Disponível em: <<http://moodle.org>>. Acesso em: 15 de junho de 2013.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2005.

OTSUKA, Joice Lee. *Proposta de um Sistema de Aprendizagem Colaborativa Baseado no www*. In: Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, 2001, São José dos Campos, SP. Anais. São José dos Campos: SBC, 2001.

PARREIRAS, Vicente Aguiar. *Interação reflexiva na sala de aula virtual e o processo de aprendizagem*. In: MENEZES, Vera Lúcia (Org.). *Interação e aprendizagem em ambiente virtual*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

PIAGET, Jean. [1974] A tomada de consciência. São Paulo. EDUSP; Melhoramentos, 1977.

RAMOZZI-CHIAROTTINO, Zélia. *Psicologia e Epistemologia Genética de Jean Piaget*. São Paulo: EPU, 1988.

THOMÉ, Zeina Rebouças Corrêa Thomé. *O Parlamento das Técnicas e dos Homens: um estudo sobre as redefinições do trabalho numa indústria da Zona Franca de Manaus*. Santa Catarina: UFSC/CTE, 2001. Tese de Doutorado, Faculdade de Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. *Resolução nº 09/2011/CEG/CONSEPE. Aprova as normas para a inclusão de disciplinas semipresenciais em cursos de graduação presenciais reconhecidos na Universidade Federal do Amazonas*. Disponível em: <<http://proeg.ufam.edu.br/legislacao-e-normas/298-disciplinas-semipresenciais>>. Acesso: 10/6/2014.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: UMA VISÃO DO CONTEXTO NO ESTADO DO AMAZONAS/ BRASIL

EDUCATION, CITIZENSHIP AND HUMAN RIGHTS: A VISION OF THE CONTEXT IN THE AMAZON STATE/ BRAZIL

Raimundo Alves de Souza¹

alvessouza51@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo é um relato que reflete o quadro fiel de uma sociedade que vive à mercê da própria sorte, sobressaltada a cada momento, devido aos inúmeros perigos que existem. É triste reconhecer que grande parte da sociedade vive em condições desumanas e isso só tende a crescer a cada dia que passa. O que favorece essa situação é a má distribuição de renda, principal geradora da desigualdade social: uns com tanto e outros com nada. Este é o perfil de uma sociedade que vive sob o atual regime capitalista. O estudo tem como base a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Universal dos Direitos Humanos, bem como o papel da educação e da cultura para o exercício da cidadania e da inclusão social. O estudo bibliográfico tem o objetivo de contribuir para a formação da consciência cidadã numa perspectiva de como se encontram ações educativas voltadas para o cotidiano das pessoas no Amazonas. Além disso, procura-se difundir atitudes que reflitam o respeito mútuo, a convivência harmônica entre as pessoas, o respeito ao meio social e à natureza, os valores na sociedade e a dignidade humana com justiça, conforme preceitua a Constituição. A sistematização da assistência por parte dos direitos humanos tem contribuído na divulgação de algumas medidas de promoção a uma melhor qualidade de vida dos cidadãos no Estado do Amazonas.

Palavras-Chave: Desigualdade social. Educação. Cidadania. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

O fato de que esta introdução sobre Educação, Cidadania e Direitos Humanos, como foi denominado, representa, cremos, uma abertura para o exame de certas questões e abre a discussão sobre o que começa com a desigualdade social, a que se defronta com a educação, cidadania e, termina com os direitos humanos, para este estudo. Esta problemática que aflige as classes sociais dos que vivem, principalmente, na linha de pobreza e pelo trilho da exclusão social. Portanto, não há injustiça ao dizê-los desta forma.

O estudo sobre o assunto nos dá uma ideia de que todo grupo social – principalmente os que não são conhecedores dos seus direitos –, têm em si mesmo, em maior escala, os



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

infortúnios que atuam no sentido de sua exclusão de informação, renda, saúde, voto, escola, cultura, justiça...

¹ Doutor em Ciências Biológicas pela Universidad de León – ULE (España). Professor do Centro Universitário do Norte – UNINORTE/Laureate International Universities, alvessouza51@yahoo.com.br

Assim é que, nesse sentido, pode-se afirmar que é anormal, no que não deveria ser a presença de fatores de desorganização e de desintegração social no extrato da sociedade amazônica e brasileira.

Deste modo, tais fatores constituem parte do quadro de elementos e características dos grupos sociais, o que, sem dúvida alguma, motiva a dificuldade que existe em se conceituar o que seja anormalidade social – injustiça, cidadania, educação e direitos individuais.

Os temas abordados pelos autores consultados, pois este estudo tem o objetivo de visualizar os elementos que nos remetem para uma realidade, e para uma constatação de que a realidade social inclui necessariamente elementos anti-sociais e fatores de desorganização pela falta de igualdades e distribuição de renda, cidadania e direitos humanos. Diante disso, pode-se importar num processo de exclusão social dentro do grupo, e que decorrem, portanto, de obstáculos que crescem pelo avanço das tecnologias e a concorrência por valores materiais, sem que seja permitido acesso da população excluída do processo, em detrimento de valores de fraternidade.

Diante do exposto, depara-se com um modelo de cidadania que ultrapassa a simples concepção psicológica, pois apresenta uma análise dos conceitos inseridos nesta modalidade de estudos, todos elaborados por autores e enumerados com eventos e exemplo retirados da convivência com o ambiente de pobreza, e que se tornam historicamente pioneiras no aspecto da materialização por que passa a Educação e os Direitos no Brasil.

Enfim, este estudo vem com o ser humano numa espécie de primeiros passos neste século XXI e que hoje o mundo é marcado por grandes problemas que envolvem os mais diferentes aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais: desemprego, violência, pobreza, aquecimento global, esgotamento dos recursos naturais etc., porém, não esquecemos de que esse homem ainda é um agente transformador de sua história, do seu *status* de cidadania, pois



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

existe a perspectiva da mudança, da revolução, no seu *habitat* circundado pela flexibilidade das relações sociais e, sobretudo pela inclusão pela Educação.

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Assegura no preâmbulo da Constituição Federal Brasileira que todos os cidadãos gozem de uma melhor forma de vida possível com igualdade e justiça, porém, na realidade, isto não passa de uma utopia, pois, sempre haverá divisão de classes sociais de cunho puramente preconceituosas.

Segundo LENZA, (2010, p. 119),

Nos termos do preâmbulo da CF/88, foi instituído um Estado Democrático, destinado a assegurar os seguintes valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias: o exercício dos direitos individuais, a liberdade; a segurança; o bem-estar; o desenvolvimento; a igualdade e a justiça.

Para Victor Hugo, "A liberdade começa onde acaba a ignorância". *Os que vivem na ignorância jamais poderão chegar a lugar algum, e o seu preço é tão alto que poderá até restringir a própria liberdade.*

Os autores verbalizam o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça são princípios que norteiam o caminho em sentido mais justo e igualitário, afastando gradativamente a desigualdade social que dilacera, sem compaixão, os valores éticos e morais de uma sociedade, este não é um conceito de cidadania, mas uma vertente para o entendimento da cidadania.

Desigualdade econômica (chamada imprecisamente social, que ela acaba por provocar) é um problema que afeta atualmente a maioria dos países, mas principalmente os países menos desenvolvidos. Isso se dá principalmente pela distribuição desigual de renda de um país, mas também existem outros fatores, como a má formação educacional e o investimento ineficiente de um país em áreas sociais (WIKIPÉDIA, 2016)².

A educação é o melhor caminho para o desenvolvimento de um país bem como é um dos fortes indicadores para dar ao ignorante melhores oportunidades. Porém, nem todos conseguem alcançar este caminho considerando a existência de um grande abismo social que divide o nada do muito, o rico do pobre, o imbecil do inteligente.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

De que adianta termos tudo e perdemos o direito de ir e vir, de andar ladeado apenas por nossa família ou amigos? Ostentação requer uma proteção mais ostensiva, cercada de guarda-costas, cercas elétricas, cães ferozes, carros blindados, em fim, uma série de aparatos para garantir as condições de locomoção de um lugar a outro.

Os que se concentram no ápice da pirâmide também são vítimas de uma desigualdade criada por eles mesmos, que podemos chamá-la de "preconceito social".

Na base da pirâmide, vivem indivíduos em situações muito mais intrigantes, restando-lhes apenas as sobras dos manjares que caem das classes superiores. Assim, tanto uma quanto a outra torna-se refém da própria ignorância humana.

Com a desigualdade, a classe combatida da sociedade é a presa mais fácil de cair na armadilha de falsas promessas. Enquanto os mais afortunados vivem de forma extravagante, os famigerados padecem com a própria sorte.

Boa parte dos que estão no topo não deseja, em momento algum, que a educação seja primazia, a fim de que a classe menos favorecida não tenha voz ativa para defender seus ideais, pois sabe-se que a educação garante melhor condição de vida assim como consagra a própria Constituição Brasileira, no seu **art. 6º: São direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.**

Pensar que aqueles que praticam crimes contra a vida são os principais mentores de todas as mazelas sociais não procede. Piores são aqueles que, além de atentarem contra a vida, contribuem para dilacerar o único bem moral do indivíduo: a dignidade humana ou a retirada se sua cidadania.

EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

São direitos fundamentais, reconhecidos no âmbito internacional, garantidos pelo sistema social do qual o indivíduo faz parte. Todavia, para os Direitos Humanos atingirem patamar de norma, foi necessário um processo histórico, político, cultural e social. Inúmeras lutas se travaram com o objetivo de retirar o homem da violência e da opressão.

Ao visualizar o mundo atual com tantas disparidades, em que a busca desenfreada pelo poder e a coisificação das pessoas são tangíveis, a cultura e a Educação em Direitos Humanos podem configurar-se como possibilidades para transformar essa realidade.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A educação é um instrumento imprescindível para que o indivíduo possa reconhecer a si próprio como agente ativo na modificação da mentalidade de seu grupo, sendo protagonista na construção de uma democracia.

A segunda versão do programa (PNDH-2), de 2002, centraliza-se, principalmente, nas prerrogativas para a construção de uma sociedade mais igualitária não apenas em termos estritamente políticos, mas também sociais, culturais e econômicos. O PNDH foi ainda atualizado em 2010 (PNDH-3) e conta com seis eixos orientadores:

- | |
|---|
| • Interação democrática entre Estado e Sociedade Civil |
| • Desenvolvimento e Direitos Humanos |
| • Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades |
| • Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência |
| • Educação e Cultura em Direitos Humanos |
| • Direito à Memória e à Verdade. |

Antes de tudo, é indispensável que se reconheça que a educação é um direito humano, garantido pela Constituição Federal em seus Artigos 205 a 214. O texto constitucional é claro ao dispor que é dever da nação proporcionar educação a todos. As instituições de ensino, desde escolas básicas até as de ensino superior, devem direcionar seus projetos pedagógicos para os direitos humanos, preocupando-se não só com os conteúdos voltados para o letramento, mas também com a formação do caráter e da personalidade das pessoas.

A Educação em Direitos Humanos (EDH) enquanto uma proposta de política pública foi fomentada no cenário nacional com a instituição do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH e posteriormente com a elaboração e publicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEHDH em 2003, em resposta a uma exigência da ONU no âmbito da Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos (1995–2004).

Esse plano é um instrumento orientador e fomentador de ações educativas no âmbito da Educação em Direitos Humanos com o propósito de nortear a formação de sujeitos de direitos, voltados para os reais compromissos sociais. Por conseguinte, para se obter um padrão de vida melhor é começar pela saúde da Escola, depois o ensino pela Educação. E por quê? “Ora, Educação com qualidade, currículos adaptados as peculiaridade da localidade onde vivem estas pessoas, e mais: o respeito de preservação aos hábitos, modos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e costumes da ambiência, no qual fazem parte (com regras), e isso é o mínimo”. (SOUZA, 2016, p. 2).

Para que seja consolidada, a Educação em Direitos Humanos (EDH) necessita da participação dos profissionais do ensino, da sociedade civil, dos agentes e representantes políticos. A EDH trabalha com a orientação de crianças, jovens e adultos para que assumam suas responsabilidades enquanto cidadãos, promovendo o respeito entre as pessoas e suas diferenças; fazendo com que reconheçam seus direitos e defendam os direitos dos outros.

DESIGUALDADE SOCIAL E CIDADANIA

Rousseau acreditava que existiam dois tipos de desigualdade. A primeira, a desigualdade física ou natural, que é estabelecida pela força física, pela idade, a saúde e até mesmo a qualidade do espírito e a segunda desigualdade era moral e política, que dependia de uma espécie de convenção e que era autorizada e consentida pela maioria dos homens.

[http://pensador.uol.com.br/pensamentos filosoficos de socrates/-v](http://pensador.uol.com.br/pensamentos_filosoficos_de_socrates/-v).

O teto que os protege da chuva e do sol é a marquise de um edifício ou um viaduto de uma grande cidade. O papelão é o colchão que ameniza a dureza do concreto e o solo úmido da noite sombria. O tapo fétido e rasgado é o lençol que o protege nas noites frias. A água imunda e o lixo são os únicos alimentos que restam para saciar a fome. Assim é o reflexo de quem vive separado pela falta de educação, ausência de cidadania e marcado pela desigualdade social.

Tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente é a mais pura realidade. O Estado procura diminuir o abismo social que perdura por séculos e que tende a aprofundar à medida que a arrogância e a prepotência humana aumentam.

Assim, a Constituição e as leis infraconstitucionais de um país é que vão definir quem são os(as) cidadãos(ãs) e que direitos estão relacionados ao usufruto da cidadania. Esses direitos e deveres do(a) cidadão(ã) podem, inclusive, ser modificados, com acréscimo ou supressão daquilo que é facultado a um indivíduo ou grupo de indivíduos. A esse respeito, Maria Victória Benevides (acesso ao texto completo “Cidadania e Direitos Humanos” através do link



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>), ao refletir sobre as diferenças entre cidadania e direitos humanos, esclarece:

Cidadania e direitos da cidadania dizem respeito a uma determinada ordem jurídico-política de um país, de um Estado, no qual uma Constituição define e garante quem é cidadão, que direitos e deveres ele terá em função de uma série de variáveis tais como idade, o estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar ou não em dívida com a justiça penal etc. (BENEVIDES, 2012, p. 4).

Os direitos do cidadão e a própria ideia de cidadania não são universais no sentido de que eles estão fixos a uma específica e determinada ordem jurídico-política. Daí, identificarmos cidadãos brasileiros, cidadãos norte-americanos e cidadãos argentinos, e sabemos que variam os direitos e deveres dos cidadãos de um país para outro – é necessário esse esclarecimento.

Tratar os indivíduos de acordo à classe social não merece prevalecer, pois, a desigualdade é tanta que o Estado não consegue dar melhores condições de vida ao miserável a não ser uma simples compensação pecuniária em troca da educação, que seria mais que uma obrigação familiar e do próprio Estado.

Brilhante o pensamento de Sócrates: “O que deve caracterizar a juventude é a modéstia, a moderação, a dedicação, a diligência, a justiça, a educação”. São estas as virtudes que devem formar o seu caráter. É muito comum ouvir que nossos jovens são o futuro do nosso país. Todavia, eles devem ser o presente para que o futuro seja melhor, livre da corrupção, prostituição, das drogas, de todos os males que dilaceram os hipossuficientes, os considerados sem educação e cidadania, pobres na forma da lei.

Para Soares (2003, p. 12),

Na grande maioria dos estudos, a identificação de um indivíduo pobre ou indigente é feita com base na variável renda e em informações sobre sua família ou sobre seu domicílio. Assim, é bastante comum a utilização do indicador de nível de renda familiar per capita para determinar se alguém é pobre ou não.

Essa metodologia tem implicações diretas quando se trata de analisar a pobreza, e a diferença de sua incidência, entre mulheres e homens. Ao focarmos a pobreza em sua dimensão econômica, definimos como pobres todos aqueles que vivem em famílias cuja renda familiar per capita é inferior a um determinado valor definido pela linha de pobreza, no caso, ½ salário mínimo. Educação e Direitos Humanos mesmo numa era da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

globalização, não deixa de ser um processo por meio do qual uma entidade local estende a sua influência de forma mundializada, senti-lo, adquire a capacidade de classificar o que está localizado, bem como qualquer outra condição social fora do seu espaço. Nesse sentido, toda globalização não passaria de um localismo bem sucedido, ou de um **localismo globalizado** (grifo nosso).

Assim, se sucede com a educação, ela é um conjunto de ideais, ideias e valores do qual precisam ser valorizados no espaço e tempo devido, porque as gerações sucessoras precisam de um referencial que lhe traga bem estar social, a partir da igualdade humana.

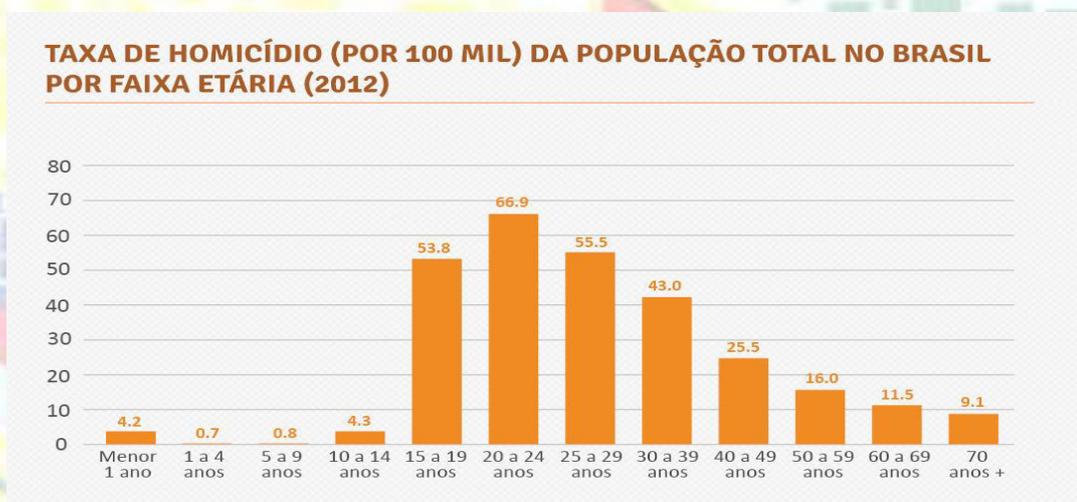


Figura produzida com base em *Waiselfisz* (2015, gráfico 1) e dados do IBGE.

A partir da análise desse gráfico, fica evidente a vulnerabilidade dos(as) jovens à violência disseminada na sociedade brasileira, onde Manaus, a capital, está entre as 10 (dez) cidades mais violentas, com mais homicídios no Brasil.

É claro que a Educação em Direitos Humanos, se tomada como medida isolada, pouco poderá contribuir para a mudança dessa realidade. Necessita-se, para isso, de um conjunto de ações voltadas para a redução da violência, promovidas por meio da expansão dos serviços públicos, dentre os quais se inclui, de maneira fundamental, a educação. Navegue pelo *website* Mapa da Violência para saber mais sobre o tema desenvolvido neste estudo. Acesso pelo link: [http:// www.mapadaviolencia.org.br/index.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/index.php)

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO AMAZONAS



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A partir dos tais “declaradores”, esses direitos expressos não são configurados pelo aparato jurídico, apenas “declarado” e tornados públicos. Pela etimologia da palavra entende-se que declarar direitos humanos e cidadania, tem o sentido de torná-los claros, para que se faça conhecido. De acordo com o dicionário *Houaiss* (2009) o termo significa: mostrar, fazer ver claramente, exprimir sentimentos, emoções, traduzir um fato. Assim, o será tido como direitos naturais, mesmo antes de sua declaração pública.

Segundo o autor, no Módulo II (2009), informa a que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), inspirada no pensamento liberal e em função da Revolução Francesa, fica evidente que esse instrumento reproduz apenas o conjunto de valores e de ideias advindas lá do direito natural.

Agora, pode-se falar em gerações de direitos humanos no Estado do Amazonas?

A ideia inicial de gerações de direitos humanos feita por *Karel Vasak*, no âmbito de um curso promovido pelo Instituto Internacional dos Direitos do Homem na cidade de Estrasburgo (França) em 1979, e que versou sobre a evolução dos direitos humanos utilizados como uma reflexão, cuja trilogia de valores humanos, sociais e espirituais da Revolução Francesa, que professava a liberdade, igualdade e fraternidade.

Ora, como se vê, se os direitos humanos são uma lenta conquista, por serem históricos, são suscetíveis a mudanças, alteráveis e passíveis de ampliação. É nessa geração a partir de 1998, que se permite que os direitos humanos sejam analisados a começar pela sua evolução a partir da ideia de etapas, gerações ou dimensões.

Nesta segunda geração está o contexto social, político e econômico que cria as condições para o aparecimento de direitos movidos pelas convulsões sociais geradas pela exploração da classe operária em face do capitalismo indisciplinado, sem regras e sem controle, não contidas nem reprimidas pelo Estado (MÓDULO II, 2014, p. 20).

Em nome da liberdade de iniciativa, grande numero de pessoas acabam submetidas a um processo total de degradação social sem que o Estado promova ações que lhes assegure um mínimo padrão de igualdade. Para tanto basta observar-se o Pólo Industrial de Manaus, onde sublimina apenas a garantia de salário, auxílio saúde, transporte, alimentação, porém as garantias individuais de trabalhador inexistem. Esses desafios para o entendimento da tensão que existe entre a comunicação intersindical se conflita com o intercultural e a globalização dos direitos humanos podem ser vistos num artigo publicado por Boaventura de Sousa Santos (2009) sobre o tema e, que ser encontrados



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

numa publicação da Revista “Direitos Humanos” da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil (2009).

É possível dizer que, se o próprio Estado do Amazonas, imenso, mas isolado do resto das demais regiões brasileiras se incumbir de realizar todas as ações para que esses direitos sejam cumpridos, sim ele poderá ser considerado responsável pelo fato de que muitos desses direitos não se cumpram no que se faz necessário:

Uma forma de iniciar o caminho à erradicação da pobreza é observar o desempenho do Estado, do seu dever de tomar todas as medidas razoáveis para tornar realidade o cumprimento dos direitos humanos [...], também, se poderá dizer que o indivíduo não cumpriu sua obrigação. (MENDONÇA, 2007, p. 35).

Ademais, pode-se apontar como responsável o Estado a partir do momento que não toma medidas a seu alcance para garantir esses direitos de forma prática, ou seja, tão logo quanto seja possível. Principalmente a educação.

Portanto, direitos humanos, democracia e o sistema de direitos são invocados na qualidade de conteúdos curriculares em todos os estabelecimentos de ensino, assim como a paz, o desenvolvimento e a justiça social como forma de reforçar o compromisso universal com os direitos humanos. (DECLARAÇÃO DE VIENA, 1993, p. 20).

Da mesma maneira, não é certo supor que, para a garantia dos direitos políticos e civis, em favor da liberdade de iniciativa seja ela pública ou privada, se sacrifiquem direitos econômicos, educacionais, de justiça e culturais e a partir daí sejam abandonados na condição de inaplicáveis devido o enorme contingente e parte da população de menor renda 62% de amazônidas (IBGE, 2015), são considerados “alienados” e não pode ser considerado lícito que, para justificar a falta de garantia de igualdade econômica, social e cultural, sejam sacrificados pelo processo da alienação dos direitos de liberdade, (MÓDULO II, 2014, p.18).

Para Santos (2009, p. 13), “os Direitos Humanos têm de ser reconceitualizados como multiculturais, e a partir daí implementar novas regras de aplicabilidade na conjuntura Nacional”. Concebidos como direitos universais, como tem sucedido, os Direitos Humanos tenderão sempre “a ser instrumento do choque de civilizações”, como concebe Samuel Huntington (1993), ou seja, como “arma por estas bandas do Ocidente contra o resto do mundo” (grifo do autor). É sabido que os Direitos Humanos não são universais na sua aplicação.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Serão os direitos humanos universais, enquanto artefato cultural, um tipo de invariável cultural ou transcultural, parte de uma cultura global ou localizada? A nossa resposta é não. Apenas a cultura ocidental tende a formulá-los como universais. Por outras palavras, a questão da universalidade é uma questão particular, uma questão específica da cultura ocidental, respeitando-se as peculiaridades de história, raça, etnia, gênero, cultura, etc.

Compreende-se, também que a história social do homem amazônico é rica em exemplos da atuação de grupos de influências ou grupos de pressão, chegando a produzir a figura do “paternalismo”. Os agentes são geralmente os mentores das mentiras públicas do Estado, ou melhor, do sistema político, o que hoje no Amazonas estão a merecer um estudo crítico e detalhado, principalmente, no ensino praticado nas escolas e Universidades, e em todos os níveis.

Enfim, de acordo com dados pesquisados dentre essas medidas, podemos mencionar, por exemplo, a busca do alargamento das estratégias de redução da carência de informações precisas e honestas veiculadas nas mídias sociais, bem como o combate às estruturas de pseudas cidadanias que geram e alimentam a pobreza material e espiritual dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse quadro, outro fato, ou conjunto de fatos, diretamente ligado ao desenvolvimento tecnológico e científico do mundo moderno, vai inserido nos processos de sócio-educativos num novo estilo de mudança, cuja profundidade e amplitude de estudo e ações precisam ser implementadas como a melhoria da qualidade na educação, consciência de cidadania e conhecimento dos direitos humanos através dos órgãos gerenciadores de tais causas.

Sabemos que o descompasso entre o processo educacional total e a realidade sócio-econômica das famílias tem a sua parcela de causação dos problemas, como de resto em outras manifestações socialmente humanas de direito e justiça. Somos de acordo em afirmar que o processo educacional total (compreendendo todo o condicionamento da liberdade e o comprometimento de todos tanto indivíduos quanto Estado, a partir do nascimento dos indivíduos), deva estar voltado, principalmente, para as crianças.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Observou-se que, o universo brasileiro atual da relação entre educação e direitos humanos, faz às vezes com descaso e lentidão a sua plena aplicação, isso dentro de uma política capitalista que não resiste, porque não prevê realmente, a aceleração histórica, às transformações socioculturais, econômicas, tecnológicas e a própria mudança dos modos de ser humanos, sempre influenciados pelos poderes das mídias sociais. Tais mecanismos de preparação da vida condigna para a vida social são, portanto, deficientes.

Notou-se durante a pesquisa que, as pessoas não são/estão preparadas para enfrentar o imprevisível da fome, da miséria e das discriminações, mas acostumadas à imprevisto. E, dado o grau de aceleração das mudanças, onde são afetos pelos novos modelos com se trata o problema, é impossível prever exclusão social num estado de direito, isso em tese, porém, o que se vê está longe em que o lema da Revolução Francesa de Igualdade, Liberdade e Fraternidade tenha uma receptividade entre a humanidade, e na Amazônia, não é diferente.

Na concepção de Souza (2015), também “é imprevisível saber se as mudanças sócio-culturais com uma visão libertária, permissível em que tudo pode, haverá melhorias reais nos papéis da cidadania, funções de humanismo, isso porque o conceito de ser humano há 200 anos está alijado do processo histórico e filosófico do homem”. E cabe ao Estado brasileiro, o que não é diferente ao Estado do Amazonas, uma reorganização do seu *status quo*, no que certamente deverá começar pelas crianças de hoje, finaliza o escritor.

Uma transformação do processo educacional, econômico, jurídico e cultural está em curso e sendo reclamada que haja uma maior participação de ambas as partes: estado e cidadão. De modo ainda impreciso, educadores, filósofos, artistas, musicistas, escritores, sociólogos, cientistas sociais, juristas e outros, estão fazendo as primárias tentativas de equacionar esse problema de insubordinação cultural, econômica e social que aflige o País, cuja compreensão em todas suas dimensões é difícil e fugidia reconhecamos.

Essas ações estão sendo concretizadas por meio de oficinas, palestras, placas educativas e publicações, entre outras ações voltadas para esse tema, cuja difusão se dá com a adoção de metodologias criativas que motivem e despertem o interesse pela participação dos jovens em atividades que valorizem a importância de uma conduta cidadã.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, M. V. (2012). *Cidadania e Direitos Humanos*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP.
- BITTAR, E. C. B. (Org.) (2008). *Educação e metodologia para os Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2008.
- BRASIL. (2011). *Constituição federal brasileira: compacto de direito*. 2ª ed. São Paulo: Ride El.
- G. SALMÓN, E. (2007). *O longo caminho da luta contra a pobreza seu alentador encontro com os direitos humanos*. Rev. Inter. Direitos Humanos, (online). vol. 4, n. 7, pp.152-167. ISSN 1983-3342.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.; FRANCO, F. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (IDEA). *Compulsory voting*. (2014). Disponível em <http://www.idea.int/vt/compulsory_voting.cfm>. Acesso em 10/06/2016.
- MENDONÇA, E. F. (2014). *Pobreza, direitos humanos, justiça e educação*. Mód. II, SECADI/MEC, Brasília: 70p.
- MENDONÇA, E. F. (2013). *Educação em Direitos Humanos: políticas e desafios*. Retratos da Escola. Brasília, v. 7, n. 13, p. 255-263, jul./dez. Disponível também: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/viewFile/303/473>>. Acesso em 15/06/2016.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECADI/MEC. (2014). *Mod. II: Características doutrinárias dos Direitos Humanos*. Brasília: 10 p.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECADI/MEC. (2014). *Mod. II: As gerações dos direitos humanos*. Brasília: 9 p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). (2014). *Plano de Ação: Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: UNESCO. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147853por.pdf>>. Acesso em 16/06/2016.
- SANTOS, B. S. (2009). *Direitos humanos: o desafio da intelectualidade*. Rev. Direitos Humanos, n.º 2, São Paulo: 10 p.
- SOUZA, R. A. (2016). *Educação, pobreza e desigualdade social: um tema recorrente*. Disponível em <<https://www.alvesdesouzaraimundo.blogspot.com.br>>. Acesso em 18/09/2016.
- UFAM. *Módulos I e III*. (2014). (Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social). SES/MEC.

NOTAS:

² Retirado do site:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Desigualdade_econ%C3%B4mica>



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

EDUCAÇÃO, ECONOMIA E AMAZÔNIA: O LUGAR DA SUSTENTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO

Marcílio de Freitas
 freitasufam@gmail.com

Mercantilizar a sustentabilidade é perenizar a exclusão da maioria da humanidade aos direitos de cidadania plena

Esclarecimento: Este ensaio constitui um texto simplificado do Capítulo 1 do manuscrito ‘Sustainability and modernity’, de minha autoria, em processo de publicação em formato de livro impresso.

RESUMO: Este ensaio analisa as formas, os sentidos, os nexos explicativos e várias contradições da sustentabilidade. Ela é problematizada no contexto do capitalismo; ética; natureza e cultura; educação; ciência e tecnologia; desenvolvimento econômico; política e dos espaços protegidos. Destaque às articulações e aos problemas que a sustentabilidade põe às ciências humanas, às ciências da natureza, ao substrato teórico que movimenta os mecanismos operacionais do desenvolvimento econômico, e aos seus compromissos com o nosso futuro. Este ensaio, também, propõe-se apreender os fundamentos e os principais mecanismos operacionais que movimentam a dinâmica da sustentabilidade, ressaltando os seus impasses, avanços e retrocessos enquanto agente civilizatório. A questão ambiental é problematizada e são esclarecidos os nexos científicos, econômicos e políticos subjacentes à questão ecológica, que fazem do desenvolvimento sustentável uma “ideia-força” que articula os lugares e as regiões com o mundo, potencializando a construção de novos paradigmas e utopias para o século 21.

PALAVRAS CHAVE: Homem-sustentabilidade-mundo; educação-ética-política; cultura-natureza-economia; território-desenvolvimento-cidade; ciências da natureza-ecologia-ciências humanas

1. Questão central

A invenção da sustentabilidade constitui o principal marco epistemológico do século 21. Mobiliza o poder público, as instituições de pesquisa, os parlamentos e o mercado. Propõe novos sistemas regulatórios às relações entre os povos e às políticas públicas, provocando mudanças nas matrizes produtivas, nas profissões técnicas e nas formas de organização da humanidade. Apreende as diversidades e as diferenças numa perspectiva que integra as culturas em direção às sociedades do saber. As ciências da educação constituem parte importante deste processo civilizatório. Educar e instrumentalizar as políticas públicas com programas e projetos que contribuam para que a sustentabilidade não fique refém do mercado, constitui um dos principais desafios das ciências da educação e da sociedade organizada neste século (Freitas, 2014a).

2. Sustentabilidade, educação, economia e território: fundamentos teóricos





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

2.1. Sustentabilidade e capitalismo; ética e materialidades

A construção do mundo sustentável é incompatível com os fundamentos e os mecanismos operacionais do capitalismo. Perenizar as representações materiais e simbólicas que movimentam o processo de construção da vida, coletiva e solidária, abarcando as diversidades culturais e sociais mundiais, constitui o principal pressuposto do paradigma da sustentabilidade. Fundamento que se contrapõe à dinâmica jurídica e normativa deste regime político que se assenta no lucro e na privatização exacerbados. Perenizar uma cultura de inclusão social e a estabilidade ecológica, em escala mundial, amplia esta contradição, considerando que o capitalismo, também, se autossustenta por meio da alienação e da exploração intensiva e depreciativa do homem e dos recursos da natureza. Resignificar o capitalismo no contexto deste estágio final de opressão social e pilhagem econômica mundial constitui o principal empreendimento político do século 21. A educação tem um papel chave neste processo.

O mundo mudou radicalmente desde o século 20. Industrialização intensiva, maior concentração populacional urbana e inserção da mulher no mercado de trabalho são referências históricas deste período da humanidade, também marcado pela sociedade de consumo, a cultura de massas, por duas grandes guerras mundiais, redes e plataformas sociais e rígido controle político e econômico pelos países centrais. Neste período, a educação, a ciência e a tecnologia tiveram papéis relevantes na construção das políticas públicas que contribuíram para melhorar a qualidade de vida e humanizar as pessoas e os espaços coletivos numa pequena parcela de países. Ampliar e compartilhar estas conquistas da humanidade com todos os povos mundiais, também constituem compromissos da educação.

O século 21 põe desafios novos neste processo: sustentabilidade, inovação e empreendedorismo. Incorporar estas noções às políticas públicas, em forma integrada, exige diferentes abordagens, metodologias, estratégias e mecanismos operacionais da educação, ciência e da tecnologia, desdobrando-se nos processos de ressignificações dos conceitos de cidadania e de desenvolvimento econômico. Numa perspectiva de promoção social e preservação ambiental, atribuindo novos sentidos às relações entre as pessoas, destas com o mundo, e fortalecendo a ecologia como paradigma universal.

A tendência de desestabilização socioecológica do planeta, pondo em risco a perenidade da espécie humana, potencializa a importância e o alcance da noção de sustentabilidade, entrelaçando-a aos fundamentos econômicos, religiosos e científicos do processo civilizatório, numa nova centralidade política e ética. Numa perspectiva que promova e privilegie os empreendimentos locais, assentados num novo sistema ético baseado na reavaliação das noções de valor e direito.

Valor e direito à vida; valor intrínseco da natureza e dos serviços ambientais; cultura, natureza e valor simbólico; direito individual e preservação ambiental; direito coletivo e relações internacionais, dentre outras, constituem temáticas polêmicas que movimentam os novos tratados e acordos internacionais, e as políticas públicas nacionais e locais. Resignificar os fundamentos, os sentidos explicativos e os mecanismos operacionais da noção de valor exige, também, revisar as formas, os conteúdos e os alcances das crenças e dos desejos humanos. Nesta conjuntura, as três categorias clássicas, valor-verdade, valor-utilidade e valor-beleza (Latour et al., 2008) desdobram-se em valor-vida, valor-humanidade, valor-cultura, valor-universo, valor-natureza, valor-sustentabilidade, dentre outras categorias mais complexas e com maiores alcances heurísticos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A ética da sustentabilidade abarca temas e concepções que se manifestam nas políticas públicas e no processo de produção e construção da vida humana, potencializando novas tensões, contradições e rupturas entre as concepções ecocêntrica e antropocêntrica. Esta conjuntura dificulta a construção de consensos públicos assentados em marcos regulatórios e normatizações capitalistas.

Torna-se premente instituir um princípio de determinação de critérios que identifique e organize metodologias e prioridades de classificações individuais e coletivas (Routley, 2007, p. 46-48), tendo como referência a indissociabilidade da cultura com a natureza, criando as relações de base dessa nova ética da sustentabilidade. Ética que se movimenta, guiada, simultaneamente, pelo tempo breve associado às necessidades humanas, e pelo tempo longo articulado à perenidade da espécie humana e do planeta (Meunier et al., 2005). A fusão da história da humanidade à história da matéria potencializa esta dimensão ética numa perspectiva em que o homem não se comporte como proprietário da natureza e se proponha modificar, internamente, as morais predominantes.

Este estudo problematiza a natureza e o alcance da sustentabilidade associando-a aos impasses e contradições da humanidade, e valoriza os atributos humanos dirigidos à construção da paz e do mundo melhor para todos. Aplica esta noção em diferentes situações físicas e simbólicas, e apresenta algumas formas e identidades do desenvolvimento sustentável situado. Ilustra sua complexidade, incrustando-a em diferentes conjunturas. Em linguagem direta faz-se análises sobre a natureza da sustentabilidade, os entraves e controvérsias postas à sua legitimação técnica e a premência em se construir uma ética que institucionalize os compromissos das pessoas e dos Estados nacionais com o desenvolvimento sustentável.

2.2. Sustentabilidade e estética da vida; ressonâncias e impasses

Os fundamentos das políticas educativas encontram-se em processo de degenerescência. Os métodos de construção, organização, transmissão e aplicação do conhecimento não apreendem a complexidade e a unidade das questões contemporâneas. A tirania do Estado, a descrença e a prevalência de uma concepção histórica deformada por ampla parcela de professores contribuem para agravar esta crise mundial. A educação direcionada e induzida pelo (ao) mercado superposta à expropriação das ciências e das tecnologias por este mesmo mercado, em detrimento da educação centrada na condição humana e numa inserção social equânime e solidária, tende transformar este quadro civilizatório num simulacro (Delors, 1997), que se agrava com as contínuas crises econômicas estruturantes do capitalismo central.

As concepções mecanicistas, evolucionistas e binárias que permeiam estes processos dificultam a construção de uma solução sistêmica para este impasse civilizatório, numa conjuntura em que se propõe instituir a sustentabilidade como nova referência paradigmática.

A construção de projeto de desenvolvimento sustentável de caráter mundial constitui uma exigência inadiável. A preservação da vida constitui a gênese deste empreendimento que mobiliza atores políticos, científicos e econômicos e abarca contradições estruturantes do processo civilizatório, tais como: o lugar como expressão de convivência e resistência e o mundial como desdobramento de determinações e ambiguidades; a tirania dos processos econômicos e a fluidez do mercado financeiro; o etnocentrismo das culturas hegemônicas e a diversidade cultural mundial; o fetiche da mercadoria e a emblematização das representações simbólicas; o imbricamento da natureza na condição humana e o imbricamento da condição humana na natureza; as realidades virtuais e as virtualidades das realidades.

Os fundamentos do conhecimento organizado vigente ainda não têm alcance heurístico para propor soluções às questões relevantes da modernidade que se põem como obstáculos e entraves ao aperfeiçoamento do homem e da humanidade. Há exigência



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

inadiável de se desconstruir a concepção biologizante incrustada na história universal, pois existe total disjunção entre a ideia de vida no ser humano e de sobrevivência biológica (Morin, 1990, p. 115-123).

Faz-se necessário instituir as bases estruturantes da educação da sustentabilidade assim como as da sustentabilidade da educação entrelaçando as ciências humanas aos processos da natureza e vice versa. O ritmo e a intensidade do sincronismo entre estas duas ações constituem elementos determinantes à construção da estética do humanismo.

Estética movimentada pelo substrato material no qual as linguagens representativas dos processos culturais transgridem os empreendimentos econômicos e políticos, compromissando-se, em forma ponderada, com as realidades sociais dos locais, das regiões, dos continentes e do mundo (Freitas et al., 2003).

A forma de organização do conhecimento científico constitui entrave à cristalização desta estética. A divisão da natureza entre o mundo dos vivos e o mundo dos não vivos, põe-se como impasse à construção de teorias holísticas e sistêmicas sobre sua dinâmica. A natureza apresenta-se como processo; como todo processo de escolha possui consciência sensível, ele não tem alcance heurístico para explicar o seu caráter (da natureza). Tudo que pode ser feito é utilizar a linguagem que permite mostrá-la especulativamente (Whitehead, 1998, p. 178-179).

Este quadro-síntese reafirma a concepção na qual o pensamento universal, os sistemas filosóficos e a cultura que movimentam os processos científicos e tecnológicos continuam cindidos em duas grandes vertentes: os estudos sobre os fenômenos da natureza, considerando esta entidade como parte isolada do homem, e os estudos sobre o homem, comunidades, sociedades e os processos civilizatórios, enfim, sobre os processos materiais e simbólicos que dão suporte aos elementos organizativos e dinâmicos da sociedade, considerando-os como independentes da natureza. As ciências da natureza isolaram o homem dos processos sociais e as ciências humanas isolaram a natureza dos processos sociais, com procedimentos metodológicos que fortalecem, cada qual a seu modo, a negação da unicidade homem-natureza e o refutamento de referenciais epistêmicos interdependentes (Freitas et al., 2003).

Este entrelaçamento recíproco, “homem-natureza”, constitui a base-estruturante da estética da vida que na pós-modernidade tem privilegiado os processos científicos alicerçados no positivismo e no realismo. Concepções reducionistas e deterministas que têm como matriz a mesma ontologia: a dissociabilidade homem x natureza. Esquema de pensamento científico simplificador que impossibilita a construção de gênesis civilizatórias consistentes, e que contribuíram para incrustar, definitivamente, o racismo, a miséria e a destruição ecológica do planeta na história universal.

Neste contexto, a base material e simbólica dos processos que movimentam a estética da vida precisa ser reinventada, por meio de rupturas com as suas condições e matrizes geradoras standards. Desdobrando-se na emergência da estética da sustentabilidade que exige a mudança de relação do tipo ‘homem-natureza’.

Educação, ciência e tecnologia precisam se revisar internamente para identificarem e proporem soluções aos problemas relevantes deste quadro histórico.

2.3. Sustentabilidade, educação e os contornos dos processos da natureza

Educação, ciência e tecnologia constituem agentes-motores desta era da globalização em que mudaram os atores, as concepções, estruturas, regras, cenários, sentidos, interpretações, significados e os sistemas de pensamento. Ampliaram-se os alcances dos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

projetos científicos e tecnológicos. Os processos econômicos multiplicaram suas escalas de produção e atuação, fragmentaram-se para se expandir, compondo novas parcerias e atingindo mais consumidores (Freitas, 2008a).

As inovações tecnológicas decorrentes da compreensão dos princípios básicos da atomização dos fenômenos da natureza, articuladas aos processos sociais, integraram-se e aceleraram a produção e expansão dos sistemas econômicos em âmbito global. Em desdobramento, o controle do desenvolvimento e aplicação das tecnologias de novos materiais, redes de informação e do deslindamento do código genético pelos grupos transnacionais, contribuíram para reordenar a economia mundial numa perspectiva pragmática e liberal.

Num contexto mecanicista e evolucionista, a simplificação, a intolerância e a vulgarização das questões culturais universais amplas, tacitamente, colaboraram para que o mercado e o marketing incrustassem a noção de ecologia nas ciências aplicadas, como estratégia de reforço do processo de concentração financeira, fortalecendo as tendências de desigualdades sociais mundiais (Freitas, 2008b).

Conjuntura que reafirma a premência em se incorporar aos fundamentos do conceito de natureza, elementos que relevem a imprescindibilidade das diferenças e diversidades sionaturais próprias das culturas mundiais.

Os contornos dos processos da natureza são históricos. Os especialistas atribuem à educação, papel relevante na construção de mentalidade política mais agregadora e sistêmica, incorporando uma concepção crítica, radicalmente comprometida com os desafios que a sustentabilidade põe à humanidade no século 21.

Construir novos paradigmas para as ciências da educação e a educação científica constitui condição necessária para se desenvolver abordagens e formas de organização alternativas para alinhar as práticas sustentáveis com os modelos de desenvolvimento inovadores e inclusivos. A solução destas controvérsias exige medidas institucionais amplas e duradouras, compromissadas com a concepção civilizatória assentada na sustentabilidade das pessoas, do planeta e na perenidade da humanidade.

A noção de sustentabilidade, também, se entrelaça às diversidades sociais e ao direito de autodeterminação, potencializando instrumentos políticos e econômicos próprios e necessários a cada modelo de desenvolvimento. Neste sentido, ela reserva especial atenção às mulheres, às minorias e reforça os programas educacionais especiais, em particular a preocupação com a construção da paz e o futuro da humanidade e do planeta.

É neste cenário que a educação, ciência e a tecnologia se movimentam para romper com seus fundamentos tradicionais, reafirmando-se como instrumentos imprescindíveis à solução de problemas multifuncionais da humanidade, em especial, a preservação da vida no planeta. Direcionar e instrumentalizar este patrimônio à valorização da subjetividade humana, ao exercício da tolerância e ao aperfeiçoamento das relações do homem com a natureza, consigo mesmo e com o 'outro', constituem compromissos da educação com a sustentabilidade. Nesta nova ordem mundial, diversas questões econômicas se incorporaram às pautas nacionais e internacionais.

A rápida exaustão da fecundidade dos solos com o acelerado uso de produtos químicos nas atividades agrícolas; a pressão sobre as fontes de recursos naturais, aumentando as tensões políticas locais e regionais; a criação de fronteiras agrícolas em regiões estratégicas às estabilidades físico-químico-biológica e climática do planeta, em particular na África central, sudeste da Ásia e Amazônia pan-americana; o colapso dos modelos econômicos baseados no uso intensivo de combustíveis fósseis, e a rápida deterioração do patrimônio genético mundial constituem preocupações dos Estados



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

nacionais e da opinião pública mundial. A crescente demanda energética e a exigência de preservação ambiental agravam este quadro de riscos e incertezas.

Quadro civilizatório que ressoa nos modelos de desenvolvimento sustentável; no limite pode-se afirmar que as diferentes concepções de desenvolvimento sustentável assentam-se no princípio estruturante que pressupõe a existência de uma planificação participativa, que possibilite o reequilíbrio dos poderes entre a marcha do mercado, do Estado e da sociedade civil, conforme o perfil desta última (Vivien, 2001), numa dinâmica de entrelaçamento recíproco com os processos da natureza. Imprimindo, dessa forma, historicidade ao desenvolvimento.

A operacionalidade técnica da noção de sustentabilidade exige a substituição da atual matriz industrial. Impõe também: a mudança dos fundamentos das políticas educacionais, em todos os níveis hierárquicos, e a formulação de novos paradigmas para as ciências e tecnologias com impactos diretos em suas formas de organização.

3. Sustentabilidade e política

A crise ecológica constitui um estágio final da opressão social e econômica do regime capitalista. Estas opressões de raça, classe, gênero e da natureza desdobram-se em diferentes matizes da crise ambiental no século 21 (Plumwood, 1993; Pepper, 1993), reafirmando a incompatibilidade de secularização do regime capitalista com um desenvolvimento do tipo sustentável. A história universal mostra a correlação entre a exploração do homem e a exploração da natureza pelo regime capitalista; reafirma também que a natureza é uma construção social indissociada da condição humana, a despeito dos meios de produção estigmatizá-la como mercadoria e produto.

Na perspectiva capitalista, em tese, os modos de apropriação e ocupação da natureza satisfazem determinados critérios universais compatíveis com limites e capacidades de resiliência dos seus ciclos e de suas representações materiais e biológicas. A ausência da condição humana e dos processos culturais neste processo político constitui um impasse para o processo civilizatório.

A premência em se romper com esta conjuntura mostra a pertinência em se construir modelos de desenvolvimento integrados às culturas, e centrados no paradigma da sustentabilidade. Exige, também, que as práticas sustentáveis sejam ponderadas e contextualizadas às realidades socioeconômicas, suscitando problemas novos à humanidade, a partir das localidades e regiões. As dificuldades em se estabelecer parâmetros universais que referenciem este tipo de desenvolvimento e conciliem interesses políticos antagônicos, no regime capitalista, estimula ações e planos governamentais contraditórios, com poucas perspectivas de se converterem em políticas públicas plenas, pelos menos nos países subdesenvolvidos.

A miséria exacerbada, o baixo nível de educação formal e a desestruturação dos Estados nacionais conspiram contra o êxito deste tipo de desenvolvimento. O funcionamento regular de um sistema econômico pressupõe a existência de um sistema político, articulado com a educação, ciência, tecnologia e grupos transnacionais (Furtado, 1987, p. 279), condição também inexistente em maioria dos países.

Construir a unidade política com contornos regionais e nacionais localizados, e alinhar os fundamentos geradores dessa unidade com o sistema econômico, em direção da sustentabilidade, constitui o principal desafio posto aos Estados nacionais, nesse contexto de incertezas e riscos. O incrustamento da ecologia neste universo heurístico, a partir do século passado, exigiu a revisão ontológica deste quadro clássico, pois o grau de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

flexibilização do sistema econômico mundial às exigências das agendas ambientais e a formalização de políticas públicas de combate à pobreza extrema também constitui referência estruturante para se construir o desenvolvimento sustentável (Freitas, 2004).

A impossibilidade sistêmica de coexistência harmônica entre os modelos econômicos vigentes e o planeta ecologicamente estável potencializa a construção de novas formas de produção e consumo, ordenamento territorial e práxis política. À semelhança da luta de classes, a sustentabilidade constitui uma categoria estruturante que abarca estas complexidades da pós-modernidade. Mudanças das relações de produção, das relações Estado-sociedade, e do homem-sociedade; transformação radical da educação, do consumo, da matriz industrial, da relação do homem com seu meio, e novas formas de relações diplomáticas em longo prazo são exigências políticas que movimentam o processo de construção do desenvolvimento sustentável.

A construção desta “gênese-política” universal põe responsabilidades diferenciadas ao homem e às instituições. Autoconfiança e prudência são predicados humanos indispensáveis nesta era da humanidade, em que a solidariedade transnacional e intergeracional, também, apresenta-se como pressuposto indispensável, considerando que todos fazem parte do problema (Sousa Santos, 1997, p. 296). Autoconfiança que se entrelaça com o sentimento de perenidade e solidariedade da espécie humana, atribuindo-lhe sentido de pertencimento e fraternidade, e ao se articular com a percepção, torna-se o agente-motor da práxis emancipatória compromissada com as práticas sustentáveis localizadas.

A dificuldade em se estabelecer e institucionalizar padrões de controle e mecanismos fiscalizadores das políticas ecológicas, em âmbito mundial, põe incertezas e riscos à sustentabilidade no tempo longo. A inserção dos movimentos sociais e do direito internacional neste processo potencializa futuros mais promissores. O não cumprimento dos protocolos ecológicos internacionais, pelos EUA e China, dificulta os acordos internacionais dirigidos à proteção ambiental mundial, inviabilizando as soluções negociadas e consensuadas de maior impacto.

Este contexto contraditório potencializa a articulação política entre blocos de países e setores econômicos compromissados com o mundo mais preservado ambientalmente. Estimula também a criação de novos espaços públicos multiculturais, maior normatização dos programas ambientais e impõe restrições aos discursos liberais e clientelistas. Põe-se a perspectiva do conceito de sustentabilidade não se constituir como solução, mas como método que balizará a reflexão e a justificativa de escolhas.

O desenvolvimento sustentável reintroduz uma ambiguidade política: o progresso pode ser ao mesmo tempo, origem de vida melhor e destruição irreversível; ele solda o tempo do progresso, da inovação técnica e da troca comercial, quase instantânea, ao tempo da estabilidade, o tempo intrínseco ao que se deve conservar. Introduce dupla temporalidade de referência, duplica o nosso espaço de referência, conduzindo a ação a referir-se, simultaneamente, aos espaços locais e às solidariedades mais amplas. É frequentemente quando ele produz esta ambivalência e provoca o conflito que ele favorece a dinâmica de durabilidade.

A problemática do desenvolvimento sustentável remete-se, necessariamente, à produção científica e tecnológica, e, portanto, ao papel e à responsabilidade dos pesquisadores e professores, porque a produção científica não é somente a produção do mundo por meio dos múltiplos objetos e representações que dele decorrem. O desenvolvimento sustentável pode, por conseguinte, adquirir real estatuto quando introduz uma ambivalência na maneira de considerar a produção de conhecimentos,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

quando possibilita o debate sobre as prioridades e os desafios do conhecimento (Meunier et al., 2005, p. 132). Exige novos programas para educação científica.

3.1. Sustentabilidade, educação e desenvolvimento

O desenvolvimento econômico se concretiza por meio de processos de desequilíbrios mecânicos, que se manifestam em dissociações de formas antigas e associações de novos conteúdos, práticas e mercados.

Na materialização deste processo, as condições iniciais e os problemas de contorno adquirem a mesma relevância do objeto em foco. Atuam como elementos geradores e moldam novas matrizes educacionais, científicas e tecnológicas, que se complexificam à medida que as formas-conteúdos evoluem no tempo, incorporando os discursos políticos e gerando nova estética de desenvolvimento. Durante este processo, os elementos geradores, incorporados e fundidos aos cenários decorrentes, perdem, irreversivelmente, suas identidades e passam a constituir, estruturalmente, nova temporalidade, novo universo epistemológico.

A presença destas contradições não nega a possibilidade concreta de desenvolvimento, ao contrário, reafirma-a. Desenvolvimento que também se assenta em agentes externos para se autossustentar num processo de desequilíbrio progressivo, priorizando as categorias de quantidade em detrimento da qualidade. A contínua subsunção das bordas pelos centros agrava este quadro, impondo sentido único no fluxo dessa sustentabilidade do desenvolvimento, que se constrói e se movimenta a partir de singularidades incrustadas nas universalidades (Freitas, 2006).

Todo modelo econômico pressupõe um sistema político que envolve diferentes interesses e atores, movimentando a formulação, o planejamento, a organização e os mecanismos operacionais dos modelos de desenvolvimento. Em geral, o planejamento desses modelos tende à idealização e ao artificialismo extremo; ao contrário de seus mecanismos operacionais que se baseiam numa política para inovação e empreendedorismo centrada no paradigma da competitividade industrial.

Inovar na criação de novos produtos, importar e aperfeiçoar inovações tecnológicas disponíveis e organizar um sistema de inovações de processos e difusão são condições necessárias ao desenvolvimento tecnológico e econômico dos países que competem no mercado mundial. A vinculação de suas bases produtivas com as estruturas laboratoriais constitui uma dimensão estratégica deste processo.

As matrizes dos processos e produtos tecnológicos que constituirão a base de transição da economia tradicional (combustível fóssil, indústria e agricultura depreciativas e transporte poluente) para uma economia ecológica (baixo carbono, mecanismos de desenvolvimento limpo, produtos recicláveis e preservação ambiental) ainda são muito críticas. A invenção de inovações centradas no desenvolvimento de novos materiais, de fontes de energia limpas, no combate à miséria, e nas redes e plataformas sociais constitui elemento-chave para os modelos de desenvolvimento e o futuro sustentável do planeta. A economia ecológica estuda e desenvolve mecanismos operacionais que interrelacionam as atividades e práticas econômicas com a dinâmica dos ecossistemas, em forma sustentável (Proops, 1989, p. 59-76).

Sua base material depende da implantação de estruturas laboratoriais consorciadas que possibilitem fundir as tecnologias hightech com a exploração sustentada dos recursos da natureza, priorizando as engenharias, as inovações e as tecnologias dos novos materiais. Esta nova exigência de matriz ocupacional alinha-se com a concepção de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

desenvolvimento regional que privilegie o planejamento e a implantação de arranjos produtivos integrados às potencialidades e às características sociais e culturais do Estado, reservando um papel especial para o ensino de ciências e matemática, a educação, as artes e filosofia, a sociologia, as geografias, a antropologia, a arqueologia e a linguística, o direito ambiental, a meteorologia e a hidrologia, as geociências e a história, especialmente.

Constituem compromissos com o futuro, implantar empreendimentos que possibilitem expandir e consolidar os processos de integração (física, comercial e cultural) local, regional e nacional priorizando o turismo, a bioindústria e os serviços ambientais (plataformas do carbono e da água), as tecnologias de informação e comunicação, o manejo e os serviços integrados de gestão ambiental, o intercâmbio científico e tecnológico, a educação ambiental e as relações internacionais.

Constituem pressupostos desta proposta: formar recursos humanos nestes campos profissionais; institucionalizar programas de pesquisas referenciados em estruturas locais que possam organizar e gerar uma matriz de emprego comprometida com o furo da juventude; organizar uma matriz de ocupação e usos dos solos e dos biomas mais consistente e integrada aos municípios e às regiões; estabelecer um planejamento mais ágil e racional das cadeias produtivas e dos setores de produção primária dos municípios; implantar uma política de segurança alimentar; construir estratégias que proporcionem maior segurança ao transporte, aéreo, fluvial e rodoviário na região, e que possibilitem prevenir e/ou mitigar as catástrofes naturais na região.

Recuperação de áreas degradadas e estudos sobre a estrutura, funcionamento e novas formas de ocupação dos ecossistemas regionais também constituem exigências técnicas das políticas de desenvolvimento. Estes estudos têm como meta central: criar programas técnico-científicos que fortaleçam as políticas públicas municipais e estaduais visando melhorar a qualidade de vida das populações; e, construir indicadores que possibilitem uma ocupação mais ordenada e racional das regiões. Também constituem focos desses estudos as questões referentes: aos desmatamentos e seus impactos; às modelagens das dinâmicas dos ecossistemas e suas articulações com os processos biofísicos e bioquímicos; os impactos dos usos dos solos devido à agricultura intensiva; à recuperação e manejo de áreas degradadas; às novas alternativas para a agricultura; à construção de novas cadeias produtivas para as regiões; dentre outras.

Neste contexto, igual importância deve ser dedicada à educação ambiental, conservação e preservação de paisagens como forma de se identificar, desenvolver estratégias e mecanismos operacionais mais integrados às políticas públicas e comprometidos com a sustentabilidade.

As commodities ambientais constituem uma nova dimensão econômica do desenvolvimento sustentado. Eles constituem uma racionalidade econômica que articula a geração de renda com o processo de preservação ecológica por meio de uma matriz produtiva que entrelaça cultura, educação, ciência e tecnologia enquanto substrato do desenvolvimento sustentável e nova forma de apropriação da natureza. Seus mecanismos operacionais exigem a institucionalização de um conjunto de normas e de valores conformados e legitimados por processos sociais, mercadológicos e de marketing que constituem sua base instrumental e material.

Sua arquitetura econômica e social propõe-se incorporar um conjunto de ações integradas e em redes, estruturado a partir da composição de múltiplas áreas de saber, comprometido com a inclusão social, o empreendedorismo e a inovação, com destaque para: a construção de uma cultura de solidariedade; a cristalização do paradigma de uma cultura de inovação tecnológica em redes; o salto das sociedades de memória às



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sociedades em rede, da escala local à mundial; a reforma das instituições e dos programas de formadores de formadores e a garantia de educação contínua e para todos; a incorporação da questão ecológica em todas as matrizes curriculares, do pré-escolar ao ensino avançado; o oferecimento de cursos técnicos e universitários integrados às realidades e demandas regionais; a construção de novas formas de financiamento da educação; a revolução da pesquisa e dos processos de gestão científica e tecnológica em redes; a construção de ações nacionais e internacionais voltadas à garantia do acesso universal ao saber com ênfase ao seu compartilhamento e à proteção da propriedade intelectual; à renovação e resignificação dos espaços públicos nas comunidades e sociedades de saber; as ressignificações dos conceitos de cidadania e de desenvolvimento econômico; e finalmente, à reafirmação do paradigma do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005).

O processo identitário dessa nova racionalidade econômica impõe abordagens e estruturas conceituais inovadoras para as ciências da educação, reafirmando a importância da condição humana nas propostas de desenvolvimento sustentável.

Caso singular refere-se à gestão dos espaços protegidos e da biodiversidade, que só pode ser concebida adequadamente numa perspectiva em longo prazo e em diferentes escalas de organização biológica, dos fluxos de genes às dinâmicas das paisagens sob influência das evoluções antrópicas ou climáticas. Empreendimento que põe novas perspectivas e referências ao mercado e às matrizes tecnológicas e científicas, referentes à concentração, reprodução e circulação do capital, imbricadas ao processo de integração em redes e plataformas sociais e econômicas.

3.2. Educação, economia e território

A construção de políticas de gestão dos espaços protegidos e da biodiversidade entrelaçada às culturas regionais constitui um pilar essencial à conformação de modelos de desenvolvimento sustentáveis comprometidos com a condição humana. Esta dimensão sociocultural exige integrar este novo tipo de gestão com as políticas intersetoriais concernentes, assim como a biodiversidade com os espaços protegidos integrados a uma política nacional de desenvolvimento que combine melhoria de qualidade de vida com preservação ambiental.

Três aspectos são determinantes para o êxito desta proposta que se propõe construir novas políticas de educação técnica e novos arranjos produtivos assentados no paradigma da sustentabilidade, tais sejam: a) a complexidade do planejamento das regiões que demanda um enfoque plural da natureza e da sociedade; b) a participação das populações endógenas em todas as etapas deste empreendimento assim como também se faz premente a inclusão social e a geração de renda para essas mesmas populações, por meio de uma gestão coletiva e participativa; c) a contínua incorporação de inovações tecnológicas ao processo produtivo, considerando que universalidade do campo de conhecimento das ciências sociais e das ciências da natureza tem permitido uma variedade de estudos e pesquisas sobre as sociedades regionais que incluem crescentes preocupações com as questões ambientais, e com as formas de ocupação, produção e de adaptação humanas nas regiões. A utilização e incorporação dos resultados desses estudos e pesquisas nos processos produtivos constitui uma dimensão social imprescindível para o sucesso da proposta.

Tratando-se de espaços protegidos devem-se construir métodos para avaliar os impactos do desenvolvimento econômico assim como as suas externalidades. Planejar,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

inserir a transversalidade, avaliar com diretrizes e metas, sensibilizar, e viabilizar a participação direta das populações endógenas são condições necessárias para a integração socioeconômica das regiões numa política pública de desenvolvimento sustentável.

A intangibilidade das causas e efeitos dos ciclos ecológicos e dos impactos das ações humanas na natureza torna a regulamentação financeira e contábil da economia ecológica, difícil e complexa. A mensuração e a avaliação das dinâmicas destes processos têm muitas incertezas e riscos, exigindo cooperações temáticas interdisciplinares e a formulação de novas linguagens científicas. Atualmente, as instituições bancárias constroem um conjunto de instrumentos, para minimizar os efeitos de uma crise ecológica no sistema financeiro mundial (Haldane et al., 2011).

As teorias econômicas tradicionais estabelecem que o crescimento econômico depende da adequada combinação do capital com o trabalho e do conjunto de fatores, denominado 'resíduo', que inclui progresso técnico, disponibilidade de recursos naturais, nível de formação e qualificação da população, comércio internacional, crescimento demográfico e preservação ambiental, dentre outros fatores menos relevantes (Sciences Humaines, 2000, p. 42-43). Em forma ampla, Amartya Sen (2001, p. 11-31) declara que incorporar uma dimensão ética aos processos econômicos, valorizando os atributos humanos e sociais constitui um desafio do século 21.

A crise ecológica mundial e o acelerado agregamento de valores econômicos à natureza contribuem para que ela fosse incorporada às teorias econômicas em condição de capital. Fator que introduziu nova temporalidade ao mercado financeiro desdobrando-se na exigência de se ressignificar os atuais modelos econômicos.

Em contraponto às estruturas pragmáticas da economia capitalista, os historiadores críticos insistem na necessidade de fusão da história do desenvolvimento das ciências à história do desenvolvimento das tecnologias e também com a ética (Salomon, 2001, p. 38-40), construindo compromissos consistentes e solidários com a condição humana e os direitos universais.

A relação da indústria biotecnológica com a farmacologia e a produção de alimentos, na nova ordem econômica mundial (Lévêque, 1997, p. 54-56), e as múltiplas aplicações tecnocientíficas da genética, articuladas às nanotecnologias, cibernética e à expansão da robótica têm impactado a economia mundial em forma irreversível, gerando um conjunto de iniciativas institucionais e sociais voltado à proteção do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais, em especial, dos povos indígenas e comunidades de regiões isoladas. Esta dimensão das ciências da educação ainda é pouco exercitada pelas instituições de educação.

Nesta conjuntura, a sustentabilidade enquanto processo de reafirmação da condição humana, pressupõe atributos processuais edificantes da pós-modernidade, tais como: interculturalidade; indissociabilidade da cultura-natureza; controle social sobre os processos vitais de uso, produção e reprodução da vida; educação, ciência, tecnologia e inovação humanizadas como eixos motores dos modelos desenvolvimento social e econômico; e políticas públicas acessíveis a todos.

Incorporar a sustentabilidade aos modelos de desenvolvimento econômico exige integrar suas características operacionais. Sustentabilidade econômica impõe restrições ao crescimento dos fluxos de massa e energia, potencializa invenções de produtos com maior durabilidade e, em médio prazo, exige mudança da matriz industrial standard com novas formas de mercado. Sustentabilidade ecológica pressupõe construir processos de intervenção na natureza conforme os seus ciclos de existência, repor estoques, preservar os ambientes naturais, mitigar as mudanças climáticas e valorizar os serviços ambientais



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

em forma de políticas públicas. Sustentabilidade social exige estabelecer políticas empreendedoras e inclusivas promovendo a coesão social e melhor qualidade de vida, a partir de programas e redes participativas, em diferentes escalas e ordens hierárquicas.

Neste sentido é fundamental identificar as ferramentas analíticas, as práticas e as políticas sustentáveis disponíveis em âmbito regional e mundial, e integrar suas soluções conforme as histórias e culturas regionais. Este procedimento deve-se guiar por indicadores que incorporem as incertezas e riscos ao seu planejamento. O Brasil tem papel-chave neste processo, em condição de maior potência ambiental no século 21.

Entretanto, o capitalismo fomenta as assimetrias econômicas e comerciais entre os países ricos e os pobres conspirando contra a globalização da sustentabilidade socioeconômica, em forma plural e equânime, embora a revolução contemporânea das tecnologias de informação e comunicação ponha em causa a natureza geográfica e o papel dos componentes da cultura, potencializando o desenvolvimento regional.

A educação socializa e prepara as pessoas para mudar o mundo. A sustentabilidade põe sentidos e regulamentações nestas mudanças que têm a economia como base material. Coloca também restrições aos processos de produção, circulação e consumo de bens e serviços, imprimindo novas formas de relações entre o homem e o meio circundante. Fortalece o desenvolvimento sustentado que se irradia dos lugares para o mundo criando novos nexos entre o singular e o universal, numa perspectiva inter e multicultural. E finalmente, integra o território numa perspectiva que reafirma todas as possibilidades de convivência e de arranjos produtivos direcionados ao desenvolvimento regional.

4. Diálogos qualificados

O território é uma invenção da cultura. Sua materialidade legitima-se por meio de intervenções humanas dirigidas à construção de projetos coletivos. A indução destes projetos por meio de empreendimentos sustentáveis reafirmam ações políticas e econômicas, criando novos contornos materiais e simbólicos mundiais. Resulta, também, em diálogos mais qualificados e sensíveis com os espaços naturais.

4.1. Sustentabilidade e os espaços protegidos

O espaço protegido tem uma dimensão social e econômica determinante para sua institucionalidade. Didier (s. d.) classifica os diferentes espaços protegidos conforme: seus estatutos jurídicos (parques nacionais, parques naturais regionais, reservas naturais, cinegéticas ou ornitológicas, ou florestas clássicas); sua propriedade pública, privada, ou comunitária; sua referência social e cultural (patrimônio mundial, santuário, árvore sagrada, sede de espírito e ancestrais) ou como elemento de cosmogonia; seus objetivos (conservação, produção, pesquisa, exploração de recursos, proteção de paisagens, restrição de construção, ou, desenvolvimento sustentável); sua perspectiva histórica (intemporal ou de duração prevista, permanente ou revisável); e conforme seu tamanho (país inteiro, região montanhosa, fazenda, ou sítio).

Por outro lado, a análise da expressão “espaço protegido” exige o uso de alguns elementos comuns: a noção de limite geográfico e físico; o valor cultural, político e econômico; a existência de um plano de gestão; e a vigência de estatutos jurídicos. Neste sentido, o espaço protegido constitui uma construção social movimentada por elementos culturais.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Essas unidades protegidas podem abarcar diversos propósitos, em especial, à proteção integral de áreas (para propósitos científicos ou manutenção da natureza selvagem; para proteger ecossistemas específicos ou para fins turísticos ou religiosos); de parques nacionais; à conservação de entidades naturais para perenizar elementos específicos (monumento natural; métodos e processos de gestão ativa e de tipologias de intervenção); e de áreas de gestão dos habitantes e de espécies animal e vegetal.

As unidades de conservação também incorporam práticas de conservação das paisagens terrestres ou marinhas para fins recreativos (paisagens terrestres e marinhas; e o uso sustentado dos ecossistemas naturais); e de ações integradas aos ciclos da natureza e às culturas locais, com proteção e reposição dos estoques de recursos naturais.

A retrospectiva conceitual e histórica dos espaços protegidos mostra que suas criações constituem uma das mais antigas ferramentas de gestão humana. Ao longo do tempo, os lugares sagrados de numerosas civilizações exploradoras de recursos vivos permitiram a perenização parcial ou total de várias espécies ou ciclos biológicos. A história da humanidade tem forte dependência da intervenção do homem na geografia e na ecologia dos lugares. Elemento fundamental para se compreender as relações do homem com os ambientes e, no contexto atual, desenvolver práticas de mitigação de proteção à biodiversidade e de uso e ocupação dos ambientes.

A noção de biodiversidade apresenta quatro dimensões estruturantes, todas entrelaçadas entre si, a saber: as arquiteturas e estruturas mecânicas que constituem a base material dos ecossistemas; os fluxos de genes, massa e energia que dão existência aos processos de ciclagem e reciclagem na natureza; os serviços ambientais prestados pelos biomas em forma integrada aos ciclos da natureza; e finalmente, a práxis geoistórica que cria e pondera estas três dimensões às perspectivas culturais de cada povo, comunidade ou pessoa, conforme o processo e a especificidade do projeto de desenvolvimento.

A conexão do ciclo de carbono com a dinâmica das florestas e com as práticas para mitigação das mudanças climáticas reafirma a importância cultural e ecológica dos espaços protegidos nos trópicos úmidos, em especial na Amazônia.

Na Amazônia encontra-se a maior biodiversidade mundial em área contígua, 1/3 das reservas mundiais de florestas tropicais, 1/5 da água doce superficial da Terra convergindo para o maior e mais volumoso rio do mundo, além de se constituir em entidade física relevante nas estabilidades termodinâmica e climática dos processos atmosféricos em escala global. Sua grandiosidade geoistórica abarca uma multiplicidade de diversidades de ambientes e culturas que incluem mais de 200 reservas florestais e unidades de conservação, totalizando 2,1 milhões de hectares de florestas primárias ou 42% de sua área territorial total (SECT, 2010), 150 povos indígenas e 25 milhões de habitantes.

A conservação destes espaços protegidos se materializa por meio de ações sistêmicas e integradoras que abarcam eixos estruturantes assentados na mitigação das mudanças climáticas com ênfase na relação homem-ambiente; na gestão, manejo e preservação conservação ambiental centrada na sustentabilidade social e econômica da região; no desenvolvimento de tecnologias e inovações adaptadas aos trópicos, e na formação e pesquisa avançada integrada às potencialidades econômicas da região.

A incorporação dos serviços ambientais à matriz produtiva da região exige marcos regulatórios inovadores e cria novas perspectivas econômicas para os povos amazônicos. Implantar uma política pública assentada na gestão e aplicação das commodities ambientais constitui uma nova racionalidade econômica nestes espaços protegidos. Empreendimento que articula a geração de renda com o processo de preservação



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ecológica por meio de uma matriz produtiva que entrelace cultura, educação, ciência e tecnologia enquanto substrato do desenvolvimento sustentável e nova forma de se integrar à natureza. Sua operacionalização exige institucionalizar um conjunto de normas e valores conformados e legitimados por processos sociais, mercadológicos e de marketing que constituem sua base material e instrumental.

Esta dimensão societária, no contexto amazônico, propõe-se incorporar um conjunto de ações integradas e em redes, estruturado a partir da composição de múltiplas áreas de saber, e comprometido com a estabilidade socioecológica local, regional e planetária. Projeto político que se propõe: construir uma cultura de solidariedade; desenvolver mecanismos e inovações tecnológicas que possibilitem o salto das sociedades de memória às sociedades em rede, da escala local à mundial; reformar as instituições, os programas de formação de formadores e garantir a educação contínua de e para todos; incorporar a questão ecológica nas matrizes curriculares, do pré-escolar ao ensino avançado; ofertar cursos técnicos e universitários integrados às realidades e demandas regionais amazônicas; construir novas formas de financiamento à educação com ênfase na questão ambiental; revolucionar a pesquisa e os processos de gestão científica e tecnológica em redes com foco nos processos e sistemas ecológicos; construir ações nacionais e internacionais para garantir o acesso universal às sociedades do saber, com ênfase ao seu compartilhamento e à proteção da propriedade intelectual; renovar e ressignificar os espaços públicos nas comunidades e sociedades de saber; ressignificar os conceitos de cidadania e de desenvolvimento econômico; e finalmente, reafirmar o paradigma do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005).

O processo identitário dessa nova racionalidade econômica nos trópicos impõe abordagens e estruturas conceituais inovadoras para as ciências da educação, impondo a presença da condição humana nas propostas de desenvolvimento sustentável.

A gestão dos espaços protegidos e da biodiversidade só pode ser concebida adequadamente numa perspectiva em longo prazo e em diferentes escalas de organização social e biológica, e dos fluxos de genes às dinâmicas das paisagens sob influência das evoluções antrópicas ou climáticas. Empreendimento que põe novas atribuições ao mercado e à matriz científica mundial no que se refere à concentração, reprodução e circulação financeira, imbricadas no processo de estabilidade socioecológica do planeta.

A construção de políticas de gestão dos espaços protegidos e da biodiversidade, entrelaçada às culturas regionais, constitui um pilar essencial à conformação de modelos de desenvolvimento sustentáveis compromissados com a condição humana. Esta dimensão sociocultural exige integrar este novo tipo de gestão com políticas intersetoriais concernentes, assim como a biodiversidade com os espaços protegidos integrados a uma política nacional de desenvolvimento que combine melhoria de qualidade de vida com preservação ambiental.

Os objetivos, os modos operantes e os impactos dos programas socioeconômicos em espaços protegidos devem ser analisados sistematicamente. Planejamento, transversalidade, avaliação com diretrizes e metas, e participação direta das populações endógenas são condições necessárias para a integração socioeconômica dessa proposta, que abarca um novo projeto político para os espaços protegidos da Amazônia, criando uma nova territorialidade e racionalidade econômica.

A importância em conservar os ecossistemas tropicais para o equilíbrio termodinâmico e climático do planeta e de, simultaneamente, constituir novas dimensões históricas que reafirmem as identidades culturais desses territórios, com a exigência de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

formulação de preceitos éticos que ressignifiquem o conceito de natureza e dos espaços de cidadania, põem novos desafios institucionais aos gestores públicos.

4.2. Sustentabilidade e Amazônia

A possibilidade de desestabilização ecológica do planeta, a necessidade de erradicação da miséria humana, e a premência em se construir modelos de desenvolvimento econômico que não depreciem a natureza e o homem constituem os principais pressupostos da sustentabilidade. A inserção do Brasil neste processo, em condição de liderança, só tem expressão e força política a partir da Amazônia. É neste contexto complexo que diversos fóruns nacionais e internacionais discutem temas sociais e econômicos associados aos modelos de desenvolvimento sustentável, fundamentais ao futuro da humanidade, do planeta e, também, da Amazônia (Freitas e Freitas, 2013). Atualmente, procura-se construir as bases estruturantes, os mecanismos operacionais e as metas da sustentabilidade para as próximas décadas.

Em forma ampla, os mecanismos operacionais do desenvolvimento sustentável têm como alicerce os programas de educação, ciência e tecnologia que se propagam em redes e plataformas, tendo como base material os processos econômicos. A implantação destes mecanismos operacionais suscita diversas contradições, com destaque à interrupção da expansão do capitalismo predatório; e à emergência de uma chantagem ideológica em sua implementação pois a fluidez de seu sentido exige contínuas postergações de decisões de caráter estrutural, dificultando a criação de mecanismos globais e nacionais de proteção aos mais explorados, aos mais pobres. Neste sentido ele aparece como o estágio final de pilhagem do mundo ou de seus habitantes, ou como uma saudável exploração dos ambientes e da espécie humana (Freitas e Freitas, 2016a).

Esta conjuntura suscita a seguinte questão: Como a Amazônia se insere nestes fóruns de debate e de proposições sobre desenvolvimento sustentável? O que põe questões do seguinte tipo: Quais são as tendências do desenvolvimento sustentável na Amazônia?

O futuro do desenvolvimento sustentável na Amazônia depende de sua incorporação ao projeto nacional, com três pilares básicos: sua integração regional, nacional e panamericana; a interiorização das instituições nacionais na região; e a exploração econômica da região em forma sustentável. A educação, a ciência e a tecnologia constituem os eixos motores desse projeto nacional.

Integrar a Amazônia ao Brasil, humanizar a relação do homem com a natureza, melhorar a qualidade de vida das populações regionais, integrar e preservar a Amazônia, resolver os problemas científicos e tecnológicos complexos dos trópicos úmidos e explorar suas potencialidades econômicas constituem os principais pressupostos econômicos e políticos na região. Pressupostos que reafirmam a importância da Amazônia para o Brasil e o mundo, e questionam o papel das Ong's neste processo.

Estas são questões complexas que articulam a integração da Amazônia aos megaprocessos econômicos e políticos mundiais, inserindo-a em definitivo na história universal. A consolidação da ecologia como paradigma universal reforça a posição do Brasil em condição de maior potência ambiental deste século, reafirmando a premência de se construir um projeto político e econômico para esta região, integrando-a em um projeto nacional. O futuro da Amazônia tem como referência o seu desenvolvimento sustentável situado, multicultural e tecnificado. Sua condição de principal referência ambiental do planeta é emblemática (Freitas e Freitas, 2016b).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O espírito cristão conciliador e a ausência de um arcabouço técnico, jurídico e político no qual se assente este empreendimento mundial conspiram contra seu sucesso. As seguidas crises econômicas mundiais dificultam sua realização plena embora a gravidade da questão ecológica fortaleça sua mundialização, em forma integrada e sistêmica, a despeito da tendência de compartimentação dos setores institucionais. Esta dinâmica mundial terá na China, Brasil e na Índia referências-chave.

Nesta conjuntura, o futuro da sustentabilidade gera muitas contradições à sustentabilidade do futuro, e vice versa. Põe problemas novos aos parlamentos nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

- Delors, J. (1997) *La Educacion Encierra um Tesoro*, pp. 33-47. México: Ediciones UNESCO.
- Didier, B. (s. d.) *Des espaces proteges pour concilier conservation de la biodiversité et développement durable*. Paris: Les cahiers de l'IFB.
- Freitas, M. ; Freitas, M., C., S. (2016a) *A sustentabilidade como paradigma; cultura, ciência e cidadania*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Freitas, M. ; Freitas, M., C., S. (2016b) *Amazônia ; passado, presente, futuro*. Curitiba: Editora Vozes.
- Freitas, M. (2014a) *Miguel e sustentabilidade*. Lisboa: Chiado Editora.
- Freitas, M. (2014b) *Sustainability and modernity*. Baltimore: America Star Books Publisher. (forthcoming)
- Freitas, M.; Freitas, M., C., S. (2013a) *Sustainability: Man-Amazonia-World*. Baltimore: America Star Books Publisher. Há uma versão espanhola denominada “La Sostenibilidad: El mundo amazónico del hombre”, publicada em 2014 por esta mesma Editora.
- Freitas, M.; Freitas, M., C., S. (2013b) *Sustainability, Amazonia, and environment; propositions and challenges*. *International Journal of Environmental Studies*, Vol. 70, N. 04, 467-476.
- Freitas, M. (July 2008a) *Fundamental references from the Western culture*. *International Review of Sociology*, Volume 18, Issue 2, pp. 211 – 224.
- Freitas, M. (2008b) *The deadlocks of the Western culture and the Amazon region*. *Electronic Journal of Sociology*, pp. 1-24.
- Freitas, M. (2006) *Projeções estéticas da Amazônia: um olhar para o futuro*. Manaus: Editora Valer.
- Freitas, M.; Castro Júnior, W., E. (2004) *Amazônia e desenvolvimento sustentável – um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Freitas, M.; Freitas, M., C., S.; Marmoz, L. (2003) *A Ilusão da Sustentabilidade*. Manaus: EDUA.
- Furtado, C. (1987) *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Latour, B.; Lépinay, V., A. (2008) *L'économie, science des intérêts passionnés*, pp. 36-38. Paris: Éditions La Découverte.
- Lévêque, C. (1997) *La Biodiversité*, pp. 54-56. Paris: Presses Universitaires de France.
- Meunier, O.; Freitas, M. (2005) *Culturas, técnicas, educação e ambiente: uma abordagem histórica do desenvolvimento sustentável*; In: *Amazônia; a natureza do problemas e os problemas da natureza*. Coletânea organizada por Marcílio de Freitas. Manaus: EDUA.
- Morin, E. (1990) *Science avec conscience*, pp. 115-123. Paris: Editions du Seuil.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Pepper, D. (1993) *Eco-socialism*. London: Routledge.

Plumwood, V. (1993) *Feminism and the Mastery of Nature*. London: Routledge.

Proops, J. (1989). *Ecological economics: rationale and problem areas*. *Ecological Economics* 1, pp. 59-76.

Solomon, J. J. (2001) *La Fabrique de L'Homme Nouveau*, In: *Critique du bio-pouvoir*. Sous la direction de Thomas Ferenczi. France: Editions Complexe.

Sciences Humaines (mai 2000) *La croissance*, n. 105, pp. 42-43.

SECT (2010) *Relatório de Gestão da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, referente a 2009*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas.

Sen, A. (2001) *Éthique et économie*. Paris: Puf.

Sousa Santos, B. (1997) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3ª edição, São Paulo: Cortez Editora.

UNESCO (2005) *Rapport Mondial de L'Unesco; Vers lês Sociétés du Savoir*. Paris: Éditions Unesco.

Vivien, F. (2001) *Histoire d'un mot, histoire d'une idée: le développement durable à l'épreuve du temps*, pp. 19-60. In: *Le développement durable, de l'utopie au Concept*. Collection d'articles édités par Marcel Jollivet. Paris: Elsevier.

Whitehead, A., N. (1998) *Le Concept de Nature*, pp. 170-179. Traduction de Jean Douchement, France: Librairie Philosophique J. Vrin.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ENTRE O PROGRAMADO E O EXECUTADO: A FREQUÊNCIA DE VIAGENS DE ÔNIBUS DE LINHAS DO TRANSPORTE COLETIVO DE MANAUS. BETWEEN SCHEDULED AND PERFORMED: THE FREQUENCY OF BUS TRAVEL LINES OF COLLECTIVE MANAUS TRANSPORTATION.

Cristiano Da Silva Paiva
 cristianopaiva1@hotmail.com

Geraldo Alves De Souza
 geraldoalvesmanaus@gmail.com

RESUMO

No Brasil, ainda pouco se discute sobre os impactos do transporte sobre a renda familiar, as oportunidades de trabalho e as decisões de moradia das populações de baixa renda. A existência de um serviço de transporte coletivo acessível, eficiente e de qualidade, que garanta a acessibilidade da população a todo o espaço urbano, pode aumentar consideravelmente a disponibilidade de renda e tempo dos mais pobres, propiciar o acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação, lazer) e às oportunidades de trabalho. Nesse sentido se entende o transporte coletivo como importante instrumento de combate à pobreza urbana e de promoção da inclusão social. Existem diversas responsabilidades que, o Estado e as empresas devem garantir para que a eficiência e a qualidade do transporte coletivo sejam garantidas. Entre eles, Obrigatoriedade, Universalidade, Eficiência, Previsibilidade, Continuidade, Segurança, Conforto, Acessibilidade, Modicidade, Atualidade tecnológica, Controle e Regularidade. Neste contexto, a regularidade é vista como um dos principais pontos de impacto na construção de um sistema mais eficiente de transporte público, porém, tem sido alvo de críticas dos usuários do transporte coletivo. Para tal, Manaus conta com o Sistema Municipal de Transporte Urbano (SMTU), para fiscalizar e planejar o itinerário das linhas de ônibus do sistema de transporte público de Manaus e suas quantidades de saídas com horários fixos a serem respeitados. Pelo exposto acima, esta pesquisa consistiu em estabelecer linhas de zonas e empresas diferentes e verificar a pontualidade das saídas dos terminais de ônibus em que se encontram e gerar um banco de dados a respeito da assiduidade e cumprimento dos horários estabelecidos em contrato pela EMTU e SINTEAM. Portanto, foi feito um plano de horários e durante vários dias da semana foram coletados e verificadas as linhas que estão ou não respeitando os horários e a regularidade da frota. Através deste projeto, fica clara a desorganização no planejamento das saídas e necessidade de cumprimento dos horários por parte dos gestores do sistema de transporte coletivo de Manaus.

Palavras Chave: Transporte Urbano, Pontualidade, Manaus.

INTRODUÇÃO

No Brasil, ainda pouco se discute sobre os impactos do transporte sobre a renda familiar, as oportunidades de trabalho e as decisões de moradia das populações de baixa renda. A existência de um serviço de transporte coletivo acessível, eficiente e de qualidade, que garanta a acessibilidade da população a todo o espaço urbano, pode aumentar consideravelmente a disponibilidade de renda e tempo dos mais pobres,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

propiciar o acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação, lazer) e às oportunidades de trabalho. Nesse sentido se entende o transporte coletivo como importante instrumento de combate à pobreza urbana e de promoção da inclusão social.

Transporte público e coletivo é todo aquele meio de transporte que é proporcionado pelo poder público e que atende a todos os cidadãos. O Estado tem obrigação de prestar esse serviço e é responsável por ele mesmo quando não o opera diretamente e utiliza a prestação de serviços de empresas privadas. O acesso ao transporte é uma lógica de direito básico: ele não é uma mercadoria, em seu serviço, deve haver normas que respeitem a população, seu preço não pode variar de acordo com os interesses de um seletivo grupo de empresas, sejam estas estatais ou privadas, e, principalmente, ele não é um favor prestado à população e sim um direito que deve ser cotidianamente cobrado pela sociedade e aperfeiçoado pelo Estado.

A sociedade se beneficia direta ou indiretamente dos serviços de transporte público coletivo, visto que estes meios de locomoção são essenciais para a produção econômica e desenvolvimento do país. Sem acesso aos meios de transporte públicos e coletivos, a maioria dos trabalhadores não teria condição de se deslocar, e mesmo se houvesse a possibilidade de optar pelo transporte individual, os engarrafamentos inviabilizariam a locomoção, causando um forte impacto negativo em toda a sociedade. A inexistência de uma rede de transportes socialmente efetiva, isto é, que garanta a acessibilidade da população a todo o espaço urbano, pode infligir consideráveis gastos de tempo nos deslocamentos dos mais pobres. O tempo excedente nas viagens poderia ser aproveitado para outras atividades remuneradas ou para a satisfação de necessidades básicas, como de lazer, por exemplo.

A mancha urbana da maioria das cidades cresceu proporcionalmente maior que a população, fazendo cair a densidade demográfica e o aumento da extensão das viagens urbanas. O conseqüente aumento da extensão das viagens urbanas tornou os modos de transporte motorizado indispensável à população que habita as cidades. Segundo Gomide, além disso, as longas viagens são responsáveis por reduções na produtividade do trabalhador urbano. Para Dyckman (1972), esta ampliação da mancha urbana serviu para justificar o uso do automóvel como meio de transporte e assim assegurar expansão deste mercado. Com isto, o transporte público foi sendo deixado a mercê dos investimentos e a cada década se tornando mais precário.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para Vasconcellos (1998), enquanto as famílias de renda mais baixa tem uma mobilidade limitada e consomem menos espaço, as famílias de renda mais alta utilizam transportes mais rápido (o automóvel) para realizar maior número de viagens, consumindo mais espaço. Nas cidades contemporâneas, quanto maior é o sistema viário e mais fácil à compra e a utilização do automóvel, mais eficiente é a reprodução das classes de maior poder aquisitivo. Ao contrário, quanto maior o sistema de transporte público e mais barato, mais eficiente é a reprodução da classe trabalhadora. Assim, políticas públicas que privilegiam a circulação dos automóveis acabam por favorecer as classes de melhor poder aquisitivo (Vasconcellos, 1998).

A organização interna da cidade (ou estrutura urbana) é resultado do processo que tende a dividir o espaço urbano de acordo com as funções. Basicamente a ocupação do solo urbano está dividido em espaço da moradia, da produção e de circulação e, grosso modo, a área central constitui-se no principal pólo gerador de viagens, estabelecidas entre ela e as áreas periféricas onde se localizam as residências. Quando aumenta o tamanho da mancha urbana, aumenta também o tempo e os gastos com os deslocamentos e os custos destes.

A partir de então as desigualdades sociais são evidenciadas de dois modos principais: a) – a distribuição da população sobre o espaço urbano se dá em função do poder aquisitivo, com as classes média e alta ocupando espaços de melhor centralidade e melhor acessibilidade urbana e as camadas mais pobres ocupando áreas periféricas mais distantes onde, via de regra, os valores de terrenos são menores e; b) – As classes de melhor poder aquisitivo passaram a apoiar a sua mobilidade urbana em veículos particulares e os mais pobres utilizam-se do transporte coletivo.

Segundo Kranton (1991), o transporte pode influenciar as decisões de moradia dos mais pobres. Para o autor, o transporte é uma das variáveis-chave na escolha do local de residência. Os mais ricos podem adaptar seus meios de transporte em função da localização de suas residências e do trabalho – nesse sentido, o automóvel é o meio de transporte preferido das classes de renda mais alta pela flexibilidade que proporciona. Para os pobres, isso não acontece. Gomide cita que, estando à escolha do local de trabalho fora de seu alcance (em razão das baixas oportunidades de empregos e dos altos custos com deslocamentos), os pobres acabam optando por morar próximo do local do trabalho, minimizando, assim, seus gastos. Os que não conseguem habitação nos espaços regulares



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

vão para as favelas e cortiços localizados nas áreas centrais. Quando não acham espaços nesses lugares, vão para a periferia (Gomide, 2003).

A precarização do sistema de transporte público de Manaus por um lado e o estímulo (através de medidas econômicas adotadas pelo governo federal) à aquisição de veículos particulares, a frota de veículos particulares de Manaus cresceu nos últimos anos em ritmo bastante superior ao da população. Além dos frequentes congestionamentos de trânsito, está cada vez mais difícil encontrar vias alternativas para escoamento do fluxo. Porém, vale ressaltar que o usuário de transporte público e coletivo de Manaus após o acesso ao veículo individual, perdeu a confiabilidade no sistema. Medidas fundamentais para que se retome novamente a confiança do usuário que são obrigatórias entre o Estado e o prestador de serviço são:

- **Obrigatoriedade:** este serviço é de responsabilidade do Estado que tem obrigação de garanti-lo, seja de forma direta ou indireta;
- **Universalidade:** estes serviços devem estar disponíveis a todos, sem qualquer discriminação e preconceito.
- **Eficiência:** o planejamento do sistema de transportes deve observar e atender as demandas e necessidades de deslocamento da população;
- **Regularidade:** os intervalos não podem ser excessivos e devem ser pré-definidos;
- **Previsibilidade:** as rotas devem ser respeitadas (quaisquer alterações devem ser devidamente comunicadas aos usuários) e os pontos de parada também;
- **Continuidade:** os serviços não podem sofrer interrupções;
- **Segurança:** a segurança dos usuários deve ser garantida, tanto por veículos em bom estado de conservação, quanto pela direção responsável do condutor;
- **Conforto:** os veículos devem oferecer condições de transportar os passageiros com comodidade;
- **Acessibilidade:** os veículos devem ser aptos a receber passageiros com necessidades especiais.
- **Cortesia:** bom tratamento aos usuários,
- **Modicidade:** tarifas justas;
- **Atualidade tecnológica:** os veículos mais novos oferecem maior conforto, exigem menos manutenção e poluem menos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- **Controle:** formas de garantir que os princípios sejam cumpridos. A prestação adequada deste serviço envolve a premissa básica de um serviço público e social: a melhoria da vida em sociedade e a garantia de um cotidiano digno à população.

Os benefícios gerados pelo transporte público coletivo englobam desde melhorias ao meio ambiente até a maior mobilidade nos espaços públicos, se revelando um benefício geral que deveria ser utilizado por todos como forma de contribuição social. Considerando tais vantagens e o princípio de que interesses públicos devem prevalecer sobre interesses particulares, podemos afirmar que o transporte público coletivo deve ser prioridade e assim deve ser tratado pela administração pública.

Existem diversas responsabilidades que, o Estado e as empresas devem garantir para que a eficiência e a qualidade do transporte coletivo sejam garantidas. Entre eles, Obrigatoriedade, Universalidade, Eficiência, Previsibilidade, Continuidade, Segurança, Conforto, Acessibilidade, Modicidade, Atualidade tecnológica, Controle e Regularidade. Neste contexto, a regularidade é vista como um dos principais pontos de impacto na construção de um sistema mais eficiente de transporte público, porém, tem sido alvo de críticas dos usuários do transporte coletivo.

Para tal, Manaus conta com o Sistema Municipal de Transporte Urbano (SMTU), para fiscalizar e planejar o itinerário das linhas de ônibus do sistema de transporte público de Manaus e suas quantidades de saídas com horários fixos a serem respeitados.

Pelo exposto acima, esta pesquisa consistiu em estabelecer linhas de zonas e empresas diferentes e verificar a pontualidade das saídas dos terminais de ônibus em que se encontram e gerar um banco de dados a respeito da assiduidade e cumprimento dos horários estabelecidos em contrato pela EMTU e SINTEAM. Portanto, foi feito um plano de horários e durante vários dias da semana foram coletados e verificadas as linhas que estão ou não respeitando os horários e a regularidade da frota.

DESENVOLVIMENTO

TRANSPORTE PÚBLICO URBANO

De acordo com Ferraz e Torres (2004) o transporte público urbano é o meio no qual várias pessoas são transportadas juntas em um mesmo veículo.

O transporte público de passageiros, atualmente, é considerado um serviço de grande importância nas médias e grandes cidades, com a função de integrar os diversos espaços urbanos, permitindo que a população se desloque no espaço urbano para



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

viabilizar a realização de diversas atividades, como trabalho, estudo, lazer, entre outras atividades. (RODRIGUES, 2008).

Para Ferraz e Torres (2004) as linhas de transporte público podem ser de dois tipos:

- Segundo o traçado:

As linhas de transporte público podem ser classificadas em radial, diametral, circular, interbairros e local. São classificadas em:

- a) Radial: Linha que faz ligação da área central (onde há a concentração de atividades como comércio e serviços) a outra região da cidade (onde há um ou mais bairros);
- b) Diametral: Linha que faz a ligação de duas regiões passando pela região central da cidade;
- c) Circular: linha que faz a ligação de várias regiões, seu percurso forma um circuito fechado com a forma de um círculo, onde a zona central localiza-se ao centro do mesmo;
- d) Interbairros: linha que faz a ligação de regiões sem passar pela região central. Têm o objetivo de atender a demanda entre regiões atrativas com viagens diretas;
- e) Local: linha que faz a ligação entre uma determinada região local, onde se encontra um ou mais bairros, também com o objetivo de atender a demanda de pólos atrativos com viagens diretas.

- Segundo a função:

As linhas de transporte público podem ser classificadas em convencional, troncal, alimentadora, expressa e especial. São classificadas em:

- a) Convencional: linha que faz simultaneamente três funções, a de captar os usuários em sua região de origem, transportá-los até seu destino final e distribuir usuários na região de destino;
- b) Troncal: linha que tem a função de ligar duas regiões, onde há grande demanda de usuários por meio de um corredor. Deve-se utilizar veículos de grande capacidade;
- c) Alimentadora: linha que tem a função captar e distribuir os usuários. A linha alimentadora recolhe os usuários numa determinada região e transporta-os até uma estação (terminal) com linha troncal;
- d) Expressa: linha que tem a função de reduzir o tempo de viagem, por isso opera com poucas ou nenhuma parada intermediária;
- e) Especial: linha que tem a função de suprir excessos na demanda, usada em horários de pico ou em eventos especiais;
- f) Seletiva: linha que tem a função de complementar o transporte coletivo convencional, os veículos utilizados tem mais qualidade e o preço é maior.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

QUALIDADE E EFICIÊNCIA NO TRANSPORTE PÚBLICO.

A qualidade e a eficiência de sistemas de transporte público podem ser aferidas com base em uma série de fatores, sejam eles ligados à qualidade de serviço ofertado – eficiência em desempenho de serviço concebido em nome da população –, sejam ao desempenho das agências e/ou empresas encarregadas do serviço.

Como exemplo, Santos (2000) indica como principais fatores característicos da qualidade de um sistema de transporte público urbano:

- 1) Acessibilidade ao sistema, determinada pela distância que os usuários devem percorrer desde sua origem até o ponto de embarque e do ponto de desembarque até seu destino final. Quanto menor for essa distância percorrida, significa que há maior disponibilidade de linhas e, em consequência, maior cobertura geográfica, interligando de maneira mais efetiva os lugares e atendendo melhor a população.
- 2) Tempo de viagem, determinado pela velocidade comercial dos veículos e da geometria das linhas. A velocidade comercial depende da distância média entre pontos de parada, do grau de separação entre o transporte público e o tráfego em geral e das condições de trânsito e de rolamento proporcionada pela pavimentação das vias. A geometria das linhas depende das rotas: se são diretas, maior velocidade; se sinuosas, velocidade menor.
- 3) Confiabilidade, determinada pelo grau de incerteza que os usuários têm sobre os horários de saída e de chegada dos veículos. É medida pela porcentagem de viagens programadas que não foram realizadas, incluindo as realizadas parcialmente e as concluídas com atraso superior a cinco minutos. Quanto maior a pontualidade, maior a confiabilidade e fidelidade dos usuários ao sistema.
- 4) Frequência de atendimento, determinada pelo intervalo de tempo entre passagens consecutivas de veículos pelos pontos de parada. É de grande importância para os usuários que conhecem os horários disponíveis, podendo ter maior flexibilidade de horário, como também para os usuários que chegam aleatoriamente nas paradas.
- 5) Lotação, determinada pela relação entre o número de passageiros no interior do veículo nos horários de pico, momento de lotação máxima, e sua capacidade. Para ônibus, a capacidade é calculada com taxa de sete passageiros em pé por metro quadrado.



6) Características dos veículos, como seu estado de conservação e a sua tecnologia que afetam o conforto dos passageiros durante as viagens. O estado de conservação está relacionado à limpeza, ao aspecto geral e à existência ou não de ruídos provenientes de peças não ajustadas do veículo. O fator tecnologia relaciona-se ao nível de serviço ofertado: microambiente interno do veículo, caracterizado pela temperatura, ventilação, nível de ruído, umidade do ar etc.; e arranjo físico: número e largura das portas, largura do corredor, posição da catraca, altura dos degraus etc.

7) Facilidade de utilização, parâmetro envolvendo aspectos como a sinalização dos pontos de parada, existência de abrigo nos locais de maior demanda, divulgação de horários e distribuição de mapas simplificados dos itinerários das linhas com localização dos terminais, disponibilização de informações por telefone etc.

8) Mobilidade, caracterizada pelo grau de facilidade de locomoção das pessoas de um local para outro da cidade, utilizando o transporte público. Os aspectos que devem ser considerados nesta análise são, além do planejamento e distribuição das linhas pela região, relativos aos usuários e, com destaque, aos portadores de necessidades especiais. Ao lado dessas características, ligadas à qualidade de serviço prestado, há ainda indicadores de desempenho do sistema/empresa, os indicativos de eficiência, que, em geral, procuram minimizar os recursos utilizados, como custo operacional por passageiro transportado, tamanho da frota, mas sem lotação nem tempo de viagens excessivos, o número de funcionários; ou indicativos de eficácia, como o número de passageiros transportados em relação à população, a extensão de linhas em relação à área servida, o nível de satisfação dos usuários, determinando tarifa compatível com a qualidade de serviço.

METODOLOGIA.

No que tange a esta pesquisa, o foco foi reconhecer se, os horários programados pela STMU estavam sendo respeitados pelas empresas operadoras da frota de transporte coletivo de Manaus. Na fase de preparação delimitou-se os terminais (Ouro Verde, T5, T4), as linhas a serem pesquisadas (517, 540, 541, 542, 442, 600, 651, 652, 671, 678, 519) e as semanas. Na fase de campo, através de uma tabela para cada linha foi coletado “*In loco*” as informações sobre o número do carro de ônibus, horário de saída (executado), horário de retorno e o



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

terminal. Este levantamento foi feito durante o horário inicial de rota das linhas entre 5h e 6h da manhã se encerrando às 18h. Para esta etapa, adotou se o método quantitativo, ausente de questionários e entrevistas. Estes dados foram organizados estatisticamente em uma tabela no Microsoft Excel e filtrados. Após a coleta, procedeu se a STMU para obtenção da programação dos horários, número de veículos e duração de viagem.

DETALHAMENTO DA APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.

Ao longo de três semanas foram pesquisadas 12 linhas do sistema de transporte coletivo de Manaus. Em seus respectivos terminais, procedeu se com uma planilha em que anotou se dados como número do carro, horários de saída, horário de retorno, número da linha e seu ponto final.

Com dados coletados foi possível obter as seguintes variáveis:

- a) Tempo de atraso: valor de espera do usuário a mais que o programado (SMTU);
- b) Horário programado (SMTU): horário de saída programado pela SMTU;
- c) Horário executado (saída): saída executada pelos operadores de ônibus;
- d) Tempo de viagem: valor retirado através do horário de saída e horário de retorno;
- e) Media de duração de viagem: valor médio entre todas as viagens realizadas;
- f) Veículos utilizados: quantidade de veículos que rodaram no dia;
- g) Relação km-veículo: média de veículos por km de percurso;
- h) Km percorrido por minuto: média de km percorridos a cada minuto
- i) Velocidade média km/h: média de velocidade da viagem;

APRESENTAÇÃO E COMPARAÇÃO DE DADOS.

Após a introdução e explanação de dados acerca do sistema de transportes de Manaus, é de suma importância a análise dos resultados obtidos em campo. Das 12 linhas pesquisadas três terão seu desempenho posto em pauta.

Através da tabela de desempenho é possível observar as linhas com melhor e pior classificação. Na representação gráfica ranqueou se o cumprimento das viagens que deveriam ser realizadas da maior para menor, destaca se, a linha 650 e 652 por terem feito viagens a mais que o programado, porém, na outra ponta encontram se as linhas 517 e 540 com os piores desempenhos em efetuar o programa da SMTU.



Linha	Queimadas	Adicionais
517	6	0
540	6	0
541	0	0
542	0	0
671	3	0
519	0	0
678	2	0
652	2	7
600	1	0
650	0	6
651	6	0
442	0	0

Tabela: Situação de queimadas e adição de viagens por linha. Fonte: PAIVA, C.S.

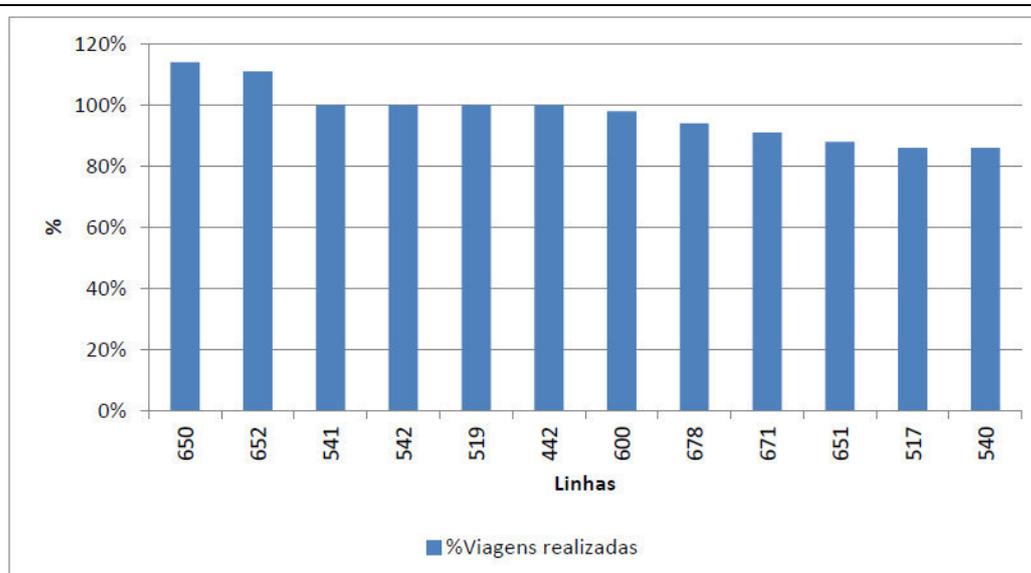


Gráfico: Porcentagem de viagens realizadas por linha. Fonte: PAIVA, C.S.

Por meio da tabela (tabela 1) abaixo é possível discriminar a quantidade de saídas queimadas e saídas feitas a mais pelos operadores.

Na comparação de desempenho e cumprimento de horários é possível observar as tabelas 2 e 3 das linhas 517 e 652, que demonstram uma situação adversa em cada caso. É possível



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

observar que a linha 517 deixou de cumprir os horários programados entre 14:00h e 15:20, ocasionando uma espera de mais de 2h para os usuários da linha. Já a linha 652, como pode-se observar na tabela 3, criou saídas a mais que o programado para cobrir uma possível defasagem de horários no cronograma estabelecido pela STMU. Portanto, esta conta com viagens acima do programado pelo órgão de regulamentação.

HORÁRIOS DE SAÍDAS - PROGRAMADOS E EXECUTADO									
Programado	06:00	06:10	06:20	06:30	06:40	06:55	07:10	07:30	07:45
Executado	06:00	06:10	06:20	06:30	06:40	06:55	07:10	07:30	07:45
Programado	08:15	08:40	09:05	09:30	09:55	10:10	10:25	10:45	11:00
Executado	08:15	08:40	09:05	09:30	09:55	10:10	10:25	10:45	11:00
Programado	11:20	11:40	11:55	12:10	12:25	12:40	13:00	13:20	13:40
Executado	11:20	11:40	11:55	12:10	12:25	12:40	13:00	13:20	13:40
Programado	14:00	14:20	14:35	14:50	15:05	15:20	15:40	16:00	16:20
Executado	-	-	-	-	-	-	15:40	16:00	16:20
Programado	16:30	16:45	17:00	17:15	17:35	17:55	18:20	NL*	NL
Executado	16:30	16:45	17:00	17:15	17:35	17:55	18:20	NL	NL

Tabela: Horários da linha 517. Fonte: PAIVA, C.S.

Na tabela 3, os horários programados pela SMTU foram sobrepostos em algumas ocasiões. Tal fato pode ter relação com um itinerário defasado disponível pelo órgão, onde por iniciativa da empresa notou que se faz necessário maior frequência em alguns momentos.

HORÁRIOS DE SAÍDAS - PROGRAMADOS E EXECUTADO									
Programado	04:45	04:57	05:09	05:21	05:33	05:43	05:53	06:02	06:12
Executado	04:45	05:00	05:12	05:24	05:34	05:44	05:44	06:03	06:12
Programado	06:20	06:29	06:38	06:47	-	06:56	07:06	-	07:15
Executado	06:19	06:27	06:35	06:42	06:49	06:56	07:03	07:11	07:15
Programado	07:30	07:42	07:54	08:06	08:20	08:34	08:48	-	09:00
Executado	07:35	07:50	07:55	08:06	08:18	08:30	08:42	08:54	09:00
Programado	09:16	09:30	09:42	09:54	10:06	10:18	10:30	10:42	10:54
Executado	09:18	09:30	09:42	09:54	10:06	10:18	10:30	10:42	10:54
Programado	11:16	-	11:33	11:50	12:07	12:24	12:41	12:58	13:15
Executado	11:06	11:21	11:36	11:55	12:06	-	12:30	12:54	13:15
Programado	13:32	13:50	14:08	14:26	-	-	14:44	15:03	-
Executado	13:30	13:42	13:54	14:06	14:18	14:30	14:40	14:50	15:03
Programado	15:22	-	15:41	-	-	16:00	16:15	16:30	16:45
Executado	15:10	15:20	15:30	15:40	15:50	16:00	16:10	16:20	16:45
Programado	16:50	17:00	17:10	17:20	17:30	17:40	17:54	18:08	18:22
Executado	16:40	16:50	17:00	17:10	17:25	17:30	17:40	17:55	-

Tabela: Horários linha 652. Fonte: PAIVA, C.S.

Nos gráficos 7 e 8 os horários de intervalo entre uma saída e outra foram comparados de forma simultânea para, demonstrar visualmente os dados da pesquisa. Nestes é possível observar o horário programado (linha azul) e o horário executado (linha vermelha) e através das linhas é possível ver se os horários foram cumpridos, queimados ou feitos viagens a mais. Na linha 517 é possível notar o tempo de espera do usuário e na linha 652 os adiconamentos e a diferença entre o horário programado e o executado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas



Gráfico: Linha 517 – Comparação dos intervalos programados (SMTU) e executados (campo). Fonte: PAIVA, C.S.

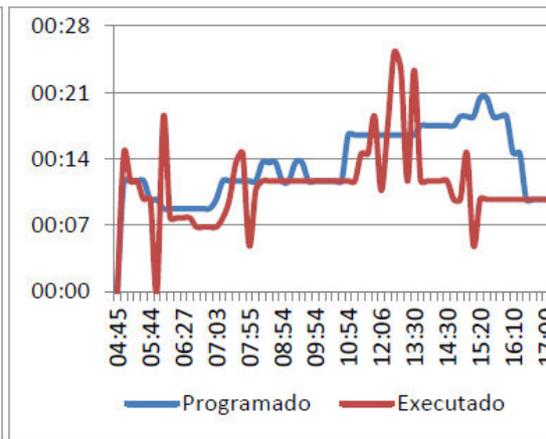


Gráfico: Gráfico 14: Linha 652 – Comparação dos intervalos programados (SMTU) e executados (campo). Fonte: PAIVA, C.S.

No quesito percurso, as linhas 442 e 542, são as de maior rota entre as pesquisadas. Suas viagens têm em média de 2:09h e 2:28h como demonstrara se nos gráficos abaixo.

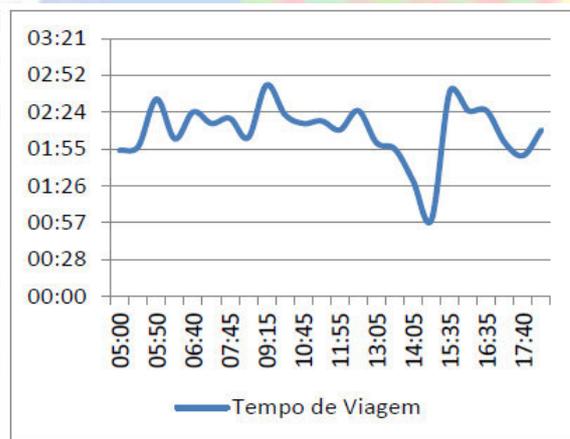


Gráfico: Linha 442 – Duração da viagem em horas. Fonte: PAIVA, C,S.

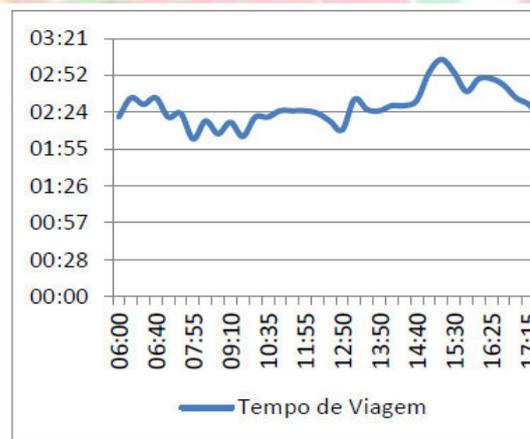


Gráfico: Linha 542 – Duração da viagem em horas. Fonte: PAIVA, C,S.

Em síntese, tal problema deve ao longo percurso que ambas percorrem. São 47,51km para a linha 442 e 55,33km pela linha 542 o que ocasiona no desgaste dos motoristas, cobradores e passageiros pela longa viagem de rota. Entretanto a linha 442 demonstrou se apta a cumprir o cronograma da SMTU, tendo 100% das viagens realizadas. Também houve 100% das viagens cumpridas pela linha 542, porém com atrasos como demonstra se nos gráficos abaixo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

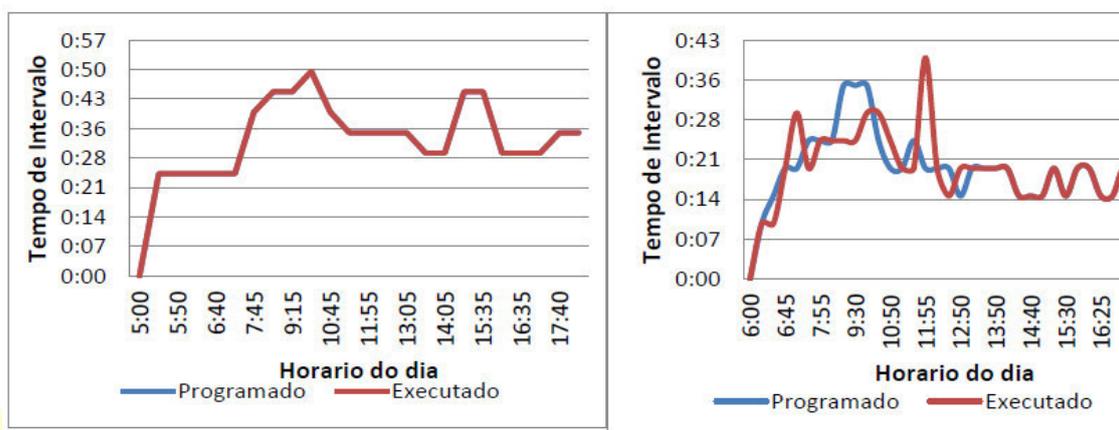


Gráfico: Linha 442 – Comparação dos intervalos programados (SMTU) e executados (campo). Fonte: PAIVA, C.S.

Gráfico: Linha 542 – Comparação dos intervalos programados (SMTU) e executados (campo). Fonte: PAIVA, C.S.

CONCLUSÕES

Através deste projeto, fica clara a desorganização na gestão das saídas dos ônibus e necessidade de cumprimento dos horários por parte dos gestores do sistema de transporte coletivo de Manaus. No apêndice deste relatório é possível encontrar todos os resultados que se demonstram de forma autoexplicativa e recomendam a revisão dos itinerários do sistema para atender os parâmetros de qualidade do transporte coletivo de Manaus.

Observa-se que, a pontualidade não é posta em prioridade e não obstante o usuário ainda precisa lidar com outras precariedades do sistema diariamente. No Art. 7º da Lei Nº 1779 DE 17/10/2013 diz que, “o prestador do serviço deverá: III - cumprir rigorosamente as ordens de serviços emitidas pela SMTU; IV - manter em condições de pleno funcionamento os serviços outorgados; V - prestar os serviços de forma ininterrupta, cumprindo rigorosamente os horários, as frequências, as linhas, a tarifa, o itinerário, os pontos de parada e demais condições estabelecidas pela SMTU”;

Resgatando a revisão da literatura que aponta que no sistema deve haver eficiência, ou seja, o planejamento do sistema de transportes deve observar e atender as demandas e necessidades de deslocamento da população e a regularidade, ou seja, os intervalos não podem ser excessivos e devem ser pré-definidos. Um sistema de transporte urbano moderno deve passar confiabilidade e não incertezas aos usuários sobre os horários de saída e de chegada dos veículos. Quanto maior a pontualidade, maior a confiabilidade e fidelidade dos usuários ao sistema.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A falta de transporte público de qualidade estimula o uso do transporte individual, que aumenta os níveis de congestionamento e poluição. Esse uso ampliado do automóvel estimula no médio prazo a expansão urbana e a dispersão das atividades, elevando o consumo de energia e criando grandes diferenças de acessibilidade às atividades.

Desta forma, faz-se necessário o uso de fiscalização para o controle dessas ações, de forma, a inibir estas práticas que prejudicam o usuário e a confiabilidade do sistema trazendo transtornos e externalidades negativas ao sistema viário de Manaus e sua população.

REFERÊNCIAS

FERRAZ, A. C. P. e TORRES, I. G. E. Transporte Público Urbano. Editora Rima, 2004.

GOMIDE, A. A. Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas. Brasília, julho de 2003.

KRANTON, R. E. Transport and the mobility needs of the urban poor: an exploratory study. Discussion Paper. The World Bank: Infrastructure and Urban Development Department, November 1991.

RODRIGUES, M. A. Análise do Transporte Coletivo Urbano com Base em Indicadores de Qualidade. 2008. 94 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil – Área Engenharia Urbana) – UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

SANTOS, B. J. **A qualidade no serviço de transporte público urbano.** 2000.

VASCONCELLOS, E. A. Transporte, espaço e equidade – análises das políticas públicas. São Paulo: NetPress, 1998.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ENTRE O PROJETO E O PESQUISADOR: A EPISTEMOLOGIA.

Ellem Cristiane Morais de Sousa Contente¹
 Iná Isabel de Almeida Rafael Silva²
 Karina Medeiros Pirangy de Souza³
 (Universidade Federal do Amazonas)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal apresentar reflexões a respeito das metodologias utilizadas nas pesquisas científicas. A Literatura, a Educação e a Engenharia são áreas do conhecimento nas quais recaíram as nossas reflexões. As metodologias apresentadas neste estudo tomam como ponto de partida cada uma dessas áreas, possibilitando assim a adequação das escolhas metodológicas de acordo com o campo do conhecimento e objeto escolhidos. As obras selecionadas que compuseram nosso quadro teórico são: *A miséria do mundo* (1997) e *Campo intelectual e projeto criador* (1968), de Pierre Bourdieu, *A formação do espírito científico* (1996), de Gaston Bachelard, *Arte e sociedade* (1977), de Gilberto Velho, *A Arqueologia do saber* (1986), de Foucault, *Ciência em ação* (2000), de Bruno Latour, dentre outros. O ponto de chegada pretendido é propor possibilidades de escolhas metodológicas mais abertas e dinâmicas, as quais são requisitadas pelo próprio campo do saber e pelo objeto de investigação em questão.

Palavras-chave: Pesquisa. Metodologia. Literatura. Educação. Engenharia.

1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO

As escolhas metodológicas frequentemente ocorrem no momento ainda inicial da pesquisa. Elas são, normalmente, apresentadas ao pesquisador iniciante por meio dos variados manuais de metodologia existentes no mercado. Nestes livros é possível encontrar definições de termos que são exigidos durante a construção de um projeto científico, então o pesquisador passa a tentar reconhecê-los dentro de seu estudo. Ele procura identificar o objeto, os objetivos, a justificativa (ou seu interesse em pesquisar determinado assunto), as hipóteses (ou possíveis respostas aos problemas colocados), aliás, esses, os problemas, também precisam ser identificados, enfim, o pesquisador faz

¹ Discente do programa de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora de Saneamento ambiental na mesma universidade. Contato: ellem_cont@hotmail.com.

² Discente do programa de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora de Língua Portuguesa e Literaturas. Contato: ina_isabel2000@yahoo.com.br.

³ Discente do curso de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Pedagoga e professora de Metodologia da Pesquisa. Contato: kmedeiros200479@gmail.com.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

um esarteamento do projeto de pesquisa de acordo com o que os livros de metodologia sugerem.

O pesquisador nesse momento de escolha e decisões passa a moldar o seu pensamento de acordo com o que lhe é solicitado, deixando, na maioria das vezes, de realizar uma reflexão crítica e profunda sobre os elementos que compõe o seu estudo. E muitas das vezes, ele chega até a si excluir desse processo sob o discurso da objetividade científica, assimilado durante as leituras dos manuais. Desta forma, a pesquisa passa a ser um mundo à parte de seu mundo pessoal, obtendo o que poderíamos chamar de duas “vidas”, uma, a de pesquisador, frequentemente dentro das instituições de ensino/pesquisa ou nos laboratórios, e outra, fora desse ambiente de pesquisa e ensino, no convívio familiar, por exemplo.

O que despertou o interesse em colocar aqui os nossos pontos de vista foi justamente esse mito da objetividade científica que permeia o mundo acadêmico e enraíza filosofias que tiram o homem do centro das reflexões científicas. Tal atitude passou a ser questionada por muitos cientistas sociais da atualidade, que perceberam alguns caminhos equivocados que as pesquisas ditas científicas percorreram, em consequência de tais equívocos, elas fecharam-se dentro de seus “guetos” científicos. Autores como Bachelard (1996), Bourdieu (1997), Cândido (2011), Velho (1977), dentre outros, apresentam-nos perspectivas diferentes em relação a esse cenário.

Nosso intuito, nesse artigo, é tentar justamente mostrar que esses manuais de metodologia, por estarem em conformidade com uma filosofia extremamente fechada e estática, acabam por moldar e formar o pensamento do pesquisador. E nesse “enformamento” escapa a ele uma imensa quantidade de informação que, por não serem consideradas, deforma o objeto em investigação.

2 O OBJETO DE PESQUISA E O CAMPO INTELECTUAL

A formação de um espírito científico molda-se no pesquisador paulatinamente. Esse processo é composto por várias etapas, tais etapas sofrem mudanças ao longo do tempo, atribuindo um caráter dinâmico a esse processo. Mas não é somente o pesquisador que participa dessa relação, o projeto criado e a sociedade também fazem parte.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A pesquisa no campo da Literatura contempla uma relação entre três elementos que podemos chamar de fundamentais para a investigação: o autor, a obra e a sociedade. Esses elementos estão em constante envolvimento, numa relação simbiótica. Não somente pela obra de arte está sempre tentando representar uma questão social, econômica, cultural, enfim, uma questão de ordem sociológica, mas também por influenciar o espírito criador do artista, tornando, muitas vezes, a relação autor-obra uma relação já pré-determinada por questões externas ao seu projeto criador.

A essa relação triádica acrescenta-se um outro elemento: o campo intelectual. Esse campo intelectual, altamente influenciador, formado por um grupo de artistas, instituições, críticos literários e editoras, seleciona artistas e obras que merecem ser “consagradas” e apresentadas ao público intelectual, e à sociedade como um todo.

Podemos perceber, diante da existência dessa rede de relações, a influência de elementos externos ao projeto criador, que precisam e devem ser levados em consideração pelo pesquisador durante a pesquisa científica. A influência dos componentes dessa rede de relações é o que tentaremos analisar nos itens seguintes.

2.1 Arte e sociedade

Quando afirmamos que arte e sociedade estão intrinsecamente relacionadas, partimos de pontos de vista de historiadores, antropólogos e sociólogos para embasar teoricamente o nosso pensamento a respeito da questão. Gilberto Velho (1977) já afirmava que a arte por ser um fenômeno social deveria ser estudada, e os estudiosos, no caso seus amigos e alunos, preocupavam-se em tomar a obra de arte como sendo reveladora de uma determinada sociedade e um determinado momento histórico. Esse pensamento é corroborado por Antônio Cândido (2011), na 12ª edição do seu Livro Arte e sociedade, ao refletir sobre as influências efetivas do meio sobre a obra.

As análises de Cândido (2011, p. 29) sobre tais influências recaem em duas possíveis respostas: “a primeira consiste em estudar em que medida a arte é expressão da sociedade; a segunda, em que medida é *social*, isto é, interessadas nos problemas sociais”. São respostas que procuram dar conta de uma análise da obra em suas mais profundas dimensões, não em aspectos estruturais concernentes à obra de arte, mas as estruturas sociais que constroem a relação autor-obra-sociedade no mundo artístico. Para o autor, a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

primeira tarefa seria investigar as influências concretas exercidas pelos fatores sociais, as principais elencadas por ele são: a influência da estrutura social, dos valores e ideologias, e das técnicas de comunicação. Passemos ao entendimento de cada uma, lembrando-nos que o grau e a maneira que influem esses três grupos variam conforme o projeto artístico.

O primeiro grupo – a influência da estrutura social – manifesta-se na posição social do artista ou na configuração de grupos receptores. O artista pode manter uma relação de harmonia ou conflito com os representantes de seu campo intelectual, e essa relação pode determinar a feitura de seu projeto artístico, assim como o seu público leitor, que pode ser aquele grupo maior, composto por leitores indiferentes ou um pequeno grupo formado por conhecedores de arte. A essa estrutura acrescenta-se as instituições, maiores “legitimadoras” do campo intelectual, as editoras, que também, de alguma forma, influem no projeto do artista, e os críticos literários.

O segundo grupo, representado pelos temas, está manifestado pelos valores e ideologias presentes em uma época, os quais possibilitam as criações artísticas representarem temáticas variadas.

No terceiro grupo, o uso de certas formas é analisado pelas técnicas de comunicação. Nesse processo de comunicação, segundo Cândido (2011) pressupõe-se um comunicante, no caso o artista; um comunicado, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige, e por fim, o quarto elemento emerge do público, o efeito da criação artística.

Com relação ao efeito da criação artística, Cândido (2011, p. 31) alerta-nos que,

esse caráter não deve obscurecer o fato da arte ser, eminentemente expressiva, expressão de realidades profundamente radicadas no artista, mais que transmissão e noções de conceitos. Nesse sentido, depende essencialmente da intuição, tanto na fase criadora quanto na fase receptiva, dando a impressão a alguns, como Croce, que exprime apenas traços irreduzíveis da personalidade, desvinculados, no que possuem de essencial, de quaisquer condicionantes externos.

Na sequência ele afirma que,

justamente porque é uma comunicação expressiva, a arte pressupõe algo diferente e mais amplo do que as vivências do artista. Estas seriam nelas tudo, se fosse possível o solipsismo; mas na medida em que o artista recorre ao arsenal comum da civilização para os temas e formas da obra, e na medida em que ambos se moldam sempre ao público, atual ou prefigurado (como *alguém* para quem se exprime *algo*), é impossível deixar de incluir na sua explicação todos os elementos do processo comunicativo, que é integrador e bitransitivo por excelência.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Dessa forma, fica teoricamente comprovada a relação do artista com a sociedade. Não que se deva ignorar o poder criativo do artista, mas que este deve ser analisado por meio de um viés sociológico, o qual explica os fatores externos que acabam condicionando a produção artística. A arte, aqui, passa a ser representada como um sistema simbólico de comunicação inter-humana, pressupondo um jogo permanente de relações entre os três elementos que formam uma tríade indissolúvel: a posição do artista, a configuração da obra e o público.

2.2 O pesquisador no campo intelectual

Quando se deseja estudar a representação da cidade em obras de escritores de literatura, o ideal é que se considerem, em um primeiro plano, as influências externas e internas que sofrem as produções artísticas. Nessa perspectiva, a construção metodológica acontece quase que concomitantemente ao levantamento de informações a cerca da obra em estudo, ou seja, as influências que atuam sobre as produções.

Adotando essa metodologia, a atitude inicial deve ser realizar um levantamento das informações do autor referente à posição dele no campo social (posição na estrutura social em relação a outros autores, às instituições legitimadoras, aos editores, ao público e aos críticos literários), em seguida, deve-se levar em consideração a obra (analisada em questão de temas e ideologias que ela transmite. Tais informações são necessárias à pesquisa uma vez que a obra compõe, quase sempre, temáticas vigentes num determinado momento histórico). Esse levantamento de informações referentes ao autor e à obra é determinante na pesquisa no campo da literária, pois escapa à análise meramente linguística a qual a produção artística, por natureza, comporta.

No que tange à obra de arte como reveladora de um dado social (no nosso caso em questão a representação da cidade), esse objeto de pesquisa nos possibilita estudar a cidade como representação social. Bourdieu (1968, p. 138) afirma que

(...) é certamente nas obras de arte que as formas sociais do pensamento de uma época se exprimem mais ingenuamente e completamente. Também, como observa Whitehead, 'é na literatura que a visão do mundo concreto se exprime. É, portanto, a literatura que devemos considerar, principalmente suas formas mais concretas, se quisermos descobrir os pensamentos profundos de uma geração.' (...).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Esse excerto confirma a nossa visão a respeito da obra de arte como reveladora de um pensamento a respeito da cidade. É no campo artístico que buscamos a cidade de Manaus representada na obra literária, essa cidade representada de muitas maneiras é nosso objeto de pesquisa. Os escritores que compõem nosso quadro de análise representam o sujeito de nossa investigação, um sujeito representado por um coletivo.

Por meio de uma pesquisa de cunho descritivo, o nosso objetivo geral propõe revelar como a cidade de Manaus encontra-se representada na literatura de uma determinada época. Pretendemos alcançar esse objetivo estudando as relações sociais nas quais estão envolvidos o autor e a obra. Isso significa que, tanto os fatores internos quanto os fatores externos, que são determinantes na produção artística, serão levados em consideração como informações indispensáveis ao estudo em questão.

Nesse sentido, pretendemos considerar os vários pontos de vista presentes nas diversas obras em estudo, com a certeza de que,

(...) **mostrar que os lugares ditos “difíceis”** (como o conjunto habitacional ou a escola) são, primeiramente, **difíceis de descrever e de pensar** e que é preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais (aquela que a imprensa sobretudo veicula), por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes; às vezes, inconciliáveis; e, à maneira de romancistas como Faulkner, Joyce ou Virgínia Woolf, **abandonar o ponto de vista único, central, dominante**, em suma quase divino, no qual se situa geralmente o observador e também seu leitor (...) **em proveito da pluralidade de suas perspectivas correspondendo à pluralidade dos pontos de vista coexistentes e às vezes diretamente concorrentes** (negritos nosso) (BOURDIEU, 1997, p. 11-12).

Assim, tentaremos pensar a cidade como um lugar que nos possibilita conceituá-la a partir de variadas concepções baseadas em diferentes pontos de vista. Nesse sentido, nossa pretensão é construir um quadro múltiplo e complexo, representado por variados discursos, proporcionando a identificação da coexistência de uma pluralidade de pontos de vista.

3 O CENÁRIO EPISTEMOLÓGICO DA METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A inquietação com a qualidade da pesquisa está intimamente relacionada com as transformações que vêm ocorrendo nesse campo, principalmente nos últimos anos.

Os temas e os enfoques dilataram-se, a propagação da metodologia de pesquisa-ação e da teoria do conflito no início dos anos 80, ao lado de um certo desabono de que as elucidações técnicas iriam resolver todas as dificuldades da educação brasileira fazem mudar o perfil da pesquisa educacional, abrindo espaço a abordagens críticas (GATTI, 2000). O importante é destacar que se recorre não mais a uma ou duas áreas próximas à educação, e sim a inúmeras áreas, ou todas elas. Adotando esta conduta é possível fazer multi/ inter/ transdisciplinaridades.

E se tudo que foi mencionado evoluiu, as abordagens metodológicas também seguem estas atualizações.

Para tratarmos o tema em estudo, consideramos os fatos existentes na área da educação, e o que chamamos um fato já é um modelo de interpretação que será preciso, aliás, estabelecer ou provar (BACHELARD, 1971).

3.1 Modelo escolar e o impacto na educação

O tema em estudo “EDUCAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR NO AMAZONAS: Histórico, Desafios e Possibilidades à Qualidade do Ensino” é uma proposta de pesquisa que tem como objetivo propor uma matriz-modelo que aponte possibilidades de melhorias à qualidade da educação e gestão escolar no estado do Amazonas, em vista às particularidades dessa localidade. Para atingir este objetivo, descreveremos a história da educação em Manaus, identificaremos os desafios da educação nesta região, relacionaremos educação e gestão escolar aos índices de desenvolvimento da educação no Brasil, analisaremos os índices de educação de Manaus em relação aos demais municípios da federação e consideraremos os papéis dos envolvidos no processo de gestão educacional no município de Manaus.

Mormente no âmbito da Educação, as dificuldades enfrentadas por professores, estudantes e gestores da atualidade apresentam configurações multifacetadas que exigem a realização de pesquisas capazes de dar conta de uma gama de informações disponíveis para análise daqueles que se dedicam a esse ofício.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Considerando profundas modalidades de pesquisa, este estudo tem a intenção de ser exploratório, descritivo, bibliográfico, documental e de campo em forma de triangulação de métodos.

Para realizar a observação científica na pesquisa, consideraremos o que preconiza Husserl (1945) e corrobora Fourez (1995) quando dizem que observar é fornecer-se um modelo teórico daquilo que se vê, utilizando as representações teóricas de que se dispunha.

Esse estudo, baseado nessas premissas, busca desenvolver uma metodologia de análise dessas relações, sugerindo que as apreciações do discurso midiático deem conta das práticas discursivas e não discursivas que estão em no processo histórico, desafiadores e possíveis de serem realizados no contexto da gestão educacional e a qualidade do ensino em Manaus que se operam entre poder público – Federal, Estadual e Municipal –, profissionais da educação – professores(as), pedagogos(as), gestores(as) –, Sociedade Civil – pais e responsáveis, alunos(as), comunidade.

Isso significa apresentar, por meio de bibliografias, com material exposto ao público, os discursos sobre a historicidade da educação no país, no estado do Amazonas e no município de Manaus, e as informações que circulam em nossa época e que se constituem como verdadeiros. Além dos contextos geográficos, culturais, legais e índices educacionais de Manaus.

À análise desses discursos, estarão embasadas na análise dos discursos em educação por Michael Foucault (1986), que *remete para a crítica construtivista defendida por alguns filósofos e poetas, aqueles que, defendem a tese de que “a verdade é construída, feita”*; *Foucault alinha com filósofos como Nietzsche o seu pensamento e defende o carácter construído da ciência.*

Portanto, descreveremos enunciados que significarão apreender as coisas ditas como acontecimentos, como algo que irrompe num tempo e espaço muito específicos, ou seja, no interior de certa formação discursiva – esse feixe complexo de relações que faz com que certas coisas possam ser ditas (e serem recebidas como verdadeiras), num certo momento e lugar.

Assim, se nos interessa apontar possibilidades de melhorias à qualidade da educação e gestão escolar no município de Manaus em vista as particularidades dessa localidade, a proposta será coletar materiais como os veiculados nos diversos meios



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

públicos: sites do ministério da educação, secretaria de educação de Manaus, dos resultados quantitativos e ranques qualitativos da educação nessa localidade.

Importa aqui, na perspectiva adotada, que qualquer material empírico escolhido seja estudado nas suas multiplicidades de acontecimentos. Todo e qualquer documento voltados para essa temática será tratado na condição de objeto que existe no interior de um conjunto de práticas discursivas e não discursivas.

Hodiernamente, a produção dos trabalhos de pesquisa centra-se em análise de eventos reais do cotidiano da escola e a atitude do pesquisador tem sido enaltecida quando este olhar emerge “de dentro”, fazendo surgir muitos trabalhos em que se analisa o *know-how* do próprio pesquisador, ou em que este desempenhe a pesquisa em parceria com os participantes.

As atuais modalidades de pesquisa investigativa suscitam o questionamento dos instrumentos teóricos metodológicos que estão à disposição e os parâmetros usuais para o julgamento da qualidade do trabalho científico. Desta maneira, extrapola-se bem mais produtivamente o campo da educação quando é possibilitado o diálogo entre diferentes áreas de conhecimento.

Realçamos a relevância de que os trabalhos atendam aos critérios de influência científica e social, ou seja, estejam inseridos num quadro teórico em que fique evidenciada sua contribuição ao conhecimento já disponível.

Ao longo do tempo houve uma bipartição entre os métodos quantitativos e qualitativos, algo que tem sido cada vez menor ultimamente. Para Creswell (2007, p.22) a situação atual é menos qualitativa *versus* quantitativa e mais sobre como as práticas de pesquisa se posicionam entre estes dois polos, ou seja, podemos dizer que os estudos tendem a ser mais qualitativos ou mais quantitativos. Segundo o autor, a concepção de reunir diferentes métodos, presumivelmente teve origem no ano de 1959, quando Campbell e Fiske utilizaram métodos múltiplos para entender as validades das características psicológicas.

Ainda que identificado que todos os métodos possuem limitações, os cientistas entendiam que os vieses peculiares a um método poderiam neutralizar os vieses advindos de outros métodos. Neste azo, surge a triangulação das fontes de dados de forma a buscar confluência entre o quantitativo e o qualitativo (CRESWELL, 2007).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Os métodos quantitativos e qualitativos compreendem, isoladamente, aplicações muito proficientes e deficientes bastante conhecidas, por parte de quem os aplica ao longo tempo. Por este motivo, a construção de pesquisas com métodos mistos pode oportunizar pesquisas de grande monta para Educação como *corpus* organizado de conhecimento, desde que os cientistas saibam reconhecer com clareza as potencialidades e as limitações no momento de aplicar os métodos em questão.

Na visão dos autores Spratt, Walker e Robison (2004), os estudos multi-métodos lidam com diferentes metodologias de coleta e análises dentro de um único paradigma de pesquisa. Para estes autores é exequível conduzir uma pesquisa qualitativa na qual o pesquisador é um observador participante assim como realiza pesquisa com pessoas. Estes estudos objetivam utilizar coadunados os métodos de diferentes paradigmas, ou seja, representar a condução de, por exemplo, entrevistas semiestruturadas com um número reduzido de estudantes, e realizar uma pesquisa de levantamento (“*survey*”), em larga escala, com um maior número de partícipes.

Assim, consideramos que os métodos mistos possam contribuir de forma expressiva para futuras investigações que contemplem a complexidade das pesquisas na área da Educação, diante da abundância de informações de díspares origens a que estão submetidos os nossos alunos e professores, e cujo tratamento de análise implica, em sua cercania, a conjugação de dados quantitativos e qualitativos. Este artifício não pode prescindir de uma acurada concepção, por parte dos pesquisadores, das relações possíveis entre os elementos disponíveis, em um processo sinérgico que favoreça um olhar oriundo de diferentes perspectivas, abalizando caminhos proveitosos para a constante reflexão do processo educacional, tarefa imprescindível não apenas para os cientistas, pesquisadores e educadores, mas para toda a humanidade.

4 FRONTEIRAS METODOLÓGICAS ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

No campo da Engenharia discorrer sobre a construção do conhecimento e sua dimensão social, cultural, política, econômica e ambiental, postos diante da postura fragmentada assumida pela ciência e a tecnologia como fechadas em si mesmas, da desvinculação com implicações socioambientais e da desvalorização de aspectos relativos





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

à cultura popular, é que se busca nos atuais projetos de pesquisa de forma a atuar quebrando paradigmas nesse campo de saber.

4.1 O pesquisador na Amazônia

O olhar do pesquisador frente às diversidades socioculturais e ambientais da região amazônica requer uma postura pautada na compreensão de seu espaço e acima de tudo, no respeito pelo seu ecossistema. Em outras palavras, as intervenções que se buscam nos projetos de pesquisa para a Amazônia, antes de tudo remetem a conhecê-la primeiramente a fim de se obter a imagem completa da mesma para que seus componentes (minerais, fauna, flora, animais, e o próprio homem) não venham a ser prejudicados por intervenções de qualquer ordem, principalmente no que tange alternativas tecnológicas.

Nessa perspectiva, o espírito científico do pesquisador ao considerar as especificidades da região terá que realizar abordagens metodológicas que se sustente nas relações históricas assim como também nas percepções do homem amazônico. Tais abordagens se aproximam das considerações de Latour (2000) que apresenta a proposta de estudar um conhecimento científico em movimento e não uma ciência ou tecnologias prontas, em outras palavras: buscar entender o objeto de estudo não em sua forma finalizada, mas sim na sua concepção inicial. Nessa perspectiva, o autor discorre que práticas científicas são produzidas com olhares de fora para dentro. Latour, em sua obra *Ciência em ação* (2000), ajuda a compreender que a ciência e tecnologia são construções sociais, ou seja, para a sociedade.

No entanto, ao mesmo tempo em que se consideram as diversas ferramentas de construção do conhecimento a cerca do objeto de estudo, da problematização, dos problemas e das hipóteses da pesquisa, sabendo que o fazer científico requer pesquisa habitualmente sustentada na caracterização metodológica, para efeitos de validação, é fato também que não se pode falar num roteiro rígido e fechado sobre os instrumentos a serem utilizados em seu desenvolvimento.

Seguindo tal critério, o ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa está em se considerar as condições históricas prevaletentes no tratamento de esgoto sanitário na Amazônia, as quais interferem em determinados impactos socioambientais, e como essas condições socioambientais e a percepção possam ser parâmetros associados aos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

critérios de concepção, dimensionamento a execução de projetos técnicos para unidades de tratamento de esgoto.

Essencialmente, no estudo a ser desenvolvido sobre o objeto em questão (aqui ressaltado como alternativas de tratamento de esgoto), a pesquisa tem caráter descritiva, pois as respostas ao problema suscitado advirão da integração dos sujeitos participantes da pesquisa e de suas percepções.

A abordagem será quali-quantitativa. O caráter qualitativo fundamenta-se nas crenças de que existe na relação direta entre a realidade das alternativas de tratamento de esgoto na região a ser investigado e o que ocorre nas condições de vida do sujeito, sendo essa compreensão o desafio do projeto, e quantitativo porque relacionará tais dados a técnicas estatísticas.

O fazer discorrer sobre tal estudo em dado campo, sendo aqui adotada a realidade de cidades do interior do Amazonas, fará uso das mais variadas técnicas de pesquisa na coleta de dados que integram os seguintes instrumentos: documentação, observação visual, entrevista, questionário e formulário elaborados para obter informações a respeito do que pensam, do que sabem, representam, fazem e argumentam os sujeitos da pesquisa (instituições e população) na área de estudo, ante a questão do tratamento de esgoto intra e extralocalidade.

O que se observa é que o uso das técnicas tradicionais é referenciado e fazem parte do arcabouço metodológico da proposta em questão. No entanto, o encontro do pesquisador com seu processo de reflexão científica nos campos de saberes das ciências sociais reacenderá (ressurgirá) o que será o desafio nessa proposta. Bachelard (1996, p. 18) comenta que aquilo que cremos saber ofusca o que deveríamos saber. Para o mesmo autor “ascender à ciência, é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado”. Dessa forma, na construção do conhecimento científico o que vale no espírito científico é se opor, questionar e argumentar sobre o objeto de pesquisa.

4.2 O objeto de pesquisa no contexto amazônico

Na proposta de pesquisa que versa sobre a questão do saneamento na região amazônica, o objetivo está centrado em avaliar as condições de tratamento de esgoto



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

(sendo este uma das linhas de ação do saneamento) e sua interferência em impactos socioambientais na Amazônia.

Nesse sentido, a escolha de alternativa tecnológica (com adoção de solução autóctone) para tratamento de esgoto e sua potencial replicação nas questões de saneamento na realidade dos municípios amazônicos traz nesse objetivo a perspectiva de trabalhar com estreita aproximação entre aspectos técnicos e outros e que são mais enfatizados em outros campos de saberes.

Nesse contexto, buscando conjugar o conhecimento dos grupos humanos com projeto de tecnologia para a compreensão da realidade e da solução de problemas que afetam as populações amazônicas, sobre o contexto do saneamento e, mais especificamente, na questão de tratamento de esgoto sanitário, é importante destacar que, nessa abordagem, fronteiras disciplinares deverão ser ultrapassadas compreendendo diversos campos de saberes como as ciências sociais. Isso significa conjugar o conhecimento dos grupos humanos com o projeto de tecnologia, contribuindo para a compreensão da realidade e para a solução de problemas que afetam as populações amazônicas.

Morin (2005) ensina que uma nova ciência com consciência requer novas maneiras de exercitar a técnica e que, portanto, forneça conhecimento para saber quem é o “sujeito”. Uma ciência na qual as ciências humanas se conscientizem dos fenômenos físicos e biológicos, enquanto uma tecnologia consciente de sua inserção numa cultura, numa sociedade, numa história.

CONCLUSÃO

Em qualquer investigação de índole científica o método tem de constituir uma preocupação inicial e central do pesquisador porque lhe dará segurança no percurso e porque representam uma condição de legitimidade dos resultados alcançados e de validade do próprio trabalho. Neste artigo, tivemos a intenção de evidenciar como estes pressupostos serão determinantes na investigação que será realizada no âmbito de um projeto de doutoramento.

No campo literário, ao se considerar além dos elementos internos à produção artística, mas também os externos, que de uma forma ou de outra influenciam a produção





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

literária, estamos saindo da análise meramente literária que o objeto artístico nos possibilita. Não que esse aspecto deva ser menosprezado ou ignorado, pelo contrário, ele é de suma importância, o problema está quando se ignora outras informações que juntamente com essa possibilitam um estudo mais profundo e abrangente, capaz de responder a questões que, as análises linguísticas não dariam conta. Essas questões, podendo ser de ordem social, econômica, política, filosófica, enfim, estão relacionadas às estruturas de variados campos, que acabam por determinar ações, comportamentos e produções intelectuais.

Ponderando a crescente produção científica, nas últimas décadas, nas áreas aqui presentes (Literatura, Educação e Engenharia), bem como as diferentes metodologias empregadas pelos investigadores, houve um desdobramento na diversificação metodológica relacionadas a estes campos do conhecimento no sentido de incrementar as possibilidades para pesquisa.

Partindo das pesquisas dedicadas, principalmente, ao contexto da escola e o impacto destes aspectos sobre os resultados obtidos na educação, a partir dos anos 1980, aumentou a preocupação com os aspectos vivenciados no dia a dia dos atores escolares, incluindo os currículos, as interações sociais e os processos de aprendizagem, aumentando ainda a ênfase nos estudos de âmbito qualitativo.

Nesta evolução, houve um repensar dos pressupostos metodológicos empregados no âmbito da Educação, gerando, inicialmente, conflitos entre posicionamentos distintos, o que vem sendo amenizado nas últimas décadas.

Quando se faz uso de múltiplas abordagens, possibilita-se uma contribuição mútua das potencialidades de cada uma delas, gerando respostas mais abrangentes aos problemas de pesquisa formulados. Diante dos desafios enfrentados nos processos de pesquisa do campo educacional, os pesquisadores podem lançar mão de uma infinidade de instrumentos e métodos investigativos, incluindo a conjugação de abordagens, a exemplificar: as qualitativas e quantitativas.

Entendendo que para cada método existe uma particularidade, quando pertinente, entendemos a possibilidade de utilização de métodos mistos de pesquisa para que possam atender às necessidades da investigação e do investigador.

Utilizando múltiplas abordagens, é possível produzir trabalhos nos quais haja uma contribuição mútua das potencialidades de cada uma delas, gerando respostas mais



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

abrangentes em relação aos problemas de pesquisa formulados, desde que sejam consideradas as particularidades inerentes aos princípios subjacentes a cada uma delas, objetivando obter benefícios significativos.

A nossa ideia aqui é poder fazer pesquisa, produzir novos conhecimentos e integrar dentro de nova abordagem a dimensão sociocultural. Não se quer chegar com algo pronto na certeza de que será a solução de problemas dessa ordem, mas permitir uma abordagem aos valores das pessoas, da realidade vivida e suas relações com o meio ambiente, social, cultural, político e educacional. Assim apresentar contribuições, por meio de um viés científico, para o melhoramento das condições humanas e das relações sociais em que estamos envolvidos.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudo de teoria e história literária*. 12^a ed. Ouro Azul: Rio de Janeiro, 2011.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *Campo intelectual e projeto criador*. In: Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BOURDIEU, Pierre (et. Al.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FOUREZ, G. *A construção das Ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- GATTI, B. *A produção da pesquisa em educação no Brasil e suas implicações sócio-político-educacionais: uma perspectiva da contemporaneidade*. Campinas, 2000. Trabalho apresentado na III Conferência de Pesquisa Sociocultural.
- HUSSERL, E. *Die Krisis euro paischen wissenschaften und die transzendente Parzeption*. Paris: Gallimard, 1945.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória (Tradução). Edição revista e modificada pelo autor. 8 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
- SPRATT, C.; WALKER, R.; ROBINSON, B. *Mixed research methods. Practitioner Research and Evaluation Skills Training in open and Distance Learning. Commonwealth of Learning*, 2004. Disponível em: <http://www.col.org/SiteCollectionDocuments/A5.pdf>. Acesso em 19 de julho de 2016.
- VELHO, Gilberto (org.). *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA LEI 13.146/2015 SOB A ÓTICA JURÍDICA

STATUTE OF THE DISABLED PERSON - AN ANALYSIS OF THE EFFECTIVENESS OF THE LAW 13.146 / 2015 UNDER THE LEGAL OPTICAL

Ana Maria de Andrade Fontes. ¹

E-mail: anandrade.fontes@hotmail.com

Flávia Regina Porto de Azevedo. ²

E-mail: profflaviana.ufam@gmail.com

Resumo: Atualmente, dados estatísticos revelam que quase um terço da população brasileira tem algum tipo de deficiência. E foi pensando nesta parte da população que fora sancionada recentemente a Lei 13.146/2015, o chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei, inspirada na Convenção sobre os direitos da Pessoa com deficiência da qual o Brasil é signatário, nada mais é, do que o reflexo de amplo trabalho, no âmbito jurídico, com vistas a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, de forma a incluí-las na sociedade e como cidadãos. No entanto, traz com ela diversas inovações, dentre estas, não mais ser considerado o deficiente alguém, na acepção jurídica, civilmente incapaz, posto que o Estatuto deixa claro que a deficiência não afeta a plena capacidade da pessoa para praticar todos os atos inerentes a vida civil. Portanto, através da pesquisa exploratória, descritiva, e bibliográfica, com utilização dos métodos hipotético dedutivo e dialético, o presente trabalho busca analisar, em um contexto histórico, os avanços que o Estatuto da Pessoa com Deficiência traz no âmbito jurídico, com reflexos em diversas áreas, social, educacional, política, etc. e como esta lei, com normas recém criadas, está sendo observada e aplicada hoje, no Brasil e no Amazonas, para fins de concluir se a lei poderá ser efetiva, eficaz, e transformar a vida destes cidadãos com deficiência, diminuindo a desigualdade e incluindo-os no meio social em condições dignas e isonômicas.

Palavras – chave: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Alterações advindas com a lei. Efetividade. Igualdade.

Abstract: Currently, statistical data reveal that almost a third of the Brazilian population has some type of disability. And it was thinking in this part of the population that Law 13,146 / 2015, the Statute of the Person with Disability, had recently been sanctioned. This law, inspired by the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, to which Brazil is a signatory, is nothing more than a reflex of ample work in the legal field, with a view to ensuring and promoting, on an equal footing, the Exercise of fundamental rights and freedoms by persons with disabilities, in order to include them in society and as citizens. However, it brings with it a number of innovations, among which one can no longer be considered the disabled person, in the legal sense, civilly incapable, since the Statute makes clear that the disability does not affect the full capacity of the person to practice all the acts inherent to Civil life Therefore, through the exploratory, descriptive,



and bibliographical research, using the hypothetical deductive and dialectical methods, the present work seeks to analyze, in a historical context, the advances that the Statute of the Person with Disability brings in the legal scope, with reflexes in diverse Areas, social, educational, political, etc. And how this law, with newly created norms, is being observed and applied today in Brazil and the Amazon, in order to conclude whether the law can be effective, effective and transform the lives of these citizens with disabilities, reducing inequality and including Them in the social environment in dignified and isonomic conditions.

Keywords: Status of the Person with Disabilities. Changes arising from the law. Effectiveness. Equality.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa estudar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ou como também é chamado, a Lei Brasileira de Inclusão - Lei 13.146/2015 - que entrou em vigor no nosso país em 02 de Janeiro de 2016.

Tomando como base dados do último Censo (2010) realizado Pelo Estatuto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sabe-se que 45,6 milhões de pessoas afirmam ter algum tipo de deficiência, o que representa 23,9% da população brasileira. E, para reduzir a falta de acessibilidade que estas pessoas tem diversas áreas como de educação, de trabalho, na política, fora sancionada esta lei, sendo um conjunto de regras que buscam garantir direitos as pessoas com deficiência para que estas possam ser tratadas de forma igualitária, digna, humana, a fim de inclui-las na sociedade, já que muitas vezes são marginalizadas e tidas como pessoas que não tem condições de realizar quaisquer atos na vida civil como os demais, que não se encaixam nesse grupo social.

O estatuto assim, é considerado como um dos mais avançados do mundo na defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Mas, nem todos os pontos do estatuto foram totalmente aceitos. Isso porque, o Estatuto numa visão jurídica, retira a pessoa com deficiência da categoria de civilmente incapaz e considera que estes indivíduos, que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, nos termos do art. 2º da própria lei de Inclusão, não pode ser mais vista com olhos degradantes e ser tida como pessoa defeituosa, diferente, incapaz que não pode realizar suas próprias decisões sem ajuda ou acompanhamento especial.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O problema que se vislumbra é a necessidade de que o Estatuto, com toda a sua normatização inovadora, seja aplicado a fim de garantir na prática todos os direitos inerentes a ele, possibilitando facilitar e melhorar a vida dos deficientes, e da forma como as legislações antigamente aplicadas, não o fizeram.

Assim, com o estudo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência, buscamos através do presente trabalho demonstrar as principais alterações, principalmente jurídicas acerca do tema, como elas repercutem nos diversos campos sociais, seja educacional, político, de moradia, de trabalho, tecnológico, e de que forma pode se mostrar efetivo e eficaz para beneficiar as pessoas do qual estamos tratando, de todos os deficientes, a fim de inclui-los na sociedade de forma igual e em condições humanas e dignas.

1. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA SOB A ÉGIDE DA CONVENÇÃO DA ONU E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antes de começarmos a analisar as mudanças que trouxe a LBI, precisamos entender qual o conceito de deficiência abarcado por nossa legislação, para entendermos melhor como o Estatuto da pessoa com deficiência e o porquê da nova lei abranger tantas áreas sem maiores distinções, que alcançam as pessoas com deficiência, dando-lhes maior amplitude de participação em diversos campos.

Quando analisamos a Constituição Federal, carta magna, lei superior do nosso ordenamento jurídico, sobre a qual todos as leis infraconstitucionais devem ser amparadas, verifica-se que em diversos artigos, há orientações para que políticas públicas sejam construídas para amparar estas pessoas, que muitas vezes, são vistas em condições completamente desiguais frente os demais que não possuem qualquer tipo de deficiência.

A exemplo, no Art. 24 do texto constitucional, inciso XIV, temos: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.” (Constituição Federal, 1988).

No entanto, quando a Carta Magna fora promulgada, havia uma preocupação dos legisladores de tentar superar a ideologia por trás dos deficientes, imaginados e descritos





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sempre em termos pejorativos: “pessoa especial”, “pessoa incapaz”, e tantas outras formas de menção, trazendo o texto normativo o termo “pessoa portadora de deficiência”.

No entanto, não se conseguia distanciar a ideia da deficiência da pessoa em si que a portava. A exclusão era inevitável. De acordo com Fonseca (2012, p. 28), o olhar era de caráter sempre assistencialista e de apoio aos deficientes, porém não se mostrava suficiente para atender as necessidades destas pessoas, que muitas vezes poderiam encarar a vida e a sociedade nem restrição alguma, mas ainda assim, era necessário marginalizá-las por conta da atribuição que carregavam.

Então, para mudar este cenário, o Brasil aprovou por intermédio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, nos termos do §3º do art. 5º da Constituição Federal e, portanto, com equivalência de emenda constitucional, ratificada em 1º de agosto de 2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência patrocinada pela Organização das Nações Unidas – ONU, sendo que esta trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro novo conceito de pessoa com deficiência, com status constitucional, e com eficácia revogatória de toda a legislação infraconstitucional que lhe seja contrária, mudando drasticamente o conceito da deficiência, tornando-se a referência para o que aqui buscamos analisar, do Estatuto da Pessoa com deficiência.

Saliente-se que isto é proveniente, após treze anos de tramitação, da aprovação, em 17 de novembro de 2004 da Emenda Constitucional nº. 45, que, dentre as inovações procedidas pela emenda em referência no texto constitucional, chama a atenção o parágrafo 3º, inserido ao art. 5º da Constituição, cujo teor é o seguinte:

Art. 5º, § 3º - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Emenda nº. 45/2004 da Constituição Federal).

Assim, a convenção, logo no preâmbulo, em suas alíneas, nos faz entender que não pode haver uma interpretação da deficiência como algo taxativo (MAIA, 2013, p.3). Este conceito deve ser analisado e verificado em cada momento histórico, e das dimensões sociais, distanciando completamente a deficiência da pessoa que a porta em si, conforme é possível verificar na alínea “e” no corpo normativo.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Ainda, a convenção quis deixar claro que há diversas formas de deficiência, conforme a alínea “i”:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Art. 1º da Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência patrocinada pela Organização das Nações Unidas – ONU).

Portanto, verificamos ser importante frisar que não há mais como avaliar a pessoa com deficiência só pelo que ela possui de diferente, ou os impedimentos que possui, sejam eles físicos, mentais, intelectuais e sensoriais, sendo que quando dizemos que alguém é especial, na verdade não há como dizer senão que todos nós somos, a luz dos princípios constitucionais da isonomia e da dignidade de pessoa humana, já que todas as pessoas devem ser vistas com olhar diferenciado para cada tipo de situação e fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, não distanciando ninguém a partir desta premissa lógica(Fonseca, 2012, p. 28).

Esta ideia foi abarcada pelo Estatuto da Pessoa com deficiência, logo nos primeiros artigos da legislação. E ainda, a LBI nos mostra de forma clara como deve ser avaliada e identificada a deficiência, em seu art. 2º, §1º, ratificando ainda mais os ideais da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque, Estados Unidos da América, em 30 de março de 2007, quando diz que a avaliação, somente quando necessária será biopsicossocial, a ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, a considerar diversos fatores como: “(...) I -Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - A restrição de participação.” (Art. 2º, §1º do Estatuto da Pessoa com deficiência, 2015).

2. AVANÇOS NORMATIVOS E AS NOVIDADES VISTAS COM O ADVENTO DA ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI 13.146/2015).

Muitas foram as inovações e avanços trazidos com a criação do Estatuto da Pessoa com deficiência. A LBI busca assim, mudar a visão sobre o conceito de deficiência. Pois o ideal seguido pelos legisladores quando da apresentação do Projeto de





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Lei, foi a de que a deficiência na verdade não está na pessoa que possui algum tipo de limitação ou impedimento de longo prazo, mas na falta de oportunidade e de acessibilidade que o Estado deixa de oferecer quando restringe o acesso de alguns lugares, e de algumas políticas, aos deficientes.

Primeiramente, faremos uma breve análise, sem esgotar o assunto, sobre as mudanças que trazem o Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015) sob a ótica jurídica, ponto principal deste trabalho, usando como aparato para tal o Código civil e o Novo Código de Processo Civil (lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), e posteriormente, verificaremos como o Estatuto influencia os Órgãos e poderes públicos com vistas a ampliar os direitos dos deficientes.

Com relação à capacidade, o artigo 3º do Código Civil antigamente dispunha eram absolutamente incapazes: os menores de 16 anos, aqueles que por enfermidade ou deficiência mental não tivessem o necessário discernimento para prática dos atos da vida civil (inciso II) e os que não pudessem exprimir sua vontade, mesmo por causa transitória (inciso III).

Já o artigo 4º tratava dos relativamente incapazes, sendo estes os menores de 18 e maiores de 16 anos, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido (inciso II), os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo (inciso III), e os pródigos (inciso IV).

Com o Advento da Lei 13.146/2015, que modificou o Código Civil, verificou-se que, como absolutamente incapazes, só podem ser considerados os menores de 16 anos. Toda menção à deficiência mental ou de reduzido discernimento foi retirada do texto normativo, e portanto, nenhuma dessas pessoas possui impedimentos para as práticas da vida civil. Ademais, como relativamente incapazes, só temos os maiores de 16 anos e os menores de 18 anos, os ébrios habituais, os pródigos, e a outra inovação foi que, para esta categoria, foram acrescentados os que, por causa transtória ou permanente (esta última situação foi incluída pela nova lei), não podem exprimir a sua vontade. E novamente, toda menção à incapacidade ou deficiência foi retirada do Art. 4º do Código Civil.

Com isso, vemos que os deficientes não mais podem ser considerados nem absolutamente incapazes, nem relativamente incapazes. Aquele rol trazido antes do



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

advento da Lei, colocava os deficientes, em sentido amplo, como pessoas que necessitam de acompanhamento especial, sempre, de tutores ou curadores, o que não mais ocorre.

Assim, não poderia o ordenamento jurídico ter deixado de sofrer modificações das mais drásticas, já que, não à toa, o primeiro capítulo do Código Civil, que trata da personalidade e da capacidade, onde foi possível verificar tal mudança, deve sempre ser observado com bastante atenção, já que traz institutos que são norte para todas as relações jurídicas privadas.

Apesar das diversas mudanças trazidas pela Lei 13.146/2015, como por exemplo dos institutos da tutela e da curatela, presentes nos Arts. 1728 ao 1783 do referido, sendo estas “instituições protetivas da pessoa e dos bens dos que detêm limitada capacidade de agir, evitando os riscos que essa carência possa impor aos exercícios das situações jurídicas por parte de indivíduos juridicamente vulneráveis” (NELSON ROSENVALD, 2015, p.2), a principal novidade que merece destaque aqui é a chamada tomada de decisão apoiada.

Pela leitura do Art. 1.783-A do Código Civil de 2002, temos que:

A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

Isso quer dizer que pode ser ajuizada pela própria pessoa com deficiência, sendo uma alternativa legal para a interdição (curatela) hoje prevista, pois a pessoa deficiente, ao completar a maior idade, não será submetida a tal situação, mas somente em casos excepcionais e proporcionais as circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível, afetando tão somente aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial e não mais alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (Conforme Art. 85 da Lei 13.146/2015).

Além disso, a deficiência não afeta mais a capacidade civil da pessoa para casar e constituir união estável, para exercer direitos sexuais e reprodutivos, exercer o direito



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar, conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória, exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária e exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (conforme Art. 6º da LBI).

Agora, partindo dessa premissa e da avaliação de que o Estatuto possibilitou uma maior autonomia e liberdade de atuação dos deficientes, fazemos uma análise dos principais avanços e inovações, em outras áreas além da jurídica, mostrando de que forma a lei busca incluir pessoas com algum tipo de deficiência, de forma mais ampla na sociedade, a dar tratamento igual, digno, humanitário a estes indivíduos.

Por exemplo, na área da educação, é vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento das determinações legais, inclusive no fornecimento de atendimento educacional especializado e profissionais de apoio. (Art. 28 §1º da LBI); na saúde, as operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes. Além disso, são vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição (conforme Art. 20 da LBI).

No trabalho, a LBI mantém o disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/91, a Lei de Cotas, que já previa a obrigatoriedade de as empresas com cem ou mais empregados preencherem uma parte de seus cargos com pessoas com deficiência. Esta reserva depende do número geral de empregados que a empresa tem no seu quadro; no âmbito da política, o poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas. A ela será assegurado o direito de votar e de ser votada. (Art. 76 da LBI); nos termos dos Artigos 77 e 78 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológicas,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

voltados à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social.

Saliente-se que, para fins de cumprimento, desta lei, os órgãos responsáveis pelo cumprimento das normas são a Defensoria Pública e o Ministério Público. E que, à discriminação, como forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistidas. (Art. 4º da LBI), caberá punição, de pena de reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Art. 88 da LBI).

3. A APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA EFETIVIDADE NO BRASIL E NO AMAZONAS

Apesar de ser lei extremamente nova, já é possível verificar resultados positivos, no que tange a aplicabilidade do regramento da LBI, com vistas a assegurar os direitos presentes no Estatuto, aplicados no Brasil e também, no âmbito do Amazonas.

Com entrada em vigor em 02 de Janeiro de 2016, no decorrer do presente ano havia necessidade de que não só o poder público como também as intuições do âmbito privado, estivessem atentos a todas as novidades advindas com o Estatuto da Pessoa com deficiência, sendo crucial um olhar detalhado e cuidadoso para o tema, decisivo para o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência. Foi possível verificar, em ampla pesquisa acerca da aplicabilidade concreta do Estatuto da pessoa com deficiência, diversas situações fáticas, atos não só da Administração Pública, como de particulares, que caracterizam, de certa forma, a preocupação da sociedade num todo com a aplicabilidade da lei, principalmente pela importância que ela tem ao buscar dirimir a desigualdade das minorias.

Em 17 de Fevereiro de 2016 fora realizado, em Artur Nogueira (SP), o casamento entre uma pessoa com deficiência, R.L, e outra sem tal impedimento, J.F.D, após 20 anos de união estável entre o casal. Este foi considerado o primeiro casamento de uma pessoa com deficiência intelectual no país, depois que a Lei Brasileira de Inclusão



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

entrou em vigor, segundo associações dos cartórios de registro civil. R.L. foi diagnosticada na infância com paralisia cerebral e isso comprometeu o desenvolvimento da fala e de certos movimentos, o que a define como deficiente intelectual. O casal nunca pode realizar tal ato porque Rosana era impedida de exercer os atos da vida civil.

Com o advento do Estatuto da Pessoa com deficiência que coincidiu sua vigência com o ano das Olimpíadas realizadas no Brasil, entre Julho e Setembro 2016, devido a ampla divulgação e os bons resultados obtidos pelo atletas paralímpicos no evento, o Governo Federal, com finalidade de assegurar a LBI, comprometeu-se a investir profundamente em programas de apoio de atletas com alto rendimento, a exemplo do Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, e ainda da Lei Agnelo/Piva. Isso porque, ao incentivar novos atletas, estaria promovendo a inclusão decorrentes da prática de esportes, das pessoas com algum tipo de deficiência, dando maior visibilidade a questão da acessibilidade.

Também foi possível verificar diversas propostas de leis para modificar textos normativos já existentes, por conta do que prevê o Estatuto. Por exemplo, o Projeto de Lei 1844/15, aprovado no dia 19 de Outubro de 2016, do deputado licenciado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB). Pela proposta, as informações em braile deverão ser claras e facilmente legíveis pelos deficientes visuais. O projeto acrescenta artigo à Lei 10.962/04, que traz normas sobre a afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, porquanto o Estatuto dita sobre a necessidade de disponibilizar ao consumidor deficiente informações claras e corretas sobre os produtos.

O Código de Trânsito ficou mais duro em função da Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A falta de respeito em áreas de estacionamento levou o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) a tomar medidas mais duras em relação às placas de sinalização de exclusividade. Com a mudança, a infração que era considerada leve, passa para grave, com cinco pontos na carteira de habilitação. O valor da multa tem um acréscimo de 140%. O motorista ainda é punido com cinco pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e não mais três.

Já no Amazonas, em Julho do presente ano, no Centro de Manaus, fora realizada fiscalização em Ação realizada pela Ordem Dos Advogados do Brasil (OAB/AM), a chamada “Multa Moral” - ação que visou conscientizar a população Manauara sobre os





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

direitos da pessoa com deficiência Durante a ação, foram aplicadas 31 multas morais e 49 orientações por infrações, como falta de passarelas, rampas de acesso bloqueadas, ausência de vagas específicas para pessoas com deficiência. Um relatório da fiscalização com recomendações para adaptar a área fora encaminhado aos poderes públicos. A ação foi promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, presidida pela advogada Nancy Segadilha.

Em Agosto deste ano, por iniciativa da OAB-AM, da Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência (Seped), do Instituto de Tecnologia Manaós (ITMBr) junto à iniciativa privada, foi disponibilizado às pessoas com deficiência, o aplicativo Cidadão Olímpico, que auxiliava as pessoas com deficiência a conhecerem direitos, localizar áreas de acesso especiais e denunciar violações legais nos jogos olímpicos em Manaus, medida a fim de assegurar os direitos da pessoa com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que fora exposto, podemos dizer que a LBI, é lei nova que cria debates incontáveis acerca das transformações com ela advindas. Isso porque buscou alterar de forma significativa algo que já não se imaginava possível modificar, o tema da capacidade civil. Mas de qualquer forma, traz um viés extremamente personalista, ao tentar dar maior autonomia aos deficientes, que muitas vezes ficaram marginalizados na sociedade, vistos pelas suas “fragilidades”.

Mas apesar da iniciativa do Poder Público e dos legisladores, não há como negar que é possível que existem pessoas que, na realidade fática, são certamente declaradas, pela análise clínica, como absolutamente incapazes de exercer quais atos da vida civil, quando se avalia os aspectos que a própria lei nos traz, para análise de tais deficiências, como exemplo, os fatores socioambientais, psicológicos, pessoais, ou ainda, pela limitação no desempenho de atividades ou restrição de participação (Art. 2º, §1º da LBI).

Outrossim, conforme fora demonstrado, há possibilidade de conceder total liberdade de escolha aos deficientes sem interrupções de tutor, curador ou qualquer representante. Porém, em não havendo qualquer possibilidade de o deficiente exprimir





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sua vontade, traçamos assim uma problemática visto que, se assim deve ser aplicado, conforme o estatuto, como garantir de fato os direitos dos deficientes, caso os atos estejam eivados de vícios? Haveria possibilidade de relativizar o estatuto e permitir uma incapacidade relativa em que o incapaz é representado e não assistido? Traçamos ainda outro questionamento, acerca da pouca aplicabilidade prática da interdição e da problemática da coisa julgada frente ao Direito intertemporal (CORREIA, 2015, p. 3), ao pensarmos nos que já estão, pela lei, interditados e impedidos de exercer poder de escolhas pessoalmente.

No âmbito jurídico, existe uma diferença entre eficácia, efetividade e eficiência. Diz-se que eficácia é atingir o objetivo proposto, é o poder de causar determinado efeito. Eficiente é aquilo ou aquele que chega ao resultado, que produz o seu efeito específico, mas com qualidade, com competência, com nenhum ou com o mínimo de erros. Já efetividade, por sua vez, é também a qualidade do que atinge seu objetivo; é a capacidade de funcionar normalmente, satisfatoriamente, porém tem mais a ver com a realidade, com o que é real e verdadeiro. O efetivo está realmente disponível, é incontestável, verificável, executável.

Assim, fazendo um paralelo entre as exposições trazidas sobre o surgimento da Lei de inclusão ou Estatuto da Pessoa com deficiência – Lei. 13.146/2015 – e os termos supracitados, a de se entender que, apesar da tentativa do legislador em trazer inovações que se mostram eficazes até certo ponto, porque mostram um interesse social de extrema relevância ao modificar diversos institutos jurídicos em prol dos deficientes, e com a maior abrangência possível dos graus de deficiência, retirando-os da situação de vulneráveis e de exclusão da sociedade, sem expressão de ideias e vontades, além de serem tolhidos de muitos direitos fundamentais a qualquer cidadão, por outro lado, não se mostram até então eficientes ou ainda, com grau satisfatório de efetividade.

Até porque, faz-se necessário para isto lapso temporal suficiente para que estas mudanças demonstrem na prática, resultados úteis aos seus beneficiários. Para enxergar o resultado palpável destas alterações, somente o estudo dos casos concretos e ainda, a sabedoria dos operadores do Direito e dos magistrados para que se concretize de forma plena, os direitos adquiridos com o Advento da nova lei.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Apesar disto, podemos dizer que já em muito favorece os indivíduos abrangidos por este estatuto, porque nítida a dimensão das novas regras, a tentativa de buscar implantá-las pelo Poder Público e pela iniciativa privada; E, porque sem sombra de dúvida, transmite uma realidade palpável, de um imaginário até pouco tempo quase que inalcançável, da satisfação e do exercício de direitos pelos deficientes, de forma a ampará-los conforme a necessidade, e de inseri-los na sociedade, de forma digna, isonômica, como iguais, sem discrimina-los, pelas distinções de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que possuem.

REFERENCIAS

- BRASIL. *Código Civil*. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acessado em 05 de Setembro de 2016, às 15:01 h.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em 05 de Setembro de 2015, às 16:45 h.
- BRASIL. *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acessado em 05 de Setembro de 2016, às 13:30 h.
- BRASIL. *Estatuto da Pessoa com deficiência*. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acessado em 05 de Setembro de 2016, às 14:45.
- CORREIA, Átala. *Estatuto da Pessoa com Deficiência traz inovações e dúvidas*. Conjur, 3 de agosto de 2015, 8h01. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-ago-03/direito-civil-atual-estatuto-pessoa-deficiencia-traz-inovacoes-duvidas#_ednref2>. Acessado em 05 de Setembro de 2016, às 14:45 h.
- EFICIENTE, EFICAZ E EFETIVO. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=visualiza_dica&id_noticia=5745>. Acessado em 05 de setembro de 2016, às 16:00 h.
- FERRAZ, Carolina Valença et al. (Coord.). *Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Edição Digital. São Paulo: Saraiva. 2012.
- G1 (Amazonas). Globo. *Em Manaus, locais que desrespeitam acessibilidade recebem 'multa moral'*: Campanha foi realizada neste sábado no Centro de Manaus. Manaus Moderna, Porto, Mercado e Av. Eduardo Ribeiro receberam ação. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2016/07/em-manaus-locais-que-desrespeitam-acessibilidade-recebem-multa-moral.html>>. Acessado em 05 de Setembro de 2016, às 18:00 h.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

G1 (Campinas). Globo. *'Sempre sonhei casar', diz 1ª noiva com deficiência intelectual do país*: Casamento foi possível com lei de inclusão, que entrou em vigor em janeiro. Rosana teve paralisia quando bebê; cerimônia ocorreu em Artur Nogueira. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/02/sempre-sonhei-casar-diz-1-noiva-com-deficiencia-intelectual-do-pais.html>>. Acesso em: 05 set. 2016.

MAIA, Maurílio. *Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso*. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/17265873>. Acessado em 05 de setembro de 2016, às 14:50.

OAB (Amazonas). APP da OAB-AM atenderá pessoas com deficiência nas Olimpíadas em Manaus. 2016. Disponível em: <<http://oabam.org.br/site/noticia?id=835>>. Acessado em 05 setembro de 2016, às 14:30 h.

ROSENVALD, Nelson. *A tomada de decisão apoiada*. 2015. Disponível em: <<http://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2015/07/16/A-Tomada-de-Decisao-Apoiada>>. Acesso em 05 de setembro de 2016, às 15:45 h.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ESTUDO DO DIABETES MELLITUS TIPO 2 COMO FATOR SÓCIO-CULTURAL EM MULHERES NA CIDADE DE MANACAPURU/ AMAZONAS/ BRAZIL

STUDY OF TYPE 2 DIABETES MELLITUS AS A SOCIOCULTURAL FACTOR IN WOMEN IN THE CITY OF MANACAPURU/ AMAZONAS/ BRASIL

Raimundo Alves de Souza¹

alvessouza51@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de apresentar um levantamento epidemiológico e cultural em mulheres predisponentes ao Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2) na cidade de Manacapuru/Amazonas/ Brazil. Foi feita uma análise de indivíduos com a ocorrência da patologia sob o efeito da cultura alimentar da região amazônica. Realizou-se uma análise do material existente sobre educação, patologia e prevalência do DM2 em pacientes mulheres entre 35 a 65 anos que fazem tratamento e/ou utilizam eventualmente as UBSF (Unidade Básica de Saúde da Família) do município. Sabe-se que o DM2 por ser considerado mundialmente um problema sério de saúde pública, pode ser considerado não somente um incômodo crônico, mas amenizado pelo controle na aplicação de determinadas medidas visando melhorias na qualidade de vida destas mulheres pela reeducação alimentar, seguindo-se um padrão físico, nutricional e o acompanhamento medicamentoso, sobretudo os cuidados desde tenra idade com as crianças. Para tanto os dados epidemiológico indicam influências genéticas, ambientais, sócio-econômicas e culturais pela ausência preventiva, educativa e de medicamentos para o controle do DM2 oferecidos pelas UBSF do município abrangendo timidamente a zona rural. No município de Manacapuru, o DM2 sendo de um grupo heterogêneo numa modalidade grave tem 22% da população com mais de 35 anos num quadro de obesidade, sendo uma das principais causas a cultura alimentar.

Palavras-chave: Diabetes mellitus tipo 2. Obesidade. Cultura alimentar.

INTRODUÇÃO

O Estudo do Diabetes Mellitus tipo 2 em mulheres como fator cultural na cidade de Manacapuru/Amazonas/Brazil, tem por base o levantamento do quadro clínico em função dos importantes distúrbios no metabolismo dos lipídeos.

Por estar o pâncreas localizado por atrás do estômago e por ser o agente produtor de certos hormônios para o sistema digestivo, em condições normais, quando se eleva no

¹ Doutor em Ciências Biológicas pela Universidad de León – ULE (España). Pós doutorando em Psychology Counseling, FCU – Florida Christian University/ USA. Professor do Centro Universitário do Norte – UNINORTE/Laureate International Universities, alvessouza51@yahoo.com.br



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sangue o nível de glicose às células especiais chamada de células beta (β), produzem insulina.

No entanto, é possível de acordo com as necessidades do organismo no momento, determinar se essa reserva armazenada será em forma de gordura ou se essa glicose vai ser utilizada como combustível para as atividades do corpo (OLIVEIRA, *et al.* 2007).

Primeiramente, procuramos falar um pouco sobre os aspectos científicos da síndrome que incide na resposta secretora defeituosa ou deficiente de insulina, que pela sua absorção indevida dos carboidratos (glicose), com a presença de hiperglicemia. Na ocorrência de um indivíduo normal, ou seja, não portador de glicose em meio as células, o organismo procurará obter energia de outra origem (lipídios). Portanto, a glicose será o principal indicador para o pâncreas permitir a absorção da insulina pelas células β das ilhotas de Langerhans.

Depois, abordaremos numa visão geral o comportamento das células possuidoras de receptores de insulina ligados aos transmissores de glicose (GLUT), do tecido adiposo contendo por sua vez o GLUT 4 e, no pâncreas o GLUT 2. Assim os GLUT se deslocam a superfície das células, transportando a glicose para o interior das células via glicolítica, transformando-se em glicogênio (estoque de glicose). As células na carência e em situação de jejum prolongado quebram as triglicérides para obtenção de energia. E por haver um distúrbio no metabolismo da glicose do organismo, esta será incorporada ao sangue passando pelo aparelho excretor sem nenhuma função nutritiva para o corpo do indivíduo.

Finalmente, apontaremos o desfecho primário e secundário na aplicação dos critérios de inclusão do DM2, visto que sua incidência tem índices alarmantes tanto na mortalidade em ambos os sexos (aqui não estudado) quanto no alto índice de riscos de complicações micro e macro-vasculares, assim como de neuropatias, p. ex., e que resultam em sérias complicações físicas e orgânicas, além de diminuição na competência de trabalho e por fim a redução de vida.

TIPICIDADE E DESENVOLVIMENTO DO DM2

Sabe-se que o DM2, começa com seus estudos mais aprofundados a partir de pesquisas realizados na década de 1950 no Brasil, adota um estudo voltado para sua



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

análise de prevalência, visto ser um fator de causa a resistência à insulina e o fator da obesidade. Ocorre, portanto, em pessoas com mais de 40 anos.

Como o pâncreas secreta insulina normalmente e, sobram glicose e insulina na corrente sanguínea e escassez de glicose nas células. Por conseguinte, o pâncreas libera muita insulina levando as células β a se inutilizarem. Logo, o indivíduo passa a ter a predisposição de administração de insulina e outros medicamentos, em função das células β passarem por um processo de destruição, não conseguindo produzir insulina suficiente, daí o suprimento

Salientam Smeltzer e Bare (2002), em havendo fatores genéticos e até ambientais, a patologia do DM2 pode ser considerada como uma resultante incorreta na secreção e na ação da insulina. Nota-se que a prevalência e incidência têm aumentado entre as populações, tornando-se entre tantas outras, a de maior prevalência mundial.

Isso posto, Fischbach (2002) citando dados epidemiológicos levantados, assegura ser bastante caracterizada a influência genética, uma vez que há uma predisposição na concordância entre gêmeos monozigóticos.

Segundo Cotran, Kumar e Collins, (2000) a suscetibilidade dos tecidos-alvo ao efeito da insulina, pode ser diminuída se à insulina estiver como resistência a ela mesma. Para estagnar a resistência à insulina e impedir o acúmulo de glicose na corrente sanguínea, tem-se um aumento significativo na quantidade secretada de insulina.

Embora ainda a causa não seja bem conhecida, porém sabe-se que neste caso apresentado o fator tido como hereditário tem uma importância bem maior do que no DM1. Considerado o DM2 um fator de risco independente de DCV, que com frequência incorpora outros fatores de risco CV de modo presente na síndrome metabólica (SM), na obesidade central e nas dislipidemias (hipertrigliceridemia e baixo HDL).

Para ressaltar, cita-se o escore de Framingham, no qual continua até os dias atuais sendo umas das maneiras mais confiáveis, de caráter simples e de baixo custo na identificação de pacientes ambulatoriais sob risco de doença CV, isso possibilita um rastreamento mais eficiente e com terapias mais vigorosas como uma forma de prevenção de danos num tempo futuro nas artérias coronarianas. Oliveira *et al.* (2009) salienta que a pesar de ser considerado um entre os métodos mais eficientes disponíveis para avaliar o RCV em diabéticos, tanto para homens quanto para mulheres em qualquer faixa etária, já se reconhece que o risco é menor na população considerada não-diabética.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Diferentemente das pessoas portadoras das diabetes tipo 1, as portadoras da diabetes tipo 2 produzem insulina. Entretanto, o corpo pode desenvolver [resistência à insulina](#), ou seja, ele não responde a ação da insulina como deveria ser e a utiliza de forma incorreta, podendo acontecer que o paciente com DM2 não possa produzir suficientemente insulina para manter as necessidades do seu organismo. Nesse ínterim, a insuficiente de insulina não consegue levar o açúcar em quantia satisfatória para dentro das células, cedendo um acúmulo na nas vias sanguíneas. Portanto, o indivíduo que tem DM2, os adipócitos (células de gordura), os hepatócitos (células do fígado) e os miócitos (células musculares) não respondem corretamente à insulina, nessas células, o açúcar não entra, retendo-se na corrente sanguínea.

OCORRÊNCIAS E FATORES DE RISCOS DO DM2

Negri (2005) assinala que a hipoglicemia significa baixo nível de glicose na corrente sanguínea e o efeito da ausência de insulina corresponde a glicemia estar abaixo de 60 mg% – variando de indivíduo para indivíduo. Assim, pode-se dizer que há uma ocorrência de sintomas pela reação de hipoglicemia, como tais: sensação de dificuldade de raciocínio, aguda apetência, sensação de debilidade física, cansaço extremo, sudorese constante, tremores, sonolência, visão obnubilada, confusão mental que pode levar a total perda da consciência, ou seja, coma.

Já em (COTRAN; KUMAR; ROBBINS, 1994) encontramos a afirmação de que “as hipoglicemias de jejum também acontecem devido ao decréscimo da ação da insulina aplicada no dia anterior e as primeiras horas do dia seguinte, também podem ser o motivo dos aumentos glicêmicos pela manhã devido ao jejum”. Em indivíduos normais, a produção hepática de glicose aumenta e diminui entre 4 e 8 horas da manhã a sensibilidade à insulina. Por conseguinte, faz-se necessária a insulina neste horário para o mantimento da glicemia.



Figura 1 – Estudo aponta que diabetes pode atingir 20% dos brasileiros acima de 35 anos.
 Fonte: SBD – Sociedade Brasileira de Diabetes, 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para Azevedo e Gross (1990) o DM2 pode ocorrer em crianças e adolescentes, mas, ela pode se iniciar após os 35 anos e, torna-se paulatinamente mais comum com o decorrer da idade. Aproximadamente 15% dos indivíduos com mais de 70 anos têm DM2. A ideia que se tem é que a obesidade é um fator de risco, pois cerca de 90% dos indivíduos são obesos, dito anteriormente.

Determinadas culturas e certos grupos raciais apresentam maiores risco, que tais: indivíduos da etnia negra, hispânicos e latinoamericanos, tendem a um risco em torno de 2 a 3x maiores de apresentar o DM2, também, podem ocorrer em família.

Outros fatores, não menos comuns de diabetes são: a) concentração anormalmente alta de corticosteróides; b) a gravidez (diabetes gestacional); c) os medicamentos e venenos que interferem nos sintomas e na produção da insulina, ocasionando certa concentração sérica de glicose alta (PASSOS; BARRETO; DINIZ, 2005). A incidência tem sido crescente em nosso meio amazônico, e que resulta a fatores de risco ambientais, comportamentais (cultura) e a própria interação a predisposição genética.

O diabetes causa em maior incidência a amputação traumática dos membros inferiores em caso de gangrena. Essa frequência de amputação do membro inferior equivale ao valor entre 15 a 40x comparativamente a população sem diabetes. A doença arterial oclusiva nos membros inferiores é responsável, em grande parte, pela incidência de gangrenas e subsequente amputação nos pacientes diabéticos (SMELTZER; BARE, 2002).

Riscos dos acometimentos de DM2

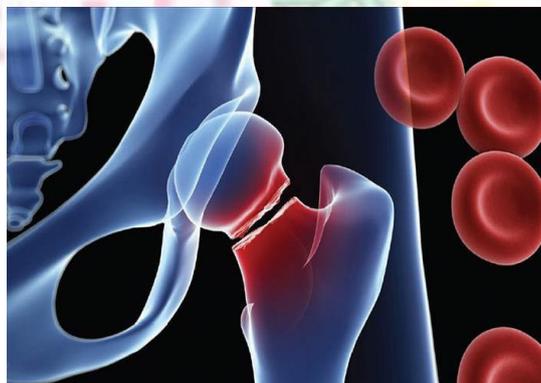


Figura 2 – Fratura interna proveniente do efeito acometido pelo DM2.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Fonte: MSD – Merck Sharp & Dohme, 2015.

Segundo estudos realizados encontrados na revisão da literatura, evidenciaram que o DM2 sendo os portadores de tolerância diminuída à glicose pode ser prevenido em pacientes que apresentem alto risco como os encontrados em seis (6) das UBSF. Logo, mudanças no estilo de vida devem e podem ser incentivados, no intuito de melhorar a qualidade vida dessa população de risco. Esses programas de intervenção que promovem a saúde devem ser acatados.

Os autores apontam a administração de uma dieta bastante equilibrada e mesclada à prática rotineira de atividades físicas, no qual contribuem para o controle eficiente do metabólico e a diminuição dos fatores de risco para a SM, o DM2, bem como as doenças crônicas consideradas não transmissíveis. Em suma: a modificação no estilo de vida alimentar inadequada, enfim.

Tabela 1 – Dados de ocorrência em mulheres do Diabetes Mellitus tipo 2

PREVALÊNCIA	
✓	Idade 35 anos
✓	Obesidade (IMC 30 kg/m ²)
✓	Histórico familiar de diabetes
✓	Inatividade física habitual
✓	Hipertensão
✓	Glicemia de Jejum e Triglicérides total alterados anteriormente
✓	Histórico de diabetes gestacional
✓	Raça/ etnia
✓	Colesterol da lipoproteína de alta densidade
✓	Histórico de doença vascular
✓	Síndrome do ovário policístico

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados contidos na Revista de Nutrição, 2007.

Conforme Negri (2005) os sinais dos primeiros sintomas do diabetes estão relacionados às ações diretas da alta concentração sérica de glicose. A partir de 160 a 180 mg/dl, a glicose imediatamente passa para a urina. Apesar disso, as diabetes mal controladas são mais suscetíveis às infecções, justamente em consequência da gravidade do déficit de insulina. Por exemplo, os indivíduos com DM1 perdem peso antes de lhes ser administrados um “tratamento” (grifo do autor). Os indivíduos com DM2 na sua maioria não perdem peso e os sintomas começam de modo abrupto e podem evoluir de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

forma rápida, ou seja, as células adiposas se decompõem, produzindo cetonas, que são compostos químicos tóxicos e que podem produzir no sangue uma espécie de ácido (cetoacidose). (SANTOS; SILVEIRA; CAFFARO, 2006).

Tabela 2 – Distribuição de indicativos de DM2

DIABETES NO BRASIL	
✓	Pessoas com Diabetes em 2015 (metade ainda não foi diagnosticada)
✓	Pessoas com Diabetes em 2040
✓	Crianças com diabetes tipo 1 (0-14 anos) 30.900 crianças
✓	População nascida com diabetes 9.4%
✓	Mortalidade devido ao diabetes 130.700 indivíduos
✓	Gastos com saúde em diabetes US\$ 21,8 bilhões

Fonte: SBEM – Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, 2015.

Os indivíduos podem apresentar-se assintomáticos por anos ou às vezes por décadas. Quando a deficiência de insulina progride, os sintomas ocorrem. A princípio, há o aumento da micção e de sede, embora discretos, mas que se agravam gradualmente por várias semanas e por meses (BATISTA *et al.* 2005).

Salienta os autores Guyton e Hall (1999) que com o tempo o aumento da concentração sérica de glicose obstrui os vasos, por onde os açúcares acumulam-se nas paredes desses pequenos vasos sanguíneos, provocando ruptura e espessamento dos mesmos. Nos indivíduos acometidos de arteriosclerose o índice é 2 a 6x mais nos diabéticos do que nos não diabéticos, ocorrendo simultaneamente tanto em homens quanto em mulheres.

Comprovações recentes revelam que podem ser evitadas certas complicações, postergadas ou retardadas por meio da ação controlada da concentração sérica de glicose. Porém, outros fatores desconhecidos, incluindo os genéticos, também podem determinar a evolução subsequente dos eventos (LEHNINGER; NELSON; COX, 1995).

Como é sabida a frequência das complicações crônicas no DM2 variam de acordo com populações pesquisadas. Os pacientes têm uma propensão duas a quatro vezes maiores chegarem a óbito por DC em detrimento aos não diabéticos, e quatro vezes mais chance de ter doença vascular periférica (DPV) e acidente vascular cerebral (AVC). Também é apontado como uma dos principais causadores de cegueira na idade entre 20



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

a 75 anos. Em alguns levantamentos, após 15 anos de diagnóstico de DM 2, sabe-se que a retinopatia diabética (RD) esteve presente em 98% dos usuários de insulina e em 82% dos não usuários.

A prevalência de neuropatia diabética (ND) varia de 10% a 40% e a sem diabetes (NSD) chega entre 60 a 70% de prevalência. Entre os fatores envolvidos na etiologia estão às complicações como a hipertensão arterial sistêmica, hiperglicemia, a dislipidemia e o tabagismo. Ademais, outros fatores de risco considerados não convencionais têm sido descritos: disfunção endotelial, estado pré-trombótico e inflamação (SCHEFFEL; *et al.* 2004).

Para Smeltzer; Bare, (2002) a retinopatia diabética é a principal agente causador de cegueiras em indivíduos entre os 20 e 75 anos de idade. De modo geral, cerca de 1 em cada 4 pessoas que começam a diálise possui nefropatia diabética (ND). O indivíduo com diabetes está sujeito a múltiplas complicações.

Cerca de 90% dos diabéticos desenvolvem proeminência clínica de retinopatia basal dentro de 5 a 15 anos a partir do diagnóstico do diabetes. Também, os vasos sanguíneos no interior da retina desenvolvem hemorragias intra-retiniana, microaneurismas, hemorragia, que expõem líquidos surgindo edemas e a formação de depósitos (exsudatos), em alguns casos o edema macular gera obnubilação visual (LEHNINGER; NELSON; COX, 1995).

Uma complicação da retinopatia não-proliferativa, como o edema macular, em aproximadamente 10% das pessoas com DM1 e DM2 podem levar a uma séria distorção visual. Assim sendo, a perda da visão está associada à retinopatia proliferativa causada por essa hemorragia no humor vítreo e ou pelo deslocamento da retina.

Como pode haver desmielinização dos nervos, o que está ligado a hipoglicemia com o espessamento da membrana basal capilar e sua respectiva obstrução a sensibilização nervosa também é interrompida quando há aberrações das bainhas de mielina, (SMELTZER; BARE, 2002).

Por outro lado, quando os nervos que inervam as mãos, e os membros inferiores como os pés lesados (polineuropatia diabética), no que pode desencadear alteração da sensibilidade e, o indivíduo apresentar fraqueza dos membros superiores e inferiores, formigamento ou sensação de queimação. (COTRAN; KUMAR; COLLINS, 2000).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A nefropatia, ou doença renal secundária as alterações microvasculares diabéticas, sendo o rim o rim o órgão de maior complicação nos diabetes. Indivíduos com diabetes representam cerca de 25% dos pacientes com doença renal em estágio terminal necessitam de diálise ou de transplante.

Pesquisas em pacientes com DM1, com frequência apresentam sinais de doença renal depois de 14 a 20 anos, já os pacientes com o DM2 dentro de 10 anos a partir do seu diagnóstico, desenvolvem a doença renal. Muito desses pacientes com DM2 podem ter apresentado a doença por muitos anos antes que ele fosse diagnosticado e tratado. Não existe método eficiente para detectar se o indivíduo poderá desenvolver uma doença renal (LEHNINGER; NELSON; COX, 1995).

Alguns estudos sugerem que a doença coronária pode contribuir com 50 a 60% de todas as causas de mortes nos pacientes com DM2, pois os típicos sintomas isquêmicos podem exibir infartos “silenciosos”. Esse infarto do miocárdio silencioso pode ser descoberto apenas como alterações no eletrocardiograma. (LEHNINGER; NELSON; COX, 1995).

PREVALÊNCIA DO DM2 EM MULHERES DE MANACAPURU (AM)

A mulher contemporânea está exposta ao maior número de demandas sociais, como o exercício de atividade laboral concomitante às funções domésticas, ao exercício do papel de mãe, esposa e/ou avó, ao convívio com doenças e problemas familiares que comumente geram conflitos e momentos de estresse.

Neste sentido, o estresse é composto por um conjunto de reações psicológicas e físicas geradas pelo ser humano em resposta a evento que ameace seu equilíbrio corporal. As mulheres apresentam maior sensibilidade aos eventos geradores de abalos emocionais, estando mais sujeitas às ações nocivas do estresse e ao desenvolvimento de patologias decorrentes da exposição prolongada a tais situações, que se apresentam, essencialmente num município sem muita opção de lazer, apesar de distar 80km de Manaus, ligada por uma ponte sobre o Rio Negro.

Conviver com o estresse, para essas mulheres, tornam-se estímulos inusitados, que podem ser de origem ameaçadora ou negativa como a dor, a doença, o medo, a perda e a luta, ou mesmo de cunho positivo como o casamento, o nascimento de filhos, viagens ou



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

êxitos ao retornarem aos estudos, levam ao desequilíbrio da homeostase corporal com a liberação de hormônios indutores de respostas.

A existência de relação entre o estresse e mediadores químicos como cortisol, catecolaminas, glucagon, renina e hormônio do crescimento no desenvolvimento de patologias está descrita na literatura, em que o estresse é apontado como causador de obesidade visceral, síndrome metabólica e intolerância à glicose, devido à elevação de produção dos hormônios envolvidos na resposta ao estresse. Diante disso, muitas mulheres manacapuruense vivenciam o processo de envelhecer acompanhada do desenvolvimento de doenças crônicas. Dentre elas o DM2, que implica em novas adaptações aos hábitos de vida envolvendo sobretudo a reeducação alimentar, a realização de exercícios físicos, o uso de medicamentos e o cumprimento de metas terapêuticas e de controle da doença podem ser difíceis, levando a reações emocionais em resposta a este processo. Sabe-se, que mulheres com DM2 têm pior controle metabólico, autocuidado e qualidade de vida mais baixa que dos homens.

Observa-se que a deficiência em um dos sistemas do corpo físico corresponde apenas a um elemento que influencia à saúde. Como se viu anteriormente, e aqui se acrescenta os fatores como a dor, dificuldade para se locomover, ausência de emprego e outros... Contudo, uma coisa é certa, esses fatores recebem interpretações peculiares que podem variar de acordo com cada cultura. A cultura guia as pessoas a viverem como é geralmente acreditado e valorizado, como se comunicam, quais são seus hábitos, costumes e gostos. O conhecimento cultural existe em todos os âmbitos da vida, assim como existe na religião, gênero, lazer, saúde, alimentação, doença, etc.

Assim, estas mulheres estão expostas a muitos agentes geradores de estresse, tanto por serem portadoras de uma doença crônica quanto pela questão de gênero e seus papéis na sociedade. Com base no exposto acima, esta pesquisa teve como objetivo conhecer a reação proveniente do DM2, bem como os fatores culturais (nutrição) em 220 (duzentas e vinte) mulheres portadoras de DM2 e 180 (cento e oitenta) num quadro de obesidade ascendente, todas domiciliadas no Município de Manacapuru/ AM, cujos estudos foram realizados em 10 (dez) UBSF* do município a saber:

Quadro 1 – Postos de Saúde no Município de Manacapuru, Amazonas

✓	*UBSF GASPAR FERNANDES - Bairro Liberdade
✓	UBSF FUNASA I - Bairro Aparecida
✓	*UBSF VILA RICA DE CAVIANA - Zona Rural



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

✓	UBSF FUNASA II - Centro
✓	UBSF JOSÉ DOS SANTOS VENTURA - Bairro União
✓	*UBSF ORLANDO MARTHA - Bairro São José
✓	UBSF NOEMIA MACIEL - Bairro Santa Helena
✓	*UBSF SANTO ANTONIO - Bairro Terra Preta
✓	*UBSF COSTA DA BELA VISTA - Arapapa I – Zona Rural
✓	UBSF SEBASTIANA BATISTA DE MELO - Centro
✓	*UBSF NOSSA SENHORA DO CARMO - Boca do Jacaré – Zona Rural
✓	*UBSF NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO - Bairro Biribiri
✓	UBSF SAO FRANCISCO - Bairro São Francisco
✓	*UBSF GABRIEL VITOR RIOS MACHADO - Bairro Novo Manaca

Fonte: Secretaria de Saúde do Município de Manacapuru/ AM, 2015.

A Área Rural apresenta uma população dispersa com aproximadamente 13.629 habitantes, tendo distribuído ao longo dos Rio Solimões 3 (três) Postos de Saúde Rural. Conta e uma Unidade Fluvial com consultório médico e odontológico, no qual realiza viagens mensais proporcionando o atendimento de saúde à população ribeirinha. Ressalta-se que há algumas áreas em Manacapuru que são consideradas rurais, como é o caso do bairro Costa da Bela Vista, pela distância e características que apresenta, com áreas de lagos e ramais.

O DM2 é uma doença crônica que, no ano de 2015, acometeu cerca de seis milhões de brasileiros e 185 milhões de pessoas no mundo. Um estudo estima que, em 2025 cerca de 6,5% da população mundial será acometida por esta patologia (FAO, 2015). O DM2 manifesta-se principalmente na idade adulta ou na velhice, geralmente em decorrência de práticas inadequadas de dieta, atividade física e hábitos durante o transcorrer da vida. Segundo relatórios, cerca de 58% de dos atendimentos são de mulheres, sendo destas 22% são portadoras de DM2 no Município.

Torna-se importante lembrar que as mudanças nos hábitos alimentares, bem como a necessidade do uso de medicação e da prática de exercício físico representam um fator crítico na vida das mulheres com DM2, sendo muitas vezes reconhecido como fato muito difícil de ser realizado – alegam 70% nas entrevistas. Assim, as debilidades de adaptação às demandas são frequentemente motivadas pela dificuldade de conviver com o tratamento, sendo que estas sensações podem ser fontes de desconforto emocional e sofrimento, o que por sua vez, acrescenta conflitos e tensões ao viver no cotidiano e que levam, geralmente, ao sedentarismo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Percebe-se que esse universo pode vivenciar sentimentos de incapacidade ou de desmotivação para o tratamento e controle da doença, abandonado os medicamentos, trocando por ervas caseiras (medicina de fitoterápicos: os chás e as garrafadas); passando a fumar mais, diminuir as atividades físicas (como o andar à pé ou pedalar), não realizar a dieta adequadamente, não fazer uso adequado de medicação ou ainda, não efetuar o controle de glicemia como o recomendado.

RELATOS:

Maria X, 35 anos, teve o diagnóstico de diabetes aos 25 anos. “Eu era bem gorda, pesava quase 120 quilos, e comecei a emagrecer de uma hora pra outra. Em um mês perdi 45 quilos. Fui ao doutor, fiz os exames e descobri a doença, eu tava com Diabetes. A partir daí comecei a tomar insulina e travar minha eterna briga com a taxa de glicose”, disse. Depois do diagnóstico, a estudante e funcionária pública teve que mudar os hábitos. – “Além dos remédios, faço uma dieta e evito coisas que têm muito açúcar, como balas, doces e outros. Mas é possível comer de tudo, com moderação”, conta Maria X.

Após 20 anos convivendo com a doença, Maria Y, já teve algumas complicações consequentes da diabetes. “Tive algumas hemorragias nas vistas e perdi a visão de um olho em uma operação lá em Manaus... A pressão e o coração também sofreram... já tive um infarto”, relata Maria Y.

A Constituição diz: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Ao Estado e ao Município são imputadas obrigações que vão desde o atendimento médico mais básico ao cidadão como uma simples consulta e se estende até aos procedimentos médicos de alta complexidade e fornecimento gratuito de medicamentos e insumos de tratamento e o oferecimento da cultura de forma ampla, segura, prazerosa e a alegre, que não passe só de Cirandas ou Boi-Bumbás, todavia o incentivo a literatura, música, dança, teatro, cinema, esporte, entre outros. A mulher manacapuruense deve sair do ostracismo e se elevar com saúde e contentamento, numa resposta salutar à vida e para si.

CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu verificar várias dimensões dentro da Estratégia Saúde da Família nas UBSF pesquisadas, que precisam ser consideradas como:





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

acessibilidade, sistema de referência, cobertura populacional em mulheres obesa e resultados apresentados.

A pesquisa permitiu verificar que a existência de forma inquestionável um aspecto facilitador para o acesso das pessoas portadoras da Diabetes Mellitus tipo 2, a cultura da resistência a criação de novos hábitos nutricionais – cultura da alimentação. Por outro lado, há as dificuldades geográficas enfrentadas por usuários como idosos e mulheres em gestação avançada para chegar a algumas as UBSF do município. Ademais, apresentamos as conclusões desta investigação de acordo com a seqüência dos objetivos propostos, que tais:

Quanto às variáveis demográficas

Dos sujeitos investigados 56,5% são funcionários e 43,5% docentes, 83,8% encontra-se na faixa etária acima de 30 anos, 79,8% feminino e 61,6% tem o 3º grau completo.

Quanto às variáveis relacionadas aos fatores de risco

De acordo com o IMC 51,5% estão com sobrepeso ou obesidade; 51,5% têm forte componente hereditário; 69,7% não realizam atividade física regularmente; 67,7% referem sentir estressados no trabalho; 6% apresentam níveis pressóricos alterados; 5% dos sujeitos do sexo masculino apresentaram AGR > 1 e 46,8% do sexo feminino apresentaram AGR > 0,8.

RECOMENDAÇÕES

Implementação de programas educativos na instituição em estudo com vistas à promoção da saúde e prevenção de doenças crônico-degenerativas, em particular, o DM2 em mulheres através de:

- Proporcionar atividades culturais e recreação na instituição visando redução do estresse, principalmente, por gestantes, parturientes e abortivas.
- Oferecer curso anual sobre fatores de risco e sintomas do DM2.
- Desenvolver campanhas sobre hábitos alimentares a partir da escola no sentido de que possa interferir na obtenção de estilo de vida saudável e um padrão alimentar orientado.
- Realizar uma territorialização nas UBSF do município, bem como assistência medicamentosa, essencialmente atenção às mulheres obesas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

O estudo realizado permitiu a verificação de que a Estratégia Saúde da Família contribuiu para se ter uma visão de que a cultura alimentar ineficiente entre as mulheres produz uma predisposição ao DM2, infelizmente. Entretanto, os resultados apresentados são pequenos frente às questões cruciais que precisam ser enfrentadas com mais efetividade pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Manacapuru, no combate e/ou controle do sobrepeso das mulheres por apresentarem 22% da população (SUSAM, 2015). Para tanto, há a necessidade da continuação de estudos e, um acompanhamento de pesquisadores e profissionais da saúde envolvidos na questão.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. (2014). *Standards of American care in diabetes*. Diabetes care, 35(1):11-63.
- CHAMPE, P. C.; HARVEY, R. A. FERRIER; D. R. (2012). *Diabetes mellitus: bioquímica ilustrada*. 3. ed. Porto Alegre: Artemed, Cap. 28.
- COTRAN, S. R.; KUMAR, V.; ROBBINS, S. L. (2000). *Patologia básica* (in: Pâncreas). 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. Cap. 17.
- FISCHBACH, F. (2006). *Exames laboratoriais e diagnósticos*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GELONESE, B.; LAMOUNIER, R. N.; COELHO, O. R. (2006). *Hiperglicemia pós-prandial: tratamento do seu potencial aterogênico*. Arq. Bras. Cardiol. v. 87, n.º 5, São Paulo.
- GOMES, M. B.; et al. (2009). *Prevalência de sobrepeso e obesidade em pacientes com diabetes mellitus do tipo 2 no Brasil*. Arq. Bras. Endocrinol. Metab. v. 50, n. 1, São Paulo.
- GUYTON, A. C.; HALL, J. E. (2010). *Tratado de fisiologia médica: insulina, glucagon e diabetes mellitus*. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. p. 827-40.
- LEBOFFE, G. M. (2005). *Atlas de fotomicrografias de histologia básica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- MERCK SHARP & DOHME (MSD) (2015). *Uma nova abordagem para o controle glicêmico no diabetes mellitus tipo 2* (monografia), Lisboa.
- MCLELLA, K. C. PORTERO et al. (2007). *Type 2 diabetes mellitus, metabolic syndrome and change in lifestyle*. Rev. Nut. vol. 20, n. 5, set./out. Campinas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

OLIVEIRA, D. S; et al. (2007). *Avaliação do risco cardiovascular segundo os critérios de Framingham em pacientes com diabetes tipo 2*. Arquivo Brasileiro de Endocrinologia Metabólica. v. 51, n. 2, mar. São Paulo.

KESSEL, R. G. (2010). *Histologia médica básica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

SCHAAN B. D. A; HARZHEIM et al. (2009). *Perfil de risco cardíaco no diabetes mellitus e na glicemia de jejum alterada*. Rev. Saúde Pública, 38(4):529-36. São Paulo.

SOUZA, R. A. *Nutrição: um fator de rendimento escolar*. (1989). Rev. Professor, jan./mar. ano V, n. 17, p. 31, Porto Alegre.

SOUZA, R. A. *Nutrição*. Disponível em
 <<http://www.alvesdesouzaraimundo.blogspot.com.br>>. Acesso em 21/04/ 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ETNOMATEMÁTICA: UM ENFOQUE TRANSDISCIPLINAR DO CONHECIMENTO PARA UMA EDUCAÇÃO RENOVADA.

Erica Farias da Silva¹

RESUMO

A educação atualmente tem se mostrado cega em relação ao que realmente vem ser conhecimento humano, desta forma acaba por promover um conhecimento fragmentado em disciplinas, incapazes de ligar as partes e o todo. Trata-se de permitir um ensino que perceba as relações e influências recíprocas entre as partes e as totalidades presentes neste mundo complexo. Dentro deste contexto, o presente artigo tem por objetivo mostrar a etnomatemática do ponto de vista transdisciplinar como um caminho para uma educação renovada, que ao invés de dividir o conhecimento exija uma reforma do pensamento, fazendo surgir uma educação capaz de reorganizar e solidarizar conhecimentos, que promova o respeito, a solidariedade e a cooperação, para construção de uma nova organização de sociedade.

Palavras-chave: Etnomatemática; Educação; Transdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

É notório que vivemos um momento de exame crítico do paradigma dominante e de busca por novos paradigmas que expliquem a realidade, em todas as suas dimensões: individual, social, planetária e cósmica. A educação passa por grandes transformações, que refletem sobre a nova geopolítica e questionam o conhecimento dominante, visto que este conhecimento não é o bastante para entender e explicar o mundo que nos cerca com toda a sua complexidade. Para Morin (2015) a atividade humana normal empenha-se em religar conhecimentos, porém é sacrificada a favor de uma atitude separatista, criando desta forma, um conhecimento fragmentado, compartimentalizado, monodisciplinar, quantificador, que nos leva a uma inteligência cega.

O ensino passivo se dá com limitações e com fundamentalismos, cria grades que impedem o reconhecimento da alteridade e suas diferenças, a ciência como saber dominante estabelece um conjunto estático de conhecimentos e técnicas, que impossibilita o diálogo com as diversas formas de saber.

¹ Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática do ensino Médio; Universidade do Estado do Amazonas – UEA; Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia; Universidade Federal do Amazonas – UFAM; contato: kakau_efds@hotmail.com



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

De acordo com D'Ambrosio (1996) as áreas de conhecimento, como é o caso da Matemática, tem seus fundamentos formalizados, seus objetos de estudo definidos e seus métodos são específicos. Criam, inclusive, codificação e linguagem específicas para expor e comunicar seus resultados.

Não apenas a matemática, mas as ciências acadêmicas em geral, tem a pretensão de estabelecer sua soberania, subordinando o conhecimento a categorias isolantes que permitem o engaiolamento disciplinar. Estamos perante a um desafio, o de abrir mão de uma postura disciplinar e assim ampliar as possibilidades de voar.

Assim, a intenção com este artigo é mostrar a etnomatemática do ponto de vista transdisciplinar como um caminho para uma educação renovada, que ao invés de dividir o conhecimento exija uma reforma do pensamento, fazendo surgir uma educação capaz de reorganizar e solidarizar conhecimentos, que promova o respeito, a solidariedade e a cooperação, para construção de uma nova organização de sociedade.

1. UMA EXPLICAÇÃO SOBRE A ETNOMATEMÁTICA

A etnomatemática prioriza o modo de fazer matemática de diversos grupos culturais, valorizando os conhecimentos informais, buscando recuperar a dignidade cultural humana de povos que foram marginalizados.

De acordo com D'Ambrosio (2005, p.9):

Etnomatemática é a matemática praticada por grupos culturais, tais como comunidades urbanas e rurais, grupos de trabalhadores, classes profissionais, crianças de uma certa faixa etária, sociedades indígenas, e tantos outros grupos que se identificam por objetivos e tradições comuns aos grupos.

A matemática é a resposta de comportamentos necessários para sobrevivência e transcendência, o ser humano foi adquirindo conhecimentos que foram cruciais para existência da espécie humana. No entanto, o paradigma atual do conhecimento dominante, tem violentado a dignidade dos povos tradicionais, tornando suas práticas socioculturais e seus saberes matemáticos, uma mera curiosidade.

Para D'Ambrosio, (2005) a proposta da etnomatemática é fazer da matemática algo vivo, tratar com situações reais no tempo [agora] e no espaço [aqui], com isso, nos entregamos por inteiro nas raízes culturais e praticamos a dinâmica cultural,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

reconhecendo assim na educação a importância das várias culturas e tradições, na formação de uma nova civilização, transcultural e transdisciplinar.

Não se trata de propor uma epistemologia da Etnomatemática, mas de compreender a busca de conhecimentos pela humanidade e sua influência nos comportamentos.

D'Ambrosio (2005) afirma que o grande motivador do programa de pesquisa que denomina Etnomatemática é a procura por se entender o saber/fazer matemático ao longo da história da humanidade, presente em diferentes contextos sociais.

Denomina-se a Etnomatemática com um programa de pesquisa, por não se tratar de encontrar a uma teoria final das maneiras de saber/fazer matemático de uma cultura, mas de ser uma busca permanente em entender a aventura da espécie humana pelo conhecimento e adoção de comportamentos.

Segundo D'Ambrosio (2002, f.5):

A aventura da espécie humana é identificada com a aquisição de estilos de comportamentos e de conhecimentos para sobreviver e transdecir nos distintos ambientes que ela ocupa, isto é, na aquisição de:

“O ambiente natural, social, cultural e imaginário” (Etno)

“De explicar, aprender conhecer, lidar com” (matema)

“Modos, estilos, artes, técnicas” (tica)

Sendo assim, não se pode confundir Etnomatemática com a Matemática, esta última possui sua epistemologia fechada, fundamenta-se apenas em culturas mediterrâneas e nos algoritmos, padronizando o modo de pensar matemático.

Neste contexto D'Ambrosio (2002) assume que a etnomatemática propõe um enfoque epistemológico alternativo associado a uma historiografia dinâmica mais ampla. Parte da realidade e chega de maneira natural através de um enfoque cognitivo com forte fundamentação cultural, à ação pedagógica.

Desta forma, torna-se necessário uma postura externalista, com o objetivo de estudar as diversas formas de conhecimento em um contexto sociocultural. Reconhecer que todas as culturas possuem o mesmo grau de importância e se influenciam mutuamente, não devendo uma sobrepor a outra, mas sim aproveitar o melhor de cada uma, dando espaço ao multiculturalismo. O conhecimento é fundamental para levar o indivíduo a encontrar a paz consigo mesmo e com todos que fazem parte do meio social, cultural e natural, a se encontrar numa realidade cósmica.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

2. TRANSDISCIPLINARIDADE E ETNOMATEMÁTICA

A postura transdisciplinar baseia-se no reconhecimento de que não há espaço e tempo culturais, que sobreponham um ao outro, a transdisciplinaridade surge como possibilidade em ampliar a comunicação entre as ciências com atendendo a complexidade do mundo.

De acordo Freitas, Morin e Nicolescu (2013, p.23) em Carta da Transdisciplinaridade, nos seus artigos 2 e 3 reconhecem que:

Art.2 O reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes, é inerente à atitude transdisciplinar. Toda tentativa de reduzir a realidade a um só nível, regido por uma lógica única, não se situa no campo da transdisciplinaridade.

Art.3 A transdisciplinaridade é complementar à abordagem disciplinar; ela faz emergir novos dados a partir da confrontação das disciplinas que os articulam entre si; oferecendo-nos uma nova visão da natureza da realidade. A transdisciplinaridade não procura a mestria de várias disciplinas, mas a abertura de todas as disciplinas ao que as une e as ultrapassa.

A educação é uma forma de estímulo tanto para o desenvolvimento individual e quanto coletivo produzida por diversos grupos culturais, com intuito de se manterem como tal e de progredirem no seu ambiente atendendo as suas necessidades de sobrevivência e transcendência.

Para D'Ambrosio (2005, p. 45), estamos vivendo com maior intensidade um período de transição:

A educação nessa transição não pode focalizar a mera transmissão de conteúdos obsoletos, na sua maioria desinteressantes e inúteis, e inconsequentes na construção de uma nova sociedade. O que podemos fazer para as nossas crianças é oferecer a elas instrumentos comunicativos, analíticos e materiais para que elas possam viver, com capacidade de crítica, numa sociedade multicultural e impregnada de tecnologia.

Como educadores, podemos oferecer uma educação renovada às nossas crianças, as preparando para construção de uma civilização mais feliz, para tanto antes essa civilização deve encontrar a paz em suas várias dimensões: individual, social, ambiental e militar, todos os esforços no âmbito educacional devem ser em prol a essa prioridade.

Segundo Freitas, Morin e Nicolescu (2013, p.25) em Carta da Transdisciplinaridade, no seu artigo 11:

Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento. Ela deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar reavalia o papel da intuição, do imaginário, da sensibilidade e do corpo na transmissão do conhecimento.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Neste sentido, D'Ambrosio (2012) afirma que o enfoque transdisciplinar substitui a arrogância do pretexto saber absoluto pela humildade da busca incessante, evita comportamentos incontestados e soluções finais e, portanto, tem como consequência respeito, solidariedade e cooperação. Trata-se então, da adoção de um novo paradigma educacional, que proporcione um espaço para preservação da diversidade e elimine a desigualdade, para a organização de uma nova sociedade, uma civilização planetária ancorada no respeito, solidariedade e cooperação.

A transdisciplinaridade busca a compreensão do mundo na sua forma completa, através das distintas formas de conhecer, empenhadas em que religar, em recuperar as várias dimensões do ser humano. Os educadores nos dias de hoje, devem ficar atentos a determinados fundamentalismos, de certas disciplinas e conteúdos, que acabam criando grades que limitam o reconhecimento da alteridade do indivíduo. Desta forma, D'Ambrosio (2009, p. 18) complementa:

Metaforicamente, essas reflexões nos sugerem pensar em uma gaiola, na qual a ação de criar, como de voar, é limitada pelas grades. O desenvolvimento de uma área específica de conhecimento se dá com limitações. Há limites, determinados pelas grades, que, no caso de uma ciência estabelecida, são seus fundamentos, objetos de estudo, métodos, a codificação e linguagem específicas, critérios de avaliação e sua História. É o que geralmente define uma epistemologia. É o que, muitas vezes, se denomina a teoria dessa ciência. Não se reconhecem epistemologias ou teorias dos conhecimentos tradicionais. Essa é a metáfora das gaiolas epistemológicas.

No entanto, não é possível chegar a uma teoria final das maneiras de pensar/saber, mas de estamos sempre abertos a novas visões do que é ciência e da sua evolução, opondo-se à forma reducionista do conhecimento. Para D'Ambrosio (2005, p. 18):

Todo indivíduo vivo desenvolve conhecimento e tem um comportamento que reflete esse conhecimento, que por sua vez vai-se modificando em função dos resultados do comportamento. Para cada indivíduo, seu comportamento e seu conhecimento estão em permanente transformação, e se relacionam numa relação que poderíamos dizer de verdadeira simbiose, em total interdependência.

O Programa Etnomatemática é condizente com a postura transdisciplinar, ambos reconhecem que o conhecimento e comportamento, resultam de uma dinâmica de encontros entre culturas e as várias disciplinas e métodos intervêm no fazer científico. A postura disciplinar de alguns educadores permite que estes só possam voar dentro de suas próprias gaiolas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

De acordo com D'Ambrosio (ano, f. 16):

Procura-se uma educação que estimule o desenvolvimento de criatividade desinibida conduzindo a novas formas de relações interculturais. Essas relações caracterizam a educação em massa e proporcionam o espaço adequado para preservar a diversidade e eliminar a desigualdade discriminatória, dando origem a uma nova organização da sociedade.

A educação atualmente tem se mostrado cega em relação ao que realmente vem ser conhecimento humano, desta forma acaba por promover um conhecimento fragmentado em disciplinas, incapazes de ligar as partes e o todo. Trata-se de permitir um ensino que perceba as relações e influências recíprocas entre as partes e as totalidades presentes neste mundo complexo.

Para Freitas, Morin e Nicolescu (2013, p.24) em Carta da Transdisciplinaridade, no seu artigo 5: “A visão transdisciplinar é completamente aberta, pois ela ultrapassa o domínio das ciências exatas pelo seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência interior.”

É comum encontramos em nosso meio diversas pessoas com aversão a disciplina Matemática, este fato deve-se ao processo educacional falsear a matemática, como uma ciência dos números e formas, onde alguns dos seus métodos de ensino consistem em ensinar um conjunto de práticas e regras, assim a matemática acaba tornando-se um instrumento excludente de outras formas de pensamento.

D'Ambrosio (2005, p. 75) revela que: “A matemática se apresenta como um deus mais sábio, mais milagroso e mais poderoso que as divindades tradicionais e de outras culturas.”

A experiência educacional ainda conduz o ensino da matemática com características catequizadoras, o aluno tem parte de sua identidade eliminada e essa eliminação, forma indivíduos desprovidos de capacidade crítica, muitas vezes alienados.

O grande motivador da Etnomatemática é a Matemática como manifestações culturais. D'Ambrosio esclarece que:

Que quer dizer manifestações matemáticas? É muito mais que apenas manipular notações e operações aritméticas, ou lidar com a álgebra e calcular áreas e volumes, mas principalmente lidar em geral com relações e comparações quantitativas e com as formas espaciais do mundo real, e fazer classificações e inferências. Assim, encontramos Matemática nos trabalhos artesanais, nas manifestações artísticas e nas práticas comerciais e industriais.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Recuperar e incorporar isso a nossa ação pedagógica é um dos principais objetivos do Programa Etnomatemática.

É importante mostrar as diversas formas de pensar/fazer matemática presentes no dia a dia do indivíduo e que correspondem a uma Matemática adequada para suas práticas socioculturais.

D'Ambrosio diz:

Todos hão de concordar que a Matemática também é praticada e feita pelo povo. Mas o que se vê é o que está, em geral, amedrontado com a Matemática escolar, julgando-a algo reservada aos deuses ou aos gênios, que são homens próximos aos deuses.

Uma proposta é orientar o currículo matemático para a criatividade, para a curiosidade e para a crítica e o questionamento permanentes, contribuindo assim para a formação de um cidadão na sua plenitude, e não de um mero instrumento de interesse, da vontade e das necessidades das classes dominantes.

A invenção Matemática é acessível a todo indivíduo e a importância dessa invenção depende do contexto social, político, econômico e ideológico e de fatores psicoemocionais.

A educação baseada na formalização permitiu o desenvolvimento do enclausuramento disciplinar, assim como a matematização tornou o fazer matemático excludente e subordinado a regras e operações, através da Etnomatemática a partir de uma postura transdisciplinar, busca-se transformar conhecimento matemático e não o reduzir a meros programas e conteúdos.

Morin (2005, p.138) afirma que:

Precisamos, portanto, para promover uma nova transdisciplinaridade, de um paradigma que, decerto, permite distinguir, separar, opor, e, portanto, dividir relativamente esses domínios científicos, mas que possa fazê-lo se comunicarem se operar a redução. O paradigma que denomino simplificação (redução/separação) é insuficiente e mutilante. É preciso um paradigma de complexidade, que, ao mesmo tempo, separa e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais.

Nesta perspectiva, Morin propõe uma reforma do pensamento capaz de separar e religar, os humanos da natureza e do cosmo, que restabeleça o diálogo entre as culturas, um conhecimento que resulte da dinâmica do encontro entre essas culturas.

Ao se tratar de Etnomatemática, demanda-se uma postura transdisciplinar e transcultural, para análise do que na verdade vem a ser conhecimento, um conhecimento que seja pertinente com a realidade, que responda suas questões existenciais, como sobrevivência e transcendência, que resultam nos saberes e fazeres de uma cultura.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

CONCLUSÃO

Apesar de muita resistência e incompreensão, a Etnomatemática vem se impondo e se firmado em todo mundo, muitos ainda dizem “Isso não é Matemática”, na verdade essa dificuldade em compreender o Programa Etnomatemática, está na dificuldade que os matemáticos sentem de se libertarem da postura disciplinar, permitindo que estes possam voar apenas em suas próprias gaiolas epistemológicas. Sobre isso D’Ambrosio (2009) afirma que a proposta da Etnomatemática é entender a geração, a organização intelectual, e a difusão e transmissão do conhecimento e comportamento humanos acumulados, como um “ciclo helicoidal”, ao longo da evolução das diversas culturas, em busca da satisfação das pulsões básicas de sobrevivência e transcendência.

Dessa forma torna-se evidente que é difícil pensar e falar em Etnomatemática, sem buscar as principais ideias relacionadas a Transdisciplinaridade, visto que suas ideias coincidem e seus objetivos são compatíveis.

A Etnomatemática não tem a pretensão de ignorar ou desmerecer a Matemática acadêmica, mas a enriquecer, ao propor uma Matemática Humanista, onde prevaleça o respeito, solidariedade e cooperação, uma que a humanidade passa por um momento de transição para uma civilização planetária, onde o conhecimento e comportamento serão transculturais este momento de transição afeta profundamente a educação matemática e através de uma reforma do pensamento como propõe Morin é possível contribuir para reformulação da matemática.

Portanto, segundo a afirmação de Morin (2015) que os educadores se autoeduquem com o auxílio dos educandos, desta maneira, possam introduzir e desenvolver novos saberes em seus ensinamentos, a partir da reforma de pensamento, que possibilite uma verdadeira mudança de paradigma que possa dá um novo significado à ciência, a educação e as relações sociais.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

- D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação Matemática: Da Teoria à Prática. 17^a. ed. Coleção Perspectivas em Educação Matemática. Campinas, SP: Papirus, 1996
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade. 2^a ed. 2^a Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática e História da Matemática. IN: FANTINATO, Maria Cecília de Castello Branco (org.). Etnomatemática: novos desafios pedagógicos. Niterói: Editora da Universidade Fluminense, 2009.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Um enfoque transdisciplinar à Educação e à História da Matemática. IN: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho (orgs.). Educação matemática: pesquisa em movimento. 4^a. ed. São Paulo: Cortez, 2012
- FIorentini, Dario; LOrenzato, Sergio. Investigação em Educação Matemática: Percursos Teóricos Metodológicos. 3^a. ed. rev. Coleção Formação de Professores. Campinas, SP. Autores Associados, 2012.
- FREITAS, Lima De; MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab. Carta da Transdisciplinaridade (1994). IN: LA TORRE, Saturnino De; PUJOL, Maria Antônia; MORAES, Maria Cândida (coords.). Rio de Janeiro: Walk Editora, 2013.
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. trad. ALEXANDRE, Maria D.; DÓRIA, Maria Alice Sampaio. 8^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MORIN, Edgar. Ensinar a Viver: Manifesto para mudar a educação. trad. CARVALHO, Edgar de Assis; BOSCO, Mariza Perassi. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- SUANO DA SILVA, Algenir Ferraz; LINS, Maria G. V.. Guia para Normalização de Trabalhos Acadêmicos e Científicos. 2^a ed. rev. aum. Manaus: Ed. da Uni. do Amazonas, 1997.



FLEXIBILIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Juan Lucas Santiago de Souza¹

RESUMO: O ordenamento do direito do trabalho ainda segue o modelo incorporado pelo Estado Novo. É um modelo ultrapassado, na época as grandes empresas capitalistas não tinham interesses de expansão global, como são nos dias atuais com a globalização. O Brasil passa por dificuldades em três fatores fundamentais para a geração de emprego que são: o crescimento econômico, educação e uma legislação adequada, o que desestimular os investimentos e reduzindo a capacidade de gerar emprego (PASTORE 2006). O tema flexibilização do direito do trabalho vem ganhando cada vez mais importância no século XXI devido às grandes transformações que a globalização e os avanços tecnológicos têm provocado na sociedade e no mercado de trabalho. A sociedade e a economia estão em constantes mudanças, o direito do trabalho deve ser atualizado de acordo com a realidade, a flexibilização do direito do trabalho é uma medida que responde a essas modificações. Seu objetivo é melhorar a relação entre empregado e empregador. Devido à globalização, várias empresas se expandem pelo mundo em busca de despesas menores, desejando ter maior competitividade no mercado externo. Os avanços tecnológicos têm mudado muito a maneira de trabalhar, pressionando o direito do trabalho a se adaptar com essas transformações. O Brasil é avaliado como um país que possui uma legislação que gera grandes despesas nas contratações e demissões dos funcionários, pois suas leis trabalhistas são consideradas ultrapassadas, causando desemprego e trabalho de baixa qualidade, pois uma lei parlamentar é incapaz de mudar uma lei de mercado

Palavras-Chaves: Direito do trabalho, globalização, avanços tecnológicos.

1. INTRODUÇÃO

A seguir será apresentado o tema flexibilização do direito do trabalho, que vem ganhando cada vez mais importância no século XXI devido às grandes mudanças que a globalização e os avanços tecnológicos têm provocado na sociedade e no mercado de trabalho. José Pastore, que é formado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP), já escreveu vários artigos relacionados com o tema e é um de seus principais defensores no Brasil. Além desse, também foi consultado o artigo Direito do Trabalho e Flexibilização no Brasil publicado em 1997 pelo José Francisco Siqueira Neto, que é doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Político, Econômico, Sociais e do Trabalho. Para fazer

¹Graduando em ciências econômicas (UEA). Email: Lucassantiago.jls@gmail.com



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

uma comparação entre o Brasil e o Reino Unido foi utilizado o artigo O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil e Reino Unido da autora Priscilla Matias Flori, publicado em 2008 pela CNI. Esses autores concordam que o Brasil possui uma legislação trabalhista muito rígida que aumenta o número de desempregados e explica porque o Brasil tem uma taxa tão alta de informalidade. A principal contribuição desse trabalho deve ser utilizada como debate para tornar o Brasil mais competitivo no cenário econômico internacional e desenvolver a economia interna. A proposta utilizada para resolver esse problema é fazer que as leis trabalhistas se adaptem com o cenário econômico atual, tornando o país mais atraente para as grandes multinacionais, que são responsáveis por geração de empregos. A flexibilização das normas trabalhistas é fundamental para o crescimento da economia, mas deve respeitar os direitos essenciais dos funcionários.

2. Definição de Flexibilizações do trabalho

A flexibilização do trabalho é um conceito que ganhou força no século XXI devido às grandes mudanças na economia e nos avanços tecnológicos, que possibilitaram novas formas de trabalhar. A globalização exigiu que os países renovem as suas legislações trabalhistas para conseguir se ajustar no mercado que é caracterizado competitivo.

Para Nassar (1991), flexibilização do direito do trabalho são instrumentos de adaptação rápida no mercado de trabalho. O processo de flexibilização são decorrentes as mudanças na ordem econômica, tecnológica ou outros ajustamentos, ou seja, são conjuntos de medidas que mudam a legislação trabalhista para suportar as mudanças que ocorrem na sociedade.

Robortella (1994) define a flexibilização do trabalho como medidas de política social para adequação das normas jurídicas devidas as constantes mudanças na economia, sociedade e a instituição, com objetivo de desenvolvimento econômico e progresso social. Para Nascimento — “Flexibilização do direito do trabalho é a corrente de pensamento segundo a qual necessidades de natureza econômica justificam a postergação dos direitos dos trabalhadores.” (NASCIMENTO, 2011, pag. 275).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Portanto, a flexibilização do direito do trabalho são conjuntos de medidas fundamentais que procuram mudanças na legislação trabalhista para diminuir os custos de trabalho, desse modo aumentando os lucros das empresas, tornando-as mais competitivas em um cenário globalizado, oferecendo mais oportunidade de emprego, possibilitando sua expansão, aumentando os investimentos, em outras palavras, dando maior liberdade para a economia nacional a se adaptar no mercado externo.

3. Flexibilização das normas trabalhistas no Brasil

O ordenamento do direito do trabalho ainda segue o modelo incorporado pelo Estado Novo. Esse modelo surgiu na década de 30, durante o Governo de Getúlio Vargas, que acreditava quanto maior a intervenção do Estado na regulamentação, mais poder e proteção teria a categoria de emprego. É um modelo ultrapassado, pois os tempos mudaram, na época as grandes empresas capitalistas não tinham interesses de expansão global, como são nos dias atuais com a globalização. Segundo Pastore (2006) o país passa por dificuldades em três fatores fundamentais para a geração de emprego que são: o crescimento econômico, educação e uma legislação adequada, o que desestimular os investimentos e reduzindo a capacidade de gerar emprego. Ou seja, o Brasil tem problemas graves na área trabalhista, pois é um país que gera poucos empregos, trabalho precário e conflitos elevados. A qualidade da educação é insuficiente para atender as mudanças tecnológicas que possa fazer a mão de obra ser apropriada ao mercado. A legislação brasileira é do século XX, isto é, não é adequada para proteger as novas formas de trabalhar devido aos grandes avanços tecnológicos do século XXI, não é geradora de emprego formais nas pequenas e microempresas, do mundo urbano e rural. Segundo o autor, o país não moderniza as instituições do trabalho (legislação trabalhista, organização sindical e Justiça do Trabalho) por causa da falta de liderança dos governantes brasileiros, pois possuem medo de tomar medidas que são consideradas impopulares pela população que interpretariam como estratégia de retirar direitos conquistados ao longo de décadas.

Não se pode ignorar que o avanço da tecnologia é responsável pelas mudanças na forma de trabalhar, principalmente na área industrial, a sociedade capitalista produz cada vez mais com menos mão-de-obra, graças aos avanços na área de informação e robótica,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

o que reduz a procura por mão de obra. Mas a tecnologia também é responsável pela criação de novos empregos, está ligada com a inovação, criando novos mercados, abrindo portas para as novas gerações. As mudanças tecnológicas e a globalização são dois fatos inevitáveis no cenário contemporâneo, com o desejo de aumentar os lucros, várias empresas investem intensivamente em inovações tecnológicas e expandem globalmente com objetivo de diminuir as despesas, tornando-as mais competitivas no mercado internacional. O direito do trabalho tem que se adaptar com essa realidade de grandes mudanças socioeconômicas, mantendo a idéia de proteger o trabalhador, mas aceitando o cenário atual, dando liberdade para o país competir com os demais no mercado externo, aumentando a atratividade para as grandes empresas capitalistas se instalarem no país e incentivando os grandes investimentos nas novidades tecnológicas que são geradoras de empregos, desse modo, aumentando o desenvolvimento e a qualidade de vida social. Então o direito do trabalho deve contribuir para geração de empregos, atendendo as necessidades econômicas e sociais, trazendo benefícios reais para os trabalhadores, pois o excesso de protecionismo pode acabar com a relação entre empregado e empregador, prejudicando a economia.

Para diminuir a taxa de informalidade, bem como para gerar empregos de qualidade, é necessário utilizar o desenvolvimento econômico em favor do Direito, bem como utilizar o Direito em favor da economia. Apesar da legislação rígida, as mudanças estão acontecendo. A sociedade pós-capitalista produz cada vez mais com menos mão-de-obra, em razão da informação e robótica que reduzem a demanda por trabalhadores. Este quadro é inevitável diante da globalização. Portanto, não há como fugir da construção de mecanismos que compensem seus efeitos. O direito do trabalho contemporâneo deve conservar a sua característica inicial de tutela do trabalhador, principalmente frente às incertezas do crescimento econômico, mas sem bloquear o desenvolvimento e sim fazer com que este se traduza em qualidade de vida e melhoria social (ARBEX, 2010, p. 125-126)

Os excessos de rigidez nas normas trabalhistas resultam em uma barreira na geração de empregos de qualidade, mostrando apenas que essas normas estão longe da realidade e são inúteis para a maioria da população.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Não há como negar que o excesso de regulamentação e encargos sociais, e a rigidez das nossas normas trabalhistas acabam por inibir a geração de empregos formais, fazendo com que todas essas normas se tornem irreais e inutilizáveis para grande parte da população. (ARBEX, 2010, p. 124)

Para Siqueira Neto (1997) a explicação da flexibilização das normas trabalhistas seria a adaptação do Brasil à concorrência mundial, que comparando, o país teria uma legislação excessivamente rígida, gerando conflitos e barrando a produtividade, devido à grande intervenção do Estado, que não tem capacidade de oferecer uma regulamentação do trabalho de uma maneira adequada que possa atender as leis de mercado. A solução para esse problema seria a redução dos direitos trabalhistas combinadas com incentivos nas negociações coletivas do trabalho. Assim, o aumento da competitividade atrairia vários investimentos estrangeiros para o Brasil, aumentando o nível de emprego, as reservas de divisas, a produtividade e o bem-estar da população.

Mudar as normas trabalhistas responde a pressão internacional na competição econômica, pois o aumento da concorrência provoca uma queda nos lucros, e para a empresa gerar empregos depende da lucratividade. Mas a rigidez na legislação impede para a ampliação do emprego formal, então flexibilizar seria importante para o país, para reduzir as despesas.

As mudanças em direção à flexibilização respondem a uma sensível queda dos custos de transação decorrente, em grande parte, de novas tecnologias e formas de produzir, à abertura da economia e à pressão da competição internacional. O aumento da concorrência foi, sem dúvida, um dos principais propulsores dos ensaios de flexibilização do mercado de trabalho brasileiro. A grande geração de emprego depende da lucratividade das empresas (relação custo-benefício) e da flexibilidade da legislação e da contratação para apoiar novas modalidades de trabalho. A rigidez da legislação constitui um grande entrave na ampliação do emprego formal e do processo de flexibilização. O Parlamento no Brasil se mantém avesso à desregulamentação do quadro legal atual e as centrais sindicais continuam pleiteando mais regulamentação. (FLORI, 2008, p. 10)

Então os motivos de flexibilizar o direito do trabalho seria: 1) a adaptação das novas formas de trabalhar devido aos avanços tecnológicos, 2) dar a liberdade para as



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

empresas de lucrarem, desse modo, aumentando a procura por mão de obra e 3) respeitar a realidade econômica na relação de trabalho.

(...)a flexibilização deve ser motivada por três fundamentos: deve visar a implementação de nova tecnologia ou novos métodos de trabalho; deve ter como fim a preservação da saúde econômica da empresa e dos respectivos empregos; e deve atender as peculiaridades regionais, empresariais ou profissionais, trazendo para a realidade cada relação de emprego. (ARBEX, 2010, p. 128)

Para Pastore (1996) é uma ilusão pensar que uma lei parlamentar possa mudar uma lei de mercado. Países que adotam uma legislação que dificulta a demissão tendem a ter uma parcela de desempregados maior, em comparação com aqueles países onde a demissão é bem mais fácil. O emprego depende dos: investimentos, educação, vendas, tecnologias, etc. Mas a legislação também tem grande impacto, com leis muito rígidas o desemprego se torna desastroso, enquanto com regras mais flexíveis, ele é administrável. Segundo o autor, o Brasil está em uma posição intermediária. Se fizer uma relação entre alguns países europeus, o Brasil não possui uma lei trabalhista tão rígida, mas não acontece à mesma coisa se compararmos com os Estados Unidos, os norte-americanos possuem uma legislação que é mais fácil de demitir. Contudo, as regras de demissão têm importantes impactos no nível de desemprego.

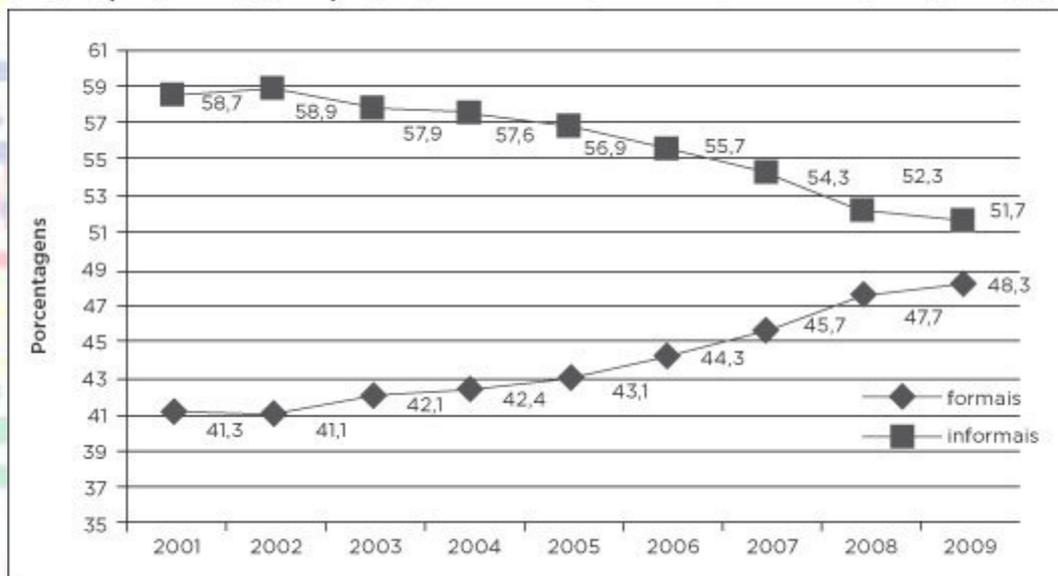
De acordo com a CNI em 2008, o Brasil ao longo das décadas tentou organizar o mercado de trabalho com as leis trabalhistas, mas esse esforço não valeu quase nada, quase 50 % da mão de obra está no mercado informal. Pastore (2012) recomenda que o Brasil precise fazer uma reforma nas leis trabalhistas, porque algumas delas dão suporte de manobras, ele chega essa conclusão porque existe um crescimento no emprego e ao mesmo tempo as despesas com seguro-desemprego dispararam no Brasil. Essa contradição ocorre devido às instituições de má qualidade no campo do trabalho. Para fazer jus ao seguro-desemprego, o empregado precisa ter trabalhado pelo menos seis meses com registro em carteira. Para poder sacar os recursos depositados no FGTS, o empregado necessita completar um ano de serviço, desde que seja dispensado sem justa causa. Então se um empregado for demitido sem justa causa, ele receberá vários benefícios, até aí nenhum problema, mas devido a falta de mão de obra atualmente, o trabalhador não teria



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

muita dificuldade de se reempregar, mas muitos vão em direção ao emprego informal para não perder os ganhos do seguro-desemprego, e é comum isso acontecer principalmente com aqueles que são de baixa renda. No entanto, é desse modo que ocorre um aumento nas despesas com seguro-desemprego de uma maneira desnecessária, e também explica porque o país possui uma taxa de informalidade tão alta. Por esse motivo deveria haver uma reforma no seguro-desemprego e no FGTS. O gráfico a seguir mostra a evolução da ocupação formal e informal, entre 2001 a 2009, nesse período houve uma queda na informalidade, mas ainda é considerada alta:

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO FOMAL E INFORMAL TOTAL. BRASIL 2001-2009



Fonte: PNADs (FIBGE, 2001-2009).

De acordo com a CNI (2008), 99% das empresas brasileiras são pequenas e micro empresas. Devido à burocracia e as grandes despesas com a contratação, acaba gerando dificuldades para a formalização do emprego e das empresas. De acordo com Pastore (2006), as pequenas e microempresas são as primeiras a sofrerem a informalidade, devido à pequena quantidade de capital que possuem, não podendo suportar a burocracia de leis trabalhistas e previdenciárias e as despesas de contratação gerada por essas mesmas leis. Para contratar um empregado de forma legal, a empresa terá que desembolsar uma despesa de contratação de 103,46%:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Despesas de Contratação de Empregados Industriais Horistas

Tipos de Despesas	% sobre o Salário
Grupo A –Obrigações Sociais	
Previdência Social	20,00
FGTS	8,50
Salário Educação	2,50
Acidentes do Trabalho (média)	2,00
SESI/SESC/SEST	1,50
SENAI/SENAC/SENAT	1,00
SEBRAE	0,60
INCRA	0,20
Subtotal A	36,30
Grupo B –Tempo não Trabalhado I	
Repouso Semanal	18,91
Férias	9,45
Abono de Férias	3,64
Feriados	4,36
Aviso Prévio	1,32
Auxílio Enfermidade	0,55
Subtotal B	38,23
Grupo C –Tempo não Trabalhado II	
13º Salário	10,91
Despesa de Rescisão Contratual	3,21
Subtotal C	14,12
Grupo D –Incidências Cumulativas	
Incidência Cumulativa Grupo A/Grupo B	13,88
Incidência do FGTS s/13º sal.	0,93
Subtotal D	14,81
TOTAL GERAL	103,46

Fonte: Itens da Constituição Federal e da CLT.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Todas são compulsórias por forças das leis ordinárias e Constituição Federal, ou seja, não podem ser negociadas, então as empresas não possuem tantas opções, ou contrata de maneira informal ou não contrata. Em 1988, o Brasil constitucionalizou uma grande parte do direito que eram garantidos por leis ordinárias, e desfazer isso será difícil, porque nenhum parlamentar correrá os riscos de perder popularidade e base eleitoral, o que acaba resultando em um aumento no desemprego e o emprego informal. Isso apenas piora o cenário econômico do país. Ter informalidade alta gera enormes déficits na previdência social, o que pressiona o governo optar ao mercado financeiro ou usar o superávit fiscal. Escolher o mercado financeiro faz com que aumente as taxas de juros, desse modo, reduzindo os investimentos privados, aumentando o desemprego. E usar o superávit fiscal faz com que exista um custo de oportunidade para o governo, deixando de investir nas áreas sociais que geram muitos empregos, então aumentando ainda mais o desemprego.

A rigidez na legislação não permite o funcionamento das empresas de forma adequada que possibilite abrir vagas para novos trabalhadores. A flexibilização é essencial, mas nessas condições, deve respeitar os direitos fundamentais do trabalhador. As empresas precisam crescer para oferecer a sociedade o maior nível de vagas de empregos, fazendo com que a economia se amplie e beneficiando os agentes econômicos. A flexibilização pode ser considerada penosa para muitos trabalhadores, mas é necessária para preservar o emprego.

É importante para o País o funcionamento das empresas para produzir bens e prestar serviços à sociedade e para abrir vagas para os trabalhadores. O direito do trabalho é complexo. Tem como principal função a tutela do trabalhador mas não pode ignorar as necessidades substanciais das empresas. Esse atendimento é necessário. As empresas precisam crescer e impulsionar a economia para dar maior número possível de vagas de trabalho. (NASCIMENTO, 2011, pag. 117-118).

A flexibilização do trabalho incentiva os investimentos privados, exigindo que o direito do trabalho acompanhe a realidade econômica. Mas a expansão econômica não é suficiente para um crescimento econômico saudável, mesmo aumentando a geração de emprego e promovendo o desenvolvimento da economia, por esse motivo o direito do



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

trabalho tem grande importância para a sociedade para manter o equilíbrio entre a proteção ao trabalhador e incentivos aos investimentos. Mas o problema estaria no excesso de rigidez nas normas trabalhistas que impedem o crescimento da geração de emprego. Então em um cenário como esse, a taxa de trabalho informal é alta, e para reduzi-la é necessário utilizar o desenvolvimento econômico em favor do direito, mas também o direito em favor a economia. Seria desnecessário aumentar os números de leis que regulamentam o trabalho, a solução seria criação de leis realistas que dão liberdade ao crescimento de emprego de qualidade. Apenas mudar a legislação trabalhista não seria suficiente para diminuir a taxa de desemprego, portanto, há necessidade de políticas econômicas de curto e longo prazo para oferecer uma geração de emprego, como investimento pesado na educação, taxa de câmbio, política fiscal, incentivos a produção, inovações tecnológicas, etc. Tornar o direito do trabalho mais flexível é apenas um dos —ingredientes da receita que o Brasil precisa tomar para ser mais competitivo e conseguir se desenvolver economicamente. Não adiantar tirar os direitos dos trabalhadores se não haver investimentos em outros fatores que também são geradores de emprego

O principal problema do Brasil não é o quantitativo, mas sim qualitativo das leis, que impedem o desenvolvimento econômico do país, tornando-o menos competitivo no mercado internacional. É necessária uma renovação na legislação, aumentando a qualidade das leis brasileiras que possam permitir a expansão da economia.

O problema do sistema brasileiro, repita-se, não é o excesso de leis, mas sim a qualidade das mesmas. Regular com a perspectiva sinteticamente indicada, entretanto, não se constitui em tarefa de tranqüilo cumprimento. Não se trata de fazer apologia do engessamento das relações de trabalho, mas sim de introduzir o fator trabalho enquanto ator social relevante. É evidente que essa impulsão promoveria – ao menos inicialmente – um aumento considerável do nível de polêmica no tratamento das questões, porém aos desafios das sociedades democrático-pluralistas é que não podemos nos furtar (SIQUEIRA NETO, 1997, p. 41)

4. CONCLUSÃO





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A flexibilização do direito do trabalho é uma forma de tornar a mão de obra interna atraente para as grandes multinacionais geradoras de emprego. O Brasil é considerado um país que possui uma legislação trabalhista excessivamente rígida, isso porque o país segue um modelo de trabalho ultrapassado, que não está de acordo com a realidade socioeconômica, o que contribui para geração de emprego com baixa qualidade. Além disso, normas trabalhistas que geram grandes despesas contribuem para o aumento da taxa de desemprego. Portanto, para o Brasil ter o crescimento econômico é necessário que o direito do trabalho respeite a realidade econômica, mas não perdendo sua principal função que é proteger os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Amanda Mendes Daher. **Direito do Trabalho e Crescimento Econômico: relações e influências**. Disponível em:

<http://www.viannajunior.edu.br/files/uploads/20131001_151907.pdf>. Acesso em 30 dez. 2015

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho**. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex; coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

FLORI, Priscilla Matias **O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil e Reino Unido**. Brasília: CNI, 2008

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD: microdados*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2001-2009. CD ROM.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho : história e teoria geral do direito do trabalho : relações individuais e coletivas do trabalho**. 26. ed. – São Paulo : Saraiva, 2011

NASSAR, R. de N.S. **Flexibilização do direito do trabalho**. São Paulo, LTr Editora, 1991.

PASTORE, José. **O custo da demissão**. O Jornal da Tarde, São Paulo, 20 nov. 2006. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_017.htm>. Acesso em 30 dez. 2015.

_____. **País gasta muito com seguro desemprego**. Disponível em <http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_148.htm>. Acesso em: 30 dez. 2015





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

_____. **O desemprego tem cura?** Disponível em
 <http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_056.htm>. Acesso em: 30 dez. 2015

_____. **Medo de empregar.** Disponível em
 <http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_025.htm>. Acesso em: 30 dez. 2015

_____. **Desemprego e Informalidade no Brasil.** Disponível em
 <http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_038.htm>. Acesso em: 30 dez. 2015

_____. **Trabalho, competitividade e escolhas do país.** Disponível em
 <http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_149.htm>. Acesso: 30 dez. 2015

ROBORTELLA, L.C.A. **O moderno direito do trabalho.** São Paulo, LTr Editora, 1994.

SIQUEIRA NETO, J. F. **Direito do Trabalho e Flexibilização no Brasil,** São Paulo, 1997.
 Disponível em :< http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/v11n01_04.pdf>. Acesso em
 03 de fev. 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

FORMAÇÃO DE PROFESSOR INDÍGENA EM RORAIMA: ESPAÇO DE LUTAS E CONQUISTAS

Genilza Silva Cunha¹

RESUMO: A educação escolar entre os povos indígenas representou historicamente um recurso à construção de espaços, territórios e identidades colonizadoras. A Constituição Federal de 1988 garantiu uma educação específica, diferenciada, bilíngue, intercultural e mudou a realidade educacional para os povos indígenas, pois passam a ressignificar a escola como espaço de negociação entre culturas distintas. Em Roraima as primeiras experiências voltadas para a educação indígena aconteceram a partir dos anos de 1775, com o início da ocupação das terras que hoje pertencem ao atual Estado. Neste estudo, pretende-se apresentar fatos históricos do desenvolvimento da educação indígena em Roraima. Ressaltando as políticas públicas para a educação escolar indígena e as reivindicações dos povos indígenas de Roraima por uma formação inicial, em nível médio, orientada para oferecer aos professores indígenas, formação específica bilíngue (multilíngüe) e intercultural.

Palavras-chaves: Território, Educação Indígena, Magistério Indígena, Formação de Professores

INTRODUÇÃO

Os grupos humanos habitam num espaço, além de produzi-lo e reproduzi-lo, encontram-se situados nele podendo territorializar seus lugares. Mesmo que esse espaço tenha uma aparência exteriorizada em um determinado momento, ela é o resultado de uma dinâmica social e histórica. Logo conhecer esse espaço é observá-lo e analisá-lo como resultado dessa dinâmica.

Neste sentido, considera-se que todo espaço é construído por meio das interações sociais, formadas em cada momento histórico e concretizadas por meio das forças produtivas estabelecidas entre os grupos sociais. Por conseguinte, esses grupos passam a exercer poder sobre os espaços, dividindo-os e subdividindo-os em propriedades para os quais determinam formas de produção e sociabilidade. Estas propriedades são pleiteadas pelas estratégias de sobrevivência e pelas diferentes formas de sociabilidade de outros grupos que ocupam o mesmo espaço, pois segundo Silva (1991, p.17) o homem é natureza e produto da história que ele mesmo faz.

¹ Licenciada em Língua Portuguesa (UFRR) Mestre em Linguística Aplicada (UFRR). Email: ge4cunha@gmail.com. Atua no Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima-CEFRR como formadora de Língua Portuguesa.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Dessa relação o homem se transforma em espaço por meio de sua redistribuição sobre as formas geográficas, isto é feito em benefício de alguns e em detrimento da maioria. Desse confronto, surgem as configurações espaciais em determinado momento da história, fruto de conflitos, às vezes silencioso e calmo que vai deixando marcas na pele, no corpo, na vida dos homens, na natureza e nas paisagens. Desta forma, apresentar-se-á por meio dos eventos históricos ocorridos em Roraima, os momentos em que as ideias se transformam em eventos, as relações entre os homens em lugares, e as necessidades humanas de ser, estar e produzir espaços por meio da Educação Indígena que fomentaram a ressignificação desse sistema educativo. Destaca-se que nessa relação o espaço produzido é um espaço social e não o espaço natural, pois as pessoas produzem espaços nas interações sociais, nos embates dialógicos e ao se relacionarem diversamente, sendo, portanto, frutos dessa relação. Conforme assegura Vale, (2007, p. 91).

O espaço enquanto a base concreta da reprodução do homem é também a referência simbólica, expressa pela territorialidade, construída e reconstruída, num processo de identificação, desenhados através de ações e discursos objetivos e subjetivos, prática e representações referidas á construção de identidade, diferença cultural, a partir da diversidade cultural que se materializa da própria história do lugar e do sujeito.

Neste sentido, o espaço é compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. Essa relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças pode ser dominante ou não. Desta forma, os territórios são produzidos, a partir das diferentes relações sociais e mantidas a partir de uma forma de poder. Esse poder é confirmado ou é concedido pelos atores sociais que ocupam determinado espaço. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação, pois possuem limites, fronteiras, é um espaço de conflitos e um campo vivo de forças.

Para Raffestin (1993, p.144) território e espaço são termos equivalentes, pois o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado das ações realizadas pelos sujeitos. Para o autor o espaço só existe em função dos objetivos intencionais do sujeito, logo este, encontra-se assujeitado pelo poder das relações simbólicas e das relações emocionais que representam as diferentes intenções entre atores sociais. Desta forma, as relações de poder são motivadas por influências econômicas, por aspectos simbólicos, culturais e psicológicos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Segundo Claval (1999, p. 16), território pode ser definido a partir de três grandes linhas. A primeira entende o território como a base material concreta. Isto é, enquanto meio de produção e reprodução da sociedade, criando assim um vínculo estreito de dependência entre o sentido de territorialidade e a base de produção material, ou seja, a terra. A segunda se dá a partir da centralidade da concepção política e sua relação ao conceito de Estado Nação. Identifica as diversas relações de poder e controle individuais e sociais, nos espaços materiais de existência humana. E por último, a perspectiva da dimensão cultural no significado de território, que identifica o espaço territorial, enquanto aquele que é marcado por suas identidades, pois, segundo o autor “a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado é inseparável da construção das identidades” (op. cit., p 144)

A partir dessa visão, compartilhamos com o entendimento de território sob a perspectiva das relações sociais, da valorização da experiência, a relação das pessoas com os lugares, aquilo que é visível e ao mesmo tempo o invisível, o que se torna simbólico. A relação dos homens e mulheres com seu espaço acontecem em diversos níveis que vai desde o domínio e apropriação no seu sentido físico, até o seu sentido simbólico que envolve os laços identitários. A produção de um território implica a delimitação de fronteiras. Nessa perspectiva, o conceito de fronteira que elegemos para este estudo vai muito além de limites geográficos, marcos físicos ou linhas divisórias. Ela é caracterizada pelos contatos nem sempre harmoniosos entre os povos que possibilitam descobertas do diferente, conforme interpretação de Martins:

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (MARTINS, 1997, p. 150-151).

Segundo o autor, fronteira só existe porque identificamos o outro como diferente de nós. Fronteira é o lugar da alteridade, lugar de construção do homem historicamente situado no tempo, no espaço e nas relações sociais. Fronteira também é lugar de conceitos, preconceitos de línguas e culturas; e de negociação de identidades. No entanto, a fronteira



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

não é só lugar de conflitos; também são lugares de contatos e trocas culturais que se efetuem de forma pacífica. Ainda segundo Martins (1997), pensar em fronteiras é olhar para o passado e historicizar os processos contemporâneos. Assim, os sujeitos que vivem nessa fronteira não estão prontos e acabados, mas sempre em movimento.

2. ESPAÇOS E TERRITÓRIOS REIVINDICADOS: DA COLONIZAÇÃO A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS.

No início da colonização das terras de Roraima é possível exemplificar diferentes domínios de um mesmo território. Os Povos Indígenas que habitavam regiões das serras e campos do médio e alto rio Branco sofreram um duplo processo de colonização a partir de meados do século XVIII. Seus territórios, por se localizarem numa região de fronteira foram alvos de disputas entre os domínios coloniais de Portugal, Espanha e Holanda. Os aldeamentos compulsórios, mantidos por militares e jesuítas, e o estabelecimento de colônias militares em suas cercanias, confirmam o interesse dos portugueses para manter a posse e reafirmar seus domínios.

Nesse cenário, para evitar possíveis invasões estrangeiras, no ano de 1775, foi construído o forte São Joaquim. Nas proximidades, foram construídos o primeiro núcleo habitacional não-índio e, ao seu redor, foram levantados os primeiros aldeamentos. Denominados de Nossa Senhora do Carmo, Santa Isabel, Santa Antônio, Santa Bárbara, localizado no Rio Branco; São Felipe, no Rio Tacutu e Nossa Senhora da Conceição, no Rio Uraricuera. (VIEIRA 2003, p.22)

Diante deste panorama é possível perceber como as diferentes sociedades vão transformando o espaço geográfico ao longo do tempo e vão imprimindo neste espaço as suas marcas. As marcas do presente são produzidas sobre as heranças do passado. As novas formas, portanto, não pode ser compreendido se deixar de lado a interpretação do passado, isto é, não considerar o entendimento do processo histórico, pois segundo Santos (1998, p 26) o espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.

Ainda nos anos de 1775, as Missões Carmelitas e Jesuítas acompanhavam os portugueses nos aldeamentos para realizar a catequese de desobriga, ou seja, rezavam missas, faziam procissões, batizavam e realizavam casamentos entre os índios. Ainda



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

segundo Vieira (2003, p. 27), por ser esta uma área contestada por outros domínios coloniais, passou-se a exigir das etnias indígenas uma espécie de nacionalização ou pelo menos uma identificação com o Estado português. A partir deste momento, os indígenas foram proibidos de fazer o uso de sua língua e obrigados a fazer uso da língua portuguesa. Assim, como meio de unificação nacional e em nome de uma superioridade linguística os indígenas foram oprimidos e massacrados, além de terem sua cultura hostilizada e reprimida.

Como resultado desse sistema de opressão, as tentativas de povoamento da região por colonos civis fracassaram e em 1900 o Forte de São Joaquim² é desativado. Em 1909, a Ordem de São Bento, assumiu a ação missionária no rio Branco, tendo com objetivo a conversão dos índios. Embora questionasse a ineficiência dos métodos utilizados por outras ordens nos aldeamentos, os beneditinos defendiam o distanciamento gradativo do indivíduo de sua cultura de origem como meio de obter sucesso na catequese das populações indígenas. Logo, em 1910 os missionários já estavam alfabetizando, ensinando carpintaria e jardinagem para crianças indígenas com o objetivo de integrá-los a sociedade local. Em 1912 os missionários são obrigados a abandonar a missão, em decorrência da febre amarela e retornam para Boa Vista em 1921, fundando um patronato misto que funcionava em regime de internato até 1945 (FREITAS, 2003).

Dessa forma, sob a bandeira da unificação e da hegemonia política, linguística, religiosa e territorial constatam-se como as relações de poder tanto no espaço físico quanto no espaço das relações sociais, emprega sua força e seu domínio nos territórios, pois para consolidação de um ideal de país monolíngue, há uma domesticação das línguas ditas “minoritárias” e uma regulamentação da língua oficial. Assim, tem-se na política linguística um mecanismo de controle das práticas linguísticas e, por isso, um mecanismo que (re)cria identidades, visto que, uma política destinada às línguas é sempre de intervenção, seja ela de apagamento, de reestruturação, de preservação ou promoção de línguas. De acordo com Foucault (2008, p. 74), as políticas linguísticas são dispositivos disciplinares que visam à docilização e à distribuição dos corpos por meio da (não) utilização de certas línguas em determinados espaços a partir da instituição de modelos legalmente estabelecidos e que, portanto, não poderão ser burlados sem o consentimento do Estado. É uma forma que o Poder utiliza para manter o poder, o controle e a

² Atualmente as ruínas do Forte São Joaquim fazem parte do acervo turístico do Estado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

legitimação dos espaços e do território.

As disputas e polêmicas entre o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Missão Beneditina, com relação aos subsídios oficiais, conduziram ambas as agências à disputa pela atividade educacional entre os índios. O ensino da língua portuguesa é um ideal que as duas agências objetivavam atingir junto aos alunos indígenas. Em 1919 o SPI fundou a Escola Agrícola Indígena Theophilo Leal, que funcionou no regime de internato na fazenda São Marcos. Em 1924 havia quatro escolas para atendimento de alunos índios, criadas em aldeias Makuxi e Wapichana. Ambas as agências de contato, SPI e Missão Beneditina, elegeram a educação das crianças como estratégia para atingir seus objetivos.

A despeito das divergências no plano discursivo, a atuação da missão beneditina e do SPI possuíam o objetivo comum de gerar e exercer influência sobre a população indígena. Enquanto o papel do SPI era primordialmente sobrepor fronteiras nacionais às fronteiras étnicas, fazendo dos índios “trabalhadores nacionais”, a missão religiosa era alargar as fronteiras do catolicismo até as fronteiras nacionais, convertendo os índios em famílias cristãs (SANTILLI, 1994, p. 55).

Constata-se que a real intenção dessas agências, até o final dos anos de 1940, foi o de convencer as populações indígenas a integrar-se à sociedade envolvente. E os meios utilizados seriam a evangelização e educação profissional, para torná-los trabalhadores 'úteis' dentro da estrutura da sociedade local. Em meados do século XX, os beneditinos são substituídos pelos missionários italianos da Consolata que em 1948, constroem as margens do Surumu, a Missão do Instituto Missionário da Consolata. Suas intenções eram basicamente as mesmas, ou seja, casar, batizar e confessar. Esse Instituto funcionou como orfanato-internato, atendendo também crianças órfãs e carentes.

É notório o interesse em arrancar as crianças indígenas do convívio da família e de seu povo, pois longe do contato familiar e dos costumes estes menores receberiam a tal "civilidade" e a educação cristã, tornando-se agentes modificadores de sua própria cultura. Verifica-se a preocupação dos colonizadores em relação à educação das crianças indígenas com a finalidade de transformá-las em pessoas pacíficas, ordeiras e trabalhadoras. Constata-se que o ato de “civilizar” para esses colonos era trazer sua cultura, sua língua, sua religião e sua forma de trabalho. Fica evidente a forma pela qual a dominação ocorria, esses colonizadores faziam a combinação do uso da força física com a doutrinação pela ação dos missionários.

Segundo Freitas (2003) em 1967, a Prelazia de Roraima abre algumas escolas em





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

áreas indígenas e o internato volta-se a formação de professores de ensino fundamental. A Missão Surumu, tornou-se espaço de reunião de professores e lideranças indígenas. Consolidando-se em 1970, como Centro de Formação de Professores Indígenas, pois a maioria dos professores que trabalhavam nas escolas indígenas eram não índios. Com o tempo surgiram escolas nas Comunidades Indígenas da Barata, Normandia, Cantá e Raposa, que ofertavam o ensino de 1ª a 8ª séries.

A partir dos anos de 1980, os povos indígenas passaram a lutar no campo das leis, das ideias e a escola passou a ser vista como um instrumento de conquista e espaço de construção, um lugar para se aprender a ler e a escrever. Em 1988, a Constituição Brasileira reconhece que os povos indígenas tem o direito de viver segundo as suas crenças e ter uma educação diferenciada, segundo os anseios de cada povo (BRASIL 2004, p.130). As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, sinaliza para um ensino específico para as comunidades indígenas, numa dimensão de interculturalidade, com vistas à recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas e valorização de suas línguas e conhecimentos tradicionais (BRASIL 2010, p, 27). No ano de 1998, o MEC publicou o Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena (RCNEI), voltado prioritariamente aos professores indígenas e aos técnicos das Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pela implementação de programas educativos junto às comunidades indígenas (Brasil 2002, p.81).

3 A escolarização: da imposição à reivindicação

As primeiras experiências de formação inicial e continuada de professores indígenas, dentro de uma nova concepção de escola intercultural começam a tomar corpo, no Brasil, a partir do final dos anos de 1970. É neste período que as comunidades indígenas de Roraima, através da articulação de seus tuxauas³, iniciam o processo de discussão sobre o direito a uma escola diferenciada que valorize, nos processos de aprendizagem, as línguas maternas em contraposição aos ideais positivistas de integração dos povos indígenas à sociedade nacional.

O acúmulo de discussões ao longo dos anos resultou na proposta de criação de um

³ Designação do representante oficial da comunidade



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Núcleo de Educação Indígena, em 1985, por ocasião do debate proposto pelo Governo Federal sobre a educação no país: “*o dia D*”. Lideranças, e representantes de organizações indígenas discutem “*a escola que temos e que escola queremos*”. Um debate que reúne na fazenda São Marcos, professores, lideranças, técnicos em educação e religiosos. As repostas são sintetizadas em propostas para a Educação Indígena de Roraima. (FREITAS, 2003).

Em agosto de 1986 realizou-se o I Encontro de Educadores Indígenas de Roraima com participação de 100 professores indígenas que resultou na Carta de Roraima, um documento entregue a Secretaria de Educação, contendo entre outras as seguintes reivindicações: Habilitação de professores indígenas em nível de 2º grau; Respeito à diversidade étnica na região; Ensino da língua indígena na escola; Produção de material didático, partindo de cada realidade; Escola bilíngue e intercultural; Reformulação dos currículos escolares, adaptando-os a realidade de cada comunidade (FREITAS, 2003).

São reivindicações que segundo Freitas (2003, p.61) apontam para a construção de uma escola presente no imaginário das lideranças e professores. A nossa própria língua, a nossa cultura, a nossa escola. Ressaltamos que, embora a educação escolar nas comunidades indígenas tenha sido imposta pelo poder do Estado, sendo mais um instrumento de controle sobre os povos indígenas, com pretexto de integra-los a sociedade, ela foi se transformando ao longo do tempo em necessidade e reivindicação, por meio da qual, se busca, a partir das necessidades indígenas, moldar ferramentas de sobrevivência e de luta.

Conforme relato extraído do Projeto Tamí’kam (CEFORS 2001), no ano de 1990 teve início as primeiras experiências de formação inicial de professores indígenas, com a execução do Curso Magistério Indígena Parcelado, aprovado pelo parecer 18/93 do o Conselho Estadual de Educação (CEE). Este curso iniciou em 10 de janeiro de 1994 e terminou em fevereiro de 2001. A execução do Projeto de Magistério Indígena colaborou para atender a demanda de formação de 470 professores indígenas, possibilitando gradativamente a ocupação de espaços nas escolas das terras indígenas. Os cargos de docência, secretaria e direção das escolas passaram a ser exercidos pela maioria de profissionais das próprias comunidades, bem como na coordenação, supervisão e na Divisão de Educação Indígena da Secretaria Estadual, em Boa Vista. Em 1998 este projeto ganhou o Prêmio “Paulo Freire”, da Fundação Roberto Marinho.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

No âmbito das políticas de formação do professor indígena, expressas nos Referenciais para a formação de professores indígenas, as questões sobre formação incluem os seguintes aspectos: necessidade de uma formação permanente que possibilite ao profissional indígena completar sua escolaridade até o terceiro grau; a criação de instâncias administrativas que possibilitem a execução dos programas de educação indígena; a participação do professor indígena no processo educacional (BRASIL 2002, p. 42). Logo, a educação continuada apresenta-se como uma das possibilidades para a formação do professor indígena, não apenas para a construção de conhecimento e reflexão sobre a realidade da língua utilizada na comunidade, como também para a construção de estratégias que favoreçam o fortalecimento do uso da língua de cada comunidade indígena.

Entretanto, devido à demanda de professores atuando nas escolas indígenas sem formação inicial e mediante as reivindicações dos tuchauas das comunidades, em 2003 o Núcleo de Educação Indígena realizou dois seminários pra discutir a formação dos professores que estavam trabalhando e não tinham a devida habitação para a função docente. Nesse seminário decidiu-se a criação de um projeto que possibilitasse a qualificação de professores para o atendimento nas escolas de Ensino Fundamental das comunidades indígenas.

O Projeto Magistério Indígena Tamí'kan, palavra de origem Macuxi que significa sete estrelas, é um curso de nível médio orientado para oferecer aos professores indígenas, formação específica bilíngüe (multilíngüe) e intercultural, concebido em uma plataforma curricular correspondente ao Ensino Médio e complementado com disciplinas específicas na Formação de Magistério Indígena. É uma formação voltada para os povos indígenas, habitantes do estado de Roraima, das etnias Macuxi, Wapichana, Waiwai, Ingarikó, Taurepang, Saporá, Yanomami, Y'ekuana e Patamona com o objetivo de capacitar os professores com uma sólida formação para atuar como profissional do magistério, dotado de autonomia intelectual, independência, raciocínio e postura crítica no seu fazer pedagógico, possibilitando um intercâmbio cultural e lingüístico, permitindo aos seus alunos indígenas a reelaboração e reciprocidade de sua cultura junto a seu povo.

A abertura oficial do Projeto Tamí'kan – Magistério Indígena correu no dia 1º de dezembro de 2006, no auditório do Teatro Carlos Gomes, em Boa Vista com a participação de cem (100) professores indígenas. Normalmente as aulas são realizadas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

nos meses de janeiro e fevereiro, período que corresponde às férias escolares e em julho, recesso escolar. Em janeiro de 2008, mais cem (100) professores ingressam no curso, em julho do mesmo ano mais cem (100) cursistas são matriculados, perfazendo um total de 300 professores assim distribuídos por etnia: 202 professores Macuxi, 55 professores Wapichana, 16 professores Waiwai, 14 professores Ingarikó, 04 professores Taurepang, 01 professor Saporá, 01 professor Yanomami, 07 professores Y'ekwana /Patamona. (CEFORR/ Tamî'kan) :

Atualmente, as primeiras turmas de professores capacitados para o exercício do Magistério indígena, contou a certificação de 131 professores aptos para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas estaduais das comunidades indígenas. E no dia 20 de julho de 2013, o CEFORR certificou mais 112 professores indígenas, assegurando assim, que as escolas estaduais indígenas fossem atendidas por professores índios, capazes de repensar a educação com espírito crítico e com habilidades técnico-pedagógicas e sócio-políticas para o exercício competente de sua profissão.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme discussões apresentadas, percebe-se neste breve inventário que o sistema educacional em Roraima teve suas raízes na ocupação europeia quando os processos de colonização e expansão territorial instaurou uma nova ordem de processo civilizatório para os povos indígenas que resultou na tentativa de dominação e submissão por meio da disciplina física e cultural.

Não se pode negar, contudo, que os espaços educacionais ora utilizados pelos Missionários, preparou o terreno para que os indígenas reivindicassem uma educação voltada especificamente para a valorização da cultura, das tradições e da língua indígena. Nesse sentido, conhecer a historicidade dessas formações possibilita a discussão das especificidades relacionadas à formação destinada aos educadores indígenas. E desta forma, compreender as significações e sentidos que as comunidades dão ao que é ensinado, e quais mudanças se processam.

Observar e conhecer a realidade da formação nos permite, como educadores, uma intervenção mais segura na formulação de propostas que venham fortalecer garantia de direitos e identidade dos povos indígenas. Sem a compreensão destes conceitos, a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

formação pode tornar-se meramente ritual, fato que pode contribuir para a estagnação, dependência e perda de auto-estima das comunidades.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília - 2004 .
- _____. Ministério da Educação e Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília- 2010.
- _____. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC, 2002.
- CASTELLIS, Manuel. Identidade territoriais: a comunidade local. In: **O poder da Identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: GEOgraphia n. 2, **Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF**. Niterói: UFF/EGG, 1999.
- FREITAS, Deborah de Brito A. Pontes de. **Escola Macuxi: Identidades em construção**. (2003. 124 p. Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MELLO, H. A. B. De. **O falar bilíngue**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTILLI, Paulo. **Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco**. São Paulo 1994: NHII-USP; FAPESP, 1994.
- SANTOS, Milton. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: EdUSP, 1997.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998
- SILVA, Lenyra Rique da. O espaço geográfico: considerações teórico-metodológicas. In: **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.
- WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma discussão teórica e conceitual**. In: T. T. da Silva (org.) Petrópolis: Vozes, 2000.
- VALE, Ana Lia Farias. **Migração e Territorialização: As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista/RR**. (2007. 268p. Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista do Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2007.
- VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: A disputa pela terra - 1777 a 1980**. (2003. 252p. Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

GÊNERO E CARREIRAS JURÍDICAS: A ADVOCACIA NO FEMININO

GENDER AND LEGAL CAREERS: THE LAW ON FEM

Francélia de Jesus Uchôa Paiva¹
 Marilene Correa da Silva Freitas²

RESUMO

As carreiras jurídicas, em que pese a advocacia, tem transformado as relações de gênero no âmbito do profissionalismo, provocadas pela crescente inserção das mulheres e de novos valores que fundamentam a nova concepção de sujeito de direito. Apesar deste processo de feminização contribuir para a diminuição das resistências às mudanças ocorridas em um campo profissional que foi solidamente edificado e plasmado no masculino, sabe-se que permanecem vários óbices, como por exemplo, a formação de guetos femininos dentro da própria advocacia, nos quais, não por coincidência, os rendimentos são menores, situando-as na base piramidal da hierarquia jurídica.

Palavras-chave: Gênero. Feminino. Careiras jurídicas. Advocacia

ABSTRACT

he legal professions, in spite of the law, has transformed gender relations in the context of professionalism, caused by the increasing integration of women and new values that underlie the new conception of the subject of law. Although this process of feminization contribute to the reduction of resistance to changes in a professional field that was solidly built and molded in the male, it is known that remain several obstacles, such as the formation of female ghettos within the law, in which, not coincidentally, the yields are lower, placing them in the pyramidal base of the legal hierarchy.

keywords: Gender. Female. legal careers. Advocacy

INTRODUÇÃO

Os discursos sobre a hierarquização dos homens e do masculino e das mulheres e do feminino são legitimados em determinada sociedade, mediante a edificação dos sistemas de crenças que tipificam as qualidades próprias de cada sexo. A partir daí, estabelecem os direitos, os espaços, as atividades e as condutas pertinentes de cada sexo.

¹ Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Tres Fronteras (UNINTER-Assuncion-PY). Advogada e Professora universitária em Manaus.

² Pós-Doutora pela Université de CAEN e UNESCO, Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, Professora titular da Universidade Federal da Amazônia-UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

De um do geral, as mulheres que exercem carreiras jurídicas se deparam com as discriminações de gênero quanto ao tratamento machista por seus pares. Esta atitude reflete os resquícios do sistema patriarcal de tipificação política de subordinação do gênero feminino ao gênero masculino. Tais carreiras foram plasmadas e consolidadas pelo positivismo jurídico e, por mais que não sejam mais profissões só de homens, continuam particularmente masculinas.

Elegemos, neste artigo, a abordagem sobre a advocacia, pois diferentemente do que se pensa não é no tribunal onde se processam as principais discriminações de gênero. É nos escritórios de advocacia, embora, no Brasil, cada vez mais as mulheres vençam a invisibilidade nessa carreira. Aliás, esta carreira não se adstringe mais somente aos escritórios de advocacia e aos concursos públicos. Um leque de especializações se abre diante das transformações pelas quais ela passa.

Este artigo parte das reflexões teórico-conceituais sobre o conceito de gênero na filosofia, na antropologia, na psicanálise e nas teorias marxistas. Posteriormente serão feitas as primeiras incursões teóricas sobre gênero e carreira jurídica. Por fim, apresentaremos algumas nuances sobre a feminização da advocacia no Brasil.

ASPECTOS CONCEITUAIS E ESTRATÉGIAS TEMÁTICAS SOBRE GÊNERO E FILOSOFIA

Primeiro de tudo, é preciso notar-se que o conceito de gênero se inscreve no âmbito das ciências sociais nas últimas décadas para examinar a construção sócia histórica das identidades masculina e feminina. Na sanha de depuração deste conceito, dentre todos os elementos que compõem o sistema de gênero – igualmente chamado de “patriarcado” por algumas correntes de pesquisa – impõem-se os discursos de legitimação sexual ou ideologia sexual. A legitimação das desigualdades apresenta grande diversificação de discursos, na mitologia, nas religiões, nas ciências, nas artes.

Desde a Grécia disseminavam-se os mitos de que Pandora abriu “a caixa de todos os males do mundo”. Essa mesma visão é reiterada nas grandes religiões. Em que pese a tradição judaico-cristã, “Eva é a Pandora judaico-cristã”. (PULEO,2004, p. 13-14).

As ciências, recorrentemente também se respaldam nesses discursos justificadores das desigualdades, a exemplo do que se observa na exclusão das mulheres da cidadania,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

quando da implantação dos regimes democráticos modernos, quando lhes furtaram o reconhecimento de direitos políticos como o voto. (PULEO, 2004,p. 14).

No campo da arte, destacam-se os “sentidos das figuras masculinas e femininas, como por exemplo, a do historiador da arte Bram Dijkstra(1994 apud PULEO, 2004, p.14) que examinou a evolução das representações da mulher na pintura, na escultura e na literatura do século XIX e principiar do século XX.

Na filosofia, no transcurso de sua longa história, observamos que ela tem se prestado para corroborar a desigualdade entre os sexos. Concomitantemente ela pode promover a transformação dessa relação injusta, dado que é na possibilidade do seu “potencial emancipatório que reside sua força crítica”. Puleo (2004, p. 14) dedica-se à tarefa de diferenciar quatro tipos de trabalho/estratégias entre gênero e filosofia:1) genealogia e construção, 2) constituição de um corpus filosófico não- sexista, 3) reconhecimento das filósofas, 4) debates internos que revelam a força do pensamento feminista no contexto da filosofia.

Destas estratégias e linhas temáticas, destacamos a terceira e a quarta. Na terceira, com foco na capacidade criadora das mulheres, a Antropologia filosófica existencialista concede à Simone de Beauvoir o marco adequado para refutar o essencialismo tradicionalista contido no existencialismo de Sartre. Também repercutirá suas ideias sobre a retomada da identidade feminina que, aliás, precedeu a elaboração do conceito de gênero por Stoller, em 1968, e sua expansão a partir do artigo de Gayle Rubin, “The Traffic in Women”, em 1975. (PULEO, 204, p.26). Na quarta estratégia, Puleo (2004,p.26-31 indica-nos que os debates internos no âmbito da filosofia giram em torno da: 1) a polêmica entre igualdade e diferença; 2) a redefinição da cidadania, da democracia paritária, dos direitos reprodutivos, dos problemas resultantes do multiculturalismos, a abolição da prostituição versus o reconhecimento do direito das trabalhadoras do sexo; 3) a questão do sujeito, 4) a ética do cuidado, no campo da filosofia moral que apresenta-se como autêntica novidade capitaneada por Carol Gilligan. (apud Puleo, 2004, p. 28). Comenta-se ainda sobre o ecofeminismo, tema associado à ética do cuidado, à globalização e ao modelo de desenvolvimento não sustentável e à questão da justiça social.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O CONCEITO DE GÊNERO À LUZ DA ANTROPOLOGIA, DA PSICANÁLISE E TEORIAS MARXISTAS

No transcorrer das décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na Europa, as acadêmicas feministas foram avissareira ao dedicarem boa parte de suas pesquisas em torno das causas da sujeição feminina. Elas buscaram substrato na antropologia, na psicanálise e associados às teorias marxistas, no intuito de compreender as nuances dessa sujeição e construir novas teorias.

Zirbel (2007, p. 130) sobreleva que essas pesquisas antropológicas apontavam dois polos em conflito, a saber: (a) o relativismo das construções sociais, revelador dos comportamentos diferentes de homens e mulheres situados em tempos e lugares distintos; (b) a universalidade da dominação e subordinação das mulheres. Já a contribuição de Lacan reside em trazer o conceito de estrutura para o contexto da teoria psicanalítica, a partir de uma leitura estruturalista do pensamento freudiano, apresentando a dimensão do simbólico (1953). Outra grande contribuição está no fato de Lacan ter sido o predecessor na ampliação acerca do vigente “conceito de sujeito até então um tanto limitado às questões da dicotomia biológica ou às postulações um tanto ‘finalistas’”. (LACAN apud ZIRBEL, p. 130).

No âmbito do pensamento binário surgiu outro par de categoria: Sexo-gênero, introduzido pelos estudos de medicina dos Estados Unidos, na década de 1950. A versão interacionista do paradigma de identidade de gênero, com a mistura funcionalista de causas biológicas e sociais dava lugar a uma miríade de programas terapêuticos e de pesquisa sobre as 'diferenças de sexo/gênero' – o que incluía cirurgia, aconselhamento, pedagogia, serviço social, e assim por diante”. (Haraway, 2004, p. 216-217).

Fraisse (2001) esclarece-nos que na língua inglesa o termo *sex* apresenta um sentido mais restrito do que o equivalente em francês (*sexe*) e em alemão (*Geschlecht*). *Sex* se refere ao biológico/físico, ao passo que *sexe* e *Geschlecht* denominam a espécie humana e as diferenças empíricas/ abstratas entre homens e mulheres (psicológicas, sociais ou culturais) além das físicas. Em francês, *difference sexual* se refere à realidade material do humano e *différence des sexes* abrange os aspectos abstratos da espécie. Em alemão, a palavra *Geschlecht* significa ambas as realidades. Diz-nos, ainda que na ausência de um ferramental apropriado para externar a reflexão sobre os sexos, como dois em um, o



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

termo *Gender* foi usado nos Estados Unidos para designar os aspectos não biológicos de cada sexo.

Com esse lastro conceitual o psicanalista *Robert Stoller* edita o primeiro volume de *Sex and Gender* (1968), abordando a questão dos corpos cuja genitália era incompatível com as formas de identidade sexual masculina e feminina, consideradas pela classe médica. (STOLLER, 1968 apud Haraway, 2004, p. 216).

A definição psicanalítica de gênero, bem como sua diferenciação da categoria sexo, posteriormente à publicação de *Sex and Gender* foi recepcionada Kate Millett (*Sexual Politics*, 1970) e Germanie Greer (*The Female Eunuch*, 1970, 1971). Contudo, os estudos de gênero proliferaram somente a partir de 1975, graças à publicação do prestigiado artigo da antropóloga americana Gayle Rubin_ O tráfico das Mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Neste texto de referência Rubin ([1975], 1993, p. 2) aninha a ideia de que todas as culturas apresentam um sistema de modelagem das personalidades e posturas humanas. Todas as culturas carregam “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional” A estas questões ela denominou “Sistema sexo-gênero”. (RUBIN, 1993, p. 5). Tal sistema era produto da atividade humana histórica, consignando que “parentesco e casamento fazem sempre parte de sistemas sociais totais e são sempre costurados em arranjos econômicos e políticos”. (RUBIN, 1993, p.23-24).

No texto “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” (SCOTT, 1995), aponta que Rubin reduziu gênero ao sistema de parentesco e pautado na obrigatoriedade do casamento entre pessoas de sexos diferentes, não devendo ser realizado entre pessoas do mesmo grupo e sempre por meio da troca de mulheres. Scott (1995, p. 15) demonstrou que era preciso alargar essa perspectiva de gênero de Rubin, vez que o gênero tanto é construído por meio do parentesco, como pela economia, pela organização política, dentre outros lugares. Com efeito, as relações entre os sexos são construídas socialmente, mas para Scott (1995) isso ainda é insuficiente, pois não tem o condão para integrar ou modificar os paradigmas históricos existentes.

Scott (1994, p.12), então, articula a noção de construção social com a noção de poder, prelecionando que gênero corresponde ao saber a respeito das diferenças sexuais. Saber este, lastreado na orientação de Foucault, como sendo a compreensão produzida



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

pelos culturas e sociedades sobre as relações humanas e também uma maneira de organizar o mundo. A teoria pós-estruturalista, ou em que pese certas abordagens relacionadas a M. Foucault e Jacques Derrida, citados por Scott(1994,p.18), ofertam uma perspectiva analítica muito poderosa nesse rumo.

Paulatinamente a História faz emergir possibilidades para reflexão acerca das estratégias políticas feministas atuais e futuras, vez que gênero requer a redefinição em conjunto com uma perspectiva de igualdade política e social, envolvendo além do sexo, classe e raça (SCOTT, 1994, p. 17-18).

QUESTÕES DE GÊNERO NAS CARREIRAS JURÍDICAS: PRIMEIRAS INCURSÕES TEÓRICAS

A personagem Portia, de Shakespeare (O mercador de Veneza) é a representação clássica da mulher advogada. Disfarçada de Balthasar/Portia entra no Tribunal de Veneza como uma espécie de *amicus curiae* [“amigo da corte”] para ajudar a lançar luzes na defesa de Antonio, o mercador de Veneza, que contraiu um empréstimo junto ao agiota Shylock para ajudar Bassanio, seu futuro marido. A figura dela é emblemática porque pressupõe que a mulher devia absorver a cultura masculina, e comportar-se como um homem para ser levada a sério no espaço público. Este processo de metamorfose, aliás muito arriscado, por muito tempo protelou e obstaculizou o processo de feminização da advocacia.

No Brasil, Myrthes Gomes de Campos foi a primeira mulher inscrita no antigo Instituto dos Advogados do Brasil, hoje Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e também a primeira mulher a exercer a advocacia ao atuar no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro em 1899. Neste ela se preocupou em adaptar para o sexo feminino a toga dos advogados. Na abertura da defesa do réu, Myrthes foi enfática “ [...] tudo nos faltará: talento, eloquência, e até erudição, mas nunca o sentimento de justiça”. Esta era a resposta que ela dava para aqueles “portadores de antigos preconceitos” de que intervenção da mulher no foro era prejudicial. (GUIMARÃES; FERREIRA,2009, p. 139-140).

Suely Costa (2012, p. 5-7) comenta que dez anos antes(1879) desse evento, tem-se como destaque no cenário cultural do Rio de Janeiro o sucesso da peça teatral *As doutoras*, escrita por Joaquim José da França Junior, juntamente com Martins Pena e Arthur Azevedo. Esta comédia doméstica retrata “ambiguamente o orgulho, o caos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

familiar e a zombaria”, devido ao êxito conseguido pela personagem central chamada Luiza, médica recém-formada, casada com um médico, colega de faculdade; e por Carlota, advogada, candidata a Deputado Geral pelo Primeiro Distrito da Corte, cujo noivo, depois marido, era também advogado. As cenas produzem constantes “constrangimentos, tornando insustentável o conflito dos pares aberto pelas carreiras femininas”, porém, todos acabam, fazendo valer “os valores familiares ameaçados, recompondo a ordem doméstica”, dignificando as doutoras como radiantes e compenetradas em seus papéis de mãe.

Diferentemente, Myrthes Campos não se deixou abater pelos códigos de constrangimentos pelos quais as mulheres dessa época passavam em seus projetos de saída para o espaço público. Com forte atuação no tribunal do Júri e no campo dos estudos jurídicos ela desenvolveu forte noção de autonomia e grande desejo de agência. Por tudo isso, causa espanto o fato de que “não há um único retrato desta precursora na sede do Instituto dos Advogados Brasileiros”. Apenas uma simples “placa de bronze” com seu nome, em contraste com as “galerias de fotos e as placas comemorativas” dos advogados mais renomados do Brasil. (GUIMARÃES; FERREIRA (2009, p. 135).

Outra advogada que superou preconceitos e sobrelevou o papel da mulher foi Maria Immaculada Xavier da Silveira (OAB- SP, 2007) a primeira inscrita na Ordem em São Paulo (1932). Também ocupou a tribuna do júri, no Rio de Janeiro, onde organizou a Semana da Advogada, realizando várias conferências importantes. Destaca-se, igualmente, a atuação da advogada Romy Medeiros da Fonseca (1957) e a sua defesa no Senado do projeto importante que deu origem ao “Estatuto da Mulher Casada”. (MÁRCIO COSTA, 2012).

Particularmente quanto ao estado do Amazonas, em 1915 Lastênia de Vasconcelos foi a primeira amazonense a cursar Direito na Faculdade de Direito do Amazonas (FDA), vindo a colar grau em 1919, numa turma de 8 alunos, apenas ela era mulher. Aos poucos as mulheres amazonenses foram acessando o curso de Direito, embora a princípio acompanhadas dos maridos. (Revista da Faculdade de Direito do Amazonas, 1922, p. 63-65).

Márcio Costa (2012) reconhece a participação feminina na advocacia, pois com qualidades intelectuais e personalidade diferentes, as mulheres carregam perspectivas distintas para a análise dos fatos, no que tange aos pontos de vista masculinos em geral,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sobretudo em áreas que abarcam temas polêmicos como sexualidade e família. Acrescentaria também o tema da política, vez que, independentemente de partidarismos, o Brasil e o mundo assistiram o protagonismo da advogada Janaína Paschoal, durante o processo de Impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

A FEMINIZAÇÃO NA ADVOCACIA NO BRASIL

Em recente pesquisa (2016) realizada pela Michel Page no Reino Unido para identificar qual carreira as crianças, entre sete a onze anos, desejam seguir na fase adulta, evidencia-se que a profissão de professora é a mais aspirada pelas meninas, enquanto os meninos sonham em serem jogadores de futebol. No levantamento feito por meio de desenhos, esta pesquisa assinala a tendência óbvia de gênero para funções específicas. Atesta-se que 80% das crianças projetaram banqueiros como homens; 88% construtores como homens; 81% enfermeiras como mulheres e, 65% advogadas como mulheres.

Junqueira (2001, p. 187) afirma que a advocacia, disputando com a medicina, seria a mais ‘ciumenta’ das profissões, diminuindo as possibilidades de sucessos das mulheres. Que, irrelevantemente do tempo que a mulher se dedique à vida profissional, constata que “são raros os grandes escritórios, as grandes empresas de advocacia que têm mulheres no topo da lista de advogados” .

Mesmo diante da discriminação e da relutância quanto à atuação da mulher da advocacia, o acréscimo no quantitativo de mulheres nesta profissão é inegável. A OAB registra que no Brasil há o total de 453.263 advogadas e 505.825 advogados. São Paulo é o estado que lidera, com 132.386 advogadas contra 142.887 advogados. Nos estados da região Norte: total de 40.483, sendo 19.213 advogadas e 21.270 advogados. No Amazonas: total de 7.966 (3.762 advogadas e 4.204 advogados).

Constata-se que as mulheres têm buscado diminuir a desigualdade de gênero, em todas as regiões. Também se verifica uma mudança de comportamento, no âmbito da advocacia. Tal fenômeno já não se limita simplesmente ao aspecto de gênero. Na empreitada pela igualdade de direitos, condições, merecimento, qualificação, essa mudança comportamental mescla-se com campo das habilidades. Para a Teoria das Profissões (Abbott, 1988), “a própria definição de uma profissão como fechada, ou o reconhecimento de sua especificidade, depende da permanência do monopólio de determinadas habilidades desenvolvidas por alguns profissionais.. Hoje, requer-se,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sobretudo, do ou da profissional qualidades como “dedicação aos estudos, capacidade de gestão, determinação, poder de decisão, persistência e disponibilidade para ouvir e aprender. Nisto, quer os homens queiram ou não, as mulheres levam mais vantagem. (MIRANDA, 2014, p. 2).

O ganho numérico da participação das mulheres na advocacia sofre o influxo do número de mulheres que conseguem concluir o ensino médio e também por elas serem maioria nos cursos de Bacharelado em Direito no Brasil. Na edição do Censo da Educação Superior, referente aos dados de 2015, o curso de Direito aparece em primeiro lugar, com 10,6% do total (853.211 alunos matriculados, sendo 471.674 mulheres e 381.537 homens).

Por sua vez, o Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada (OAB, 2016) estabelece como uma de suas metas a “sensibilização e a implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nas decisões das seccionais e subseções da OAB. Com efeito, percebe-se que os aspectos de gênero ainda são fortes na composição destas. Por exemplo, na OAB-AM (triênio 2013-2015) tem-se acentuado viés de gênero, quando se percebe que a presidência, a vice-presidência e a tesouraria, são atribuições de homens, sendo que a Secretaria-Geral e Secretaria-adjunta são compostas por mulheres. No quadro de conselheiros federais não há nenhuma mulher. (A Voz do Advogado. Informativo da OAB/AM, Dez.2015, p. 2). No Piauí, a advogada militante e Vice-presidente da OAB-PI, Eduarda Miranda(2014, p.1) afirma esta seccional foi presidida por uma mulher pela “primeira e única vez[1986-1991]”.

Miranda (2014) observa diante dos números de inscritos no Conselho Federal da OAB que, “o Conselho Federal estima chegar no ano 2020 com uma margem equitativa entre homens e mulheres, respectivamente, 719.764 e 719.121”. Também destaca que as advogadas têm como foco maior as áreas “cível, trabalhista e previdenciária”. Também demonstra uma mudança de comportamento ao constatar o “crescimento na advocacia criminal e eleitoral,” antes reduto predominado por advogados. Figueiredo (2012, p. 30-31) reitera que “[...] é cada vez maior o número de advogadas que atuam nas mais diversas áreas do Direito, e são escolhidas ‘por seus clientes por serem consideradas mais responsáveis e dedicadas à carreira da advocacia”.

Em que pese o número de aprovadas nos exames de Ordem ou dos concursos públicos jurídicos, Bonelli (2008), diz que isso é uma pseudo noção de que há igualdade



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

em relação aos homens. Cardinali (2014,p.18-19) esclarece que a carreira jurídica não se limita aos escritórios e concursos públicos. Atualmente, as empresas oportunizam carreiras promissoras aos (as) advogados (as), integrando-os(as) “aos negócios e com a possibilidade de atuação no exterior no caso de companhias multinacionais, sem mencionar a possibilidade de dedicação ao meio acadêmico, que também abre as fronteiras para uma atuação internacional”, além das consultorias especializadas em gestão. Igualmente cita as novas áreas e especialidades jurídicas: Consumidor, meio Ambiente, Tecnologia, Data *Privacy*, Concorrencial, *Compliance*”, gerente de Riscos Jurídicos, Especialista em equipes dedicadas a clientes, advogado treinador pessoal, dentre outras. Decerto, essas novas carreiras exigirão profissionais altamente qualificados sinalizando a necessidade de a mulher comprometer-se com uma educação profissional continuada, do contrário, as portas que lhe foram abertas correm o risco de transformarem-se em porta-giratória, expulsando-as.

Esse é um dos grandes desafios postos para que as mulheres continuem a buscar a igualdade de gênero no mundo jurídico, uma vez que a feminização não é sinônimo de que as mulheres encontrem-se melhor distribuídas na profissão e dentro das hierarquias. “O que nós vemos acontecer, de fato, é uma feminização da base da pirâmide da hierarquia jurídica” (JUNQUIRA, 2001, p.197).

Em linha de arremate, é preciso não esquecer que, hoje, a advocacia é profissão cada vez mais segmentada. Cada área segue sua própria cadência de feminização. Nesse campus jurídico tão multifacetado os obstáculos são específicos, os preconceitos são distintos porque as experiências são incomensuráveis, logo, são sempre vividas na singularidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sanha de depuração do conceito de gênero vicejam os discursos de legitimação sexual ou ideologia sexual. A justificação das desigualdades revela-se na expressiva diversificação de que não condizem mais com o mundo contemporâneo. No lastro de Scott(1990) o conceito de gênero refutou o determinismo biológico, priorizou-se o caráter social das distinções, a convicção no fator relacional das definições



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

normativas de feminino e masculino, a atenção aos parâmetros de uma pesquisa focada somente na mulher e a necessidade da criação de novas categorias de análise científica.

Restou demonstrado que o projeto de saídas das mulheres rumo aos novos espaços abertos pelas carreiras femininas evidenciam uma teia complexa de relações de gênero e outras relações sociais (classes, raças/etnias e gerações) que se articulam. O ganho numérico da participação das mulheres na advocacia sofre o influxo do número de mulheres que conseguem concluir o ensino médio e também por elas serem maioria nos cursos de Bacharelado em Direito no Brasil, o que leva a OAB projetar para o ano 2020 uma margem equitativa entre 719.764 e 719.121, homens e mulheres, respectivamente.

Apesar dos obstáculos à inserção da mulher nas carreiras jurídicas ter sido solapado pouco a pouco, graças à luta feminista e pelas necessidades do mercado de trabalho, novas barreiras foram erguidas dentro das profissões jurídicas quando se qualificam áreas mais femininas e áreas mais masculinas. Criam-se nichos de advogados de família, trabalhistas, criminalistas, tributaristas, consumeristas, ambientalistas, concorrenciais, dentre outros segmentos. Sabe-se que os obstáculos legais, por dependerem de uma lei, já foram derrubados. Restam serem dizimados os óbices culturais. Einstein, aqui e acolá, registrou que “é mais fácil dissolver um átomo, do que um preconceito”.

Em meio ao redemoinho das relações profissionais e pessoais, as mulheres tentam conciliar casa, trabalho e estudos. Embora já haja uma mudança de concepção quanto à divisão das tarefas domésticas, elas ainda têm que desempenhar essa tripla jornada. Uma tendência que se observa, ao lado dos grandes escritórios de advocacia, são os escritórios pequenos e superespecializados, denominados de escritórios de compensação mista ou de estilo de vida (Junqueira, 2001) com foco na diminuição nas questões monetárias e incremento das recompensas não monetárias, como por exemplo, meio-expediente, horários flexíveis, licenças remuneradas, tempo para o trabalho *pro bono* (gratuito).

Diante de todos os avanços e desafios ainda a serem vencidos, é fundamental compreender que a mulher não precisa desnudar-se de suas características próprias para ser levada a sério em sua profissão. Ao contrário, deve acreditar que, justamente o fato de sermos diferentes, faz com que a sociedade em geral seja tributária do saber-fazer feminino.

Recomenda-se a leitura deste artigo aos que diretamente desenvolvem a perspectiva de gênero no âmbito do profissionalismo, bem como aos profissionais da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

educação em geral e a todos os interessados em participar dessa discussão premente na sociedade contemporânea. Espera-se que outros pesquisadores possam preencher as lacunas que restaram nessa investigação, contribuindo para o avanço de outros estudos nessa direção.

REFERÊNCIAS

- ABBOT, A. *The system of professions: an essay on the division of expert labour*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- BONELLI, Maria da Glória ; CUNHA, Luciana G.; OLIVEIRA, Fabiana L. de; SILVEIRA, Maria Natália B da. Profissionalização por gênero em escritórios de Advocacia. IN Tempo Social. *Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n.1. São Paulo: 2008. P. 266-289.
- CARDINALI, Adriana Laporta. A formação acadêmica e profissional do advogado. Carreira que se reinventa e novos horizontes. In.: Josie Jardim(Org.). *Jurídico de Saias*. Ribeirão Preto-SP: Editora Migalhas, 2014. pp.1519.
- COSTA, Marcio. *Ousadia e pioneirismo das advogadas*. Disponível em <http://www.oabsp.org.br/>. Acesso atualizado em 26.mar.2016.
- COSTA, Suely Gomes. *Das desventura de ser doutora*. Disponível em [www. Bibliotecadigital.univalle.edu.com](http://www.Bibliotecadigital.univalle.edu.com). Acesso em 14.jan.2014.
- FIGUEIREDO, Graça. *Senhoras da Justiça*. A trajetória das mulheres no Poder Judiciário. Manaus: Valer, 2012.
- FRAISSER, Geneviève. *Musa de la razón: la democracia excluyente y la diferencia de los sexos*. Madri: Cátedra, 1989.
- GREER, Germanie. *The female eunuc*, 1970 [edição brasileira: Rio de Janeiro: Arte nova, 1971].
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; FERREIRA, Tania Maria Tavares. Myrthes Gomes de Campos: pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina: In.: *Revista do Instituto de Estudos de Gênero*, v. 9, n.2, p.135-151, 1 sem. Niterói, RJ, 2000.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.
- INEP-MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior (2015)*. Brasília: INEP/Ministério da Educação. [www.http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior](http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior). Acesso em 21.out.2016.
- JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Mulheres advogadas: espaços ocupados. In.: Cristina Bruschini; Céli Regina Pinto(orgs.) *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: FCC:Ed.34,2001. pp. 185-216.2001.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MILLET, Kate. *Sexual Politics*. Nova York: Dounleday,1970.

MIRANDA, Eduarda. *A feminização da Advocacia*. Disponível em www.oabpi.org.br. Acesso em 11.mar.2016.

OAB AMAZONAS. *Jornal A Voz do Advogado*. Ano VII, n. 120/Manaus, Dez.2015.

OAB/SP. *COMISSÃO DE RESGATE APONTA PRIMEIRA ADVOGADA INSCRITA NA OAB SP.27.08.2007*. Disponível em www.oabsp.org. Aceso em 27.mar.2016.

OAB. *Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada na íntegra*. Disponível em [www. Oab.org.br](http://www.Oab.org.br). Acesso 27.mar.2016.

_____. *Quadro de advogados*. Disponível em www.oab.org.br. Acesso em 26.mar.2016.

PAGE, Michel. *As 10 profissões mais sonhadas pelas crianças*. *Jornal A Critica*. p. A11, 12.out.2016.Manaus-AM.

PULEO, Alicia H. *Gênero e Filosofia: da memória do passado ao projeto do futuro*. Tradução Gustavo Codas. In.: *Seminário Gênero e feminismo: desvelando trajetórias*. Coordenadoria Especial da Mulher(Org.): Prefeitura Municipal de São Paulo em parceria com o colégio São Paulo. São Paulo, 2003.

RUBIN, Gayle. *Tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo(1975)*. Recife: Edição SOS- Corpo,1993.

SCOTT, Joan W. *Preface a gender and politics of history*. Campinas/SP: Cadernos Pagu n. 3, 1994.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n.2, jul./dez. 1995, pp.71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês(SCOTT, J.W.. *Gender and the Politics of history*. Ney York: Columbia University Press, 1988.PP.28-50.

SHAKESPEARE. William. *O mercador de Veneza*. Trad. De F. carços de Alemida Cunha e Oscar Mendes. São pulo: Abril S.A.Cultural,1979, p.280-367.

STOLKER, Verena. *La mujer es puro cuento: la cultura del gênero*. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, v.12,n.2, p.77-105,mai/ago.2004.

STOLLER, Robert. *Sex and gender*. Nova York: Science House, 1968.

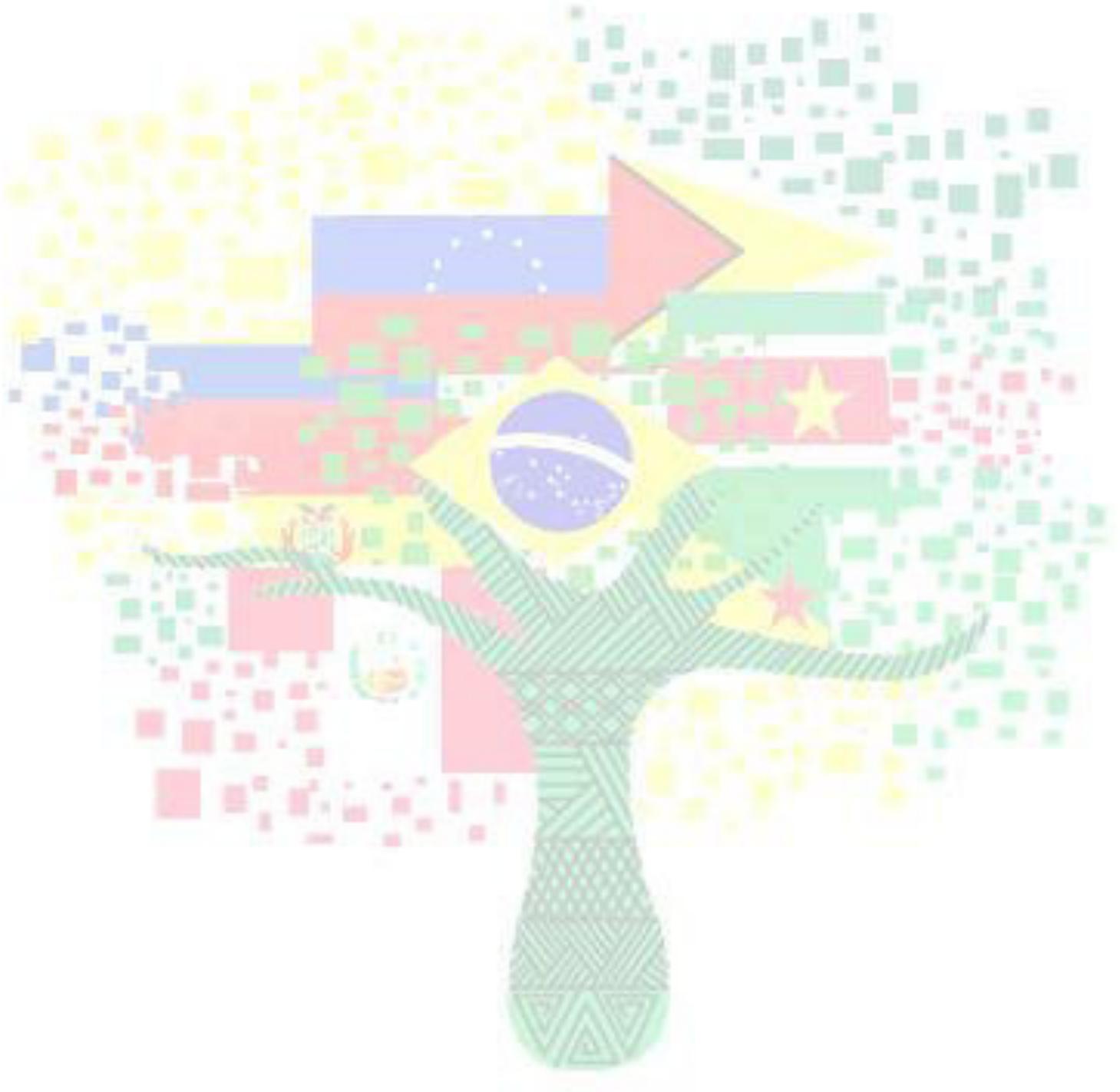
UFAM. *Bacharéis formados pela Faculdade de Direito da do Amazonas, no período de 1914 a 1954*.*Revista da faculdade de Direito do Amazonas*.Manaus: Sérgio Cardoso & Cia Ltda. Editores, 1922.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

ZIRBEL, Ilze. *Estudos feministas e Estudos de gênero no Brasil: Um debate*. 2007. 2012f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)_ Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

HIBRIDIZAÇÃO RELIGIOSA NA CULTURA PARINTINENSE: ENTRE PAJELANÇA INDÍGENA, CATOLICISMO E UMBANDA.

CULTURA RELIGIOSA PARINTINENSE: HIBRIDACIÓN ENTRE INDÍGENAS CHAMANISMO, CATOLICISMO Y UMBANDA.

Ana Caroline Ribeiro Silva¹
 anacarol16@live.com

Renilda Aparecida Costa²
 renildaaparecidacosta@gmail.com

Resumo: Este estudo faz parte da proposta de dissertação de mestrado, e tem como objetivo central compreender a influência religiosa da pajelança indígena e do catolicismo na Umbanda no município de Parintins /AM, deste modo provocando a hibridização religiosa. O estudo emergiu a partir de inquietações epistemológicas, do interesse e da aproximação com o tema abordado. Onde se buscará fazer uma discussão acerca das raízes históricas das religiosidades africanas e, por conseguinte a institucionalização da religião na cidade de Parintins. Para o respaldo teórico serão utilizados os estudos desenvolvidos por BASTIDE (1960), PRANDI (1996), SELL (2010), CERQUA (2009), SILVA e FERREIRA (2015), SODRÉ (2002), BIANCHEZZI e SILVEIRA (2015) entre outros, que auxiliaram na compreensão da temática. O mesmo ancora-se nas matrizes teórico-metodológicas da pesquisa etnográfica GHEDIN e FRANCO (2011) e engendra-se no campo das discussões sobre manifestações religiosas de matrizes africanas. A pesquisa será realizada na cidade de Parintins, em dois terreiros de Umbanda. A pesquisa indica a importância de se desenvolver estudos que retratem a religião umbandista na região do Amazonas e especificamente na cidade de Parintins, haja vista que se trata de uma cidade onde grande parte da população é Católica, ao mesmo tempo em que esta pesquisa se torna uma fonte de conhecimento.

Palavras-Chave: Cultura, Religião, Umbanda, Identidade.

Resumen: Este estudio es parte de la tesis propuesta y pretende entender el religioso central influencia del chamanismo indígena y del catolicismo en Umbanda en la ciudad de Parintins / AM, provocando así la hibridación religiosa. El estudio surgió de preocupaciones epistemológicas, el interés y el acercamiento al tema discutido. Donde buscará hacer una discusión sobre las raíces históricas de religiones africanas y la institucionalización de la religión en la ciudad de Parintins. El respaldo teórico será utilizado en los estudios desarrollados por BASTIDE (1960), PRANDI (1996), SELL (2010), CERQUA (2009), SILVA y FERREIRA (2015), SODRÉ (2002), BIANCHEZZI y SILVEIRA (2015) entre otros, que ayudaron en la comprensión del tema. El mismo las matrices teórico-metodológicas de investigación etnográfica GHEDIN e FRANCO (2011) las anclas y engendra en las discusiones sobre manifestaciones religiosas de matrices africanas. La investigación se celebrará en la ciudad de Parintins, dos terreiros de Umbanda. Las investigaciones indican la importancia de desarrollar estudios que reflejan la religión de Umbanda en la región amazónica y concretamente en la ciudad de Parintins, dado que esta es una ciudad donde gran parte de la población es católica, mientras que esta investigación se convierte en una fuente de conocimiento.

Palabras clave: Cultura, Religión, Umbanda, Identidad.

¹ Licenciada em Pedagogia; Mestranda do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA, Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM; Email: anacarol16@live.com

² Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil (2011), Professora Adjunto da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

Início, então, este artigo argumentando que a Umbanda enquanto religião afro-brasileira e prática coletiva vêm sendo alvo de estudos científicos e teológicos há algum tempo, pois, ajudam a contar a história desta afrorreligião no Brasil, bem como descrevem as práticas de iniciação, os rituais ou celebrações de culto, e o sincretismo religioso entre os santos católicos e os orixás africanos.

Neste texto, portanto, procuro relatar sobre o hibridismo que acontece na religião, tendo como foco principal a cidade de Parintins no estado do Amazonas. O propósito aqui é expor traços e características da Umbanda que são próprias do lugar onde esta se manifesta, a Umbanda como uma religião híbrida trás consigo imagens e símbolos que durante os trabalhos no terreiro que compõe o imaginário de muitas pessoas.

Trata-se, pois, de uma pesquisa ancorada na abordagem metodológica na Etnografia, norteando assim a coleta e a análise de dados do estudo, onde esta menciona que “o trabalho etnográfico constitui uma forma sistemática de registro do modo de vida de outro sujeito, conforme a visão de mundo e o modo de pensar de sua cultura” (GHEDIN e FRANCO 2011, p. 179).

Desse modo, o texto embasado na Etnografia permite entender a dinâmica do local de pesquisa, dialogando assim com sua institucionalização em um contexto mais amplo da Umbanda no Brasil.

Contextualização das religiões de matrizes africanas no Brasil

Historicamente no Brasil as religiões de matrizes africanas têm sido impregnadas de diversas dimensões materiais, simbólicas, bem como de muitos sincretismos, concepções e estereótipos que as considera sagradas e profanas, éticas e mágicas, sacerdócio e feitiçaria.

Admitindo a complexidade que envolve a temática aludimos que no Brasil não tem como discorrer sobre o processo de construção das afrorreligiões sem discorrer sobre a presença do negro na formação cultural e social do povo brasileiro, daí a necessidade de se reportar ao passado e compreendê-lo a partir das relações sociais de produção e exploração existentes no então contexto sócio-histórico.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A colonização do Brasil assim como os demais países da América não visou a penas o povoamento e a descoberta do Novo Mundo, mais tem relação com interesses capitalistas comerciais que buscavam principalmente a descoberta de especiarias e metais preciosos.

A colonização lusitana no território nacional se caracteriza por dois processos dominantes: o primeiro foi à escravidão da população indígena impondo as formas modernas de trabalho e posteriormente a escravidão negra que visava o então desenvolvimento colonial das chamadas capitanias hereditárias.

Para melhor entender como as religiões de matrizes africanas se consolidaram no Brasil é necessário compreender a entrada do negro no país. Partindo desse pressuposto, a presença do negro no Brasil surge por meio do tráfico negreiro visando à mão-de-obra escrava assim suprir a necessidade capitalista da exploração da cana-de-açúcar, principal produto explorado pela colônia.

Para Bastide (1960) os historiadores apontam duas causas dessa mudança na substituição da mão-de-obra indígena pela negra: a primeira esta ligada ao estado de civilização do aborígene, habituado ao nomadismo e a uma agricultura itinerantes que não podia se submeter ao trabalho sedentário, do mesmo modo à que disciplina, ao método e ao rigor de uma atividade organizada. E a segunda foi à reação da Igreja Católica contra a escravidão do índio que impedia sua cristianização.

Nesse contexto, é importante enfatizarmos que o tráfico negreiro trazia um grande contingente humano de variáveis tribos e clãs de todo Continente Africano, onde suas religiões tinham relações com as estruturas e organização sociais familiares, portanto, a mistura das tribos nativas negras já começava nos navios que desembarcavam em vários países da Europa e no Brasil especificamente entre os séculos XVI e XIX. Segundo Bastide (1960, p. 65):

Os negreiros operavam uma primeira seleção nesse gado humano que vivia nos casebres de tábua, os pés carregados de pesados ferros, os ombros marcados por ferro em brasa. Recusavam-se a comprar indivíduos por lotes. Olhavam detidamente os dentes, os olhos, os braços e a pernas, os órgãos sexuais para averiguar a força dos escravos, sua saúde, seu poder de reprodução, e esta seleção fazia que no navio a heterogeneidade ética fosse ainda mais incitada, uma vez que os lotes se achavam fragmentados indivíduos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Os escravos vieram principalmente da Nigéria, Daomé, Angola, Congo, Guiné, Camerum e Moçambique. E foi por meio do modelo separatista lusitano de governa que os diversos grupos étnicos negros foram distribuídos pelo Brasil em diferentes nações diásporas, ou seja, os povos africanos eram agrupados de acordo com elementos de suas matrizes culturais, religiosas e linguísticas.

Em Bastide (1960, p. 67) encontramos um quadro de civilizações que tiveram representantes na América Portuguesa com base em estudos do historiador Arthur Ramos.

1. as civilizações sudaneses representadas especialmente pela ioruba (nagô, ijejá, egbá, ketu e etc), pelos denominados do grupo gêge (ewe, fon...) e pelo grupo fanti-axanti chamado na época colonial mina, enfim pelos grupos menores dos Krumans, agni, zema, Timini;
2. as civilizações islamizadas representadas sobretudo pelos peuhls, pelos mandingas, pelos haussa e em menor número pelos tapa, bornu, gurunsi;
3. as civilizações bantos do grupo angola-congolês representadas pelos ambuldas de Angola (cassangues, bangalas, inbangalas, dembos), os congos ou cabindas do estuário do Zaira, os bengula dos quais Martius cita numerosos tribos escravizados no Brasil;
4. por fim as civilizações bantos da Contra-Costa representadas pelos moçambiques (macuas e angicos).

Interessante chamarmos aqui a atenção que nesse momento histórico o negro no Brasil longe do seu habitat natural e num estado de subordinação social e econômica, numa condição de proletário, era proibido de praticar suas várias religiões.

Apesar das diversas condições impostas pela escravidão os escravos africanos implantaram-se no país por meios de vários grupos que continuaram seus laços religiosos com a África, uma vez que entre os escravos havia também alguns líderes religiosos que desembarcavam dos navios negreiros. Apesar disto, Prandi (1996, p, 56) diz que:

O tecido social do negro escravo nada tinha que ver com família, grupos e estratos sociais dos africanos nas suas origens. Assim, a religião negra só parcialmente pode reproduzir-se aqui. A parte ritual da religião original mais importante para a vida cotidiana, constituída no culto aos antepassados familiares e da aldeia, pouco se refez, pois a família se perdeu, a tribo se perdeu. Na África, era o ancestral do povo (egungum) que cuidava da ordem do grupo, resolvendo os conflitos e punindo os transgressores que punham em risco o equilíbrio coletivo. Quando as estruturas sociais foram dissolvidas pela escravidão, os antepassados perderam seu lugar privilegiado no culto. Sobreviveram marginalmente no novo contexto social e ritual. As divindades mais diretamente ligada as forças da natureza, mais diretamente envolvidas na



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

manipulação mágica do mundo mais presentes na construção da identidade da pessoa, os orixás, divindades de culto genérico, estas sim vieram a ocupar o centro da nova religião negra em território brasileiro.

Nessa conjuntura é pertinente ressaltar que a estrutura social familiar religiosa não se reproduziu fielmente no país, uma vez que “o fato de todas as etnias serem assim niveladas pela escravidão constituía ainda uma outra condição desfavorável a perpetuação das civilizações africanas, em suas originalidades e em suas diferenças” (BASTIDE, 1960, p. 66).

Assim aos poucos começam a surgiram os cultos e práticas religiosas realizadas pelos escravos africanos no país por volta do século XVII, principalmente na região que constitui o atual estado da Bahia. Esses cultos religiosos envolvia a relação com a natureza, nas ritualidades, por exemplo, era comum o uso de ervas, possessões de divindades e sacrifícios de animais, os cultos e festas também eram uma forma de comunicação entre os homens e as divindades ancestrais como os Orixás, Voduns, e Inquices, chamados inicialmente de Calundus.

Esse processo religioso foi intensificado principalmente com a chegada de escravos africanos de origem Nagô, que desembarcaram na Bahia em meados do século XVII. A permanência desses escravos no estado baiano possibilitou a esses grupos a criação de seus terreiros visando cultuar os Orixás, que eram representados por uma variedade de divindades.

Nas palavras de Prandi (1996) a religião dos orixás foi originalmente chamada Candomblé na Bahia, Xangô no Recife e Alagoas, Tambor de Mina nagô no Maranhão e Pará, Batuque no Rio Grande do sul, somente a partir dos anos 60 que o termo Candomblé se generalizou.

Nesse processo de colonização é pertinente ressaltar que as religiões de matrizes africanas, bem com as ameríndias foram consideradas pelos dominadores com falsas, inferior, primitivas, demoníacas uma vez que não refletiam a organização e a estrutura social europeia.

Essas perseguições e opressões aos cultos africanos aconteceram ao longo da História do Brasil, principalmente pela Igreja católica Romana que davam ordens para que os escravos africanos fossem batizados e eles deveriam



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

obrigatoriamente participar das missas evangelistas católicos. De acordo com os escritos de Costa (2011, p. 85):

[...] houve, também, muita perseguição e demonização dos cultos africanos de parte da Igreja católica ao longo de toda história do Brasil, sob as mais diferentes formas. Isto, no entanto, mudou fortemente a parte dos meados do século XX, sobretudo o Concílio Vaticano II, com maior abertura da Igreja Católica com relação à diversidade religiosa e à liberdade de expressão religiosa.

Devido essas demonização dos cultos africanos, esse período de perseguição às religiões de matrizes africanas pendurou-se até o final do século XX. O desrespeito e perseguições eram tão intensos que houve a invasão e fechamento de vários terreiros, casas e barracões, prisão e destruição de imagens de aparecia que não correspondia as dos santos católicos.

Foi nesse contexto sócio-histórico que os escravos buscaram interações com outras religiões principalmente com o catolicismo para fortalecer a aparência católica dos Orixás e dos terreiros, ou seja, essa interação religiosa foi uma estratégia de sobrevivência dos cultos africanos no Brasil, por isso até os dias atuais existem imagens de Santos Católicos que recebem nomes de outros deuses africanos em terreiros de religiões de matrizes africanas. Prandi (1996, p. 56) explicar esse fenômeno como estratégia de sobrevivência religiosa africana dentro da estrutura social do então momento histórico da época, aludindo que:

Se a religião negra, ainda que em sua reconstrução fragmentada, era capaz de dotar o negro de identidade negra, africana, de origem, que recuperava ritualmente a família, a tribo e a cidade perdidas para sempre na diáspora, era através do catolicismo, contudo, que ele podia encontra-se e se mover no mundo real do dia-a-dia, na sociedade dos brancos dominadores, responsável pela garantia de sua existência, não importa em que condições de privação e dor.

As afroreligiões o país como o Candomblé de Kêtu, a Macumba, Quimbanda, o Batuque, a Umbanda entre outras se desenvolveram nesses contextos de resistência a imposição do catolicismo do branco, essa situação modificou não só os cultos africanos, como fez que muitos negros deixassem sua religião de origem para trás e aderisse unicamente à religião católica.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A escravidão, porém não agredia o negro apenas no sentido religioso, as constantes torturas, violência sexuais dos senhores brancos para com as mulheres negras fizeram com que os mesmos fugissem para as florestas, como uma forma de se liberta da escravidão. Segundo Bastide (1960, p. 118):

[...] principalmente no período colonial e mesmo no início do século XIX, esses fugitivos, para evitar serem presos novamente, para escapar também aos perigos de enfrentar a sós uma existência difícil na floresta cheia de animais selvagens, às vezes de índios desconhecidos, tomaram o hábito de se reunir. Dessa maneira, formava-se um pequeno grupo que aumentava pouco a pouco, a ponto de formar verdadeiras cidades: são os quilombos ou mocambos.

Os quilombos eram sociedades organizadas, havia a existência de capelas, casas de conselhos, agricultura organizada, a figura de um líder, por isso como aponta Bastide (1960, p. 128) essa situação “[...] muito surpreendeu os historiadores brancos foi que o quilombo não formava um amontoado de fugitivos, um caos indistinto de indivíduos unidos por protesto com contra a escravidão, mas um verdadeiro Estado civilizado.

A Umbanda nasceu no Brasil em 15 de novembro de 1908, sendo que as primeiras tendas ganharam destaque no Rio de Janeiro a partir da década de 1920. O primeiro centro espírita ou tenda de Umbanda fundada no país foi a Tenda Espirita Nossa Senhora da Piedade (TENSP), fundada por Zélio de Moraes e seu mentor espiritual, o Caboclo das Sete Encruzilhadas (CUMINO, 2015).

Porém, é preciso compreender que o processo que levou à constituição da Umbanda não se inicia em 1908 com a abertura do primeiro espaço deste culto religioso, e sim muitos anos com a chegada dos primeiros navios de tráfico negreiro no Brasil, uma vez que o próprio nome Umbanda tem relação com o nome de um antigo sacerdote na língua africana ki-mbundo.

No que diz respeito à organização das afroreligiões propriamente ditas, esta deu-se bastante recentemente. Para Prandi (1996, p 12):

A organização das religiões negras no Brasil deu-se bastante recentemente. Uma vez que as últimas levas de africanos trazidos para o Novo Mundo durante o período final da escravidão (últimas décadas do século 19) foram fixadas, sobretudo nas cidades e em ocupações urbanas, os africanos desse período puderam viver no Brasil em maior contato uns com os outros, físico e socialmente, com maior mobilidade e, de certo modo, liberdade de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

movimentos, num processo de intenção que não conheceram antes. Este fato propiciou condições sociais favoráveis para a sobrevivência de algumas religiões africanas, com a formação de grupos de culto organizado.

Nessa perspectiva, fica evidente que as religiões de matriz africana foram incorporadas a cultura brasileira com a escravidão negra, onde essas celebrações religiosas foram à forma encontrada pelos negros de manterem sua tradição religiosa, preservando seus saberes, crenças e conhecimentos oriundos da África.

Da mesma forma é evidente que as algumas características das afroreligiões no Brasil tiveram suas origens durante o processo de escravidão, uma vez que o negro passou a absolver do catolicismo e dos ritos indígenas experiências que foram incorporadas a suas crenças.

Assim, portanto as religiões denominadas atualmente de afro-brasileiras no Brasil tiveram suas origens num mosaico religioso. Trata-se de produtos da hibridização religiosa com origem nos antepassados e ancestralidade africana, em outros termos podemos aludir que essas religiões são produtos da cultura de resistência negra durante a colonização lusitana, para que muitos escravos pudessem cultuar os deuses que religiosamente eles adoravam.

Desta forma, percebemos que as religiões como o **Batuque, Candomblé, Cabula Culto aos Egungun, Catimbó, Umbanda, Quimbanda, Xambá, Omolocô, Xangô, Tambor e Voduns mantém características, interfaces e simbologias com os elementos das religiões africanas.**

Apesar de sua influência e da sua importância na construção da cultura e da identidade nacional do brasileiro, atualmente mesmo com as novas configurações da contemporaneidade e com a liberdade de expressão da fé religiosa, às religiões de matriz africana ainda vêm sofrendo com os rótulos, estereótipos e representações que as classificam como: “feitiçarias”, “bruxarias”, “macumbarias”, “culto aos demônios”, “crendice popular” entre outros estigmas.

As afroreligiões também são conhecidas entre outras denominações religiosas como manifestações diabólicas, pois teoricamente mantêm relação e filosofia contrária ao Cristianismo Pentecostal. Este por sua vez não se apoia em uso de imagens mais é ancorado numa fé ligada a um Deus único e invisível aos olhos humanos, mas que é supremo, onipotente, onipresente e sobrenatural, também denominado “Criador do Universo”, “Senhor dos Senhores”, “Senhor dos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Exércitos”, “Reis dos Reis”, “Altíssimo”, “Poderoso de Israel”, “Salvador da humanidade” que é narrado e descrito em variadas passagens do evangelho bíblico.

De acordo com os achados de Mariano (*apud* Prandi, 1996, p. 64-65):

Algumas denominações pentecostais de origem muito recente e grande sucesso entre as massas, como a Igreja Universal do Reino de Deus, Deus é Amor e A Casa da Bênção, atraem boa parte de sua clientela pregando contra a umbanda e o candomblé, identificando-os como fontes do mal. [...] O conflito entre pentecostais e afro-brasileiros é aberto e mesmo incentivado por lideranças pentecostais. Em seus tempos e por meio de seus programas na televisão, pode-se ver, através de incorporação no transe, orixás e caboclo mostrados como manifestações do diabo; transe afro-brasileiro que é metaforizado no transe pentecostal do Espírito Santo, a presença de Deus.

Essas concepções que ligam a figura do negro ao diabo faz parte do imaginário humano há muito tempo e vem dos países pertencentes ao Velho Mundo, por isso analisando-as numa perspectiva sociológica podemos aferir que essas concepções dogmatistas mascaram na verdade o preconceito religioso contra religiões de matrizes africanas, ou seja, no pano de fundo do preconceito religioso estar oculto o preconceito étnico-racial.

As práticas de oferenda, também têm sido consideradas por uns seguimentos da sociedade como “criminosas”, “assassinas”, “satânicas”, “imorais” e “ilegais”, devido uso de artefatos, plantas, comidas e etc. As vestimentas e as imagens diversificadas com características africanas e indígenas também pouco tem sido alvo das repudias sociais que ferem os direitos constitucionais de liberdade de expressão religiosa.

Assim, não se pode prever o futuro dessas religiões no Brasil, embora assim como estas resistiram a imposição total de outras religiões, não podemos deixar de mencionar que estas possuem a capacidade de se adaptar dentro das estruturas e organizações sociais, originando novas formas de simbiose religiosa.

Umbanda em Parintins: Hibridismo cultural religioso na ilha Tupinambarana

Por outro lado, em Parintins a mestiçagem dos habitantes também acontece na religião, neste caso estamos nos referindo à religião afro-brasileira que se faz



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

presente na cidade, José Pedro Cordovil quando chegou aqui trouxe consigo seus escravos, que por sua vez trouxeram sua herança cultural.

Na Amazônia, as primeiras populações africanas foram trazidas a partir dos séculos XVIII e XIX. Paralelo ao incremento do comércio na região, o afluxo de contingentes africanos ocorreu com o objetivo de resolver os inúmeros conflitos entre colonos leigos e missionários pela posse e controle da força de trabalho ameríndia (SILVA e FERREIRA 2015, p. 1058).

Traços da cultura desse povo ao longo dos tempos foram se incorporando com a cultura local e assim formando características na cidade. Com os negros, se percebe traços únicos, um deles de alguns anos pra cá tem estado em destaque, trata-se da religião da Umbanda, religião que está aos poucos firmando seu espaço. Em meio a muitos conflitos, vem construindo uma sólida estrutura para suas práticas.

Quando observamos em meio há tantos conflitos com a sociedade e até mesmo com a igreja local, a Umbanda através das lutas e insistência de seus pais e mães de santo. Esse entrave já acontece há muitos anos quando o primeiro pai de santo até então conhecido firmou seu terreiro na cidade e é através dele que a Umbanda ganha visibilidade.

A Umbanda em Parintins teve início com Daniel Adelino de Souza Brito³, mais conhecido como “Pai Daniel”, este homem retorna à cidade de Parintins em 1983 vindo da cidade de Manaus onde já realizava seu trabalho como Pai de santo. Na cidade ele estabeleceu moradia e construiu o centro onde realizava seus atendimentos espirituais, construindo o “Centro Espirita de Umbanda São Cosme e Damião”.

Neste centro Pai Daniel recebia pessoas de todos os lugares, realizava ações filantrópicas, além de alguns dias da semana bater tambor juntamente com seus filhos de santo. De modo que na cidade ele era bastante conhecido por seu trabalho, vale ressaltar que naquele tempo a Umbanda não era bem vista pela sociedade, não que tenha mudado muito, mas hoje há uma tolerância com a prática.

A partir de suas ações como pai de santo e trabalhando no desenvolvimento de novos filhos de santo, Pai Daniel ajudou a formar novos pais e mães de santos

³ Primeiro Babalorixá da cidade, representante da “Federação Umbandista e Rito Afro Brasileiros no Estado do Amazonas”. (Falecido em 09/08/2014).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

que hoje trabalham essa religião na cidade. Todavia esses centro/terreiros ainda são em menor número como relatado a seguir.

Os centros/ terreiros de Umbanda e Candomblé são relativamente poucos em Parintins. Por ser uma cidade fundada na tradição católica, os adeptos e praticantes das afrorreligiões estão constantemente envolvidos em disputas de territórios físicos e culturais. Muitos dos centros/ terreiros já mudaram de lugar devido a evidente falta de alteridade. Determinados seguimentos religiosos não aceitam a convivência com religiosidades diferentes, ou seja, as religiões de matrizes africanas. Apesar de todas as mudanças ocorridas em busca de um lugar para fixarem seus centros/ terreiros, podemos verificar na história dos mesmos que com suas saídas dos lugares de origem pode-se ainda constatar que as culturas de matrizes africanas deixaram em cada um desses lugares indícios de suas influências (SILVA e FERREIRA 2015, p.1062).

A Umbanda na cidade é muito conhecida como “macumba”, seus praticantes ainda são vistos de forma diferente pela sociedade, o preconceito que gira em torno da religião é muito forte como visto na citação de Silva e Ferreira.

No momento dos trabalhos realizados, nos dias em que é batido o tambor, podemos perceber traços culturais da pajelança, do catolicismo. Tendo em vista Parintins ter sido fundada tendo como seus principais alicerces os índios e os padres jesuítas que por aqui aportaram. Nesse dia o centro/terreiro recebe um banho de descarrego para retirar as impurezas e prepara-lo para a gira, quando chega à noite o local está todo arrumado com imagens de santos e caboclos, velas, atabaques.

Para a cerimônia os filhos de santos usam vestimentas nas cores de seus caboclos, a mãe ou pai de santo também está vestido e se localiza no centro do lugar para dá início ao trabalho. O cambono ajuda durante a gira servindo bebida e ajudando o caboclo a trocar de roupa. A gira acontece com todos que participam da corrente dançando e catando, é uma grande festa, as músicas e as batidas do atabaque ditam o clima no lugar.

A Umbanda na cidade aos poucos está construindo uma história de conquistas e lutas na busca de firmar seu espaço, seus praticantes a cada gira renovam suas forças para lutarem por seus direitos e contra o preconceito que existe. Todo o processo de formação e os grupos étnicos deram a cidade características próprias, além dos índios e dos missionários portugueses e dos negros, a cidade também acolheu como moradores os Judeus, os Japoneses e Italianos. Estas culturas tão diferentes encontraram na ilha um lugar de prosperidade.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A construção histórica de Parintins nos revela vestígios de tempos passados, suas origens indígenas continuam forte nos dias de hoje, a igreja católica ainda é maioria, mas aos poucos novos grupos religiosos surgem. A contribuição de outras culturas para a cidade proporcionou a criação de uma mestiçagem própria do lugar e são estas diferenças que formam a população parintinense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Parintins é detentora de um simbolismo ancestral e possui um forte sincretismo religioso entre a pajelança indígena, o catolicismo e as religiões Afro brasileiras que influenciou as raízes históricas culturais do povo da ilha Tupinambarana.

É uma terra de grande sabedoria popular e xamânica, é um lugar de distintas crenças, mitos e lendas, onde o povo parintinense acredita não apenas no poder de intercessão dos santos católicos, mais também nas divindades que se apresentam nos terreiros de umbanda, nas benzedadeiras e também nos seres encantados da floresta e da fauna amazônica.

A Umbanda na cidade constitui-se em um território que representa bem as diversas formas de fé e miscigenação histórica da comunidade Parintinense, pois nos seus cultos, trabalhos e em seu dia-a-dia podemos identificar no terreiro o ato da benção, da pajelança indígena, uso de ervas e banhos, bem como a presença das entidades, caboclos, encantados, orixás que são representados por imagens católicas etc.

Assim, este artigo tem como intuito tornar visível a expansão da Umbanda na cidade, pois através do sincretismo religioso desta com outras denominações, permite enxergar que assim como o território dos terreiros são multireferenciados por simbologias, o povo de Parintins não é detentor de uma única crença.

Apesar disto, a umbanda e seus sujeitos ainda sofrem com os estereótipos e estigmas dentro da cidade, são homens, mulheres e criança que ao se identificarem como umbandistas são tidos como “macumbeiros”, ou seja, pessoas que servem aos demônios. Por outro lado, em dias de festa em honra aos santos nos terreiros, é possível ver muitas pessoas de outras religiões participando das celebrações.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Nesse sentido, o contraditório se manifesta, pois durante os dias de terreiro as celebrações, trabalhos e oferendas são tidas com sendo para as forças do mal e as festas de honra às de santos católicos denominados na umbanda com outros nomes de orixás são consideradas “sagradas”.

Com isso, o terreiro na cidade de Parintins é um território que abriga o sagrado e o profano, o bem e o mal, os que hora descriminam e hora se dizem devotos. Os terreiros são espaços que ajudam a contar tantas historias e tantas vivências pessoais que talvez ajudasse as pessoas ter menos intolerância religiosa.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição a uma Sociologia das Interpretações de Civilizações*. Editora da Universidade de São Paulo, 1960.

COSTA, Renilda Aparecida. *Religião de matriz africana em Lages (SC) espaços e prática de reconhecimento identidade etnicoracial*. Tese de Doutorado- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

CUMINO, Alexandre. **História da Umbanda: uma religião brasileira**. São Paulo: Madras, 2015.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Márcia Gabrielle Ribeiro. FERREIRA, Arcângelo da Silva. *Na trajetória da Umbanda e Candomblé: Religiosidades de matrizes africanas na cidade de Parintins (1980-2000)* Anais do XIV Simpósio Nacional da ABHR Juiz de Fora, MG, 15 a 17 de abril de 2015.

PRANDI, Reginaldo. *Herdeiras do Axé: Sociologia das religiões afro-brasileiras*. São Paulo; HUCITEC, 1996.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE PROFESSORES: O PAPEL DOS PROFESSORES NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA ESCOLA ESTADUAL EDUARDO RIBEIRO NO PERÍODO DE 1944 a 1980

Cilene de Miranda Pontes¹

cmiranda@uea.edu.br

Adilma Portela da Fonseca Torres²

adilmaportela@yahoo.com.br

Deuziane Nogueira Gonçalves³

dnnogueira24@gmail.com

RESUMO

Este artigo faz parte do projeto de pesquisa sobre a “História e memória de professores no município de Tefé/AM : A pesquisa teve como propósito compreender a política de formação docente e a expansão do ensino primário na Escola Estadual Eduardo Ribeiro na década de 1944-1980. Foi relevante neste estudo investigativo o levantamento de dados socioculturais e político da década recortada para identificar historicamente os meandros das políticas docentes nacionais e sua dimensão na política local, destacando assim elementos (in)determinantes da prática docente que influenciaram e contribuíram para expansão do ensino primário no município de Tefé/AM. A análise documental deste objeto de estudo teve como pressuposto teórico metodológico a historiografia como uma prática fundada na abordagem qualitativa e como subsídio de reflexão e construção da pesquisa. Para Le Goff (2003, p.134) “todas as mudanças profundas da metodologia histórica são acompanhadas de uma transformação importante da documentação”. Os documentos escritos, são fontes da memória viva, registrada em um determinado contexto, cuja particularidade se reflete na dinâmica dialética entre o passado, o presente e o futuro como um retrato da história da educação e da formação de professores(as) no Município de Tefé-AM.

Palavras-chave: Escola Eduardo Ribeiro. Ensino Primário. Ensino Técnico

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a memória e a história de professores na Escola Estadual Eduardo Ribeiro nos anos de 1961 a 1980 no Município de Tefé/AM, foi motivado pela busca em resgatar e re-significar a história institucional da escola e da formação de professores como uma travessia pedagógica que se dá no campo da historiografia educacional. Para apreensão do referido objeto a problemática de estudo

¹ Profa. Me. da Universidade do Estado do Amazonas

² Profa. Me da Universidade do Estado do Amazonas

³ Graduanda de Pedagogia /Bolsista do PAIC/FAPEAM



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

teve como preocupação compreender a trajetória dos docentes que contribuíram/contribuem para o desenvolvimento da educação no município através da escola.

Nesta busca historiográfica foi feito uma análise das políticas educacionais vigentes no período histórico recortado, levando em consideração a escolarização e a expansão do ensino através dos professores como protagonistas da história e memória da educação no município de Tefé no Amazonas.

Adotamos como pressuposto teórico-metodológico desta pesquisa “a análise documental por identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipótese de interesse” (CAULLAY apud LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.38). Portanto a prática metodológica está fundamentada na pesquisa qualitativa como aporte de reflexão e construção da pesquisa científica. A principal característica da pesquisa historiográfica é fundamentar a partir de documentos a revisão e o (re)olhar de outro ponto de vista histórico da realidade passada.

A relevância deste estudo na Escola Estadual Eduardo Ribeiro, teve como ponto de partida o fato de a escola ter sido a primeira escola mista de Tefé/AM. A criação da escola em 1944 representava à segregação do ensino voltado só para meninos ou meninas sob a responsabilidade da igreja católica. O início da educação pública e da escolarização do ensino primário, dando acesso a todos á educação laica e gratuita aos cidadãos tefeenses.

DE GRUPO ESCOLAR EDUARDO RIBEIRO A ESCOLA DE 1º GRAU EDUARDO RIBEIRO

A Escola Estadual Eduardo Ribeiro foi criada no governo de Álvaro Botelho Maia em 12 de fevereiro de 1944 como Grupo Escolar Eduardo Ribeiro, em homenagem ao Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro. As atividades de ensino iniciaram em um prédio localizado na Praça Isidoro Praia, tendo como objetivo promover o ensino primário de meninos e meninas da sociedade tefeense. Foi a primeira escola pública mista do município de Tefé/AM. Com o aumento da quantidade de estudantes a escola adquiriu um prédio definitivo na Praça Santa Teresa em 1957. Como instituição pública de ensino



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

a escola teve, portanto, um marco referencial de efetivar e consolidar o processo de escolarização e expansão do ensino em Tefé/AM em 1944.

Em 1944, a criação da escola e do ensino estava amparada legalmente pela Lei 4.024/61 que definia a estrutura e a organização do ensino primário. O artigo 28 e 29 da referida lei fica determinada a responsabilidade do Estado para o recenseamento e a chamada para garantir a educação gratuita e obrigatória para a sociedade brasileira. Com esse reconhecimento estatal da obrigatoriedade do ensino primário assim determina:

Art. 26. O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.

Art. 27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.

Nesse percurso histórico de expansão do Grupo Escolar Eduardo Ribeiro foi registrado no percurso de 1944 a 2001, quatorze professores que exerceram o cargo de Diretor, são eles: Elorah Rodrigues Frazão, Denise Figueira, Doralice Bezerra, Amazônia Azevedo de Queiróz, Graciema Cauper, Ducinéia Varela Moura, Raimunda Gil Schacken, Roselinda Rodrigues Fonseca, Eliseth Queiróz Sierra, Janete Batalha Plóia, Elody Silva de Almeida, Maria Goreth Inhumá Delgado, Assunta Maria de Souza Torres e Rosimar de Souza Castro.

As professoras do Grupo Escolar Eduardo Ribeiro iniciaram sua atividade docente sem ter a formação para o exercício do magistério. Na lei 4.024/61 a determinação é evidente para a formação do professor no ensino primário.

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:

- a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica;
- b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial.

Art. 54. As escolas normais, de grau ginásial expedirão o diploma de regente de ensino primário, e, as de grau colegial, o de professor primário.

Art. 55. Os institutos de educação além dos cursos de grau médio referidos no artigo 53 ministrarão cursos de especialização, de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial.

Art. 56. Os sistemas de ensino estabelecerão os limites dentro dos quais os regentes poderão exercer o magistério primário.

Art. 57. A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio.

No entanto essa determinação legal da lei 4.024/61 não era uma realidade possível, uma vez que a distância política e social e geográfica dos locais de maior acesso ao ensino no Amazonas diminuía e reduzia as oportunidades de formação do professor para o ensino primário no município de Tefé/AM.

Em 1961 a população brasileira estava prestes a passar por profundas mudanças de governo, com a implantação golpe militar vindo a se concretizar no ano de 1964. Com a concretização do golpe militar foi exigido adequações no campo educacional mediante as mudanças produzidas neste contexto político social e uma delas foi uma nova legislação de ensino.

A Lei 5.692/71 (Brasil, 1971) produz profundas modificações no âmbito do ensino primário e médio, alterando substancialmente sua nomenclatura do Ensino Primário, para Primeiro Grau (1º Grau) e Secundário para Segundo Grau (2º Grau). Com nova estrutura organizacional, didática e pedagógica da Lei 5.692/71 é feita também uma modificação profunda na formação de professores.

Essas mudanças alteram significativamente a política educacional das escolas. Em 1972, nesse processo de adequação à nova conjuntura política educacional vigente no país, a escola foi denominada oficialmente de Grupo Escolar Eduardo Ribeiro para Escola de 1º Grau Eduardo Ribeiro pelo Decreto Nº 4.870 de 24 de março de 1980. Em 1989 a escola passa a denominada Escola Estadual Eduardo Ribeiro.

Assim a lei 5.692/71 consolidava a institucionalização do Ensino Técnico no universo escolar e na formação de professores, uma vez exigia-se do a formação básica para atuar no magistério público. A lei determinava a Habilitação Específica de 2º grau para o Exercício do Magistério de 1º Grau, o HEM⁴, pelo parecer n. 349/72 (Brasil/MEC/CFE, 1972) aprovado em 06 de abril de 1972. A Habilitação Específica do Magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos

⁴ Habilitação Específica do Magistério -



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

equivalente a 2.200 horas habilitando a lecionar até a 4^o série; e outra com a duração de quatro anos equivalente a 2.900 horas, habilitando ao magistério até a 6^a série do 1^o grau.

O currículo mínimo entendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1^o e 2^o graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial. O antigo curso normal cedeu lugar a uma habilitação de 2^o Grau. A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante.

A ESCOLARIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO NA ESCOLA EDUARDO RIBEIRO

De acordo com os dados coletados o ensino primário atendia significativamente uma determinada parcela da população escolar de uma demanda demográfica de acordo com dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1970 era de 19 mil habitantes no período de 1961 a 1980. Os registros escritos encontradas nas atas de matrícula demonstram o acesso ao ensino de grande parte da população de Tefé, independente de classe ou etnia.

Percebe-se aqui neste documento uma diversidade de classes sociais, pois além dos registros dos nomes dos alunos matriculados o documento registra também as profissões dos pais, pescadores, agricultores, marceneiros, policiais, comerciantes, camelôs, donas de casa, zeladoras, professores e outros. Filhos de pessoas simples que compõe uma diversidade de classes e etnias que até os dias atuais a escola tem prazer em mostrar e falar da diversidade de alunos na escola.

Em outras escolas espalhadas pelo Brasil, essa diversidade de alunos não era vista atuando nas escolas, pois muitas crianças eram impedidas de adentrarem nas escolas pelo fato de pertencerem às periferias e eram vistas como perigosas, a explicação dada pelos responsáveis da instituição era que a lista de matrícula estava cheia e não havia mais vagas, os mesmos dirigiam para outras escolas .

A criação da primeira escola mista marca historicamente laicização e a secularização do ensino primário no município de Tefé/AM. Com o crescimento da população local cresceu a demanda de escolarização do ensino primário.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Considerando a demanda e a oferta a expansão do ensino primário deu-se na escola de forma gradativa. De 1961 a 1964 nos registros das atas de matrícula havia 428 estudantes do ensino primário que correspondia a 1ª à 4ª Série. De 1977 a 1980 foram registrados 1.421 estudantes de 1ª a 4ª Série Primária

A expansão e escolarização do ensino no Brasil foram aos poucos se consolidado na realidade da educação brasileira. Para Romanelli (2007, p. 103) a escolarização tem sido uma verdadeira luta pela escola no Brasil, levando a forçar o sistema educacional a abrir portas para as camadas mais desfavorecidas financeiramente. Foi uma luta de certa forma inconsciente mais que gerou a ampliação da oferta do ensino primário no país. Para Freitas e Biccás (2009, p. 186):

A função da escola brasileira (...) estava completamente desvirtuada, subordinada de forma perversa a um caráter excludente, seletivo, que possibilitava apenas a uma pequena elite as condições de frequentar os quatro anos da escola primária, depois o ensino médio e, por fim, chegar ao nível superior.

Nesse percurso histórico de expansão do ensino primário destaca-se a base curricular, conforme a 4.024/61. A estrutura curricular do ensino primário estava fundada em modelo disciplinar e positivista do ensino escolar. As atas de exames finais de 1971 a 1980 registram nomes diferentes para a mesma disciplina. Comunicação e Expressão / Língua Portuguesa, Estudos Sociais/ Integração Social para as mesmas disciplinas. O conjunto de disciplinas a serem ministradas no ensino primário era: língua portuguesa, matemática, ciências, Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica.

O acervo documental registrado nos livros de matrícula, ata de pontos de funcionários, atas de exames finais dos estudantes de 1ª a 5ª Série, atas de promoções dos estudantes de 1ª a 5ª e o Ensino Supletivo do período de 1976 a 1982 evidencia a mudança política social e educacional de grupo escolar para de 1º Grau. A ruptura de grupo escolar para escola de 1º marca a chegada de novos tempos escolares.

Para Arroyo (2007) essa herança impregnada nas séries e nas classes escolares, na divisão sistemática, dos programas está impregnado na imagem das escolas desde o século XVI. Nesse percurso o docente acompanha essa sequência temporal, dos tempos de aprendizagem e dos conteúdos sequenciados numa lógica linear do ensino e da aprendizagem escolar. Para Arroyo (2007, p.196)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Vivemos tão imersos no tempo escolar, internalizamos tanto sua lógica que nos parece naturais, encobrimos para nós mesmos que esses tempos e essas lógicas são construções históricas. Nossas práticas docentes se parecem mais com essas lógicas temporais do que com nossas progressistas concepções políticas e pedagógicas. Quanto mais conhecermos sua construção histórica mais nos conheceremos. O sistema escolar foi sendo constituído por múltiplos e contraditórios interesses.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.6092/71 demarcava a chegada de novos rumos para o ensino primário e a demarcação histórica da racionalidade produtivista no contexto educacional.

A travessia histórica dos professores de ensino leigo para o ensino técnico carrega em seu bojo o desafio do (a) professor (a) em ensinar sem formação no contexto do Amazonas neste período. Os primeiros professores da Escola Estadual Eduardo Ribeiro não disponibilizavam de formação específica para o exercício do magistério. No Brasil este é um legado histórico que remonta ao século XVII, com a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal em 1789, houve, portanto a abertura para o ensino leigo no país.

Os professores que já atuavam no exercício do magistério sem qualificação ou então o simples fato de saber ler e escrever dava condição para atuar na docência do ensino primário. A Lei nº 85.29 de 02 de janeiro de 1946, em seu artigo 32 confirma que as pessoas tivessem a habilidade de ler e escrever poderiam ser professores do ensino primário. No Grupo Escolar Eduardo Ribeiro, as professoras pioneiras eram leigas, posteriormente quando as oportunidades foram surgindo, as professoras vão se qualificando para o exercício do magistério no ensino primário.

Esta pesquisa procura mostrar que a discussão voltada para a formação de professores desde seu apogeu na história da educação escolar básica foi a sua permanente em busca da qualificação dos profissionais que atuavam e atuam no ensino básico tendo como objetivo fundamental de levar uma educação de qualidade para os principais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva focaliza-se neste o papel das professoras na expansão através do exercício da docência, através do registro das atas de exames finais. O exercício da docência é plural e temporal para Tardif (2000), evidenciando que a docência é uma prática histórica e social.

Para Freire (1996), o papel docente na escola não é uma ação neutra, desvinculada do contexto sociocultural em que atua. A construção de uma consciência



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

crítica e reflexiva do seu papel que se dá pelo viés da reflexão- ação-reflexão, dando condições para (re) construir e re-significar suas práticas cotidianas.

É nesse movimento dialético da prática educativa que o educador vai construindo e reconstruindo seus saberes e conhecimentos na formação da identidade docente. “O saber dos professores é profundamente social e é ao mesmo tempo, o saber dos atores individuais que o possuem e o incorporam à sua prática profissional para a ela adaptá-lo e transformá-lo” (TARDIF, 2008, p.15)

Nessa perspectiva, Cunha (2005, p. 53) explica que:

O reconhecimento da educação como uma produção histórica e socialmente produzida estabeleceu-se como um pressuposto necessário ao entendimento da docência. Estudá-la pressupõe tomar o professor na sua condição concreta de vida, marcada por uma trajetória cultural e contextual. Não mais se poderia propor modelos universais e generalizáveis para a formação de professores, pois apesar da identificação de componentes comuns presentes na base da produção, as circunstâncias de sua produção se configuram singularmente.

As atas de exames finais de 1944 a 1980 registram a ação docente de forma contínua e gradativa no cumprimento de seu papel social. A linguagem de uma prática notada nas nomenclaturas da situação de cada estudante quando aprovado dizia-se *promovido* e quando retido dizia-se *conservado*. Estas palavras representam de forma significativa o resultado de uma trajetória profissional.

As circunstâncias distintas da educação pública foi fazer uma retrospectiva de como era as organizações das atividades da escola que é bem diferente dos dias atuais, conforme demonstrado na imagem acima, além de servirem para identificação rápida para possíveis consulta de pesquisa referente à história e memória de professores e análise documental.

O legado da formação de professores passa segundo Saviani (2009) pela primeira missão a Lei das Escolas de Primeiras Letras, obrigando os professores a ser instruído no método do Ensino Mútuo, no período até 1890 com o modelo das Escolas Normais.

Com a institucionalização do ensino no Brasil, ocorre a expansão do Padrão das Escolas Normais (1890-1932), Organização dos Institutos educação (1932-1939), organização e implantação dos curso de pedagogia e de licenciatura e consolidação do padrão das Escolas Normais (1939-1971), a substituição da Escola Normal pela



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

habilitação específica do Magistério (1971-1996) e o surgimento dos Institutos Superiores de Educação e das Escolas Normais Superiores (1996-2006).

Essa trajetória carrega em seu bojo uma luta de modelos diferentes de formação e atuação da docência que foram influenciando e determinando o espaço e a territorialidade da educação. Nessa trajetória da docência foi se articulando em cada época a forma e o conteúdo de seu tempo, sua marca.

A TRAJETORIA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Tomando como método a pesquisa documental, a história e memória, teve como passo inicial realizar um levantamento de fontes bibliográficas de acordo com as categorias de estudos para nortear a realização da pesquisa e analisar os documentos antigos existentes nos arquivos da Escola Estadual Eduardo Ribeiro de 1944-1980, na iminência de construir um conjunto de dados empíricos sobre a história da educação situada na escola e da escola. Nesta perspectiva metodológica, primeiramente delimitamos que a primeira fase da pesquisa fosse de leitura bibliográfica. Após as leituras passamos para a coleta de dados documentais nos arquivos da escola entre os anos de 1944 a 1980.

Na análise das atas do ensino supletivo foi possível fazer uma comparação da quantidade de alunos matriculado sendo um número bastante significativo para a escola. Assim, como atualmente os alunos matriculados são pessoas que não concluíram o estudo na idade certa, pessoas que trabalhavam na agricultura e pesca o dia todo somente à noite iam estudar.

O índice de analfabetismo na época ainda era alto no Brasil justamente pelo fato das pessoas terem que decidir em estudar ou trabalhar e sempre a escolha era de sustentar suas famílias, o trabalho. Diante dessa estrutura social o governo toma a iniciativa de acabar com o analfabetismo. Mediante à essa situação estava sendo cobrado pelo outros países, portanto passaram a investir mais nesse tema, foi assim que:

O investimento na alfabetização de adultos revela-se importante estratégia no processo de promoção educacional para toda a população brasileira, visando não só elevação do nível educacional do país, mas também o nível de bem-estar geral da população. (FREITAS E BICCAS, 2009, p.211).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Historicamente o professor também participa de lutas pela superação de um ensino obrigatório e gratuito para todos. O legado histórico do fracasso escolar é no mínimo o descaso dos diversos governos que insistem em fazer de conta que a educação está atendendo a todos de forma igual. No entanto, a problemática do ensino brasileiro está estreitamente ligada ao descaso social da formação de professores.

ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL COLETADO

Nesta fase da pesquisa foi realizada primeiramente a organização dos materiais, separando por datas, tipo, nomes e do que se tratava, foram catalogados e digitalizados buscando averiguar como poderia proceder para torná-lo inteligível de acordo com o objetivo proposto no projeto. Este processo foi feito de modo flexível com o intuito de não correremos o risco de perdermos algo importante para avaliação.

Ainda nesta fase tivemos algumas dificuldades, pois nem todos os documentos estavam em condições de serem digitalizados continham falhas e marcas de água deixando a visualização embaçada sem condição de serem lidos, outros estavam rasgados e incompletos, pois a escola havia passado por reforma e alguns documentos foram perdidos. Alguns documentos foram restaurados pela equipe e outros não tinham condições nenhuma de restauração.

Todos os documentos foram arquivados em pastas ao mesmo tempo em que dava prosseguimentos à coleta. Como base estabelecida para esta organização foi a fonte documental. As fichas de leituras e resumos tiveram papel crucial nessa fase. Para cada documento foi criada uma pasta contendo nome, resumo, do que se tratava e o ano que pertencia. Pois, a ordenação dos documentos foi de grande ajuda para o arquivamento, sendo de fácil reconhecimento facilitando a procura dos mesmos se caso outros pesquisadores tiverem interesses de tê-los para conhecimento dando seguimento a este trabalho, pois é de grande importância para qualquer pessoa que queira conhecer a história da educação da escola.

Pimentel (2001, p.179) mescla esses termos quando aborda o tema do trabalho acadêmico com documentos. Na pesquisa historiográfica, destaca as possibilidades para o uso desse procedimento metodológico:

Com o intuito de contribuir para a utilização da análise documental em pesquisa esse texto apresenta o processo de uma investigação. [...] São





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

descritos os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise.

Os documentos sempre foram usados para descrever ações e mudanças ocorridas na escola pelos seus dirigentes, possuindo uma importância como meio de registro de ocorrência e divulgação de suas práticas educativas dentro da escola. Sobre a importância dos documentos como fonte de pesquisa Pimentel (2001, p.180), comenta:

Estudos baseados em documentos como material primordial sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta.

Para Saviani (2005, p. 194) “na história local e cotidiana estão as circunstâncias da história”. Os fragmentos das circunstâncias históricas se unem e dão sentido e significado à história da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão voltada para história e memória de professores desde início na história da educação escolar básica é de grande importância para entendermos as práticas de ensino suas ideias pedagógicas e através destes documentos que muitos trazem relatos das práticas de ensino na escola. O objetivo fundamental desses professores foi desenvolver a sua função docente em perspectiva de desafio e coragem em assumir a responsabilidade de educar sem uma formação mínima para atuar no ensino primário.

Compreende-se que processo de expansão e escolarização do ensino na escola pesquisada foi de extrema relevância para a mudança estrutural e conjuntural da educação em Tefé/AM. Os desafios políticos, sociais e culturais e a complexidade da educação no contexto desta escola revelam a importância da formação docente para atuar como educador em seus diferentes espaços do contexto educacional da educação no ensino primário. Consta-se que além dos saberes científicos, pedagógicos e metodológicos é fundamental garantir as políticas de inclusão social e a permanência do educando no espaço escolar. A contribuição desses educadores na educação tefeense deixaram marcas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de sua subjetividade individual, coletiva e profissional que devem ser valorizadas e reveladas como fontes significativas de memória e história da educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológico e metodológico**. Petrópolis, Vozes, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de e BICCAS, Maurilane de Souza. **História da educação no Brasil (1926-1996)**.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Jacques Le Goff. - Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval, NASCIMENTO, M. Isabel M. (orgs). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: Abordagem qualitativa**. São Paulo, EPU, 1986.

LÜDKE, M. BOING, Luiz Alberto. **Do trabalho à formação de professores**. Caderno de pesquisa n. 146, p.428-451, maio/ago., 2012.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica**. a

A educação escolar no Brasil. In.: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialilce M. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 5. Ed. São Paulo: Nacional, p. 388-444, 1970.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil. (1930/1973)**. 31.ed. Rio de Janeiro: Vozes 2007

SAVIANI, Demerval. **Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Educação, v.14, n.40 jan/abr.2

_____ **A escola pública no Brasil: história e historiografia**.

TARDIF, Maurice. **Saberes e formação profissional**. 9.ed. Petrópolis: Vozes ,2008.



IDENTIDADE DOCENTE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DO IMAGINÁRIO NEGATIVO PARA AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA NOS ESPAÇOS NÃO FORMAIS ENQUANTO ESPAÇOS EDUCATIVOS

Henrique César Lopes¹
 Patricia Macedo de Castro²,
 Jonildo Viana dos Santos³.

RESUMO

Reflete sobre a identidade indígena e a ruptura do imaginário negativo nas comunidades indígenas aonde os pais utilizam a Roça como espaço para trabalho infantil e a relação do professor indígena em formação na Licenciatura Intercultural para o uso dos espaços não formais como espaços educativos. Para tanto, ele foi baseado na percepção e análise de uma palestra com o título: identidade docente para a formação de professores do imaginário negativo para afirmação identitária; assim como se utilizou aportes em uma meta-pesquisa em artigos sobre espaços não formais com enfoque na região Amazônica, onde não se vê escritos sobre abordagem, visa subsidiar os professores indígenas a sensibilizar os pais nas perspectivas transculturais no que se refere ao rompimento com a problemática dos pais proibirem seus filhos de frequentarem à escola, mas sim utilizando a roça como espaço educativo; Escola essa instituída pelo Estado, afim dessa sociedade não ir de encontro ao Estado, negando seus Deveres, e cobrando Direitos. Utilizou-se o método da dedução para observa o comportamento dos pais de alunos e dos professores em formação na Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran. É sabido que cabe ao Estado punir os pais que não deixam os filhos frequentar a escola, porém, cabe ressaltar que isso não impede que o professor os sensibilize para que os mesmos não façam parte de uma “Sociedade contra o Estado”, principalmente, em se tratando que por meio da roça – como espaço não formal os alunos podem receber educação científica, com isso integra-se uma nova proposta metodológica de uma educação não formal onde alunado traga benefícios para sua comunidade.

Palavras chave: Identidade Docente, Sociedade Contra o Estado, Espaços Não- Formais como Educativo, Imaginário Social.

ABSTRACT

Reflects on indigenous identity and break the negative imagery in indigenous communities where parents use Roça as space for child labor and the relationship of indigenous teacher training in Intercultural Degree for the use of non-formal spaces as educational spaces. Therefore, it was based on the perception and analysis of a lecture with the title: teacher identity to the formation of negative imagery of teachers for identity affirmation; as was used contributions in a meta-research articles on non-formal spaces

¹ Mestrando em ensino de ciências: Universidade Estadual de Roraima - UERR – Boa Vista - RR, email: Henrique.lobes@ufr.br

² Doutora em Ciências Biológicas, email: patriciacastro@uerr.edu.br mestrando em ensino de ciências: Universidade Estadual de Roraima - UERR – Boa Vista - RR, email: Henrique.lobes@ufr.br

³ Doutor em Educação. Professor do Curso de Licenciatura Intercultural. E-mail: jonildo.viana@ufr.br



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

focused on the Amazon region, where you see written on approach aims to support indigenous teachers to sensitize parents in cross-cultural perspectives in relation to the break with parental problems prohibit their children from attending school, but using the farm as an educational space; School that established by the State, in order that society did not go against the state, denying their duties, and charging Rights. We used the deduction method to observe the behavior of the parents of students and teachers in training at the Intercultural Institute of Insikiran Degree. It is known that the state punish parents who do not let their children attend school, but it is worth noting that this does not prevent teachers the raises awareness so that they are not part of a "Society against the State", mainly in the case that through the fields - as no formal students can receive science education, it integrates a new methodological proposal in a non-formal education where the student body brings benefits to your community.

Keywords: Teacher Identity, Society Against the State Spaces Non-Formal Education as, Social Imaginary.

INTRODUÇÃO

Estamos no momento importante da Educação Escolar Indígena, portanto, nesse período de transição entre a escola imposta para índios, por meio de diferentes processos, como a catequização, as organizações dos povos indígenas buscou com a criação de escolas em terras indígenas fugir do paradigma assimilacionista imposto pelo mundo ocidentalocentrico, mesmo sendo estes povos interessados em adquirir conhecimentos sobre o mundo e em construir novas formas de relacionamento com a 'Sociedade de Contato' é necessário porém, repensar-se a identidade indígena e a sistematização de saberes não deixando de considerar os conhecimentos tradicionais e sua relação com o científico. Para tanto Mynayo sugere com a hermenêutica dialética, por entender que essa é uma complementaridade possível, a partir da própria realidade objetiva, destacando que,

a reflexão hermenêutica produz identidade da oposição, buscando a unidade perdida. Ela se introduz no tempo presente, na cultura de um grupo determinado para buscar o sentido que vem do passado ou de uma visão de mundo própria, envolvendo num único movimento, o ser que compreende e aquilo que é compreendido (Minayo, 1996, p.221).

Ainda seguindo essa reflexão, a noção de identidade aplicada ao ambiente escolar em um contexto transcultural frisando que,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Não se trata de, para afirmar a igualdade, negar diferença, nem de uma visão diferencialista absoluta, que relativize a igualdade. A questão está em como trabalhar a igualdade na diferença e aí é importante mencionar o que ele chama de o *novimperativo transcultural* que no seu entender deve presidir uma articulação multicultural das políticas de igualdade e diferença: "temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (Santos, 2006, p.462).

Esse contexto remete-nos a uma reflexão crítica sobre a existência representativa no imaginário social negativo de concepções sociais e culturais do que concerne ser indígena ou seu descendente no espaço urbano.

Para tanto, para entendermos o que se permeia pelo imaginário negativo desta sociedade fez-se um recorte com a Teoria das Representações Sociais, que como outrora frisa, constitui-se em uma referência vital e indispensável à pesquisa de cunho social, faz-se entender como se pode recuperar processos sociais constitutivos de uma determinada realidade, manifestando-se por meio de posturas negativas dos atores sociais. Onde expressam-se através da linguagem do senso comum, e "devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais" (Minayo, 1996, p.173).

Com intuito de contribuir para o aprimoramento do ensino, especificamente, na educação escolar indígena, voltada para a educação com aporte em espaços não- formais, roça, buscou-se por meio de palestra intitulada: Identidade Docente a Formação de Professores do Imaginário Negativo para Afirmação Identitária. A utilização de espaços não formais enquanto espaços educativos, com os professores e pais, moradores de comunidades indígenas de Roraima, promover uma reflexão crítica de como ocorre o ensino entre o tradicional e o científico, sendo que o objetivo deste trabalho visa subsidiar os professores indígenas a sensibilizar os pais a partir das perspectivas transculturais no que se refere ao rompimento com a problemática dos pais proibirem seus filhos de frequentarem à escola, mas sim utilizando a roça como espaço educativo.

Escola essa instituída pelo Estado, afim dessa sociedade não ir de encontro ao Estado, negando seus Deveres, e cobrando Direitos, sendo esse de suma importância na sociedade indígena contemporânea, uma vez que o os pais proibem os filhos de irem a escola por acharem improdutivo, pensando eles que a produtividade se dá em deixar o filho trabalhando na roça como é de costume, como se não existisse legislações vigentes para intervir nessa postura negativa.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Diante desse contexto, sabe-se que os pais são responsáveis pelo acompanhamento escolar dos filhos, afinal abandono intelectual é crime, sendo estes agentes não inimputáveis, cabendo a eles cumprirem o que trata o art. 246 do código penal - decreto-lei no 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que diz: deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: pena de detenção de quinze dias a um mês, ou multa (BITENCOURT, 1997). Ainda reforça-se com art. 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente –(ECA), lei 8069/90, onde diz que: aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir determinações judiciais.

Isto posto como deveres não cabe-nos pensarmos somente na punição, supracitada, deve-se pensar como contribuir para que essa dita sociedade reconstrua sua postura negativa, no entanto, não vemos contribuições com esse enfoque, sendo que na meta pesquisa feita observou-se que nenhum artigo na aborda-se os espaços não formais, espaços estes segundo: (GADOTTI, 2005; GOHN, 2006, 2008; VICTORIANO ET AL., 2013; LIBÂNEO, 2013; SIMSON, PARK e FERNANDES, 2007). Gohn (2008) ao abordar questões sobre educação não formal e sua relação com a cultura política diz que este tipo de educação processa-se através de várias dimensões, como: (1) aprendizagem política dos direitos do cidadão, (2) capacitação para o trabalho, (3) aprendizagem e exercícios de práticas coletivas que visem resolver problemas e conflitos do dia a dia, (4) aprendizagem de conteúdos da educação formal de formas e em espaços diferenciados, (5) e por fim, a educação desenvolvida pela mídia.

Contudo, a atual metodologia utilizada observa-se que na análise da meta pesquisa pode-se entender como preconceito do preconceito, sem falar que está muito batido quando somente se trata que os espaços não formais é para propiciar o espaço científico. Assim, o cotidiano real dos estudantes indígenas aqui posto pode ser um ponto de partida para abordar o ensino de ciências, bem como, de outras áreas do conhecimento, sendo o início da problematização ou primeira referência para a problematização, para os significados sociais e também para o sentido pessoal que pode ser atribuído ao conhecimento e sensibilização dos professores em educar os pais indígenas a partir desse olhar que o Instituto Superior de Educação Indígena – INSIKIRAN, busca promover no professor em formação, enquanto aluno indígena e professor já atuante em sua comunidade.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

METODOLOGÍA

Utilizou-se o método da dedução para observa o comportamento dos pais de alunos e dos professores em formação na Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran e a técnica da pesquisa ação para observar e descrever os aspectos verificados nos diálogos com os atores envolvidos, processo direcionado pela pelestra e reflexão sobre o que já foi produzido em artigos. Isso porque, a pesquisa qualitativa, visa salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT; BECKER; HUNGLER, 2004, p. 201). E a pesquisa caracteriza-se como pesquisa-ação, pois dentro da problemática promove uma sensibilização e o avanço científico para um futuro prospero (SANTOS, 2015).

A ROÇA, OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO – FORMAIS E O NÃO LUGAR

Os escritos sobre espaços não formais, chama a atenção para o risco da uniformidade, pois enquadra-se na noção de não – lugar. Tem a ver com a metanálise feita donde vê-se a não justificativa de se trabalhar a roça da comunidade indígena como espaço não formal de aprendizagem, visto que parte do mundo de espaços semelhantes e despersonalizado para a educação científica de crianças que estudam em suas comunidades: aeropostos, grandes cadeias de hotéis, grandes supermercados, são espaços onde o indígena se sente deslocado, justamente porque o espaço lhe não lhe é familiar, ou seja para o indígena é necessário aproveitar um espaço que lhe seja familiar, a exemplo da Roça. Nessa perspectiva ressalta Augé (2003):

Os não – lugares aparecem como oposto, o inverso, dos lugares antropológicos. Estes correspondem a uma relação forte entre o espaço e o social, que caracteriza as sociedades arcaicas, e são portadoras de três dimensões: são identitárias, históricas e relacionais. Estes lugares acompanham a modernidade, mas com as recentes transformações da sociedade vão se perdendo, desaparecendo, e sendo substituídos por outros a que vai chamar não-lugares. Para os definir, o autor vai analisar as principais transformações que se verificaram nas sociedades ocidentais criando um novo conceito, o de sobremodernidade, que será caracterizada por três excessos: excesso de tempo, de espaço, e da figura do indivíduo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para compreendermos as três dimensões destacada por Augé sabe-se que o Estado fornece o que precisa-se, pois temos direitos e obrigações: permeando por três elementos: Estado – Sociedade e o Sujeito, na relação desses três elementos temos que entender o conceito de Transculturalidade, pois torna-se importante nós termos em mente e relacionar a sociedade em rede com a mesma: uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. Seguindo a mesma linha de raciocínio é sabido que a comunicação é um meio pelo qual o sujeito expressa sua identidade, por exemplo, como Docente Indígena, visto que o confronto desses indivíduos ocorrerão, pois sabe-se que existem contextos culturais distintos, no entanto destaca-se que, Cada vez mais escutamos falar em redes: sociais, sóciotécnicas, de comunicação, digitais, de informação, dentre outros, cabe ressaltar que,

Todas essas possibilidades significam o compartilhamento de identidades, a formação de laços sociais, enfim a constituição de nossa presença na sociedade a partir de formas colaborativas de produção e de comunicação. E, significam também, o entendimento do lugar da cultura para além de vê-la como uma forma de conhecer e planejar transformando-a em lugar de transformação e inovação. (CANCLINI, 2003)

As opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação. Não significa isto que tudo o que se diga neste espaço determine o que as pessoas pensam ou fazem. Muito mais que afirmar a existência de múltiplas culturas que não se tocam na cotidianidade escolar, desejamos pensar as possibilidades de entrelaçamentos complexos entre as diversas culturas que, nela mesma, possa comparecer. Para superar a noção da experiência multicultural - com cada cultura no 'seu quadrado' - pensamos num plano de interferências entre as culturas: transculturalismo. Experiência que ganha outros contornos, outras possibilidades na produção de conhecimento, na produção da realidade, na construção do mundo,

É essa capacidade de transitar entre as culturas é justamente para quebrar essa lógica de cultura melhor e pior, pois isso não existe, o que existe de fato é um preconceito que é fruto da desinformação e que atinge a todos nós, inclusive dentro do mundo acadêmico, isso é um fato (SANTOS, 2015)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

SOCIEDADE CONTRA O ESTADO E AS CONTRADIÇÕES SOBRE O QUE É, E NÃO EDUCAR

Piere Clastres (1974) relata que as sociedades primitivas são sociedades sem Estado: esse julgamento de fato, em si mesmo correto, na verdade dissimula uma opinião, um juízo de valor, que prejudica então a possibilidade de constituir uma antropologia política como ciência rigorosa. Diante desse cenário, cabe-nos fazer uma desconstrução do primitivismo, pois como foi posto a sociedade não pode se negar ao Estado, uma vez que não se pode imaginar uma Sociedade Sem o Estado, pois o Estado é o destino de toda Sociedade, sendo este responsável por levar políticas públicas, as ditas sociedades querem direitos, a exemplos de: universidades, energia, tratores, bolsa família. Diante disso, cabe a seguinte indagação, então por que não obedecer ao estado? caso não obedeçam ao estado descontrolou-se o conceito de construtivismo que apregoa com as necessidades de adequação ao novo mundo, um exemplo prático de negação foi a Comunidade Bananal que renegou a política de vacinação, mas, o Estado fez a comunidade assinar um termo se responsabilizando, pois, caso aconteça alguma epidemia a culpa não é do estado, visto que a cultura que se manipula nesta comunidade é da igreja, posto este exemplo, pode-se fazer um comparativo que quando se nega vem uma verdade única, a fé do crente:

A referência imediata, espontânea 'é, se não aquilo que melhor se conhece, pelo menos o mais familiar. Cada um de nós traz efetivamente em si, interiorizada como a fé do crente, essa certeza de que a sociedade existe para o Estado. Como conceber então a própria existência das sociedades primitivas, a não ser como espécies à margem da história universal, sobrevivências anacrônicas de uma fase distante e, em todos os lugares há muito ultrapassada? Reconhece-se aqui a outra face do etnocentrismo, a convicção complementar de que a história tem um sentido único, de que toda sociedade está condenada a inscrever-se nessa história e a percorrer as suas etapas que, a partir da selvageria, conduzem à civilização "Todos os povos policiados foram selvagens", escreve Raynal. Mas o registro de uma evolução evidente de forma alguma fundamenta uma doutrina que, relacionando arbitrariamente o estado de civilização com a civilização do Estado, designa este último como termo necessário atribuído a toda sociedade. (CLASTRES, 1974)

Para seguirmos na direção de uma sociedade não atrasada por negar o estado, cosoante frisa Clastres(1974):

Todavia, pode objetar o bom senso, para que serve um mercado, se não há excedentes? Ora a idéia de economia de subsistência contém em si mesma a afirmação de que, se as sociedades primitivas não produzem excedentes, é porque são incapazes de fazê-lo, inteiramente ocupadas que estariam em produzir o mínimo necessário à sobrevivência, à subsistência. Imagem antiga,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sempre eficaz, da miséria dos selvagens. E, a fim de explicar essa incapacidade das sociedades primitivas de sair da estagnação de viver o dia-a-dia, dessa alienação permanente na busca de alimentos, invocam-se o subequipamento técnico, a inferioridade tecnológica.

Cabe ressaltar que nesse contexto um olhar antropológico é altamente necessário, porém cabe-se aqui uma crítica: sobretudo aqui no estado de Roraima, é importante situarmos o fundo desse debate que ressalta Antonio Gramsci, sendo a base de seu pensamento o Marxista, ou seja parte do materialismo dialético e do materialismo histórico, ou seja coisas que já se conhecem nas aulas de sociologia, filosofia e ciências políticas, o mais interessante que Gramsci nos ajuda entender, destarte, ele traz alguns conceitos, sobretudo quando ele relaciona a cultura e a intelectualidade, mostra-nos que todos nós somos intelectuais, uns se utilizam disso enquanto uma ferramenta, pois, nós temos essa capacidade cognitiva de transcender o obvio, ponha-se em questão o que são Mudanças Sociais? esta somente será possível a partir da mudança de mentalidade, e essa mudança da mentalidade se dá sobretudo no campo da cultura ou seja, mudar a cultura pragmática e política impregnada nesta sociedade, e é interessante que passados 80 anos do desaparecimento de Gramsci a suas teorias são super atuais, alegra-nos, por exemplo, com o conceito bastante utilizado que é o conceito que está presente em nossa constituição, sendo este o conceito de 'Cidadania', onde diz: cidadão é cidadão de fato se ele exercitar a sua intelectualidade, o que ele chama do Intelectual Orgânico.

Para tanto, uma comunidade que visa desenvolvimento, e a capacidade de evoluir tecnologicamente deve-se, exigir-se e fazer cumprir seus direitos, ao considerar que a falta de capacidade tecnológica, gera mal uso da agricultura fonte de sobrevivências dessas comunidades, desnutrição dos indivíduos, dentre outros.

A luz desse patamar, não deve-se transitar pelo não educar, precisa-se sim, transitar pelo educar, indaga-se: como ficam os professores nesse processo? O professor deve obdecer os costumes da comunidade, onde na mairia das vezes caso não os cumpra deve ser punido pelo chefe da comunidade. À luz do pensamento de Clastres (1974) diz, a tribo não possui um rei, mas um chefe que não é chefe de Estado. Isso significa que suas atribuições não dispõe de nenhuma autoridade para ir de encontro ao Estado, sendo que o chefe não tem nenhum poder coerção de dar uma ordem, ainda conforme Clastres, o chefe não é um comandante, as pessoas da tribo não têm nenhum dever de obediência. O espaço da chefia não é o lugar do poder, e a figura (mal denominada) do "chefe" selvagem não prefigura em nada aquela de um futuro déspota. Certamente não é da chefia primitiva que se pode deduzir o aparelho estatal em geral, porém conforme pontua (SANTOS, 2015) que,

Perante a comunidade o professor pode se prejudicar, pois não pode ir de encontro as determinações do chefe local, porém, pode ir contra as determinações do Estado e cumprir de fato penas cabíveis, então de qualquer maneira ele se compromete nessas duas vertentes.

E o que fazer perante esse cenário, omitir-se ou sensibilizar? Impreterivelmente, sensibilizar, pois,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Santos (2015), afirma que ao professor cabe fazer relações entre teoria e prática, justamente considerando o plano de fundo do que apregoa Antonio Gramsci, sendo este o debate das ideias, de pensar-se enquanto sujeito agente de transformação social, outrossim, indaga-se: o Professor é realmente um agente de transformação social? Para dicutir essa questão que é de ordem relativiza-se o contexto, pois sabe-se que estes professores que atuam nas comunidades indígenas são professores indígenas, em outras palavras, para o mesmo não ser um sujeito estático, é necessário que trabalhe-se na perspectiva da sensibilização para a transformação social, é preciso também, ele se perceber como o tal, donde entram suas experiências, enquanto Movimento Estudantil, Sindical, Comunitário, Professores, e por último, um bastante interessante, é o Indígena, sobretudo aqui no estado de Roraima.

Assim pode-se pensar em uma educação emancipatória onde as crianças podem utilizar os espaços não formais como espaços educativos e não como local de trabalho escravo, pois nessa perspectiva de espaço educativos, a autora Maher (2006), as diferentes perspectivas quanto a utilização do cotidiano e o respeito com a cultura dos povos indígenas para o ensino e aprendizagem, vem contribuir para Alfabetização Científica, sendo este possível de importantes modificações no cenário da Educação Escolar Indígena, este a ser contruído a partir da emancipação. Para tanto, é importante que os aspectos culturais e interculturais sejam mantidos durante todo o processo de sensibilização dos pais e de escolarização do estudante indígena. Isto posto, considera-se-á as necessidades que o docente cabe também fazer a educação família, mostrando que a partir dali o aluno aprende o científico, assim os filhos serão mais úteis para a comunidade, e fazer-se-a com que esta sociedade entenda o papel da Escola e do Estado, relativa-se nesse contexto o Currículo formal e não formal no aspecto de modernidade.

RESULTADOS OBTIDOS

A partir do que foi visto, soube-se qual a necessidade, ter consciência da função da escola, dos Pais e do Estado, a palestra pontuou positivamente, pois toda a comunidade foi convidada, sendo esta uma palestra bem polêmica, donde os pais afirmavam que iriam tirar os filhos da escola, sensibilizava-os, ao tirar perde bolsas e o enfrenta o ECA, dentre outras punições vigente na legislação, ou seja o Estado. Com isso incorre-se que os docentes e pais entenderam a proposta da palestra, explicou-se sobre: o que instituição social? algo institucionalmente instituído para depois pensar em outras coisas, ressaltou-se que a lei também, funciona na comunidade.

Observou-se que a sociedade entendeu que enquanto sujeitos sociais devem cumprir regras, sabendo que a mesma depende do Estado, em outras palavras a comunidade não deixa de ser uma sociedade. Analisou-se que a palestra de fato sensibilizou aos pais quanto a função da Escola, e entendeu-se que o ato de estudar é um ato laboral (trabalho), e que estudar faz parte da vida.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Ao aspecto de se respeitar a cultura, houve a contribuição dos docentes no aspecto de intervir e dizer que é dizer que o espaço não formal pode contribuir, um trabalho educativo para toda a comunidade, pois, mostrou-se casos em que os pais indígenas respondem, porém respondem na justiça comum, a intervenção se deu, no tocante responderem ao próprio ECA, sendo que quem indica esses pais para responderem o ao ECA são os professores, ou seja o professor observar e chama o conselho, investiga-se nesse processo os motivos e encaminha-os, os maiores motivos são de fato as negligências, pois entende-se que os alunos têm seus direitos garantidos. Fortaleceu - se nessa perspectiva, donde se destaca o caderno de campo etnográfico, neste caderno os alunos em formação usam da percepção, observam-se detalhes minuciosos e escrevem, o objetivo do trabalho é desenvolver suas habilidades, um olhar antropológico, ver o que a maioria não ver por meio da investigação de uma forma metódica a um processo de compreensão entre indivíduos (e da compreensão de si) que, na fase pré-científica, está integrada em um complexo de tradições, próprio a interações medializadas simbolicamente. Habermas, p.212-213(1998). Viu-se nessa palestra a conscientização dos professores e a sensibilização dos pais, visto que deve-se pedir uma nova análise pelos nossos alunos em formação no insikiran onde será mostrado impactos negativos e/ou positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que após a palestra direcionada pelo debates realizados entre os ouvintes e o palestrante, concretizou-se a proposta de se apresentar palestras semanalmente para fortalecer esse processo de conhecimento sobre o papel da Escola, e do Estado, em se tratando da realidade local não cabe punir ou deixar de usar os espaços não formais para uma educação diferenciada, procurando obter um olhar diferenciado em se repensar currículos e a desconstrução do imaginário negativo, os alunos em formação no INSIKIRAN que atuam como professores na comunidade, observou-se e questionou-se a realidade vigente em busca de soluções para a transformação social, sendo que o mesmo precisa se reconhecer como o tal.

O que se obteve efetivamente com a palestra foi que precisou-se de um olhar antropológico servindo este como aporte aos professores para ajudá-los a sensibilizar os pais, assim conhecer a utilidade dos espaços não formais e as tecnologias para crescimento local.

Foi constatado que houve e que se sensibilizará cada vez mais os pais, utilizando os espaços não formais e as tecnologias no ensino de ciências e Educação Indígena Diferenciada, junto à comunidade, através de palestras e a práxis dos professores que atuam nas comunidades.

Foi possível perceber que os docentes tinham necessidades de conhecer a legislação vigente, assim como entender no contexto social de transformação que se encontram principalmente em se pensar à Sociedade não ser Contra os Estado, levando em consideração a transculturalidade, porém considerando os direitos e deveres para emancipação igualitária dessa sociedade.

Finalmente, a palestra procurou desenvolver um senso crítico reflexivo aos participantes, em que diferentes olhares e concepções foram postas, trabalhando-se em seguida o contexto



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

embasado pela legislação e a antropologia, de maneira coletiva entre os docentes e pais indígenas e o professores palestrantes do INSIKIRAN/UFRR.

Espera-se como resultado, no prosseguimento das palestras, uma parceria com entidades que cobram e puni esses povos para assim ajudarem na sensibilização e que os envolvidos multipliquem a sensibilização e a desconstrução do imaginário social negativo, para assim termos o ensino de ciências entre o tradicional e o científico para todos que têm direito.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc, Pour quoi vivons-nous?, Paris, Fayard, 2003.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal. 4.ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *A Globalização Imaginada*. SP: Iluminuras, 2003.
- CLASTRES, Pierre. 1974. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify.
- GADOTTI, Moacir. *A questão da educação formal/não-formal*. Moacir Gadotti - Institut International des Droits de L'enfant. Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?. Suíça, Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Trad. de Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural, 1998.
- MAHER, Machado. *Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória*. In GRUPIONI, Benzi (org). *Formação de Professores Repensando Trajetórias*. Brasília: SECAD/MEC E UNESCO, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização*. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Jonildo Viana dos. *Identidade Docente e Formação de Professores Macuxi: do imaginário negativo à formação identitária* In: I Palestra.....INSIKIRAN-UFRR, Boa Vista, 2015.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS INTERDICIPLINARES NA FORMAÇÃO PROFESSORES

Cecília Creuza Melo Lisboa¹

Marilene Côrrea da Silva Freitas²

Introdução

Não é recente o fato de as categorias identidade e representação virem suscitando interesse tanto nas ciências humanas como nas ciências sociais, principalmente quando as relacionamos com a questão da formação de professores, uma vez que envolve múltiplos fatores de natureza complexa.

Desse modo, este artigo objetiva tecer uma reflexão nos campos da Psicologia e Sociologia, usando como aporte teórico textos de Freud, Antonio Ciampa, Serge Moscovici, Durkheim, Goffman e Bauman. Tendo como base empírica a pesquisa de mestrado que ora desenvolvemos junto aos professores-alunos do Parfor em Tefé, na qual procuramos identificar entre a gama de dados até agora levantados as relações que caracterizam a vida profissional e pessoal desses sujeitos que estão em um processo de formação profissional.

Desta forma, com o intuito de problematizar a natureza da relação indivíduo-sociedade, a representação social nos dias de hoje, pode assumir uma perspectiva interdisciplinar já que procura romper com a visão reducionista dos estudos sobre identidade ao separar o individual e o social. Se por um lado é difícil imaginar uma psicologia que seja sociológica e uma sociologia que seja psicológica, utilizaremos as proposições de Serge Moscovici, a fim de esclarecer que as representações podem demarcar essas e outras convergências.

Quando analisamos mais densamente como se dão as construções das identidades profissionais e os fatores que as constituem de maneira mais detalhada, percebemos que a questão não é tão simples, visto que a profissão docente está ligada a inúmeros fatores, muitos dos quais são difíceis de ser mensurados devido o seu caráter subjetivo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E UMA NOVA PERSPECTIVA DE PESQUISA

São muitas as peculiaridades que envolvem esta questão, os dilemas e desafios da formação e do papel do docente revelam um cenário consolidado pelo processo de globalização e redefinição da organização educacional. Consideremos o que diz Giddens (1997, p.118) ao discutir as mudanças que a globalização provocou no cotidiano das pessoas, estabelecendo uma conexão muito próxima entre individual e coletivo, e isto acaba por afetar os aspectos mais íntimos das vidas das pessoas, como as relações pessoais do indivíduo.

De fato a construção de uma política pública para a formação de professores tem sido historicamente objeto de debates e lutas dos educadores, hoje, temos alguns estudos e pesquisas que apontam o impacto provocado nas regiões brasileiras a partir da implantação do Plano Nacional de Formação de Professores. Para dimensionar nosso olhar, detenhamo-nos a reflexão sobre os dados do “Estudo exploratório sobre o professor brasileiro” realizado pelo INEP (2009) com base no Censo Escolar da Educação Básica de 2007, que oferece uma visão panorâmica do perfil do professor brasileiro no que se refere à escolaridade dos professores da educação básica. O estudo revela um total de 1.288.688 docentes com nível superior completo, que corresponderia a 68,4% do total.

Daqueles com graduação, 1.160.811 (90%) possuem licenciatura – formação adequada para atuar na educação básica, segundo a legislação educacional vigente. Dentre aqueles que possuem escolaridade de nível médio, 82,1% cursaram o ensino médio na modalidade Normal ou Magistério, formação mínima admitida por lei para o exercício da docência na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Os professores que ainda necessitariam completar a formação mínima para exercer a docência na educação básica são aqueles que concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio, mas não têm a habilitação para o exercício do magistério. Os denominados “professores leigos” que formavam um contingente de 119.323 docentes (6,3%), distribuídos em todo o País, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais, atendendo a alunos de todas as redes de ensino. Os dados evidenciam ainda aspectos positivos como o elevado número de professores com graduação e licenciatura em todas as etapas da educação básica. Entretanto, a persistência da presença de professores leigos atuando nas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

escolas brasileiras, em proporções que variam entre 10% e quase 30%, indicavam a necessidade de um olhar diferenciado para o tema específico da formação desses professores. (INEP, 2009, p.26)

É neste cenário que um estudo interdisciplinar torna-se necessário para que entendamos o grande paradoxo que circunda a educação quando nos referimos ao desenvolvimento científico e tecnológico que passou a ser central na vida moderna. Utilizando as reflexões da professora Marilene Corrêa (MARMOZ, 2014, p.56) no livro “*Educação e Pauperização*”, a educação para o desenvolvimento tornou-se um dos mitos modernos mais fortes, por supor que esta alavancaria o crescimento econômico e nivelaria as desigualdades sociais.

No entanto, é difícil demonstrar algo concreto, pois até o momento não se manteve essa relação. Da mesma forma que o capitalismo gerou a educação como necessidade, nos dias atuais, buscamos o mesmo interesse, ao inverso, educar para sustentar o capitalismo. Neste caso, levanta-se uma questão proposta por Marmoz “por que criticar a educação?”, porque parece que a educação não consegue remediar os grandes problemas econômicos, nem os grandes problemas sociais”.

Pode-se dizer que um estudo sobre a formação de professores pautado apenas numa visão disciplinar não dá conta da complexidade dos problemas que envolvem o processo formativo. Barbosa (2015) ao realizar uma reflexão sobre a questão da interdisciplinaridade faz um alerta as restrições que um estudo disciplinar pode provocar ao desprezar a ampliação do conhecimento. Segundo o autor, as questões do nosso tempo são por natureza complexa demais para se restringir a um único pensamento.

Os textos desses dois pesquisadores acima, nos faz refletir como a nova ordem da globalização trouxe novas relações de trabalho, ciência e cultura, passou a constituir um novo princípio educativo através do qual a sociedade pretende formar cidadãos, trabalhadores e produtores para atender às novas demandas postas. Como reflexo disto as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) buscaram ao novo processo produtivo através da qualidade do ensino e necessidade de formação dos professores tomando estes fatores como elementos impulsionadores para a economia.

Articulado a esta percepção, Bauman (2005, p.19) revela a convenção social que a identidade esteve sujeita sendo afetada pelas dinâmicas e ambigüidades produzidas. Essa ambivalência é de que o sentimento de “pertencimento” a determinadas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

comunidades, cultura ou nação não têm uma solidez, não é garantido para toda a vida, mas é negociável. Isso acontece porque o fenômeno humano a partir da modernidade tem suscitado mudanças quando ao sentimento coletivo, o que tem provocado uma “liquidez” de nossas identidades.

E por este motivo que é preciso compor o nosso “eu” da forma como se compõe um quebra-cabeça, porém, um quebra-cabeça incompleto. Neste processo é necessário saber escolher as peças e colocá-la no local adequado. Porém, o trabalho não é direcionado ao fim tais quais os quebra-cabeças comprados nas lojas, mas aos meios, não se começa pela imagem final, mas por uma série de imagens obtidas ou que pareçam valer a pena ter para montar tantas imagens. Assim, nossas “identidades” são constantemente modificadas, renovadas, transformadas no líquido da modernidade em que estamos imersos. (BAUMAN, 2005)

(...) a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar e por ela protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta. (BAUMAN, 2005, p. 22)

Os problemas que envolvem a formação de professores não se restringem apenas a questões pedagógicas, mas também as relações mais amplas que envolvem o ser e estar na profissão, envolvem crenças, comportamentos e linguagens.

Daí a importante discussão no que diz respeito ao fato de “ser” professor ou que “se pensa” sobre. Este que atua em regiões urbanas ou rurais no estado do Amazonas, na sua maioria na educação básica dos municípios, muitas vezes tendo a função como complemento de outra atividade. Nesta acepção que pensamos existem fatores que favorecem ou estão presentes nesta construção identitária, acreditando que a forma como cada indivíduo percebe ou ganha consciência da sua função social envolve questões como necessidade, influências econômicas, culturais e sociais.

Com base neste enfoque que Antonio Ciampa (2012) argumenta em relação ao estágio de metamorfose que nossa identidade sofre, uma constante transformação, “é sermos o Um e o Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação”. Ou seja, a busca consciente sobre “Quem sou eu?” leva ao reconhecimento do papel do outro nessa formação numa interação dinâmica. Então, ao estudar sobre este aspecto, devemos buscar os aspectos constitutivos da representação da identidade, como um



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

produto de análise das relações entre si e o meio, onde o indivíduo procura se caracterizar através de uma representação mental ou simbólica. Esta alternativa aponta o caráter mutável e dialético da construção identitária o que antes era visto como uma unidade de semelhança que se fechava na sua permanência, passou a assumir uma nova perspectiva, de movimento entre as diferenças e semelhanças que acontecem ao longo da vida do sujeito.

IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO, UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

As mudanças em alguns aspectos da vida pessoal se relacionam diretamente com as transformações sociais de grande amplitude. Assim, a partir da modernidade houve uma alteração na vida social cotidiana afetando os aspectos mais pessoais de nossa existência, essas transições nas vidas dos indivíduos demandam uma reorganização psíquica onde o “eu” se torna um processo reflexivo a fim de conectar mudança social e pessoal. (GIDDENS, 2002. p.36)

Lopes (2002) pondera que a visão que temos hoje de identidade, como um conceito que marca uma individualidade própria do sujeito, uma entidade metafísica e moral, é antes de tudo, um conceito datado historicamente, que remete a aspectos coletivos para uns e aspectos mais pessoais para outros, o que se confirma, a progressiva distinção dos estudos ao longo dos anos que classificavam a separação entre identidade social e identidade pessoal.

No campo da Psicologia esta categoria inicialmente esteve ligada a própria construção subjetiva do “eu” sendo um produto da nossa consciência. Freud (2011) chamava-o de processo de identificação, que poderia ser consciente ou não, segundo o qual uma pessoa assume características de outras ou de um grupo na busca para articular aspectos sociais e pessoais da identidade. A identificação seria algo que se dá sempre entre sujeitos ou, de um modo mais geral, entre pessoas, permitindo o reconhecimento e afirmação da singularidade da pessoa, garantindo sua diferença frente à outra pessoa, coisa, processo ou evento. (CUNHA,2000, p.216)

Apesar de Freud não deixar claro seu posicionamento a respeito do conceito, ele usa de forma corrente nos seus textos sem nenhuma discussão conceitual. Contudo aponta



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

que a noção de identidade estaria vinculada a busca pelo estabelecimento de um “estado de identidade”, uma semelhança entre o complexo de representações, a *investiduras-deseo* e as *investiduras-percepción*. Nesta proposta, teríamos duas identidades que seriam movimentos da pulsão, todo indivíduo seria caracterizado, de um lado, por elementos de pertença a um grupo ou categoria, e do outro lado, por traços de ordem mais específicos do indivíduo.

Podemos refletir nas proposições do texto clássico de Goffman (1985) ao argumentar acerca da *personificação* de nossas relações sociais que faz com que representemos continuamente nas nossas vidas, tornando público uma identidade coletiva construída e mediada através de elementos constitutivos, expressos nas vivências que a pessoa traz de sua trajetória de vida. “A vida é uma representação dramática”, mantemos e intensificamos nossa identidade através da interação social, contudo é preciso haver um consenso quanto às identidades pessoais, o contexto social e as expectativas coletivas de comportamento dentro daquele contexto.

De certa forma, esses dois autores Freud e Goffman, nos revelam as múltiplas facetas deste conceito, atrelado às modificações psíquicas e as instituições que impõem seu poder ao indivíduo. Uma relação existente entre a constituição do mundo psíquico, que é subjetiva e inconsciente, e a sua constituição como membro de um grupo, de uma instituição.

Por esta razão que a representação pode integrar os vários conceitos a respeito da construção da identidade no processo de formação de professores, a forma como pensam e organizam suas práticas pedagógicas, as novas informações e orientações presentes na Proposta Pedagógica dos cursos, os elementos de sua cultura que exercem influência no processo, irão constituir uma importante ferramenta de compreensão da vida cotidiana e suas relações assumidas e reforçadas através do comportamento.

Essa leitura psicossociológica (termo utilizado por Moscovici) se faz necessária para compreender que a identidade é um sentimento, um conjunto de características as quais um indivíduo pensa ser e/ou ter, que se define no seio das interações humanas, diretamente vinculado à idéia de representação. Tal representação não é uma simbologia da identidade, mas o resultado das relações nas quais o sujeito está envolvido nas interações que realiza.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Tomando inicialmente as proposições da idéia de “representação coletiva” de Durkheim, percebe-se que essa expressão foi empregada a partir da elaboração de uma teoria da religião com a propositura de uma divisão entre o indivíduo e o social, onde o mundo individual estava submetido ao mundo coletivo. Em “*As formas elementares da vida religiosa*” o autor sustentou a explicação de que a vida social tem seu fundamento na sociedade, e não no indivíduo, neste caso, as estruturas sociais, criadas pelo homem, passam a funcionar de modo independente dos atores sociais, ou seja, o homem dá origem a instituições sociais com dinâmica própria. Assim, a vida coletiva possui natureza e leis próprias e estas não poderiam ser conhecidas pela indução da psicologia, mas através de um novo “corpus” teórico, a Sociologia. (SELL, 2015, p.81)

Embora, essa visão clássica ainda seja reconhecidamente importante, ela limita a participação do homem, a partir desta idéia que infere-se que a noção de pessoa seria uma construção social, que modela as formas de agir e de ver padronizando comportamentos. Para Durkheim, não são os estados individuais que explicam os fatos sociais e sim são estes que explicam aqueles.

Por marcar a ruptura de grande parte das explicações correntes da época, os pressupostos de Durkheim de teoria sociológica do conhecimento, consagrou a Sociologia como uma concepção do estudo da realidade social, através da origem da religião a centralidade das representações coletivas na vida social, visava entender as formas de pensamento e os primeiros sistemas de representação do mundo. A religião, então será o destaque da dimensão moral dos fatos sociais e a dimensão normativa das condutas humana, sendo, portanto a transfiguração da sociedade representada por simbolismo.

Contudo, Moscovici (2011) postula que ao compartilhamos mitos, religiões, crenças e visões de mundo temos a intenção de reencontrar nosso lugar no mundo, ou seja, na busca de um “eu” recorreremos aos vínculos com a sociedade, nos apropriando de suas formas representativas. Este autor utiliza como exemplo as obras de Durkheim e Freud, “*As formas elementares da vida religiosa*” e “*Totem e tabu*”, respectivamente, que abordam a origem da religião como categoria central para compreender os “laços” comuns entre os sujeitos de uma mesma sociedade. Lógico que apesar da proximidade dos assuntos nos respectivos livros, existem conclusões distintas e representações de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

leituras bem diferentes, mas que se tornaram representativas de suas ciências, na maneira como cada um simboliza a vida em sociedade e os moldes de uma personalidade.

Tomando agora como referência teórica o trabalho de Moscovici, busca-se reconhecer a existência de uma representação social diferente daquela abordada por Durkheim, considerando que a explanação sobre fenômenos sociais deve incluir conceitos psicológicos e sociológicos. De acordo com o autor, é necessário teorizar sobre o conceito, pois as generalizações existentes remetem ao efeito de separação, como ocorreu nos pressupostos de seu antecessor. Sugere que a representação “coletiva” impossibilitava o reconhecimento de uma dinâmica do todo social e possuía uma concepção muito estática.

No estudo realizado em 1961 acerca do escopo teórico da Psicanálise, Serge Moscovici percebeu que existe uma função mediadora entre o senso comum e o saber científico, onde os sujeitos buscavam organizar o discurso teórico criando um sistema próprio de comunicação. A proposta é que existiria um filtro de informações que são arquivadas na memória, fazendo com que seja constituindo uma matriz cognitiva, que permite o sujeito compreender e agir sobre o objeto.

No argumento de Moscovici (2015, p.08) a dinamicidade ao associar o termo “social” ao conceito de representação faz com que percebamos as relações estabelecidas entre os objetos que produzimos e as comunicações que estabelecemos. Em outras palavras, as formas de discursos estruturados permite uma construção social da realidade, fazendo que aconteça modelos de identificações, e estes serão a base para a construção da nossa identidade.

Nesses termos, a Teoria das Representações Sociais conduz rumo a um novo olhar sobre os vários problemas presentes na sociedade contemporânea, uma vez que correspondem a situações reais de vida revelando a visão de mundo de determinada época. Além de permitir a apreensão da ordem simbólica, que rompe com a dicotomia estabelecida entre exterior e interior, sujeito e objeto. Neste caso, a identidade sendo estudada como algo estável e imutável e, agora longe do pensamento tradicional e hegemônico, passa a ser investigada na articulação entre psicologia e sociologia considerando inseparável sujeito, objeto e sociedade.

A proposta psicossociológica de Moscovici considera que os indivíduos não são apenas processadores de informações, mas pensadores ativos que “produzem e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmo”. Neste caso, considerando as representações sociais como orientadoras das atitudes de um sujeito frente a um objeto, podendo ser um dos caminhos para se definir com maior precisão como os professores posicionam-se a respeito de sua constituição identitária e o processo de formação profissional.

No entanto, o conceito de representação social pode também se apresentar como recurso metodológico que aponta para um movimento do ser humano enquanto ser social, pode-se dizer que é uma atualização do conceito de Durkheim de representação coletiva. Enquanto este vê as representações coletivas como formas estáveis, independente das pessoas sem que elas tenham consciência disso, Moscovici entende que ela é dinâmica, e perpassa as relações sociais, coordenando comportamentos e fundamentando crenças. É um processo que envolve além da atividade cognitiva, crenças, valores e sentimentos.

Seguindo nesta linha de pensamento, o processo de formação irá adquirir uma importância particular quando nos referimos a identidade profissional, visto que, passa a ser uma dimensão que condiciona a construção das identidades, moldando a conduta social e até suas relações com a sociedade. Na medida em que a pressuposta identificação ocorre os comportamentos caracterizarão a identidade, sendo construída pela história e pelos papéis que o indivíduo vai exercendo, adquirindo várias identidades em constantes transformações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível compreender que a identidade do professor pode ser pensada não como um produto pronto, mas como um processo conflituoso por abranger maneiras de ser e de estar na profissão. A formação docente deve ressaltar as relações entre as questões pessoais e profissionais, que envolvem a cultura, o trabalho, o cotidiano do professor, bem como a instituição educativa.

Assim, o sentimento de identidade se revela nas representações, imbricando-se estreitamente nos processos identitários e fazendo-os convergir, como aborda os autores Deschamps e Moliner (2014, p.80) a partir das relações entre o individual e coletivo pode admitir que uma pluralidade de significações e representações irão compor uma



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

identidade, essas implicações teóricas podem ser vistas através dos conceitos sociológicos bem como psicológicos, apontados por Durkheim e Moscovici com o intuito de compreender a representação coletiva e a representação social da identidade a partir do “olhar” de si e do outro.

Pensando na transversalidade dessas reflexões, não existe dúvida que identidade e representação situam-se no campo dos fenômenos individuais e coletivos, sendo eventos que abordam elementos centrais na vida do indivíduo, como a comunicação, a cultura, a constituição mental etc., nos permite visualizar as formas de conhecimento como também as elaborações dos sujeitos a respeito do que é valorizado na sociedade.

Na verdade, ao sublinhar as relações entre estas categorias, ressaltamos que a voz coletiva que ecoa na nossa mente são as representações daquilo que nos une e reforça a vivência na sociedade. O que nos faz pensar que existe uma concepção relacional de identidade, onde os membros de um grupo se percebem como atores que atribuem uma significação a sua vinculação. A identidade se constrói e se reconstrói constantemente, visto que as relações se modificam e são diversas, o que garante um caráter subjetivo desse processo complexo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Walmir de Albuquerque. **Lições sobre o cotidiano: a construção teórica para a análise científica do cotidiano.** Manaus: Valer/Fapeam, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.: entrevista a Benedetto Vecchi.** Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, 2013.

CIAMPA, Antonio Costa. **Identidade.** In: *Psicologia Social: o homem em movimento.* Sílvia T. M. Lane; Wanderley Codo. Orgs. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CUNHA, Eduardo Leal. **Uma Interrogação Psicanalítica das Identidades.** CADERNO CRH, Salvador, n. 33, p. 209-228, jul./dez. 2000.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

FREUD, S. **O eu e o id (1923)**. In: _____. Sigmund Freud, Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Psicologia das Massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. In: _____. Sigmund Freud, Obras Completas; tradu, Paulo César. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GIDDENS, Anthony. **A vida em uma sociedade pós-industrial**. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1985.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília : Inep, 2009. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo/>>. Acesso em: 05 Janeiro de 2016.

LOPES, José Rogério. **Caminhos da Identidade nas Ciências Sociais e suas Metamorfoses na Psicologia Social**. In: Psicologia & Sociedade. Vol. 14, nº , Belo Horizonte, Jan./Jun de 2002.

MARMOZ, Loius. **Educação e pauperização: tradições, referências, aplicações**. /Louis Marmoz; Marilene Côrrea da Silva Freitas; Wagner Paiva de Araújo. Manaus: Editora Valer, 2014.

MEC. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica** Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/parfor/dados/>>. Acesso em: 10 julh. 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Traduzido do inglês por Pedrinho. 11 ed- Petrópolis, RJ:Vozes, 2015

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 7ª ed., Petrópolis, RJ:Vozes, 2015.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

IMPLANTAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - ESCOLA MUNICIPAL OLÍMPIO SAMPAIO, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PONTALINA (GO)

FIELD OF EDUCATION DEPLOYMENT - MUNICIPAL SCHOOL OLÍMPIO SAMPAIO, IN RURAL AREA OF MUNICIPALITY PONTALINA (GO)

Maria José de Magalhães Rodrigues¹
magalhaes-mj@hotmail.com

Alik Timóteo de Sousa²
aliktimoteo@gmail.com

RESUMO

O processo educativo do meio rural tem propiciado desafios quanto ao atendimento das necessidades prioritárias da comunidade campesina. A educação do campo além de estar em consonância com a LDB prioriza a aplicação de um ensino específico e de qualidade voltado para o interesse da vida no campo. Para a concretização do projeto, tornou-se necessário a implantação de estratégias que atendam a melhoria do desenvolvimento intelectual, sociocultural, econômico e de fixação do homem no campo. O presente trabalho foi embasado na ampliação dos métodos de ensino da escola, rural e municipal Olímpio Sampaio, no município de Pontalina (GO), voltado para o campo, mas contemplando as especificidades dos níveis e modalidades de ensino da Educação Básica, sem perder a contribuição dos diferentes componentes curriculares na formação integral dos alunos, ao longo do processo de escolarização. A escola conta com ensino de 6º ao 9º ano da segunda fase do ensino fundamental, localizada numa região de agropecuária em que os alunos são filhos de pequenos proprietários de terras e de funcionários dos grandes agricultores da região. A produção de conhecimento específica no sentido de definir relação educação, trabalho e campo, cria condições necessárias para uma modificação fundamental na função atribuída à escola. O projeto da implantação da escola rural tem como objetivo o incentivo a agricultura familiar, reconhecida pela sua produtividade, iniciativa de organização voltada para a sustentabilidade e, que esteja em harmonia com

¹ Discente do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu, Ambiente e Sociedade (Mestrado). Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos.

² Docente do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu, Ambiente e Sociedade (Mestrado). Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

o meio ambiente, ampliando postos de trabalho no campo, avançando na produção, produtividade e melhores condições de vida.

Palavras-Chaves: Educação do Campo. Agricultura família.

INTRODUÇÃO

Em decorrência de alguns movimentos sociais e sindicais, tem-se tornado frequente as discussões nas universidades e nas pautas governamentais, a implantação de uma educação do/no campo que visa atender as necessidades básicas e prioritárias dos trabalhadores dos rurais (BEZERA NETO e BEZERRA SANTOS 2011).

A proposta pedagógica juntamente com a organização escolar, formam dois aspectos fundamentais para uma análise circunstancial do entendimento quanto ao processo de transformação da realidade social produzida por um povo. A concepção de educação do campo e o entendimento quanto ao desenvolvimento da agricultura familiar, estão ligados a uma supervalorização da prática e do cotidiano, que estabelece uma conexão com o conhecimento teórico em face de uma aproximação da realidade empírica e do conjunto de conhecimentos sobre a realidade produzidos pelos camponeses (BEZERA NETO e SANTOS 2011).

O sistema capitalista se desenvolveu primeiramente nos centros urbanos, com as implantações de indústrias, o campo ficou fora desse modelo de produção por um bom tempo. Atualmente, a realidade se processa com as mudanças impostas pelo sistema capitalista e, estão ocorrendo gradativamente no meio rural, por isso, que as novas relações de produção dominante não admitam mais a sobrevivência do camponês, mas apenas sugam o fruto de seu trabalho em suas terras (CASSIN, BOTIGLIERI e VALE, 2011. p. 52).

Ao assumir a luta por uma educação para o campo, sem uma divisão fenomênica entre o rural e o urbano, a região em que se encontra a unidade escolar, busca construir um espaço onde os filhos dos camponeses possam adquirir conhecimentos tecnológicos nas perspectivas do desenvolvimento social, cultural e econômico igualitário.

Na convicção da possibilidade de construir um novo caminho, faz necessário romper com o processo de discriminação aos diversos grupos de estudantes que vivem no campo. Para tanto, a escola passa a disponibilizar aos seus alunos os saberes





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

historicamente acumulados pela humanidade nas mesmas naturezas que são ofertadas aos da zona urbana. A educação do campo tem objetivado uma visão na convivência construída cotidianamente de luta e sonhos, que coloca o sujeito em ação desafiadora para transformar as condições de vida e sua atuação no processo social e existencial no cenário brasileiro (BASSO, GOBATO e ROSA, 2011. p.64).

O propósito de uma educação básica do campo constitui um processo desafiador, pois há uma limitação no que refere ao atendimento à essa educação, e diante dessa problemática e por meio de algumas experiências pontuais, que se propõe uma educação básica que assumisse uma real identidade do meio rural. Mas que esse processo não ficaria embasado apenas nas formas culturais diferenciadas, mas que consta no seu contexto específico um novo projeto que visa o desenvolvimento do campo e conseqüentemente a melhoria de vida dos camponeses (FERNANDES, CERIOLI e CALDART, 2011).

Os estudos sobre a Educação do Campo no Brasil evidenciam ainda as desvantagens educacionais divergentes em relação aos centros urbanos. Esse tem sido uma das explicações no que se refere ao fechamento das escolas das zonas rurais. Mas, no entanto, tem se pesado mais nas decisões da exclusão das escolas do campo seria uma infraestrutura ineficiente, dificuldades de acesso à escola e, além de tudo por não haver professores com formações específicas. Fazem com que os currículos se tornem descontextualizados que não atendam às necessidades dos sujeitos que trabalham e vivem no campo emudecendo suas culturas nas propostas pedagógicas estabelecidas (BASSO, GOBATO e ROSA, 2011. p.65).

No tocante aos documentos oficiais sobre a educação no Brasil, a população rural é meramente citada como dado, por se tratar de uma herança das políticas públicas educacionais elitistas que se encontra centrada em um modelo de desenvolvimento econômico, tendo como prioridade uma agropecuária de exportação e cultivo de monocultura excludente (IBGE, 2010).

Quando se refere à vida do sujeito no campo, de acordo com o modelo desenvolvimentista capitalista decorrente no país, precisa-se primeiramente pensar numa relação campo cidade, que se baseia em elementos fundamentais como um processo excludente que tem ocasionado o êxodo rural, um desenvolvimento desigual de produção agrícola em diferentes regiões e desenvolvimento de produção modernos sob domínio do capitalismo (SANTOS 2015).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Segundo Saviani (2013 p.68), nos anos 70, a crise do capitalismo marca o início de uma profunda desarticulação das promessas que visava melhores condições de vida em todos os sentidos. Mas em relação à economia o processo tem sido no mínimo paradoxal, tendo como efeito a ruptura da promessa da escola como entidade integradora que se deu nos anos 80, que propunha em seu contexto a revalorização da economia com a educação. Enfatizava a importância de se produzir conhecimento, com uma suposta crescente ênfase de que as instituições de ensino deveriam estar voltadas para a competitividade das economias na era global.

Nas chamadas teorias desenvolvimentistas foram tendências fajutas de tentativas implantadas nas décadas de 1980 e 1990, que encobriam a realidade dos fatos. Mas, no entanto, no Brasil, quanto na América Latina houve um avanço significativo no processo de melhorias nos índices educacionais neste período. Para tanto ocorreu um acréscimo no número de crianças e jovens que obtiveram acesso à escola, enquanto que boa parte da parcela da população já se encontrava na fase adulta e não teve a oportunidade de concluir seus estudos. Mas no que se refere o processo de correlação entre desenvolvimento e educação, a América Latina apresenta um quadro bem alarmante com um índice de injustiça elevado e seus patamares de desigualdade com um percentual de indivíduos abaixo da linha da pobreza (SAVIANI, 2013).

De acordo com Fernandes, Cerioli e Caldart (1998), a concepção de que uma escola urbana é melhor do que a da zona rural tem como propósito o determinismo geográfico, sendo como fator regulador que qualifica a educação, que consiste em um critério ludibriado da política de investimento nesse setor.

Na Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, relatam que “a migração campo-cidade, combinado com um modelo de vida urbano, tem levado muitos cientistas e formuladores de políticas que o rural já não tem significado histórico relevante e que o campesinato está em processo de extinção” (FERNANDES, CERIOLI e CALDART, 1998).

Lombardi, Saviani e Sanfelice (2005), ressaltam que a única possibilidade de sobrevivência do camponês ainda se encontra na sua integração à agroindústria patronal, que o torna subordinado as exigências do sistema de mercado dominado pela agricultura capitalista. Diante desse cenário, a agricultura familiar não tem uma voz ativa e, ficando



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

esquecida pelas políticas públicas, tornando meramente destinada à subsistência e abastecendo, com uma pequena parcela, o mercado local.

Diante de uma visão da realidade em que se passam os pequenos agricultores, torna-se necessário o desenvolvimento de projeto de educação que contribua para com a realidade do campo, que contará com novos parâmetros, proporcionando de certa forma a modernização da agricultura brasileira.

A agricultura familiar, defendida por órgãos internacionais, tem seu reconhecimento devido ao processo produtivo de alimentos voltado para o modelo de agricultura sustentável, que viabiliza uma harmonia entre o homem e o meio ambiente. Existe atualmente uma urgência de investimentos na interpretação e produção de conhecimento desse modelo alternativo de agricultura e, tendo como um passo importante o reconhecimento da necessidade da existência da escola no campo e do campo (BIARDE e ALENCAR, 2014).

A valorização dos bens do mundo capitalista, que tem como consequência o aumento da produção e em proporção direta com a desvalorização do homem e do seu entorno, no entanto o trabalho não produz apenas mercadorias, mas produz uma ação no homem como mercadoria, assim como todo e qualquer bem. No entanto, o resultado do trabalho do homem se converte em mercadoria. O produto do trabalho incorporado configura a objetificação tanto quanto a sua execução, que por sua vez constitui uma perda e uma servidão em relação ao objeto e apropriação por si como alienação (MAXI, 2001, p. 113).

Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2011), no texto referente a Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”, aponta para uma proposta objetivada a recolocar no meio rural uma educação a ele vinculada, que contemple o processo produtivo em consonância com a escola. No entanto, a educação oferecida no meio rural se equipara a que é aplicada na zona urbana. Acredita-se, para que ocorra uma educação do campo, ela precisa ser específica e diferenciada, mas, no sentido amplo de processo de formação do indivíduo no intelecto quanto no processo de melhoria de produção, vinculado no sistema produtivo da região.

No contexto educacional, proposto por Fernandes, Cerioli e Caldart (2011), na Conferência Nacional: por uma educação básica do campo, ressaltam que toda pessoa do meio rural tenha acesso a uma educação de qualidade, voltada aos interesses da vida no



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

campo. Para tanto, a escola dispõe de propostas educativas e estratégias específicas de desenvolvimento de um ensino destinado à preparação profissional, possibilitando o indivíduo a desempenhar atividades distintas, mediante o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos. Neste termo, refere-se à educação voltada para grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam quilombolas, indígenas, camponeses e outros que estejam vinculados ao trabalho rural.

OBJETIVOS

Analisar a implantação da educação no/do campo, no município de Pontalina (GO), denominada de escola municipal Olímpio Sampaio, visando diagnosticar os aspectos positivos e negativos dessa instituição.

METODOLOGIA

A área de estudo está situada na zona rural de Pontalina (GO), ao sul do Estado de Goiás a $17^{\circ} 31' 33''$ S, $49^{\circ} 26' 56''$ W. O município possui uma área total de 1.437 km² e, uma população de aproximadamente de 17 993 habitantes (IBGE, 2016). Os principais fluxos de imigrantes que povoaram o município foram, em sua maioria nacionais tendo como principais recursos econômicos a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão teórica sobre o tema proposta, sucedida por visitas técnicas na escola municipal Olímpio Sampaio, localizada na zona rural, às margens da rodovia GO 215.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Escola municipal Olímpio Sampaio é uma das últimas escolas camponesas do município que se encontra em funcionamento. De acordo com os dados obtidos junto à direção da escola, no ano letivo de 2016, estão matriculados 78 alunos, distribuídos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (segunda fase).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Nas visitas realizadas na escola foram constatados os seguintes aspectos positivos: o interesse e permanência dos alunos na unidade de ensino; a atuação da comunidade escolar e rural, que além de defenderem o projeto, acreditam que a educação adequada ao meio rural, facilita o desenvolvimento e transformação nas condições de vida do homem do campo, no âmbito social e econômico, reduzindo substancialmente o êxodo rural. Com relação aos aspectos negativos, foram detectados, do ponto de vista pedagógico, a falta de capacitação e acompanhamento dos professores, que proporciona ao desenvolvimento de estratégias de ensino e uso de material didático diferenciados direcionado ao ensino no/do campo.

No contexto de uma educação do campo, essa escola foi implantada entre 2004 e 2011, focando na valorização do ambiente como na cultura local, prezando a vivência e o conhecimento que os alunos possuem, promovendo uma articulação entre o saber prático e o saber científico. Com esse propósito foram tomadas determinadas ações que possibilitaram a realização desse processo como: a) promoveu um ensino dentro das normas curricular nacional com aproximação da realidade dos estudantes a vida no campo; b) desenvolvimento de ensino voltado para o cultivo de hortaliças, usando os espaços alternativos; c) produção de mudas de espécies nativas do Cerrado, destinadas ao processo de reflorestamento e ornamentação; d) aperfeiçoando a valorização dos saberes do campo; e) aprofundamento dos conhecimentos, relacionando-os com os produzidos fora do contexto rural, permitindo que os saberes circulem entre a escola e casa dos alunos; f) abertura da escola, para que as comunidades tenham uma participação ativa, promovendo vínculo necessário desta unidade escolar com estratégias específicas de desenvolvimento do campo, principalmente na implantação da agricultura familiar.

O projeto tem como propósito de contribuir com a realidade vivida pela comunidade rural, região onde se encontra a escola, para tanto foi analisada as reais condições do ambiente escolar, o corpo docente e o alunado que frequentam essa instituição de ensino. Foi realizado com a comunidade local, reuniões tratando da possibilidade da implantação da escola do campo a ser desenvolvido na escola.

Um das primeiras decisões foi de propor que as propriedades locais se tornassem uma extensão da sala de aula, permitindo que haja uma relação de aprimoramento dos saberes entre escola e os conhecimentos adquiridos no seio familiar. Foi pontuado que o aproveitamento dos dados da realidade vivenciada pelos alunos poderá fazer parte do



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

componente curricular, podendo ser adicionado conteúdo relacionado às atividades do campo.

Outro princípio da Escola do Campo, foi à realização de pesquisas referentes aos tipos de lavouras que são cultivadas na região e, diante das informações obtidas, se tornaram fontes de atividades de matemática, que foram desenvolvidos trabalhos com gráficos com a finalidade de comparar a quantidade de produtos que são produzidos nas áreas delimitadas. Em geografia, as atividades desenvolvidas dentro de um processo investigativo, como tipos de solos predominantes, os aspectos geográficos, clima e pluviosidade. Em outras áreas do conhecimento foram desenvolvidos trabalhos relacionados com as espécies que são cultivadas na região, fontes nutritivas e aproveitamento dos produtos produzidos que são destinados tanto ao consumo humano e animal.

A unidade escolar disponibilizou de espaço para que fossem realizadas reuniões, que viabilizou o atendimento tanto a comunidade escolar quanto os produtores rurais. Esse procedimento teve como a prioridade a melhoria das condições de vida dos camponeses e seus familiares, foram disponibilizados cursos de qualificação profissional; uso racional do solo; melhoramento de cultivo dos produtos agrícolas; aproveitamento e cultivo de frutos nativos do Cerrado; cultivo de hortaliças sem o uso de agrotóxicos; comercialização dos produtos excedentes que contou com a participação das lideranças rurais.

Uma das primeiras decisões foi propor que as propriedades locais se tornassem uma extensão da sala de aula, permitindo que houvesse uma relação de aprimoramento dos saberes entre escola e os conhecimentos adquiridos no seio familiar. Foram pontuados que o aproveitamento dos dados da realidade vivenciada pelos alunos poderia fazer parte do componente curricular, incluindo conteúdos relacionados às atividades do campo.

Para a viabilidade da escola do campo, fez-se necessário a realização de pesquisas referentes aos tipos de lavouras que são cultivadas na região e, diante das informações obtidas, contribuíram para aprimorar o planejamento das aulas, dando suporte ao desenvolvimento das atividades de matemática, geografia, ciências, língua portuguesa e outras áreas do conhecimento. Na abordagem dos conteúdos foram desenvolvidos trabalhos com gráficos com a finalidade de comparar a quantidade de produtos que são produzidos nas áreas delimitadas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o atual modelo de desenvolvimento da agricultura, a tecnologia tem ampliado cada vez mais a relação de domínio entre a agricultura patronal da agricultura familiar. Embora dominante e contraditório, em que de um lado as contradições do próprio modelo de desenvolvimento, entre elas a crise do emprego e conseqüentemente a migração campo-cidade.

A educação do campo com o seu modo diferenciado, no entanto tem condicionado adequação do educando com a realidade do campo, reverenciando a superação de novos desafios cominados pela sociedade capitalista, vinculado à agricultura patronal. O modelo de ensino desenvolvido na zona rural, permeia a formação do sujeito frente à produção de conhecimento e das possibilidades de fixar o homem no campo.

A pesquisa permite concluir que a educação do campo precisa ser diferenciada, proporcionando à adequação a realidade do homem que vive e atua na zona rural, respeitando as especificidades culturais e históricas como o direito a formação e que esteja em consonância com o seu modo de vida. Vale ressaltar que uma gestão participativa e significativa contribui para o desenvolvimento regional, priorizando a participação de todos nas tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M.C. (Org.) *Por uma educação do campo*. 5. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BASSO, J. D.; GOBATO, A. T. S. C.; ROSA, J. M. Escola ativa: as escolas no campo e as salas multisseriadas em São Paulo. In: BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. dos S. (Org.) *Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa*. São José Premier, 2011. p.61-82.

BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. dos S.; Educação do campo: referências teóricas em discussão. In: BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. dos S. (Org.) *Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa*. São José Premier, 2011. p.101-120.

BIARDE, A.; ALENCAR, C. M. M. de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica construtiva e sua resiliência no Brasil. *Revista de economia e sociologia*



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

rural. v.52. supl. 1. Brasília 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600003>.

Acessado em: 06 nov. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro Geografia Estatística, IBGE, 2010. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521770&search=goias|pontalina>>. Acessado em: 28 de out. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro Geografia Estatística, IBGE, 2016. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521770&search=goias|pontalina>>. Acessado em: 10 de out. 2016.

CASSIN, M.; BOTIGLIERI, M. F.; VALE, S. B. do. Reestruturação produtiva no campo e as novas exigências de educação, formação e qualificação. In: BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. dos S. (Org.) *Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa*. São José, Premier, 2011. p.43-60.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. *Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo*. Brasília, julho de 1998. p. 42

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira conferência nacional: por uma educação básica do campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). *Por uma educação do campo*. 5. Ed. Petrópolis: RJ – Vozes, 2011.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. Ed. Campinas, SP. 2005.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SANTOS, F. R. dos. Manuscritos econômicos e filosóficos de Paris: a alienação do trabalhador. *Revista SODEBRAS* - Vol. 10, n. 115, julho 2015.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11^a. ed. revisada- Campinas, SP: Autores Associado, 2013. p. 68.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INDÍGENA URBANO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS SATERÉ-MAWÉ NA CIDADE DE MANAUS

URBAN NATIVE: A REFLECTION ON SATERÉ-MAWÉ IN MANAUS CITY

Adriana Uchôa da Costa¹

adriana_uchoaa@hotmail.com

Glenda de Almeida Matos²

glendalmeidamat@gmail.com

Stefany de Melo Campelo³

stefanycampelooliveira@gmail.com

RESUMO

A finalidade do presente artigo é norteadada pela abordagem que intenciona uma reflexão sobre a migração do povo indígena Sateré-Mawé para área urbana da cidade de Manaus- AM. Em seu objetivo principal buscou compreender a migração dos indígenas da floresta Amazônica para a cidade de Manaus. Sendo especificados, uma contextualização dos principais fatores que envolvem a temática da migração indígena, através de uma revisão bibliográfica e documental, buscou-se identificar a gênese desta problemática, a fim de discutir a Questão Indígena especificando a Questão Social na Amazônia. Dessa forma, mediante o estudo realizado compreendeu-se que é preciso ter um olhar diferenciado acerca da Questão Social Amazônica, com respeito as necessidades e particularidades culturais, étnicas e sociais especificamente no que se refere aos indígenas,

Palavras chaves: Questão Indígena; Migração; Manaus.

Introdução

O presente artigo pretende contribuir para o debate atual sobre a questão indígena, especificando a realidade Amazônica, região esta conhecida pelas suas belezas naturais como flora e fauna. Dessa forma, se faz necessário o debate frente a essa realidade multifacetada circunscrita no contexto de múltiplas diversidades, no qual precisa- se compreender as contradições que acometem esses povos, os quais sofrem diversas causas, onde há a expropriação de suas terras, extermínio cultural e físico em prol do capitalismo.

¹ Assistente Social, Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM (Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES).

² Assistente Social, Graduada no Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Norte-UNINORTE.

³ Assistente Social, Graduada no Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Norte-UNINORTE.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Assim, busca-se compreender o que leva o indígena a sair de suas terras na floresta amazônica e buscar novos territórios dentro dos centros urbanos. Neste contexto, encontram-se os indígenas Sateré-Mawé, que não diferente de outros indígenas estão deslocando-se em direção as cidades em busca da reafirmação de seus direitos constitucionais, serviços básicos como saúde, educação, emprego entre outros motivos. Essas constantes migrações atingem os povos indígenas da Amazônia, que apesar de terem um grande apego as terras onde habitam, saem em busca por melhores condições de vida.

Tendo em vista que a região amazônica, principalmente o estado do Amazonas, abriga grande diversidade étnico-linguística, fator esse que influenciou na composição da atual população regional. Essa característica advém do processo de ocupação, colonização, exploração e o desenvolvimento da região através de seus ciclos econômicos. A FUNAI estima que na época da chegada dos europeus no Brasil, em 1500, havia na Amazônia 5.600.000 (cinco milhões e seiscentos mil) indígenas, e cerca de 1.300 (mil e trezentas) línguas faladas por diferentes grupos que na época ocupavam os atuais limites do território brasileiro. O Brasil tem em sua história a marca pesada do extermínio dos indígenas, nativos que habitavam a região antes da chegada dos europeus. Povos inteiros foram dizimados, e uma população estimada em milhões, em 1500, hoje conta com, aproximadamente, 800 mil, no Brasil.

Compreendendo Questão Social na Amazônia

A expressão questão social surge na Europa Ocidental em torno da terceira década do séc. XIX para designar o fenômeno pauperismo, ou seja, da pobreza acentuada e generalizada, desigualdade social, exclusão social característica inerente e imediata da instauração do capitalismo industrial. Segundo Lamamoto (2007), a questão social surgiu no marco do capitalismo como um conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classes na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Wanderley (2004), diz que na América Latina e Caribe a questão social tem suas particularidades relacionadas aos aspectos histórico-estruturais e culturais, se difere no seu processo de formação, pois, a questão social no caso latino americano aparece desde o período colonial. Os europeus chegaram movidos pela ambição de conquistar riquezas, se apropriaram das terras recém-encontradas e tentaram se apoderar das vidas dos nativos, os quais foram denominados de índios. A primeira forma de expressão da questão social na América Latina e Caribe foi caracterizada pela exploração do índio, que levou a dizimação de vários grupos Tradicionais e a diminuição drástica de suas populações.

Esse seria o ponto gênese da questão social que ainda permanece até os dias atuais, que se expressa nas extremas desigualdades e injustiças, estas historicamente vivenciadas na estrutura latino-americana como resultado da produção e reprodução do modo de produção gerada nas relações sociais assimétricas nas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas e na distribuição da riqueza social com concentração de poder e riqueza em classes e setores dominantes, e da pobreza generalizada de outras classes e setores sociais desprovidos e fragilizados. E, no Brasil, desde o período da colonização, muitas sociedades foram perseguidas e algumas continuam a serem, outras foram expropriadas de suas terras e conseqüentemente de suas condições de vida natural, morrendo aos milhares.

Neste contexto, a questão social Amazônica, possui a herança histórica de sua raiz indígena o que marca a singularidade da região. Esta região serviu de abrigo para milhares de populações tradicionais que habitaram e ainda habitam na atualidade a região, dos quais alguns grupos destas populações residem em centros urbanos.

Para Teixeira (2008), a Questão Social na Amazônia não é diferente a do resto do mundo, apenas possui novas formas elucidadas pelo contexto histórico da região, o que difere são as pessoas com suas particularidades, seja cultural ou linguística. Essas pessoas antes conheciam a fartura, e hoje veem a face da fome, não conheciam a avareza que o capitalismo traz as suas vidas criando um abismo social, pois, na região houve a expropriação das terras das populações



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

tradicionais⁴ (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, extratores, pescadores, caboclos, índios), ocasionando a miséria. Assim, não haveria pobres, nem miseráveis ou excluídos se estes pudessem continuar usufruindo livremente dos produtos que a floresta e os rios oferecem.

Ainda segundo a mesma, é possível pontuar em um nível bem genérico aspectos que possibilitam um entendimento global sobre a gênese histórica da Questão Social na região, e, do empobrecimento das populações Amazônicas.

No primeiro momento, o capital mercantil introduziu-se e reproduziu-se na região, promovendo o saque e apropriando-se utilitariamente do valor-trabalho via coleta do índio, do caboclo, do negro e do migrante pobre. Embora os empobrecessem, não conseguia desocupá-los, desempregá-los, ou seja, não atingia o limite humano da sobrevivência.

O segundo momento aponta a propriedade privada contra a propriedade comunal dos índios, dos caboclos, dos quilombolas e outros povos tradicionais. Foi introduzido na região separando-os dos seus tradicionais e comunais meios de produção, desocupando territórios, dissolvendo e deslocando formas de trabalho e inviabilizando um processo de reprodução ao modo da tradição. Todo esse processo assemelha-se a “acumulação primitiva”, onde se expropriava com ajuda dos domínios fraudulentos do Estado, tirando a propriedade patriarcal, transformando em propriedade privada moderna.

Em um terceiro momento, o capital dos centros hegemônicos avança assumindo formas diretamente produtivas. É quando se encravam na Amazônia as indústrias de capital transnacional e monopolista, os chamados enclaves: grandes extratoras de minério-metalúrgico, que exigem do governo brasileiro as grandes hidrelétricas, subjugando finalmente as pessoas, que se tornam força de trabalho “livre”. Esse momento do capital na Amazônia faz com que as populações tradicionais saiam de suas terras e vendam sua força de trabalho.

⁴ A Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, defini essas populações como, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 20 de setembro de 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

E, no quarto momento com neoliberalismo, o Estado abandona a modernização conservadora e hegemoniza a modernização destrutiva da Amazônia, e sai dilapidando as políticas públicas de interesse regional ou popular, privatizando estatais altamente produtivas, sucateando universidades públicas, órgãos públicos como a FUNAI, a SUDAM, fechando postos de trabalho, promovendo demissões voluntárias.

Esses são alguns fatores que elucidam a Questão Social na Amazônia. Apesar de ser uma região distante dos grandes centros urbanos, a entrada do capitalismo não foi diferente em sua essência ou lógica das outras regiões. O interesse do capitalismo está acima de qualquer povo ou cultura, não importa as pessoas, mas sim o que elas podem oferecer dessa maneira expulsar as populações tradicionais de suas terras obedece a lógica desse sistema. O sistema capitalista tornou essas populações miseráveis, em contrapartida trouxe algumas modernidades, que não suprem as necessidades da região. Pois, considerando a realidade contraditória, inclui-se a riqueza natural e também as velhas problemáticas as quais coexistem desde sua colonização.

No cotidiano da população Amazônida, a Questão Social se expressa na fome, pobreza, desemprego, violências, prostituição entre outros, e, necessitam de ações governamentais, através da formulação, implementação e execução de políticas públicas comprometidas com as singularidades sociais, culturais, políticas e econômicas que possam responder as necessidades reais destas populações, e não apenas que venha atender os interesses da classe dominante.

A questão indígena

A questão indígena têm sua origem no período colonial com a chegada dos colonizadores, onde essa se expressa na exploração da mão de obra indígena pelo colonizador europeu, no qual se apropriou do conhecimento que os indígenas possuíam sobre a floresta para saquear as riquezas da floresta. Dessa forma a questão indígena se expressa como um processo histórico, onde desde o período da colonização esses povos tiveram seus direitos violados, sendo expulsos de suas terras, de seus modos de vidas e de suas formas organizativas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Santos (2006), o termo “índio” tem sua origem com a chegada dos europeus na América, onde identificou-se a existência de grandes comunidades que logo foram chamadas de indígenas e os seus integrantes de índios, pois a intenção era chegar às Índias. Sendo este termo usado pela primeira vez pelo navegador Cristovão Colombo que imaginava ter chegado as Índias na Ásia na viagem em 1492, sendo tal conceito errôneo. Para o Estatuto do Índio, é considerado indígena “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”.

A entrada do capitalismo na Amazônia foi marcado por um intenso processo de destruição dos povos nativos das florestas da região amazônica, os chamados “índios”, tendo como resultado a extinção de varias etnias. Período esse chamado de colonial foi marcado pela exploração da mão de obra indígena, pelo massacre das populações nativas, e, pela exploração intensa das riquezas da floresta.

Segundo Benchimol (1999), na Amazônia colonial foi predominante a presença dos indígenas, pois esses povos foram de grande utilidade no processo de ocupação e formação da Amazônia, eles possuíam o conhecimento e saber sobre a floresta. Foram esses ameríndios que iniciaram a ocupação, e, os seus descendentes caboclos desenvolveram as suas matrizes e valores a através do ambiente físico e biológico. Assim, essas populações se adaptavam a floresta, onde a mesma oferecia tanto a sua subsistência, como era fonte de inspiração para seu imaginário de mitos, lendas e crenças. Submissos, subordinados, adaptados ou integrados, eles ensinaram aos novos senhores e imigrantes os segredos dos rios, da terra e da floresta.

Os indígenas eram usados pelo colonizador na busca pelas especiarias e drogas do sertão, tais como, ervas medicinais, madeiras, óleos, essências, frutos, animais, pássaros, bichos de casco e peixes. Esse saber sobre a floresta tornava esses indígenas uma fonte de exploração que, só aumentava cada vez mais a cobiça do colonizador. Assim, não mediam se esforços em explorar a floresta através do indígena, e os que não concordavam com essa exploração eram mortos ou escravizados. Os indígenas foram de suma importância para



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ocupação e desenvolvimento da Amazônia, sem eles seria impossível a exploração das riquezas naturais ou até mesmo da sobrevivência do colonizador.

Entretanto, seu valor não é reconhecido apesar da contribuição para o desenvolvimento regional, os indígenas foram discriminados, empobrecidos e desvalorizados pela população. Quando o colonizador chegou à Amazônia tratou de modificar seus costumes, inserindo novos valores, religião, cultura entre outros. Esse processo civilizatório destruiu a cultura ancestral original desses povos, mas apesar da servidão, destribalização, o extermínio físico e o holocausto étnico não aconteceram, pois ainda existem a presença dos caboclos e seus descendentes na atual sociedade amazônica.

Assim, a Questão Indígena se expressa como o resultado de um processo histórico em que os índios desde a colonização até hoje, tiveram seus direitos violados, sofrendo a expropriação de suas terras, conseqüentemente dos modos de vida, próprias lógicas organizativas e diretrizes socioeconômicas. No qual os povos indígenas foram expropriados de seus territórios tradicionais, sofrendo as conseqüências de políticas indigenistas voltadas à assimilação e integração, as quais contribuíram para a conformação de um processo amplo de perdas culturais, sociais, econômicas e simbólicas.

A Questão Indígena expressa disparidades econômicas políticas e culturais. Na qual, as conseqüências das perdas territoriais dos povos indígenas incidem e se misturam às manifestações da chamada questão social, da qual o processo de empobrecimento econômico é o exemplo mais visível. Sem seus territórios esses povos migram para os centros urbanos na busca de novos territórios, ao contrário do que buscam tornam-se mazelas e novos excluídos. Essas populações não participam do processo de acumulação capitalista, sofrem com a ordem imposta pelo sistema capitalista.

Para o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2012), a questão indígena no Brasil, esta relacionada ao direito as terras tradicionais, na qual muitas ainda não foram demarcadas, e ainda há a ausência das políticas públicas no apoio a luta pela demarcação dessas terras. Nesse contexto, a questão do direito à terra tem sido o mais violado, uma vez que confronta



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

diretamente com os interesses do capitalismo agroexportador. E, na luta pela terra, os indígenas sofrem perseguições, diversas formas de violências e são vítimas de homicídios. Esses fatores impulsionam a saída dessas pessoas de suas terras, onde o capitalismo avança expropriando as terras, saqueando as riquezas da floresta, dos rios e do solo. No qual, a saída de seus territórios se dá por uma questão de sobrevivência. Onde o progresso capitalista avança e impulsiona a construção de hidrelétricas, estradas, ferrovias, mineradoras e agricultura contemporânea como a plantação de soja. Entre outros fatores há a permanência de grileiros e grandes latifundiários.

Heck, Loebens e Carvalho (2003) enfatizam que a região Amazônica não é diferente do resto do país, esses povos são extremamente vulneráveis, suas terras são invadidas constantemente por madeireiros, garimpeiros, peixeiros, Rizicultores, fazendeiros, posseiros, biopiratas e outros aventureiros em busca do lucro fácil. Ainda há a questão do envenenamento dos rios e solos que causa a mortandade de peixes e pássaros, além de envenenar de maneira indireta essas populações.

Gomes (2006) pontua outros motivos que impulsionam a vinda para a cidade são vários, tais como; a busca por serviços de saúde, emprego, educação em universidades; maior possibilidade de vender seu artesanato; a visibilidade da situação dos povos indígenas no país; entre outras questões. A mobilidade e a vida num mundo plural e, ao mesmo tempo, globalizado, que é a cidade. A maioria desses indígenas sobrevivem em situação de miséria nos bairros da periferia, desenvolvendo suas atividades laborais no subemprego, somente uma pequena parcela está inserida na cadeia produtiva do trabalho. Apesar do problema do desemprego, do subemprego e a situação de favelização ser um problema nacional, mas a problemática se agrava na questão indígena, pelo preconceito por serem índios.

Os motivos, as dinâmicas e as lógicas dos deslocamentos dos indígenas em direção as cidades são diversos como os autores enfatizaram, mas independem de fatores, pois não seguem uma regra geral. Decorre de inúmeros fatores que vão desde problemas de legalização de terras – busca de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

disponibilidade de serviços públicos – a busca de disponibilidade de estudos e trabalho entre outros motivos.

Os índios não somente vieram para viver e ficar na cidade, mas têm o direito de permanecer ali, se o desejarem. (BERNAL,P.18). Para BERNAL, no caso de Manaus, não foram os índios que chegaram a Manaus, foi à cidade e seus habitantes que vieram se instalar nas terras dos índios. Esses povos já habitavam o território antes da chegada dos colonizadores.

Desta forma, sob essa perspectiva não existe apenas índios na cidade, mas também os índios da cidade, sendo estes os que já vivem na cidade, porém desconhecem suas origens ancestrais, não compartilham os costumes de seus parentes, pois por vezes só conhece através das narrativas dos mais velhos, aos que já nasceram na cidade conhecem a realidade como qualquer outro da cidade. Conhece a pobreza e as dificuldades impostas pela cidade, por vezes não se reconhecem como sendo índios também, pois não vivenciaram a outra realidade.

Os Sateré Mawé na cidade de Manaus

O deslocamento do povo Sateré-Mawé no Século XX enquadra-se no contexto histórico das intensas mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil. No qual, o processo de urbanização, o progresso técnico facilitou a comunicação entre grupos populacionais, criando as condições econômicas e operacionais que levaram à mudança de milhões de pessoas das áreas rurais para as cidades próximas, tais transformações passaram a ter consequências no cotidiano da população indígena, contribuindo para a migração⁵ desses povos para as cidades.

Segundo Batista (2001), Sateré, significa “lagarta de fogo” referência ao clã mais importante dentre os que compõem esta sociedade, o que indica tradicionalmente a linha sucessória dos chefes políticos. O segundo nome, Mawé, quer dizer “papagaio inteligente e curioso”, língua de origem é o Mawé,

⁵ A palavra migração vem do latim *migro*, que significa “ir de um lugar para o outro”. Sendo a migração demográfica, o deslocamento realizado por um indivíduo ou grupo de pessoas, que saem de um lugar de origem para outro destino, o qual pretende viver ou fixar morada.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

do tronco linguístico tupi. A origem desse povo se dá em uma vasta área entre os rios Tapajós e Madeira, delimitado ao norte pelas Ilhas Tupinambaranas (no rio Amazonas) e ao sul pelas cabeceiras do rio Tapajós. O primeiro registro histórico do contato desse povo com os “brancos” data de 1669, com a fundação da missão jesuíta na ilha Tupinambarana, atual Parintins. Devido às guerras com os Mundurucu e Parintintim e ao contato com os portugueses, os Sateré Mawé perderam grande parte de seu território original.

Segundo Teixeira (2005), desde o século XVIII o seu território vem sendo reduzido. Essa redução se deu com a implantação de missões jesuítas e carmelitas ao longo dos principais rios amazônicos; da “busca desenfreada” das drogas do sertão; com a exploração da borracha durante o século XIX e início do XX; e, por fim, da “expansão econômica das cidades de Maués (AM), Barreirinha (AM), Parintins (AM) e Itaituba (PA) para o interior dos municípios, alocando fazendas, extraíndo pau-rosa, abrindo garimpos, dominando a economia indígena através de regatões”. As cidades de Maués, Parintins e Itaituba, inclusive, foram fundadas sobre restos de malocas dos Sateré-Mawé.

Nos últimos oitenta anos, diversos fatores vêm incentivando a multiplicação das comunidades e aldeias, nas margens dos rios Andirá e Marau, em localidades mais próximas às cidades, provocando mudanças significativas na sua localização tradicional, conseqüentemente, no modo de vida. Os Sateré-Mawé, além da Terra Indígena Andirá-Marau, também ocupam parte da Terra Indígena Koatá-Laranjal, originários da região do rio Andirá, na Comunidade Araticum Novo. Após conflito ocorrido nessa aldeia em 1975, um grupo de índios saiu dessa área e se dirigiu à Terra Indígena dos Waimiri-Atroari, no rio Camanaú, afluente do rio Negro. Ali estabeleceram uma terceira comunidade remanescente.

O processo de demarcação foi iniciado em 1978 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mas os trabalhos foram interrompidos, durante dois anos, nesse período houve a invasão do projeto de construção da estrada Maués/Itaituba, que tinha por objetivo ligar Maués ao sul do país e que cortaria a Terra Indígena ao meio, impossibilitando, assim, a demarcação de acordo com o traçado exigido pelos índios. Esses acontecimentos causaram grandes



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

prejuízos à flora e fauna da área. Além disso, provocaram a morte de alguns Sateré-Mawé com a detonação de cargas de dinamite enterradas naquela área. Além dessas invasões, ocorreram também penetrações de garimpeiros provenientes da região do Tapajós e de posseiros moradores nas proximidades dos limites fronteiriços da Terra Indígena (TI). Houve também a invasão da companhia petrolífera Elf-Alquitaine.

Para Botelho e Weigel (2011), os conflitos oriundos antes da demarcação e homologação da reserva Sateré-Mawé do município de Maués, fizeram com que vários índios migrassem para Manaus na década de 80 sob a orientação do antigo Serviço de Proteção ao Índio, pois era preciso a saída desses índios considerados estorvos no processo de territorialização, pela presença da companhia petrolífera Elf-Equitane e a construção da estrada Maués-Itaituba. Assim, cerca de cinquenta indígenas migraram para Manaus na busca de um novo território enfrentando vários obstáculos, tais como: serem expulsos de bairros ocupados por outros migrantes, os preconceitos em relação à língua, cultura entre outros.

Para os autores, esses acontecimentos motivaram a saída de alguns indígenas Sateré-Mawé para a cidade de Manaus. Entretanto, existem outros fatores que influenciam na atualidade a saída desses indígenas, neste contexto dependendo do período histórico a saída de suas terras e definida por diferentes causas e fatores. Teixeira (2005) descreve que o motivo das migrações na atualidade se dá por diferentes razões, muitas das quais relacionadas ao acesso crescente aos serviços de educação, saúde, empregos, melhores condições de vida. A influência da economia monetária sobre a economia local contribui para esses deslocamentos em direção as cidades vizinhas das terras indígenas, no qual os aposentados e os assalariados dirigem-se à cidade com suas famílias para receber os vencimentos, fazer compras, visitar parentes, consultar o médico, entre outros.

Em Manaus, os Sateré-mawé ergueram a comunidade *Y'Apirehyt* em uma área no conjunto habitacional Santos Dumont, no bairro da Redenção, o espaço não oferece nenhuma estrutura, indo de contra ponto com as casas do conjunto. A comunidade iniciou-se nos anos 1990 em meio há vários conflitos envolvendo



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

o Ministério Público, a SEDEMA, a URBAM, a FUNAI e os moradores do conjunto habitacional Santos Dumont que não eram a favor da presença de índios Sateré-mawé no local, pois iria desvalorizar o conjunto construindo favelas, desmatando a área verde.

Neste contexto, a contradição capitalista se torna bem visível, pois de um lado a burguesia capitalista que se opõem a permanência dessas pessoas na localidade, pois as mesmas não fazem parte da paisagem que o conjunto pretende vender, dessa forma são tachados e marginalizados pela sociedade capitalista. Entretanto, quando se trata da questão do desmatamento da floresta, esse não desvaloriza a floresta, pelo contrario enriquece cada vez mais os capitalistas, mas na cidade por questão de moradia desvaloriza as paisagens. O capital em sua lógica,impulsiona o pensamento para que as pessoas menos favorecidas devem ficar a margem da sociedade, porem riqueza e pobreza estão juntas e ao mesmo tempo separadas, o que faz com que essas pessoas pensem serem culpadas por sua pobreza.

Segundo os autores Botelho e Weigel(2011), os Sateré-Mawé queriam essa localidade para morar e vender seu artesanato, dessa maneira manteriam sua cultura dentro de Manaus, mantendo seus rituais, como o ritual da tucandeira, porem esse ritual passou por um processo de ressignificação e assumiu características estéticas de coreografia artística e objeto para troca econômica. Na cidade o povo Sateré buscava um lugar para viver alem de educação, emprego, atendimento médico, no entanto, defrontou-se com muitas dificuldades de inserção no meio urbano: preconceito e discriminação por parte da sociedade; falta de qualificação para o mercado de trabalho, falta de acesso à educação, serviços de saúde, a terra, habitação e carência de sustentabilidade.

Devido a esses fatores a maior parte da renda financeira advém do comércio do artesanato produzido na comunidade sendo vendidos aos turistas interessados em conhecer o Ritual da Tucandeira. O que faz com que esse ritual ganhe nova significação a de objeto troca econômica, assumindo características estéticas e de coreografia artística. Também trabalham fazendo serviços domésticos e informais. Mesmo não plantado seus alimentos ainda procuram manter sua alimentação de origem comprando nos mercados próximos à



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

comunidade, a farinha de mandioca, peixe, banana-pacová verde, feijão e arroz. Da banana verde fazem um mingau que é a base alimentar das crianças.

Outro fator assinalado pelos autores é a redução da importância do pajé, atualmente, e para a releitura do *Anhang* ou *Ahiag Kag*, que no passado era demonizado pelo colonizador católico e agora interpretado pelos protestantes como anúncio do mal e da manifestação demoníaca. A ausência de um pajé na comunidade faz com que mitos e ritos sejam esquecidos, apropriando-se novas formas de cura do mercado de medicamentos industrializados, deixando de lado seus ricos conhecimentos acerca da cura pelas plantas.

O povo Sateré-Mawé, assim como os demais índios do Brasil sofrem com os efeitos do mundo globalizado e a ausência do poder do Estado, que afasta essas pessoas de suas terras, desfiliando populações inteiras de seus hábitos e costumes, acabando com representações sociais formadas ao longo de gerações, modificando a vida desses povos. Sabe-se que a migração em direção as cidades é uma tendência do chamado mundo globalizado, que incham as cidades. Em varias cidades no mundo cresce o número de indígenas, estes vão pela falta de terra, da pobreza, e em busca de uma vida melhor, educação, trabalho e atendimento de saúde. Onde eles eram raros ou “invisíveis”, começam a se tornar comuns.

Considerações finais

Neste artigo, procurou-se identificar os principais fatores que envolvem a temática da migração indígena, através de uma revisão bibliográfica e documental, o qual se identificou que o indígena busca na cidade a reafirmação dos seus direitos, tais como saúde, educação, emprego, segurança, melhores condições de vida, pois diante da precarização da situação das políticas públicas nas aldeias. Onde essa se origina na expropriação de suas terras, no qual em sua maioria ainda não é demarcada e sofrem com inúmeras invasões de grandes latifundiários, grileiros entre outros fatores externos oriundos do sistema capitalista, o qual traz carência, miséria, doenças entre outros. E, na cidade deparam-se com uma realidade diferente da sua, pois em sua maioria não possuem escolaridade necessária para conseguir um emprego, há a dificuldade em relação à língua falada, dificuldade em conseguir uma moradia, entre outros,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ainda há o preconceito da sociedade em relação aos mesmos, onde essa sociedade pautada nos princípios capitalistas discrimina e não respeita as diferenças.

Assim, através desta reflexão acerca dos Sateré-Mawé na cidade de Manaus, conclui-se que esses não são diferentes dos demais povos da Amazônia, que vivenciam as consequências do capitalismo, que se expressa na pobreza, com agravamento social na questão de emprego, renda, habitação, saneamento básico, baixa escolaridade entre outros. O padrão de vida econômico é muito baixo, o que por vezes compromete a qualidade de vida destes indígenas, moram em ocupações ilegais, sofrem privações de seus direitos, apesar de ter o direito a um atendimento diferenciado, estes por vezes não se concretiza, tanto pela falta de profissionais treinados, quanto pela falta de comprometimento com os mesmos.

Pode se dizer que se fossem dadas as condições básicas de sobrevivência em suas terras, estes não precisariam migrar para as cidades. Faz-se necessário, tornar nítida a Questão Indígena para que possa ser debatida pela sociedade, é preciso buscar estratégias para sobrevivência e a sustentabilidade não só dos índios, mas dos Amazônidas.

Referencial bibliográfico:

BATISTA, M. P. *O movimento indígena Sateré-Mawé do Rio Andirá. (mimeo)*. Manaus:UFAM.2001.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural*. Valer, Manaus, 1999.

BERNAL, Roberto Jaramillo. *Índios urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus*. Manaus: EdUA. 2009.

BOTELHO, João Bosco e WEIGEL, Valéria Augusta de. *Comunidade sateré-mawé Y'Apyrehyt: ritual e saúde na periferia urbana de Manaus*. Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.18 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2011.

CFESS. *Questão Indígena e Serviço Social*. Brasília, Abril de 2012. Disponível em <www.cfess.org.br>. Acesso em 02 jun. 2016.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. *Base digital das terras indígenas. Base digital de terras indígenas: Ano 2011*. Brasília: FUNAI, 2012. Disponível em <<http://mapas.funai.gov.br/>>. Acesso em: 06 set. 2012. FUNASA – Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. Quadro populacional dos polos-base incluídos na área do Baixo Amazonas, Amazônia Brasileira. População indígena. 2013.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. *Amazônia indígena: conquistas e desafios*. Estudos Avançados. vol.19, no.53. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100015>. Acesso em: 06 set. 2016.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3ª. ed. SP: Cortez, 2007.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: Ministério da Educação secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

GOMES, Melissa Carvalho. *Outros olhares sobre a Questão Indígena na Amazônia Cultura e identidade na realidade dos índios na cidade*. Rev. do Depto. de Serviço Social PUC-Rio. 2006

TEIXEIRA, Pery (org.) *Sateré-Mawé - retrato de um povo indígena*. Manaus: UNICEF/UNFPA, 2005.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. *Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social*. Revista em Pauta, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. N.21-2008.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho*. In: Belfore. Wanderley, Mariangela: BÓCUS, Lúcia. YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). *Desigualdade e questão social*. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo. EDUC. 2004



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTERESSES E INCLINAÇÕES PROFISSIONAIS EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO/TÉCNICO DE MANAUS

PROFESSIONAL INTERESTS AND INCLINATIONS IN STUDENTS OF HIGH SCHOOL / TECHNICAL MANAUS

Gisele Cristina Resende¹

gisele.resendefs@gmail.com

Sonia Regina Pasian²

srpasian@ffclrp.usp.br

Érika Tieme Kato Okino³

erikatko@ffclrp.usp.br

RESUMO: Interesses e inclinações profissionais são componentes relevantes em momentos de tomadas de decisão sobre a carreira e a vida, favorecendo positivos desfechos profissionais quando considerados e satisfeitos. Essas variáveis tornam-se importantes também em contextos de escolhas de cursos de formação, incluindo o ensino médio, seja ele regular ou técnico, preparando o indivíduo para sua inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, este trabalho objetivou caracterizar interesses e inclinações profissionais de estudantes do ensino médio/técnico de Manaus (AM), para evidenciar que ações complementares de orientação profissional e de carreira poderiam potencializar o aproveitamento de recursos individuais nesse nível de ensino. Após autorizações institucionais e cuidados éticos, foram avaliados 135 estudantes concluintes do ensino médio/técnico, de ambos os sexos, selecionados por conveniência dentro do eixo de formação intitulado *Controles e Processos Industriais*, oferecido na rede pública e particular de ensino da cidade de Manaus (AM). Esses estudantes responderam, individualmente, a dois instrumentos de avaliação psicológica (Teste de Fotos de Profissões, BBT-Br, e Questionário de Busca Autodirigida, SDS), aplicados coletivamente em sala de aula. Os dados foram sistematizados e avaliados conforme seus respectivos manuais técnicos, resultando em indicadores relativos a interesses e inclinações profissionais. Destacaram-se, evidências de que os jovens sinalizaram perfis predominantemente marcados por potencial criativo (radical G), empreendedor (tipo E), investigativo e inovador (radical G e tipo Investigativo), interessados em relações humanas (radical S e tipo Social). Identificaram-se os recursos individuais a serem apoiados e estimulados no sistema educacional, de modo a favorecer seu adequado aproveitamento na formação profissional.

Palavras-Chave: *Interesses, avaliação psicológica, educação, trabalho.*

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo (USP), Psicóloga na Prefeitura de Manaus (AM).

² Profª Livre Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo (USP), orientadora da doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

³ Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e Psicóloga do Departamento de Psicologia - FFCLRP – USP.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E DE CARREIRA

O Brasil do século XXI tende a considerar como um eixo promissor de seu sistema educacional um processo de expansão das escolas técnicas, conforme manifestações e reflexões publicadas pelo Ministério da Educação no tocante à educação profissional, estabelecida por meio do Decreto nº 5.154/2004 incorporado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996). Entre suas diretrizes está prevista a “orientação para o trabalho”, acompanhando conclusões da reunião internacional “Aprender para o Trabalho, a Cidadania e a Sustentabilidade”, organizada pela UNESCO e realizada em Bonn, Alemanha, em 2004 (UNESCO, 2010).

Atualmente o Brasil conta, em sua estrutura de ensino, com uma Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que objetiva conforme o Artigo 13 do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012: “planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da Política de Educação Profissional e Tecnológica, promovendo o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, fortalecendo o vínculo entre educação e trabalho, território e desenvolvimento por meio de políticas públicas que consigam articular os agentes sociais envolvidos.” Pode-se identificar que a oferta de educação profissional e tecnológica foi expandida na rede educacional do Brasil, em consonância com o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2016). Essa ampliação ocorreu em diferentes modalidades de ensino técnico profissionalizante: (i) educação desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, (ii) educação profissional técnica de nível médio, (iii) educação tecnológica de graduação e de pós-graduação. Nessa realidade, o presente trabalho focalizará a questão do ensino médio integrado ao técnico.

Essa modalidade de formação (ensino médio integrado ao ensino técnico) se configura como proposta de ensino que pretende integrar dois níveis de ensino: o clássico nível médio de estudos associado ao técnico/profissionalizantes. Nessa perspectiva essa modalidade tende a se constituir como recomposição da totalidade, isto é, unir a necessidade de formação humana e de formação do trabalhador. Seu objetivo não seria somente o de qualificar a mão de obra, mas também formar cidadãos atuantes na



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sociedade. A proposta recebe críticas (SILVA, MELO & NASCIMENTO, 2015), apontando que não se pode considerar essa modalidade como um caminho “salvacionista”, mas constitui-se como possibilidade de favorecer um projeto educacional voltado para a realidade e provedor de subsídios indispensáveis na formação do sujeito crítico e consciente. Esse cenário brasileiro parece acompanhar o contexto mundial, no qual rápidas mudanças socioeconômicas ocorrem a partir da globalização e das novas tecnologias, impulsionando nova concepção de homem e de trabalho, surgindo novas demandas para o mercado e para o sujeito trabalhador (GUICHARD, 2005).

A possibilidade dessa integração perpassa por políticas de educação e trabalho que efetivem uma educação crítica, com base na realidade socioeconômica, cultural e que favoreça a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, a partir de suas habilidades, interesses e formação profissional. Na perspectiva da educação profissional, a questão se direciona para a relação entre a educação e o trabalho, apontado por Melo-Silva e Munhoz (2012), que percebem a exigência de um profissional que tenha adequada preparação que lhe permita desenvolver conhecimentos, atitudes, habilidades e comportamentos para o trabalho. Esse processo, em si, promove outra demanda específica, a formação para a carreira profissional. Além disso, as necessidades educacionais também passam a englobar necessidades de formação e educação profissional, pois o trabalho passou a ser oportunidade de realização pessoal. Nesse sentido, os processos de orientação aos indivíduos precisam favorecer a descoberta e o exercício de suas competências, de forma que as pessoas saibam localizar oportunidades e refletir sobre sua forma de atuar no mundo (GUICHARD, 2012).

Nesse contexto emergem as possibilidades da Orientação Profissional e de Carreira no ensino médio integrado ao ensino técnico, aqui denominado como médio/técnico. De acordo com a concepção de Savickas (2004), a prática da orientação (vocacional e ou profissional) contribui para que os indivíduos avaliem o seu repertório comportamental por meio da clarificação de interesses e aptidões e, assim, consigam traduzi-los em escolhas profissionais e construção de suas carreiras. Também a UNESCO (1999) propôs Estratégias de Orientação Profissional e de Carreira para o Século XXI, atribuindo-lhe diferentes objetivos, a saber: favorecer planejamento educacional, de formação e de carreira em jovens; estimular e apoiar planejamentos de carreira com formação complementar em adultos, entre outros. Ou seja, almejava preparar as pessoas para se



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

tornarem mais empregáveis diante das mudanças no mercado de trabalho a partir de seus interesses e inclinações profissionais.

Essa ampla dimensão da natureza humana (interesses e inclinações profissionais) pode ser compreendida por diferentes abordagens teóricas. Athanasou e Van Esbroeck (2007) ressaltaram a inexistência de um pensamento unificado entre os pesquisadores da área, apontando perspectivas com vertente psicológica, educacional ou filosófica. Esses autores argumentaram que os interesses profissionais constituem construto teórico que pode ser descrito como escolhas humanas expressas em comportamentos e respostas dos indivíduos em relação a gostos e preferências por objetos, atividades e eventos profissionais e/ou ocupacionais.

A partir dessa genérica caracterização sobre interesses, pode-se explorar o construto a partir das considerações teóricas elaboradas por Achtnich (1991), bem como pela Teoria das Personalidades Vocacionais e Profissionais, elaborada por Holland (1994, 1996). Na perspectiva de Achtnich (1991), que compartilha uma perspectiva psicodinâmica, a denominação utilizada para esse construto é “inclinação motivacional”, compreendida como impulsos e tendências pessoais atuantes no desenvolvimento vocacional/profissional que configuram uma estrutura interna. Essas estruturas de inclinações motivacionais possuem componentes hereditários, mas é predominantemente influenciada pelo ambiente no qual o indivíduo está inserido, envolvendo, em sua composição, elementos históricos, sociais, econômicos, educacionais e familiares (ACHTNICH, 1991). Esse conjunto de variáveis é constitutivo da personalidade do indivíduo, sendo a estrutura de inclinação motivacional construída ao longo do processo de desenvolvimento humano (NUNES et al., 2008). Por sua vez, na perspectiva da Teoria das Personalidades Vocacionais e Profissional elaborada por Holland (1994, 1996), subexiste a noção de que, ao longo da vida as pessoas desenvolvem preferências por certas atividades, de acordo com suas experiências, destacando-se influências parentais, sociais, culturais e do ambiente físico. Essas preferências tendem a se tornar interesses, levando ao desenvolvimento de competências específicas, que se relacionam aos estilos específicos de pensar, perceber e agir. Nota-se, portanto, que em ambas essas concepções teóricas, interesses e inclinações motivacionais são componentes da personalidade do indivíduo. Assim, ao escolher uma atividade ou uma profissão os indivíduos tenderão a procurar, mesmo que sem consciência desse processo, ambientes e ocupações que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

satisfaçam necessidades individuais, buscando congruência entre personalidade e ambiente. Desse modo, tornam-se dimensões altamente relevantes em processos de escolhas ocupacionais, profissionais e, portanto, também na seleção dos cursos de formação acadêmica.

Um exemplo do impacto dos interesses no processo educacional de jovens é o estudo desenvolvido por Fracalozzi (2014). Essa pesquisa examinou, na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, os interesses profissionais em estudantes do nível técnico do ensino por meio de teste psicológico de inclinações profissionais (BBT-Br) em associação com o Questionário de Educação para a Carreira (QEC). Verificou que os interesses de adolescentes do ensino técnico parecem, em importante proporção, não se encontrar em harmonia com a formação profissionalizante presente nos respectivos cursos onde estão matriculados. Esse achado destaca a necessidade de educação para a carreira nesse nível de formação técnico, de modo a favorecer o adequado aproveitamento dos recursos humanos e acadêmicos envolvidos no processo. Nesse trabalho, a pesquisadora apontou que a educação para a carreira é uma possibilidade para o desenvolvimento do estudante, destacando que a avaliação das inclinações profissionais pode favorecer a intervenção para a construção de carreira nessa faixa etária.

Na região norte do Brasil, Silva Filho e Gomes (2009) pesquisaram carreiras profissionais que interessavam aos estudantes do ensino médio regular de Manaus (AM). Listaram algumas profissões de nível superior escolhidas por esses jovens: Medicina (22,9%), Engenharias (15,4%), Direito (14,1%), Odontologia (5,0%), Administração (4,8%) e Psicologia (4,1%). Essa pesquisa utilizou, para coleta de dados, um questionário elaborado pelos próprios pesquisadores, mas não se aprofundou em análises sobre características das inclinações e interesses profissionais, além do que não envolveu participantes do ensino técnico. No entanto, trata-se de importante trabalho realizado na região de Manaus (AM), pois conseguiu demonstrar a necessidade de investigações científicas voltadas para o exame de diferentes formatos e níveis de ensino médio de jovens, de modo a fundamentar a propositura de políticas públicas mais adequadas ao contexto regional.

A região de Manaus (AM) conta com escolas técnicas de educação (Institutos Federais de Educação e instituições privadas), faculdades privadas e universidades públicas, ou seja, engloba ampla rede educacional e de recursos humanos. Apesar da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

implantação do Polo Industrial de Manaus – PIM (antiga Zona Franca de Manaus, criada em 1967), o desenvolvimento econômico e industrial não apresenta ganhos relacionados à melhora na Educação, pois a qualidade e a equidade não foram conseguidas (CAVALCANTE & WEIGEL, 2002) e alguns jovens ficam sem definir planos de carreira profissional e perspectiva de futuro.

Diante desse contexto, torna-se relevante valorizar e identificar as necessidades e os interesses dos jovens ao se pensar em estratégias para sua formação acadêmica e profissional, sobretudo no nível médio, por impactar expressivo número de indivíduos no Brasil, de modo a otimizar o pleno aproveitamento dessa riqueza humana. A região norte, sobretudo Manaus (AM) também se beneficiariam com essa perspectiva de pesquisa, na medida em que poderia estimular a adequada formação de seus jovens, razão do presente trabalho. Objetivou-se, portanto, caracterizar interesses e inclinações profissionais de estudantes do ensino médio/técnico de Manaus (AM), de modo a evidenciar que ações complementares de orientação profissional e de carreira poderiam potencializar o aproveitamento de recursos individuais nesse nível de ensino. Como objetivo secundário desse estudo, não menos importante, é aprimorar dois instrumentos específicos de avaliação psicológica (Teste de Fotos de Profissões, BBT-Br, e Questionário de Busca Autodirigida, SDS) para a região norte do Brasil, conforme as orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2010).

AVALIAÇÃO DOS INTERESSES E INCLINAÇÕES PROFISSIONAIS: UM MÉTODO PARA A PESQUISA

Os processos de avaliação psicológica favorecem a compreensão da dinâmica psíquica e da análise de cada indivíduo envolvido no processo de autoconhecimento para a tomada de decisões frente às escolhas profissionais na construção de suas carreiras (OKINO & PASIAN, 2010, MELO-SILVA, PASIAN, OKINO et al., 2016). A presente pesquisa foi desenvolvida com alunos regularmente matriculados na rede de ensino da cidade de Manaus (AM) que cursam o ensino técnico integrado ao ensino médio (3ª série), sendo provenientes de uma escola da rede privada e uma escola pública federal. A amostra totalizou 135 estudantes, sendo 66 do sexo feminino e 69 do sexo masculino, com idades entre 15 e 19 anos. Os cursos técnicos participantes da pesquisa foram, por viabilidade



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

prática, no eixo de *Controles e Processos Industriais*, conforme catalogação pelo Ministério da Educação em 2012 no seu Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Esse eixo na educação profissionalizante reúne cursos que utilizam tecnologias associadas a processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos, abrangendo ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, com predominância de atuação no segmento industrial, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços, objetivando também o desenvolvimento de tecnologia.

Para o processo de coleta de dados do presente estudo foram utilizados instrumentos padronizados de avaliação psicológica, a saber: o Teste de Fotos de Profissões (BBT-Br) e o Questionário de Busca Autodirigida (SDS). Ambos são considerados testes psicológicos e foram devidamente adaptados para uso no Brasil, seguindo as orientações técnico-científicas do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) do Conselho Federal de Psicologia (2016).

O Teste Fotos de Profissões - *Berufsbilder Test* (BBT) foi desenvolvido por Martin Achtnich na década de 1970, na Suíça, e objetiva a clarificação das motivações internas, interesses e inclinações direcionados para atividades profissionais. Ele foi introduzido no Brasil em 1982 por André Jacquemin (PASIAN, OKINO & MELO-SILVA, 2007), com o propósito de inovar em técnicas na área da avaliação psicológica, especificamente na área da Orientação Profissional. Foi adaptado ao contexto sociocultural do Brasil, passando a ser denominado como BBT-Br, processo que culminou com a publicação da versão masculina do instrumento (JACQUEMIN, 2000) e a versão feminina do BBT-Br (JACQUEMIN et al., 2006). Ambas as versões são compostas por 96 fotos de profissionais em atividades de trabalho, as quais são classificadas pelo indivíduo como: a) fotos positivas (que agradam o sujeito); b) fotos negativas (não agradam o sujeito); c) fotos indiferentes (que suscitam indiferença no sujeito). A seguir, o indivíduo hierarquiza as fotos escolhidas e relata suas associações, foto a foto, em função dos quesitos: profissional representado, atividade realizada, objetivo, instrumento, local de trabalho. Ao final, é convidado a selecionar, entre as fotos positivamente escolhidas, cinco fotos preferidas, elaborando uma história que integre estas imagens. Essa é a fase denominada como “fase de associações” desse instrumento de avaliação psicológica, onde elementos qualitativos e singulares do indivíduo são passíveis de manifestação. A codificação em estruturas de inclinação profissional se dá em termos de oito radicais de inclinação



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

motivacional, propostos por Achnich (1991). São representados, no teste psicológico, por letras (maiúsculas e minúsculas) que indicam os componentes primários (atividades de interesse) e secundários (ambientes e instrumentos de trabalho preferidos) da estrutura de inclinação motivacional do indivíduo. Em termos sintéticos, os oito radicais de Achnich (1991) podem ser caracterizados da seguinte maneira:

- *Radical W*: motivações vinculadas a ternura, feminilidade, disponibilidade, necessidade de tocar e estar a serviço. Não aprecia trabalhos físicos pesados.
- *Radical K*: interesse por força, força física, obstinação e dureza. Caracteriza motivação para o trabalho manual, para uso da força física e psíquica.
- *Radical S*: senso social é a característica mais marcante. Está subdividido em dois subtipos: *Sh*: disponibilidade a ajudar, fazer o bem, curar e participar; *Se*: energia, coragem, dinamismo, impulsão para agir, necessidade de mudanças.
- *Radical Z*: necessidade de mostrar, de representar, vinculadas à estética e à valorização de si ou de produtos derivados de suas ações.
- *Radical V*: interesse pelo entendimento, razão, lógica, necessidade de conhecimento, clareza, racionalização, determinação.
- *Radical G*: representa inspiração, imaginação criadora, criatividade, ideias, intuição.
- *Radical M*: gosto pela matéria, substância, possessão, atividades que manipulem substâncias, relacionadas à natureza.
- *Radical O*: interesse pela oralidade, com duas tendências: *Or*: necessidade de falar, amabilidade; *On*: relação com a alimentação, nutrir.

Os resultados do BBT-Br são expressos em termos de estruturas primárias positivas e negativas, representando respectivamente campos de interesse (estrutura positiva) e áreas de rejeição (estrutura negativa) de atividades ocupacionais e profissionais, bem como seus respectivos instrumentos e ambientes de trabalho (derivados das estruturas secundárias, tanto positiva quanto negativa). Os dados são apresentados em termos da frequência com os que os oito radicais de Achnich foram escolhidos pelo respondente, sendo possível examinar sua proximidade ou distanciamento em relação a padrões normativos disponíveis nos manuais do BBT-Br (JACQUEMIN, 2000; JACQUEMIN et al., 2006). No presente trabalho o BBT-Br foi aplicado em salas de aula, de forma coletiva, ou seja, com apresentação das fotos por



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

meio de slides a um conjunto de estudantes, os quais selecionaram individualmente os estímulos (em termos de suas preferências e rejeições).

O outro instrumento utilizado, o Questionário de Busca Autodirigida - SDS (PRIMI, MANSÃO, MUNIZ & NUNES, 2010) foi originalmente desenvolvido por Holland, Fritzsche e Powell (1994), em formato de autorrelato (questionário autodirigido), embasado na Teoria da Personalidade Vocacional de Holland (1996). Objetiva clarificar os interesses profissionais e examina elementos constitutivos de tipos psicológicos propostos por Holland, em termos de características de personalidade e de ambientes selecionados pelos indivíduos para o trabalho. Os tipos de personalidade vocacional de Holland (1996) são: Realista (R), Investigador (I), Artístico (A), Social (S), Empreendedor (E) e Conservador (C), resultando num modelo mundialmente conhecido como RIASEC. Em síntese, as características dos seis tipos do modelo RIASEC podem ser descritas nos seguintes termos (PRIMI, MANSÃO, MUNIZ & NUNES, 2010):

- *Realista*: pessoa voltada para realização observável/concreta e pouco sociável; prefere problemas concretos a abstratos, aprecia o trabalho em ambientes abertos e com máquinas e ferramentas.
- *Investigador*: pessoa mais introvertida e voltada a interesses intelectuais. Hábil com ideias abstratas e palavras, analítico, aprecia carreiras investigativas.
- *Artístico*: pessoa mais introvertida e que consegue expressar sentimentos e emoções. Tem preferência por carreiras artísticas, que utilizam criatividade e originalidade.
- *Social*: sociável e se interessa em viver em harmonia com os demais, bem como ajudar outros a resolverem seus problemas. Carreiras de natureza social são mais atrativas para esse tipo de pessoa.
- *Empreendedor*: habilidades de comunicação e liderança são características dessa pessoa; gosta de trabalhar com outros indivíduos, ideias e organizações empresariais.
- *Convencional*: tradicional e conformista, no geral tem preferência por atividades estruturadas e carreiras convencionais. Possui habilidades administrativas e de matemática, aprecia o trabalho em lugares fechados e organizados.

O SDS é um instrumento de autorrelato, com itens organizados em quatro seções: Atividades, Competências, Carreira e Habilidades, que avaliam as preferências relacionadas aos seis tipos psicológicos. O respondente é convidado marcar um “Sim” para os itens que lhe interessam e “Não” para aqueles que não lhe interessam, dentre



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ampla gama de atividades apresentadas em formato de itens. As respostas assinaladas positivamente, nas quatro sessões, são somadas e resultam num código final (código Holland) composto pelos dois ou três tipos psicológicos que atingiram maior escore no SDS. A atividade proporciona a reflexão sobre as preferências profissionais e, ao final da avaliação, tem-se um Código Holland que representa, desse modo, o perfil de interesses profissionais do indivíduo.

Os instrumentos de avaliação psicológica (BBT-Br e SDS) foram aplicados de forma coletiva nos auditórios das escolas, somente após os devidos cuidados éticos para realização dessa pesquisa (análise e aprovação do projeto por um Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos, convite e anuência das instituições de ensino, assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecido pelos pais e/ou responsáveis e assinatura do termo de assentimento pelos estudantes). A seguir, os dados foram sistematizados conforme normas técnicas dos instrumentos, identificando-se as estruturas de inclinação profissional (a partir do BBT-Br) e a tipologia dos interesses profissionais (a partir do SDS), de modo a responder aos objetivos delineados para o presente trabalho.

INCLINAÇÕES E INTERESSES PROFISSIONAIS DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO/TÉCNICO

Os resultados derivados da análise dos instrumentos permitiram caracterizar os interesses e as inclinações motivacionais de estudantes do ensino médio/técnico de Manaus (AM). Nesse atual trabalho serão apresentados os indicadores técnicos relativos às preferências (escolhas positivas) dos estudantes, tanto em termos de atividades quanto de ambientes por eles preferidos.

A Tabela 1 sistematiza dos dados do BBT-Br, relativos à estrutura positiva (primária e secundária) de inclinação motivacional do conjunto de estudantes avaliados (chamados como dados atuais). Também são apresentados nessa tabela os respectivos padrões normativos, de modo a favorecer o processo interpretativo das variáveis. Cabe destacar que essas análises são realizadas sempre em função do sexo, visto que esta variável exerce clara influência nos achados relativos a interesses profissionais, existindo inclusive versão específica do BBT-Br (forma masculina e forma feminina).



Tabela 1. Estruturas positivas de inclinação profissional dos estudantes ($n = 135$) a partir do BBT-Br.

Tipo de estrutura		Sexo Feminino (n=66)	Sexo Masculino (n=69)
Primária	Atual	S2,9 G2,5 O2,3 V2,2 Z2 W1,5 K1 M0,8	G2,8 S2,7 V2,4 K2,2 O1,9 Z1,8 M0,8 W0,7
	Norma*	S4,1 O4,1 Z3,9 G3,4 W3,3 V2,8 M1,9 K1,1	S3,1 G3,1 V3 O2,8 K2,5 Z2,4 W1,5 M1,4
Secundária	Atual	s w z k g v m o	s g w k v z m o
	Norma*	w z m s g k o v	z k s g v w o m

* *Referenciais normativos:* Jacquemin et al. (2006) para o sexo feminino e Jacquemin (2000) para o sexo masculino.

A estrutura primária positiva (inclinações para atividades profissionais) do grupo feminino evidenciou como radicais principais: *S* (voltado para as relações de ajuda com foco nos relacionamentos interpessoais, no senso social com dinamismo), *G* (atividades profissionais que utilizem a criatividade e a inovação) e *O* (oralidade, atividades que requeiram a comunicabilidade e/ou o cuidado com a nutrição). Na estrutura secundária positiva, que indica ambientes e objetos de trabalho preferidos pelos estudantes, os radicais destacados foram *s* (trabalho em locais que ofereçam a possibilidade do contato social e que privilegiem o relacionamento com o intuito de oferecer ajuda e proteção), *w* (ambientes que valorizem e oportunizem o toque e o cuidado ao outro) e *z* (ambientes que oportunizem expor objetos, como museus, salões de estética e beleza).

Em comparação com os dados normativos do respectivo instrumento elaborado por Jacquemin et al. (2006), percebe-se que há semelhanças nos radicais *S* e *O* nas estruturas primárias de inclinação profissional entre as estudantes de Manaus (AM) com as estudantes do sudeste do Brasil. Observou-se que as estudantes do ensino médio destacam como seus interesses as atividades profissionais vinculadas ao cuidado e ajuda ao outro, além de inclinações por atividades que utilizem a comunicação e a oralidade.

Já na estrutura secundária positiva das estudantes de Manaus em comparação com os dados normativos, percebeu-se semelhança nos radicais *w* e *z* (segundo e terceiro radical de inclinação) que representam a preferência por ambientes de trabalho que ofereçam possibilidade de contatos pessoais e cuidado para com o outro, além de locais em que se possa utilizar da expressão e exposição do trabalho, como vitrines, lojas, além do reconhecimento desse trabalho e de si.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para o grupo de estudantes do sexo masculino, os resultados permitiram visualizar que a estrutura primária positiva (motivações ligadas à escolha de atividades profissionais) apontou como principais radicais: **S** (necessidade de atuar em atividades sociais, com relações de ajuda e foco nos relacionamentos interpessoais), **G** (necessidade de exercer atividades profissionais que exijam a criatividade, inovação e pesquisa) e **V** (necessidade de atividade profissional que utilize do raciocínio lógico, da objetividade, da observação). Na estrutura secundária positiva (preferência por ambientes e instrumentos/materiais de trabalho) os radicais destacados foram **s**, **g**, **w**. Os dados sugerem que os estudantes do ensino médio/técnico de Manaus (AM) preferem trabalhar com objetos e instrumentos profissionais que possibilitam o contato social em atividades de proteção e ajuda (radical **s**), bem como ambientes que valorizam a criatividade, a imaginação (radical **g**), além do toque e do cuidado para com pessoas (radical **w**).

Em comparação com os dados normativos do teste, elaborado por Jacquemin (2000), percebeu-se semelhanças nos radicais **S**, **G** e **V** na estrutura primária de inclinação profissional encontrada nos estudantes de Manaus (AM) e nos estudantes do Sudeste do Brasil. Indicaram inclinações profissionais para atividades que utilizem a criatividade e a inovação, o contato social e a racionalidade. Já na estrutura secundária positiva desses estudantes do sexo masculino de Manaus, em comparação com os dados normativos, percebeu-se diferenças em relação aos locais e instrumentos de trabalhos. Em Manaus os principais radicais foram o **s**, **g**, **w** que revelam necessidades de ambientes de trabalho que valorizem o contato social e atividades de proteção, criatividade, o toque e o cuidado para com pessoas, enquanto que no Sudeste os radicais principais da estrutura secundária positiva foram **z**, **k**, **s** revelando preferência por atividades de expressão artística, força e trabalho com materiais resistentes e instituições e locais de ajuda a pessoas. Esses elementos fazem pensar em especificidades socioculturais na expressão dos interesses dos jovens, a depender de sua realidade, aspecto destacado pela literatura científica da área.

Os resultados do BBT-Br demonstraram, de modo geral, que os estudantes manauaras possuem suas inclinações profissionais voltadas para atividades que em suas atribuições ocupacionais incluem o aspecto social, os relacionamentos interpessoais, com foco na ajuda ao outro, utilizando estratégias de comunicação e cuidado em abordagens criativas e inovadoras. Os cursos do ensino médio/técnico cursados pelos estudantes na



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

cidade de Manaus encontram-se no eixo *Controles e Processos Industriais* (BRASIL, 2012) e poderiam portanto, fortalecer esse interesse sinalizado pelos jovens na direção do desenvolvimento da criatividade e da necessidade de expressar ideias, com espírito inovador.

Em complemento aos achados obtidos pelo BBT-Br, tem-se os dados relativos ao Questionário de Busca Autodirigida (SDS). Diante dos objetivos delineados neste trabalho, serão apresentados os perfis de interesse identificados entre os estudantes do ensino médio/técnico de Manaus (AM), novamente examinados em função do sexo. No grupo feminino (n=66), identificou-se o perfil: **I E S A C R**, enquanto no grupo masculino (n=69) os dados resultaram no perfil: **E I R S A C**. Os tipos psicológicos em negrito constituem os tipos mais frequentes nas escolhas dos estudantes (código Holland), representando seus principais pontos de interesse.

O perfil sinalizado pelo grupo feminino destacou o tipo Investigativo (I), caracterizado por interesse em atividades investigativas e de pesquisa. Tendem a ser pessoas com mais habilidade para trabalhar com ideias abstratas e com análises, pois valorizam a compreensão de aspectos pertencentes ao mundo, sejam eles fenômenos humanos, físicos e/ou naturais. Os ambientes de trabalho nesse perfil profissional são aqueles que propiciam a pesquisa, como por exemplo, laboratórios. Combinado ao tipo Empreendedor (E), caracterizado por interesses profissionais relacionados às atividades que possibilitem a persuasão, a administração e a liderança, são pessoas com boa capacidade verbal. Assim, pode-se notar que as voluntárias desse estudo apontaram interesses predominantes por problemas e fenômenos da natureza e da sociedade, com tendência a gosto por atividades abstratas (I), além de apreciar o comando e a liderança (E), interessando-se por atividades em ambientes fechados (como escritórios) e que propiciem a competição e persuasão. Esse perfil foi bastante semelhante ao do grupo masculino, apenas invertendo a ordem de apresentação dos tipos Empreendedor (E) e Investigativo (I), demonstrando que o sexo masculino pouco se diferencia do sexo feminino nos estudantes do ensino médio/técnico em Manaus (AM). Talvez isso esteja associado aos conteúdos tratados nos cursos do eixo *Controles e Processos Industriais* (BRASIL, 2012) do ensino médio/técnico dessa região norte do Brasil, onde são estimuladas atitudes investigativas e empreendedoras, para que o estudante ingresse numa empresa em que a atuação esteja relacionada a manutenção e desenvolvimento de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

tecnologias, como objetiva esse eixo da educação profissionalizante. Holland (1996) defende que uma escolha profissional é produto da hereditariedade do indivíduo e de várias influências, como a da família, de companheiros, do mercado de trabalho, da classe social, da cultura e da formação educacional, como se percebeu nos resultados do estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os objetivos do presente trabalho foram alcançados, permitindo caracterizar e analisar inclinações e interesses profissionais de estudantes de Manaus do ensino médio integrado ao técnico. Há limites, no entanto, no alcance desses resultados, visto que a amostra foi de conveniência e não contempla a diversidade de áreas de formação do ensino médio/técnico.

Contudo, os achados são promissores no sentido de que os dois instrumentos de avaliação psicológica (BBT-Br e SDS) demonstraram que as inclinações e os interesses profissionais dos estudantes do ensino médio/técnico na cidade de Manaus, de ambos os sexos, são marcados pela criatividade, imaginação e inovação em ideias (*radical G*), seguidos pela necessidade de ajudar e cuidar, incluindo relações interpessoais e contatos sociais (*radical S*), interesses em atividades investigativas e de pesquisa (*tipo Investigativo – I*) e interesses em persuadir, liderar e administrar (*tipo Empreendedor – E*). Tanto os radicais de inclinação quanto os tipos psicológicos se complementam e integram nos perfis profissionais identificados, podendo ser estimulados e fortalecidos pelos conteúdos oferecidos durante o ensino médio/técnico, numa integração possível entre a educação no ensino médio regular e a formação profissional por meio do ensino técnico.

A integração entre a educação e o trabalho (MELO-SILVA & MUNHOZ, 2012) pode dispor da orientação profissional e de carreira para que os estudantes conheçam suas inclinações e interesses profissionais, podendo desenvolver competências para a escolha de uma profissão e para construir a carreira atuando conscientemente no mundo (GUICHARD, 2012) e com satisfação profissional. Achtnich (1991) afirma que a atividade profissional exige disponibilidade afetiva, ou seja, uma inclinação motivacional, que ao ser identificada e satisfeita por meio de atividades, poderá preservar



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

a saúde e o bem-estar do indivíduo, premissa também postulada pela Teoria das Personalidades Vocacionais de Holland (1997).

Embora não apresentados nesse momento, o estudo mais amplo sobre os estudantes manauaras a partir dos instrumentos de avaliação psicológica aqui utilizados resultou também em evidências positivas sobre as qualidades psicométricas do Teste Foto de Profissões - BBT-Br e Questionário de Busca Auto Dirigida – SDS para a região norte do Brasil. Os dados, portanto, sinalizam que ambos os testes são válidos para a aplicação nessa região do país, especificamente na cidade de Manaus (AM), atendendo a diretrizes do SATEPSI, vinculado ao Conselho Federal de Psicologia (2010).

Estudos posteriores poderão avaliar indicadores relativos à maturidade para a escolha profissional ou especificidades relativas a cada curso técnico, traçando um perfil motivacional por curso e destacando cada carreira, para que o estudante ao ingressar o ensino técnico possa conhecer além das atribuições ocupacionais, as características necessárias para equilibrar-se profissionalmente perante suas necessidades internas. Poder-se-á dessa forma atuar em orientação profissional e de carreira, oferecendo contribuições para que estudantes potencializem seus recursos e sua satisfação com as exigências profissionais, de modo a favorecer seu crescimento pessoal e profissional, como proposto por Achtnich (1991).

REFERÊNCIAS

ACHTNICH, M. **BBT – Teste de Fotos de Profissões método projetivo para a clarificação da inclinação profissional**. São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia, 1991.

ATHANASOU, J. A. & VAN ESBROECK, R. Multilateral perspectives on vocational interests. **International Journal for Educational and Vocational Guidance**, 7, 1-3, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação (2012). **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. 180 p.

BRASIL. Ministério da Educação. (2016). **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: Apresentação**. In: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/apresentacao>. Acesso em 01 out 2016.

CAVALCANTE, L. I. P.; WEIGEL, V. A. C. M. **Educação na Amazônia: oportunidades e desafios**. Manaus: UFAM, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Avaliação psicológica, testes e possibilidades de uso. In: **Conselho Federal de Psicologia Avaliação psicológica:**



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

diretrizes na regulamentação da profissão / Conselho Federal de Psicologia. – Brasília, DF: 2010.

FRACALOZZI, N. M.N. **Educação para a carreira e interesses profissionais em estudantes do ensino médio regular e técnico.** 114 p, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Ribeirão Preto (SP): 2014.

GUICHARD, J. Life-Long Self-Construction. **International Journal for Educational and Vocational Guidance.** 5, pp. 111–124, 2005.

HOLLAND, J. L. Exploring careers with a typology: What we have learned and some new directions. **American Psychologist,** pp. 397-406, 1996.

HOLLAND, J. L; FRITZSCHE, B.A. & POWELL, A.B. **SDS – Self-Directed Search: Technical Manual.** Lutz: Psychological Assessment Resources, Inc. (PAR), 1994.

JACQUEMIN, A. **O BBT-Br: Teste de Fotos de Profissões: normas, adaptação brasileira, estudos de caso.** São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia, 2000.

JACQUEMIN, A.; MELO-SILVA, L. L.& PASIAN, S. R. Berufsbilder Test (BBT): teste de fotos de profissões em processos de orientação profissional. In: LEVENFUS, R. S. **Orientação Vocacional Ocupacional.** Porto Alegre: Artmed, pp. 211-224, 2010.

JACQUEMIN, A.; OKINO, E. T. K.; NOCE, M. A.; ASSONI, R. F.; PASIAN, S. R. **O BBT-Br Feminino – Teste de Fotos de Profissões: adaptação brasileira, normas e estudos de caso.** São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia, 2006.

MELO-SILVA, L. L.; LASSANCE, M. C. P. & SOARES, D. H. P. A Orientação Profissional no contexto da Educação e Trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional,** 5 (2), 31-52, 2004.

MELO-SILVA, L. L.; PASIAN, S.R; OKINO, E.T.K., MARANGONI, L.O. & SHIMADA, M. Teste de Fotos de Profissões (BBT-Br): estudo de follow-up de uma situação clínica uma década depois. In: LEVENFUS, R.S. (Org). **Orientação Vocacional e de Carreira em contextos clínicos e educativos.** Porto Alegre: Artmed, pp.155-170, 2016.

NOCE, M. A. **O BBT-Br e a maturidade para a escolha profissional: evidências empíricas de validade.** Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto (SP). 247 p., 2008.

OKINO, E. T. K. & PASIAN, S. R. Evidências de precisão e validade do Teste de Fotos de Profissões (BBT-Br). **Revista Brasileira de Orientação Profissional,** 11(1), 23-35, 2010.

PASIAN, S. R.; OKINO, E. T. K.& MELO-SILVA, L. L. O Teste de Fotos de Profissões (BBT) de Achnich: histórico e pesquisas desenvolvidas no Brasil. **Psico-USF,** 12 (20), 173-187, 2007.

PRIMI, R. Avaliação Psicológica no Brasil: Fundamentos, Situação Atual e Direções para o Futuro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** 26 (n. especial), 25-30, 2010.

PRIMI, R.; MANSÃO, C. M.; MUNIZ, M.& NUNES, M. F. O. **SDS - Questionário de Busca Autodirigida: manual técnico da versão brasileira.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

REGATTIERI, M. & CASTRO, J.M. **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração.** 2a. ed, Brasília (DF): UNESCO, 270 p., 2010.

SILVA, L.M; MELO, T.G.S. & NASCIMENTO, J.P. Ensino médio integrado e práticas pedagógicas integradoras: caminhos para a formação humana integral. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica,** 8(1), 2-10, 2015. Disponível em:





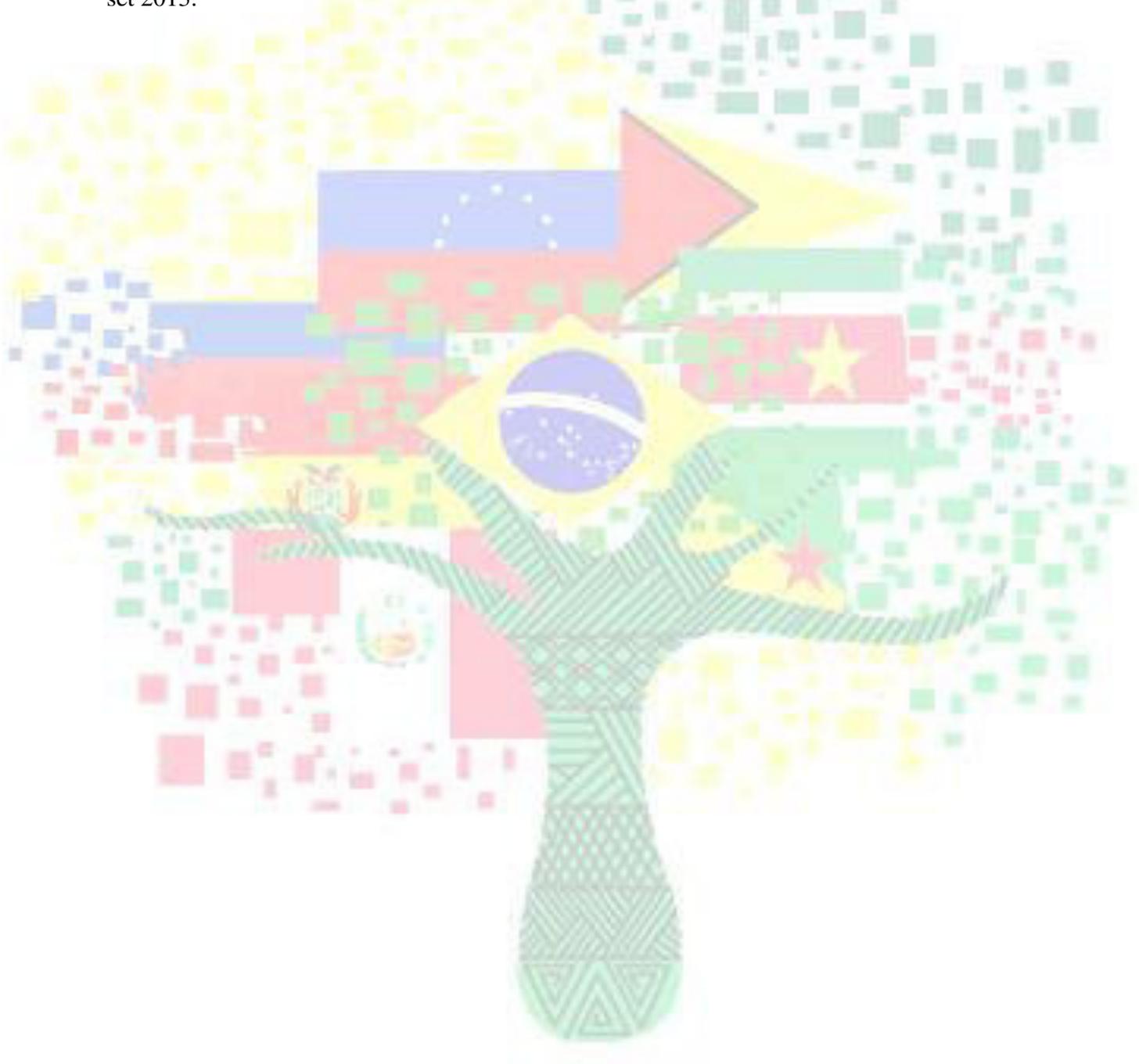
II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3560/1252>. Acesso em 01 out 2016.

SILVA-FILHO, J. H. & GOMES, M. S. **Levantamento de Interesses Profissionais de Jovens na Cidade de Manaus**. Monografia de conclusão de Curso. Faculdade de Psicologia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2009.

UNESCO/IAVEC(1999). **Strategies for Vocational Guidance in the Twenty-first Century**. Disponível:

<http://www.unesco.org/education/educprog/tve/nseoul/docse/rstratve.html>. Acesso 20 set 2013.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

JOGOS E BRINCADEIRAS INDÍGENAS: DIALOGANDO NUMA PERSPECTIVA INTERCULTURAL INDIGENOUS GAMES AND PLAYS: DIALOGGING IN AN INTERCULTURAL PERSPECTIVE

ADENILDO VIEIRA DE SOUZA ¹

souzaadenildo@yahoo.com.br

AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA ²

augustosouza97@gmail.com

RENNAN REIS MARTINS ³

rennanreis65@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivos proporcionar e descrever uma reflexão a partir da experiência de um projeto de Extensão, intitulado: jogos e brincadeiras indígenas: dialogando numa perspectiva intercultural. Foi desenvolvido na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFAM. O público da atividade constou de professores indígenas e não indígenas interessados na temática de jogos e brincadeiras. Ao decorrer do projeto constatamos que as ações pautadas na cultural corporal- jogos e brincadeiras indígenas- tiveram grande importância no processo de ensino e aprendizagem de caráter transdisciplinar na prática pedagógica dos indígenas e dos discentes orientadores. As etnias envolvidas na ação foram: kokama, karapãna, Tikuna e Sateré- Maué. As atividades foram voltadas à ressignificação das práticas corporais das comunidades, pois, nossa preocupação era em oferecer subsídios didáticos para que os professores vivenciassem as suas culturas através de práticas do cotidiano.

Palavras-Chave: Jogos e brincadeiras; cultural corporal; prática pedagógica; interculturalidade.

INTRODUÇÃO

Reflexões sobre os Jogos e brincadeiras indígenas na prática pedagógica

Este projeto, nasceu de uma necessidade quanto ao apoio didático-pedagógico aos professores indígenas, não indígenas, estudantes, pesquisadores e demais interessados, numa área de cunho cultural importantíssimo a qualquer comunidade, os jogos e brincadeiras. As literaturas nos mostram o papel que estes jogos têm na tessitura de

¹. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA e Professor Substituto da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia- FEF/UFAM.

². Discente de Educação Física – Licenciatura da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia- FEF/UFAM.

³. Discente de Educação Física – Licenciatura da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia- FEF/UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

saberes- costumes, valores, cooperação e ressignificação de povos tradicionais, indígenas e não indígenas. Os jogos estão presentes no cotidiano, seja no contexto urbano, na comunidade indígena ou na comunidades não indígena, eles se perpetuam de geração em geração, mudando alguns aspectos, algumas comunidades apenas os mantem em suas memórias, o que é um problema, pois, com o advento de meios que chamam a atenção dos mais novos - crianças, jovens e adolescentes, eles acabam deixando de lado o brincar ou o jogar, as vezes são esses que os fazem conquistar alguns espaços na sua comunidade, e também os auxiliam na aquisição de habilidades para que possam colocá-las em prática nas atividades cotidianas.

Este projeto proporcionou práticas pedagógicas com os jogos e brincadeiras aos professores indígenas que residem no contexto urbano de Manaus, onde trabalham com a educação escolar indígena, a maioria do público participante - os indígenas- não tem uma formação superior completa, apenas um está cursando, os outros apenas com o ensino médio. Dez indígenas iniciaram o projeto e cinco concluíram, umas das dificuldades alegadas foi a distância em se deslocar à Universidade. As atividades foram desenvolvidas na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia- FEFF- na sala do Laboratório de Estudos Socioculturais. Esta ação possibilitou também a mediação e o intercâmbio com os discentes, pois esta experiência por meio da Extensão é fundamental na formação acadêmica, como nos diz Severino (2007, p. 31):

A extensão se torna exigência intrínseca do ensino superior em decorrência dos compromissos do conhecimento e da educação com a sociedade, uma vez que tais processos só se legitimam, inclusive adquirindo sua chancela ética, se expressarem envolvimento com os interesses objetivos da população como um todo. O que se desenrola no interior da Universidade, tanto do ponto de vista da construção do conhecimento, sob o ângulo da pesquisa, como de sua transmissão, sob o ângulo do ensino, tem a ver diretamente com os interesses da sociedade.

A extensão é um dos pilares que sustenta as Universidades, um momento de experiência e conhecer a realidade de um determinado local para poder atuar por meio de vivencias pedagógicas. Os discentes que atuaram no projeto, todos do curso de Educação



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Física e Fisioterapia se viram desafiados, mas depois com as pesquisas e conhecimentos de práticas pedagógicas com essas populações puderam caminhar dialogicamente.

Tomamos como eixos norteadores, os jogos e brincadeiras indígenas, que se configuram como um dos principais meios educativos presentes na humanidade e entre as comunidades *sui generis*, como nos mostra Meliá (1979, p.19):

[...] é o jogo um dos elementos mais importantes da educação indígena. Sabe-se que a criança aprende brincando. A originalidade aqui é que o índio, já desde pequeno, brinca de trabalhar. Seu brinquedo é, conforme o sexo, os instrumentos de trabalho do pai ou da mãe. O índio, que brincou de trabalhar, depois vai trabalhar brincando. Seu jogo é brinquedo, não lhe deu ilusões, que depois a vida lhe negará.

Vimos nos jogos a importância para a cultura indígena, que tem papéis essenciais no contexto das comunidades as quais paralelamente, enfrentam barreiras em relação as vivências de suas práticas culturais. Nosso foco está na cultura lúdica indígena, por isso, necessitamos caminhar junto com a antropologia, não de forma isolada, mas, entrelaçada com a nossa área de formação, a educação física.

A partir do conhecimento construído por meio de pesquisas, conversas e oficinas referentes aos jogos e brincadeiras indígenas, pudemos fomentar práticas pedagógicas de cunho sociocultural que contribuiu com a ressignificação no processo educativo dos professores e que as levaram para as escolas indígenas possibilitando intervenções, trabalhando o universo lúdico, perpassando pelo sociocultural e educacional.

Um exemplo de trabalho que utilizamos para mostrar aos professores indígenas como modelo de prática pedagógica e intervenção foi o realizado por Felix, Aiambo e Pereira (2012) onde catalogaram os jogos e brincadeiras do povo *Tikuna* que reside em Manaus, elas foram descritas tanto no português quanto na língua materna, envolveu crianças, adultos e idosos da comunidade, para eles, é uma forma de valorizar a sua cultura. Os professores indígenas acharam interessante a iniciativa dos autores quanto ao projeto. Neste sentido, Barros (2015, p.159) nos afirma que “[...] a escola indígena deve oportunizar e facilitar o brincar enquanto processo de aprendizagem e desenvolvimento, seja através de atividades imitativas ou de outras formas de brincar”. Os jogos e brincadeiras estão presentes nas comunidades indígenas, no cotidiano das crianças,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

adultos e idosos, mas podem ser utilizados como facilitadores para se trabalhar outros conteúdos no contexto escolar.

Os Jogos e Brincadeiras e as Intervenções

As práticas vivenciadas neste projeto foram delineadas por meio de metodologias fundamentais no processo de ensino e aprendizagem como os recursos de mídias: filmes e documentários que abordaram as práticas corporais; metodologia de projetos; metodologia da pesquisa, está de forma adaptada para melhor compreensão dos professores indígenas, sendo um grande desafio e interessante de se trabalhar.

Em nossa primeira reunião com os professores indígenas, abordamos como seria o projeto em todas as etapas e em seguida mostramos um documentário intitulado: *jogos e brincadeiras do povo Kalapalo*, este foi elaborado por uma equipe do SESC de São Paulo. São apresentados a cultura -pintura, artesanato, costumes e as brincadeiras, sendo um total de 25 descritas e vivenciadas, com sua organização, participantes e regras. Foi interessante para que eles conhecessem trabalhos que vem acontecendo em outras regiões do Brasil, cujo objetivo é ressignificar e valorizar os jogos e brincadeiras. Muitos dos jogos apontados no documentário, já não eram mais praticados e graças ao projeto, foram sentidos e experienciados por toda a comunidade. Após a exibição do filme, discutimos como as brincadeiras são vivenciadas no cotidiano das comunidades e na prática pedagógica. No decorrer das conversas, alguns afirmaram que as brincadeiras indígenas não faziam mais parte do seu cotidiano e que nem as utilizavam nas práticas pedagógicas.

Os professores acharam interessante o projeto, diante disso, surgiram algumas ideias a serem desenvolvidas em suas comunidades, uma delas é ressignificar por meio de narrativas orais dos indígenas adultos e idosos das comunidades, as práticas socioculturais, dentre elas, os jogos e brincadeiras. Este era o intuito, instigá-los a perceberem a importância dos jogos para suas culturas. Assim como o projeto realizado acima teve um papel fundamental na prática da comunidade, em qualquer contexto é possível fazer com que os jogos e brincadeiras se tornem elementos fundamentais das práticas socioculturais, nos alicerçando na reflexão e nas práticas pedagógicas, Grando, Xavante e Campos (2010, p. 92) nos afirmam que:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O JOGO, como um saber a ser vivenciado coletivamente na escola, contribui para desenvolver as possibilidades de a criança criar novas formas de compreender sua realidade sociocultural, seu grupo social, a sociedade onde vive, outros povos e outras possibilidades de viver coletivamente. Seja imitando animais ou outras formas de criação imaginária no faz de conta, seja com brinquedos reais e situações de competições, no jogo, coloca-se em relação com um mundo de possibilidades novas.

Além do papel na formação sociocultural para a criança, apontado pelos autores, para os adultos e idosos tem a mesma importância, pois envolvem o coletivo, acontecem aprendizagens sociais e culturais na relação das crianças com os adultos e dos idosos.

As vivências dos jogos e brincadeiras de outras etnias e es reflexões

Na concepção de educação problematizadora de Paulo Freire (2015) propomos a reflexão quanto aos jogos e brincadeiras no contexto da comunidade e na prática pedagógica, a realidade e experiência de grupos preocupados com sua cultura, permeiam projetos com vista a valorização das brincadeiras, para que instigássemos os professores indígenas a refletirem, vivenciem e discutam seus papéis no contexto que estão inseridos, através dos jogos propostos e ainda não conhecidos pela maioria, pudemos pensar e agir para uma educação indígena efetiva ao contexto urbano, pois como nos aponta Freire (2015, p.100) “ a educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como *estão sendo* no mundo *com que e em que se acham*”. Entendemos que os professores indígenas devem pensar seus valores frente a sua prática pedagógica, e de que forma esses valores contribuem de forma efetiva para uma educação indígena vivenciada no contexto urbano.

O jogo da onça

Este é um jogo vivenciado por algumas etnias do Brasil, também há indícios de sua prática entre indígenas dos Estados Unidos da América. Yamã *et al* (2013) em sua obra descreve como *Xadrez Maraguá* e também Ribas (2013) em pesquisa realizada entre os Kaingang do Estado do Rio Grande do Sul foi identificado o jogo com a denominação de *jogo do tigre*, os autores os descrevem de acordo com suas peculiaridades de acordo





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

com o contexto sociocultural. Lima e Barreto (2005) em um projeto intitulado “Jogos Indígenas do Brasil” encontrou o jogo da onça em uma comunidade da etnia *Manchineri* do Estado do Acre. Segundo os autores o jogo acontece da seguinte forma:

Para o jogo são necessárias 15 peças, sendo uma representando a onça e 14 para os cachorros. Um jogador fica com a onça e o outro com os 14 cachorros. O jogador que representa a onça deverá capturar cinco cachorros. E o jogador que representa os cachorros deverá encurralar a onça deixando-a impossibilitada de se movimentar no tabuleiro. O jogador com os cachorros não pode capturar a onça devendo apenas imobilizá-la. O jogador com a onça inicia a partida movendo sua peça para qualquer casa adjacente que esteja vazia - para a onça valerá as mesmas regras do jogo de damas- em seguida o jogador com os cachorros deve mover qualquer de suas peças também para uma casa adjacente que esteja vazia. Os movimentos são permitidos em qualquer direção. A onça deve tomar cuidado para não entrar em sua toca (parte triangular do tabuleiro). Caso isso aconteça ela será encurralada pelos cachorros. O jogador com a onça pode capturar mais de um cachorro se possível. O jogo acontece de forma alternada até um dos dois vencer a partida. O jogo acaba quando a onça captura cinco cachorros ou quando os cachorros imobilizam a onça na parte triangular, já descrita acima.

Processo de elaboração do jogo

Após apresentação do jogo aos professores, organizamos os participantes em dois grupos e se deu início ao processo de elaboração. Os materiais utilizados foram: lápis, régua, caneta, pincel, papel, jornal velho (para fazer cachorros) e uma tampa de garrafa (a onça), cada grupo elaborou o jogo ao seu modo. O primeiro grupo começou fazendo o quadrado central utilizando a margem do papel como referência para o tabuleiro para que não ocorresse imperfeições, já o segundo grupo marcou quatro pontos nas extremidades de onde cruzaram de um ponto para o outro um dando o formato de ‘x’. As duas equipes conseguiram elaborar o jogo e em seguida jogaram segundo as regras.

Reflexões didáticas

O jogo da onça é um jogo de tabuleiro que requer estratégia, raciocínio lógico-matemático e atenção. Além disso possível atribuímos conceitos e atitudes. Conceito quanto as características socioculturais das etnias que o jogam detém, as regiões que se



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pode encontrar e suas semelhanças e diferenças, é possível que se reflita o papel cultural deste jogo. Já as atitudes podem ser trabalhadas no decorrer do jogo, uma das formas pode ser vivenciada da maneira que fizemos, onde em vez de um jogador para representar a onça ou o cachorro, um grupo os representará, esses trabalharão em parceria e cooperação armando, realizando estratégias e as jogadas. Outra forma é desenhar o jogo no chão, em vez de tampas, os jogadores representam os animais, também exige o trabalho em equipe. Os professores vivenciaram as formas acima, também vimos as possibilidades de variar a quantidade de peças, como duas ou três onças, e ainda 20 ou 30 cachorros.

Alguns professores não conheciam esse jogo, acharam interessante e em encontros posteriores falaram que realizaram experiências em suas escolas junto aos seus alunos que acharam muito interessante. Pensamos numa abordagem transdisciplinar, em que se pode trabalhar a matemática, a história, a geografia e a educação física. Os professores foram falando as possibilidades de como explorar.



Figura 1- processo de elaboração do jogo da onça

Jogo da Banana

Este jogo gráfico é desenhado num terreno, sendo um retângulo, medindo aproximadamente 2mx1m, o tamanho fica a critério dos jogadores, na parte interna em sua extremidade e no centro são desenhados nove pequenos quadrados, no quadrado do centro são colocados nove rodelas de bananas empilhadas. Feito isto, forma-se duas equipes e por meio de uma forma de escolha, uma equipe munida de uma bola tenta derrubar as rodelas, se conseguiu deverá imediatamente colocar cada rodela nos nove quadrados, se conseguir ganha o jogo, só que, enquanto isto, a outra equipe, com a bola tentará acertar os membros das equipes que derrubaram as rodelas, tentando queimá-los para eliminar os integrantes do jogo, se eles conseguirem eliminar todos os integrantes sem que eles coloquem todas as rodelas, ganham o jogo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas



Figura 2- Jogo da Banana, jogado entre os Tikunas.



Figura 3- documentário sobre jogos e brincadeiras indígenas

Processo de elaboração:

Após apresentarmos o jogo aos professores, elaboramos o mesmo na sala que desenvolvíamos as atividades, utilizamos fita adesiva colorida e iniciamos a demarcação. No lugar das rodelas de bananas as substituímos por tampas de refrigerante. O jogo é bem dinâmico, na figura (2) acima, mostramos uma adaptação colocada pelos professores. O jogo pode ser desenhado na terra ou num piso se utilizando de giz ou outro material. O formato pode ser tanto retangular quanto quadrangular.

Reflexão didáticas

No decorrer da elaboração, os professores foram descobrindo formas de como trabalhar na escola, conceitos matemáticos como geometria plana, adaptação de jogos lógico-matemáticos, história, as regras, similaridades e diferenças, foram refletidas por toda a equipe. Uma ideia boa como forma de se trabalhar a língua materna proposta pelos professores era escrever nos pequenos quadrados uma palavra em português e nas tampinhas as mesmas palavras, mas na língua materna, e no momento da dinâmica do jogo, as tampinhas deveriam ser colocadas nas palavras que as significam, atenção, conhecimento do significado, motricidade, cooperação, são necessários a essa atividade. Assim como os números, as figuras podem ser utilizadas na adaptação onde se pode associar a imagem contida na figura (animais, plantas, atividades cotidianas, dentre outros) à palavra na língua materna contida no jogo.

Destacamos alguns jogos bem conhecidos que serviram como mediadores para se trabalhar práticas pedagógicas pensando na alfabetização da língua materna e da portuguesa, as atividades não se concentram na linguística, pois requer um trabalho



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

específico. As atividades descritas abaixo, pautam-se no que Kishimoto (2011, p.40) chama de jogo educativo, a autora afirma que “o uso do brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para a relevância desse instrumento para situações de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento infantil”. Pensamos que não somente é relevante para o desenvolvimento infantil, mas também para os adolescentes, adultos e idosos, sendo mais necessário quando trabalhamos na perspectiva da valorização de um elemento cultural tão importante para uma sociedade.

Alfabeto Intercultural

Descrição do jogo: Tem como função identificar as palavras, construindo através de jogos e brincadeiras, utilizando de letras e palavras do alfabeto, tornando-se um facilitador para aprendizagem de uma nova língua, pronuncia. Esta atividade serve de base para a fabricação de novos materiais didáticos.

Como confeccionar:

- 1 - Transcrever o alfabeto na língua materna;
- 2 – Relacionar as letras do alfabeto na língua materna com o alfabeto da língua portuguesa;
- 3 – Tradução de algumas palavras da língua materna para o português.

Caça palavras

Descrição do jogo: Identificar e conhecer letras e palavras do alfabeto, utilizando de palavras na língua materna, sendo “caçadas” em português ou vice versa. Serve como formar de facilitar a escrita e a leitura por parte da criança, estimulando o raciocínio, não se limitando apenas as palavras a serem procuradas, mas também, a uma variedade de palavras possíveis e imagináveis.

Como confeccionar:

- 1 - Houve a seleção das palavras com suas devidas traduções;
- 2 - Foram formadas as palavras dentro do quadrado a serem procuradas;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

3 - Os quadrados restantes foram preenchidos com letras e palavras aleatórias.

Observação: Foram apresentadas outras variações na confecção do jogo, alterando a ordem com o qual ele seria feito.

Jogo da Memória

Descrição do jogo: Identificar e associar figuras de animais, frutas, plantas e outros a escrita tanto na língua materna de cada etnia quanto na portuguesa, através da memorização e aprendizado. As figuras têm função facilitadora para a aprendizagem do aluno por meio da imagem, com auxílio da escrita e oralidade durante o jogo. Nos preocupamos em utilizar nas figuras, as plantas e os animais da região Amazônica como exemplo: tucumã, o açaí e o taperebá. Já os animais foram: o jabuti, a onça, a cutia, dentre outras.

Como confeccionar:

- 1 – Pesquisa das figuras em pares (animais, plantas e frutas);
- 2 – Padronização do tamanho da base do jogo (papel cartão);
- 3 – Seleção, recorte e colagem das figuras a serem utilizadas;
- 4 – Realização da escrita nos cartões, um na língua materna e outro em português.

Bingo intercultural

Descrição do jogo: Associar e assimilar palavras pronunciadas em português, mas que devem ser marcadas na cartela, na língua materna. Possui as mesmas regras do bingo tradicional, alterando apenas os números por palavras escritas na língua materna de cada etnia.

Como confeccionar:

- 1 – Confeção da cartela de bingo;
- 2 – Catalogação de palavras na língua indígena juntamente com suas traduções;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

3 – Preenchimento da cartela com as palavras catalogadas apenas na língua materna;

4 – Recorte das palavras que serão sorteadas.

Observação:

Possíveis variações: palavras pronunciadas na língua materna e transcritas em português. Palavras pronunciadas na língua materna ou em português e a cartela preenchida com imagens. Variação numérica, onde os números a serem sorteados são transcritos na cartela na língua materna. “Bingo matemático intercultural” onde na cartela haverá operações (soma, subtração, multiplicação e divisão) e será pronunciado o resultado na língua materna.



Figura 3- Jogo da Memória e os alfabetos junto aos caças palavras.

Projetos de eventos e de pesquisa: práticas e reflexões pensados nos contextos indígenas

No decorrer do projeto, optamos por proporcionar uma unidade que contemplasse a elaboração de projetos sob duas perspectivas, o projeto de evento e o projeto de pesquisa. No projeto de evento, desenvolvemos a partir de uma problemática levantada pelos professores indígenas, que seria a dificuldade na elaboração de projetos para conseguirem algum tipo de apoio financeiro e cultural nos editais culturais que são abertos pelas secretarias de cultura do estado do Amazonas. Entendemos a partir de Lück (2013, p. 27) o projeto como:

[...] um conjunto organizado e encadeado de ações de abrangências e escopo definidos, que focalizam aspectos específicos a serem abordados num período determinado de tempo, por pessoas associadas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e articuladoras das condições promotoras de resultados, com um determinado custo.

Após a apresentação conceitual do projeto, definimos um tema essencial aos professores indígenas, *A educação escolar indígena*, por ser bem ampla, especificamos na valorização da língua materna. Trabalhamos por seguimentos que constituem um projeto: tema, justificativa, objetivos, procedimentos metodológicos, cronograma e orçamento. Em cada seguimento desse, apresentamos suas características e funções de forma simples, para que os professores pudessem compreender, pois, a maioria das referências que tratam de projetos, detêm de uma linguagem técnica e muitas das vezes de difícil compreensão. Nosso desafio foi em tentar adaptar à realidade dos professores indígenas, apesar da dificuldade, juntos pudemos desenvolver a temática proposta, resultando na elaboração de um projeto. Neste sentido, essa atividade corroborou com a aprendizagem dos professores, alcançando uma compreensão das condições da realidade para assim efetivá-la de forma reflexiva, articulando e propondo mudanças delineadas pelo espírito científico, Lück (2013).

No projeto referente a pesquisa científica, sem dúvida, foi um grande desafio tanto para os orientadores quanto aos professores indígenas, pois seu processo de adaptação a uma linguagem de simples compreensão requereu muita atenção e mudanças. Utilizamos duas obras que nortearam nossas ações: *Pesquisa Social: Teoria, método, e criatividade*, organizado por Maria Cecília Minayo; *Metodologia da pesquisa-ação* do autor Michel Thiollent e *Etnografia da prática escolar* de Marli Eliza André. Trabalhamos de forma simples as etapas que constituem a elaboração de uma pesquisa, como o tema, problemática, objetivos, justificativa, referencial teórico, procedimentos metodológicos, cronograma e referências. No início muita dificuldade, mas com a prática e realização de uma pesquisa é possível assimilar bem. Conforme Minayo (2015, p.16):

Entendemos por *pesquisa* a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*. As questões de investigações estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos.

No contexto indígena, especificamente na educação escolar indígena, melhorias precisam acontecer, e por meio de pesquisas, acreditamos que é possível proporcionar práticas pedagógicas valorizando o contexto sociocultural. Para efetivar uma pesquisa, propomos e a denominamos de *memória da cultura lúdica dos professores indígenas*, nessa, pedimos para que, por meio de narrativas orais e descrições junto aos desenhos fossem catalogados, um ótimo exercício, muitas brincadeiras foram lembradas e outras aprendidas. Apesar de terem poucas experiências quanto a metodologia de investigação científica tradicional, mas, é necessário para a realização e consolidação de pesquisas, utilizamos algumas metodologias e técnicas como a pesquisa participante, os recursos audiovisuais.

Cohn (2005) em sua obra *Antropologia da Criança*, nos mostra como se trabalhar de forma dialógica com as crianças, onde devemos atuar com condições de igualdade pensando na criança como sujeito social ativo e atuante. Isso foi mostrado aos professores, com intuito de refletirem sobre o papel das crianças em seus contextos socioculturais. A autora, ainda descreve como proceder ao realizar um trabalho de investigação com crianças quando se utiliza os desenhos, “tendo os desenhos em mãos, o pesquisar pode pedir às crianças que os comentem, ou mesmo que elaborem histórias ao seu respeito” (2005, p. 46). No processo de participação do projeto, os professores indígenas iniciaram um trabalho com os desenhos das crianças nas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta contribuiu de forma significativa aos professores indígenas e aos acadêmicos que colaboraram na execução do projeto. As atividades procuraram, possibilitar e oferecer propostas didáticas no âmbito da Educação Escolar Indígena mediadas pelos jogos e brincadeiras para se pensar as práticas socioculturais das comunidades como conteúdos dialógicos num processo de ressignificação.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Contudo, a proposta efetivou as ações de acordo com a realidade dos professores indígenas, procuramos em conjunto, refletir e organizar as atividades de acordo com as problemáticas por eles levantadas, firmando assim, um processo de interculturalidade em que, discentes da comunidade acadêmica e professores indígenas num processo dialógico, pudessem aprender e ensinar valores e atitudes necessários ao ser humano.

REFERÊNCIAS

BARROS, João Luiz da Costa. *O brincar e suas relações interculturais na escola indígena*. Curitiba, Appris, 2015. 193. p.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. *educação física*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 96.p.

COHN, Clarice. *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 58.p.

DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 104.p.

FELIX, Aldenor Basque; AIAMBO, Esau Martins; PEREIRA, Jhones Rodrigues. *O livro de brincadeira do povo Tikuna*. Manaus: Governo do estado do Amazonas- Secretaria de Estado e Cultura, 2012. 37.p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 253 p.

HERRERO, Marina; Fernandes, Ulysses; FRANCO NETO, João Veridiano. *Jogos e brincadeiras do povo Kalapalo*. São Paulo: SESC, 2006. 252.p.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org). *Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Mauricio; BARRETO, Antônio. *O jogo da onça e outras brincadeiras indígenas*. São Paulo: Panda Books, 2005. 73.p.

LUCK, Heloísa. *Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 142.p.

MARIN, Elizara Carolina; RIBAS, João Francisco Magno. *Jogo Tradicional e Cultura*. (Org). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. 304. p.

MELIÁ, Bartolomeu. *Educação indígena e alfabetização*. Loyola, SP, 1979.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MINAYO, Maria Cecília. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília (Orga). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.p.9-29.

YAMÃ, Jaguarê et al. *Maraguápéyára: a história do povo Maraguá*. Manaus: Valer, 2014. 206.p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007. 304.p.

GRANDO, Beleni Saléte; XAVANTE, Severiá Idioriê; CAMPOS, Neide da Silva. JOGOS/BRINCADEIRAS INDÍGENAS: A MEMÓRIA LÚDICA DE ADULTOS E IDOSOS DE DEZOITO GRUPOS ÉTNICOS. In: *Jogos e culturas indígenas: possibilidade para a educação intercultural na escola*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

KARATÊ: UMA ARTE MARCIAL PARA DISCIPLINA, DISTANCIAMENTO E AUTOCONTROLE

Antônio Lima Pinto ¹

Gláucio Campos Gomes de Matos²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo destacar a associação da experiência profissional de mais de 45 anos como artista marcial com a teoria eliasiana. Detentor do 5º Dan (grau) de Karatê (técnicas de mãos vazias) e do 3º Dan de Kobu-Do (caminho da luta com armas antigas de Okinawa/Japão), apresentamos neste trabalho, a experiência de campo com a teoria do processo civilizador. Vimos, *in locu*, que o Karatê, sob normas e preceitos filosóficos, é uma arte marcial que muda comportamento e disciplina o indivíduo, contribuindo para o autocontrole, contenção das pulsões e o distanciamento do praticante de artes marciais, no contexto da sociedade manauara/AM.

Palavras-chave: Autocontrole; Distanciamento; Artes marciais/Karatê.

ABSTRACT: This article aims to highlight the association of field practice with theory. Holder 5th Dan (degree) Karate (technical empty) and 3rd Dan Kobu-Do (way of fighting with old weapons from Okinawa/Japan), with over 45 years as a martial artist, presented in this work, field experience with the theory of the civilizing process. We saw, *in locu*, that karate under norms and philosophical principles, is a martial art that changes behavior and discipline the individual, contributing to self-control, restraint of drives and the distancing of the martial arts in the context of manauara society/AM.

Keywords: Self-control; Distancing; Martial Arts/Karate.

¹Graduado Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Pós-Graduado Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UFAM); e Mestrando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM).

²Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 1986; Mestrado e Doutorado em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (2008). Professor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFAM. Estuda os processos civilizadores com base na Teoria de Norbert Elias - poder, figuração, interdependência, individualização. Professora titular do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

As artes marciais, com destaque e ênfase para o Karatê, enquanto esporte institucionalizado e agora olímpico, caracteriza-se como uma das modalidades de lutas que, com seus princípios e normas amparados pela sustentação científica, pode proporcionar benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais.

Do ponto de vista civilizatório, o praticante sob orientação adequada do Sensei (título honroso de professor experiente de Karatê), desenvolve o aumento da potência muscular dos membros, da força, da resistência e da flexibilidade. Potencializa suas qualidades físicas, tornando-se técnica e fisicamente superior a outro indivíduo não-praticante.

Resistência, hipertrofia muscular, aumento da força associado ao aperfeiçoamento de habilidades de membros superiores, assim como técnicas apuradas de ataques e defesas, tornam o indivíduo praticante, uma arma de guerra, sem precedente.

Num olhar dicotomizado, as mãos do Karateka (praticante de Karatê), seus dedos, punhos, cotovelos, joelhos e pés tornam-se armas de um ser biológico capaz de quebrar tábuas, telhas, coco e outros objetos inanimados, com o uso da técnica (Tameshi-Waza). Imagina o que pode fazer com outro indivíduo. No entanto, esse ser biológico, inserido nos princípios do Karatê, não é para treinar sua natureza, para torná-lo um instrumento de matar, como ocorria em outro período da história. Assim podemos destacar os benefícios psicológicos e sociais proporcionados pela prática do Karatê.

Na formação do Estado, segundo Elias (1994), fomos obrigados a conviver uns com os outros. Nesse sentido, o indivíduo inserido na prática do Karatê contemporâneo não é preparado para matar, como o fora outrora; ele é conduzido para mudar suas atitudes, controlar suas pulsões, controlar suas emoções ou seja, o indivíduo é levado a nível de discernimento intelectual para evitar o agir sob impulsos descontrolados. Isto é que Elias (1998) vai designar de distanciamento.

As normas e os princípios filosóficos do Karatê convergem para tais objetivos nos quais a disciplina é essencial. Com isso, almeja a inclusão social de indivíduos, o autocontrole para impulsos de violência, em outras palavras, prepara o indivíduo de corpo e alma para que seja, conforme seu comportamento, aceito socialmente, quer seja na sociedade manauara ou em qualquer outra sociedade cujo os preceitos civilizatórios destacam o autocontrole.

AS ARTES MARCIAIS - ORIGENS

As artes marciais, numa abordagem introdutiva, teriam sua origem no Oriente, China e Índia, as quais posteriormente foram disseminadas em países como o Japão, Coreia e Sudeste Asiático e, somente depois, para o Ocidente. Nesse sentido, Haward



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Reid e Michael Croucher, destacam

Trata-se evidentemente de um termo ocidental, que deriva do termo latino do planeta Marte, o deus romano da guerra. Foi escrito pela primeira vez em língua inglesa no ano de 1357, por Geoffre Chaucer, que se referiu ao “tourney marcial”, da época medieval. E, 1430, o termo já era usado em referências ao treinamento para a guerra, aos próprios atos de guerra e também aos esportes. HOWARD; MICHAEL (1983, p. 12).

Para se ter uma ideia de periodicidade, os mesmos autores se referem a achados históricos que remetem ao possível início das artes marciais, conforme se destaca

Pode ser que o testemunho mais antigo da existência das artes marciais, a ser levado em conta com muito cuidado, nos seja dado por duas pequenas peças babilônicas, encontradas por pesquisadores, datadas de entre 3000 e 2000 a.C. Ambas são representações de dois homens lutando. O braço de um deles está na característica posição de bloqueio, que é tão fundamental nas artes marciais modernas. A outra peça consiste numa estatueta de dois homens lutando, cada um dos quais segura o cinto do outro. Trata-se de uma forma rara de luta de agarrar, desconhecida no Ocidente mas muito famosa na luta japonesa chamada sumô. Não há nenhum outro indício de que as artes marciais tenham surgido no Crescente Fértil, mas muitas outras ideias importantes começaram lá e de lá disseminaram-se para o Oriente e o Ocidente. HOWARD; MICHAEL (1983, p. 22).

Por oportuno, registra-se que a região do *Crescente Fértil*, mencionada pelos autores, engloba as áreas do atual Israel, Jordânia e Líbano, e partes geográficas da Síria, Iraque, Egito e Sudeste da Turquia.

Por outro lado, há outros registros que indicam o nascimento de artes marciais com datas mais antigas. Nesse sentido, segundo BUENO; TORRES (2014, p. 97), a modalidade de luta conhecida por

Sipalki-Do é uma arte marcial tradicional, criada há 4.300 anos pelos mongóis. Das duas principais tribos trilharam caminhos diferentes, uma foi para o Norte, a outra viajou para o Sul da Ásia. Uma delas ocupou a península, que hoje é chamada Coreia do Sul. Lá os mongóis introduziram várias artes marciais.

Como se observa, não há muita precisão no tempo e espaço sobre o efetivo início da prática das artes marciais, em decorrência de poucos ou até pela ausência de material escrito dessas épocas, tendo em vista o ensino se caracterizar pela oralidade.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Há, no entanto, em tempos mais recentes, lendas ou Histórias, uma das quais relata que o monge indiano de nome Bodaitara (a pérola da suprema iluminação), em japonês Daruma (boneco), mas também conhecido por Bodhidharma, que teria desenvolvido um estilo de luta, o Shaolin Kung Fu, no templo budista Shaolin, por volta do século VI. Esta modalidade posteriormente foi disseminada em Okinawa/Japão, então reinado de Ryukyu, no século XVIII, influenciando e contribuindo grandemente com o nascimento e desenvolvimento da já incipiente arte marcial local, o Te (Mão), que era desenvolvido principalmente na cidade de Shuri, mas também em Naha e em Tomari, por isso mesmo, com a junção de técnicas dos dois estilos (o chinês e o okinawano), a modalidade recebeu o nome de To De (Punho da China). Posteriormente, pela necessidade de uma nova configuração local de poder, que representava cada um dos clãs locais, então passou a se chamar Shuri-Te (Mão de Shuri), Naha-Te (Mão de Naha) e Tomari-Te (Mão de Tomari). Depois Okinawa-Te e, finalmente Karatê, no final do século XIX. No início do século XX, com Okinawa já politicamente anexada ao Japão, o Karatê passa a ser praticado oficialmente como esporte institucionalizado no país. Portanto, Karatê é uma arte marcial que teve forte influência do Shaolin Kung Fu chinês, do templo budista de Shaolin.

Daí se originaram vários estilos de Karatê, dentre os quais o Shorin-Ryu, o Shotokan; Shito-Ryu; Goju-Ryu, Wado-Ryu, dentre outros.

A ARTE MARCIAL KARATÊ COMO ESPORTE INSTITUCIONALIZADO E OLÍMPICO

O Karatê é uma arte marcial de defesa pessoal sem uso de armas, outrora praticada como instrumento de preparação de guerreiros, o qual, no entanto, atualmente é praticada como esporte em vários continentes, onde seus adeptos aprendem uma nova filosofia de vida, na construção de um espírito desenvolvido em um corpo forte. Ressalta-se que o Karate, depois de anos de reivindicações pelos órgãos dirigentes, a modalidade finalmente foi aprovada como esporte olímpico pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), juntamente com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), durante os Jogos Olímpicos realizados no Brasil (agosto de 2016).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O Karatê contemporâneo, segundo HOWARD; MICHEL (1983, p. 229)

Depois do judô, o grande sistema marcial desarmado que apareceu no Japão foi o Karatê de Okinawa. Em 1921, o príncipe Hirohito, filho do imperador, fez uma visita a Okinawa, onde assistiu a uma demonstração de karatê comandada por Funakoshin Guichin, mestre do karatê Shuri-Tê [...]. No ano seguinte Funakoshi foi convidado a ir a Tóquio apresentar sua arte à nação japonesa; e partindo dessa origem humilde, seu estilo – depois conhecido como Shotokan, do nome de seu dojô ou salão de treinamento – cresceu até se tornar a corrente principal dos caminhos marciais japoneses.

Por oportuno e não menos importante entende-se como pertinente falar do termo esporte (ou desporto), citado no parágrafo anterior, conforme

Muitos tipos de desportos que hoje são praticados, de maneira mais ou menos idêntica, por todo o mundo tiveram origem na Inglaterra. Daqui propagaram-se para outros países, principalmente na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. O futebol, sob a forma que se tornou conhecido na Inglaterra por *Association Football* ou por intermédio da abreviatura popular *soccer*, foi um deles. Corrida de cavalo, luta, boxe, tênis, caça à raposa, remo críquete e atletismo foram outras formas. O termo *sport* também foi largamente adotado por outros países como um termo genérico para esse tipo de passatempo. ELIAS; DUNNING (1992 p. 187).

Os estilos de lutas do passado, praticados no Ocidente não possuíam características muito semelhantes com as praticadas na Índia, China ou, posteriormente, às do Japão. O boxe e a luta livre greco-romana eram muito diferentes das praticadas no Oriente, no entanto já se tratava de uma relação de pertinência com as artes marciais.

Nesse contexto, cita-se, por exemplo, o pancrácio, um estilo de luta grego praticada com extremo nível de violência, para o olhar civilizado de nossos dias, era normal a aplicação de uma série de golpes até a morte do adversário, no entanto, permitida em regras pela então Cidade-Estado. Nesse aspecto, Norbert Elias e Eric Dunning enfatizam

No pancrácio o adversário lutava com todas as partes do corpo, as mãos, os pés, os cotovelos, os joelhos, os pescoços e as cabeças; em Esparta usavam mesmo os pés. Os lutadores do pancrácio podiam arrancar os olhos uns dos outros...podiam, também, obstruir, agarrar os pés, narizes e orelhas, deslocar os dedos e braços e aplicar estrangulamentos. No caso de conseguirem derrubar o outro, podiam sentar-se sobre ele e bater-lhe na cabeça, cara e orelha; também podiam dar-lhe pontapés e pisá-lo. Não é preciso dizer que os lutadores desta prova brutal eram atingidos, por vezes, pelos mais terríveis ferimentos e, não raro, morriam. O pancrácio dos jovens efesos era provavelmente o mais brutal de todos. Pausânias, Geógrafo e viajante grego, 115-180 d.C. diz-nos que os lutadores lutavam com unhas e dentes, mordiam e rasgavam



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

os olhos uns dos outros. ELLIAS; DUNNING(1992 p. 201).

Também pode-se citar o boxe grego, comum às outras formas de preparação de lutas corporais e praticadas nas cidades-Estado gregas, mas diferente do boxe inglês nos séculos XVIII e XIX, era considerado tanto como um meio de preparação para a guerra como para competições de jogos. Nesse contexto, também estão inseridas as modalidades de lutas dos gladiadores romanos com suas técnicas, que eram realizadas para agradar ao público, que embora violentas tinham diferença em comparação com as praticadas no Oriente.

A inserção dessa arte marcial no Brasil deve-se, principalmente, ao deslocamento para o país dos mestres japoneses, no começo do século XX. A primeira academia (dojo) a que se tem notícia somente teria sido fundada em 1956, pelo sensei Mitsuke Harada, do estilo Shotokan, na cidade de São Paulo. Em seguida também chegaram ao país os mestres Yasutaka Tanaka e Sadamu Uriu, que se instalaram no Rio de Janeiro; Hiashiro, em Brasília/DF; Eisuko Oishi, na Bahia; e Yoshihide Shinzato, do estilo Shorin-Ryu, em São Paulo/SP.

Segundo dados da revista *Grandes Mestres das Artes Marciais no Brasil* (2014, pp. 10/11)

Em 1960, com a criação da Associação Brasileira de Karatê, pelo mestre (Shihan) Akamine, o Karatê experimentou um crescimento importante em todo o país... Yoshihide Shinzato, do estilo Shorin-Ryu, que apesar de ter chagado ao país em 1954, somente fundou seu dojo em 1962, a Academia Santista de Karatê Shorin-Ryu, em Santos/SP que, em 1970 passa a se chamar União Okinawa Shorin-Ryu Karatê-Do Brasil, uma das maiores organizações de Karatê do mundo.

Como praticante do Karatê Shorin-Ryu, faixa preta 5º Dan pela Confederação Brasileira de Karatê (CBK), e faixa preta 3º Dan de Kobu-Do (Caminho das técnicas com armas nativas de Okinawa), aluno do saudoso Grão-Mestre Yoshihide Shinzato, e como o primeiro representante do estilo no Amazonas, descrevo o que me foi passado pela oralidade, a história da modalidade.

Para contextualizar um pouco a historicidade, fala-se de forma sucinta, da árvore genealógica do Karate. Os mestres que contribuíram para a criação do Karatê, inclusive do estilo Shorin-Ryu atual, desde o reino Ryukyu até a atual Okinawa, por ordem cronológica foram, respectivamente, Peichin Takahara, no século XVIII; Kanga Sakukawa, no início do século XIX; Sokom Matsumura, no final do século XIX, seguido de seu aluno, Anko Itosu até o início do século XX.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Chochin Chibana (1885-1969), aluno e sucessor de Anko Itosu, fundou oficialmente o estilo Shorin-Ryu (Pequeno Bosque ou Jovem Floresta), nome influenciado pelo templo chinês Shaolin, que tem o mesmo significado. Com sua morte, em 1969, seu aluno Katsuya Miyahira (1918-2010) deu prosseguimento na direção geral do estilo.

No Brasil, o primeiro representante do estilo Shorin-Ryu, desde a década de 50 foi o grão-mestre Yoshihide Shinzato (1927-2008), que chegou ao país em 1954 e, em 1962 fundou a Associação Okinawa Karate-Do Shorin-Ryu (AOKSR) para congregar oficialmente os adeptos locais e, respectivamente a União Shorin-Ryu Karatê-Do Brasil (USRKB) e, em nível internacional, a International Union Shorin-Ryu Karate-Do Federation (IUSRKF) para unir a todos os afiliados espelhados não apenas no Brasil, mas também em nível internacional. Para representar sua identidade própria, fundou a Shinshukan (Shin, de Shinzato; Shu, de Yoshihide; e Kan de associação), uma forma de identificar a todos os seus seguidores, mas com um sentido mais profundo que representa um código de postura, princípios e éticas a serem seguidos.

Com a morte de Yoshihide Shinzato, em 13/01/2008, seu filho Masahiro Shinzato, grão-mestre 9º Dan, assume a direção geral da organização Shinshukan.

Contextualizando, também de forma sucinta, sobre as organizações do Karate, relata-se que a expansão desta arte marcial em níveis internacionais o crescimento de seus adeptos geraram a necessidade de criação, respectivamente, da União Mundial de Karate-Do Organização, em inglês World Union Karate-Do Organization (WUKO) e posteriormente da Federação Mundial do Karatê, em inglês World Karate Federation (WKF), na década 80, resultou também na formação legal das organizações nacionais e estaduais específicas do Karatê.

No Brasil a organização das entidades do Karatê começou com a legalização das associações desportivas e suas respectivas federações na década de 80, em níveis estaduais e, do órgão dirigente nacional da modalidade, a Confederação Brasileira de Karatê (CBK), fundada em 11 de Setembro de 1987.

Nessa nova configuração, na cadeia de comando hierárquico na teia de interdependência, a autonomia relativa da CBK por vez, passa a ser subordinada às instâncias superiores, como a já citada WKF, e ligada ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), entidade subordinada ao Comitê Olímpico Internacional (COI). Com as organizações do Karatê recém-criadas os atores nelas envolvidos passaram a pleitear a inserção da modalidade nas Olimpíadas, mas também a elas obedecem a uma hierarquia, por conseguinte, sujeitas às ordens superiores, entre as quais a urgente criação e prática de novas normas de arbitragem e aplicação severa de penalidades a infratores, visando principalmente, ao controle dos golpes e das ações resultantes de pulsões agressivas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

OS PRINCÍPIOS ÉTICOS E AS NORMAS DO KARATÊ COADUNADAS COM A TEORIA DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO

Com a prática do Karatê, o Karateka aprende os princípios e ideais filosóficos como o respeito; paciência; responsabilidade; sociabilidade; justiça; e contenção das pulsões de agressividade. Assim, diante das exigências civilizatórias é que acreditamos no Karatê como um instrumento, uma arte marcial que colabora na disciplinarização do indivíduo, esteja ele em risco social ou não.

Segundo FUNAKOSHI, Guishin^{*}, um Karateka tem como lema: “esforçar-se para a formação do caráter (disciplina); criar um espírito de esforço, de superação (determinação); respeitar acima de tudo (respeito); conter o espírito de agressão (desapego); fidelidade para com o verdadeiro caminho da razão (honra)”.

Como fortalecimento do código de postura, enquanto princípios éticos e filosóficos da Shinshukan (academia de Yoshihide Shinzato), todos os Karatekas (professores e alunos) devem recitar em voz alta, para sua auto reflexão e cumprimento no dia a dia, antes e ao término dos treinamentos, o Dojo-Kun (conjunto de regras, de ideais filosóficos da academia), que se constitui de cinco preceitos únicos, sem hierarquia, Hitotsu (Primeiro, único):

1º - Hitotsu Reigi => Respeito acima de tudo, cortesia, etiqueta, educação, demonstrado para todos, inclusive com o gesto de reverência, ao entrar no Dojo (academia), diante do mestre e ao ficar diante do Kamissama (templo);

2º - Hitotsu Shisei => Sinceridade, autenticidade, generosidade, benevolência;

3º - Hitotsu Dorioku => Esforço com perseverança para formação do caráter, e para atingir objetivos;

4º - Hitotsu Sekinin => Responsabilidade, respeito, postura, comportamento adequado em sociedade; e

5º - Hitotsu Meiro => Alegria, harmonia, amor.

Esses princípios e ideais filosóficos objetivam que o praticante obtenha uma apreensão, maturidade e autoreflexão, no seu cotidiano, para direcionar sua vida e suas atitudes, aperfeiçoando seu comportamento com autocontrole de suas pulsões violentas, com consciência e em respeito às normas e às leis, para alcançar transformação social e empoderamento.

*Citado por www.academiaparamitta.com



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O estilo Shorin-Ryu, ou Shinshukan possui um juramento que deve ser recitado e cumprido por todos os seus adeptos. O referido juramento deve ser recitado por todos em voz alta:

Comprometo-me a treinar o Karate-Do com o objetivo de aperfeiçoar uma boa técnica, construir um corpo forte e um espírito bem equilibrado. Honrarei o Karate-Do com dignidade e humildade em qualquer situação. Estarei sempre disposto a lutar com justiça em benefício da ordem e da paz. SHINZATO (2004, p. 11)

Na teoria eliasiana, especificamente no Processo Civilizador, volume 1, que trata da história dos costumes, vemos que os indivíduos foram se moldando, readequando seus comportamentos em sociedade pela compreensão do que é socialmente entendido como correto, em cumprimento às normas de comportamento em geral. Essa mudança de comportamento decorre, inclusive, do autocontrole de suas pulsões agressivas.

Desta forma, com base na teoria de Norbert Elias, como também na arte marcial Karatê, compreende-se e ratifica-se que há no processo civilizatório uma diversidade de mecanismos direcionadores que conduzem o indivíduo a ser um bom cidadão, por exigência social.

No Koto (espaço de 8m², delimitado socialmente e permitido para os indivíduos competirem), sob controle, para que coloquem em prática suas estratégias de ataques, defesas e contrataques. No Koto os indivíduos potencializados ficam sob o julgo dos cinco árbitros, um principal central e quatro auxiliares laterais, além do árbitro fiscal, externo ao referido espaço em área contígua, sofrerá penalidade se seu comportamento vier a prejudicar seu oponente. O combate torna-se um espetáculo para o espectador, pela beleza no domínio das habilidades, sem, contudo, aniquilar seu adversário. Ao final, por normas de etiqueta, perdendo ou ganhando, tem que cumprimentar o árbitro principal e o outro competidor, gesto de respeito que também é feito no início da luta.

Por oportuno, ressalta-se que dentre as infrações mais graves em uma competição de Karatê, estão o ato de fingir ter sido atingido pelo oponente, objetivando obter vantagem na pontuação, considerado como ato de desonra ao Karatê; quando um lutador atingir fisicamente o outro em partes do corpo proibidas pelas normas, com golpes de pés ou mãos sem controle, causando-lhe danos físicos, resultando em hematomas, fraturas ou derramamento de sangue; as ações de violência simbólica com desrespeito ao oponente, ao árbitro, ou ao público presente na academia ou em eventos oficiais. Ou seja, o que presenciamos é a vigência do processo civilizador que adentra as artes marciais, especificamente o Karatê, com a sua institucionalização, doravante mais rigorosa, em decorrência de sua recente aprovação como esporte olímpico.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Nesse contexto, pela vigência do Estado e por extensão, do processo civilizatório, Foucault (1977, p. 135), se refere ao espaço geográfico que ofereça uma melhor visualização de indivíduos, para poder vigiá-los e aplicar as normas sobre quem as infringir. Nessa semelhança com o Koto, espaço determinado para as competições de Karatê, entre dois ou mais atletas, sob os atentos olhares dos árbitros acima referidos, os quais registram os pontos ou as infrações dos competidores.

Ainda, conforme o referido autor,

[...] A disciplina exige um espaço específico para seu exercício, um espaço no qual os indivíduos possam ser vigiados nos seus atos, que tenham seu lugar específico para visualizar seu comportamento para poder sancioná-lo ou medir suas qualidades. (FOUCAULT, 1977, p. 135).

Ressalta-se, por oportuno, que no caso do Karatê, esse controle disciplinar objetiva que o Karateka aprofunde mais ainda o seu autocontrole sobre suas emoções e pulsões violentas e, por conseguinte, adquira autodomínio e técnico durante o combate, não apenas no espaço do Dojo, mas onde quer que esse indivíduo se faça presente, para que as coerções externas se tornem autocorção.

Nos casos de ocorrências de atos de indisciplinas e descumprimento das normas com ações resultantes de pulsões violentas, por exemplo, o rigor das normas será aplicado. Para se conhecer a tipologia violência praticada nos esportes, Kurt Weis, citado por Norbert Elias e por Eric Dunning, afirmam

[...] os tipos de violência praticados por seres humanos nos desportos e em qualquer outro domínio são diversos e complexos. Contudo, parece razoável aceitar que se pode alcançar uma determinada compreensão do problema dando relevo às distinções que possam estabelecer entre as suas formas e dimensões particulares. Distinguirei tipos de violência em termos de a) os meios utilizados; b) os motivos dos atores e os níveis de intencionalidade envolvida; e c) alguns dos parâmetros sociais que contribuem para as formas de violência umas das outras [...]. (ELIAS; DUNNING 1992, p.329).

Assim podemos observar que Kurt Weis apresenta formas de violência humana, relacionando 8 distinções provisórias, nomeadamente, algumas das quais podem ocorrer durante as disputas desportivas, inclusive no Karate

- 1) Se a violência é real ou simbólica, isto é, se apresenta a forma de uma agressão física direta ou envolve simplesmente atitudes verbais e/ou atitudes não verbais;
- 2) Se a violência apresenta forma de um “jogo” ou “real”. Essa dimensão também pode ser apreendida através da distinção entre violência “ritual ou não”, embora se tenha de assinalar que, *com o devido respeito a Mash*, e aos seus colegas, ritual e jogo podem possuir um conteúdo violento.
- 3) Se uma arma ou armas são utilizadas;
- 4) No caso de armas serem utilizadas, se os atacantes chegam a estabelecer contato direto;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- 5) Se a violência é intencional ou a consequência acidental de uma sequência de ações que, no início, não tinha a intenção de ser violenta;
- 6) Se se considerar a violência iniciada sem provocação ou como sendo uma resposta, em retaliação a um ato intencionalmente violento, ou sem a intenção de o ser;
- 7) Se a violência é legítima no sentido de estar de acordo com as regras, normas e valores socialmente prescritos ou se não é normativa ou ilegítima no sentido de envolver uma infração dos padrões sociais aceitos;
- 8) Se a violência toma uma forma “racional” ou “afetiva”, isto é, se é escolhida de forma racional como um meio de assegurar a realização de um objetivo dado, ou subordinada a “um fim em si mesmo” emocionalmente satisfatório e agradável. Outra forma de conceptualizar esta diferença seria distinguir entre a violência nas formas “instrumentais” e “expressivas”.(ELIAS; DUNNING, 1992, p.330).

Para um árbitro de Karatê, é de suma importância compreender bem essas distinções, para não confundir ou cometer injustiça no momento de um julgamento e aplicação da norma. Algumas dessas formas específicas de violência se assemelham às ocorridas em uma luta de Karatê, quando há estrapolação do autocontrole ou pela imperícia por um ou por mais competidores.

Desta forma, fazendo um comparativo com as normas de arbitragem do Karatê como julgamento, utilizando os critérios apresentados por Kurt Weis, percebe-se que há uma semelhança no critério de julgamento, para uma efetiva e justa aplicação das penalidades, baseadas nas normas de arbitragem de Karatê, onde o árbitro julga a desenvoltura do atleta procurando evitar falhas técnicas ou subjetividades, e registra os acertos (pontos) ou aplica as penalidades ao lutador que cometer infração.

A esse respeito podemos verificar que

[...] A vigilância quanto ao cumprimento das regras tornou-se mais eficiente; por isso, passou a ser menos fácil fugir às punições devidas a violação das regras. Por outras palavras, sob a forma de ‘desportos’, os confrontos de jogos envolvendo esforços musculares atingiram um nível de ordem e de autodisciplina nunca alcançados até aí [...].(ELIAS 1992, p. 224)

Entende-se assim, que a *coação exterior* não seja aplicada com a violência, mas sim, pela disciplina, pela persuasão, que resulta na *autocoção*, no autodomínio, exaustivamente exercitada pelo karateka; ela é, portanto, o resultado da conscientização e da interiorização dos cinco preceitos filosóficos do Karatê Shinshukan, acima mencionados, como também das normas de competição, que geram valores, maior aproximação mútua de estima e respeito, no que Elias se referiu como “[..] coações exteriores constantes fundamentadas no calor afetivo, que dá segurança”.

Nesse contexto é oportuno mencionar que há uma semelhança, também, na forma de preparação física do atleta de Karatê com os treinamentos para condicionamentos físicos para guerreiros militares.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A aplicação da disciplina é um dos pontos fundamentais para o alcance dos objetivos traçados, quais sejam: a força e a resistência física, as técnicas, a coragem, as posturas, as transformações e moldagens de seus corpos e seus comportamentos, durante o século XVIII, referidas por Michel Foucault, o qual ressalta

[...] O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o braço de sua força e de sua valentia; [...] em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas, entretanto, são novas nessas técnicas. [...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade, são o que podemos chamar de “disciplinas”.(FOUCAUT, 1987, p. 164/165).

Elias e Eric Dunning, quando se referem aos desportos modernos que, apesar de possuírem características de violentos, seus praticantes aprenderam a controlar as pulsões que geram violência durante uma disputa, na perspectiva do desenvolvimento, no caso, em referência ao boxe, ao rãguebi modernos. Assim asseguram

Em contraste com os seus antecessores populares, o rãguebi moderno é o exemplo de uma forma de jogo que é civilizada, pelo menos, em relação aos quatro aspectos que estão ausentes nas formas ancestrais. A esse respeito, isso é característico dos modernos confrontos do desporto em geral.(ELIAS; DUNNING, 1992, pp. 335/6).

Nessa particularidade, nos jogos de Karatê, há também uma similitude com o que se referem os autores, concernente, principalmente ao autocontrole das pulsões que geram violência, na perspectiva do desenvolvimento, tendo em vista o paulatino aumento da rigorosidade na aplicação das normas de conduta – desde a prática do Karatê tradicional, onde era permitido mais contato dos golpes no corpo do adversário, até o atual Karatê Olímpico, onde, ao contrário, o contato é mínimo - visando com isso, ao aumento no controle dos golpes, se sobressaindo, por conseguinte, a técnica, ao invés da violência.

Elias e Eric Dunning, ressaltam ainda, ao se referirem à aplicação das normas, por parte do árbitro, que essas (as normas), ajudam a controlar e conter os atos de extrapolação dos impulsos do comportamento dos competidores nos jogos de rugby, por exemplo, ressaltam tratar-se de

- 1) Um conjunto de regras escritas, formalmente instituídas, que exigem rigoroso controle quanto ao uso da força física e que a proíbe em relação a certas formas como, por exemplo, placagem de <braço em riste> e <golpes violentos>, isto é, dar pontapés num jogador adversário, derrubando-o;
- 2) Sanções intra jogos claramente definidos, isto é, *penalties* que podem ocorrer a fim de punir transgressores, e, como sanção última, para violações sérias e persistentes das regras, a possibilidade de expulsão do jogo;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- 3) A institucionalização de um papel específico que se mantém, por assim dizer, <fora> e <acima> do jogo e cuja tarefa é controle, isto é, o papel do <árbitro>;
- 4) Um órgão centralizado de caráter nacional, para elaboração das regras, a Rugby Football Union.(ELIAS 1992, p. 335/336).

ELIAS (2011, p. 67), se refere às regras de etiqueta inseridas no processo civilizador exigidas à época, pela alta sociedade de corte ou cortesã da Europa, em comparação com as exigências da etiqueta, disciplina e respeito hierárquico, aliadas, inclusive, às normas de higiene, exigidas no Karatê têm uma flagrante semelhança em sua aplicabilidade, nesse contexto de conduta humana e de processo social.

Assim, Elias cita Erasmos de Roterdã em seu tratado de 1530, *De civilitate morum puerilium* (da civilidade em crianças), documento que tratava do aprendizado de regras de comportamento no desenvolvimento do conceito de civilidade (*civilité*), com suas regras de comportamento, de boas maneiras, de comportamento de pessoas em suas relações com as outras, em sociedade, com referência à postura, ao gesto de respeito e ao vestuário, e ressalta

[...] a postura, o gesto, o vestuário, as expressões faciais – este comportamento ‘externo’ de que cuida o tratado é a manifestação do homem interior, inteiro [...]. Embora este decoreto externo proceda de uma mente bem-constituída não obstante descobrimos às vezes que, por falta de instrução, essa graça falta em homens excelentes e cultos. (ELIAS 2011, p. 65).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximar as artes marciais, especialmente o Karatê, da teoria é um avanço. Passado entre gerações, quase sempre pela oralidade e pela prática, o Karatê ganha novos olhares científicos.

Na posição de 5º Dan de Karatê e 3º de Kobu-Do, me preparei e posteriormente preparei por quatro décadas e meia, crianças, jovens e adultos para valorizar suas determinações e para o convívio social.

Disciplina, arraigada nos princípios filosóficos orientaram minha docência no Karatê e no Kobu-Do. Potencializei as capacidades de homens e mulheres que se tornaram superiores fisicamente aos seus pares. Somei a essas capacidades as habilidades do Karatê, tornando seus membros fatais quando atingido com potência, em outro indivíduo. Mas, foi com o objetivo de formar o bom cidadão, autocontrolado e determinante no jogo social, que vi Karatekas se formarem.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

FOUCAUT, Michel: **Vigiar e punir: nascimento da prisão**, Petrópolis, Vozes, 1977, disponível em catálogo coletivo - coleção biblioteca 2.senado.gov.br.

ELIAS, Nobert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão Editorial Ltda., 1992.

Elias, Norbert. **O Processo Civilizador**, 1993.

----- . **Escritos e Ensaio; 1: Estado, Processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

----- . **A Sociedade dos Indivíduos**, 1994.

----- . **Envolvimento e alienação**. Traduzido do inglês por Álvaro de Sá. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Howard Reid e Michael Croucherin: *The Way of Warrior: The Paradoxo ofthe Marcial Arts* – O Caminho do Guerreiro: o paradoxo das artes marciais, São Paulo, Editora Cultrix, 1983.

Revista Shinshukan, **Edição Especial de Aniversário**, ano 1, nº 01, 2012.

Revista **Grandes Mestres das Artes Marciais no Brasil**, 6ª Edição, 2014.

Revista SHINZATO, YOSHIHIDE. **Kihon da União Shorin-RyuKarate-Do Brasil**. São Carlos: Suprema, 2004.

História Oral registrada, enquanto aluno do Grão-Mestre Yoshihide Shinzato, décadas 70, 80, 90 e 2000, até antes de seu falecimento em 13.01.2008.

FOUCAUT, Michel: **Vigiar e punir: nascimento da prisão**, Petrópolis, Vozes, 1987.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Loucura Civilizada? A lógica manicomial à luz do Processo Civilizador.

Luciana Diederich Nunes Pessôa¹
 Gláucio Campos Gomes de Matos²
 Renan Albuquerque Rodrigues³

Resumo

A loucura nem sempre foi concebida como algo ruim ou danoso, cada época atribuiu significado particular a esse fenômeno. Despertando interesse no tratamento agora convertido em cuidado. Ser louco, ser diferente ganha contorno específico nos dias atuais e provoca reflexões de como ao longo da história esses sujeitos “diferentes” tem sido tratados. Surgem as Instituições asilares, mas também surgem movimentos que combatem essa exclusão, neste estudo busca-se refletir sobre a lógica manicomial das Instituições Psiquiátricas em analogia ao processo civilizador do Sociólogo Norbert Elias. Assim, depara-se com uma realidade perversa dentro destes espaços, que roubam a própria identidade do sujeito sofredor e o coloca numa posição secundária a respeito da própria vida, constituindo-se na figuração de uma Instituição Total. Para se obter os resultados da pesquisa, lança-se mão de referências bibliográficas, presente a natureza qualitativa e com caráter exploratório, sob o método dialético, para análise das contradições de discursos e falas, que levam a inquietações constantes do pensar e fazer Saúde Mental. Como proposta apresenta a necessidade de um projeto ético-político em consonância com a realidade, na tentativa de sanar a dívida que a sociedade tem para com as pessoas que tiveram na sua vida a marca impressa do estigma da loucura e de estar internado no manicômio. O trabalho aponta, sob a perspectiva do processo civilizador, uma sociedade questionando conceitos historicamente constituídos e pronta para debater as questões das diferenças.

Palavras-chave: *Loucura, processo civilizador, figuração.*

Abstract

The madness was not always seen as something bad or harmful, each time attached particular significance to this phenomenon. Arousing interest in the treatment converted into care. Be crazy, be different gains specific contour nowadays and causes of such reflections throughout history these subjects "different" has been treated. Arise asylums institutions, but also arise movements fighting this exclusion, this study aims to reflect on the asylum logic of psychiatric institutions in analogy to the civilizing process Sociologist Norbert Elias. So, faced with a perverse reality within these spaces, which steal the

¹ Gerente da Rede de Atenção Psicossocial do Amazonas, Bacharel em Serviço Social, com Formação em Psicologia, Especialista em Saúde Mental e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia.

² Professor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFAM. Professor do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM).

³ Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

identity of the individual sufferer and puts him in a secondary position on the life, becoming the figuration of a Total Institution. To get the results of the research, launches hand references, present a qualitative and exploratory character under dialectical method to analyze the contradictions of speeches and statements, which lead to constant concerns of thinking and doing Mental Health. As proposal presents the need for an ethical-political project in line with reality in an attempt to remedy the debt that society owes to people who had in his life the printed mark of madness stigma and being admitted to the mental hospital. The work points out, from the perspective of the civilizing process, society questioning concepts historically constituted and ready to discuss the issues of differences.

Keywords: *Madness, civilizing process, figuration.*

1. INTRODUÇÃO

Na diversidade humana, a formação do Estado, segundo Elias (1994) obriga as pessoas a viverem juntas. Na sociedade produtiva, indivíduos foram estigmatizados ao longo da história por distoarem da lógica, e passam a ser considerados pelos demais como estar fora do padrão, comportamentos que, dependendo do contexto, não agregam valor e passam a ser um “fardo” para a vida em sociedade. Tal perspectiva encontra-se presente quando excluímos a diferença, não suportamos os desiguais.

Estes comportamentos ditos “desviantes” de alguma forma sempre despertaram interesse da ciência, que ainda hoje representam um mistério a ser desvendado, os loucos e suas loucuras. A loucura em si, embora tenha ocupado papéis diversos na sociedade ao longo dos tempos, é a forma mais pura da existência humana. Essa natureza pode ser difícil de ser submetida ao autocontrole, tema central na teoria do processo civilizador. Isso se dá por motivos pelo qual o indivíduo muitas vezes, em sua natureza, não dispõem de mecanismos internos, como a formação de instância psíquica equivalente ao super-ego que funciona como censura inconsciente. Com este comprometimento os indivíduos podem vir a apresentar comportamentos livres pois não incorpora regras impostas por outros, o que o torna mal compreendido por toda sociedade.

A Loucura é enclausurada, por não ser aceita socialmente, compreendida, desejada. Seu destino é viver em isolamento social, dentro dos espaços destinados a estes loucos, desviantes, transgressores da vida comum e corriqueira. “Lugar de louco é no hospício”, ideário que surgiu há séculos e que ainda se faz presente nos dias atuais. Romper com estes paradigmas torna-se imperioso na medida em que se almeje uma



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sociedade mais justa e equânime. Ideários presentes no percurso do processo civilizador que atualmente apontam na inversão da lógica do isolamento para a vida em comunidade.

Assim, emerge o interesse deste estudo com objetivo geral de refletir sobre a lógica manicomial das Instituições Psiquiátricas tendo como referência os os preceitos da teoria do processo civilizador. Quanto aos objetivos específicos buscamos traçar um breve caminho dos espaços e conceitos atribuídos aos loucos e a loucura no contexto brasileiro, que fazem parte do processo; Identificar mecanismo de controle dentro da Instituição manicomial, bem como suas figurações, conforme teoria de Norbert Elias; e, discorrer sobre a tentativa de superação do modelo manicomial representado pelo movimento da Reforma Psiquiátrica. A reorientações que fazem parte do processo, sugerem um outro nível de sensibilidades frente ao assunto tratado.

Tais objetivos encontram-se presentes nos tópicos a seguir, que endossados por pesquisa bibliográfica, apresentam conceitos sobre Instituição Total Psiquiátrica, Processo Civilizador e Reforma Psiquiátrica, como também busca situar a Loucura dentro destes contextos. Vislumbrando responder inquietações como: Existe possibilidade de civilizar a Loucura? Quando a sociedade irá aceitar as diferenças entre os sujeitos que a compõem? O que tem a ver a loucura com nós, os ditos civilizados?

No curso do processo civilizador vislumbramos a vida em sociedade, no caso a loucura, no decurso desse mesmo processo, representa nosso objeto de investigação. Entender e revelar a loucura dentro do manicômio, sob o viés da teoria eliasiana, é o desafio.

Em nossas reflexões apresentaremos poemas⁴ e narrativas ficcionais que conduzem as prerrogativas teóricas sobre a temática, embasados na experiência profissional de quinze anos de atuação dentro do Centro Psiquiátrico “Eduardo Ribeiro” no Estado do Amazonas. Tais poemas provocam continuamente a forma como pensamos a loucura, o louco, a vida e a existência.

Para atingir os objetivos deste estudo, alicerçado na experiência de campo, optamos em pesquisa bibliográfica de caráter exploratório que conduziram as reflexões e analogias. Sob a natureza qualitativa na análise dos conteúdos, bem como a utilização do método dialético.

⁴ Autoria de Luciana Diederich Nunes Pessôa/2016



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Assim referenciado por Kauark, Manhães e Medeiros (2010) como uma pesquisa onde há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, não podendo ser traduzindo em números, sendo imprescindível a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados. Ainda, destacamos o método no que diz respeito ao elemento contraditório dos fatos que tornam o estudo desafiador, na medida que conduz às inquietações diárias da vida profissional.

Lançamos mão de referências bibliográficas da área de Saúde mental, como também dos postulados de Norbert Elias, no que tange ao ideário do processo civilizador.

2. Referencial Teórico

2.1. As diferenças concebidas como loucura.

Talvez fosse mais cômodo
 e confortável ser comum.
 Pensar como os outros.
 Amar como os outros.
 Viver como os outros.
 Mas nunca tive esse privilégio.
 Ser incomum me acompanha.
 Não sou melhor, nem pior.
 Sou incomum.
 Num fora de padrão que salta os olhos
 E repudia os ouvidos.
 Sou incomum.
 (Autoria: *Luciana Diederich/2016*)

Foucault (2010) traça um percurso histórico da loucura, de como esta herda os leprosários como espaço fim de seu lócus em vida, fato presente na Idade Média. Mais tarde, a loucura passa a atrair o interesse com a figura da “Nau dos Insensatos”, que representa na Renascença a loucura itinerante e andarilha, de porto em porto, de cidade em cidade, os loucos e desviantes eram conduzidos por esta barca. No século XVII é estabelecida uma relação direta entre a loucura e o internamento, agora o louco passa a ser excluído da sociedade, o que iria perdurar por muitos séculos. Assim, outro fardo seria implacável neste cenário, a loucura tem seu lugar ao lado dos “pobres”. Situação essa, ao analisar pela teoria eliasiana, que mostra os níveis de desenvolvimento da sociedade frente ao diferente historicamente constituído.

Ao ser diferente o sujeito torna-se um ser alheio a sociedade, é renegado seu status de cidadão, e perde seus direitos básicos, seja “rico ou pobre”, passa a segundo



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

plano e perde credibilidade, nas falas, nas histórias e nas suas verdades. Ser isolado é apenas o começo de uma história de perdas e dores.

Para Foucault (2010) o golpe final para o isolamento da loucura viria com o raciocínio cartesiano desenvolvido por Descartes, enaltecendo a razão e seu papel no meio social. Segue na exclusão e a partir do século XIX, loucura e criminosos se misturam num emaranhado que não se distingue o que é um e o que é outro.

O autor relata a importância de Philippe Pinel na história da loucura, médico francês que se interessou pelas doenças mentais em 1780. Como Diretor de um Hospício, liberta os loucos dos grilhões e introduz as sutilezas do tratamento moral, representando um marco, embora tenha representado um avanço para a época é com ele que surge o estigma da periculosidade do louco, entretanto os fatos fizeram com que lhe conferissem o título de pai da Psiquiatria.

Vieira (2006) refere que Pinel ao iniciar seu trabalho de classificar os loucos como espaço médico, separando os desvios sociais das doenças e criando um tratamento moral, instaura a especialidade e denomina os doentes de alienados, nascendo a repressiva-assistencial: o hospital asilar. Espaço, que diga de passagem tem aprovação da sociedade e do Estado.

É com este autor que encontramos um breve histórico dos loucos nas sociedades pré-capitalistas, como são tratados de diferentes maneiras, ora no sentido mágico, ora religioso, ora ambos.

Com a industrialização, a ciência passou a ser o cerne para a explicação dos fenômenos humanos e naturais e a nova organização do trabalho impôs a necessidade de novos locais para acolher as pessoas, pois representavam um risco a ordem social, mais uma função primordial dos hospitais, como locais de assistência social, religiosa e caritativa, e não de tratamento médico.

Porém, se era preciso enclausurar alguns sujeitos, isso representaria uma queda no quantitativo da mão-de-obra, o que para o capitalismo não seria viável, desta forma libertar os sujeitos era o mesmo que ter mais trabalhadores para vender sua força. A ciência rompe com essa perspectiva e passou a iluminar os problemas humanos, e configurar-se numa nova ordem. E a sociedade, em seu desenvolvimento, avança com seus olhares para as diferenças.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

2.1.1. A loucura na realidade brasileira.

No Brasil, Vieira (2006) descreve como é traçado, mas que não deixa de ser parte do mesmo processo, o pensamento institucional sobre a loucura, e qual o espaço que este ocupou, desde seu “descobrimento” até a década de 90, da seguinte forma:

“Do “descobrimento” do Brasil à vinda da família real portuguesa – louco não é doente, seu lugar na rua ou cadeia;
 Da instalação da família real à criação do primeiro Hospício – louco é doente, lugar na rua, na cadeia ou nos porões da Santa Casa;
 Da criação do primeiro Hospício à Proclamação da República – Doente mental é alienado, o alienismo é sua Ciência, lugar nos asilos/hospícios
 Da Proclamação da República à 1950 – doente mental é recuperável, é preciso interná-lo em hospitais-colônias, expansão do público;
 1950 à 1990 – doente mental necessita de medicamentos e seu lugar não é nos asilos/hospícios/ colônias públicas, mas nos hospitais psiquiátricos particulares.” (VIEIRA, p.16, 2006)

Esta trajetória leva-nos a refletir sobre as lógicas de um sistema societário excludente, que durante muitos anos pensou na loucura como algo externo e perigoso, não possuindo lugar no meio dos ditos normais. Reverter estes pensamentos não é possível, mas construir novos pensamentos sobre a loucura é possível, principalmente quando relacionamos ao conceito de saúde, atualmente adotado pela sociedade, mostrando a sensibilização tomada no curso do processo civilizador.

Se antes pensávamos saúde como ausência de doenças, hoje este conceito não representa o que a saúde significa. Buss e Pellegrini Filho (2015) apresentam os determinantes sociais da saúde, onde podemos constatar a diversidade de fatores que influenciam a saúde e bem-estar. Os autores referem determinantes: macro e micro, que incidem diretamente na qualidade de vida do sujeito e colabora na condição de saúde deste, onde encontramos o comportamento do próprio sujeito, como também questões relacionadas à política e economia. Acrescentando, sob o viés do processo civilizador, as rotinas vividas pelos indivíduos nas sociedades complexas.

Assim é a loucura, ter saúde mental não necessariamente representa não ter loucura, mas saber conviver com ela, sem que esta interfira nas relações com os outros e até consigo mesmo, embora estejamos longe de alcançar novos paradigmas sobre a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

loucura, no contexto brasileiro podemos afirmar que o movimento que desencadeou a reforma psiquiátrica representa um marco que impacta diretamente na forma como se “trata” a loucura, dentro dos espaços que eram destinados a este fim, haja vista que levanta a bandeira “por uma sociedade sem manicômios”, como parte do processo civilizacional. Em outras palavras, mostra uma sociedade se sensibilizando pelas ditas diferenças instituídas ao longo do seu desenvolvimento.

2.2. A Vida dentro no Manicômio.

Kinoshita (2016) refere que quem conheceu um manicômio já conheceu todos. Ao adentrar nesta instituição podemos perceber a degradação das relações humanas, as estruturas físicas que favorecem a frieza do local, o rompimento com o mundo real. Vivemos num mundo paralelo, onde a vida acontece de forma lenta e desforme, com o empobrecimento do sujeito sujeito.

O manicômio é marcado pelas sutilezas das perversidades, onde a razão está do lado de quem deveria operar o cuidado, porém imperam as contradições no que diz respeito a este cuidado. O sujeito internado desvincula-se da vida externa, perde suas referências, e tem impresso na sua vida a marca de ter sido submetido ao tratamento moral e excludente. Considerando que todos os sujeitos envolvidos fazem parte da mesma sociedade no curso de seu desenvolvimento. Considerar manicômio de um lado e sociedade de outro, louco de um lado e sociedade de outro, é, seguindo as concepções de Norbert Elias (1994), entender o abismo existente instituído no longo curso processo civilizador.

A narrativa a seguir expressa a passagem pela Instituição Manicomial e conduz a reflexões sobre como pode ser impactante a vida dentro desta instituição.

Mas nem sempre foi assim. Quando nasci como outros bebês eu chorei. Chorei sem saber o que me esperava, mas a claridade já me incomodava. Minha família? Ah, minha família! Pessoas que deveriam me amar!? Cresci no meio do ódio. E o amor? Conheci nas ruas. Aliás, lugar que me encontro hoje. Mas, nem sempre foi assim.

Antes, aquelas pessoas que deveriam me amar. Minha família. Não suportando minha diferença, decidiram que deveria ser curado. Curado do meu modo de viver, de Ser. E se cura isso? Fui depositado numa espécie de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

armazém humano. Lá conheci toda perversidade humana, num enquadre insano de que todos deveriam ser iguais. Mas, nem sempre foi assim. Talvez lá, nesse armazém, eu vivenciei toda minha perda. Perda da minha identidade, perda das minhas vontades, perda do meu corpo, perda da minha alma. Mas, nem sempre foi assim. Em algum momento da minha vida, esse estreito feixe de luz, que ainda possuía, me libertei. Encontrei-me perdido, sozinho. Caminhando na contra-mão. De um lugar que agora é só meu. O lugar da minha existência. Existência hoje que compartilho com todos, quem quiser me ver, mas não me toquem se eu não permitir. O toque do meu corpo. O toque da minha alma. Mas, nem sempre foi assim. Hoje escolhe se quero luz ou escuridão. Se quero ir ou ficar. Se quero amar ou não amar. Lamento que muitos não me vejam, mas vejo muitos. Vejo no canto da cidade. No canto do gueto. Vejo a vida passar, com uma pequena grande diferença, vejo da forma que eu quiser. Mas, nem sempre foi assim.

(Autoria: Luciana Diederich/2016)

As Instituições Psiquiátricas funcionam nesta lógica de enquadre da vida, onde todos devem obdecer um padrão e serem submetidos a mecanismos de controle, dentre eles a regularidade do tempo. São denominadas por Goffman (1987) como Instituições totais, que possuem características específicas: perda da identidade, a pessoa internada não possui mais sua identidade, sua singularidade; arregimento, todos devem fazer todas as atividades no mesmo horário (banho, comida, medicação...) e infantilização, perda das vontades e preferências, sujeitado a imposições dos outros. Características concernentes aos mecanismos de controle instituídos para direcionar padrões de comportamento exigidos e aceito socialmente.

2.3. As Instituições Totais sob o enfoque da teoria do processo civilizador.

Nas Instituições totais será o lugar onde as regras devem ser cumpridas sem questionamentos, processo no qual opera sobre a forma de pensar e agir dos sujeitos, agora desprovidos de escolhas.

Nesta perspectiva nos apropriamos da teoria do processo civilizador proposta por Elias (1994) para entender as ocorrências dentro do manicômio – Instituição Total. Elias investigou a forma como são percebidas as modificações das regras sociais e como



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

elas atuam diretamente no pensamento e comportamento dos sujeitos de uma determinada sociedade. Segundo ele, processo civilizador diz respeito à mudança de comportamento pela qual passa a sociedade ocidental. As condutas, as regras de etiquetas constituintes de uma sociedade são elementos que contribuem para a formação do indivíduo. Espera-se que esse se desenvolva e se torne bem educado.

O tempo, segundo Elias (1998), é uma construção simbólica e um elemento de organização social. O tempo age de fora para dentro, de forma a fazer parte da estrutura de nossa personalidade.

Pensar na vida dentro do manicômio há de pensar na vida fora dele. Essa é uma relação de interdependência essencial para uma visão ampliada de todo um processo. Pois há de se pensar no fato de quem administra, impõe regras, estabelece mecanismos de controle, é alguém da sociedade. Suas concepções são resultado de todo um contexto sociocultural do antes, do agora e do que poderá vir. Portanto as regras impostas numa lógica, que há de se pensar em ser insana, são estabelecidas por homens e mulheres sãs, que trazem consigo os preceitos ideais comportamentais estabelecidos na vida em sociedade. As imposições dos profissionais sobre os internos devem ser rigorosamente cumpridas, se estabelece uma relação desigual e injusta, onde não são respeitadas as individualidades, as singularidades.

O manicômio é um espaço propício para uma análise sob o viés do processo civilizador, onde podemos entender o nível de desenvolvimento da sociedade no que se refere ao nível de sensibilidade frente às diferenças. Portanto, o que presenciamos no manicômio são as imposições de regras, condutas, valores e costumes aplicados para a “ordem social”, quando o que é considerado desviante precisa ser corrigido, curado.

2.3.1. A figuração presente nos manicômios.

Para Elias (1994) existe um padrão de hábitos estabelecido pelos membros de uma sociedade que regulam as relações de forma ampla e geral. Os indivíduos se envolvem em várias figurações, estas entendidas como relação de interdependência entre os sujeitos, em vários segmentos e níveis, ou seja, todos de uma forma ou de outra pertencem a figurações de interdependência, onde uns dependem dos outros, numa relação dinâmica e níveis de poder.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Neste contexto, nos deparamos com interações sociais permeadas de interdependências e poderes atribuídos num viés de dominação presentes na Instituição total – manicômio. Embora o profissional desta instituição dependa do interno para se firmar no *lôcus* como profissional, sua ótica é que o interno que depende dele, como se fosse uma relação unilateral. As relações sociais não são unilaterais, são representações efetivas de trocas, sejam afetivas ou não.

A figuração dentro do manicômio é pautada na necessidade de “corrigir” o interno, “ajustá-lo” e “prepará-lo” para o mundo fora dos muros da instituição, entretanto, o risco de ser internado no manicômio é que isto seja permanente fisicamente, pois psicologicamente fará parte da vida do sujeito pelo resto da sua existência, marcando sua existência.

Superar tal experiência requer resiliência frente as adversidades da vida, seja louco ou não.

2.4. Superação do modelo manicomial: a sensibilização no curso do processo civilizador.

Ser livre...

Talvez seja a ilusão que possuímos
 e que não gostaríamos de perder.
 Mas quem é livre? Quem tem liberdade?
 Liberdade de sorrir,
 Liberdade de andar,
 Liberdade de amar,
 Liberdade de viver.
 Os loucos, sei que não...

A mim resta, nesta vã filosofia,
 Crer que um dia possamos ser iguais nas diferenças.
 Por uma sociedade sem grilhões.
 Grilhões que aprisionam o pensamento
 e limitam a existência.
 Pare, reflita, reinvente-se.

(Autoria: *Luciana Diederich/2016*)

Na década de setenta surge no Brasil o movimento social conhecido como Reforma Psiquiátrica, advinda do movimento de luta anti-manicomial e influenciado pelos ideários italianos de Franco Basaglia. Amarante (2013) alude a Reforma Psiquiátrica como um movimento que busca rever as relações da sociedade com a loucura,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pois ao propor outros modos de cuidado para quem apresenta sofrimento mental/ transtorno mental remete a mudanças na forma de pensar e agir frente aos loucos e suas loucuras.

Ao fechar o manicômio na cidade de Triste - Itália, Franco Basaglia abre a possibilidade de se pensar e fazer outros acompanhamentos, que substituiriam o manicômio, mas não seriam seu herdeiro, pois estes acompanhamentos teriam a primazia do cuidado em comunidade, próximo da vida em sociedade, no seio familiar, e são conhecidos como serviços substitutivos. Estes movimentos são provocados no curso do desenvolvimento da sociedade, como a sensibilização frente às diferenças e a forma de concebê-las e conduzi-las.

No Brasil, a Lei Nº 10.216/2001 representa um divisor para incorporar novas práticas que superem as manicomias. Redireciona o modelo de assistência às pessoas com transtornos mentais e faz surgir nova legislação nacional que estabeleçam diretrizes neste modo operante de se pensar e fazer saúde mental.

Ressaltamos a Portaria Nº 3.088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, conhecida como RAPS.

Na RAPS encontramos diretrizes que subsidiarão as práticas em saúde mental, tais como: respeito aos direitos humanos, garantindo a autonomia e a liberdade das pessoas; promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais da saúde; e combate a estigmas e preconceitos; dentre outras de tão relevância quanto, e que todas juntas corroboram para um projeto ético-político compromissado com o outro e para o outro.

Neste cenário que se retoma a cidadania do sujeito, agora visto como um ser de direitos e deveres, pertencente a um grupo social, em busca da sua liberdade e autonomia, dotado de escolhas próprias e singulares que o fazem ser único, presentes nos movimentos sociais civilizatórios.

3. Considerações Finais

Prefiro e como prefiro,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Prefiro a Loucura e os Loucos!
 A Loucura pelos devaneios reais,
 Os Loucos pelas alegrias carnavais.

Prefiro o Sorriso e o choro!
 O Sorriso pelas possibilidades de gargalhadas profanas,
 O Choro pela sensibilidade insana.

Prefiro a Vida e o Encontro!
 A Vida que transcende a existência da alma,
 O Encontro revelador do amor que acalma.

(Autoria: *Luciana Diederich/2016*)

Refletir sobre o campo de Saúde Mental leva-nos a ressignificar constantemente conceitos e a se reinventar na prática profissional cotidiana. Não naturalizar as condutas coercitivas e disciplinadoras presentes no âmbito manicomial, nem fora dele. Há muito que se fazer, no processo de desenvolvimento das sociedades, para se atingir um mundo mais justo, para os que têm suas vidas roubadas pela condição de internação em Instituições totais. Porém, sabemos que já foi dado o primeiro passo rumo ao reconhecimento do débito societário para com estas pessoas no curso do processo civilizador.

É imperioso construir projetos ético-políticos em compromisso a este segmento populacional que há muitos séculos tem suas histórias de vida rompidas e estigmatizadas. Portanto, nos apropriar da teoria do processo civilizador, nos permite vislumbrar processos sociais em curso, dentre eles, numa sensibilização frente a diferenças que a sociedade se mostra mais madura e preparada para discutir.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: Atrajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria N° 3.088**, de 23 de Dezembro de 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Lei N° 10.216**, de 06 de Abril de 2001.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, Rio de Janeiro, v.17, n 1 p. 77-93, Abr. 2007 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000100006&Ing=em&nrm=isso> Acesso em 14 de dezembro 2015.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Volume 1: Uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmam. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Sobre o tempo**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa: Um guia prático**. Bahia: Litterarum, 2010.

KINOSHITA, Roberto Tykanori. **Autopoiese e Reforma Psiquiátrica**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

VIEIRA, Marcos Antônio Moura (org.). **Saúde Mental na Saúde da Família: Subsídios para o trabalho assistencial**. São Paulo: Olho d'água, 2006.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MAGISTÉRIO INDÍGENA TAMÍ'KAN: CONSTRUÇÃO DE SABERES DOCENTES

MAGISTERIUM INDIGENOUS TAMÍ'KAN: KNOWLEDGE CONSTRUCTION FACULTY

Simone Rodrigues Batista Mendes
 simonebatista810@hotmail.com¹
 Edson Roberto Oaigen
 oaigen@terra.com.br²

RESUMO

Nas últimas décadas houve importantes avanços na educação para indígenas e na formação de professores indígenas. Nesse sentido os estados estão construindo projetos educacionais específicos às suas realidades socioculturais e históricas, praticando a interculturalidade e o bilinguismo. O artigo tem como objeto de estudo o Projeto Magistério Indígena Tamí'kan e como objetivo analisar a contribuição da formação do Magistério Indígena Tamí'kan-PMIT na construção de saberes políticos, saberes culturais e do protagonismo indígena. O curso nível médio, na modalidade Magistério para habilitar Professores Indígenas para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental nas escolas localizadas em terras indígenas no estado de Roraima. A abordagem da pesquisa é qualitativa, método hermenêutico, técnica análise de conteúdo utilizando-se de questionário estruturado. Foi possível perceber que o Curso de Formação contribuiu para o desenvolvimento dos saberes políticos, a valorização da cultura indígena, e fortalecimento do protagonismo por parte dos cursistas. Em relação à construção dos saberes políticos, culturais, protagonismo indígena, constatou-se em função das características elencadas pelos cursista que são saberes estratégicos no contexto do processo de formação de professores indígenas, constituindo-se em elementos fundamentais para formação de um professor, cuja atuação é repleta de ambiguidade, instrumentalizando-os para lutar por direitos, valorização da língua, preservação dos saberes próprios, possibilitando-os resistir e manter-se no prélio por seus ideais, a partir de uma consciência crítico-reflexiva.

PALAVRAS – CHAVE: Formação de Professores Indígenas, Saberes políticos, Saberes culturais, Protagonismo Indígena.

ABSTRACT

In recent decades there have been major advances in education for indigenous and training of indigenous teachers, in this sense states are building specific educational projects for their socio-

¹ Simone Rodrigues Batista Mendes. Doutora pela Universidad Evangélica del Paraguay - PY, Mestre pela Univesidad de Alcalá – ES, Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Roraima –UFRR. Assessora do Conselho Estadual de Educação de Roraima, Colaboradora da Faculdade FACTEM. Professora colaboradora do curso de Licenciatura Intercultural da UFRR, disciplina de Direitos Fundamentais da Educação Escolar Indígena.

² Edson Roberto Oaigen. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor Permanente da Universidad Evangélica del Paraguay, Desde 2004 é professor convidado no Programa de Postgrado en Ciencias de la Educación - Maestría y Doctorado - en Universidad Evangelica del Paraguay, Asunción - PY, onde também desempenha a função de Coordenador Acadêmico do referido Programa, no convênio UEP/GIES.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

cultural and historical realities, practicing interculturalism and bilingualism. The article has as an object of study the Indigenous Project Tamî'kan Magisterium and to analyze the contribution of training Tamî'kan-PMIT Indigenous Magisterium in the construction of political knowledge, cultural knowledge and indigenous leadership .A mid-level course in the teaching mode, to enable indigenous teachers to work in the early grades of elementary school from schools located in indigenous lands in the state of Roraima. The methodological qualitative approach path, hermeneutical method, content analysis technique and how structured questionnaire instruments. It was possible to see that the training course contributed greatly to the development of political knowledge, appreciation of indigenous culture, and death of the protagonist by the course participants. Regarding the construction of political knowledge, cultural, indigenous leadership, it was found according to the listed features are strategic knowledge in the context of indigenous teacher training process, constituting a basic element for the formation of a teacher, whose work is full ambiguity, providing tools for them to fight for rights, language appreciation, preservation of own knowledge, enabling them to resist and remain in prélio for their ideals, from a critical-reflective consciousness.

KEY - WORDS: Training Indigenous Teachers, political Knowledge, Cultural Knowledge, Indigenous protagonism.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas houve importantes avanços na educação indígena e na formação de professores indígenas, despontando diferentes experiências em várias regiões do Brasil, que, por necessidade, estão construindo projetos educacionais específicos às suas realidades socioculturais e históricas, praticando a interculturalidade e o bilinguismo.

No tocante ao estado de Roraima não é diferente, entretanto, observa-se que apenas no final do século passado o poder público alertou-se para a real necessidade de atender as reivindicações das comunidades e organizações indígenas locais e regionais, oferecendo formação docente específica, em Magistério Indígena, porém ainda é uma necessidade no Estado de Roraima.

A formação de professores indígenas que atuam no sistema público estadual de ensino em Roraima descortina-se a partir das conquistas das organizações indígenas percebidas pelo Estado ainda no final do século XX. Formar professores indígenas para atuar nas escolas localizadas em terras indígenas é uma proposta e uma reivindicação antiga dos povos indígenas, visando uma escola indígena específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e de qualidade.

Sendo um desejo dos povos indígenas que suas escolas sejam geridas por gestores indígenas e suas crianças formadas por professores indígenas, conhecedores dos contextos culturais de suas comunidades. Contudo, a formação de professores indígenas ainda é complexa e desafiadora para o sistema educacional do país e do estado,

Duas questões se apresentam como desafio para formação do professor indígena: a diversidade de etnia com suas línguas e costumes e, a formação de um professor que saiba lidar com os povos indígenas e não indígena, visto que, seu papel frente à comunidade em ser um articulador entre os conhecimentos universais e os conhecimentos tradicionais.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O Projeto Magistério Indígena Tamí'kan (PMIT) é um projeto governamental, executado pelo Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (CEFORR), órgão pertencente à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação e Desportos (SEED/RR), realizado no período de 2006 a 2013, com o objetivo de habilitar professores indígenas para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental, nas escolas localizadas em terras indígenas do Estado de Roraima.

O Curso de Formação PMIT, realizado no período de 2016-2013, com entrada de 300 professores teve como resultado 260 professores indígenas habilitados abrangendo as diversas etnias do Estado: 175 Macuxi; 48 Wapichana; 01 Yanomami, 15 Wai-wai; 10 Ingaricó; 07 Yekuana e 04 Taurepang. No decorrer do Curso de Formação houve 02 repovações, 02 desistentes, 03 óbitos e ainda estão pendentes 12 cursistas, que podem ainda concluir o curso se, assim desejarem.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: INTERFACES DO PROFESSOR INDÍGENA

Os cursos de formação indígenas, em nível médio ou licenciatura, devem enfatizar a constituição de competência referenciadas em conhecimentos, saberes, valores, habilidades e atitudes pautadas nos princípios da Educação Escolar Indígena. Tais cursos devem estar voltados para elaboração, o desenvolvimento e avaliação de currículos e programas próprios, bem como, a produção de material didático específicos e a utilização de metodologias adequadas ao ensino e a pesquisa. (DCN, 2010, p. 377)

Começa-se a reflexão sobre o tema com a citação cunhada nas Diretrizes Nacionais para Educação Básica (DCNs) no capítulo que trata da Educação Escolar Indígena, item que fala sobre a formação de professores.

As diretrizes nacionais discorrem sobre o caminho a ser percorrido para o processo de formação dos professores indígenas na perspectiva intercultural, específica, diferenciada, comunitária e bilíngue. Neste sentido o indígena carrega consigo o desafio de somar conhecimentos, saberes, valores étnicos com conhecimentos saberes, valores universais.

A formação de professores indígenas ainda se caracteriza como um desafio para os sistemas educacionais, uma vez que, uma das funções do professor indígena é provocar em suas comunidades a reflexão crítica e agregar os vários conhecimentos que se articulam no processo da educação indígena e educação escolar indígena.

O professor tem papel crucial na conciliação entre estes dois processos, tornando sua formação e seu fazer docente uma ação complexa, pois de um lado está os conhecimentos universais e do outro os conhecimentos tradicionais. Assim, sua atuação é desafiadora, haja vista, dualidade de seu papel social na comunidade, não é fácil transitar em universos tão plurais.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para Maher (2006, p. 26-27), o professor indígena tem a missão de “registrar os conhecimentos tradicionais e tornar-se um guardião da herança cultural, além da competência e capacidade de tomar decisões, bem como de grafar no seu próprio idioma”.

O PROJETO MAGISTÉRIO INDÍGENA TAMÍKAN - (PMIT)

A palavra Tamíkan palavra tem origem na língua Macuxi, significa "Sete Estrelas", uma referência às etnias que se fizeram presentes no projeto de formação (Macuxi, Ingarió, Wapixana, Taurepang, Wai-Wai, Yekuana e Yanomami).

O PMIT é um projeto governamental, executado pelo Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (CEFRR), órgão pertencente à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEED/RR), realizado no período de 2006 a 2013, com o objetivo de habilitar professores indígenas para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental, nas escolas localizadas em terras indígenas do Estado de Roraima.

O Projeto foi instituído sob a égide da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF) a Lei de Diretrizes e Base da Educação, as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, as Diretrizes para Formação de Professores Indígenas, buscando garantir o respeito aos valores culturais, a língua, a diferença e a especificidade.

A primeira etapa do curso aconteceu em 2006, na capital Boa Vista, na Escola Estadual Barão de Parima com o ingresso de 100 professores indígenas, levando-se em conta a formação em serviço.

Nesse sentido esta formação torna-se uma ação afirmativa dos direitos dos povos indígenas, pois a educação como fenômeno social é também uma manifestação histórica do estar e do fazer do ser humano que explica a base do processo de socialização.

O Projeto teve um papel importante no desenvolvimento educacional dos povos indígenas no Estado de Roraima no momento em que buscou contribuir para qualificar a partir dos princípios de diversidade e multiculturalidade de forma contextualizada e específica.

OS SABERES





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O trabalho de pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição da formação recebida por meio do PMIT na construção de saberes políticos, saberes culturais e do protagonismo indígena. Tendo em vista que:

[...] é necessário formar e valorizar professores voltados para a própria comunidade, visando a nossa autonomia e para que as escolas sirvam como instrumento para a permanência dos jovens em nossas aldeias e não como porta de saída. (SIIVA,1999, p.63)

Quando se trata da formação de professores solicita-se total atenção ao caráter formativo no desenvolvimento de competências e habilidades que os permitam atuar conforme a sua realidade. Tendo em vista que, um dos papéis do professor na comunidade é "refletir" criticamente e de buscar estratégias para promover a interação dos diversos tipos de conhecimento que se entrelaçam no processo escolar. (DCNs, 2013, p.376)

Nesse sentido é importante perceber quais saberes foi construído ao longo de sua formação, constatou-se que a matriz curricular do PMIT apresentou um currículo voltado para concepção teórica e prática. O currículo de um curso, quando planejado de maneira flexível acaba por dar vazão aos contextos políticos e culturais dimensões extremamente relevantes quando se trata de formação para indígenas.

Sacristán afirma que,

O currículo multicultural exige um contexto democrático de decisões sobre os conteúdos do ensino, no qual os interesses de todos sejam representados. Mas para torná-lo possível é necessária uma estrutura curricular diferente da dominante e uma mentalidade diferente por parte dos professores, pais, alunos, administradores e agentes que confeccionam os materiais escolares (SACRISTÁN, 1995, p. 83).

Colaborando com o autor as DCNs apresentam o "currículo como conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente, para construção de identidades sociais e culturais dos estudantes". (DCNs, 2013, p.374).

Assim, tem-se como foco a construção dos Saberes políticos, culturais e o protagonismo indígena a luz do PMIT, visando perceber a contribuição desta formação para o desenvolvimento e fortalecimento desses saberes.

a) Construção dos Saberes Políticos:

Os saberes políticos se encontram atrelados aos saberes do cidadão comum e do utilizador, os quais expressam de forma analítica as reivindicações focadas no saber questionar e participar democraticamente nos processos de decisões de uma comunidade e de um povo, através da participação efetiva dos que compõem a sociedade. Cada povo



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

identifica e conhece suas demandas específicas, ao mesmo tempo em que busca a solução de cada necessidade, de maneira a atingir o interesse comum.

O papel social do professor requer uma visão política, visto que ele é um formador de opinião, seu olhar tem que ir além do pedagógico, não basta só saber ensinar, o ato de educar é um ato político. Assim, no que se refere “à educação, observou-se que os referenciais para educação precisariam ser considerados à luz de outros posicionamentos, devido à solicitação emanada das vivências da própria escola e sociedade [...]” (LIMA, 2010 p. 10).

b) Construção dos Saberes Cultural

Esses saberes refletem as tradições de diferentes ângulos, construídas ao longo do tempo, que revelam os conhecimentos, entendimentos e realizações de um povo no contexto social, transmitido de geração em geração. Esses saberes se acumulam, constituindo o conjunto de identidade que caracteriza um povo, uma sociedade e uma nação.

Na prática educativa de uma sociedade sobressaem à práxis pedagógica em harmonia com os saberes culturais dos educandos, criando e recriando cenários com foco no processo de ensino e aprendizagem, respeitando a diversidade da condição do homem e considerando o significado dos símbolos da cultura objetiva e subjetiva formando o conjunto da essência humana.

A formação cultural do professor é um elemento importante no seu fazer docente e os professores devem levar em consideração a importância desse saber em sua formação, visto que “[...] é parte do processo de construção da cidadania, é direito de todos se considerarmos que todos - crianças e adultos - somos indivíduos sociais, sujeitos históricos, cidadãos e cidadãs produzidos na cultura e produtores de cultura.” (KRAMER; LEITE, 2010, p. 21).

c) Protagonismo Indígena

O protagonismo está alicerçado no fato de realizar algo novo e de relevância social, ainda num estágio inicial, que resulte numa conquista proveitosa. Isso ocorre a partir das relações de poder e interesses de um povo que busca de forma responsável as estratégias necessárias para atender seus objetivos. Assim, os povos indígenas lutam por seus interesses utilizando seu poder no contexto social para atingir os resultados esperados para a melhoria do seu povo.

O protagonismo indígena se personifica na luta pelo reconhecimento e a garantia dos direitos no decorrer dos séculos e se fortaleceu a partir da luta e do clamor dos movimentos das organizações indígenas, que ganharam força, resultando na garantia instituída em lei.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Assim, os povos indígenas se apresentam como protagonistas de sua própria história, construída e evidenciada antes mesmo do descobrimento do Brasil até os dias atuais. "Eles são protagonista, eles são aqueles que decidem, que pensam com a própria cabeça e decidem com a sua própria vontade e agem com as próprias pernas, isso é grandioso." (BALDUÍNO, 2010, p. 249).

O CAMINHO METODOLÓGICO

A pesquisa com abordagem qualitativa, pois se busca "traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, reduzindo a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação." (NEVES, 1996, p. 1). Método hermenêutico "propicia ao pesquisador a oportunidade de conceber uma metodologia e um discurso decifrador da realidade ou do contexto em que acontece o objeto pesquisado. (GHEDIN, 2011, p.53)

Como técnica a análise de conteúdo, haja vista que, "[...] a intenção da Análise de Conteúdo é inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)". Bardin (1977, p. 38). Trouxe-se como instrumento o questionário estruturado instrumento que possibilita ao pesquisador "conhecer as percepções, a satisfação, as expectativas e as opiniões dos indivíduos e está intimamente ligada a esse contexto e, é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento". (SEVERINO, 2001, p. 35)

OS RESULTADOS

Foram aplicados 14 (quatorze) questionários para os egressos do PMIT, como critério usou-se a etnia e as regiões participantes do projeto, obtendo-se o perfil: de 05 homens, 09 mulheres, 05 casados e 09 solteiros, com uma média de 05 a 07 filhos e a faixa etária variando de 28 a 61 anos. Dos 14 que responderam o questionário, 10 estão em efetivo exercício da docência e 04 fora de sala de aula, aguardando o resultado do processo seletivo realizado pela SEED/RR para contratação de professores indígenas.

Solicitou-se dos egressos que apresentassem três características de cada saber, com objetivo de perceber a contribuição da formação na construção e fortalecimento do saberes políticos, culturais e do protagonismo indígena, assim tem-se a relação das características com maior incidência no questionário:

- a. Construção dos saberes políticos:
 - Processos de decisão através da participação;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- Saber questionar e participar nas assembleias, regionais e estaduais;
- Ter um novo olhar respeitando a organização política da comunidade.

“O professor é um educador e um profissional do ensino. Então, não reduzo a questão à sua atuação em sala de aula, mas defendo uma compreensão mais ampla da educação.” Freitas (2011, p. 84). Neste contexto, no processo educativo deve “se considerar a participação de representantes da comunidade na definição do modelo de organização e gestão [...]” (DCNs, 2013, p. 86)

Educar já é um ato político e, no caso do professor indígena, ele se torna referência em sua comunidade em função do conhecimento apreendido. Assim, as características citadas pelos egressos dizem de uma formação de professores que possibilitou a formação de sujeitos políticos atuantes e participativos.

[...] com poder de escolha entre o pensar e o agir, ou seja, que tenha autonomia moral e intelectual; tenha como princípio formativo os valores ético-profissionais, comprometimento e responsabilidade com a formação de sujeitos também intelectualmente autônomos que se sintam responsáveis pelo desenvolvimento da sua comunidade. (SANTOS; BARRETO, 2011, p. 79).

Nesta perspectiva o “político que se discute aqui, é a maneira de agir e a forma de se relacionar com o outro, de acordo com a compreensão aristotélica, que a concebia como uma forma de se preocupar com o coletivo, com a felicidade da coletividade.” (SANTOS; BARRETO, 2011, p. 79).

b. Construção dos Saberes Culturais:

- Conhecimento repassado pelos anciões;
- Estudo dos costumes, identidade e língua materna;
- Mosaico de artes, religião, conhecimentos das ervas de cura; respeito arquitetura indígena.

Os cursistas citam características importantes para sobrevivência dos povos indígenas o conhecimento transmitido pelos anciões, à língua materna e ciência da cura usada pelos pajés. A preservação da cultura indígena é garantia da continuidade dos povos,

Preservar as referências culturais dos povos indígenas significa que, ao reconhecê-los como parte fundadora da nossa condição nacional, estamos reafirmando nossas raízes e incluindo-os no campo de nossas políticas públicas. A ação patrimonial tem o papel de ajudar na construção da cidadania, garantindo a esses povos o exercício de plenos direitos. (MENEZES, 2009, p. 1).

Para eles o conhecimento repassado pelos anciões significa garantir “às futuras gerações acesso aos testemunhos de sua história e aos domínios da vida social que dão significado aos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

complexos processos de construção de identidades." (OLIVEIRA, Gerente de Identificação e Registro do Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI/IPHAN).

Conforme Mandulão (2006, p. 218): “Os mais velhos tiveram papel importante papel na transmissão dos conhecimentos aos mais conhecimentos aos mais jovens. São eles os responsáveis pelo relato das histórias, das restrições de comportamento, das nossas concepções de mundo, etc.”

Para Manipiniktikinya e Houghton (2000, p. 02),

[...] valorização das línguas indígenas deve fundamentar-se, em primeiro momento, num compromisso de sobrevivência dos povos indígenas [...] Nesse sentido, é essencial que o professor indígena enquanto articulador e mediador dos saberes difunda na sua comunidade a importância de manter sua língua como elemento de resistência a sua cultura.

Ferreira (2001) também reafirma a necessidade da valorização da oralidade, pois “a cultura indígena se caracteriza pela oralidade, onde a maioria dos ensinamentos tradicionais é repassada de forma oral e que requer uma maior passividade por parte de quem aprende”. Ferreira (2001, p. 25). A língua materna é condição para construção e reconstrução da identidade e os cursos de formação de professores indígenas devem trazer sempre o debate da importância valorização da língua no contexto escolar e fora dele.

Outra questão diz-se da preservação do conhecimento da ciência das ervas, um saber adquirido que deve passar de geração para geração, conhecer e cultivar e usar plantas que propiciem a cura de doenças. Para Blazzi (2002, p. 50) “As plantas medicinais são consideradas recursos auxiliares de programas terapêuticos que resgatam aspectos culturais, do uso desta terapia, contribuindo para qualidade de vida alternativa dos povos indígenas”.

Há por parte dos professores uma preocupação com desaparecimento desta cultura, que segundo relatos de alguns povos que rapidamente vem se perdendo entre os grupos indígenas do Brasil. De acordo com pajés xamã é na natureza que se encontra as respostas para levarem suas vidas simples e também as curas para todos os seus males.

c. Protagonismo Indígena:

- Liderança pela formação do professor. Ser conhecedor da própria realidade;
- Movimentos das organizações indígenas;
- Conquista de direitos.

As palavras-chaves dos cursistas egressos do PMIT são: liderança, direitos e realidade própria, revelando a concepção do protagonismo indígena. Assim, o protagonismo indígena se apresenta na luta por reconhecimento e pela garantia de seus direitos, exercício de liderança em suas comunidades e fora delas a partir do conhecimento do seu contexto comunitário e social. Nesse sentido o professor deve trazer consigo características que lhes possibilitem uma atuação



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de alteridade, pois “sua atuação não se limita ao espaço escolar apenas, mas família e comunidade” (TAVARES, 2007, p. 41).

Neste contexto o protagonismo indígena vem se fortalecendo cada vez mais, nas últimas décadas, e se construindo “num contexto de relações interculturais assimétricas.” Secchi, (2007, p. 15). Uma prova disso são os movimentos. Em Roraima há várias organizações, associações e conselhos como: CIR, OPIRR, OMIR, SODIUR., dentre outras entidades, que estão à frente das lutas pelos direitos dos povos indígenas.

O protagonismo indígena se apresenta como a capacidade dos povos indígenas exercerem o domínio das decisões relacionadas à economia, a política e a cultural, que são incorporadas ao seu cotidiano, como consequência do convívio intercultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do questionário aplicado aos cursistas egressos do PMIT, foi possível perceber que a formação recebida por meio do Magistério Indígena Tamî'kan, possibilitou a construção de saberes políticos, saberes culturais e do protagonismo indígena, contribuindo para uma ação docente mais consciente em relação ao papel social do professor.

Em relação à construção dos saberes políticos, culturais e protagonismo indígena, constatou-se em função das características elencadas como saberes estratégicos no contexto do processo de formação de professores indígenas, constituindo-se em elementos fundamentais para formação de um professor, cuja atuação é repleta de ambiguidade.

Para realidade indígena estes saberes configuram-se como a competência e habilidade da autodefesa, no sentido de instrumentá-los para lutar por direitos, resgatar e/ou preservar os saberes próprios, possibilita-os resistir e manter-se na luta pelos seus ideais, a partir de uma consciência crítico-reflexiva.

Esses saberes são elementos constituintes do fortalecimento da identidade indígena e da participação ativa e consciente frente aos processos decisórios que dizem respeito a sua comunidade e a sociedade não indígena. Trata-se, portanto, de saberes que promovem a formação crítico-reflexiva e estimulam a construção da consciência intelectual libertária que os permitem sair da condição de tutelado e oprimido, para a condição de um sujeito autônomo.

A oferta do Curso Magistério Indígena Tamî'kan se constitui com um exemplo da formação política dos professores indígenas, visto que, é resultado da persistência e da resistência dos povos indígenas no Estado de Roraima. Salienta-se assim, as reivindicações das lideranças, tuxauas, organizações e movimentos indígenas com participação de várias instâncias governamental e não governamental.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERENCIAS

BALDUÍNO, T. Entrevistadora: Poliene Soares dos Santos Bicalho. Casa Paroquial da Igreja São Judas Tadeu. Goiânia-GO. Dia 25/04/2010 às 16h00min. Duração: 1h46min17seg. HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 269.

BARDIN, L. *Análise de conteúdos*. São Paulo: Edições 70, 1977.

BLAZZI, T. *O maravilhoso poder das plantas*. São Paulo: Tatua 2002.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Indígena*. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

FERREIRA, M. K. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. L. (orgs). *Antropologia história e educação: a questão indígena na escola*. 2ed. São Paulo: Global, 2001.

FREITAS, A. M. B. de. *O Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima: trajetória das políticas para a educação superior indígena*. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 92, n. 232, p. 599-615, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1851/1738>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

GHEDIN, E; FRANCO, M. A. S. *Questões do método na construção da pesquisa em educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, Sonia. *O que é básico na escola básica? Contribuições para o debate sobre o papel da escola na vida social e na cultura*. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (orgs.). *Infância e produção cultural*. Campinas, SP: Papirus, 2010.

LIMA, P. G. *Formação de professores: por uma ressignificação do trabalho pedagógico na escola*. Dourados, MS: UFGD, 2010. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/faed/nefope/publicacoes/formacao-de-professores-por-uma-ressignificacao-do-trabalho-docente>>. Acesso em: 10 agosto, 2016.

MAHER, T. de J. M. *A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória*. In: GRUPIONI, L. D. B. *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 11-37.

MANDULÃO, F. da S. *Educação na visão do professor indígena*. In: GRUPIONI, L. D. B. *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MANIPINIKINYA, A. G. S.; HOUGHTON, J. *Políticas linguísticas en Colombia: esbozo de una problemática*. In: QUEIXAIÓS, F.; RENAULT-LESCURE, O. (orgs.). *As Línguas Amazônicas hoje*. São Paulo: IRD/ISA/MPEG, 2000, p. 211-228.

MENEZES, S. *Retratos - Índios: Regaste cultural*. Desafios do Desenvolvimento, Brasília, ano 6, edição 52, jul. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2268:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 12 abr. 2016.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, n° 3, 2ºsem. 1996.

OLIVEIRA, E.de. *Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 4, n. 9, p.11-27, maio/ago. 2003.

SACRISTÁN, J. G. *Currículo e diversidade cultural*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Org.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS. C. P.; BARRETO. R. P. *Formação de professores como compromisso político*. Disponível em: <http://www.valdeci.bio.br/pdf/Santos_Barreto_FORMAÇÃO_DE_PROFESSORES.pdf> Acesso em 12 abr. 2016.

SECCHI, D. *Autonomia e protagonismo indígena nas políticas públicas*. Cadernos de Educação Escolar Indígena, v. 5, 2007. Revista Metáfora Educacional, Feira de Santana/BA, n. 10, p. 78-90, jun. 2011.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MEDIAÇÕES NO CONTEXTO DA DEFICIÊNCIA VISUAL E A MÚSICA: PROCESSOS COMUNICATIVOS EM COMPOSIÇÃO MUSICAL COM COMPUTADORES

MEDIATIONS IN THE CONTEXT OF VISUAL DEFICIENCY AND MUSIC: COMMUNICATIVE PROCESSES IN MUSICAL COMPOSITION WITH COMPUTERS

Renato Brandão¹
 renatobrandao76@hotmail.com
 Rosemara Staub²
 rosestaub@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa caracteriza-se como parte do trabalho de doutoramento ainda em curso. Busca discutir de que forma o deficiente visual se utiliza dos aparatos tecnológicos para compor e propagar suas partituras nos modelos convencionais impressos. Os processos comunicativos da composição musical, mediados pelo computador, no contexto da deficiência visual e as novas condições de acesso e tecnologias assistivas são capazes de promover a integração de pessoas com deficiência no contexto da composição musical. A partir dos pressupostos documentais de políticas públicas e testemunhos orais de deficientes visuais, que vivem uma rotina de produção artística, revelam que os parâmetros da composição mediada por dispositivos computacionais são capazes de proporcionar uma equalização das partituras invisíveis e visíveis.

Palavras-chave: Mediações; Processos socioculturais; Deficiência visual; Tecnologias Assistivas

INTRODUÇÃO

A arte, diante de todo o processo evolutivo de nossa condição humana sempre esteve relacionada a um ato de uma espiritualidade, ciência e vida. Bem, sabemos o quanto podemos realmente viver sem a arte, porém, ela, cultivada sem economias em qualquer sociedade, garantiu relevantes elementos comunicativos que de modo muito direto, deram manutenção a muito mais que palavras escritas que contem uma história.

¹ 2 Doutorando do no programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT/ Portugal). Professor assistente do Departamento de Artes, da área de conhecimento de Tecnologia e Produção sonora. Email- renatobrandao76@hotmail.com

² Professora Doutora da Faculdade de Artes da Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, líder do Grupo de Pesquisas em Música na Amazônia e trabalha na linha de Processos Socioculturais e Semiótica.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Conforme esclarecido, esse estudo parte de uma pesquisa de tese doutoral, por isso, relacionamos fatos e elementos que nos conduzam a interpretar os processos de mediação entre quem faz arte e a publica. Ainda assim, visto aqui o diferencial que justifica nossa preocupação investigativa, essas ações estão relacionadas com as condições de eficiência de pessoas que não possuem a dimensão do sentido visual e mesmo assim, se apresentam artisticamente como compositores e usuários de tecnologias mediadoras de suas ideias musicais.

Desse modo, iremos verificar como as mediações, devidamente aplicadas podem devolver o interesse, ou mesmo, a individualidade nos momentos mais íntimos de inspiração para compositores de eficiência em situação de cegueira e baixa visão.

Composição Musical: da inspiração à publicação das ideias

Uma mistura entre técnica e inspiração pode resultar em belas composições musicais. A ação de compor uma canção, por exemplo, pode ser encarada como a materialização de um sentimento. Diante disso, sentir e processar todas as sensações na arte é possível de ser feito por todos. Quem nunca ensaiou a criação de uma canção? Assim, essa pesquisa busca verificar as condições de mediação entre deficientes visuais e suas composições musicais com o uso de computadores. O uso de ferramentas computacionais aplicadas a composição de registros gráficos que atendam de modo inclusivo videntes e deficientes, foram utilizadas de acordo com as demandas particulares das percepções visuais que aqui conferimos.

O que queremos como Mediação, conforme as postulações de base epistemológicas dos interesses sociais, cabe na reflexão que abrange uma mudança de comportamento, mudança da ordem de vida pela diversidade e qualidade da propagação das ideias (Leal, 2011). Ainda que possamos reconhecer o avançar dos novos modelos de linguagem, mesmo assim, se não nos dedicarmos a uma melhor observação do valor da Mediação, nossos esforços não terão valor. (Braga et al, 2015)

O mais importante neste sentido foi reconhecer o computador como um agente auxiliar relevante enquanto sua potencialidade de interlocução diante das dimensões de quem vê ou não o mundo por vias convencionais. Essas máquinas, cada vez mais comuns na nossa vida, favorecem, conforme haja necessidade, uma nova condição de relação do músico



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

compositor com sua obra. Dessa feita, somos capazes de entender, de acordo com os levantamentos de dados para o estudo, que tais atividades de composição não se desvencilham mais das facilidades causadas pela máquina dentro do processo.

Do mesmo modo que a Mediação facilita o acesso de quem consome arte, o caminho contrário parece ser igual, pois creditando a um bom processo mediatório, compositores cegos dão vazão a novas linguagens que impliquem em resultados convencionais do fazer artístico. Para Braga (et al, 2015), “[...]é fundamental atentar para as características de cada público”. Mesmo que pareça lógico, é útil comentar que o estudo das mediações, de antemão, com as artes, reside em orientações para melhor incluir socialmente.

Sendo assim, podemos, atrelados ao conhecimento das condições da perda visual, caminhar no sentido de uma melhor conferência das condições iniciais que levam uma pessoa a compor uma música e, como verificado, viabilizar processos comunicativos que incluam e integrem deficientes visuais quando necessitados de registrar sua arte para si e o mundo convencional.

A eficiência na condição da cegueira e baixa visão

Decerta forma, nossa preocupação não reside em discutir se um deficiente visual é ou não capaz de compor uma canção. A atividade de compor é humana, crianças nos primeiros anos de vida já a fazem, se apropriam dos modelos percebidos e por si, contabilizam horas degustando do prazer de criar uma canção.

A condição de deficiência visual, mesmo sendo uma das mais temidas condições impeditivas, não compromete as demais potencialidades criativas do homem. Seu organismo, sobretudo o cognitivo, na maioria dos casos sempre está preservado. Desse modo, compor é dar liberdade ao espírito, e por isso, dar sentido artístico ao sentimento. A deficiência visual não impede ninguém de se emocionar.

Ao longo da história, contabilizamos inúmeras situações dentro do nosso cotidiano e observação das sociedades, de situações que envolvem deficientes visuais e a música. Podemos citar os cegos cantores nas portas das igrejas, Ray Charles, Andrea Bocelli, Davi Assayag e outros tantos. O mais lógico é reconhecer que das artes possíveis, a música é a que melhor se adequa a condição da ausência da capacidade de enxergar.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O estado do Amazonas, seguindo o exemplo das demais unidades federais de nosso país, possui uma associação de deficientes visuais, segundo a ADVAM. Assim, conforme verificação no ano de 2015, possuía em seu quadro de associados, 2125 pessoas cadastradas como cegos ou com baixa visão. A ação de pesquisa neste campo nos revelou que ao longo da história da associação, a relação entre associados e a música sempre foi uma constante. Grupos musicais, programas de rádio comunitária, troca de arquivos em mp3, rodas de violão e compositores frequentes, foram alguns dos elementos observados que comprovam a aproximação da música nesse meio cultural.

Além da música, outras artes também são praticadas ou consumidas. A escultura, pintura, fotografia e o cinema, também foram detectadas como ações de interesse, mesmo que ao primeiro olhar, não se encontra relação clara entre a pintura e a cegueira, por exemplo.

Mediações computacionais para a composição musical por cegos e baixa visão

Há aproximados 70 anos, a máquina eletrônica digital que iria revolucionar o mundo, havia sido apresentada pelos pesquisadores norte-americanos “[...] John Eckert e John Mauchly, da *Electronic Control Company*,” (MORENO, 2010, p.01), o *Electronic Numerical Integrator And Computer*, ENIAC, como ficou conhecido, trabalhava em larga escala para os interesses militares da época.

Hoje, em nossas mãos, contidos nos pequenos dispositivos de telefonia celular, temos máquinas 1000 vezes mais potentes que o seu tataravô americano. De lá para cá, muita coisa mudou evidentemente, além dos interesses bélicos, outras demandas mais individuais e domésticas fizeram com que os computadores entrassem em nossas vidas de uma vez para sempre.

Computadores atuais são capazes de desempenhar muitas tarefas e acima de tudo, comunicam-se em diferentes dimensões com seus usuários. No caso dos deficientes visuais, as máquinas modernas falam tudo que está na tela, podem, por comando de voz, abrir ou fechar programas e relacionar conteúdos invisíveis com visíveis, para benefício mútuo, deficientes e videntes.

Abaixo, vamos enquadrar os diferentes programas de uso inclusivo para as atividades de composição para artistas cegos ou com baixa visão.





Avaliação dos *softwares* na aplicação das mediações de composição musical para eficiência de cegos e baixa visão

Para a avaliação dos programas a serem eleitos como os de melhor uso dentro do processo de adaptação dos compositores cegos ou com baixa visão, primeiramente foram levantados alguns dados sobre as demandas a partir dos relatos da percepção visual do público que aqui discutimos. Diante da ausência de um modelo específico para este tipo de avaliação, criamos uma série de critérios que viabilizam atender as necessidades básicas dos *softwares* com intensão ao auxílio da cegueira ou visão de baixa acuidade.

Segue abaixo as diretrizes necessárias para a eleição e busca de bons programas computacionais que favoreçam a mediação entre compositores deficientes visuais e suas obras.

- Interface clara e intuitiva: o programa deve sofrer alterações de contrastes de cor e fácil localização dos botões de acesso mais frequentes.
- Legndado: neste caso a funções do programa devem permitir a leitura de suas legendas quando o cursor do *mouse*, passar por cima do item verificado. Isso, em uso associado a um leitor de tela, facilita muito a compreensão da imagem geral do processo criativo do músico.
- Compatibilidade entre *softwares*: deve permitir que leitores de tela e ampliadores sejam utilizados ao mesmo tempo sme prejuízos de latência ou peso no processamento de dados do PC.
- Acessibilidade: o programa possui intens em seus ajustes voltados a acessibilidade, tais como, mudança das fontes, cores da área de trabalho, organização do espaço utilizado e um bom suporte de ajuda.
- Respostas: neste caso, o *software* deve oferecer um retorno das notas ou itens de amostra de áudio requeridos e se utilizar da dimensão auditiva muito mais que a visual.
- Gravador: é uma função importante, a maioria dos processos verificados neste estudo elegem essa condição como primordial para a preservação das primeiras ideias de composição.

Com base nestes critérios firmados acima, temos como parâmetro inicial classificações de *softwares* que atendam as necessidades básicas. Como bem sabemos, as técnicas e um



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

estudo profundo da música não são imprescindíveis para a criação de boas melodias e canções. Este estudo se preocupa com a mediação do processo e desmerece as qualidades técnicas empregadas na produção da arte.

Quadro 2: Classificação dos aplicativos de auxílio e integração do deficiente visual e o uso do computador.

Ampliadores de tela

- No caso deste tipo de programa, as imagens do monitor são ampliadas como uma lupa artificial. Nas configurações de uso, podemos dar foco ao ponteiro do *mouse*, edição e inserção de texto e botões das caixas de diálogo.

Leitores de tela

- Os leitores de tela, como o nome já diz, leem todo o conteúdo do monitor em evidência. Muito mais usado por cegos, às vezes, esse recurso não funciona bem por conta da falta de informações anexadas às imagens contidas na tela. Em outro aspecto, graças a esse atributo falado, deficientes visuais adquirem maior autonomia diante de tarefas simples para videntes e complicadas para quem não vê.

Recursos internos adaptáveis

- Alguns programas possuem em si, ou seja, dentro de seus projetos de desenvolvimento, recursos de acessibilidade. No caso dos editores de partitura, as fontes neumáticas podem ser ampliadas, há um retorno auditivo das notas inseridas e a possibilidade de verificação de notas incorretas conforme o registro de cada instrumento pela diferenciação de cores no ato da edição.

No sentido de difusão das ideias, abaixo temos uma tabela dos *softwares* de uso por deficientes visuais de acordo com o Quadro 1 há citado.

Tabela 1: Programas dedicados e não-dedicados ao uso por deficientes visuais:

Ampliadores de tela			
Nome		Descrição	Uso
Lupa do Windows		Todos os PCs, desde o início da década de 1990, possuem esse recurso. Aprimorado ao longo dos anos, hoje, diante de um simples comando, qualquer computador com o sistema operacional <i>Windows</i> , ao se digitar a palavra “Lupa” no campo de início das operações, habilita três formatos de lupa artificial sendo: ancorada, tela inteira e lente.	Privado
Zoomit		Além de um ótimo ampliador, esse programa oferece recursos dedicados a apresentações em eventos educacionais. Com comandos distintos, o usuário pode marcar, desenhar e enaltecer aspectos importantes da tela com facilidade. Uma boa condição é o fato de ser portátil, não requer instalação	Livre
MAGIC		Considerado um dos melhores ampliadores do mercado. Dois problemas acompanham esse programa, o preço é muito alto para cada licença e tamanho e uso do processador do PC que é elevado, requer uma máquina muito potente.	Privado



<i>Virtual Magnifying Glass Portable VMGP</i>	Um programa dedicado a fazer o que promete. Ponto positivo é a sua portabilidade. Deficientes visuais podem leva-lo em <i>pen Drives</i> e rapidamente inicia-lo em qualquer PC que não seja o seu.	Livre
Orca	Um ampliador desenvolvido para o Sistema Linux. É uma versão bem inteligente pois une leitura de tela e ampliação conforme haja demanda do usuário.	Livre
<i>Lightning Express</i>	É um ampliador limitado e pesado. Sua proposta é facilitar a vida de seus usuários, dá magnitude de até 6x, contraste de cor e diferencia o ponteiro do <i>mouse</i> . Sua maior vantagem é ser portátil.	Livre
Zoomtext	Esse programa possui a melhor integração de leitura e ampliação do mercado. Sendo o mais completo, oferece modificações de ajuste de cores na tela, ponteiro do <i>mouse</i> , níveis de ampliação e nivelção de contraste dos botões de diálogo. Seu fator mais impeditivo é o preço.	Privado
<i>Magical Glass</i>	Para quem gosta do estilo “Lupa que acompanha o <i>mouse</i> ”, esse é uma ótima alternativa. Muito fácil de usar, assume comandos numéricos de 1 à 9 para aumentar ou diminuir a lente e muda o contraste das letras e campos do monitor.	Livre
<i>Desktopzoom</i>	Portátil e leve, esse programa é muito fácil de usar. Amplia com deficiência de resolução, muda as cores da tela e aumenta o contraste. Há um recursos único, um campo pequeno no canto inferior esquerdo do monitor indica em que parte do conjunto total do ecrã o usuário esta navegando.	Livre
ZZoom	Desenvolvido para o trabalho de desenhistas e profissionais da educação, também podemos defini-lo como um bom ampliador de tela. Capaz de fotografar partes do que é apresentado no monitor, ele ainda inverte cores exporta para diferentes formatos de imagem se há alguma necessidade. Tudo isso melhora por ser um <i>software</i> portátil.	Livre
Leitores de Tela		
Nome	Descrição	Uso
JAWS <i>for Windows</i>	É o mais conhecido e caro <i>software</i> do mercado. Considera completo, o JAWS dimensiona tudo em voz ao que acontece no computador.	Privado
Virtual Vision	100% desenvolvido no Brasil, esse leitor de tela oferece grandiosos recursos de aprimoramento de uso por pessoas cegas. Criado em 1998, vem agregando melhorias e atualmente está na versão 10.	Privado
DOS Vox	Não é bem um leitor de tela, por outro lado, sendo um sistema que roda no <i>Windows</i> , esse aplicativo usa na maioria de suas interpelações a voz humana gravada. Desse modo, causa menos <i>stress</i> que os demais programas quando utilizado em longas horas. Foi desenvolvido no Núcleo de Ciências Eletrônicas da UFRJ.	Livre
NVDA	Sem dúvidas é o programa que mais agregou usuários nos últimos dez anos. Concorrente direto e duro dos famosos JAWS e Virtual Vision, esse tem a maior qualidade em ser totalmente gratuito. Faz leituras por comando do teclado e por onde o cursor do <i>mouse</i> passa.	Livre
Orca	Como já citado em outra categoria acima, esse é um leitor de tela que opera no sistema Linux.	Livre
<i>Voice Over</i>	Um dos melhores leitores do mundo, criado para dar acesso universal ao sistema operacional da Apple, OS e iOS. Utiliza comando de voz e teclado com muita facilidade e dentro dos aparelhos celulares da linha iPhone, representa altos índices de aceitação.	Privado
Recursos internos adaptados		
Nome	Descrição	uso
Shazen	Esse aplicativo “ouve” uma musica de produção comercial e diz todas as atribuições do artista, álbum, ano e muito mais. Muito útil para pesquisas.	Livre
Sibelius	Editor de partituras com alto nível de ampliação dos itens editados. Compatível com MIDI e <i>Sampler</i> de instrumentos virtuais	Privado



Musescore	Editor de partituras com ótimos níveis graduais de ampliação dos compassos editados na partitura.	Livre
SoundHound	Este aplicativo permite uma integração muito distinta do usuário que canta a música com sílabas “La, lá lá” e ele decifra qual música pela melodia cantada .	Livre
BME	Editor de partituras em Braille. Nesse caso, as possibilidades se ampliam pois a lógica de programação permite uma integração de controladores MIDI diretamente ligados com o <i>software</i> , dando mais agilidade e integração entre as duas formas de registro, o impresso em tinta ou em relevo como a musicografiabraile. Desenvolvido para rodar em Android, iOS, Windows e Mac OSX, ou seja, completo.	Livre
FL Studio	Neste caso, a composição foge dos parâmetros convencionais de escrita de partitura ou cifras para violões. Como se fosse um jogo, a tarefa de composição se torna algo mais intuitivo, blocos de amostras de sons são dispostos pelo compositor em sequência e a música é formada.	Privado
Reason	É um dos melhores <i>softwares</i> de sequência das amostras sonoras. Possui um banco de sons muito bom e com capacidade de ampliação da área de trabalho de modo satisfatório.	Privado
Cubase	Sendo um programa dedicado à produção profissional de áudio, o Cubase assume as funções desejadas dentro das perspectivas do compositor com deficiência visual, por outro lado, peca em não possuir legendas nos comandos, isso implica em uma ausência de leitura por parte dos leitores de tela no processo de produção.	Privado
Sony Acid Pro	Faz parte do consorte de programas de produção da Sony, atua muito bem com poucos recursos físicos computacionais e oferece uma <i>interface</i> , muito clara e de fácil visualização.	Privado
Logic	No mesmo caminho dos melhores sequenciadores, o Logic é uma alternativa bem segura e capaz de oferecer resultados profissionais. Um ponto negativo para o que tratamos na temática deste artigo é a quantidade de botões na área de trabalho. De outro modo, o contato constante com o <i>software</i> , permite uma maior integração ao longo das horas de uso e adaptação.	Privado
Musibraile	Criado no NCE-UFRJ pelo Professor Doutor Antonio Borges, este é o mais brasileiro de todos os mediadores de uma partitura escrita em tinta para o Braille. Não é tão simples de usar como o BME, nem distribui vozes em quantidade, mas, dentro de suas potencialidades, cresce para alcançar melhores resultados.	Livre

A cada dia, as empresas produtoras de programas e aplicativos para celulares se preocupam mais com o público que demanda necessidades e auxílio especializado. É comum, principalmente nos dispositivos mais modernos, encontrarmos itens que favorecem algum aspecto da perda de visão ou de outra zona deficiente. Desse modo, hoje é fácil termos gravadores e editores na palma das mãos, leitores de tela e documentos impressos e aplicações que com poucos comandos dão forma e cor às composições musicais de qualquer um que se aventure nesse contexto artístico.

Para finalizar



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A pesquisa é capaz de destacar o aspecto subjetivo dos modelos de mediação entre as inspirações artísticas de deficientes visuais e a composição e registro escrito de suas obras. As mediações, quando bem aplicadas, sendo de acordo com as especificidades de cada pessoa assistida, determinam sobretudo a autonomia das eficiências em qualquer campo.

Ao contrário de outras ordens de composição, deficientes visuais mediados por recursos computacionais, se reencontram com profundidade e independência com seus momentos de criação. Além disso, a pesquisa aponta outros critérios com potencial investigação tal como a percepção individualizada de cada compositor em relação a música. Mesmo que seja óbvio, ainda podemos acrescentar que a composição em grupos sofre com clareza influência de todos, mas, nem sempre como visto, compositores e nestes casos incluímos cegos e pessoas com baixa visão, querem compartilhar suas inspirações musicais.

Com o avanço e melhoria da qualidade de acesso a novos dispositivos computacionais, a ação de compor, por qualquer uma pessoa, fica muito mais fácil. É claro que as qualidades artísticas sempre terão o seu destaque pois não é o dispositivo que determina o autor, mas sim o seu talento. No entanto, celulares e computadores portáteis se apresentam desde então para assumir funções equalizadoras, ou seja, são ferramentas poderosas a um bem muito precioso de nossa condição humana, o poder de criar, absorver e discutir a arte.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Jéssica Cristina; MADALOSO, Juliana Delle; SGHLISHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **MEDIAÇÃO DE ARTES PARA ESPAÇOS ESCOLARES E MUSEOLÓGICOS COMO FORMA DE INCLUSÃO** . Revs. Educação, Artes e Inclusão. UFPR. 2015
- LEAL, Leovegildo Pereira. **Mediação**. Revs. Mediação. Ano I. nº 1. FUMEC. Belo Horizonte/MG. 2011
- MORENO, João Brunelli. ENIAC, primeiro computador do mundo, completa 65 anos. Site Tecnoblog. 2010 Disponível em:< <https://tecnoblog.net/56910/eniac-primeiro-computador-do-mundo-completa-65-anos/>>



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MEMÓRIAS, LOCAIS DE USOS COMUNS, TERRITORIALIDADES: mecanismos de afirmação identitárias nas comunidades quilombolas do rio Andirá, Barreirinha- AM.

MEMORIES, COMMON USES, TERRITORIALITIES: identity assertion mechanisms in quilombolas communities of rio Andirá, Barreirinha-AM.

Arlindo Marques Barbosa¹

E-MAIL: arlindomarquesbarbosa@gmail.com

João Marinho da Rocha²

E-MAIL: jmrocha.hist@hotmail.com

RESUMO: Este artigo é parte de um estudo de iniciação científica sobre o processo de territorialização nas comunidades quilombolas do rio Andirá, Barreirinha –AM. Analisa como que os quilombolas do rio Andirá utilizam-se dos mecanismos para dar afirmação e legitimidade além do que manda o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Amparamos os nossos estudos na metodologia da História Oral Temática: (DELGADO, 2006); (MEIHY, 2005); (MEIHY&HOLANDA, 2011), e outros. Analisamos as narrativas orais dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de territorialização no quilombo do rio Andirá. As análises demonstram que as memórias torna-se tão importante e serve como uma espécie de “alimento” na sobrevivência de suas identidades culturais. Pois, por serem consideradas em geral comunidade iletradas, as memórias também atuam como uma espécie de “livro” para essas populações que encontram na reinvenção de suas identidades, uma nova oportunidade de (re) criação de sua própria história. Nesse sentido, analisamos as memórias dos grupo étnicos raciais, a exemplo dos quilombola do rio Andirá, que devem ser entendidas como documentos históricos de igual valor aos documentos escritos, pois possibilitam outras versões sobre suas histórias.

Palavras-chave: memórias quilombolas; territorialidades; história oral; rio Andirá.

ITRODUÇÃO.

As pesquisas sobre escravidão negra na Amazônia, sobretudo a partir da última década do século XX, têm apostado e tido sucesso nas articulações entre arquivos cartoriais e paroquiais e as memórias orais dos descendentes mais velhos das comunidades que acabam atualizando e dando outros sentidos e significados para as narrativas de seus pais e avós.

¹ Acadêmico do 8º período de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP/UEA. Bolsista do Programa de Amparo a Iniciação Científica-PAIC, em convênio com a FAPEAM.

² Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas. Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP. Doutorando do Programa de Pós-graduação em “Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. PPGSCA/UFAM



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

As comunidades quilombolas do rio Andirá (Santa Tereza, Ituquara, Boa Fé, São Pedro e Trindade), lutaram a cerca de dez anos, recebendo o título como remanescente de quilombo em 2013, Guerreiro (2014). E mesmo após a titulação, os seus descendentes ainda vivem lutando para a conservação desse território e também esperam que seja feito a demarcação e regularização de suas terras, pois está na Constituição Federal de 1988, que é dever do Estado fazer a titulação das terras tradicionalmente ocupadas.

Mas enquanto isso não acontece, eles passaram a articular-se de várias maneiras para garantir a sua visibilidade perante ao Estado e a sociedade. E uma dessas maneiras foi buscar parcerias com vários órgãos federais e estaduais, assim como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), a Instituição Palmares, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Analisando o conjunto das parcerias, apontamos que o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia- PNCSA, organizada pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, foi de suma importância para o reconhecimento das comunidades quilombolas do rio Andirá. Um dos trabalhos relevantes foi o fascículo do mapeamento social dos quilombolas do rio Andirá, Barreirinha-AM. Nesse fascículo, foi feito o mapeamento do território quilombola do Andirá, acompanhado pelos quilombolas de cada comunidade, onde estes, puderam recorrer a sua memória territorial para compor a sua nova cartografia.

Todas as cinco comunidades estão situadas às margens direita do rio Andirá, onde Santa Tereza é a maior e foi quem deu origens às demais. A partir de 2015, foi incluído mais três comunidades ao território quilombola, Lírio do Vale, São Marcos e São Paulo do Açú. As duas primeiras estão localizadas na cabeceira do rio chapeleiro, não foram tituladas, mas entraram no território fazendo parte/núcleo da comunidade do Trindade. São Paulo do Açú, situado às margens esquerda do rio Andirá, entrou como sendo parte/núcleo da comunidade do Ituquara. Vejamos como ocorreu o processo de reivindicação dessas comunidades.

As três comunidades entraram fazendo parte/núcleo, ao contrário, ficaria complicado pra Fundação Palmares que já havia titulado as comunidades reconhecidas até então. Os dois processos guardam devidas diferenças, as duas comunidades (Lírio e São Marcos), na verdade não quiseram se auto identificar como remanescentes nos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

primeiros levantamentos. Os motivos alegados são os mais diversos: desde a desconfiança de que aquilo “não ia dar em nada”, até questões religiosas, as referidas comunidades são neopentecostais e ao que parece suas lideranças divergiam daquilo que seria o futuro território quilombola.

Falando sobre a comunidade de São Paulo Açú, esta não pertencia ao suposto território quilombola, pois não havia recebido o título de comunidade remanescente de quilombo em 2013, mas devido reivindicações de moradores locais que haviam sido cadastrados pela comunidade de Santa Tereza. Através de requerimentos e muita burocracia ela foi reconhecida incluída já na metade deste ano de 2016, como mais uma comunidade remanescente de quilombo no rio Andirá.

O trabalho objetiva Analisar como que os quilombolas do rio Andirá utilizam-se dos mecanismos para dar afirmação e legitimidade para além do que manda o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Visto que a titulação garante apenas formalmente os direitos, mas é nas vivências diárias que são legitimados outros elementos, tais como acesso à terra coletiva e vida tradicional para a manutenção da cultura e sócio diversidade.

Nesse caso, algumas questões gerais suscitaram este estudo, tais como: *a) de que forma que os antigos moradores do território, atualmente conhecido como Quilombos do rio Andirá, utilizavam-se dos recursos naturais tirados dos rios e florestas como meios de subsistência?; b) onde ficavam esses lugares de uso comuns?; c) como esses lugares e seus respectivos usos, ainda marcam as memórias dos atuais moradores descendentes daqueles que já se foram? ; e) como que essas memórias e seus usos dialogam com os processos de constituição da identidade e territorialidade quilombola?*

A MEMÓRIA COMO UM SUPORTE À HISTÓRIA QUILOMBOLA NO ANDIRÁ.

Para discutirmos a memória é necessário conhece-la. Mais o que é a memória? Segundo Pierre Nora (1993):

...A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um evento sempre atual, um elo vivido no



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

eterno presente; a história uma representação do passado... (NORA, 1993, p. 9).

Nora nos indica, que a memória são fragmentos do passado que nós temos no presente, e através desses fragmentos discutimos a história, ou seja, as memórias são fontes que nos permitem estudarmos a história. Sendo assim, a memória está sempre sendo resignificada ou em aprofundadas transformações, ou seja, as pessoas nunca dizem as mesmas coisas à cerca dos fatos, elas sempre dizem conforme sua inclinação por um dos lados ou o que a sua memória lhe permite no momento. Nesse sentido, podemos dizer então que a memória está sujeita a profundas mudanças, no qual ela vai ganhando outros valores e diferentes significados.

Dessa maneira, “as memórias de um grupo social devem ser entendidas como documentos históricos de igual valor aos documentos escritos, pois possibilitam outras versões sobre nossa história”, em que especificamente no caso das populações negras rurais, foram colocadas em geral pela historiografia, apenas como escravizadas ou libertas, sem ressaltar as contribuições necessárias para o entendimento do papel destas populações na formação do país e seu povo. (RESENDE-SILVA, 2012, p. 12).

E nessa interação entre memória e história, Pierre Nora (1993) nos fala sobre a necessidade que todos sentem em recuperar o seu passado obscuro, e não apenas os marginalizados das histórias, e sim, todos os corpos constituídos, sem distinção de classe, cor ou gênero, buscam conhecer as suas origens e reconstruir sua própria identidade. Para ele:

A passagem da memória para a história obrigou a cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens... (NORA, 1993, p.17).

O fenômeno da memória em si, pode ser percebido como um mecanismo que permite a capacidade do indivíduo guardar seletivamente certas informações fazendo uso de funções psíquicas, cerebrais e cognitiva. E isso acontece a todo momento, “as pessoas fazem uso de sua memória o tempo todo. A cada instante, seja na representação de um gesto corporal que em uma tenra idade apreendemos e o usamos instintivamente, seja



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

recordando a letra de uma música ou onde deixamos determinado objeto. Resende-Silva, (2012).

Lugares territoriais de uso comum no Andirá.

“...essas quatro, cinco comunidades praticamente trabalham, pescam e tiram o sustento das suas famílias quase que do mesmo local: desses lagos, desses matos” (Rui de Souza Santos, 48 anos – Comunidade de São Pedro).

Apesar de existirem dificuldades pelo domínio desse território, esses locais são fundamentais para a manutenção da vida dos quilombolas e não quilombolas, pois é daí que eles tiram seus sustentos para sua sobrevivências e, quando acontece algum tipo de conflito externo ou até mesmo interno, relacionados a alguns desses locais, não atinge só alguns moradores, mas à todos que precisam desses locais e têm neles além de uma ligação muito forte de pertença, é onde está também suas territorialidades, então tirá-los deles esses locais é como se matassem uma cultura, uma tradição:

Hoje, recuperar esse passado tem um duplo sentido: a afirmação de uma identidade e a legitimação da titulação e posse da terra. Nesse sentido, as práticas culturais, por serem lugares de memórias, constituem os pilares do ser remanescente e mocambeiros e fundamentam o sentido de pertença... (FUNES, 2009, p. 151).

Nesse sentido, o agricultor Rui de Souza nos diz que:

[...]essas quatro, cinco comunidades praticamente trabalham, pescam e tiram o sustento das suas famílias quase que do mesmo local: desses lagos, desses matos. Por exemplo, a nossa área que nós moramos que é o São Pedro, mas temos que fugir pro Jauarí ou Laguinho. Então, tanto o povo do Matupiri quanto do Trindade, Boa Fé a pescaria deles é só quase naquele reduto. Quando acontece esses conflitos hoje, atinge o povo todo que ainda sente essa grande dificuldade. (Rui de Souza Santos, 48 anos – Comunidade de São Pedro. **In.** Quilombolas do rio Andirá. Fascículo. Cartografia Social da Amazônia, 2014).).

Esses diferentes locais são confirmados e outros ganham destaque quando perguntamos sobre as formas e os locais de pesca pro seu João Jorge, da comunidade de Boa Fé:

Eu pesco de porunga, de malhadeira e de anzol, éh... flecha. Agora já temos dificuldades que não é mais como era antigamente, por exemplo pescada de um quilo, dois quilos que a gente pegava não se pega mais, pega quantidade de peixe mais é pequeno já, daqui a gente se desloca pra um local chamado



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Romão, Canivete, pra Ilha Grande, lá pro Mucuí, até lá pro Coko, lá pra Paga, tudo por aí a gente pesca, o Jauari, Laguinho, Pé-Grosso, éh... Curupira, tudo por aí a gente pesca, se destaca aí pescando, todo mundo pesca nesses mesmos locais”. (João Jorge de Castro Rodrigues, 48 anos, comunidade de Boa Fé. Entrevista realizada em 2016).

É comum entre os depoentes lembrarem de seu passado como uma época boa, um “antigamente” cheio de farturas e abundância em relação aos tempos atuais. Segundo a qual era uma época muito mais fáceis de conseguir seu próprio alimento, havia muito meios de subsistências, e não existia tanta proibição como nos dias de hoje. Existia mais facilidades em relação a todos os tipos de recursos naturais que esse território podia e pode oferecer. Para muitos, o hoje, se tornou cada vez mais difíceis a pesca, a caça, a coleta de frutos e o trabalho na agricultura e o extrativismo, como nos afirma o Sr. Adelino:

Meu trabalho maior foi em roça. Depois fazia paneiro; tipiti, não! matava caça pelo mato, agora não dá mais pra caçar. Naquele tempo era muita fartura. Sem mentira nenhuma, era peixe que não acabava mais! Fazia aquela barulhada na água (blum, blum, blum) ... (Adelino Pereira Castro, 86 anos – Comunidade de Santa Tereza do Matupiri. (In. Quilombolas do rio Andirá. Fascículo. Cartografia Social da Amazônia, 2014).

E uma boa parte dessa dificuldade encontrada hoje, se deve aos grandes fazendeiros que chegaram e ocuparam aquela região, causando uma espécie de desvio de trabalho tradicional daqueles sujeitos locais, que passaram a trocar o trabalho coletivo, em que todos se ajudavam, o chamado “puxirum”, pelo trabalho individual, em diárias, pelos campos dos fazendeiros. Sobre isso Maria Amélia diz que:

...Cansei de plantar de três a cinco hectares de capim nos terrenos, na época de 80, quando os fazendeiros começaram a chegar dentro da área do quilombo...A gente servia de escravo, plantando capim pros fazendeiros. A gente tirava o capim carregava com os nossos próprios braços; com nossos próprios punhos, para ganhar aquela ‘mixaria’; que não valia uma diária. (...) antigamente meus avós, meus tios, minhas tias eles tinham guaranazal, eles tinham laranjal, eles tinham cafezal. Hoje o pessoal acabou, porque o pessoal virou diarista; (...) deixaram de fazer seu próprio trabalho para trabalhar fazendo a vida dos outros... (CASTRO, 2016, p.31).

Para Maria Amélia, a influência que os fazendeiros trouxeram pra dentro do território quilombola não foi boa não, pois mesmo não vivendo na época da escravidão, ainda se escravizavam pelos fazendeiros. Estes influenciaram nos trabalhos coletivos que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

já era tradição no quilombo o “puxirum”, pelo trabalho individual “diárias” fazendo roçados e plantando capim para o gado dos fazendeiros comer, enquanto poderiam fazer seus próprios trabalhos:

A gente plantava, saia tudo junto com seus paneiros nas costas, com seus anzóis e canoas para pescar ou caçar; fazíamos grandes puxiruns, onde todos se encontravam pra trabalhar e conversar. Eles, hoje, as que se ocupam disso, esqueceram do seu próprio plantio para plantar capim para o gado do fazendeiro comer! Eles [os quilombolas] ficaram sem nada..., (CASTRO, 2016, p.93).

Além de serem tomados as suas terras, no qual plantavam, caçavam, pescavam e coletavam, os quilombolas ainda ficaram sujeitos a abandonar as suas próprias práticas de trabalhos que faziam em benefícios da comunidade, para trabalhar nos campos em benefícios dos fazendeiros. Por aí podemos perceber a importância desses diferentes lugares de uso comum para os quilombolas, que um dia foram apossados pelos fazendeiros.

Os quilombolas, mesmo morando em comunidades diferentes, acostumaram circular aí por esses mesmos locais, atualizando as antigas redes de solidariedades e pertencimento étnico construídos por seus pais, tios, avós e bisavós que escolheram as proximidades dos arquipélagos para construir seus espaços de Identidade e liberdade.

Em suas pequenas canoas a remo, pescam e retiram desses rios, lagos, paranás, igarapés, ilhas e cabeceiras, diversas espécies de peixes para sustento de suas famílias. Alguns já nasceram nas redondezas desses locais, mas as dificuldades, principalmente com relação à educação escolar levou a se deslocarem para outros locais mais favorecidos de estrutura, como nos diz o Sr. João Rufino:

Nasci na boca do Jauari, em frente à comunidade São Pedro. Lá eu me criei com meus pais. Quando eu comecei a me entender era o tempo de pesca na zagaia. Esse foi o nosso sustento. Caçava paca, tatu. Peixe dava bastante também. A dificuldade era estudo. Então, tenho a dizer que papai trabalhava com sorva, maçaranduba, copaíba. Estocavam castanha. Tinha um comércio grande que comprava todo o produto (...) (In. Quilombolas do rio Andirá. Fascículo. Cartografia Social da Amazônia, 2014.).

Analisando o conjunto das entrevistas realizadas para este estudo sobre os lugares de uso comum no quilombo, percebemos que esses locais se tornaram uma espécie de pertença para os atuais moradores das diferentes comunidades quilombolas do rio Andirá.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Uma pertença e mecanismo que os liga e parece legitimar o processo por qual passam, de demarcação do território. Estão sempre presentes nas audiências públicas do INCRA, onde falam, opinam indicando onde ficam e como tais lugares foram e continuam a serem usados. Foi ali por esses locais, que os seus ancestrais viviam e conviviam há muito tempo, foi ali que eles levaram e aprenderam com a cultura local (cultura indígena Sateré-Mawé) a se apropriarem desta e dos recursos territoriais existentes como meios de subsistências.

Nesse sentido, os trabalhos de iniciação científica ganham importância na medida em que estes nos possibilitam, através de pesquisas, um diálogo entre as memórias e os documentos escritos pela compreensão dos processos de luta que as comunidades quilombolas enfrentaram, até mesmo por parte da Fundação Palmares como remanescentes em 2013 e após ela, quando iniciou o processo de demarcação do território pelo INCRA.

Mesmo assim, ainda enfrentam várias situações desfavoráveis, existindo alguns conflitos pela posse do território, principalmente contra os pescadores profissionais, com as madeiras clandestinas e principalmente com fazendeiros. Estes últimos com mais frequências, foram e são os que mais contribuíram para a devastação desse território tradicionalmente ocupado, transformado partes dele em pastagem para o agronegócio.

A caça e a pesca não estabeleceram a base da sustentação alimentar e econômica dos quilombos amazônicos. As duas atividades fundamentais foram a agricultura e, especialmente o extrativismo vegetal, onde se percebe uma interação maior entre os quilombolas e o meio ambiente. Atividade pouco comum ao mundo do escravo, por ser uma prática afeta aos trabalhadores livres em decorrência de sua especificidade, no quilombo tornou-se uma tarefa diária e base da economia mocambeira. Uma razão a mais no cuidado em escolher o lugar do acampamento, onde a natureza lhe fosse pródiga (FUNES,1995).

Essa interação entre os quilombolas e a floresta, não foi de início bom não, os quilombolas tiveram muitas dificuldade em todas as questões referentes ao seu modo de subsistência. Não tinham prática na caçada, na pesca, na feitura de roças para produção de farinha, e pouco no extrativismo. Tiveram que aprender com os nativos locais. No caso dos quilombolas do rio Andirá, se apropriaram da cultura Sateré-Mawé.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Territorialidades quilombolas e pertencimento étnico.

“[...] não paro de plantar roça porque a gente não pode ficar sem ela[...]” (João Jorge de Castro Rodrigues, 48 anos, comunidade de Boa Fé).

Ao iniciarmos o mapeamento sobre os lugares de trabalhos de usos comuns nas comunidades quilombolas do rio Andirá, percebemos que existe uma forte ligação entre os quilombolas que ali habitam e as relações de profissão com os determinados lugares. Esses lugares possuem nomes diversos, onde muitos deles foram dados pelos antigos moradores e, é comum muitos lugares ficarem reconhecidos pelo nome referente a antigos moradores desses locais, e alguns até mesmo, devidos a geografia do lugar e acontecimento de fenômenos da natureza naquele local.

Aparece nesse sentido, a *Cabeceira do Romão, Cabeceira do Veríssimo, Cabeceira Grande, Cabeceira do Caxirica, Cabeceira do Flechal, Carará, Cabeceira do Inferno, Cabeceira da Campina, paraná do Juarí, Laguinho, Canivete, Pé-Grosso, Ponto do Escondido* e muitos outros que ganharam seus derivados nomes ao longo do tempo, como nos diz o Senhor João Jorge Castro:

O meu trabalho ele fica lá num lugar que chama *poço Aéra* (...) lá eu cultivo roça, plantei guaraná também tou com plano de plantar urucum. Tenho outras plantas também lá, tenho laranja, tenho cupú, até mesmo bacabeira eu tou plantando lá, mangueiras, roça que eu tenho lá, *não paro de plantar roça porque a gente não pode ficar sem ela*. Fora a agricultura eu faço tessume, faço colar, cocá, faço caxixi, paneiro, peneira, vassoura, eu tirava cipó lá atrás do terreno mesmo, só que agora não tem mais, eu tenho que buscar pra outro lado, pro Laguinho, aqui pra Cabeceira Grande, pra aquele lugar 2 de Junho que a gente chama, São Paulo, tem aquele local que a gente ainda encontra esses produtos. (João Jorge de Castro Rodrigues, 48 anos, comunidade de Boa Fé. Entrevista realizada em 2016).

Como vimos nos relatos de seu João, são lugares que ganharam tamanha importância, na medida que ali nesses locais de trabalho e uso comum que os antigos moradores vivenciavam no dia a dia, caçando, pescando, plantando e coletando o que a terra, o rio e a floresta lhe ofereciam como meios de subsistências. Hoje os atuais moradores ainda têm esses locais como locais de pertencimento, são as territorialidades dos quilombolas e não quilombolas que por ali habitam.

Ao falarmos em meios de subsistência dessas populações tradicionais, dentre outras coisas como a pesca, a caça, e o extrativismo, o plantio de roças de mandiocas para a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

produção de farinha se tornou um dos fatores essenciais dessas populações. Pois é comum na Amazônia falar de roça, quando estamos nos referindo somente ao plantio de mandiocas, e no rio Andirá não é diferente, pois a farinha de mandioca é um alimento essencial dessas populações.

Lugares de uso comum e pertencimento étnico.

“O meu mundo é aqui, eu gosto de morar assim separado de povoado” (Clauber Marques Cabral, 42 anos, Santa Tereza do Matupiri).

Diferente de morar e trabalhar na cidade, que de qualquer forma são trabalhos que obrigatoriamente na maioria dos casos, estamos sujeitos a cumprir regras e horários determinados, caso contrário estamos sujeitos à demissões e perda de trabalhos. No campo, há uma forte ligação entre homem e natureza. Por mais que tenham suas dificuldades diversas, assim como o acesso as áreas de trabalhos, como é o caso das áreas de usos comum, assim como os locais de roças, de pesca, de caça e extrativismo, o sujeito aprendeu a se apropriar para sobreviver livre dos grandes centros urbanos.

Apesar das dificuldades na falta de transporte para escoar seus produtos, são trabalhadores mais livre que os trabalhos da zona urbana. Quando perguntei a um morador sobre o seu trabalho e o modo de vida no interior de Santa Tereza do Matupiri, já que este havia morado e trabalhado alguns anos em Manaus, e hoje mora dentro da cabeceira do Veríssimo, em um local conhecido como Fortaleza, para além da cabeceira grande e cabeceira do inferno, fica explícito em sua fala, a satisfação e a liberdade que ele sente em trabalhar no interior em relação à cidade:

Eu moro aqui, eu trabalho aqui no interior no distrito de Matupiri, no, na cabeceira do Veríssimo, no Fortaleza. O meu mundo é aqui, eu gosto de morar assim!, separado assim de povoado, porque eu gosto de manter os meu produtos assim, só *pegá*, e *montuá* e depois chegar e levar, pra venda né.(...) Não gosto muito de está assim em cidade, a minha vida é mais no interior, trabalhar nesse tipo de ramo que eu aprendi com meu avô, eu sou cria de vó e desde piqueno eu fui criado pelos avós, aqui eles me ensinaram a trabalhar e a gente trabalha nesse ramo” (Clauber Marques Cabral, 42 anos, Santa Tereza do Matupiri).

Quando o nosso colaborador fala sobre o gosto de morar isolado, ele não está dizendo que gosta de morar sozinho, mas sim, que prefere trabalhar longe dos grandes



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

centros urbanos, (“povoado”), da pressão da cidade, para viver livre, caçando, pescando e coletando o que a floresta lhe oferece. A memória oral teve grande importância neste estudo, ela foi usada no cotejo com alguns estudos preliminares referentes as comunidades quilombolas aqui abordadas. Principalmente os trabalhos de conclusão de curso de 2010, 2013, 2014, 2015³. As pesquisas indicam que pouco se falava na historiografia local e regional sobre comunidades quilombola no Amazonas, muito menos em quilombo no Baixo-Amazonas.

CONSIDERAÇÕES

O presente estudo nos indica, que mesmo após a titulação das comunidades quilombolas em 2013, ainda há uma grande luta a respeito da demarcação de suas terras. Percebemos também, que as comunidades quilombolas no processo de luta vem se articulando de várias formas para que seja feito a territorialização do quilombo, ou seja, que seja feito a regularização e demarcação do território quilombola, a qual está na Lei Constitucional, e é dever do Estado fazer a demarcação territorial das comunidades tradicionalmente ocupadas. Ao nosso ver isso parece fácil, mas nos enganamos quando nos deparamos com os vários problemas que são enfrentados no dia a dia pelas comunidades quilombolas do rio Andirá.

Além dos muitos conflitos e dificuldades enfrentadas pelo reconhecimento, titulação e demarcação de seu território, as comunidades ainda lutam por respeito, dignidade, e acima de tudo contra o racismo que ainda é muito forte no Brasil como um todo. São fatores que nos permite chegar a pensar, como que os quilombolas do rio Andirá vêm se articulando ao longo desses anos para garantir, não só o direito constitucional, que consta na Lei e é dever do Estado, mas além disso, garantir a sua visibilidade que a muito

³ CAMPOS, Sabrina Coelho, **Memória e luta: narrativas dos remanescentes de quilombos de Santa Teresa do Matupiri, São Pedro e Trindade**. Monografia. UEA. Parintins. 2010.
 GUERREIRO, Ana R. Pantoja. & ROCHA, J.M. **Cultura e Identidade quilombola no Matupiri**. Relatório de Pesquisa. Programa de Apoio à Iniciação Científica-PAIC/UEA/FAPEAM (2013-2014).
 MOURÃO, Antônio Tadeu Carvalho. **“Agora somos quilombolas”: a luta da comunidade de santa Tereza do Matupiri, pelo reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo**. Monografia de conclusão de curso. História UEA, Parintins, 2010.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

tempo foi silenciada pela historiografia nacional, e garantir sua própria autonomia, respeito, e valorização em meio a sociedade.

Essa continuidade na produção e modo de vida, foi que os quilombolas do rio Andirá passaram a lutar para garantirem sua expressão maior que é a territorialização. Buscam em seus espaços de trabalhos e de usos comuns, um mecanismo de legitimação e afirmação de seu território tradicionalmente ocupado. O que facilitou o mapeamento e a demarcação de suas terras.

Daí que pesquisas como estas podem contribuir na medida em que se propõe gerar conhecimentos científico da constituição desses processos. Conhecimentos estes que têm retornado às comunidades por meio de banners, relatórios e textos de modo diversos, criando uma interligação de diálogos e conhecimentos entre a universidade e as comunidades quilombolas do rio Andirá.

REFERÊNCIAS.

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: pgsca– UFAM, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS NA AMAZÔNIA: entre a “proteção” e o “protecionismo”.** Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./ Abr. 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos /** Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.
- AMÉLIA, Maria. **Trilhas percorridas por um militante quilombola: vida, luta e resistência!** / Maria Amélia; Maria Magela Mafra de Andrade Ranciano, org. Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed.- Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.
- CAMPOS, Sabrina Coelho, **Memória e luta: narrativas dos remanescentes de quilombos de Santa Teresa do Matupiri, São Pedro e Trindade.** Monografia. UEA. Parintins. 2010.
- CAVALCANTE, Ygor O. R. “Fugindo, ainda que sem motivos”: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial, In: SAMPAIO, Patrícia M.(Org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia.** Belém: Açai/CNPq, 2011. p. 298.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FUNES, Eurípedes A. **Nasci nas Matas, nunca tive senhor. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas.** Tese de doutoramento de História da FFLCH/USP, São Paulo, 1995.
- GUERREIRO, Ana R. Pantoja. & ROCHA, J.M. **Cultura e Identidade quilombola no Matupiri .** Relatório de Pesquisa. Programa de Apoio à Iniciação Científica-PAIC/UEA/FAPEAM (2013-2014).
- HALL, Sturt. **A identidade cultural na pós-modernidade /** Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **Manual de História Oral.** 5. ed. São Paulo: Vértice, 2005.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabiola. **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo, Contexto, 2011.

MOURÃO, Antônio Tadeu Carvalho. “**Agora somos quilombolas**”: a luta da comunidade de santa Tereza do Matupiri, pelo reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo. Monografia de conclusão de curso. História UEA, Parintins, 2010.

NORA, Pierre. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares.** Proj. História. São Paulo. (10), dez.1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade** / Eliane Cantarino O'Dwyer, organizadora. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **TERRAS DE QUILOMBO: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento.** - TOMO, São Cristóvão- SE Nº 11 jul./dez. 2007

REZENDE-SILVA, Simone. **QUILOMBOS NO BRASIL: A MEMÓRIA COMO FORMA DE REINVENÇÃO DA IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NEGRA. XII Colóquio de Geografia,** Bogotá, 7 a 11 de Maio de 2012

SAMPAIO, Patrícia M.(Org.). **O fim do silêncio** – presença negra na Amazônia. Belém: Açaí/CNPq, 2011.

SANTOS, Janete de Souza. **CULTURA E IDENTIDADE: uma Etnografia das festas no processo de Identificação Étnica do Andirá, quilombo Matupiri, Barreirinha AM.** TCC de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História. PARFOR. 2015.

SILVA, Adriana Gomes da. **A reconstituição do universo identitário dos remanescentes de quilombolas da comunidade de santa Tereza do Matupiri,** através da memória coletiva e relatos orais. Monografia. UEA. Parintins. 2010.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MULHERES NA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA RELAÇÃO ÍNTIMA DE AFETO NA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE CRIMES CONTRA A MULHER EM MANAUS/AM.

Karem Peres de Freitas¹

Anny Letícia Pereira Coelho²

Resumo.

O artigo aborda as mudanças no processo de consolidação dos direitos da mulher nas principais reivindicações de luta pela igualdade de gênero. Os avanços dessa luta contribuíram para a garantia de direitos da mulher tanto no cenário mundial como no cenário brasileiro. Uma das principais conquistas da mulher foi à implementação da Lei 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha que tem como principal objetivo coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Deste modo a referida lei deve estar articulada as demais políticas públicas como saúde, assistência social e segurança pública para garantir assistência à mulher que é vítima. Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo geral: estudar a violência contra as mulheres na relação íntima de afeto com os seus parceiros na Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher em Manaus/AM; e os seguintes objetivos específicos: identificar os tipos de violência contra mulher; desvelar os motivos que contribuem para a violência contra a mulher; relatar as dificuldades para a efetivação da Lei Maria da Penha. A metodologia teve abordagem quanti-qualitativa, por meio de técnica e instrumentais como: formulários com perguntas abertas, fechadas e mistas destinadas a Delegada, Psicóloga e 10 mulheres vítimas de violência. Dentre os resultados alcançados pela pesquisa destaca-se baixa escolaridade das vítimas; 90% das vítimas tem renda própria provenientes do seu trabalho, todas as vítimas têm filhos com os agressores; 60 % das vítimas tiveram reincidência da violência depois da primeira denúncia.

Palavras-Chaves: Violência. Lei Maria da Penha. Políticas Públicas.

ABSTRAC

The article discusses the changes in women's rights consolidation process in the main demands of the struggle for gender equality. Advances of this struggle contributed to the women's rights guaranteed both on the world stage as the Brazilian scenario. One of the main achievements of the woman was the implementation of Law 11.340 / 2006 known as the Maria da Penha Law, which aims to restrain domestic and family violence against women to prevent, punish and eradicate violence against women. Thus this law must be articulated other public policies such as health, welfare and public safety to ensure assistance to women who are victims. In this sense, the research aimed to: study violence against women in intimate relationship of affection with its partners in the Police Crimes Against Women Specialized in Manaus / AM; and the following specific objectives:

¹ Faculdade Estácio do Amazonas, karemfah@gmail.com

² Faculdade Salesiana Dom Bosco, annylety@gmail.com



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

identify the types of violence against women; reveal the reasons that contribute to domestic violence; report difficulties in the execution of the Maria da Penha Law. The methodology was quantitative and qualitative approach, through technical and instrumental as forms with open, closed and mixed questions to Delegated, Psychologist and 10 women victims of violence. Among the results achieved by the research highlights is low education of the victims; 90% of victims have their own income from their work, all the victims have children with the aggressors; 60% of victims had recurrence of violence after the first complaint.

Keywords: Violence. Maria da Penha Law. Public policy.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma expressão da questão social, sendo um problema recorrente que afeta o Brasil e o mundo, pode ser constatado mediante elevados números de vítimas. Apesar de haver um avanço com a implantação da Lei Maria da Penha em 2006, como mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, ainda existe números expressivos que retratam esses índices de violência.

O presente artigo tem por alvo estudar a violência contra as Mulheres na relação íntima de afeto com os seus parceiros na Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher/AM. Para esse fim, buscou-se identificar os tipos de violência contra a mulher, bem como desvelar os motivos que contribuem para a violência contra a mulher e relatar as dificuldades para a efetivação da Lei Maria da Penha.

Na pesquisa foi utilizada a metodologia de abordagem quanti-qualitativa, onde foram coletados dados por meio de formulários com perguntas abertas, fechadas e mistas destinados a 10 mulheres vítimas de violência na relação íntima de afeto com seus parceiros atendidas na Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher/AM, na aplicação dos formulários utilizou-se as técnicas de entrevista e observação, houve a necessidade da solicitação da assinatura dos participantes da pesquisa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como uma exigência Ética da Pesquisa.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher é uma expressão da questão social que tem marcado a vida de várias mulheres no mundo. Pode-se constatar tal barbárie por meio das estatísticas, que apesar de serem altas não refletem a realidade de todas as mulheres que





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sofrem violência, tendo em vistas que muitos dos casos de violência não entram nas estatísticas, devido à violência geralmente acontece no ambiente privado e os agressores serem pessoas próximas às vítimas no qual há uma relação íntima de afeto. Diante disso, se todos os casos de violência contra a mulher fossem denunciados haveria dados mais alarmantes sobre o panorama da violência que as mulheres veem sofrendo.

As mulheres se tornaram alvo da supremacia masculina, pois foram vistas como inferiores, e esse processo de dominação sobre a mulher não surgiu por acaso, é a forma encontrada pelos homens para manter a mulher sobre seu domínio. Apesar da estigmatização e opressão sofrida pela mulher, estas conseguiram por meio das lutas conquistar direitos que apenas era permitido aos homens, como por exemplo: o direito ao voto, a estudar e serem donas de suas próprias vidas. Mas, esses direitos alcançados por algumas mulheres, não se fazem presentes em todos os países, como no caso dos países do Oriente Médio, no qual muitas mulheres ainda têm esses direitos negados.

“No Brasil, é somente o Estatuto da Mulher Casada em 1962 que se retira da mulher a situação de parcialmente “incapaz”, a necessidade de pedir autorização para trabalhar e de obedecer ao marido na escolha do local da moradia”. (MACHADO, 2008, p. 27).

Os avanços das conquistas feministas no Brasil é algo recente, exemplo disso é que a Lei Maria da Penha que foi aprovada apenas em 2006, pode constatar na história das mulheres brasileiras que as mesmas, sempre foram tratadas pelo sistema machista como seres “incapaz” de administrar sua própria vida, apesar dos avanços essas conquistadas se deram de maneira tardia.

As mulheres já se sensibilizaram mais ao fato de não aceitarem a violência tão facilmente. Desta maneira, algumas mulheres já conseguiram se empoderar, não se enxergando mais como vítimas, mas como donas de suas próprias vidas, acreditam e apoiam os direitos iguais entre homens e mulheres. Embora as mulheres admitirem ainda haver uma divisão tradicional e desigual das atividades domésticas, cabendo ao homem à função de principal provedor mais não o único, porque existem muitas mulheres que “trabalham fora” para ajuda no sustento do lar, e outras que são as principais provedoras do lar.

Saffioti (1987) chama a atenção ao fato que o processo de naturalização dos papéis entre o homem e a mulher foi um processo pensado, deste modo à discriminação contra



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

a mulher corrobora, como sendo o caminho mais fácil e curto para que o homem possa legitimar a sua “superioridade”.

A partir do século XX a mulher conseguiu ter um pouco mais de autonomia para decidir a trajetória que queriam tomar, se inserindo no mercado de trabalho, hoje em dia muitas mulheres são provedoras de seus lares. Perceber-se que a luta e conquista de alguns dos direitos das mulheres foram fundamentais para essa mudança, mas ainda necessita-se continuar trabalhando para que os preconceitos enraizados na cultura popular sejam superados, apesar de todos os avanços as mulheres ainda estão sujeitas a tratamento de desprezo, estando sujeitas à vários tipos de violência diariamente, sendo estigmatizada em relação ao seu potencial.

Rocha (2009) esclarece que misoginia e machismo são palavras com sentidos diferentes. Assim sendo, pode-se dizer que misoginia é o ódio pela mulher e tudo que está relacionada a ela, enquanto que o machismo é a crença da inferioridade feminina em relação ao homem. A autora ainda salienta que misoginia e machismo faziam interação com sistema patriarcal, e ao mesmo tempo em que havia essa interação estes potencializavam-se.

Com o intuito de obter seus desejos e manter poder sobre determinada situação, muitos indivíduos utilizam-se de todos os tipos de violências, sem pensar ou se importar com as consequências de suas ações sobre os sujeitos que estão envolvidos neste processo de violência. Este acaba se tornando o ponto chave para entender porque é tão complicado anular completamente com a violência, ou porque é tão difícil minimizar a violência. Apesar das palavras misoginia e machismo serem distintas, a desvalorização da figura feminina é uma característica marcante nesses dois tipos de pensamentos. Enquanto a mulher for desprezada e sua capacidade for denegrida, não haverá progresso humano, pois, para haver o progresso da humanidade é necessário que seja deixado de lado pensamentos maléficos e preconceitos que nada contribuem para tão almejada justiça e liberdade para todos os indivíduos.

É mais difícil lidar com a violência cometida com pessoas que se têm laços afetivos, do que com a violência cometida por terceiros. Enquanto que com os terceiros não há o amor, na relação afetiva existe o amor. Quando o amor não é forte o bastante para demonstrar o respeito e torna-se um amor doentio, nada melhor do que romper a relação, tal decisão torna-se complicada para a vítima, visto que muitas vezes o agressor, não



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

liberta facilmente a sua vítima, fazendo que mesma venha recorrer a Delegacia da Mulher ou qualquer outro órgão habilitado para se livrar de uma relação desarmoniosa.

ANALISE DA LEI MARIA DA PENHA

A violência contra mulher é fenômeno que tem atingido a vida de várias mulheres, pois todo e qualquer tipo de violência machuca e deixa marcas na vida das vítimas, e com a mulher não é diferente. Sobretudo, nos casos de violência na relação íntima, as agressões são praticadas por pessoas no qual o grau de afetividade é elevado, tornando a violência mais difícil de ser rompida. Diante dos expressivos casos de violência envolvendo as mulheres, o governo brasileiro foi constrangido a criar uma legislação mais severa para punir os agressores. A nova legislação conhecida como ‘Lei Maria da Penha’ proporcionar maior proteção às vítimas.

A Lei Maria da Penha é cercada de discussão em relação a sua aplicabilidade, e pelos demais mecanismos de proteção que a lei trouxe a mulher brasileira. Assim sendo, há defensores que garantem que a lei proporcionou um relevante progresso em relação aos direitos das mulheres brasileiras, como também há quem defenda que a mesma lei é inconstitucional por fazer a discriminação entre homem e mulher. Diante disso, não se pode deixar de ressaltar que muitas mulheres com advento da referida lei, conseguem se identificar como cidadãs de direitos e tiveram suas vidas salvas pelos mecanismos de proteção que a mesma trouxe, mesmo que esta lei não esteja sendo efetivada de forma plena, ainda assim, há um progresso expressivo em relação às legislações anteriores.

Os autores Cunha & Pinto (2007) alertam para o fato de a lei está sendo discutidos por alguns autores como inconstitucional, muitos defensores desta tese baseiam-se na ideia da lei parecer discriminatória, pois trata a mulher na perspectiva de “eterno” sexo frágil, permitindo que homem seja desprotegido de todos amparados legais da referida lei. O autor Santin (2006) apud Cunha & Pinto (2007) defende que a lei Maria da Penha dita como ‘politicamente correta’ acaba por discriminar o homem, enquanto que para mulher a referida lei busca trazer a proteção especial, o mesmo autor defende que a lei Maria da Penha transforma o cidadão homem em cidadão de segunda categoria.

As autoras Faria & Melo (1998) apud Cunha & Pinto (2007) apresentam uma opinião divergente do Santin em relação à proteção da mulher, as mesmas sustentam que a proteção a mulher tem sua razão de ser, pois levando em consideração toda a construção



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

histórica em que as mulheres tiveram muitos direitos negados. As autoras trazem o seguinte esclarecimento que a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher prevê que podem ser tomadas algumas medidas afirmativas, ou seja, essas medidas servem para que seja precipitado o processo que garante a igualdade entre homens e mulheres.

Diante disso, as referidas autoras defendem que tais medidas afirmativas, mesmo que possa ser medidas discriminatórias acabam sendo positivas, tendo em vista que mesmo que tais medidas sejam medidas compensatórias, as mesmas têm como finalidade diminuir as desvantagens históricas.

Segundo a Lei Maria da Penha, art. 5º, inciso III (2006):

Para os efeitos desta lei, configura como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
 III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único: As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

A Lei Maria da Penha traz algo inovador ao caracterizar a violência contra a mulher incluindo a violência na relação íntima de afeto, agora pode-se pensar na relação de intimidade presente e passada da vítima com os seus agressores, quando se fala nas relações de intimidade passada, incluem-se os ex-maridos, ex-noivos e ex-namorados, haja vista que mesmo que tenha existido o rompimento da relação, é comum haver o sentimento de uma das partes. Enquanto que relação de intimidade presente se abrange os maridos, os noivos e os namorados.

“A diminuição da violência contra as mulheres não está relacionada à criação de novos tipos penais na legislação brasileira. Pesquisas em todo o mundo indicam que a existência de legislação mais severa não diminui a criminalidade de modo geral” (BASTERD, 2008, p. 85).

Apesar de haver uma legislação severa nada adianta se não sair do papel, é preciso dá efetividade as leis, levar as mulheres vítimas de violência ao empoderamento, às mesmas devem se sentir sujeitas de direitos, livres para tomarem as decisões sobre suas próprias vidas, sem se sentirem oprimidas pelas suas escolhas. E, sobretudo, as mulheres vítimas devem se sentir amparadas pelo Estado, e não serem vitimadas novamente nos espaços de viabilização de serviços públicos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA RELAÇÃO ÍNTIMA DE AFETO COM OS SEUS PARCEIROS, REALIZADO NA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE CRIMES CONTRA A MULHER EM MANAUS.

A pesquisa de campo deste estudo foi realizada na Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher- DECCM. Desta forma, o perfil das vítimas é de idade variável entre 20 a 59 anos, 90% dessas vítimas desenvolvem atividade remunerada sendo as principais provedoras de seu lar. Além disso todas as vítimas possuem filhos com os agressores.

Apesar da pesquisa ter como público alvo as vítimas de violência na relação íntima de afeto, a pesquisa conseguiu apenas amostras das vítimas de violência na relação íntima de afeto com seus maridos e ex-maridos. Não houve amostras da pesquisa de campo dessa relação de violência na relação íntima de afeto envolvendo namorados, ex-namorados, noivos, ex-noivos e amantes. Embora haja dados que indicam esse tipo de relação com os agressores, no entanto torna-se mais difícil a coleta desses dados devido esses casos serem de menor proporção em relação aos anteriores.

A referida pesquisa de campo apontou que 70% das vítimas são as principais provedoras de suas famílias, rebatendo assim o que muitas pesquisas mostram, sendo o agressor o principal provedor e colocando como principal motivo para a permanência no ciclo de violência. Por mais que a amostra de 10 vítimas na relação íntima de afeto seja algo que não reflete a realidade nacional por ser uma amostra muito pequena. Mesmo assim, a pesquisa consegue mostrar uma mudança, e rebater o mito que a mulher apenas permanece na relação por dependência financeira.

Diversos estudos têm indicado que as mulheres que desempenham atividade profissional remunerada, são mulheres que buscam estratégias mais eficientes para confrontar a situação de violência, bem como essas mulheres tem uma visão mais positiva quanto à relação de romper com ciclo da violência, deste modo às mesmas tem mais autonomia para não serem submissas pela dependência financeira (DEBERT & OLIVEIRA, 2007; RABELLO & CALDAS JÚNIOR, 2007 apud COSTA, ZUCATTI & DELL'AGLIO, 2011).

Sabe-se que a relação de dependência financeira pode ser sim em alguns casos, um dos motivos para que a mulher continue numa relação de violência, mas esse motivo não é o principal, existem outros motivos como: a dependência afetiva e moral, filhos,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

vergonha, medo de sofrer retaliações com o rompimento da relação, e também se pode até levar em consideração a mulher ter medo de não conseguir outro relacionamento, assim essas mulheres podem permanecer na relação com medo de não conseguir algo melhor futuramente.

Diante do exposto pela pesquisa de campo 90% das entrevistadas têm sua renda própria, proveniente do seu trabalho, tornando mais difícil os agressores lhe coagir mediante a dependência financeira. Em contrapartida existe a possibilidade de um dos motivos para as vítimas manterem a relação com os agressores, mesmo que não seja mais uma relação de marido e mulher, seja devido os filhos, tendo em vista que todas as entrevistadas têm filhos com os agressores.

A princípio da análise da violência contra a mulher na relação íntima de afeto, mediante a pesquisa foi constatado que 30% das 10 vítimas entrevistadas declararam serem a primeira vez que sofreram agressão, enquanto que outros 70% afirmaram não ser a primeira agressão. Outro dado que reforça a ideia da reincidência da violência, tendo em vista a maioria das mulheres que sofreram violência para virem fazer a denúncia, às mesmas já vinham sofrendo agressões até chegar ao ponto de fazer a denunciar. Assim foi constatado que apenas 40% das vítimas denunciaram as agressões na primeira vez que ocorreu, além disso 60% das vítimas realizaram denúncias contra os seus agressores e a violência ainda não havia sido solucionadas.

Os motivos apresentados pelas vítimas para reincidência da violência são diversos. Sabe-se que estes envolvem desde as falhas dos mecanismos para coibir a violência contra a mulher, como a renúncia do processo contra o agressor, bem como a reconciliação com os agressores devido aos filhos, dependência financeira e afetiva.

A pesquisa realizada revela que 50% das mulheres entrevistadas tem apenas o ensino fundamental incompleto, seguido de 30% tem o ensino médio completo. Assim apenas 10% afirmou ter o ensino superior incompleto, e 10% das entrevistadas afirmou ter o ensino fundamental completo.

Assim segundo os autores Adeodatoetal, Rabello & Caldas Júnior (2007) apud Costa-Gadoni, Zucatti & Dell'aglioia (2011) a baixa escolaridade das vítimas pode ser um dos fatores que beneficiam a situação de violência, pois levando-se em consideração o pouco grau de instrução das vítimas, enquanto que as mulheres mais esclarecidas têm menor grau de tolerância a violência.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Ainda que o perfil geralmente sejam mulheres sem instrução e com baixo grau de escolaridade, não significa necessariamente que não existam casos de violência contra as mulheres de classe social mais favorecida.

TIPOS E MOTIVOS QUE CONTRIBUEM PARA VIOLÊNCIA

Sempre houve bastante discussão para entender quais os tipos e motivos, ou seja, quais são os fatores pontencializadores para que ocorra a violência contra a mulher. Diante disso, a pesquisa levantou alguns questionamentos a respeito, porque as vítimas acham que sofrem violência por parte dos seus companheiros. Bem como, os fatores que estão relacionando com a violência na visão das vítimas.

Vítimas	Violência Física	Violência Psicológica	Violência Sexual	Violência Moral	Violência Patrimonial
1	X	X	-----	X	X
2	X	X	-----	X	X
3	X	X	-----	X	X
4	X	X	-----	X	X
5	X	X	-----	X	X
6	-----	X	-----	-----	-----
7	X	X	-----	X	X
8	X	X	-----	X	X
9	-----	X	X	-----	-----
10	X	X	X	X	X

Quadro: Identificação dos tipos de violência sofrida pelas 10 vítimas de violência na relação íntima de afeto.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Por meio da pesquisa de campo foi constatado que 80% das vítimas sofreram algum tipo de violência física, outro dado interessante é que todas as vítimas declararam terem sofrido algum tipo de violência psicológica, apenas 20% sofreram violência sexual sendo obrigadas a manterem relação sexual não desejada. Enquanto que 80% das vítimas afirmaram sofrerem algum tipo de violência moral e violência patrimonial. Diante do exposto, compreende-se que sofrer uma violência é ruim, imagine sofre várias violências em conjuntos, com certeza os impactos desta violência são desastrosos na vida das vítimas.

A pesquisa apresentou que 70% das vítimas tem como agressores seus ex-maridos, seguido de 30% pelos seus maridos. E o tempo de convivência com esses agressores é marcado por anos de relacionamento baseada na agressão e na falta de respeito por parte dos seus companheiros. Mediante a entrevista percebeu-se que 30% das entrevistadas continuam numa situação de violência, pois ainda não romperam o relacionamento com os agressores. Outras 40% são perseguidas pelos seus ex-maridos embora não habitem



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

nas mesmas casas com os agressores, 20% afirmaram terem vindo a DECCM para pedir medidas protetivas.

Outro dado interessante é que 30% das vítimas que afirmaram serem seus ex-maridos os agressores, as mesmas moram na mesma casa que os agressores, mas dormem em quartos separados, apesar de não existir mais a relação entre homem e mulher, nada impede que esses agressores continuem violentando suas ex-companheiras.

Razão justificada pelo agressor para a última violência sofrida	Frequência
Questão racial	10%
Brigas com os enteados	10%
Porque tentou reconstruir a vida com outra pessoa	30%
A entrevistada não soube justificar	30%
Estava sobre efeito de bebida alcoólica	10%
Devido a companheira tentar se profissionalizar	10%

Quadro 05: Razão para a última violência sofrida.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Enfim por traz de todas as várias justificativas descabidas dadas pelos agressores das vítimas, compreende-se que o agressor acostumou-se a usar a força e a coação para fazer que sua vontade prevaleça. Assim, ainda que não existam justificativas plausíveis para justificar a violência, é comum os agressores tentarem justificar seus atos pela postura da vítima, ou seja se as mesmas não agem de acordo com sua vontade, os mesmos se acham no direito de agredi-las.

DIFICULDADES PARA EFETIVAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

Para que haja uma real implementação e efetivação da lei 11.340 é preciso que se tenha a articulação e sensibilização de todos os setores, tanto do governo nos três níveis (estaduais, municipais e federal), a sociedade civil organizada também tem um papel importante de denunciar e cobrar medidas eficaz para minimizar a violência. Além disso, o poder judiciário tem suma importância, pois é o mesmo que deve aplicar a punições aos agressores e fazer com que a lei seja cumprida. (GONÇALVES & CRUZ; 2008).

As vítimas qualificam a lei de acordo com as suas experiências. Logo, para as vítimas a efetividade da lei é avaliada por intermédio da solução ou não do seu caso. Vale ressaltar que por mais que a aplicação da lei ainda esteja aquém, muitos entraves já foram rompidos e muitos ainda precisam ser. O papel da sociedade civil é cobrar pela aplicabilidade conforme a legislação, como também denunciar os casos de violência que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

tem presenciado, sem ter o pensamento conservador “que briga de marido a mulher não se deve meter a colher”, pois este tipo pensamento favorece para que ocorra a violência.

Perceber-se que a política de segurança pública é focada apenas quando o crime já ocorreu. No entanto é preciso que haja uma maior ação preventiva, além disso, não cabe defender que seja apenas papel da política de segurança pública prevenir para que não ocorra a violência, a prevenção é uma construção social, é mudança de pensamento da sociedade, é quebrar pensamentos conservadores enraizados pela dita ‘superior masculina’.

Apesar das dificuldades para a efetivação da lei, sem dúvida o maior entrave está na sociedade. É preciso desnaturalizar papéis, romper com posturas que nada agrega para a emancipação da mulher, chama a atenção para todos os efeitos da violência, educar as crianças mediante uma visão de igualdade, para que as mesmas possam crescer refletindo e percebendo que não precisam oprimir os seus semelhantes, porque o respeito é fundamental para uma sociedade mais justa. Logo, a principal lógica para resolver essa questão é buscar mecanismos para que a lei tenha sua real efetivação, e um dos principais mecanismos é a transformação cultural, pois ainda que seja lamentável admitir, as relações sociais ainda estão aprofundadas pela dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a estudar a violência contra as mulheres na relação íntima de afeto, atendidas na Delegacia Especializada de Crimes contra as Mulheres - DECCM. As principais inquietações que surgiram durante a pesquisa e que foram identificadas são os tipos de violência sofrida pelas 10 vítimas na relação íntima de afeto entrevistadas na DECCM, sendo predominante a violência psicológica, enquanto que 80% das vítimas relataram terem sofrido violência física, moral e patrimonial, e 20% apresentaram terem sofrido violência sexual, constatou-se que as vítimas sofreram mais de um tipo de violência tornando-se assim cada vez mais complicada a situação. Bem como, a pesquisa verificou que os principais motivos que contribuem para a violência contra a mulher são: o agressor ser dependente químico ou alcoólatra, a relação saturada, a questão racial, o machismo e os ciúmes.

Analisou-se a efetividade da Lei Maria da Penha por meio da perspectiva das vítimas. Além disso, surpreendentemente o resultado da pesquisa rebateu uma das





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

principais hipóteses levantadas para tentar entender por que as vítimas permaneçam numa relação violenta, ao contrário do que se costumava dizer que a dependência financeira é o principal motivo, a pesquisa apontou que as vítimas entrevistadas não permanecem na relação principalmente por dependência financeira, indicou outros motivos para além deste como: dependência afetiva, medo de sofrer retaliações por parte do parceiro, e não conseguirem se livrarem dos agressores. Outro resultado apontado é que todas as entrevistadas têm filhos com os agressores. Por outro lado, também foi verificado que apesar de as vítimas não terem mais um relacionamento de homem e mulher com os agressores, algumas das entrevistadas continuam sofrendo violência devido ainda conviverem na mesma casa com os agressores.

Destarte, outro item a ser estudado que não era proposto pela pesquisa, mas que a pesquisa demonstrou é a reincidência da violência depois da denúncia, por mais que não haja estudos aprofundados para esse direcionamento, torna-se fundamental analisar a reincidência para entender onde os mecanismos de combate à violência contra a mulher estão falhando. Além disso, faz-se necessária a inserção do Assistente Social nesta instituição, tendo em vista que este profissional trabalha com as expressões da questão social, como a violência contra a mulher, assim esse profissional tem uma visão diferenciada de acordo com as peculiares de sua formação profissional.

REFERÊNCIAS

BASTERD, Leila Linhares. A violência contra as mulheres no Brasil e a Convenção de Belém do Pará dez anos depois. In: ____. SPM. Protegendo as mulheres da Violência Doméstica: Seminário para operadores do direito e profissionais de atendimento às vítimas de violência doméstica. Brasília: IV Seminário, 2008.

BRASIL, Lei Maria da Penha de nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006. Dispõe sobre o mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Coletânea de Leis: Conselho Regional de Serviço Social – 3ª ed. CRESS 15ª Região Amazonas/Roraima: Valer, 2013.

COSTA-GADONI, Lila Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha & DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma Delegacia para a mulher. Estudo de Psicologia, 2011.

CUNHA, Rogério Sanches & PINTO, Ronaldo Batista. Violência doméstica Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) Comentada artigo por artigo. In: ____. Comentários à Lei 11.340/2006-artigo por artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

GONÇALVES, Aparecida & CRUZ, Ane. A implementação da Lei 11.340 Maria da Penha. In: ____. SPM. *Protegendo as mulheres da Violência Doméstica: Seminário para operadores do direito e profissionais de atendimento às vítimas de violência doméstica*. Brasília: IV Seminário, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. Violência Doméstica contra as Mulheres no Brasil: Avanços e Desafios ao seu combate. In: ____. SPM. *Protegendo as mulheres da Violência Doméstica: Seminário para operadores do direito e profissionais de atendimento às vítimas de violência doméstica*. Brasília: IV Seminário, 2008.

ROCHA, Patrícia Souza. *Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MULHERES NA POLÍTICA: A LUTA DAS PARLAMENTARES DO AMAZONAS CONTRA O PRECONCEITO DE GÊNERO NO PARLAMENTO BRASILEIRO

Michelle Rabelo de Souza¹

luzvida_1977@hotmail.com

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner²

mirellalauschner@yahoo.com.br

Iraildes Caldas Torres³

iraildes.caldas@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem como objetivo apresentar as diferentes formas de discriminação sofrida pelas parlamentares do Amazonas durante o processo de candidatura até o exercício de suas funções junto ao parlamento brasileiro. No decorrer da história política do Estado do Amazonas, as mulheres tem travado uma verdadeira luta para se firmar como parlamentares e mesmo com a existência de uma política de ação afirmativa, elas não tem conseguido atingir um número de representatividade satisfatória no campo político. Aquelas que ainda em condição de desvantagem e conseguem eleger-se acabam tornando-se vítimas do preconceito de gênero que ainda perdura nos diferentes espaços de poder. Para atingir os objetivos propostos nesse estudo, utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada junto a duas parlamentares e duas ex-parlamentares que nos relataram sobre os desafios enfrentados por elas para se firmarem como parlamentar junto a Câmara Federal e no Senado. Apesar dos avanços no que tange a participação política feminina, percebe-se que, as mulheres ainda encontram-se em desvantagem com relação aos homens nos espaços de poder político e que, apesar dos avanços, resultado da luta feminista, o preconceito ainda é bastante presente nas casas parlamentares.

Palavras-chaves: Parlamento brasileiro, Preconceito de Gênero, poder, Amazonas.

Abstract

The present study aims to present the different forms of discrimination experienced by the parliamentarians of Amazonas during the candidacy process until the exercise of their functions in the Brazilian Parliament. In the course of the political history of the State of Amazonas, women have fought a real struggle to establish themselves as parliamentarians and even with the existence of an affirmative policy action, they have not managed to reach a satisfactory number of representativeness in the political field. Those who are still disadvantaged and able to elect themselves end up becoming victims of the gender bias that still lingers in the different power spaces. In order to achieve the objectives proposed in this study, we used the technique of semi-structured interview with two parliamentarians and two former parliamentarians who told us about the challenges they

¹ Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, assistente social e membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder – GEPOS.

² Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder – GEPOS.

³ Doutora em Ciências Sociais/ Antropologia Social – Professora associada na Universidade Federal do Amazonas – UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

face in order to stand as parliamentarian in the Federal Chamber and in the Senate. Despite advances in women's political participation, women are still at a disadvantage compared to men in political power spaces, and despite advances, a result of the feminist struggle, prejudice is still quite present in parliamentary houses.

Keywords: Brazilian Parliament, Gender Prejudice, Power, Amazonas.

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços da participação das mulheres no mercado de trabalho e nos cursos de formação superior, a participação delas no parlamento ainda é muito diminuta. Os estudos sobre a participação política feminina durante muito tempo, tem sido desenvolvido sob abordagens e conceitos bastante tradicionalistas. Uma nova abordagem conceitual em relação ao tema surgiu a partir da década de 1970, quando eclode no Brasil, o segundo momento ou a segunda onda do feminismo. No Amazonas, pesquisadoras como Costa e Torres têm desenvolvido estudos e debates sobre o tema das relações de gênero e da participação feminina na política e esses estudos têm proporcionado grandes oportunidades de discussão sobre a temática mulher e política.

Em setembro de 2016, com a defesa da dissertação intitulada *A Presença da Mulher na Política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal* observou-se que apesar dos longos trinta e sete anos após a chegada da primeira mulher no Senado brasileiro, a disparidade de gênero nas casas parlamentares (municipal, estadual e federal) ainda persiste.

Eunice Michiles que em 1979 tornou-se a primeira senadora do Brasil foi uma grande pioneira na luta pela igualdade de gênero durante o seu mandato senatorial. Como mulher, sofreu preconceito por estar num espaço que até então, apenas os homens se faziam presentes. Como parlamentar e defensora dos direitos femininos, Eunice teve que por longos anos enfrentar o descontentamento de seus colegas que não eram favoráveis aos seus projetos e isso refletiu de forma negativa em seu mandato por longos anos.

Das poucas mulheres que conseguem eleger-se, o preconceito e a discriminação sofrida por elas, as obrigam a travar verdadeiras lutas dentro da casa parlamentar para conseguirem o respeito por parte de seus colegas. As mulheres que na década de 1920 lutaram pelo sufrágio, hoje ainda lutam para que sejam respeitadas e reconhecidas no campo da política partidária.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

É diante desse quadro de desigualdade de gênero, que ainda se encontra tão presente nos espaços de poder político, que o presente estudo visa apresentar as diversas formas de preconceito sofrido pelas mulheres parlamentares do Amazonas no exercício de suas funções. Mulheres estas que, ao longo da história política do estado souberam representar não somente a sociedade amazonense, mas as mulheres Amazônidas.

Quanto as participantes deste estudo, são mulheres que ao longo de várias décadas tornaram-se ícones da política local e apesar das diferenças partidárias sofreram de alguma forma, discriminação pela sua simples condição de mulher.

AS DIFERENTES FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO SOFRIDA PELAS MULHERES NAS INSTITUIÇÕES DE PODER POLÍTICO

O protagonismo político feminino é uma construção histórica que ao longo de várias décadas tem se tornado um dos principais objetivos da luta feminista. A porta de entrada das mulheres na arena de luta pelo direito de igualdade no âmbito social brasileiro se deu através da luta pelos direitos políticos como o direito de votar e ser votada. Essa fase da história do movimento feminista brasileiro foi organizada por mulheres da classe média e alta, algumas filhas de políticos e intelectuais da sociedade brasileira. A conquista mais marcante dessa época foi o direito ao voto concedido às mulheres em 1932.

No decorrer dessas décadas, outras poucas conquistas foram sendo adquiridas através da luta feminista como, por exemplo, a Lei de Cotas, mas ainda sim, podemos constatar que, através dos resultados das últimas eleições o percentual de mulheres ocupando um lugar na casa parlamentar ainda é bem baixo. Atualmente, as mulheres representam mais da metade do eleitorado brasileiro, mas ainda sim, são minorias nos espaços de poder político. E diante de tal realidade, nos perguntamos será que mulher não vota em mulher? Certamente que sim e os homens também votam, mas a falta de apoio dos partidos para que as mulheres possam concorrer as eleições de forma igualitária com os homens é um dos primeiros entraves que dificulta a candidatura feminina.

Os partidos abrem suas portas as mulheres somente em vésperas de eleição, quando precisam preencher suas cotas e esquecem que essas mesmas mulheres a partir daquele momento tem direitos e obrigações tanto quanto os candidatos homens, mas infelizmente, ainda que tenhamos uma política de ação afirmativa, pouco ou quase nada os partidos tem feito pela mulheres além de filiá-las para cumprir o que determina a lei com a justificativa de que estão apoiando a paridade de gênero na política. “A lei de cotas é uma proposta



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

com o objetivo de corrigir as desigualdades nas relações de gênero” (FERREIRA, 2010, p.81).

O processo eleitoral vai muito além do fazer campanhas e ao ato de votar, pois os partidos pensam e agem de forma estratégica bem antes das propagandas políticas iniciarem. É através dessas estratégias políticas, que se forma o bloco político dentro dos partidos que são grupos formados por correligionários que se beneficiam e se fortalecem em benefício do apoio recebido pelos presidentes dos partidos. Apesar da Lei nº 9 504/1997, que estabelece em seu art 10, que nas eleições cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, muitas mulheres não tem conseguido a tão sonhada eleição e essa realidade é reflexo do pensamento androcêntrico, tão presente nas estruturas de poder político.

Com a minirreforma eleitoral de 2009 (Lei nº 12.034/2009), a expressão “deverá reservar” foi substituída pela “preencherá”, tornando esse preenchimento obrigatório. Com a norma anterior os partidos não sofriam penalidades caso não conseguissem preencher o número mínimo de mulheres em suas legendas e essa falta de obrigatoriedade só contribuiu para que se postergasse o crescimento da participação feminina na política.

Mesmo com as mudanças, muitas mulheres têm ficado de fora da carreira política, pois ainda que se faça ajustes na lei, não estamos conseguindo avançar quantitativamente com relação as candidaturas femininas já que aumentou o número de candidatas, mas esse aumento não resultou em vagas preenchidas por elas no parlamento. De acordo com os estudos de Saffioti (2004), a desigualdade não é algo natural, mas cultural, imposta pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos nessa trama de relações sociais. Essa cultura machista que envolve e que ainda predomina nas instâncias de poder político não tem permitido com que a presença feminina no parlamento avance.

Com o objetivo de estimular a participação feminina na política, a legislação brasileira que exige, desde 2009, o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidatos de cada sexo em eleições proporcionais contribuiu para o aumento de candidaturas femininas em todos os estados brasileiros, porém, observou-se que o número de mulheres que apenas se filiaram a algum partido apenas para atender as exigências da lei também aumentou.

Pesquisa realizada pelo site gênero e número (2016), alguns municípios do Estado da Paraíba, Bahia e Amazonas, por exemplo, a quantidade de candidatas sem voto em



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

2016 chega a ser de até 23%. No Amazonas, 22% das candidatas não receberam um único voto. O que nos leva a refletir sobre o indício de uma participação eleitoral fictícia. Em Manaus, dos 41 candidatos eleitos ao cargo de vereança, apenas 04 mulheres conseguiram se eleger o que confirma a persistência da desigualdade de gênero na política partidária no município (ROSSI e MAZOTTE, 2016)

Em seu discurso realizado no dia 23 de setembro de 2016, na sede da Organização das Nações Unidas – ONU em Brasília, a ministra Luciana Lóssio, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, criticou a legislação eleitoral no que se refere ao incentivo à participação feminina nas eleições. Para a ministra, essa legislação é feita para não dar certo já que só tem servido para excluir ainda mais as mulheres.

As palavras da ministra confirma a baixa participação política das mulheres, já que, as partidos apenas recebem as candidaturas femininas no momento de preenchimento das cotas, e na maioria dos casos, excluem as mulheres de obterem os mesmos direitos que os seus correligionários homens.

Muitas mulheres são usadas como massa de manobra para eleger o candidato homem. Eunice Michiles, que ficou conhecida por se tornar a primeira mulher a chegar ao Senado Federal, também foi uma das tantas outras mulheres que foram usadas pelo partido para apenas preencher uma legenda e teve que enfrentar diferentes formas de discriminação por simplesmente ser mulher. Em entrevista, Eunice Michiles nos conta como se deu a sua candidatura ao Senado Federal:

Eu já estava me preparando para a reeleição e foi quando a ARENA que só tinha dois candidatos na sua sublegenda me fez o convite para sair candidata ao Senado. No outro partido entrou uma mulher e evangélica, a Maria Júlia. A disputa era muito acirrada, muito próxima e ninguém sabia quem ganharia. Então os membros da ARENA pensaram:

- mulher e evangélica? Dona Eunice é claro!

Eu não queria, pois como deputada estadual minha reeleição era quase certa. Mas o partido foi me mostrando que se caso eu não aceitasse, nós perderíamos a eleição, eu era a única com o mesmo perfil político da candidata do partido da oposição. Então eu aceitei, me joguei na campanha mesmo sabendo que não ganharia essa eleição, mas pensei que com isso ao menos conseguiria realizar um sonho que era ser secretária de assistência social (Eunice Michiles, entrevista 2015).

No momento de sua candidatura em 1978, se quer existia uma política de ação afirmativa que obrigasse os partidos de tornarem possível a candidatura feminina, mas o interesse na candidatura de Eunice Michiles por parte da ARENA estava voltado para a eleição de João Bosco, o que não é muito diferente com relação às candidaturas atuais. A



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

deputada estadual tinha seus próprios planos políticos na época, mas os interesses partidários, que normalmente até então, não incluem favorecer a candidatura feminina, era eleger o candidato homem. Para Perrot (1998, p.131) “essa prática ficou conhecida como síndrome de Joana d’Arc: já que nada funciona, por que não uma mulher?”. O esquema de favorecimento à candidatura masculina em detrimento da feminina contribuiu para com a baixa participação de mulheres no campo político, já que de alguma forma, elas são usadas pelo partido para garantir a eleição dos políticos homens. De acordo com as análises de Tabak (2002, p.152),

A falta de credibilidade numa candidatura feminina ficou algumas vezes patente, dentro e fora do partido. Dentro do partido, persistiu ainda a tendência a instrumentalizar a mulher, isto é, utilizar o fato de que ela era candidata, para fazer as denominadas dobradinhas, para que, na prática, ela contribuísse, com seu esforço pessoal, para divulgar e ampliar a campanha de seu companheiro masculino. Ou seja, a candidatura feminina não era encarada realmente, como algo pra valer.

Essa falta de credibilidade na candidatura feminina conforme mencionado por Tabak é uma das mais diversas formas de preconceito e de discriminação contra as mulheres que entram para a política sem receber o apoio necessário para que possam concorrer as eleições em caráter de igualdade com os homens. Para Costa (1998, p. 113), “Os partidos políticos têm uma face de organização que privilegia a estrutura masculina”. Esse privilégio tem inibido a participação feminina nos espaços de poder político.

Outro entrave às candidaturas das mulheres é a falta de orientação ou assessoria para que elas possam resolver problemas burocráticos exigidos pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE. Muitas mulheres filiam-se aos partidos a pedido de seus companheiros e sem entender o processo eleitoral acabam que se prejudicando por não receberem as devidas orientações para concluírem sua prestação de contas. Muitas candidaturas tem se tornado inelegível porque os candidatos desconhecem como proceder.

Um exemplo da falta de compromisso com as candidaturas femininas está na falta de apoio financeiro para suas campanhas, pois cabe ao presidente do partido direcionar o percentual dessa verba para os candidatos, mas o que tem ocorrido, é que a essa verba não tem sido distribuída de forma igualitária. Eunice Michiles que nos conta sua experiência enquanto candidata “Meus colegas iam fazer campanhas pelo interior do Estado do Amazonas com o apoio do partido e eu só ficava sabendo quando eles retornavam da viagem” (Entrevista 2016).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Assim como Eunice Michiles, muitas outras candidatas ficaram de fora da lista para o recebimento de verba de campanha. Enquanto a candidatura feminina for para os partidos políticos apenas uma necessidade para que elas possam preencher suas cotas, poucas mulheres terão acesso de forma efetiva no processo eleitoral já que sua participação em alguns casos é apenas para o preenchimento de cotas. A deputada federal Conceição Sampaio nos relatou sobre a sua experiência no início de sua candidatura quando teve que participar das eleições apenas para preencher a cota de seu partido. Vejamos,

Em 1996 eu recebi um convite. Nessa fase era mais pra emprestar o nome. O que a gente tanto hoje combate que muitos partidos só te usa para preencher uma cota. Eu certamente naquele momento fui mais uma a preencher uma cota. Ainda assim, em 1996 eu tive um percentual bem elevado de votos, mas não fui eleita. Em 2004, tomei a decisão de ser candidata. Aí foi uma decisão pessoal, depois de ter ido estudar um curso de direito pra entender melhor todo o processo pra não só ouvir falar, mas participar muito mais de forma protagonista do que como coadjuvante (Conceição Sampaio, 47 anos. Entrevista/2015).

A deputada federal Conceição Sampaio, também foi uma das tantas mulheres que apenas emprestaram seu nome para o partido. Essa estratégia, ainda tem sido muito usada pelos partidos, o que enfraquece a luta feminina por direitos de igualdade na política partidária. Algumas mulheres tem conseguido superar o rótulo de que não são capazes de exercer uma função parlamentar, mas tem sido uma luta que não parte somente delas, mas do próprio movimento feminista que tem reivindicado maior participação política das mulheres em todas as esferas do poder.

Vale ressaltar que, apesar de muitas mulheres estarem sendo usadas como massa de manobra pelos partidos, em alguns casos, as mulheres também são articuladoras e algumas chegam até negociar com os dirigentes, futuros cargos em troca de suas candidaturas, como ocorreu com a ex-senadora Eunice Michiles, que jogou com as mesmas armas da ARENA quando pediu em troca de sua candidatura para ajudar a eleger João Bosco, a vaga de secretária de assistência social do município de Manaus. Naquele momento, Eunice sabia que não iria se eleger, mas como seu mandato de deputada estadual se encerraria, buscou articular junto ao partido, possibilidades de continuar em um cargo público.

A decisão de Eunice é a prova de que a mulher também sabe articular em meio ao jogo político em favor de seus próprios interesses, mas que essa atitude não é vista como



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

algo comum da natureza feminina. Para Mill (2006, p.39), “o que é atualmente conhecido como natureza feminina é uma coisa eminentemente artificial, resultado da repressão forçada em algumas direções e apresentada como não natural em outras”.

As campanhas são para as mulheres, apenas o início de seus desafios, pois a falta de recursos para investir na divulgação, o tempo para expor suas propostas no horário político são um dos grandes percalços enfrentados pelas candidatas que se sentem excluídas dentro do próprio partido por não receberem o mesmo apoio dado aos homens. Num momento em que eram permitidos os famosos comícios, muitas mulheres subiam aos palanques apenas para “enfeitar” o lugar repleto de homens, pois se quer podiam falar. Muitas realizavam suas campanhas com a ajuda de seus parentes e amigos já que os partidos se eximiam de qualquer responsabilidade de apoiá-las.

Elizabeth Azize, uma das figuras mais emblemáticas da política amazonense também tem uma grande história de protagonismo político. Foi vereadora em 1976 pelo MDB, elegeu-se deputada estadual em 1978 pelo mesmo partido cumpriu dois mandatos de 1979 a 1987, pelo já então Partido do Movimento Democrático Brasileiro o PMDB. Em 1983 foi eleita Presidente da Assembleia Legislativa tornando-se a primeira mulher a presidir uma Assembleia Legislativa no Brasil.

Beth Azize nos relatou que por diversas vezes se sentiu incomodada e constrangida pela imprensa local e nacional. “Eu pensava comigo o porquê desses estardalhaços todo, pois deveria ser normal o fato de eu ser uma mulher ter conquistado um lugar na política, mas não era, e eu dava as entrevistas com muita revolta” (Entrevista, 2015). A sociedade, o parlamento e a imprensa são instituições androcêntricas matizados por uma moral burguesa que credita às mulheres o opróbrio do preconceito e discriminação (SOUZA, 2016).

A imprensa não tem encarado a participação feminina nos espaços de poder político como uma conquista de direitos, o que normalmente tem feito durante décadas é transformar a chegada da mulher no parlamento como um acontecimento social como fez com a chegada de Eunice Michiles em 1979 e posteriormente com Dilma Rousseff em 2011. A luta pela igualdade tem sido dentro e fora do parlamento, pois enquanto mulher, não basta eleger-se, mas conseguir ser ouvida, respeitada e receber os mesmos direitos como parlamentar. Para Miguel (2014, p.63), “desde as primeiras manifestações de inconformidade com a dominação masculina, as mulheres reivindicam acesso a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

liberdades iguais aquelas de que os homens desfrutam”. Ainda que muitas mulheres tenham conquistado esse espaço, as mesmas ainda continuam sofrendo várias formas de preconceito dentro da casa parlamentar já que muitas não são ouvidas e em alguns casos são desrespeitadas pelos próprios colegas.

A luta pela paridade de gênero no parlamento brasileiro tem sido uma das bandeiras de luta da senadora Vanessa Grazziotin (PC do B – AM), que tem viajado pelas principais capitais brasileiras para divulgar a campanha *lugar de mulher é na política*. A senadora que também participou deste estudo nos contou em entrevista o porquê da baixa participação feminina no parlamento. A senadora nos respondeu nos seguintes termos,

A nossa luta é tentar garantir um número de cadeiras dentro do parlamento para que as mulheres possam se sentir seguras para concorrer, pois não é que elas não querem se candidatar, elas não querem é se submeter ao ridículo. O partido não abre espaço para elas na divisão, só as procuram nas vésperas de campanha eleitoral e elas vão se candidatar sabendo que não vão ter apoio, não vão ter dinheiro para fazer campanhas. Então se você tem vagas garantidas, isso muda porque o partido também terá que mudar sua forma de agir no o que se refere às candidaturas femininas.

Para a senadora, somente a garantia de vagas no parlamento poderá mudar o quadro de desigualdade de gênero que ainda persiste na política brasileira. Pois as regras hoje vigentes não garantem as mulheres o acesso às casas parlamentares. Se não recebem apoio de seus partidos muitas mulheres não vão se quer candidatar-se, pois fazer uma boa campanha por menor que seja, requer verba para custear as despesas que dela provém. A senadora Vanessa Grazziotin é atualmente a única mulher a representar o Amazonas no Senado Federal e reconhece o quanto a luta é árdua. Conforme os estudos de Grossi e Miguel (2000), as mulheres ao longo de suas experiências na política têm percebido a importância e a necessidade de um apoio contínuo por parte dos partidos para que elas possam mostrar seu trabalho e se reeleger.

No parlamento, temos acompanhado o descaso por parte dos parlamentares em aprovar propostas, emendas e projetos que beneficiem as mulheres, pois o empoderamento delas abriria espaços para que elas pudessem estar presentes em canais de participação política até então, dominado pelos homens. Nosso parlamento hoje, dominado por homens conservadores e de elite tem dificultado bastante o avanço de novas conquistas feministas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

As mulheres, por ser minoria enfrentam muitos desafios para se firmarem como parlamentar. “Considerando a sujeição das mulheres aos homens um costume universal, qualquer divergência deste ponto de vista parece ser naturalmente incomum” (MILL, 2006, p.29).

A exclusão das mulheres dos espaços de poder é histórica. Em entrevista a PERROT (1998, p.118), Lebrun afirma que “O acesso das mulheres ao poder político sempre e em toda parte foi difícil. A cidade grega, primeiro modelo de democracia, excluía-as radicalmente”. Ainda que tenhamos conquistado alguns avanços, no mundo contemporâneo a participação feminina nas instâncias de poder está longe de ser igualitária.

Eunice Michiles, Beth Azize, Conceição Sampaio e Vanessa Grazziotin, ambas participantes deste estudo tornaram símbolo de mulheres na luta pela participação feminina na política, em suas trajetórias, combater a desigualdade de gênero as tornaram exemplo de mulheres no parlamento. A luta das mulheres pela presença nos espaços de poder é contínua, pois a cada momento, novos obstáculos vão surgindo para que as mulheres se permaneçam excluídas das decisões políticas do país, pois são eles, os homens, que estão em maioria naquele espaço de poder. Atualmente, nossa política tem demonstrado o quanto a presença feminina no parlamento brasileiro incomoda os grupos conservadores que tentam impedir que novos projetos que beneficiem a garantia de direitos não somente das mulheres quanto dos trabalhadores, crianças, idosos, LGBT, sejam votados.

Considerações finais

A luta pela igualdade de gênero tem sido dentro e fora do parlamento, pois enquanto mulher, não basta eleger-se, mas conseguir ser ouvida, respeitada e receber os mesmos direitos como parlamentar. A falta de apoio por parte dos partidos tem contribuído com a baixa participação de mulheres nas instâncias de poder político e essa baixa representatividade tem impactado nos avanços de novos projetos que aumente a garantia de direitos femininos. No Amazonas, algumas mulheres tem feito história na política local e isso tem contribuído para desmistificar a ideia de que a mulher e principalmente a do Norte do Brasil, não possui capacidade de se inserir nos espaços de poder político. Ao longo de suas jornadas como parlamentares, Beth Azize, Eunice Michiles, Conceições Sampaio e Vanessa Grazziotin, apesar dos diferentes momentos em que estiveram



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

presente na casa parlamentar foram mulheres que lutaram através de seus discursos para se firmarem como parlamentares.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9504 de 30 de setembro de 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em 09/02/2015. Acesso em 10/11/2016.

BRASIL. Lei nº 12.034 de 29 de Setembro de 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em 10/11/2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder: Mulher e política na Bahia-Salvador**: NEIM/UFBA- Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

FERREIRA, Maria Mary. **Nos bastidores da Tribuna: mulher política e poder no Maranhão**. São Luís, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução** – 1. Ed. São Paulo: Bomtempo, 2014.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Coleção grandes obras do pensamento universal. Editora: Escala, 2006.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ROSSI, Amanda. MAZOTTE, Natália. **Partidos recorrem a candidaturas fantasmas para preencher cota de 30% para mulheres**. Disponível em <http://www.generonumero.media/partidos-recorrem-candidatas-fantasmas-para-preencher-cota-de-30-para-mulheres/>. Acesso em 29 set. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Michelle Rabelo de. **A Presença da Mulher na Política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal**. 02/09/2016. p.127. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Manaus- Amazonas, 2016.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas: participação política e poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

NARRATIVAS E MEMÓRIA DE DOCENTES EGRESSOS (AS) DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PELO PARFOR NO AMAZONAS

Cilene de Miranda Pontes¹

cmiranda@uea.edu.br

Adilma Portela da Fonseca Torres²

adilmaportela@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como finalidade discutir e refletir sobre as narrativas docentes de professores (as) egressos (as) do Curso de Licenciatura em Pedagogia, em formação inicial no contexto do Amazonas. Para elaboração deste texto, partimos da experiência vivenciada como professora formadora dos docentes acadêmicos em várias disciplinas curriculares do referido curso pelo Programa de Formação de Professores para Educação Básica (PARFOR). O curso tem sido ofertado em vários municípios do Amazonas, através da Plataforma Freire desde 2010. A discussão e reflexão imbuída neste contexto têm como pretensão compreender a história e memória dos docentes em formação inicial no sentido de estabelecer um olhar compreensivo /interpretativo sobre sua identidade e suas representações sociais diante da realidade de formação e prática docente vivenciada no contexto de formação inicial pelo PARFOR, enquanto instrumentalizador de práticas curriculares. O texto parte de uma perspectiva autobiográfica fundada na análise da linguagem e do discurso produzido pelos docentes em seus memoriais de formação. O registro das narrativas tem como véis a subjetividade e singularidade cuja trajetória autobiográfica se funda na experiência do “caminhar para si” mapeando segundo Josso (2010) experiências de vida e práticas de formação imbricadas na singularidade e no plural de cada sujeito. Assim, estabelece-se um diálogo teórico metodológico com Nóvoa (2009), Tardif (2008) e Souza (2014) na busca de dar sentido e significado ao sujeito singular plural no processo de construção de si e de transformação com o outro em sua multiplicidade e complexidade da formação docente.

PALAVRAS-CHAVE: NARRATIVA E MEMÓRIA. DOCENTES. PARFOR

INTRODUÇÃO

A Universidade do Estado do Amazonas deu início ao Programa de Formação Inicial dos Professores da Rede pública de Ensino na modalidade presencial em dezembro de 2009, atendendo apenas três (03) turmas sendo uma do curso de: 2ª Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, 2ª Licenciatura em Ciências Biologia e 2ª Licenciatura em Matemática atendendo somente as demandas no município de Manaus.

¹ Profa. Me. da Universidade do Estado do Amazonas

² Profa. Me. da Universidade do Estado do Amazonas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Em julho de 2010 iniciou mais **25** turmas nos cursos de Geografia, Matemática, Pedagogia, Português e Ciências Biologia para atender os municípios de Manaus, Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Tefé, Borba, Humaitá.

O município de São Paulo de Olivença deu início duas (02) Turmas no dia 09/08/2010, por solicitação do Prefeito e do Secretário de Educação.

Todas as turmas ofertadas em 2009/2 e 2010/1 foram custeadas pelo Convênio nº 657161/2009 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE pelo período de 365 dias.

O curso de Licenciatura em Pedagogia pelo programa do PARFOR tem sido ofertado no Amazonas através da Universidade do Estado do Amazonas-UEA em 2010 sob a gestão da Reitora Dra. Marilene Corrêa e Coordenadora Geral do Programa a Prof. Adilma Portela da Fonseca Torres. O Curso de Licenciatura em Pedagogia foi oferecido nos municípios de Borba para 03 turmas, Humaitá para 01 turma, Itacoatiara para 02 turmas, Manaus para 02 turmas, Manacapuru para 02 turmas, Parintins para 01 turma São Paulo de Olivença para 02 turmas e Tefé/AM para 01 turma. O curso ofertado pelo Programa de Formação de Professores para a Educação Básica (PARFOR) é um programa do Governo Federal cuja finalidade básica é oferecer a oportunidade de graduar no Ensino Superior, professores que já atuam na docência sem a qualificação exigida, conforme a Lei 9.9394 em seu artigo 62, destacando:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Diante dessa perspectiva o programa vem atender essa necessidade de formação inicial e de segunda licenciatura para licenciar professores (as) que ministram disciplinas deslocadas de sua formação inicial. Trata-se certamente de um programa emergencial no âmbito da formação docente importantíssimo na busca de ampliação da formação docente no Amazonas e em outros Estados do Brasil que demonstram a profundidade dessa carência. Segundo Gatti (2011, p. 54):

A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério de Educação Básica, instituída pelo Decreto nº 6.755/2009, disciplina a atuação da Capes,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

em regime de colaboração com os entes federados, no fomento a programas de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, a fim de, entre outras finalidades:

- apoiar a oferta e a expansão de cursos por IPESs ;
- identificar e suprir necessidades de formação das redes e sistemas públicos de ensino e promover a equalização nacional de oportunidades de formação;
- promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação; • ampliar oportunidades de formação para atendimento às políticas de atenção à diversidade.

O Plano Nacional de Professores para Educação Básica (PARFOR) foi instituído, segundo Gatti (2011) como uma política nacional para a formação de profissionais para o magistério da Educação Básica em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e municípios e as IPES para ministrar cursos superiores aos professores sem formação a nível superior. Foram criados cursos de primeira licenciatura para os docentes sem graduação, de segunda licenciatura para aqueles atuam fora de sua área de formação e cursos de licenciatura para formação pedagógica de professores bachelors. O PARFOR é atualmente gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através de uma rede funcionamento denominada PLATAFORMA FREIRE.

Nesse sentido, as narrativas e memórias de docentes egressos do Curso de Pedagogia, ofertado pelo PARFOR, tem como discussão e reflexão a compreensão da história e memória dos docentes de pedagogia em formação inicial pelo PARFOR em 2010 a 2015. As narrativas docentes heurísticamente tornam-se um objeto de análise de discurso, no sentido de estabelecer um olhar compreensivo /interpretativo sobre sua identidade e suas representações sociais diante da realidade de formação e prática docente vivenciada no contexto de formação.

A perspectiva autobiográfica como fundamento teórico-metodológico da pesquisa parte do pressuposto a subjetividade como processo de reflexão e de análise da linguagem e do discurso produzido pelos docentes em seus memoriais de formação inicial. A subjetividade e a intersubjetividade dialogam com a experiência do sujeito em percurso histórico e temporal de si mesmo. Para Souza (2014) as narrativas (auto) biográficas coletadas em processo de formação estão centradas nas trajetórias, percursos e experiências dos sujeitos devidamente marcados por aspectos históricos e subjetivos quando realizam suas reflexões no ato de lembrar, narrar e escrever sobre si.

A singularidade marca o papel da subjetividade no processo de produção da consciência de si em seu papel de sujeito que dialoga com a formação e a prática docente.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para Rey (2012) a subjetividade é uma configuração do sentido subjetivo que se organiza no percurso da experiência. A subjetividade é um sistema complexo que vai além da cognição e emerge nas atividades, relações e projetos vividos no presente através do qual se organiza a personalidade singular da subjetividade individual.

A configuração subjetiva da experiência é um processo inconsciente para a pessoa, mesmo que seus posicionamentos, decisões e reflexões conscientes, no curso da experiência, sejam processos geradores de sentidos subjetivos no desenvolvimento da própria configuração subjetiva. [...] a subjetividade é uma produção do sujeito que tem como matéria prima sua vida social e cultural [...] (REY, 2012, p. 25-27).

As narrativas docentes representam uma estrutura “plural e temporal” (TARDIF, 2008, p.), que se entrelaça no movimento de experiências vivenciadas entre o passado e o presente de uma pedagogia vivenciada na epistemologia da prática. Josso (1988 apud SOUZA, 2014, p. 49) refere-se essa prática como uma teoria da atividade do sujeito “ator que se autonomiza e que assume as suas responsabilidades nas aprendizagens e no horizonte elas lhe abrem”, e a possibilidade de desenvolver através das biografias educativas maior consciência “da sua liberdade na interdependência comunitária” enquanto sujeito coletivos.

Nesse sentido, percorremos a trajetória de formação, conhecimento e aprendizagem docente a partir da singularidade e subjetividades extraída dos memoriais analítico críticos de docentes egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado pelo PARFOR no Amazonas.

PARFOR: INTERIORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE NO AMAZONAS:

Falar de formação docente no Amazonas em sua exuberante geografia recortando rios e memórias de seus viajantes e nobres sujeitos que buscam a construção uma nova história na educação, este programa faz parte de mais um projeto audacioso e impactante no universo da amazonas na eterna busca de qualificação docente. A formação docente no Amazonas ainda é um desafio político e social. Para Barbosa e Ramos (2008, p.21).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O Estado do Amazonas realizou nos últimos vinte anos um grande esforço para melhorar a educação; substituição de professores leigos por professores com curso pedagógico, oferta do chamado quarto ano adicional, um pós-médio dado aos professores; complementação das licenciaturas por universidade que integraram o Projeto Rondon na Amazônia; cursos presenciais de licenciatura, pela UFAM e, por último, os programas especiais como PEFD-UFAM e Proformar-UEA.

A ampliação da educação no Amazonas é uma luta social que dialoga com a diversidade da Amazônia em um emaranhado complexo de relações tecidas cotidianamente pelos sujeitos que agem em situações de arranjos e/ou conflitos políticos gerados em diferentes contextos que vão (re)construindo significados no âmbito da educação como prática social.

Os docentes-acadêmicos do PARFOR são professores (as) que vem de famílias carentes, nascidos em comunidades do Amazonas, cuja vida profissional antes de ser professor (a) girava em torno do trabalho na roça, na pesca e no serviço doméstico. No percurso da infância e da vida adulta os docentes foram mudando dos locais onde nasceram e foram com suas famílias para outros municípios que ofereciam maior infraestrutura econômica e social, principalmente escolas para os (as) estudarem. E nesses municípios cursaram o magistério no nível de 2º Grau.

Com a formação em nível de magistério lhe dava direito a exercer a docência na Educação e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os docentes egressos do Parfor atuam/atuavam em comunidades próximas ou distantes do local onde residem com suas famílias. Os docentes que procuram a formação pelo PARFOR atuavam em escolas ribeirinhas. Diante de seus relatos, as comunidades em que atuavam ficava distante de onde moram. Os docentes se deslocam das cidades onde moram para trabalhar nas comunidades:

Em 2010 e 2011 fui trabalhar na Escola Municipal Santa Tereza, na comunidade de Santa Tereza, situada às margens esquerda do Rio Cubuá, Já em 2012 fui trabalhar na Escola Municipal São Francisco da Boca do Capivara, onde só trabalhei um ano, por fim foi um ano cheio de problemas familiares, perdi meu avô Víto, o que me deixou muito triste e abalado, foi aí que resolvi me afastar daquele município e vim trabalhar no município de Tefé novamente, abandonando assim a minha cadeira efetiva e concursada e atuar como contratado atualmente. E assim se deu a minha atuação profissional antes da formação no PARFOR. (PROFESSOR 3, 2015)

Ao chegar em 12 de abril de 2006 na Comunidade Abacatal, na Escola Municipal Santa Etelvina, fui morar na pequena secretaria da escola, em um espaço de 2m por 2,5m. No dia seguinte apresentei-me aos comunitários, fiz





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

uma pequena organização em sala de aula e no terceiro dia comecei a ministrar minha primeira e inesquecível aula. (PROFESSOR 5)

A formação pelo Programa de Formação de Professores para Educação Básica foi de grande importância e relevância na vida pessoal e professores dos professores

O PARFOR abriu as portas para outros horizontes, apesar de não ser fácil para cursar uma faculdade, mas nos faz pensar e criar novos conceitos para educação. Quando comecei a estudar o PARFOR, no primeiro dia eu estava morrendo de medo de não acompanhar a turma, porque eu me sentia inferior as outras pessoas, por ter dificuldades em interpretar textos. A minha timidez não deixava fazer amizade com os colegas da turma. Mas, no decorrer das aulas consegui fazer amizade com todos da turma. Através do PARFOR a minha vida mudou totalmente, hoje tenho segurança no que faço e no que penso. A minha visão sobre a educação é outra. A educação tem que ser voltada para a realidade da criança, onde o aluno possa criar seus próprios conceitos e dar sua opinião quando achar necessário. (PROFESSOR 4, 2015)

O deslocamento do local de residência para o trabalho é uma trajetória rotineira na vida dos docentes. Podem se deslocar pela manhã e voltar à tarde se for próximo de sua residência. Caso contrário, se deslocam para a comunidade e lá permanecem durante todo o ano letivo. Os docentes são obrigados a vir ao município de sua residência para receber o seu salário mensal. As escolas ficam em comunidades pequenas localizadas na Região do Médio Solimões.

Dois desafios merecem destaque neste contexto: o deslocamento do docente para o seu trabalho e o deslocamento para estudar nos municípios. Essa dupla jornada foi realizada no período de 2010 a 2015. O curso de Licenciatura em Pedagogia foi coordenado pela Escola Normal Superior em oito municípios do Estado do Amazonas, funcionando em período de recesso escolar na modalidade presencial.

Foram várias as dificuldades enfrentadas pelos professores em formação. No início das aulas os docentes dentre elas os que residiam em outros municípios se deslocavam para Tefé/AM, ficavam em casa de parentes ou alugavam casa para residir durante o período de aula o que gerava uma despesa maior de recursos financeiros para permanecer no curso. A chegada desses docentes à conclusão do curso de Pedagogia nos permite compreender a relevância social deste programa na formação desses professores.

Entre rios e floresta o “caminhar para si” (JOSSO, 2010) na busca de uma formação que deixa perceptível o significado social que assume a formação docente no



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Estado do Amazonas. O tecido curricular e pedagógico, no emaranhado da complexidade amazônica gera o inusitado e sonho de uma melhor formação para atuar na educação.

As idas e vindas dos docentes egressos do curso de Pedagogia neste percurso de formação revelam o marco histórico desses sujeitos sociais que abraçaram a oportunidade obtida de formação pelo PARFOR sem medir esforços na busca por saberes e conhecimentos na (des)construção e ressignificação de outras práticas docentes. Nesse contexto de formação pelo PARFOR no Amazonas tomamos como referência desse cenário os municípios de Borba/AM, no Alto Rio Negro Tefé/AM, na região do Médio Solimões.

O CURSO DE PEDAGOGIA: CAMINHOS E TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO

O Curso de Graduação de Pedagogia (PPC/UEA, 2010) foi criado pelo Decreto 21.666, de 01/02/2001, autorizado pela Lei Estadual nº 2.637, de 12 de janeiro de 2001, credenciado pela Resolução nº 006/2001-CEE/AM de 17/02/2001 e reconhecido pela Resolução nº 159/02-CEE/AM, de 03-12-2002 na gestão da Reitora da Universidade do Estado do Amazonas, Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas, sob a responsabilidade da Escola Normal Superior.

O curso de graduação em Pedagogia tomando por base Parecer CNE/CP nº 5, de 13/12/2005, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e na Resolução CNE/CP nº 1, de 15/05/2006 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, tem como finalidade licenciar educadores para o exercício de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Além da formação específica de atuação no magistério, o licenciado em Pedagogia poderá atuar ainda em serviços de apoio escolar e outros campos de conhecimento na área de educação indígena, educação ambiental e educação de jovens e adultos no atendimento das necessidades da educação no Amazonas. Tendo como ênfase a gestão escolar e o trabalho

Dentre as competências e habilidades a serem adquiridas em termos gerais para o perfil dos egressos do curso de pedagogia são esses (PPC, 2010, p.5):





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

-Analisar criticamente a realidade amazônica, observando as interações políticas, sociais e econômicas, no âmbito nacional e internacional, identificando as contradições sobre a Região, constituídas no processo da sua formação histórica, particularmente, sobre a complexidade das questões ambientais e ecológicas;

-Compreender e fazer cumprir os princípios constitucionais no que diz respeito às diversidades etno-culturais e raciais de gênero, religiosas, políticas, econômicas e à pluralidade de idéias e concepções;

Auto-gestionar seus processos investigativos, oferecendo alternativas às práxis educativas e aos problemas que se apresentam nos diferentes campos da ação pedagógica, utilizando-se da criatividade e de tecnologias alternativas;

-Observar os princípios da democracia participativa, orientando suas práticas profissionais e sua conduta pessoal de forma ética, apoiadas em valores compromissados com a preservação e com o destino dos sujeitos históricos no processo de construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária;

-Analisar criticamente as relações Educação/Escola/Sociedade, atentando para as especificidades dessas relações em diferentes contextos históricos e sócio-culturais.

Em sua dimensão filosófica teórica e metodológica o curso prioriza a articulação em três eixos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão valorizando a atividade investigativa (pesquisa) e as experiências (ação-reflexão-ação) como bases do processo de construção epistêmica do curso da formação dos educadores. Portanto fundamentada na teoria do professor pesquisador, a prática docente tem como preocupação a relações estabelecidas entre os sujeitos do processo de construção histórica e do saber das sociedades fundamentadas em três dimensões: a epistêmica, pedagógica e metodológica.

O curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado pelo PARFOR teve início nos municípios de Borba e Tefé no ano 2010/1. No município de Borba as aulas iniciaram com 129 professores no curso de pedagogia. Em Tefé/AM, a turma iniciou com uma turma de 45 professores (as) – acadêmicos (as), vindos do município local e outros de vindos de Fonte Boa/AM e Marã/AM.

A partir da formação e da vivência estabelecida como professoras formadoras do curso de graduação em pedagogia nos municípios citados que analisamos a partir de seu relato a experiência de formação que tiveram pelo PARFOR. Os docentes revelam em suas memórias momentos que compreendem a escolha e o valor da profissão professor. Algumas escolhas são conscientes e crítica, outras mostram a falta de oportunidade em outras profissões.

Como eu sempre tive muita afeição por crianças não foi difícil escolher essa profissão, e porque me espelhava em professores que eu via que tinha algo bom para que eu me espelhasse e isso fez com que eu tivesse essa convicção de ser





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

professora. Meus pais me criaram na religião católica e participava de tudo que acontecia, e nisso aos meus dezesseis anos fui convidada a fazer o curso para catequista fiz e gostei muito. E comecei a desenvolver essa atividade com crianças de nove e dez anos para catequizá-las. Percebi que tinha muito gosto em trabalhar com crianças, abordava o tema que era proposto e sempre no final fazia vários tipos de brincadeiras com as crianças, cantávamos bastante e tudo era muito prazeroso poder esta com aquela turma tendo essa experiência em minha vida. (PROFESSOR 3, 2015)

Nas atividades de desenvolvimento curricular do curso, os docentes ressignificam suas práticas anteriores através da organização das atividades de estudos interdisciplinares compondo o conjunto de saberes a ser ministrada no curso. Nesse sentido Tardif (2008, p.103) destaca que “os saberes que servem de base para o ensino não se reduzem a um sistema cognitivo [...]. Na realidade os fundamentos do ensino são, a um só tempo, existenciais, sociais e pragmáticos”.

Existenciais, no sentido de que um professor não pensa só com a cabeça, mas com a vida, com o que foi, com o que viveu, com aquilo que acumulou em termos de experiência de vida, em termos de lastros de certezas.

Sociais porque como vimos os saberes são plurais, provem de fontes sociais diversas (família, escola, universidade, etc.) e são adquiridos em tempos sociais diferentes: tempo da infância, da escola, da formação profissional, do ingresso na profissão, da carreira [...].

Pragmáticos, pois os saberes servem de base ao ensino estão intimamente ligados tanto ao trabalho quanto a pessoa do trabalhador. Trata-se de saberes ligados ao labor, de saberes sobre o trabalho, ligado às funções dos trabalhadores.

Em sua experiência docente nos estágios destacam-se a importância do estágio para o crescimento pessoal e profissional dos professores. Principalmente a reflexão e discussão sobre o projeto de intervenção executado na escola em que desenvolvia o estágio supervisionado.

O estágio supervisionado é de suma importância para a consolidação da formação acadêmica do futuro profissional, independentemente da sua área de atuação. Contudo, na educação o estágio se configura de uma maneira diferente, pois, o professor se aproxima mais do público estudantil, pois, seu trabalho, divide-se em observação, participação e regência, isto é, três etapas que exigem comprometimento, tendo em vista, que nessa fase, o professor, passa a vivenciar a prática na sala de aula. (PROFESSORA 6, 2015)

O reconhecimento da importância do estágio supervisionado é fundamental na consolidação da identidade docente. E no entorno dessa prática foram articulados o projeto de intervenção, como instrumento de reflexão e ação da prática docente como



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

uma proposta científica e pedagógica para solução dos problemas educativos. O relato docente expressa sua satisfação em realizar a pesquisa de intervenção na escola.

Diante dessa realidade vi a necessidade de fazer uma intervenção a partir dessa problemática com a iniciativa de desenvolver ações de aprendizagem que viesse minimizar os atos de rebeldia na escola em seu amplo contexto e também na sala de aula, foi aí que surgiu o tema: Indisciplina escolar como fator de fracasso no ensino aprendizagem, onde por meio dessa temática os educadores (as) da presente escola irão dar continuidade as atividades de aproximação, de grupos e as devidas orientações de que as crianças e os educadores (as) necessitam para desenvolverem atitudes sociais para o bom hábito de cidadania na escola, em casa e na sociedade. (PROFESSOR 5, 2015)

A aproximação da realidade em seus diferentes níveis e complexidade revelam na fala dos depoentes a relevância de pesquisa no processo de (re)construção da problemática da educação no cotidiano escolar. Para assegurar a aprendizagem docente e o seu desenvolvimento profissional, é necessário segundo Nóvoa (2012) três medidas fundamentais, o primeiro o olhar que tem como foco a problemática da escola.

A segunda medida consiste em visualizar e criar novos modos de organização da profissão, onde a colegialidade, a partilha e a cultura colaborativa não são feita por imposição superior. A terceira medida é reforçar a dimensão pessoal e a presença pública dos professores. Perpassando de uma teoria da personalidade inscrita no interior da teoria da profissionalidade.

A FORMAÇÃO E A RESSIGNIFICAÇÃO DA PRÁTICA

Para Tardif (2008), a formação é plural e temporal. A medida que as experiências escolares, familiares, curriculares e de profissão vai sendo vivenciadas maior possibilidade o docente tem para criar novas estratégias de ação pedagógica e mobilizar saberes no exercício profissional da docência. Logo, a trajetória de formação docente dos egressos (as) pelo PARFOR foi constatado que a sua experiência profissional era confrontada com a teoria, o clique entre a teoria e prática era facilitado pelo domínio de práticas vivenciadas no cotidiano escolar. O docente ao fazer sua própria ruptura epistemológica produzida no cotidiano de formação no percurso de formação, assim expressa:

A minha prática pedagógica era tradicional, copiava bastante no quadro e pedia para que todos escrevessem rápidos, mais nem sempre isso funcionava,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

explicar os conteúdos em seguida fazia as atividades alguns estudantes ficavam furiosos e outros falavam poxa como ele escreve demais, mais tudo isso era para acelerar o processo da escrita. Nesse período fui aperfeiçoando a minha prática pedagógica, aprendendo a fazer uma reflexão da minha práxis, sempre relacionando a teoria com a prática, reconhecendo que como docente era tradicional no meu fazer pedagógico, era diferente na sala de aula enchia o quadro de conteúdos e queria que todos os estudantes copiassem rápido em seguida explicava os conteúdos. Aprendi a ressignificar valores de como valorizar o outro, sua opinião e suas ideias compartilhando com todos, sem desprezar nenhum conhecimento específico, pois existem conhecimentos diversos que são significativos para o entendimento do ser humano no processo de ensino e educação. (PROFESSOR 1, 2015)

O confronto da teoria com a prática se dava no processo de reflexão- ação-reflexão. O processo de (des)construção de valores e crenças no contexto educacional foi colocado em xeque, e segundo Tardif (2008), a temporalidade e a pluralidade passam a ser um instrumentalizador de domínios de saberes no exercício da docência prática.

Sei que o exercício da profissão de educador é uma tarefa árdua e complexa que exige muito esforço e competência, principalmente quando nos sentimos motivados na busca de novos saberes. O verdadeiro educador é aquele que busca sempre está se atualizando, buscando novos saberes e novos métodos para ensinar. Esse é o nosso verdadeiro comprometimento com a educação. No fundo o que deve haver é uma indissociabilidade entre teoria e prática e não uma supervalorização de uma em detrimento da outra, pois será a atividade teórica que irá possibilitar de maneira indissociável o estudo, conhecimento e intervenção da realidade, além da constituição de objetivos para sua transformação, sendo que esta transformação somente irá se constituir na prática. (PROFESSORA-3, 2015).

Recordar minha trajetória durante o PARFOR leva-me a pensar sobre aquele que procura a libertar-se dos paradigmas vigentes em nosso meio. Lembro-me que fui impulsionado a ler mais sobre os pensadores da educação, com isso meu olhar como educador ganhou alicerce, pois havia algo a mais para envolver-me rumo ao desconhecido e brilhante mundo da procura e da pesquisa. (PROFESSOR 5, 2015)

Diante de qualquer intencionalidade de formação na docência implica em mobilizar saberes cognitivos, emocionais e sociais. “É através do “reconhecimento de si” e do “outro” em processo permanente de aprendizagem se dialoga com a realidade na epistemologia da prática. O pensar alienado assume um olhar mais crítico sobre a realidade da escola e de sua ação do docente

CONSIDERAÇÕES FINAIS





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Compreender a formação docente no contexto do amazonas envolve um olhar mais aberto e flexível diante da realidade e da complexidade da prática educativa no contexto da diversidade do amazonas é plural e multidimensional. A certeza que temos que um curso não termina no momento da colação de grau. O percurso docente vai além da dimensão técnica. As narrativas revelaram que o curso de pedagógica contribuiu significativamente na resignificação de práticas docentes nas escolas em que atuavam.

Diante das narrativas foi percebido o impacto social causado na vida pessoal e coletiva dos docentes egressos (as) do curso, revelando assim as marcas de sua identidade e subjetividade na trajetória de formação. No município de Borba 124 concluíram a Licenciatura em Pedagogia e no município de Tefé foram 34. É na articulação entre a interioridade e a exterioridade que buscam sua autonomia e emancipação de racionalidades cartesianas. O novo olhar, (re) construído sobre os princípios da alteridade pedagógica mostra a afirmação de novos valores e crenças voltados para o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. *O papel da Pesquisa na Prática e na Formação dos Professores*. Campinas. Papirus. 2002.

BARBOSA, Walmir Albuquerque. *Proformar e a Educação no Amazonas*. Manaus: UEA Edições/ Editora Valer, 2008

GATTI, Bernadete Angelina. Et all *Políticas Docente no Brasil: Um Estado da Arte*. Brasília: UNESCO, 2011.

GIROUX, Henry. *Os Professores Intelectuais: Rumo a uma Pedagogia Crítica da Aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

JOSSO, Marie-Cristine. *Caminhar para si*. Tradução Albino Pozzer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

NÓVOA, António. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

_____. *Imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

SOUZA, Elizeu Clementino de. *Diálogos Cruzados sobre pesquisas autobiográficas: análise compreensiva/interpretativa e política de sentido*. Revista Educação: Santa Maria, v. 39 n. 1 p. 39-50, jan./abr. 2014

TARDIF, Maurice. *Saberes e Formação Profissional*. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O ARQUIVO UNIVERSITÁRIO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO NO AMAZONAS: O CASO DO ARQUIVO CENTRAL DA UFAM

THE UNIVERSITY ARCHIVES AND YOUR CONTRIBUTION FOR THE EDUCATION IN AMAZONAS: THE CASE CENTRAL ARCHIVE OF UFAM

Marcela Priscila Coutinho Lins¹
 cilalinsba@gmail.com
 Rodolfo Almeida de Azevedo²
 Almeida.azevedo@hotmail.com

RESUMO

Este artigo trata das contribuições dos Arquivos Universitários para a educação no Amazonas. O objetivo da pesquisa é verificar se esse tipo de arquivo contribui para a educação e de que forma isso realmente ocorre no âmbito da Universidade. A relevância da pesquisa surge partindo do pressuposto de que a educação é uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento regional. Desse modo é oportuno trazer reflexões a respeito de novos espaços de ensino-aprendizagem no contexto Panamazônico. Para realização da pesquisa, foram utilizados como metodologia a pesquisa documental das referências bibliográficas, documentos administrativos e observação direta. Como resultado, observou-se que os Arquivos Universitários, quando se destinam à educação, atuam nas áreas de pesquisa e ensino profissional.

Palavras chave: Arquivo Universitário. Arquivo na Educação. Educação no Amazonas.

ABSTRACT

This essay is about the contributions of Universities archives to Amazonas Education. The research aims to verify if that kind of archive contributes to education and, if so, how it really happens at the university field. The research relevance stands out. When it's assumed that education is a strategic tool in order to promote regional development. Therefore it is very significant to bring out some reflections about the new teaching and learning spaces in Pan amazonic context. In this research it was used as methodology, a meticulous study of the bibliography references, administrative documents and in local observation. As a result, it was possible to conclude that universities archives, when applied to the education field, are useful in researches or technical teachings.

¹ Graduada em Arquivologia - UFBA. Especialização em Gestão da Administração Pública-UCB. Arquivista da Universidade Federal do Amazonas.

² Graduado em História e Arquivologia – UFAM. Docente da Universidade Federal do Amazonas.





Keywords: University archive. Archive in education. Education in the Amazonas

1 INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado compreende um recorte da realidade administrativa de uma Universidade do Amazonas, trazendo reflexões de alcance nacional e internacional. Isso porque, no cenário Panamazônico, muitas vezes as problemáticas, os desafios e as conquistas são semelhantes e/ou comuns. A divulgação científica das experiências, pesquisas e conhecimentos adquiridos nesse cenário pode viabilizar o desenvolvimento de políticas institucionais melhores, que supram as demandas sociais existentes.

Enquanto instituição de Ensino Superior, a Universidade é repleta de espaços que se destinam não somente à gestão administrativa, mas também os que atendem a propósitos educacionais. Dentre esses espaços estão os Arquivos Universitários (arquivos oriundos de Universidade), que são criados para atender tanto a administração quanto a Comunidade Universitária. Mas, como esses Arquivos Universitários estão contribuindo para a educação? Quais resultados em termos educacionais, essa interação entre Universidade-Arquivo-Comunidade tem alcançado?

Entendendo a Educação como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento regional, é importante apontar recursos novos para a sua consolidação. Por isso, ao refletir sobre as contribuições do Arquivo Universitário na educação, é possível vislumbrar novos campos de ensino-aprendizagem das ciências sociais no contexto Panamazônico.

2 METODOLOGIA

Na primeira etapa de estudo, procedeu-se a pesquisa em referências bibliográficas para construir um referencial teórico a respeito do papel do Arquivo Universitário, com enfoque na sua vocação educativa. Nessa etapa, também se buscou referências sobre o Amazonas e a Universidade Federal do Amazonas.

Numa segunda etapa, foi feita uma consulta em documentos de expediente do Arquivo Central da UFAM, no intuito de coletar informações referentes ao seu contexto histórico de criação e utilização, para entender a sua configuração atual.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para finalizar o estudo, realizou-se uma observação direta e consulta a documentos que demonstrassem as atividades desempenhadas pelo Arquivo, pedidos de informação via e-sic (Serviço de Informação ao Cidadão da UFAM, criado em atendimento a Lei de acesso a Informação), trabalhos e pesquisas realizadas. Tais informações serviram para a confecção de um quadro explicativo com os dados coletados no campo de estudo.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS NO CONTEXTO PANAMAZÔNICO

O Amazonas detém mais de 90% de sua cobertura florestal preservada e um dos maiores mananciais de água doce do planeta. Nesse universo de terra e água, vive a maior população indígena do país: 168.000 (IBGE, 2010), representando 20% de toda população indígena brasileira, distribuídos em 72 povos ou etnias, falantes de dezenas de línguas indígenas. Isso sem contar a população indígena não contatada, conhecida também como grupos ou povos isolados. Devido às suas dimensões territoriais, riquezas naturais e culturais, o Amazonas se insere no contexto Panamazônico como um grande expoente.

O Estado do Amazonas se configura como maior Estado em área territorial do país, sendo sua capital, Manaus, a cidade mais populosa do Norte, segundo o Plano de Cultura da UFAM, biênio 2015-2017. Este Estado se insere no que se convencionou chamar de Pan-Amazônia, ou seja, os países que possuem em seu território a floresta amazônica, sendo eles: Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas, o Suriname e o Brasil. Destaca-se que diante dessa similaridade ambiental, os povos tradicionais que habitam esses lugares podem ter problemas similares, os quais destaca-se: desmatamento, grilagem de terras, genocídio, etnocídio, entre outros malefícios.

Diante dessa característica ambiental similar, ou pelo menos semelhante, é possível pensar em modelos gerais que possam suprir tais problemas, principalmente os problemas econômicos. Particularmente no Estado do Amazonas os grandes “ciclos econômicos” executaram-se de maneira predatória, como foi o caso da exploração das “drogas do sertão” no período colonial, a exploração da borracha na primeira república e a implementação da Zona Franca de Manaus na segunda metade do século XX, que modificou seus planos iniciais e transformou-se num complexo de montadoras. Faz-se



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

necessário pensar em modelos que levem em consideração as especificidades locais, como hábito cultural, população, economia e principalmente meio ambiente.

Ressalta-se nesse contexto o papel das Universidades e Institutos de Pesquisa que têm a responsabilidade de pensar a Amazônia em seus mais variados aspectos. Nesses locais podem ser encontrados os caminhos ou diretrizes que dão base para elaboração de políticas voltadas para as mais variadas áreas. Infelizmente percebe-se pouco diálogo entre essas instituições, seja em âmbito internacional, nacional ou local. Observando as próprias instituições, constata-se que as mesmas não estão preservando suas memórias, seus arquivos encontram-se desorganizados ou mesmo já foram eliminados, prejudicando assim o desenvolvimento da ciência e conseqüentemente elaboração de políticas públicas e ações sem fundamento.

No Amazonas também se encontra a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), criada em 1909, considerada a primeira instituição de ensino superior a surgir no Brasil, com campi na Capital Manaus e cidades do interior (Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Parintins, Itacoatiara). Dedicar-se ao Ensino, Pesquisa e Extensão. A UFAM com suas atividades, estudos, eventos e projetos, tem colaborado muito para o desenvolvimento educacional e a valorização cultural dos povos amazônicos.

4 OS ARQUIVOS NAS UNIVERSIDADES E A SUA VOCAÇÃO EDUCATIVA

Os estudos arquivísticos apontam que o Arquivo, primordialmente, nasce com a finalidade de servir à administração que o criou. Posteriormente, serve à história. Entretanto, o seu valor informativo se tornou tão amplo que é possível, hoje, vislumbrar novos potenciais e explorá-los.

No âmbito dos Arquivos de Instituições Universitárias, a literatura destaca o termo “Arquivos Universitários” para identificá-los. Segundo Belotto (1989), o papel fundamental desses arquivos é:

- 1- Reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, histórica e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade;
- 2- Avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins;
- 3- Supervisionar eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído.

Disto tudo depreende-se seu segundo grande papel que é o de:





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- 1- Fornecer aos administradores as informações requeridas ao menor prazo possível;
- 2- Fazer as demandas de informação e de pesquisa requer-se do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene a uniformização de métodos de classificação de documentos dentro das unidades universitárias com afinidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores. (BELOTTO, 1989, p. 23-24)

Devido à presença dessas informações tão específicas, Belloto (1989) ainda ressalta a importância, aplicabilidade e a relevância do papel dos arquivos junto às instituições do ensino superior:

- 1 Arquivo na universidade enquanto sistema documental oficial da informação administrativa e da científica dentro das próprias unidades e órgãos de direção.
- 2 Arquivos culturais com fundos e coleções de origem privada e de interesse da comunidade e de história da região.
- 3 Arquivos da universidade como integrante de um sistema maior dentro da esfera jurídico-administrativa a qual a entidade está ligada.
- 4 Assistência técnica das universidades aos arquivos públicos especialmente os municipais, tão carentes de recursos e de metodologias atualizadas.
- 5 Ensino arquivístico em níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão com que a universidade pode enriquecer a própria área e os próprios profissionais. (BELOTTO, 1989, p. 25)

Essas várias aplicações mencionadas por Bellotto transformam o Arquivo em um espaço não só de busca de informações de interesse, mas como de vivência profissional e cultural. Com isso, os Arquivos acabam desempenhando um importante papel educacional, colaborando para o aperfeiçoamento profissional e cultural de seus usuários. O autor Taiguara Villela (2011), ao se referir à expressão “Pedagogia Arquivística” ou “Archival Pedagogy”, destaca bem esse papel:

O objetivo principal da pedagogia arquivística é explorar o valor informativo dos arquivos utilizando os mesmos para fins didáticos com o método de aprendizagem associativa ou outras metodologias educativas. Os documentos de arquivo têm potencial para ensinar tanto quanto os livros, com a peculiaridade de que os dados contidos nos arquivos podem ser entendidos como elementos “a posteriori” e evidência probatória permitindo uma visão retroativa e contextualizada da realidade. (VILLELA, 2011, p.2)

A partir dessa leitura, compreende-se que os Arquivos na Universidade, não se esgotam com a Administração nem com a História, sendo produto das interações sociais e das atividades que se destinam à educação. Sua vocação educativa está diretamente ligada também ao seu papel social. Servirá à sociedade se servir para educar, construindo, assim, conhecimento. Deste modo, as demandas por informação dos arquivos poderá



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

partir de forma espontânea do usuário ou incentivada pela difusão cultural, estímulo dos professores, entre outras motivações.

Segundo Glezer (1989), os Arquivos Universitários devem existir e ser preservados, pois indicam o respeito ao saber, ao conhecimento desenvolvido, ao trabalho intelectual realizado, e, acima de tudo, um direito de cidadania.

Com isso, os Arquivos, ao servir à sociedade, asseguram aos indivíduos a garantia de sua cidadania, uma vez que seu direito à informação é cumprido. Entretanto, só há acesso efetivo se houver demanda e só há demanda se houver motivação.

Motivar a Comunidade Universitária para o uso das informações custodiadas pelo Arquivo visando, por exemplo, ao ensino e à pesquisa, bem como concebê-lo como um espaço para o ensino-aprendizagem, é uma oportunidade que muitos ainda não vislumbraram. No intuito de descobrir como essas possibilidades são aplicadas na prática, realizou-se um estudo de caso do Arquivo Central da UFAM, que, mesmo sendo um arquivo administrativo (com informações oriundas das atividades-meio da administração), despertou interesse científico e profissional, por parte de alguns dos seus usuários.

5 O ARQUIVO CENTRAL DA UFAM E SUA UTILIZAÇÃO NO ENSINO E PESQUISA

O Arquivo Central da UFAM foi criado através da Portaria 0814/2001, do Conselho de Administração (CONSAD) da UFAM, com as atribuições de: resgate, organização, preservação, conservação e armazenagem do acervo documental pela instituição.

O Arquivo Central possui sob sua custódia, os seguintes fundos (conjunto de documentos arquivísticos, a respeito de um setor ou unidade):

- DEPES – Departamento de Pessoal;
- DRH – Departamento de Recursos Humanos;
- DIREX – Diretoria Executiva;
- Gabinete da Reitoria;
- Representação da UFAM em Brasília;
- DAEST – Departamento de Apoio Estudantil;
- DEFIN – Departamento de Finanças;
- PROEXTI – Pró-Reitoria de Extensão;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento;
- Sub Reitoria Administrativa, Protocolo Geral, Chefia de Gabinete, Secretaria Geral, Secretaria Executiva e
- PROADM – Pró-Reitoria de Administração.

Através da observação da rotina do Arquivo e da análise de alguns documentos de expediente, foi possível coletar algumas informações relevantes para a pesquisa. Esse conjunto de informações tornou possível identificar a atuação do Arquivo e inferir resultados obtidos através dessa atuação, conforme elencados no Quadro 1.

Quadro 1 – Atuação do Arquivo Central da UFAM na Educação

ATUAÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL NA EDUCAÇÃO		
MOTIVAÇÃO/OBJETIVO	USO	RESULTADOS
Arquivo como espaço de ensino e aprendizagem profissional	<p>Atuação como campo de estágio supervisionado do Curso Superior de Arquivologia da UFAM</p> <p>Atuação de um projeto arquivístico no Arquivo, no qual bolsistas de nível superior desenvolvem atividades administrativas do projeto.</p> <p>Atuação do Arquivo como campo de estágio para alunos de Nível Médio</p>	<p>Aquisição de conhecimentos sobre práticas arquivísticas aplicadas aos Arquivos e rotinas administrativas. Dessa forma, colabora para experiência profissional na área de Arquivo.</p>
Arquivo como espaço de Cultura	<p>Visitas guiadas no Arquivo Central - visita de alunos, pesquisadores e demais usuários às dependências do</p>	<p>As visitas permitem ao visitante conhecer a realidade arquivística de um Arquivo, seus</p>



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

	setor, para conhecer o seu funcionamento e suas práticas.	serviços, conquistas e desafios.
Arquivo como fonte de Pesquisa	<p>Uso de documentos do Arquivo como fonte de pesquisa documental para pesquisas científicas.</p> <p>Uso de informações sobre o arquivo e seus documentos para atender pedidos de informação via e-SIC (Sistema de Informação ao Cidadão)</p> <p>Uso do Arquivo Central como objeto de estudo científico em trabalhos acadêmicos.</p>	<p>Exemplos de pesquisas realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa PIBIC intitulada “A faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas entre 1959 a 2013”- Autor: Rafael Frank Benzecry - Pedidos de informação de usuários via e-SIC – Vários usuários que solicitaram informações via e-SIC para pesquisas acadêmicas fora do Estado do Amazonas. - Apresentação do banner intitulado “Organização do Acervo Documental da Universidade Federal do Amazonas: Resgatando Memórias” - Autores: Rodolfo Almeida, Karina Gonçalves e Marcela Lins - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquivologia intitulado “Arquivo Central da UFAM: Parâmetros de Preservação e Diretrizes do CONARQ”, por Carlos Brito da Costa Silva

Essas informações, acima descritas, refletem como tem sido utilizado o Arquivo sob vários enfoques, que colaboram para a área de Educação, sendo utilizado não só pela Comunidade Universitária da região Amazônica, mas também por usuários de outros Estados, de vários níveis de escolaridade e classe social.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

É possível perceber que a UFAM é a primeira a receber resultados da ação educativa dos arquivos, na medida em que consegue, através dos estágios, organizar, tratar e disponibilizar as informações do Arquivo para os seus usuários. De igual modo, os estagiários são também contemplados quando se beneficiam da vivência profissional no setor para adquirir conhecimentos práticos da rotina arquivística e administrativa.

A memória institucional da Universidade, custodiada pelo Arquivo Central também serve à pesquisa, pois os pesquisadores buscam nela informações de grande relevância para as suas pesquisas científicas. Desse modo, o Arquivo Universitário também viabiliza a ampliação do conhecimento científico de várias áreas, tornando-se, assim, um grande aliado na tarefa de educar.

No contexto panamazônico, destaca-se, ainda, o grande valor cultural que o patrimônio documental carrega sobre si, pois reflete a identidade e a memória dos diferentes grupos sociais. A perpetuação desse conhecimento encontrado nos Arquivos Universitários dependerá de seu resgate, preservação e difusão. Uma das melhores formas de difusão nesse caso é repassar o conhecimento através da educação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notar que os usuários dos Arquivos Universitários são impactados por ações educativas dos arquivos das seguintes formas: quando se utilizam dos documentos através da consulta, quando vivenciam alguma experiência profissional no local, quando visitam e conhecem a realidade do setor e quando buscam informações de seu interesse. Pode-se inferir, também, que o contato mais próximo com o Arquivo desperta nos seus usuários uma consciência maior da importância dos documentos e, desse modo, valorizam muito mais o patrimônio documental.

Observou-se, ainda, que muitas contribuições que repercutem na Educação são resultados de serviços e atividades realizadas no âmbito dos Arquivos, não sendo objeto de nenhuma política institucional específica voltada para essa finalidade.

Sabendo-se que a literatura consultada apontou como os arquivos universitários podem servir à educação, bem como o estudo de caso evidenciou algumas iniciativas nesse sentido, é pertinente que a Universidade reflita mais a respeito do tema, no sentido



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de diminuir os entraves que impedem a ampliação dessas iniciativas e também propor políticas específicas voltadas para o uso desses espaços com finalidades educacionais.

A ampliação do conhecimento científico e o aperfeiçoamento profissional são alguns dos resultados que se pode alcançar, quando os arquivos são utilizados como ferramenta educacional. Por isso, acredita-se que a inclusão de atividades complementares ou projetos específicos dos cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado nesses espaços poderiam agregar maiores conhecimentos para ambos tanto para o setor quanto para os envolvidos nessas ações.

Em virtude disso, não se deve subestimar o potencial de um arquivo nem desconsiderar as demandas trazidas pelos seus usuários. Os profissionais desse setor também devem estar atentos sobre esses aspectos mais sociais, para que possam atingir um público cada vez maior e servir melhor à sociedade.

REFERÊNCIAS

ARQUIVÍSTICA, DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA. Disponível em:

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2016.

AZEVEDO, R. A.; LINS, M.P.C. ; GONCALVES, K. P. S. . ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS: RESGATANDO MEMÓRIAS. In: **65º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC**, 2013, Recife. Ciência para o Novo Brasil, 2013.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Universidade e arquivo: perfil, história e Convergência. **Transformação**. V. 1, n. 3, set/dez 1989. P. 15-28.

GLEZER, Raquel. Arquivos universitários: para que? **Transformação**, n.1, v.3, set.-dez. 1989, p. 29-34.

JARDIM, J. M. ; FONSECA, M. O. . Usos e usuários dos arquivos: em busca de um estado da arte. 2000 In: **I Seminário Ibero-Americano de Arquivos de Tradição Ibérica**.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. Arquivos universitários e memória institucional: algumas reflexões. In: **Programação e Resumos do XIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste: Avaliação Institucional**, 1999, p. 202.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Formulário de submissão de projeto Bolsa Trabalho – 2011 do projeto “001 Criação e implantação de gestão documental no Arquivo Central da UFAM”.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Plano de cultura da UFAM. Disponível em: <http://200.129.163.13/portais/anexos/proexti_upload/wp-





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

content/uploads/2015/08/PLANO-DE-CULTURA-DA-UFAM.pdf>. Acesso em Agosto de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Portaria 0814/2001 do Conselho de Administração(CONSAD) da UFAM, que cria o Arquivo Central como setor diretamente subordinado a Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Relatório de atividades do Arquivo Central. 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Relatório de atividades do Arquivo Central. 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Relatório de atividades do Arquivo Central. 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Relatório de diagnóstico e proposição de trabalho do Grupo de trabalho constituído pela Portaria GR nº 2844/2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Relatório de Gestão de Unidade. 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Resolução do CONSAD/UFAM n. 001/2001, Referenda a Portaria n. 0814/2001 de 27/06/2001, que criou o Arquivo Central da Universidade do Amazonas.

VILLELA, Taiguara. **Arquivologia e Pedagogia Arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista educar.** In: II Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. 2011. Disponível em: <http://www.reparq.arquivistica.org/reparq2011/trabalhos/aprovados>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O ASSÉDIO SEXUAL LABORAL COMO CATEGORIA DE ASSÉDIO DE GÊNERO E A QUESTÃO DA (IN) DIGNIDADE HUMANA

THE SEXUAL HARASSMENT WORK AS A CATEGORY OF GENDER HARASSMENT AND QUESTION (IN) HUMAN DIGNITY

Francélia de Jesus Uchôa Paiva¹
 Marilene Corrêa da Silva Freitas²

RESUMO

A abordagem sobre o assédio sexual no local de trabalho como fundamentação da dominação masculina traz à tona a realidade da maioria das mulheres num ambiente de trabalho hostil, devido ao constrangimento a que são submetidas para prestar favores sexuais, caso contrário vivem na iminência de perder o emprego, o que implica numa política de prevenção do assédio sexual, por meio da implementação de procedimentos reclamatórios eficazes, geradores de posturas profissionais que coibam a violência e a discriminação contra a mulher trabalhadora, por se traduzirem em fatores seculares que vilipendiam a dignidade humana no trabalho. Na esfera trabalhista, a responsabilidade objetiva ou subjetiva do empregador, dependerá da modalidade de assédio sexual, que de qualquer modo afeta a todos os envolvidos no processo laboral.

Palavras-chave: Assédio sexual. Local de trabalho. Violência de gênero. Discriminação. Dignidade humana.

ABSTRACT

The approach to sexual harassment in the workplace as reasons for the male domination brings to light the reality of most women in a hostile work environment due to the constraint that are submitted to provide sexual favors, if not living on the verge of losing employment, which implies a policy of prevention of sexual harassment through the implementation of procedures reclamatórios effective, leading to professional positions that curb the violence and discrimination against working women, because they translate into secular factors vilipendiam that their dignity human work. On the labor, the subjective or objective responsibility of the employer, will depend on the type of sexual harassment, in any way that affects all involved in the work process.

¹ Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Tres Fronteras (UNINTER-Assuncion-PY). Advogada e Professora universitária em Manaus.

² Pós-Doutora pela Université de CAEN e UNESCO, Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, Professora titular Universidade Federal da Amazônia-UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Keywords: sexual harassment. The workplace. Violence of sort. Discrimination. Human dignity.

INTRODUÇÃO

A abordagem sobre assédio sexual laboral conduz-nos a refletir sobre algo mais além do instigante tema do sexo: o poder nas relações de trabalho e o ônus de suas consequências econômicas, emocionais e culturais para o assediado, para o assediador, e para a própria empresa, devido ao custo significativo representado pelo número elevado de causas trabalhistas.

Será demonstrado que o assédio laboral vincula-se ao reconhecimento de sua prática pelo empregador ou seu representante, que na condição de superior hierárquico ou ascendências inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, constrange alguém, no caso a trabalhadora, buscando obter vantagem ou favorecimento sexual. Visamos, igualmente, reafirmar que este fenômeno social nada mais é do que uma categoria do assédio de gênero por consistir no tratamento diferenciado dirigido à uma mulher, mediante comentários ou comportamentos sexistas, o que implica diretamente na inobservância dos princípios da dignidade humana, da liberdade e da igualdade da mulher no local de trabalho.

Parte-se da concepção que norteia os estudos de gênero, entendido aqui como a alusão aos padrões adquiridos de comportamento e ação fundamentados no tratamento do capitalismo e do patriarcado, como sistemas autônomos, mas interdependentes e, por assim dizer, ajudam-se mutuamente para a realização de sua reprodução.

Inegáveis são as mudanças que vêm ocorrendo demonstrando sinais inequívocos dos significativos avanços sucedidos com a mulher brasileira nas últimas quatro décadas. Essas mudanças provocam rupturas e, por sua vez, incertezas e medos. Vive-se, atualmente, na era do medo: medo de perder o emprego, medo de não se arranjar outro emprego, medo da fome, da morte (física, espiritual, social, civil e etc.). Vive-se com medo de não se ter segurança jurídica e mais ainda tem-se medo de injustiças, pois aquele que comanda se agrilha sobre o manto do poder e dissemina o medo, praticando assim, um verdadeiro acinte aos direitos fundamentais e garantias basilares do cidadão livre,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

assim denominado aquele que deseja tornar-se um sujeito ativo numa democracia participativa.

O princípio da dignidade humana deveria estar inserto tanto na consciência daqueles que exercem o comando, no caso o empregador ou seu representante, como na dos comandados (empregados). Ocorre que as consciências individual e coletiva estão fragmentadas. A identidade do ser humano é cada vez mais problemática: Empregado, patrão, trabalhador autônomo, pai, filho, amigo, amante, marido, mulher, homem. Nada é simples quando se é obrigado a admitir que essa consciência seja resultante do modo de organização da sociedade, da qualidade da produção e da reprodução da cultura.

A compreensão do significado de assédio sexual se remete à articulação do respectivo conceito por um lado, ao processo de consolidação dos direitos humanos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, por outro ao processo sempre crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Com lastro na bibliografia internacional e nacional, primeiro incursionaremos pelos aspectos conceituais acerca do assédio sexual e, subsequente confluência entre suas modalidades. Posteriormente, demonstraremos sobre a pluriofensividade desta conduta penal em face dos vários princípios fundamentais que são feridos, especialmente o princípio da (in) dignidade da pessoa humana que, por via das consequências, não admite mais que o assédio sexual seja varrido para baixo do tapete.

O que é assédio sexual

Em nível internacional essa definição se torna bastante difícil devido as variações de valores e culturas dos demais países e regiões, podendo ser conceituado de inúmeras maneiras, de acordo com o sistema jurídico, com a cultura e desenvolvimento social do modelo adotado, ficando tal definição na dependência da linha doutrinária adotada pelos legisladores ao tratarem sobre esses desvio comportamental em seus respectivos países.

Para Ligtle e Doucet (1993, p.7) uma das primeiras definições do termo assédio sexual foi dada em 1980 pela *Equal Employment Opportunity Commission* EEOC)[Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego], órgão federal dos Estados Unidos, responsável pelo cumprimento das leis contra a discriminação, cabendo--lhe a função de abrir processos, fazer investigação e encaminhar os casos de discriminação no trabalho à Justiça, como nos casos de o assédio sexual. Neste ano a EEOC publicou as chamadas normas sobre o assédio sexual no local



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de trabalho, descrevendo-o como tentativas sexuais e outras ações verbais ou físicas de caráter sexual, quando: (a) a submissão a tal conduta é transformada explícita ou implicitamente numa condição para o indivíduo obter ou manter o emprego; (b) a submissão ou a rejeição a tal conduta por um indivíduo é usada como base para decisões que afetam o indivíduo no emprego e (c) tal conduta tem o propósito ou o efeito de interferir de modo exorbitante no desempenho de um indivíduo no trabalho, ou de criar um ambiente de trabalho intimidativo, hostil e ofensivo.

Na seara do Direito do Trabalho, decerto, qualquer definição de assédio sexual deve levar em conta o pressuposto da relação direta ou indireta entre a prática sexual e a atividade profissional. A relação deverá ser manifestada na realização de certo favorecimento ou desfavorecimento patrimonial ou não patrimonial para uma das partes envolvidas. Pastore e Robortella (1998, p.68) aduzem que não é suficiente a ofensa à dignidade pessoal. Para que o atentado à liberdade sexual caracterize a figura do assédio será indispensável sempre o poder do sujeito ativo sobre o sujeito passivo, decorrente da relação de trabalho, como fator de intimidação e, conseqüentemente sujeito à lascívia daquele.

Barros (1998, p. 493-559) verifica no estudo geral, realizado em 1988, sobre a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (1958) acerca da discriminação no emprego ou profissão que foram apontados os seguintes exemplos de assédio sexual no trabalho, dentre outros: Insultos, observações, insinuações e comentários inadequados sobre a maneira de vestir de uma pessoa, sobre o seu físico, idade ou situação familiar; atitudes arrogantes ou paternalistas contrários a sua dignidade; convites ou pedidos impertinentes, implícitos ou explícitos, acompanhados ou não de ameaça; olhares lascivos ou outros gestos relacionados com a sexualidade e contatos físicos desnecessários, como por exemplos, toques, carícias, beliscões ou agressões. Para a EEOC, os tipos descritos anteriormente serão caracterizados como assédio sexual, desde que incida direta ou indiretamente na relação de emprego.

O Brasil ratificou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, denominada de “Convenção do Belém do Pará/MRE”, promulgada pelo Decreto n. 1.973 de 1-8-1996, cujo artigo 1º determina como violência “*qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como privada*”, ocorrida na comunidade. O artigo 2º, alínea b dessa mesma norma prevê que essa **violência** pode ser “*cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras, o estupro, o abuso sexual, a tortura, o tráfico de mulheres, a prostituição forçada, o seqüestro e o assédio sexual no local de trabalho[...]*” (Grifos nossos). Destarte, o assédio sexual é concebido como violência contra a pessoa, ferindo sua dignidade, liberdade e intimidade, e, nesse sentido é repudiada praticamente por todos os países do mundo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

No Direito Penal brasileiro, o delito de assédio sexual foi introduzido no art 216-A, graças a promulgação da Lei n. 10.224, de 15 de maio de 2001, cuja redação é a seguinte:

Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

Pena- detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Girão (2004, p. 63) preleciona que por conta da amplitude do conceito, pressupõe-se que em qualquer ambiente onde esteja presente a hierarquia poderia ser local para a conduta assediadora. Contudo, no âmbito do Direito Penal Brasileiro, nem sempre se configuraria um crime de assédio sexual. A exigência da presença de uma relação de superioridade hierárquica ou ascendência inerente ao exercício do emprego, cargo ou função tem por escopo diminuir o alcance da incriminação pela conduta de assédio sexual.

O legislador brasileiro adotou, portanto, um critério objetivo para a proteção da vítima, qual seja, o abuso de autoridade, verificado pela existência do vínculo entre os sujeitos ativo e passivo. Este critério também tem por finalidade afastar a dificuldade probatória do crime de assédio sexual, considerada como um dos grandes dilemas no respectivo tipo penal.

É uníssono o entendimento de que a utilização do sexo como meio de chantagem no emprego é um requisito e uma característica do assédio sexual nas relações de trabalho, nas quais o sujeito ativo pode “obter, propiciar, negar ou suprimir alguma vantagem no trabalho” (GIRÃO, 2004, p.69), mediante permuta da sexualidade. Paiva (2006,p.200-201) em pesquisa realizada com mulheres que trabalhavam no Distrito Industrial de Manaus, verificou que 52% afirmaram que vivenciaram alguma situação de assédio sexual e 72% conhecem alguém que já sofreu assédio sexual no trabalho em Manaus.

Eluf (1999, p.181) considera que o conceito de assédio sexual encontra-se em “processo de consolidação e aperfeiçoamento” e, embora reconheça as variações presentes nas definições de assédio sexual, objetiva-se alcançar uma definição aplicável à maioria das nações. Lamentavelmente, são poucos os países que possuem um conceito jurídico de assédio sexual, encontrando-se em franco desenvolvimento a legislação a respeito dessa temática.

Com o propósito de se alcançar uma definição internacional básica que seja pertinente à maioria dos países e das regiões, observadas as características locais, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 1995, prescreveu que a elaboração de estratégias para combater o



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

assédio sexual, deve levar em conta primeiramente o acordo sobre uma definição adequada do que ele significa. Mesmo diante das variações culturais, é uníssono o entendimento de que resta cada vez mais evidente que o assédio sexual nada mais é de que uma nova versão daquilo que se convencionou chamar de coerção masculina, forma primitiva de molestação sexual. Como fenômeno antigo e generalizado, o assédio sexual é fator responsável pela discriminação da mulher no mercado de trabalho, uma vez que a negativa da vítima em ceder aos propósitos sexuais do autor implica em demissão do emprego ou perda das possibilidades de promoção, aperfeiçoamento ou admissão em novos postos.

A Plataforma de Ação de Pequim (Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, 1995) definiu os direitos das mulheres como direitos humanos e compromissou-se com ações específicas para assegurar a observância destes direitos. A Divisão da ONU para Mulheres, ao rever todas as conferências, destacou o avanço mediante a transformação fundamental ocorrida em Pequim: “o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliados”. Somente por meio desta importante reestruturação da sociedade e suas instituições possibilitariam as mulheres ter plenos poderes para assumir o seu lugar de direito em parcerias iguais aos dos homens em todos os aspectos da vida. Essa modificação significou “uma reafirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a igualdade de gênero era uma questão de interesse universal, beneficiando a todos.” (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Modalidades de assédio sexual.

Convém, neste momento, analisar as categorias de assédio sexual: o assédio sexual por chantagem e o assédio sexual por intimidação. Assédio sexual por chantagem é caracterizado como:

o cerco praticado pelo empregador ou administrador público, ou algum dos seus prepostos ou agentes, contra alguém, com o propósito de impor, ou impondo mesmo, um ato de natureza sexual (ato sexista) não desejado, a empregada ou subordinada, para que esta conserve ou adquira vantagens trabalhistas (ex.: aumento de salário, promoção de carreira, manutenção do emprego ou da função, facilidades no horário e coisas desse tipo), agredindo, destarte, a dignidade da pessoa do trabalhador. (SANTOS, 1999, p.32)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Por sua vez, o assédio sexual por intimidação, caracteriza-se pela,

atitude do patrão, superior hierárquico ou dirigente público, ou mesmo de colega de trabalho, de solicitar atividade sexual importuna ou indesejada ou qualquer outra investida de índole sexual, com intenção de restringir, sem motivo, a atuação de alguém ao trabalho ou de criar uma circunstância ofensiva ou abusiva ou um ambiente de trabalho hostil, ainda que o assediado não venha a sofrer punição ou a perder a posição funcional ostentada antes do assédio. (SANTOS, 1999, p.33)

Observando-se o tratamento dispensado ao assédio sexual por intimidação, vemos na Hungria (1990) que o Conselho de Ministros, através de Resolução, considerou que a conduta de natureza sexista, ou outra fundada em sexo que fira a dignidade das mulheres e homens no trabalho, “incluindo a conduta de superiores e colegas, constitui uma intolerável violação da dignidade dos trabalhadores ou estagiários e é inaceitável se não desejada [...] e é ofensiva para o alvo desse procedimento. (PASTORE; ROBORTELLA, 1998, p. 55).

Esses mesmos autores afirmam que a Bélgica, por sua vez, despertou para o problema em 1978, quando a lei de 03 de julho deste ano estabeleceu obrigações pessoais para o empregador, devendo este garantir condições de segurança e saúde, bem como observar e proteger o respeito aos bons costumes durante a execução do trabalho.

A pluriofensividade do assédio sexual e sua relação com os princípios fundamentais

Tratar sobre o assédio sexual implica, necessariamente, na correta fixação do objeto jurídico do crime, ou seja, do bem ou interesse a ser protegido juridicamente para que se dê a adequada determinação da conduta delituosa realizada.

Com este propósito, afirma-se que a definição de bens-jurídicos penais sempre esteve condicionada a fatores políticos, sociais, econômicos e culturais vivenciados em determinada sociedade e em certo tempo. Para Bianchini (2002, p.6-7) um crime é prescrito em razão dos valores que “em cada junção histórica, informam os alicerces da consciência ético-social dominante [...]”. Reconhecido como um fenômeno jurídico moderno, embora de práticas antigas, o assédio sexual enquadra-se no panorama de alterações de valores sociais, em virtude da importante aquiescência sobre a proteção dos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

bens jurídicos que o assédio sexual carrega, devendo a conduta que fere tais bens sofrer grande reprovação. Por ilação, todos os bens jurídicos associados e afetados no crime de assédio sexual apresentam expressiva dignidade. Daí que, o delito de assédio sexual é pluriofensivo, pois visa proteger, fundamentalmente os seguintes bens jurídicos: os costumes, a liberdade sexual, a dignidade humana da mulher e do homem no trabalho e a não discriminação no local de trabalho.

O princípio da (in) dignidade da pessoa humana: o que o assédio sexual tem a ver com isso?

No intento de se evidenciar que o delito de assédio sexual fere o princípio da (in)dignidade da pessoa humana no trabalho, enfatiza-se, antes de tudo, que princípio é, por definição, “mandamento nuclear de um sistema” que se espraia sobre diferentes normas constituindo-lhes o espírito e o parâmetro para a compreensão da lógica e da racionalidade do sistema normativo, “no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a intelecção das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo”. (MELLO, 1996, p. 545)

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que a dignidade da pessoa humana constitui-se em fundamento do Estado Democrático de direito (Art. 1º, III). Tal princípio, na concepção de Sarlet (2004, p.41) “deve estar na consciência, na vida e na práxis dos que exercitam a governança e dos que, enquanto entes da cidadania, são ao mesmo tempo titulares e destinatários da ação de governo”, revelando-se como uma exigência precípua para a melhoria qualitativa de uma democracia.

A leitura da obra Sarlet (2004:41) se reveste da maior importância, pois se concebe que na problemática do poder, na legitimação da autoridade e do Estado, toda a redenção social deve passar pelo tratamento do princípio da dignidade da pessoa humana. Dignidade esta que deita suas raízes na concepção kantiana, complementadora do processo de laicização da dignidade humana, antes enclausurada na concepção religiosa. Kant (1980, p.134; 141) disseminou a autonomia da vontade como a “faculdade de determinar a si mesmo e agir em conformidade com a representação de certas leis” –, própria dos seres humanos, como fundamento da dignidade da natureza humana.

Por esta linha de raciocínio envereda Silva (1988, p.89) ao conceber a dignidade como “atributo intrínseco, de essência, da pessoa, único que compreende um valor interno, superior a qualquer preço, que não admite substituição equivalente. Assim, a dignidade entranha e se





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

confunde com a própria natureza humana”. Por ilação, vê-se que a dignidade não é um arranjo constitucional e sim algo que é essência da natureza humana, portanto, ela se recusa a admitir quaisquer tipos de discriminação, pois não poderá haver segurança quanto à dignidade, caso o indivíduo seja humilhado, discriminado, perseguido ou depreciado.

A propósito, para Dalari (1998, p.79) nada justifica sobrepor-se ao valor da dignidade, caso contrário se revestirá em “valor negativo”, como no caso do crescimento econômico e do progresso material de um povo obtido por meio de ofensa à dignidade dos seres humanos. Essa substancial tônica axiológica atribuída ao valor da dignidade humana veio em boa hora, pois toda ocorrência do assédio sexual é um desrespeito a dignidade do assediado. Reitera-se que “A dignidade da vítima, assim considerada sua decência, seu amor próprio, seu brio e o zelo que cada um tem da própria reputação, também fica profundamente afetada quando submetida ao assédio sexual.”(GIRÃO,2004, p.55).

O assédio sexual afeta diretamente, também, as empresas, pois nesta instaura-se um local de trabalho hostil, que repercute na queda da produtividade dos empregados e também porque outras pessoas são afetadas, como por exemplo, as colegas de trabalho por serem testemunhas em potencial do abuso de poder praticado pelo ente hierárquico superior. Igualmente, adverte-se que o assédio sexual no local de trabalho é prejudicial porque as pessoas assediadas e acusadas podem ser inocentes. Além do mais pode gerar processos judiciais onerosos, publicidade desfavorável ou invasão da privacidade. Pode afetar as bases da empresa, “seja ela uma escola, indústrias, ou entidade governamental, além de atingir o bolso de supervisores, gerentes e colegas de trabalho. O assédio pode afetar a vida inteira de uma organização e de seus membros”. (LIGHTLE; DOUCET, 1993, p.13).

Inarredavelmente, o assédio sexual no local de trabalho é uma forma de discriminação e violência contra as mulheres, que, por medo de perderem seus empregos sujeitam-se a trabalhar num ambiente desagradável, aprisionada física e psicologicamente. Nesse ambiente hostil, a baixa na produtividade da vítima se dá em razão de dor de cabeça, dor de coluna, dor de estômago, insônia, depressão, falta de concentração e de interesse pelo trabalho.

Sem embargo, trabalhar num ambiente assim descrito, faz qualquer ser humano sentir-se fragilizado em sua estrutura social e moral. Como prática abusiva de poder que é o assédio sexual se traduz como uma forma de violência contra a mulher. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil em 1995, estabeleceu que o combate ao assédio sexual se insere no direito constitucional fundamental a uma vida livre de violência. Nunca é demais repetir que o



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

assédio sexual “só se configura quando há uso do poder como forma de obter favores sexuais; [...] desde que esse uso do poder seja indesejado pela outra parte” (PASTORE; ROBORTELLA, 1998, p.22).

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no art. 3º ao definir o termo empregado estabeleceu apenas as obrigações elementares do empregado de trabalhar e o direito de receber do empregador um salário pelo respectivo labor. Contudo, o leque de deveres decorrentes do contrato individual de trabalho vem sendo ampliado significativamente pela doutrina e pela jurisprudência, ainda que paulatinamente.

Os operadores do direito trabalhista reconhecem o respeito à dignidade do empregado, o direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável e a proteção da sua imagem profissional, bem como a proteção da intimidade do empregado como deveres inerentes ao contrato de trabalho e, em caso de inobservância o empregador será responsabilizado, passível de ação indenizatória.

Sem olvidar, o significado de assédio sexual remete, necessariamente, no plano do direito internacional à articulação do processo de consolidação dos direitos humanos com sua declaração Universal dos Direitos Humanos e ao processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, diante das mudanças que se sucedem, correspondentes aos inegáveis avanços que a mulher brasileira realizou nas últimas quatro décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem sobre o assédio sexual partiu do entendimento de que este fenômeno social sempre esteve presente como uma relação de dominação entre os sexos, camuflado pelas relações de poder tanto em forma de mitos quanto em realidade fática.

Essa dominação masculina é, sobretudo, simbólica (BOURDIEU, 2003) Significa dizer que ela se instala de modo sutil e imperceptível às suas vítimas que apreendem a lógica da dominação por meio da linguagem, modo de falar, pensar e agir, de modo a tracionar a adesão do dominado quando este reproduz a ideologia do dominante, numa história elaborada pelos homens. Essa mesma história registrou que a Revolução industrial transformou significativamente os papéis tradicionais atribuídos aos homens e as mulheres, pelo incremento da especialização do trabalho situado a partir de então no meio urbano.

No Brasil, nas décadas de 70 e 80 em razão da maciça inserção da mulher no mercado de trabalho, a relação entre homem e mulher no local de trabalho mostra a sua face cruel:





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

o assédio sexual, cuja definição pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) deve levar em conta: A condição clara para obtenção ou manutenção do emprego; influência nas promoções e/ou na carreira profissional; prejuízo no rendimento profissional; humilhação, insulto ou intimidação.

A ONU, como caixa de ressonância da luta pelo direito à vida sem violência e à dignidade no trabalho, fez aprovar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979), com ratificação pelo Brasil em 1984. Este foi o primeiro instrumento jurídico internacional a encarar os problemas específicos da mulher. Ao lado deste diploma, a proteção internacional dos direitos Humanos das mulheres ganha força maior com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, elaborada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), 1994, conhecida como Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil em 1995.

Diante das estatísticas mostrando o número elevado de mulheres que sofrem ou já sofreram o assédio sexual, bem como da injunção histórica que inscreve os valores a ser protegido pela sociedade, o Brasil editou a Lei n.10.224/2001 que inseriu no Código Penal o art. 216-A, para assegurar os costumes, a liberdade sexual, a dignidade humana da mulher e do homem no trabalho e a não discriminação no local de trabalho.

Antes da Lei n. 10.224/2001, devido à ausência de uma tipificação legal as condutas do assédio sexual eram enquadradas nos seguintes tipos penais: Estupro (art.213), Atentado Violento ao pudor (art. 214), Constrangimento ilegal (art. 233), Injúria (art. 140), todos do Código Penal, além das Contravenções Penais previstas no Art. 61: importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor; e no art. 65: molestar alguém ou perturbar-lhe a tranqüilidade, por acinte ou por motivo reprovável.

Assentou-se a compreensão de que o constrangimento presente no assédio sexual ocorre quando uma pessoa, valendo-se de sua posição hierárquica superior faz uso de seu poder para obter favores sexuais desconsiderando a vontade da vítima, ocasionando desconforto e mal-estar. É forma de chantagem sexual que se realiza mediante gestos, convites insistentes para almoços e jantares ou motel, dentre outros. Tais condutas podem ocorrer em locais distintos, contudo a tipificação legal ressalva “no exercício de emprego, cargo ou função“, condição essa que faz com que o assédio sexual seja igualmente denominado de assédio laboral.

É fato comprovado o prejuízo causado às empresas, pelas consequências financeiras e judiciais do assédio sexual, além da queda na produtividade e rotatividade da mão-de-obra conforme se depreende dos efeitos causados na vítima como, depressão, baixa estima, dor de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

cabeça, dor de estômago stress, entre outros. Sem embargo, é dever de o empregador oferecer local de trabalho seguro e protegido, conforme inserto no direito internacional na busca do respeito pelo outro, da sua dignidade, que lhe é inalienável e que transcende sua vivência terrena.

Por todo o exposto, este estudo quis suscitar novas reflexões sobre algumas das preocupações contemporâneas que a mulher vem enfrentando. Nunca é demais insistir e ampliar o tema do assédio sexual visto com parcimônia pela sociedade brasileira por se revestir de novas formas patriarcais para disseminar o poder no ambiente de trabalho e na família.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro. *O assédio sexual no Direito comparado. Revista de Direito do Trabalho*, Curitiba, Gênesis, n. 12(70): 493-559, out., 1998.

BIANCHINI, Alice. A legitimação do processo de incriminação do assédio sexual. In JESUS, Damásio E. de; GOMES, Luiz Flávio (Coords.). *Assédio Sexual*. São Paulo: Saraiva, 2002. p 1-21.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3. ed. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Cedaw [1979]*. 2006. 260p. (Série Documentos).

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará 1994*, 2006. 260p. (Série Documentos).

_____. *Código Penal e Constituição Federal – Tradicional*. 54 Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. Presidência da República. *Lei n.10.224*, de 14 de maio de 2001. Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 27 de out.2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

ELUF, Luiza Nagib. *Crimes contra os costumes e assédio sexual*. Ed. Condensada. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1999. 191 p.

GIRÃO, Rubia Mara Oliveira Castro. *Crime de Assédio Sexual*. Estudos da Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. São Paulo: Atlas, 2004.

KANT, Emmanuel. Fundamentos da Metafísica dos Costumes. In: *Os Pensadores- Kant(II)*, Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.134 e 141.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

LIGHTLE, Juliana e DOUCET, Elizabet H. *Assédio Sexual no local de Trabalho*. Um guia para a prevenção. Trad. Isabel Paquet de Araripe Rio de Janeiro: Qualitymark, 1993.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 8ªEd. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

NAÇÕES UNIDAS 2016. *A ONU e as Mulheres*. Disponível em <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>. Acesso em 27. Out.2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção n. 111*. Convenção sobre a Discriminação em emprego e profissão, 1958. Disponível em www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em 27.Out.2016.

PAIVA, Francélia de Jesus U. *Aspectos sócios jurídicos do assédio sexual no local de trabalho: suas relações com o princípio da (in) dignidade humana*. 2006. 208f. Dissertação (Mestrado em Direito) _ Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2006.

PASTORE, José e ROBORTELLA, Luiz Carlos. *Assédio Sexual no Trabalho*. O que fazer? São Paulo: Makron Books. 1998.

Martins, Sergio Pinto. *CLT Universitária*. 20 Ed. São Paulo: Saraiva, 2016

SANTOS, Aloysio. *Assédio Sexual nas Relações Trabalhistas e Estatutárias*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e Direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004.

SILVA, José Afonso de. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 212, abr/jun. 1988.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL COM BASE NA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA SOBRE O TEMA CONTEXTUAL INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO E PESQUISA

Henrique César Lopes¹
 Patricia Macedo de Castro²,
 Jonildo Viana dos Santos³.

Resumo

Ao considerar os conhecimentos prévios dos alunos e suas situações vivenciadas, busca-se, com esse artigo, valorizar a construção das estruturas mentais, tendo em vista a estratégia metodológica plausível para o ensino e aprendizagem de maneira significativa. Assim, discutir-se-á, com base no tema contextual Introdução ao Pensamento Científico e pesquisa, o aprimoramento do desenvolvimento conceitual a partir do senso comum e do cotidiano na perspectiva do aluno indígena, futuro Gestor da Saúde. Nessa perspectiva, objetiva-se aplicar uma Sequência Didática para o tema contextual que busque valorizar a construção das estruturas mentais e potencializar o desenvolvimento conceitual destes alunos, tendo em vista a estratégia metodológica de aprendizagem significativa guiada pelos três momentos pedagógicos: Problematização, Organização e Aplicação do Conhecimento, assim localizar e analisar elementos do conhecimento de Introdução ao Pensamento Científico e Pesquisa presentes no dia a dia das suas comunidades/culturas, traz-se orientações para os processos didáticos pedagógicos para o ensino da Introdução ao Pensamento Científico e Pesquisa, visando a um melhor aproveitamento das potencialidades dos discentes no desenvolvimento de níveis conceituais mais complexos, ainda não alcançados por estes alunos. Os 39 alunos foram divididos em grupos, sendo que estes tiveram uso das TDIC'S para produção e pesquisa do seminário. Houve transposição parcial dos obstáculos analisados, pois os aprendizes estão em alfabetização científica. Com base nas etapas da teoria de David Ausubel, apresentam-se os aspectos verificados no desenvolvimento conceitual dos alunos, o processo direcionado pela sequência didática, discussões propostas por temas geradores. Conclui-se que, no que tange à relação entre os processos didáticos pedagógicos, assim como análise dos processos cognitivos para o ensino-aprendizado dos alunos indígenas, é necessário (re)pensar currículo e formação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Introdução ao Pensamento Científico e pesquisa; Alunos Indígenas; Aprendizagem Significativa.

Abstract

In considering the prior knowledge of students and their experienced situations, we try to, with this article, enhance the construction of mental structures, with a view to plausible methodological strategy for teaching and learning significantly. Thus, it will be discussed, based on contextual theme Introduction to the Scientific Thought and research, the improvement of the conceptual development from common sense and everyday life from

¹ Mestrando em ensino de ciências: Universidade Estadual de Roraima - UERR – Boa Vista - RR, email: Henrique.lopes@ufr.br

² Doutora em Ciências Biológicas, email: patriciacastro@uerr.edu.br mestrando em ensino de ciências: Universidade Estadual de Roraima - UERR – Boa Vista - RR, email: Henrique.lopes@ufr.br

³ Doutor em Educação. Professor do Curso de Licenciatura Intercultural. E-mail: jonildo.viana@ufr.br



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

the perspective of the indigenous student, future manager of Health. In this perspective, the objective is apply a Didactic Sequence for contextual theme that seeks to enhance the construction of mental structures and strengthen the conceptual development of these students, in view of the methodological strategy of meaningful learning guided by the three pedagogical moments: Curriculum, Organization and Knowledge Application, and locate and analyze Introduction of knowledge elements to the Scientific and Research Thought present in the daily lives of their communities / cultures guidelines to bring to the teaching learning processes for teaching Introduction to Scientific Research and Thought, aiming at a better use of the potential of students in the development of more complex conceptual levels not achieved by these students. 39 students were divided into groups, and they have use of TDIC'S for production and research seminar. There was partial transposition of the analyzed obstacles, because the learners are in scientific literacy. Based on the steps of the theory of David Ausubel, presents the aspects checked in the conceptual development of students, the process directed by the didactic sequence, discussions proposed by generating themes. In conclusion, regarding the relationship between the teaching learning processes, as well as analysis of the cognitive processes for the teaching and learning of indigenous students, it is necessary to (re) thinking curriculum and teacher training.

KEYWORDS: Introduction to Scientific Thought and research; Indigenous students; Meaningful Learning.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS

Nas sociedades indígenas, o ensinar e o aprender são ações mescladas, incorporadas à rotina do dia a dia, ao trabalho e ao lazer e não estão restritas a um espaço específico, a exemplo do não índio que tem a hora certa de levar o filho para a escola para que este seja alfabetizado. Para o indígena, ensina-se a pescar no rio evidentemente, ensina-se a plantar no roçado.

Nesta direção, Maher (2006) reforça a ideia de considerar o cotidiano dos indígenas como motivador para aprender de forma científica e significativa. Para a autora deve-se fugir do paradigma imposto para a educação indígena até recentemente, denominado de Paradigma Assimilacionista. Com base nesse paradigma, onde o professor educa o aluno na língua portuguesa, contribuindo assim, para que o aluno perca de vez sua língua materna e, em seguida, todos os demais aspectos de sua cultura MAHER(2006). No tema contextual Introdução ao Pensamento Científico e Pesquisa a ideia de considerar o cotidiano motivou os indígenas a aprender de forma científica e significativa, fugindo do retrocesso rumo ao paradigma Assimilacionista.

Ainda segundo a autora Maher (2006), as diferentes perspectivas quanto a utilização do cotidiano e o respeito com a cultura dos povos indígenas para o ensino e aprendizagem, vem contribuir para Alfabetização Científica, observando-se assim, uma modificação importante no cenário da Educação Escolar Indígena nos últimos vinte anos, sendo este construído com o Paradigma Emancipatório. Para tanto, é importante que os aspectos culturais e interculturais sejam mantidos durante todo o processo de escolarização do estudante indígena. Por isso, quando discuto *alfabetização científica*, insisto na necessidade de considerá-la como “o conjunto de conhecimentos que facilitariam aos homens e mulheres fazer uma leitura do mundo onde vivem” (Chassot, 2000, p. 19). É recomendável enfatizar que essa deve ser uma preocupação muito



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

significativa no ensino fundamental, mesmo que se advogue a necessidade de atenções quase idênticas também para o ensino médio. Sonhadamente, ampliaria a proposta para incluir também, mesmo que isso possa causar arrepio em alguns, o ensino superior (Chassot, 2000). À luz deste contexto, os aportes científicos metodológicos trabalhados por facilitadores capacitados serão significativos para privilegiar o aprendizado do aluno indígena e, assim, manter suas culturas. Diante deste cenário, cabe a seguinte indagação: é preciso levar em consideração a sociedade contemporânea, a chamada “sociedade de contato”? Indubitavelmente, sim, pois esses discentes serão futuros profissionais que trabalharão com embasamento científico, já que o contato com a nossa sociedade certamente trouxe muitas mudanças no modo de viver dos povos indígenas.

Em relação a essa temática, é preciso considerar que as culturas indígenas não são estáticas. Ao contrário, elas são, como qualquer outra cultura, dinâmicas. Assim, transformam-se ao longo do tempo, mesmo sem uma influência estrangeira. Por outro lado, é inegável que as mudanças decorrentes do contato com a nossa sociedade podem, muitas vezes, alcançar escalas preocupantes. Esse é o caso, por exemplo, de povos que perderam a utilização do uso de plantas medicinais na cura de doenças, pois usam remédios industrializados e a perda de suas línguas maternas e, hoje, só falam o português.

É importante ressaltar que, por trás das mudanças, cujo ritmo e natureza são diferentes em cada caso, é fundamental que os povos indígenas mantenham suas identidades e se afirmem enquanto grupos étnicos diferenciados, portadores de tradições próprias, mesmo travando relações com a cultura do não índio. Ademais, deve-se considerar também os processos específicos por quais se produz a aprendizagem significativa, implicando assim, num processo central baseado na interação entre a estrutura cognitiva prévia do aluno e o conteúdo de aprendizagem.

Neste sentido, este trabalho teve como objetivo apresentar uma sequência didática para o tema contextual Introdução ao Pensamento Científico e Pesquisa, que buscasse valorizar a construção das estruturas mentais e potencializar o desenvolvimento conceitual destes alunos, tendo em vista a estratégia metodológica plausível para o ensino e aprendizagem de forma significativa, prazerosa e eficaz, além de ter como objetivo específico localizar e analisar elementos do conhecimento de Introdução ao Pensamento Científico e Pesquisa, tendo como foco diário suas comunidades/culturas e, até mesmo, as experiências trazidas de suas vivências profissionais no contexto indígena, assim como a análise destes elementos a partir da interação com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva.

De acordo com Teixeira (2005), o principal objetivo da introdução ao pensamento científico e pesquisa é desenvolver no aprendiz a habilidade de investigação. Para a consecução desse objetivo, enfatiza-se a construção do conhecimento por meio de métodos e técnicas de pesquisa. Com isso, aprender os tipos de pesquisa, os métodos de investigação quantitativos e qualitativos, dentre outros. Diante disso, a elaboração desse trabalho justifica-se pela necessidade do desenvolvimento conceitual a partir da contextualização do cotidiano do aluno indígena.

VISÃO SOCIAL CURRICULAR E BUSCA DE SENTIDO COM CONTEÚDO CIENTÍFICO PARA O ENSINO DA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO E PESQUISA





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2012), o curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Superior de Formação Indígena – INSIKIRAN/UFRR traz a perspectiva de dialogar os saberes indígenas no processo de saúde e doença, bem como na execução das ações e gerência dos serviços de saúde; levando-se em consideração o tripé da universidade como: o ensino, a pesquisa e a extensão na construção de novos conhecimentos. Cabe ressaltar que o tema contextual Introdução ao Pensamento Científico e Pesquisa faz parte do currículo no auxílio à formação do aluno do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena, pois é vista como importante para o aprendizado direcionado ao aluno indígena. No entanto, Santos (2016) pensa em torno de um novo paradigma socioepistemológico para assim fazer o termo justiça cognitiva. Por essa razão, a organização dos conteúdos precisa fazer sentido ao estudante, o que implica não partir da organização da ciência a priori, mas de uma explicitação dessa organização como um objetivo a ser alcançado. Neste sentido, esta perspectiva de cotidiano corrobora com o que argumenta Ausubel (2003) no âmbito da teoria de aprendizagem significativa. Para Davydov (1987), o processo de ensino, o qual está voltado para a formação de conceitos científicos, deve promover a consciência da forma e da estrutura conceitual, permitindo, dessa forma, o acesso individual e o controle sobre a aquisição de conceitos científicos. Ainda, deve promover a interação e o desenvolvimento de conceitos cotidianos com conceitos científicos.

Ausubel (2003) frisa que a construção humana deve ser feita através da aprendizagem significativa, ou melhor, salienta que a reforma educativa não tem como única missão ordenar o sistema educativo, mas também ofertar conteúdos e metodologias de aprendizagem. Assim, a reforma do ensino acredita que seja necessária uma reforma do currículo e, por conseguinte, dos propósitos e condições para que a educação seja eficaz, para que a mudança da funcionalidade do sistema educativo seja autêntica.

Logo, a intervenção educativa carece de uma alteração de ótica substancial que abranja não só o saber, mas também o saber fazer, não tanto o aprender, como o aprender a aprender. Para isso, é necessário que os rumos da ação educativa incorporem em sua trajetória um conjunto de legalidades processuais. Dentre dessas legalidades processuais, cabe repensar a intervenção curricular de acordo com Santomé (2012, p.159-161):

Uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar o aluno para que seja um cidadão ativo e crítico, um membro solidário e democrático de uma sociedade solidária e democrática. Uma meta desse tipo exige, desse modo, que a seleção dos conteúdos do currículo, os recursos e as experiências cotidianas de ensino e aprendizagem que caracterizam a vida nas salas de aula, as formas de avaliação e os modelos organizativos promovam a construção dos conhecimentos, destrezas, normas e valores necessários para ser um bom cidadão.

Com tal perspectiva, infere-se que o indivíduo é considerado como parte de uma sociedade que no processo sócio-histórico constrói, acumula e distribui coletivamente, ainda que de maneira não equitativa, o conhecimento, objetos materiais decorrentes de sua aplicação, valores, crenças, concepções, preferências estéticas etc. Grupos que aderem a essa perceptiva (visão social e busca por não silenciar nem negar as culturas nos currículos o sentido com conteúdo científico para o Ensino de Introdução ao pensamento científico e pesquisa) propõem que se entre na sala de aula e interfira no processo de aprendizagem de modo a transformar o estudante e a sociedade que o incorpora. No



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

processo de seleção do conhecimento a ser ensinado, encaram a ciência como uma cultura a ser compartilhada, enquanto fornecedora de outras visões de mundo e formas de interpretações da realidade.

Segundo GHEDIN et al, (2015), mesmo os conhecimentos conceituais precisam ser estudados e analisados de maneira que se possam encontrar formas de superar as dificuldades do ensino-aprendizagem. O autor define que são três os tipos de conteúdos conceituais: os dados, os conceitos e os princípios, explicando que uma coisa é ter um dado ou conhecer algo como um fato; outra é dar sentido e significado a esse dado. Assim, para se compreender um dado, torna-se necessário fazer uso de conceitos, “relacioná-los dentro de uma rede de significados que explique por que ocorrem e que consequências eles têm” (p. 170).

Diante dessa problemática, Silva (2001, apud SANTOMÉ, 2001, p.159): diz que relacionar os conceitos dentro de uma rede de significados e as consequências que eles têm implica dizer que os estudantes pratiquem e se exercitem em ações capazes de prepará-los adequadamente para viver e participar em sua comunidade. Uma instituição escolar que trabalha nessa direção precisa colocar em ação projetos curriculares nos quais o alunado se veja obrigado, entre outras coisas, a tomar decisões, solicitar a colaboração de seus companheiros, a debater e criticar sem medo de ser sancionado negativamente por opinar e defender posturas contrárias as do docente de plantão. Cotidianamente, deve ver-se na realização de ações fundamentadas em um conhecimento adequado, suficientemente contrastado, acerca dos aspectos da sociedade da qual faz parte: seu grau de desenvolvimento cultural, político, científico e tecnológico, seus costumes valores etc. As únicas limitações nessa participação ativa e tomada de decisões e nas condutas subsequentes devem ser as impostas pela ética que rege toda situação democrática. Essa perspectiva engajada para o ensino do tema contextual se aproxima da noção ausuberiana de aprendizagem significativa.

Sobre os aspectos da sociedade da qual fazem parte, cabe frisar dentre eles o conceito de tecnologia sob o olhar do filósofo Álvaro Vieira Pinto (2011), sendo esse de suma importância na sociedade indígena contemporânea. Vieira Pinto recusa a expressão “era tecnológica”, como se não existisse sucessões de eras e invenções.

Para ele, o homem não seria humano se não vivesse sempre numa era tecnológica. Logo, a raiz deste debate confronta os diferentes níveis de tecnologias através da apropriação indébita que as nações ricas fazem das riquezas do mundo subdesenvolvido ou periférico. Esse mundo contemporâneo concretiza-se através da diferença de acesso aos avanços tecnológicos. O conceito de “era tecnológica” se tornou, portanto, um conceito ideológico de expressão de dominação por parte dos grupos dominantes em que a cultura do consumo dirigido é justificada por metáforas que consolidam os desníveis dos países desenvolvidos entre subdesenvolvidos.

Assim, o cotidiano real dos estudantes indígenas pode ser um ponto de partida. Seria uma origem de problematização “origem” ou primeira referência para a problematização, para os significados sociais e também para o sentido pessoal que pode ser atribuído ao conhecimento de Introdução ao Conhecimento Científico e Pesquisa. Cita-se um exemplo prático para que possa ser conjugado com os conteúdos práticos o dia a dia e reconheça sua legitimidade com o conhecimento científico: “O tipiti é feito de palha finamente trançada que pode ser amplamente alargado para receber a pasta de mandioca. A função do tipiti em uma aldeia indígena é auxiliar no processamento da mandioca, retirando a água da mandioca ralada. Essa função é extremamente importante porque, juntamente à água, é extraída da mandioca boa parte de seu conteúdo de ácido



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

cianídrico, uma substância venenosa, o que permite que a mandioca seja então consumida. Esse é um exemplo de tecnologia, sendo que tal conhecimento existe há muitos anos, por isso faz-se valer a citação supracitada de Álvaro Vieira Pinto.

Desse modo, percebe-se que o cotidiano precisa ser investigado, observado, inventariado continuamente para que possa ser conjugado com os conteúdos ou, de modo geral, com o conhecimento científico de forma que o estudante o legitime, o reconheça, sob pena de se este processo não se consolidar, não haverá envolvimento suficiente do estudante no processo de aprendizagem.

No entanto, o estudo empírico, no que tange ao uso de conhecimentos científicos por estudantes de uma comunidade em situações reais, ao utilizar abordagem da teoria da aprendizagem significativa, Ausubel apresenta uma aprendizagem que tenha como ambiente uma comunicação eficaz, respeite e conduza o aluno a imaginar-se como parte integrante desse novo conhecimento através de elos, de termos familiares a ele. Através da palavra, o educador pode diminuir a distância entre a teoria e a prática na escola, capacitando-se de uma linguagem que ao mesmo tempo desafie e leve o aluno a refletir e a sonhar, conhecendo a sua realidade e os seus anseios.

A ação educativa pretende, portanto, além de desenvolver capacidades para tomada de decisões, propiciar aos alunos e ao próprio professor uma reconstrução reflexiva e crítica da realidade, tomando como ponto de partida as teorias, conceitos, procedimentos e costumes que existem nessa comunidade e que devem ser de fácil acesso. Nesse trabalho de formação de pessoas críticas, ativas e solidárias e de ajuda na reconstrução da realidade, é imprescindível prestar uma atenção prioritária aos conteúdos culturais, assim como às estratégias de ensino e aprendizagem e à avaliação para levar a cabo tal missão. Evidentemente o cotidiano de diferentes sujeitos requer desenvolver capacidades para tomada de decisões, propiciar aos alunos e ao próprio mediador uma reconstrução reflexiva e crítica da realidade do dia a dia dos alunos.

Em outras palavras, numa sala de aula podemos encontrar estudantes que trazem um espectro de interações e percepções dos seus cotidianos individuais diferentes, embora muitos elementos figurem também no cotidiano de seus colegas. Ao focalizar elementos para o pensamento científico e pesquisa, é possível percebermos um horizonte de possíveis cotidianos que podem complementar-se e enriquecer ambos os espaços, o escolar e o cotidiano, numa possível troca que reúna elementos para potencializar o alcance do conhecimento científico através dos espaços não escolares.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A METODOLOGIA DE ENSINO

Em se tratando de Temas Transversais, são apresentados seis temas no Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI/Indígena): Terra e Biodiversidade; Autossustentação; Direitos, Lutas e Movimentos; Ética Indígena; Pluralidade Cultural e Educação e Saúde. Esses temas buscam uma abordagem em pensar questões socialmente relevantes para os alunos indígenas, pois se pautam no cotidiano dos estudantes indígenas. Consoante o RCNEI/Indígena, os temas transversais formam a base do projeto político pedagógico que sustentará a construção curricular nas escolas indígenas brasileiras. Apresentados de forma simplória, os temas são explicados em sua importância e atualidade, com enfoque “no cotidiano contemporâneo”. Nas palavras do documento, seguem respectivamente recortes de dois temas transversais:

A temática Terra e Conservação da Biodiversidade está profundamente relacionada com a vida, a saúde e a existência dos povos indígenas. “Sem a terra não tenho casa, não posso caçar, não posso pegar peixe para meus filhos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

comerem, nem viver direito” (depoimento de um Tuxaua de Roraima). (RCNEI, 1998, p.93).

A temática Saúde e Educação diz que os povos indígenas tradicionalmente cuidaram da sua saúde, mas hoje precisam enfrentar novos desafios. Como atuar em favor da saúde dentro das suas realidades atuais? (RCNEI, 1998, p.105). Com base nessa indagação, cabe frisar que, segundo o Projeto Político Pedagógico, o Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena visa formar os cidadãos indígena serem gestores, preferencialmente, nas comunidades dos povos indígenas de Roraima, com base nos parâmetros legais do Sistema Único de Saúde (SUS), e também formá-los em cidadãos reflexivos e críticos, contando ainda com uma equipe de docentes altamente capacitados os quais buscam a aproximação do ambiente acadêmico com o ambiente em que seus alunos estão inseridos, valorizando os saberes tradicionais nos seus processos pedagógicos.

O excerto supracitado e extraído do RCNEI/Indígena mostra-nos como é importante constantemente se buscar conhecer o cotidiano real dos estudantes e levá-lo em conta no planejamento das atividades de ensino, em particular, verificar a paridade entre os conteúdos estudados e o desenvolvimento conceitual. Conforme defende Vergnaud, o conhecimento se encontra organizado em campos conceituais - grandes conjuntos, informais e heterogêneos, de situações e problemas cuja análise e tratamento requer diversas classes de conceitos, procedimentos e representações simbólicas que se conectam umas com outras (Vergnaud, 1990, p. 23) -, dos quais o sujeito se apropria ao longo do tempo.

Nesse contexto, cabe frisar que, ao se falar em conhecimentos prévios, seria o mesmo que falar em representações mentais e modelos mentais, sendo esses utilizados na teoria dos campos conceituais de Vergnaud para verificar a paridade do campo conceitual. À luz dessa proposta, a perspectiva pedagógica foi baseada em temas geradores com inspiração nas ideias de Paulo Freire, pois não trataremos a sequência didática como um conjunto de receitas para ação didática e, sim, como um processo que permite conjugar ação-reflexão-ação, na geração de projetos pedagógicos próprios para a escola, valorizando o alunado, privilegiando a realidade intercultural e a Interdisciplinaridade: [...] por estabelecer uma relação dialética entre os conhecimentos do senso comum e os sistematizados; por buscar uma forma interdisciplinar de apropriação do conhecimento (SME/SP, p.15. 1991).

Os Temas Geradores foram idealizados como um objeto de estudo que compreende o fazer e o pensar, o agir e o refletir, a teoria e a prática, pressupondo um estudo da realidade, da qual emerge uma rede de relações entre situações significativas no âmbito da saúde, bem como uma rede de relações que orienta a discussão, interpretação e representação dessa realidade. Portanto, os temas geradores facilitaram a modificação das estruturas mentais para o melhor desenvolvimento mental e, assim, tornou-se possível o alcance com relação à mudança conceitual. Ainda, os Temas Geradores facilitaram uma visão de totalidade e abrangência da realidade; a ruptura do conhecimento no nível do senso comum; a postura crítico-reflexiva por parte do discente e do docente e a participação efetiva de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, sendo o educador um mediador e não um ditador de regras.

A metodologia para a sequência foi desenvolvida nos três momentos pedagógicos - Delizoicov e Angotti (1990, p.52-55): Problematização, Organização e Aplicação do conhecimento. As aulas foram ministradas em sala de aula e também foi utilizado o laboratório de informática, livros didáticos, o dia a dia da vivência profissional de alguns



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

dos alunos, estudos de caso e a realidade vivenciada por cada aluno. Foram 34 horas de aulas para o desenvolvimento das atividades dos 40 alunos matriculados, sendo 39 participantes do tema contextual introdução ao pensamento científico e pesquisa.

A primeira etapa: ocorreu na sala de aula, onde se iniciou a discussão com os estudantes sobre os temas Gerados extraídos do livro: - **Pesquisa Qualitativa na Atenção à Saúde**, Pope Catherine (2009). A partir das discussões, considerada aqui como atividade pré-teste, foi possível identificar e analisar os conhecimentos prévios dos alunos sobre os temas geradores e sua vinculação com o cotidiano de cada aluno. Esta etapa totalizou dez horas. A segunda etapa: foi realizada a compreensão dos temas geradores e a problematização inicial para sistematicamente os estudantes neste momento, sob orientação do professor e a partir dos dados das pesquisas realizadas com base nos temas geradores os quais foram transformados em títulos, a exemplo do capítulo 03: Grupo Focal que se transformou em “Grupo Focal: álcool e suicídio uma velha questão dos povos indígenas Guarani - Kaiowá.” Visto que por meio deste cumpre-se, atividade para retenção, reconciliação e diferenciação, pois determinado grau de progresso em relação aos conceitos aprendidos, pois conseguiram de forma holística formular títulos numa certa abstração, nesse processo observou-se também que reformulação de mudanças ontológicas aconteceram com bastante facilidade, dessa forma, o retroalimentação [feedback]. Analisou-se também, a eficácia da instrução metodológica. Observou-se ainda, a conceituação identificada como fundamental para compreensão científica das situações problematizadoras. Esta etapa totalizou seis horas.

A terceira etapa: Nesta etapa foi feita a divisão dos grupos para a produção de slides com enfoque nos temas geradores (títulos formulados pelos alunos) extraídos do livro supracitado. No primeiro momento os alunos fizeram a construção da produção e no segundo momento apresentação. Desta maneira, utilizaram-se diversos recursos tecnológicos no laboratório de informática da instituição de ensino, assim como em locais fora da mesma. A avaliação teve como foco o nível de abstração e o Desenvolvimento Conceitual dos alunos dentro da aplicabilidade do conhecimento de cada um, o mediador avaliou os discentes qualitativamente. Nos obstáculos analisados, constatamos que os alunos atribuem algumas explicações vagas e superficiais ao se referirem ao uso e utilidade dos temas geradores. Considerou-se que tais explicações que se mantiveram ao longo das apresentações, por um lado, foi pouco frequente a abordagem superficial do uso dos conceitos científicos, restringindo as explicações algumas vezes como verdades absolutas, alguns alunos descuidaram-se dos aspectos inovadores, do ponto de vista científico e tecnológico, podendo, assim, adquirir uma cognição efetiva e com algo sempre a acrescentar no processo coletivo de aprendizado, A análise quantitativa foi feita pelas perguntas embasadas nos obstáculos epistemológicos de Bachelard tais como: 1- Até que ponto deram importância a criticidade sobre os assuntos abordados? 2- Perdeu-se o foco na pesquisa científica e no aprofundamento do assunto o qual se quer investigar respostas superficiais, vagas e que, ao mesmo tempo, dão a entender que se explica tudo? 3 – O mau uso dos recursos tecnológicos, por exemplo, o uso da Internet de forma exacerbada, a exemplo do **Animismo**, o alunado delimita-se a substituir o conhecimento



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

científico pela admiração das ideias pelas imagens com características humanas? Esta etapa totalizou 18 horas.

Ao término das etapas da sequência didática, nos obstáculos analisados, constatamos que os alunos atribuíram explicações um tanto quanto precisas, ao formularem títulos a partir dos temas geradores, logo a análise foi feita para alunos em processo de Alfabetização Científica. Considerando-se assim, o diagnóstico inicial, pois foi visto que ao longo de suas escolaridades, devido, por um lado, à frequente abordagem superficial de conteúdos escolares, restringindo, por exemplo que uma planta medicinal indígena “cura” e “previne”, descuidando dos aspectos inovadores, do ponto de vista científico e tecnológico, podendo, assim, adquirir uma cognição efetiva. Nesta sentido, presume-se que segundo Bachelard que a tarefa não ficou difícil, visto que a alfabetização científica não ficou imobilizada por obstáculos que são perdurados, o que dificulta um conhecimento aberto e dinâmico, a fim de oferecer razão para entender e construir um novo conhecimento. Em outras palavras, dar conta desta transposição didática de forma eficiente exigiu-se do mediador, uma atitude reflexiva sobre o próprio ato de conhecer. Ainda, fez-se questionemos sobre até que ponto temos proporcionado, à nossa própria razão, razões para evoluir.

Como método, utilizou-se a pesquisa quantitativa e qualitativa para analisar os questionários, destacando os aspectos verificados no desenvolvimento conceitual dos alunos, processo direcionado pela sequência didática. Isso porque, a pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana, e a pesquisa qualitativa, a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT, BECKER E HUNGLER, 2004, p. 201).

RESULTADOS OBTIDOS

Durante a aplicação da sequência didática, houve a utilização de vários métodos para levantamento de dados a fim de gerar valores precisos e confiáveis. Utilizou-se o método de dedução por meio da observação do comportamento dos alunos durante a construção e apresentação do trabalho. Contou-se, ainda, com o questionário em forma de *checklist*, dividido em 04(quatro) questões, em que o professor e os alunos puderam expressar o grau de satisfação e insatisfação em relação a vários quesitos aqui abordados.

No que diz respeito à ancoragem entre os conhecimentos senso comum e a busca do enriquecimento cognitivo, o professor observou que nenhum aluno mostrou-se insatisfeito; sendo que os mesmos afirmaram que por meio de temas geradores ficou fácil a formulação de títulos complexos para apresentação de seus trabalhos, pois puderam criar títulos a partir de suas realidades, o que os motivou e facilitou o aprendizado.

No que se refere à eficácia na instrução metodológica proposta pelas etapas da sequencias didática para compreensão científica a partir das situações problematizadoras, 89% dos alunos mostraram-se satisfeitos e 11% muito satisfeitos; os mesmo relataram que a contextualização do conteúdo repassado em sala de aula com o dia a dia extraídos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

a partir de temas geradores facilitou muito o entendimento para fazer relação com o conhecimento científico, pois conseguiram assim organizar e aplicar seus conhecimentos.

Quanto à construção do trabalho em equipe, 70% dos alunos mostraram-se satisfeitos e 5% muito satisfeitos; os demais que mostraram algum nível de insatisfação justificaram que tinham dificuldade em utilizar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's) e que o laboratório de informática da Universidade se difere dos demais locais nos quais os alunos têm acesso a computadores, pois na Universidade trabalha-se com o sistema operacional Linux e os demais locais o sistema operacional Windows.

Em se tratando da aprendizagem de forma significativa, observou-se que a interação entre os conhecimentos do dia a dia foram relevantes, pois de acordo com o planejado pelo professor atingiu-se cem por cento de satisfação do esperado para a transposição didática, sendo que:

Segundo Ausubel, a estrutura cognitiva tende a organizar-se hierarquicamente em termos de nível de abstração, generalidade e inclusividade de seus conteúdos. Consequentemente, a emergência de significados para os materiais de aprendizagem tipicamente reflete uma relação de subordinação à estrutura cognitiva. Conceitos e proposições potencialmente significativos ficam subordinados ou, na linguagem de Ausubel (op. cit. p. 52), são “subsumidos” sob idéias mais abstratas, gerais e inclusivas (os “subsunoçores”). Este tipo de aprendizagem é denominado aprendizagem significativa subordinada.

Na apresentação dos trabalhos avaliativos observou-se que a sequência didática potencializou a aprendizagem, pois a partir dos temas geradores estudados evidenciou-se uma paridade entre os conteúdos os quais foram ensinados e o desenvolvimento conceitual, nesta observação o professor ficou 90 % satisfeito, 10% parcialmente satisfeito, podendo ainda melhorar sua prática docente para atender o público alvo a que observado:

Ao contrário do paradigma da instrução que entende ser possível confirmar a existência de aprendizagens sempre que um aluno é capaz de reproduzir informação, exercícios e gestos, no paradigma da aprendizagem, entende-se, pelo contrário, que o ato de aprender se encontra mais relacionado com o desenvolvimento de competências cognitivas e relacionais do que com a apropriação de conteúdos construídos por outros. Desse modo, aprende-se quando somos estimulados a pensar e a aprender a aprender, porque, nesta abordagem, é o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos e das dinâmicas endógenas que lhe são subjacentes que poderão garantir a ocorrência de aprendizagens (GHEDIN et al, 2015, P. 169).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se que no contexto atual apresentado neste trabalho evidenciou-se a necessidade de termos a compreensão de se (re)pensar currículos para as formas corretas e novas de ensinar, valorizou-se a construção das estruturas mentais, tendo em vista a transposição no grau desejável da sequência didática, assim como o desenvolvimento conceitual a partir de descobertas científicas partindo do dia a dia concorrem decisivamente, pode-se superar o estágio de uma aprendizagem mecanizada. Aceitou-se novas visões e concepções para a ciência, mesmo não sendo tarefa fácil, pois mesmo sendo alunos ingressos no curso superior, tratamos de alfabetização científica, significa





dizer que alteramos conceitos já assimilados como verdadeiros e únicos. Para tornar esse caminho eficaz é necessário formação continuada para os docentes, criatividade metodológico para aplicação de uma boa sequência didática, assim como não podemos desconsiderar, os aspectos culturais de cada comunidade, com exigências e critérios rigorosos na solução dos problemas da ciência, podemos sim, construir cidadão críticos e reflexivos. Após o aluno cursar a disciplina foi visto que a criatividade teve um papel fundamental na formulação dos temas geradores. Este artigo deverá contemplar essas novas orientações, no sentido de superar a tradição livresca e disciplinar na qual se encontra, e, além disso, surge a necessidade de estudos que demonstrem possibilidades da inserção dessa nova visão de Ciência na escola, implicando no amadurecimento e senso crítico do aluno, despertando-o para as influências culturais oriundas do pensamento científico vigente, não considerando a Ciência enquanto verdade absoluta, mas sim parte de um processo dinâmico e evolutivo do conhecimento.

Também ficou evidente, a deficiência em se raciocinar logicamente, o que nos leva a afirmar que é um preciso um (re)pensar formação de professores e currículo, pois os alunos trazem dificuldades de aprendizagem desde as séries iniciais. É importante salientar que se deve fazer um diagnóstico da turma antes da aplicação da sequência didática.

Em suma, a intervenção traz orientações para os processos didáticos pedagógicos para o ensino da Introdução ao Pensamento Científico e Pesquisa, visando a um melhor aproveitamento das potencialidades dos discentes no desenvolvimento de níveis conceituais mais complexos, sendo estes alcançados por estes alunos de acordo com os assuntos propostos pela sequência didática.

REFERÊNCIAS

- ANGOTTI, J. André P.; DELIZOICOV, Demétrio(1990). *Metodologia do ensino de ciências*. São Paulo: Cortez, 1990.
- AUSUBEL, David. P. Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.
- BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília, 1998.
- CHASSOT, Attico, (2000). *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. Ijuí: Editora Unijuí.
- DAVÍDOV, V. V., (1987). Analisis de los principios didácticos de la escuela tradicional y posibles principios de enseñanza en el futuro proximo. In: SHUARE, Marta. La Psicología evolutiva y pedagogía en la URSS. Antología. Moscu: Editorial Progreso, p. 143-154.
- GHEDIN, Evandro. O desenvolvimento conceitual e sua relação com diversos Recursos Didáticos na Aprendizagem. Em pauta: **Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES**. Vitória, ES. a. 12, v. 19, n. 41, p. 165-180, jan./jun. 2015.
- MAHER, Machado. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In GRUPIONI, Benzi (org). Formação de Professores Repensando Trajetórias. Brasília: SECAD/MEC E UNESCO, 2006.
- POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE GESTÃO EM SAÚDE COLETIVA INDÍGENA. Boa Vista – RR, 2012. Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima.

SANTOMÉ, Jurjo. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In SILVA, Tadeu (org). Aliénigenas na sala de aula . Petrópolis: CIP, 1995.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ENSINO/SP. *Tema Gerador*. São Paulo: SME, 1991. (série: Ação pedagógica na escola pela via da interdisciplinaridade)

TAVARES, Manuel. Em torno de um novo paradigma sócio-epistemológico Manuel Tavares conversa com Boaventura de Sousa Santos. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Em_torno_de_um_novo_paradigma.PDF>. Acessado em: 15 ago. 2016.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

Vergnaud, G. et al. (1990). Epistemology and psychology of mathematics education. In Neshier, P. & Kilpatrick, J. (Eds.) Mathematics and cognition: A research synthesis by International Group for the Psychology of Mathematics Education. Cambridge: Cambridge University Press.

VIEIRA PINTO, Álvaro. O Conceito de Tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2v.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O ENSINO FOCADO EM COMPETÊNCIAS E AS CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A OTIMIZAÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO DE DIREITO EM MANAUS - AM

LA ENSEÑANZA CENTRADA EN COMPETENCIAS Y LAS CONCEPCIONES DE LOS MAESTROS ACERCA DEL OTIMIZACIÓN DE LA INTERDISCIPLINARIDADE EN LA ESCUELA DE LEYES EN MANAUS- AM

Francélia de Jesus Uchôa Paiva¹

Nélida Idalina Palacios²

RESUMO

O ensino jurídico tem sido questionado pelas universidades de todo país e pela Ordem dos Advogados do Brasil, sobretudo a partir da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. A flexibilização dos conteúdos dos currículos pretende extinguir as fronteiras rígidas entre as disciplinas dos eixos fundamental e profissional no referido curso. A análise sobre a percepção crítica dos docentes a cerca da concepção, das possibilidades e dos desafios para a otimização da interdisciplinaridade no curso de Direito em Manaus, AM, realizada no período de 2013-2015, considerou que é preciso solidificar uma via em direção à otimização da interdisciplinaridade. Esta já esteja presente no novo currículo integrado dos documentos oficiais, bem como nas práticas inovadoras de alguns docentes no currículo em ação. Decerto, há muito por realizar. No lastro do pensamento complexo de Morin (2008,2013) a trilha para o alcance do ensino dialógico, cooperativo, criativo e problematizador já foi aberta. Resta persistência.

Palavras-chave: Professor do Direito, Currículo, Ensino por competência, Interdisciplinaridade.

RESUMEN

La Enseñanza jurídica ha sido cuestionado por universidades de todo el país y la Orden de Abogados de Brasil, sobre todo porque la institución de las Directrices Curriculares Nacionales para Graduación en Derecho. La flexibilidad de los contenidos del plan de estudios tiene la intención de poner fin a las rígidas fronteras entre las disciplinas de los ejes fundamentales y profesionales en ese curso. El análisis de la percepción crítica de los

¹ Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Tres Fronteras (UNINTER-Assuncion-PY). Advogada e Professora universitária em Manaus.

² Doutora em Educação. Professora Coordenadora de Pós-Graduação da Universidad Tres Fronteras(Assunção-PY).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

maestros sobre el diseño, las posibilidades y retos para la optimización de la interdisciplinariedad en la escuela de leyes en Manaus, AM, que tuvo lugar en el período 2013- 2015, consideró necesario solidificar un camino hacia optimización interdisciplinaridade. Esta ya está presente en el nuevo plan de estudios integrado de documentos oficiales, así como las prácticas innovadoras de algunos maestros en el plan de estudios en la acción. Ciertamente, hay mucho por hacer. En el complejo de lastre pensó Morin (2008,2013) para llegar a la pista dialógica educación, cooperación, creatividad y resolución de problemas ha sido abierto. Queda persistente.

Palabras clave: Profesor de Derecho, Currículo, Enseñanza de la competencia, la interdisciplinariedad.

INTRODUÇÃO

A prática pedagógica requer uma elaboração contínua inserta na perspectiva de desenvolvimento do ser humano e de respeito pelos outros. Ao lado das transformações aceleradas que assinalam nosso mundo, a ciência se depara com a mudança de paradigmas que põe em xeque as certezas lineares, os determinismos, pois não conseguem mais responder aos fenômenos atuais. Diante dessas transformações e de outras, convém abordar sobre os docentes da área jurídica que precisam ser vistos de modo diferente, mediante outras noções, condutas e aptidões. Esse é o novo desafio que se impõe aos formadores de novas gerações de operadores e pensadores do direito.

A motivação para a realização desse artigo tem por pressuposto rechaçar-se a visão positivista do direito, pelo fato de que o direito é um fenômeno sociocultural e, portanto, admite várias abordagens, tanto que as novas diretrizes curriculares determinam que os conteúdos de formação fundamental, por serem transversais, não necessitam ser trabalhados em disciplinas específicas, pois a finalidade das citadas diretrizes é estabelecer as relações do Direito com as outras áreas do saber. Neste processo, a interdisciplinaridade possibilita uma concepção mais dinâmica do direito e suscita ousadia no desenho curricular, visando o desenvolvimento de habilidades e competências capazes de possibilitar tanto ao graduando quanto ao professor do direito dialogar com a realidade diversa e plural.

A tecelagem desse estudo será feita a partir das seguintes abordagens: Primeiro, a concepção de currículo e da trajetória dos marcos legais e regulatórios da concepção de currículo nos cursos de direito; segundo, o ensino por competência e as habilidades e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

competências específicas dos cursos de direito; terceiro, interdisciplinaridade, envolvendo a articulação de diversas metodologias que permeiam o agir pedagógico dos docentes, com ênfase na educação para os direitos humanos e no professor reflexivo.

AS CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO

No contexto escolar percebemos a coexistência entre o currículo formal, o currículo real e currículo oculto. Libâneo et al (2003, p. 363) esclarecem que “O currículo formal, ou oficial” é determinado pelos sistemas de ensino, declarados “em diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo”. O “currículo real” é, com efeito, aquele ocorre na sala de aula, em virtude de “um projeto pedagógico e dos planos de ensino. É tanto o que sai das ideias e da prática dos professores, da percepção e do uso que eles fazem do currículo formal, como o que fica na percepção dos alunos”. O currículo “oculto” diz respeito aos influxos que atingem a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores e são decorrentes da “experiência cultural, dos valores e dos significados” carreados de seu meio social de origem e experienciados no contexto escolar. É denominado oculto, pois “não se manifesta claramente, não é prescrito, não aparece no planejamento, embora constitua importante fator de aprendizagem”.

Ao longo da existência do curso de direito no Brasil, a concepção de currículo passou por três grandes momentos: 1) Currículo único (1827 até 1962), 2) currículo mínimo (1962-2004) e 3) diretrizes curriculares (2004...). Nesta fase foram estabelecidas as competências e as habilidades que devem pautar a formação do graduando em Direito. Entrou em vigor em 29 de setembro de 2004, com a Resolução nº09/2004 do Conselho Nacional de Educação.

Para Rodrigues e Junqueira (2002, p. 52) o currículo tem se revelado historicamente como o grande vilão do Ensino do Direito. Estes autores afirmam que nenhuma delas foi capaz de solver a crise existente no setor, pois, a experiência histórica demonstra que as reformas simplesmente curriculares “são absolutamente insuficientes e incapazes de corrigir os graves problemas que se apresentam no Ensino do Direito, como já demonstrado pela Teoria Educacional e pela história concreta dos cursos de Direito brasileiros”. Para Aguiar (1999) a “mudança para ter alguma validade necessita ser



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

curricular, programática e humana”, ou seja, essa mudança precisa enveredar-se rumo “à interdisciplinaridade, à criticidade e à regionalização.”

O ENSINO FOCADO EM COMPETÊNCIAS

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação concebem o termo competência sempre atrelado à autonomia do trabalhador contemporâneo frente ao mundo do trabalho e das transformações nas relações de produção. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) desde o final dos anos 1990 tem o propósito de transformar a ação pedagógica da escola tradicional, enfatizando a construção de conhecimentos, nas diversas áreas, imbricada na ação para possibilitar a ressignificação dos conteúdos aos aprendizes.

Perrenoud (2000, p.178) elaborou um “referencial de competências” contendo dez diferentes famílias de aptidões, as quais cabem ao professor observar: 1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem; 2. Administrar a progressão das aprendizagens; 3. Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; 4. Envolver os alunos na aprendizagem e no trabalho; 5. Trabalhar em equipe; 6. Participar da administração da escola; 7. Informar e envolver familiares; 8. Utilizar novas tecnologias; 9. Enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão; 10. Administrar sua própria formação contínua.

Na sociedade contemporânea, o termo competência se remete ao “saber fazer” e ao “saber ser”, na resolução de problemas diários. A diferença conceitual entre habilidade e competência para Aguiar (2004, p. 17) reside em que a “Habilidade é um termo relacional e intencional porque está sempre intendida [verbo *intendo*=estender] para, dirigida para e encaminhada para. [...]. Por sua vez, a competência associa-se à “externalidade, à habilidade de apreciar e resolver certo assunto ou fazer determinada coisa, [...]. A competência, embora seja expressão de habilidade, traduz um sentido de adequação ou de conformação a regras ou demandas heterônomas”. Portanto as habilidades são dinâmicas e mutáveis, seguem de acordo com as exigências da externalidade e das transformações da interioridade e desejos humanos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

AS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO CURSO DE DIREITO E O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DO ESTUDANTE (ENADE)

No Brasil, a Lei nº 10.861/ 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e estabeleceu o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que avaliará o desempenho dos estudantes referente aos conteúdos programáticos que constam nas diretrizes curriculares de cada curso de graduação, suas habilidades e suas competências.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior (CNE/CES) n. 9/2004 determinou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, prescrevendo as seguintes habilidades e competências para a formação do bacharel em Direito. Art. 4º.: I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; II - interpretação e aplicação do Direito; III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; VII - julgamento e tomada de decisões; e, VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

Esse rol de habilidades e competências foi alargado pela Portaria nº 206, de 22 de junho de 2012, acrescentando-se as seguintes habilidades e competências: IX - Compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; X - Capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica; XI - compreensão e interrelacionamento dos fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito com sua aplicação prática.

Para a abordagem do ensino jurídico focado em competências faz-se necessário atrelarmos os fundamentos da Aprendizagem Significativa de Ausubel (1970). A Aprendizagem Significativa, advinda da matriz piagetiana (1983) preconiza que o processo de assimilação do conhecimento implica em fazer redes de conexões, combinações, mapas conceituais, por exemplo. A aprendizagem só será significativa se o



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

conteúdo descoberto estabelecer ligações a subsunções relevantes já existentes na estrutura cognitiva.

No entanto, isso não é algo recente. Na pedagogia Freire (1980), na década de 1960, já ressaltava a importância da valorização das diferentes culturas dos alunos nas suas rodas de cultura e com o seu método de alfabetização de jovens e adultos. O que Ausubel (1970) traz de inovador com seu conceito de Aprendizagem Significativa é que ele revela a importância em construir mapas conceituais e que a partir desses outros esquemas cognitivos que são construídos pelos alunos, ocorre a aprendizagem e a memorização de outros conteúdos, em uma cadeia em espiral.

O Ensino por Competências pressupõe transformar o professor do perfil de facilitador para o mediador da aprendizagem. Como mediador da aprendizagem, ele forma um vínculo afetivo com seu discente, de modo que ele consiga ativar sua zona de desenvolvimento proximal. Tal entendimento já nos era fornecido pelo pensamento de Vygotsky (1984).

AS METODOLOGIAS DO ENSINO JURÍDICO

Corroborar-se que, no conjunto, o conteúdo, a forma de transmitir o conhecimento jurídico, a sua compreensão e a sua construção são também cruciais para o sucesso do ensino jurídico, “daí porque a metodologia desse ensino deve estar na pauta das futuras reformas”. (BISSOLI FILHO, 2014, p. 38-39). Este autor reitera que as aulas-conferências” e o método baseado nos compêndios foram e permanecem como recursos metodológicos de referência na prática pedagógica do professor do ensino jurídico brasileiro, mesmo diante de vastos recursos disponibilizados tanto ao professor quanto ao aluno.

Independentemente do modo preestabelecido que orienta a relação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem, não se pode descuidar que a forma como se sucede essa relação “interfere nesse processo e que por isso, deve ser definida pelos principais sujeitos desse mesmo processo, ou seja, pelo professor e pelo aluno.” (BISSOLI FILHO, 2014, p. 42). Reitera-se que, na regência de aulas-conferências a figura do professor de Direito se avulta, todavia é preciso transparecer que além de ministrar os conteúdos fixados pelas instâncias governamentais e institucionais deve possibilitar ao aluno a percepção de que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

o Direito é fenômeno cultural a ser captado de modo interdisciplinar, plural, pois direito é vida, pressupõe a ligação com outros saberes, como a Antropologia, Sociologia, Filosofia, História, Ciência Política, dentre outros campos de saberes que lhe dão validade e legitimidade.

Entende-se que ao invés de se falar propriamente em crise no ensino do Direito, seria mais condizente assumir-se que há uma pluralidade e diversidade de ideias, concepções e metodologias. Pondera-se, contudo que, as dificuldades residem na adequação ao ensino jurídico do acervo do conhecimento reflexivo e aplicado na pedagogia. Com efeito, Ventura (2004, p.20) observa que os meios pedagógicos disponíveis aos professores são limitados, pois “A Pedagogia que se ensina nos cursos da área de educação”, direcionam-se, “em sua quase totalidade” aos níveis de ensino fundamental e médio, o que dificulta a aplicação ao campo do Direito, uma vez que se requer sempre o uso da didática_ um conjunto de regras e técnicas de ensino que promove a educação com base nos princípios filtrados da teoria. Nesse foco, Ventura (2004, p. 54) apresenta-nos algumas estratégias típicas formuladas por especialistas em Didática Geral que podem ser utilizadas para se atingir determinados objetivos educacionais, como por exemplo, o estudo de caso, comentários de sentença, painel integrado, dramatização, excursões, pesquisa de opinião, dentre outras.

INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO DO DIREITO

A interdisciplinaridade, em que pese a formação plural e dialética de transformação, constitui-se em um desafio, ao colocar-se como um meio de superação dos óbices provocados pela fragmentação disciplinar oriunda do racionalismo. Lanzoni (2005, p. 22) define a interdisciplinaridade como “a inter-relação entre as disciplinas, considerando-se seus objetivos e metodologias próprias para a estruturação de um conhecimento compartilhado”. A interdisciplinaridade trabalha com uma “Axiomática comum de grupo de disciplinas conexas, definida em nível e subnível hierárquico imediatamente superior, o que introduz uma noção de finalidade”. (Alvarenga et al, 2011, p. 40).

O Direito é ciência de gênese social, intensamente associada ao conhecimento de diversas naturezas, aptos, na maioria das vezes, a atribuir-lhe eficácia e universalidade. Para exemplificar importância da interdisciplinaridade no campo jurídico, Maroco (2014,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

p. 90) entende que a abordagem de temas de Direito Ambiental deve pressupor os conhecimentos associados à biologia, à física ou à química. Outro exemplo: A elaboração de leis ou decisões de processos judiciais que abarcam questões absolutamente ligadas à anatomia humana, é crucial a inter-relação entre o Direito e a medicina; Igualmente, na criação e na aplicação leis são inarredáveis os pressupostos da sociologia, das diferenciações culturais e das tradições pertinentes a cada indivíduo.

A interdisciplinaridade no ensino jurídico no Brasil em que pese a formação plural e dialética de transformação impõe-se como questão de sobrevivência para aplacar a crise que se abate sobre os cursos jurídicos, pois a crise do ensino jurídico é “ uma crise decorrente do cientificismo ora agonizante, cuja compreensão do Ser (substantivo e verbo) humano, amputa suas dimensões subjetivas_ a da alma e do espírito”. (MENDES; MORAES, 2010, p. 4). Esse pensamento é reforçado diante dos conflitos de massa e a da geração de novos direitos que clamam por um novo tratamento por parte dos juristas que, igualmente precisam de uma “formação interdisciplinar, crítica, politizada e humanística” (Machado, 2009, p. 237). Com efeito, a pluralidade epistemológica do mundo e, por conseguinte o “reconhecimento de conhecimentos rivais dotados de critérios diferentes de validade tornam visíveis e credíveis espectros muito mais amplos de ações e de agentes sociais.” (SANTOS ; MENESES, 2010, p. 18).

Morin (2008, p.29) propõe “o princípio da complexidade”, o qual se fundamenta na necessária distinção e análise de “como o precedente, mas além disso, procura estabelecer a comunicação entre aquilo que é distinguido: o objeto e o ambiente, a coisa observada e o seu observador”, de modo que se possa reconhecer no todo as partes e nas partes o todo. Para tanto, a reforma do conhecimento requer a reforma do pensamento pra que “possa religar os conhecimentos entre si, religar as partes ao todo, o todo às partes e que possa conceber a relação global como local, do local com o global, nossos modos de pensar devem integrar um vaivém constante entre esses níveis”. (MORIN, 2013, p. 184). Para este autor precisamos reaprender a pensar, contudo, “[...] não se pode reformar a instituição sem antes reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem antes reformar as instituições”. (MORIN, 2013 p. 191).

Diante da pasteurização das culturas, das identidades e, por consequência das consequências e do espírito de luta que animam a sociedade contemporânea, especialmente no Brasil e, sem pretender, nem de longe, esgotar o assunto, propugnamos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pela aplicação da interdisciplinaridade no ensino jurídico, pois precisamos pensar com a cabeça do futuro (ligação entre os saberes) e não com a do passado (positivismo jurídico). “O presente solicita a retomada da “trindade ética” constituída por “uma ética da pessoa, por sua própria honra, para ajudar seus próximos, por uma ética cívica, uma ética do gênero humano”. (MORIN, 2013, p. 199). (grifos do autor).

Incontestavelmente, para se alcançar essa trindade necessita-se avivar que um dos fins e objetivos da educação é a o renascer dos valores espirituais sobre os materiais. Nunca é demais repetir que esse renascer pressupõe a restituição da primazia do Ser (substantivo e verbo) em direção ao replanteamento dos valores transcendentais para a acentuação da consciência da pessoa humana. Daí a importância de uma educação que vá ao encontro do reconhecimento dos Direitos humanos como pedra angular da reforma do pensamento e da educação, como veremos a seguir.

EDUCAR PARA OS DIREITOS HUMANOS

A educação em direitos humanos é pressuposto para o exercício da cidadania e vice-versa, considerando-se que em um estado democrático de direito “a democracia é a cidadania progressiva” (PINTO, 1995, p. 83). Poderia presumir-se que basta “Ser para Ter”. Nesse sentido, Lefort (1991, p. 58) resume sua concepção de Direitos Humanos como “o direito a ter direitos”, isto é, da dinâmica dos novos direitos que advém a partir do exercício dos direitos já conquistados.

Chama-se atenção para o fato de muitas pessoas crerem que os Direitos humanos são simplesmente artigos inscritos na Constituição Federal, carecedores de cumprimento, “ou que são, somente, uma das inúmeras disciplinas curriculares do curso de Direito, ou ainda, que consistem numa atividade cívica”. Sem olvidar, as pessoas que assim pensam, necessitam aumentar a sua lupa para compreender que essas garantias vão muito mais além. “São direitos que, por sua essência moral, devem constar subjetivamente em cada ser humano, são intrínsecos e genuínos a cada pessoa que os deve exigir para si, reconhecendo-os e exigindo-os para todos”. (MAROCO, 2014, p. 107).

No Brasil, muitos estudiosos de temas jurídicos associados à defesa da democracia se debruçam animadamente sobre o tema dos direitos humanos. Contudo, no âmbito do ensino superior do direito inexistem uma quantidade suficiente de professores “formados



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

numa perspectiva humanística”, que possa operacionalizar as disciplinas e matérias de uma grade curricular genuinamente progressista. O contingente de professores que atualmente ministra aulas nos cursos de direito no Brasil tem precisamente a “formação liberal normativista e tecnológica”. Por conseguinte, essa mesma formação é repassada às novas gerações de bacharéis, que por sua vez, acessam a universidade tendo em vista um conhecimento igualmente “tecnicista e dogmático, porque é esse o tipo de um saber que o mercado exige dos profissionais do direito”. (MACHADO, 2009, p. 171).

Paganini (2010, p. 7-8) ao analisar a formação pedagógica dos professores de direito, constatou acerca dos programas de pós-graduação em Direito no Brasil que: 1) do total de 62 programas: a) Nenhum apresenta linhas de pesquisa ligadas à educação; b) 6 (10%) apresentam projetos de pesquisa com enfoque no ensino; c) 15 (24%) produziram teses e dissertações sobre o Ensino Superior; d) 41 (66%) declaram ter, dentre seus objetivos, o de formação de professores; e) 34 (55%) oferecem disciplinas pedagógicas (com carga horária variada); 2) Dentre os 34 programas que oferecem disciplinas pedagógicas: a) 9 (26%) reúnem Metodologia de Ensino e Metodologia da Pesquisa na mesma disciplina (o que reduz a carga horária destinada às questões de ensino); b) 25 (74%) oferecem disciplina de Metodologia de Ensino, separadamente (com carga horária predominante de 40 horas); 3) em relação aos professores das disciplinas pedagógicas, 26 dos 34 programas disponibilizaram dados, e desses 26 programas: a) 3 (11%) possuem professores com doutorado em Educação lecionando a disciplina de Metodologia do Ensino Superior; b) 9 (35%) produziram bibliografia relacionada diretamente ao ensino superior jurídico.

No Brasil contemporâneo percebemos certa valorização sobre o perfil dos docentes, por força da tentativa de ruptura com o modelo antigo, sobretudo a partir da lei n. 9.394/96 (LDB), que exige no artigo 52 que: II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Por sua vez, a Lei n. 10.861/2004 que traz os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) promove influxo na alteração do desempenho do professor do ensino superior no Brasil. Sob essas novas luzes Rocha (2014, p. 141) percebe que a exigência da formação em nível de extensão e pós-graduação vem permitindo, ainda que paulatinamente, a presença de professores mais dedicados à vida acadêmica.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Rodrigues (1993, p.79) afirma que a relação ideal entre docente-discente é aquela que se baseia em “Uma relação aberta, franca, honesta, necessariamente democrática e não populista, que permita a todos crescerem, professores e alunos, não apenas em conhecimento, mas como gente[...]”. A demanda por temas envolvendo a prática reflexiva na educação tem aumentado de uns tempos para cá, de modo a contribuir para uma prática pedagógica que liberte os professores de uma visão meramente tecnicista da prática profissional.

Propugna-se, portanto, pelas situações-meio que constituem o currículo, projetando-se problemas e projetos estimulantes, reais ou simulados, que desembocam em ações resolutivas, sinalizadas com as situações próprias da área profissional, tais como: Visitas técnicas aos órgãos judiciais; Caso prático; Júri Simulado Seminário temático; seminário de leitura, seminário de pesquisa; debate e exposição de Banners, contendo os dados mais significativos da pesquisa; comentário de sentença; paródias musicais; sessão de filmes(Cine-fórum), dentre outras. Por meio dessas situações-meio é possível afirmar-se que na prática educacional a questão metodológica reveste-se em um papel fundamental, requerendo a primazia no planejamento do currículo, de modo a forjar as competências suscitadas pelo processo produtivo de uma ou várias áreas profissionais.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O tema em estudo possibilitou a descoberta de nós mesmos no contexto do processo que também se está inserido. Nessa transição, avançamos em nossas práticas de sala de aula. A colaboração e o comprometimento dos professores participantes da pesquisa, realizada entre 2013-2015(PAIVA,2016) contribuíram para o desenvolvimento da educação, de modo geral e, especialmente para o ensino jurídico na cidade de Manaus-AM, considerando-se que eles promovem, a medida do possível: 1) O ensino jurídico com o novo currículo integrado, por meio da interdisciplinaridade e a ênfase no ensino por competências, tem promovido, à medida do possível, estratégias para uma formação orientada para o mercado de trabalho, sem descuidar da formação humanística que o aluno deve ter para ser cidadão do mundo, solidário, responsável e democrático; 2) A otimização de um novo método na educação jurídica que vem servindo como antídoto contra o ensino jurídico positivista e legalista; 3) As metodologias inovadoras e ativas, respeitadas as metodologias tradicionais, desde que ressignificadas;





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A pesquisa demonstrou que ainda é preciso solidificar um via em direção à otimização da interdisciplinaridade, embora ela já esteja presente no novo currículo integrado que já se encontra nos documentos oficiais, bem como nas práticas inovadoras docentes no currículo em ação, no cotidiano escolar. Deseja-se que essa nova visão alcance a todos os envolvidos no processo educacional, ou pelo menos a grande maioria. Recomenda-se a leitura deste artigo aos estudantes e profissionais ligados à educação jurídica, aos estudantes de sociologia, filosofia, psicologia, pedagogia, dentre outros, bem como aos gestores educacionais, aos profissionais da educação em geral e a todos os interessados em participar dessa discussão sobre ensino e interdisciplinaridade na sociedade contemporânea. Espera-se que outros pesquisadores possam preencher as lacunas que restaram nessa investigação, contribuindo para o avanço de outros estudos nessa perspectiva.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. de A. R. . *A crise da Advocacia no Brasil*. (3a. ed.). São Paulo: Alfa-Ômega, 1999.

_____. *Habilidades: ensino jurídico e contemporaneidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004.

AUSUBEL. D. *Theory and problems of child development*. New York, USA: Grune & StrattonInc, 1970

Bissoli Filho, F. *Das reformas dos cursos de Direito às reformas do ensino jurídico no Brasil: a importância dos professores e alunos na discussão das reformas e nos processos de ensino-aprendizagem*. In: Rodrigues, H. W. & Arruda, E. L. (Orgs.) *Educação Jurídica*. (3a. ed.). Florianópolis: FUNJAB,2014.

Brasil. *Lei n. 9.394/96(LDB)*. Brasília/DF: Senado Federal,1996

_____. *Lei n. 10.861/ 2004*.Brasília/DF: Senado Federal, 2004.

_____. *Resolução CNE/CSE n.9 d e 29 de setembro de 2004*. Brasília/DF: MEC,2004

_____. *Portaria n.26 de 22 de junho de 2012*.Brasília/DF: MEC, 2012.

Freire, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra,1980.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Jantsch, E. Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. In: _____. *L'interdisciplinarité*. Paris: OCDE/Unesco, p. 22-67, 1972.

Lanzoni A. E. A interdisciplinaridade no ensino jurídico: construção de um proposta pedagógica. In: Mondardo, D. et al. *O Ensino Jurídico Interdisciplinar: um novo horizonte para o Direito*. Florianópolis: OAB/SC Editora, . (2005).

Lefort. C. *Pensando o político*. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. (Eliana M Souza, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991).

Libâneo, C. J., Oliveira, J. F. de., Toschi, M. S. (2003). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

Machado, A. A. *Ensino Jurídico e Mudança Social*. 2. ed.. São Paulo: Atlas, 2009.

Maroco, A. de A. L. O ensino jurídico: desafios para a formação do profissional do século XXI. In: Rodrigues, H. W. & Arruda Júnior, A. L. (Orgs.). *Educação jurídica*. (3a. ed.). Florianópolis: FUNJAB. (Pensando o Direito no século XXI, v. 2), p. 77-124, 2014.

Mendes A. S. V. ; Morais, G.de O. *Da crise do ensino jurídico à crisálida da ética transdisciplinar: a metamorfose em direito do amor e da solidariedade através da formação jurídica*. Disponível em <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/02_457.pdf>. Acesso em 01. Nov. 2010.

Morin, E. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2008

_____. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2013.

PAIVA, Francélia de Jesus Uchôa. *O ensino focado em competências: a articulação do currículo e as concepções docentes sobre a otimização da interdisciplinaridade no curso de direito em Manaus - AM*. 2016. 136 f. Tese(Doutorado em Educação)- Curso de Pós-Graduação em Ciências da Educação, Universidad Tres Fronteras(UNINTER), Assunção - PY, 2016.

Paganini, J. F. I. O. *A formação dos professores dos cursos de direito no Brasil: a pós-graduação "stricto sensu"*. Tese de Doutorado em Educação. 2010 Orientação Profa. Dra. Branca Jurema Ponce, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. São Paulo. Recuperado de: <<http://www.anpae.org.br>> Em: 19 Mar. 2016, 2010.

Perrenoud. Phillipe. *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. (Patrícia Chittoni Ramos, Trad.). Porto Alegre: Artmed. 2000.

Piaget, J. *A epistemologia genética*. São Paulo: Abril Cultural. 1983

Pinto, F. *Comentários à Constituição Brasileira*. São Paulo: Saraiva. v. 7. 1995



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Ramos, M. N. A educação profissional pela Pedagogia das Competências e a superfície dos documentos oficiais. *Edu. Soc. Campinas*. 23(80): 401-422. Set. 2002

Rocha, A.de L. Algumas ponderações sobre o professor de Direito e o professor reflexivo. In: Rodrigues, H. W. & Arruda Júnior, E. L. (Orgs.). *Educação Jurídica*. (3a. ed.). Corrigida. (Coleção Pensando o Direito no século XXI). v. II. Florianópolis/SC: FUNJAB. p. 141-192, 2004.

Rodrigues, H. W. *Ensino jurídico e direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

_____. *Ensino jurídico para que(m)*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

Rodrigues, H. W. *Pensando o Ensino do Direito no Século XXI: diretrizes curriculares, projeto pedagógico e outras questões pertinentes*. Florianópolis: Fundação Boiteux, (2005).

Rodrigues, H. W. & Junqueira, E. B. *Ensino Jurídico no Brasil. Diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino*. Florianópolis: Fundação Boiteux. 2002

Ventura, D. *Ensinar Direito*. Baurueri/SP: Manole, (2004).

Vygotsky, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1984



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O FAZER CIÊNCIA NUMA AMAZÔNIA MULTIDISCIPLINAR: TECNOLOGIAS COMO BASE DA INOVAÇÃO SOCIAL

Aldenor Moçambique da Silva¹

Artemis de Araújo Soares²

RESUMO

O texto trata dos estudos sobre a Amazônia a partir de um olhar multidisciplinar. Afinal, ao fazer ciência numa região onde há um verdadeiro laboratório a céu aberto, não há mais lugar para um olhar meramente disciplinar tendo em vista estarmos diante de uma complexidade que necessariamente precisa de vários olhares para assim pouco a pouco se ter uma compreensão mais aprofundada da mesma e acelerarmos o processo de descobertas. É neste contexto que entra em cena o serviço das ciências que de forma disciplinada, cada vez mais desponta com novas pesquisas apontando caminhos para uma melhor compreensão do espaço-tempo onde estamos inseridos: a complexa Amazônia e suas propostas de cunho universal.

Palavras-chave:

Multidisciplinaridade, Amazônia, Ciência, Pesquisa.

Abstract

The paper deals with the studies on Amazon from a multidisciplinary look. After doing science in a region there is a true open-air laboratory, there is no room for the view we are taking disciplinary facing a complexity that necessarily need multiple looks for so little by little they gain a deeper understanding of it and accelerate the process of discovery. And in this context that comes in the service of science that form disciplined increasingly dawns with new research paths pointing to a better understanding of space-time in which we operate: the complex Amazon.

Keywords:

Multidisciplinary, Amazon, Science, research



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

Diante de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica, uma série de questionamentos sobre o corpo teórico da pesquisa científica é evidenciada, e quanto mais nos embrenhamos nas teias do conhecimento, mais nos transformamos em reféns das artimanhas legitimadoras da ciência. De fato vivenciamos um período bastante movimentado, em que, mesmo com uma visão descompromissada, é possível perceber significativas alterações nos mais variados campos da vida coletiva. Uma grande parte dos padrões políticos, econômicos, sociais e culturais estabelecidos ao longo da história pela sociedade e vistos pelos sujeitos como verdades absolutas é agora sistematicamente posta em cheque, o que leva a crer que a humanidade renunciou às certezas garantidas pelos séculos de tradição, passando a adotar a insegurança das mudanças constantes, com enfoque diferenciado na construção do conhecimento. Não há ciência sem restrição. Ciência sem liberdade, não é ciência!

Mas afinal o que é ciência multidisciplinar? Em que medida ela rejeita e/ou amplia a ciência tradicional? O papel da tecnologia de informação na multidisciplinaridade é reducionista ou construtivista? Ao colocar dados no computador, o cientista está reduzindo um conceito complexo ou está em busca de um novo paradigma? (KASSAB, 2004).

Para as ciências a área multidisciplinar foi criada em 1999 e passou ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a grande área multidisciplinar. Desde a sua criação esta área vem apresentando a maior taxa de crescimento na CAPES. Isso decorre provavelmente de dois fatores até certo ponto interdependentes, mas de atuação concomitante. (CAPES, 2013)

Em primeiro lugar, a existência da área propiciou e induziu a proposição, na pós-graduação brasileira, de cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares, acompanhando a tendência mundial de aumento de grupos de pesquisa e programas acadêmicos com foco em questões complexas. Em segundo lugar, a área interdisciplinar serviu de abrigo para propostas de novos cursos de universidades mais novas ou distantes dos grandes centros urbanos, com estrutura de pós-graduação em fase de formação e consolidação.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de pós-graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de um número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada em recursos humanos nas várias áreas do território nacional.

Para começarmos esta discussão vamos nos ater à pesquisa divulgada pela Agência Brasil (2013) que coloca o Brasil em 14º lugar como produtor mundial de pesquisas onde os cientistas brasileiros publicaram 46,7 mil artigos científicos em periódicos no ano passado. Segundo o relatório feito pela empresa Thomson Reuters, isso equivale a 2.2% de tudo que foi publicado no mundo em 2012. Nos últimos 20 anos, o país subiu dez posições nesse ranking. A China conquistou o primeiro lugar nesse levantamento, seguida por Estados Unidos, Japão e Europa. (AGENCIA BRASIL, 2013)

A matéria também dá conta de que no Brasil, o ramo científico que mais produziu artigos foi a medicina clínica. No período de 2008 a 2012, foram produzidos quase 35 mil artigos. Em segundo lugar, ficou a ciência de plantas e animais, com 19,5 mil artigos no mesmo período. Ciências Agrárias produziram 13,5 mil artigos entre 2008 e 2012. O maior crescimento foi visto nas ciências sociais e gerais, que saltaram de 1,5 entre 2003 e 2007 para 9,8 mil entre 2008 e 2012. Todos esses resultados são muito promissores, mas ao mesmo tempo muito aquém daquilo que se espera para um país com as peculiaridades iguais as nossas, sobretudo em se tratando da Amazônia que de uma maneira específica, é detentora de um manancial sem limites para o campo da pesquisa.

Vale ressaltar que uma das normas fundamentais da ciência é que o pesquisador tem que divulgar os seus resultados de pesquisa (Merton, 1979). Como consequência, a ciência se encontra, em grande parte, incorporada na sua literatura, entendida em sua concepção mais ampla. Este reconhecimento de que a atividade científica pode ser recuperada e estudada a partir da sua literatura, ou seja, do seu sistema de comunicação formal, contribui, por um lado, para o avanço da história e da sociologia da ciência e, por outro, forneceu a base teórica para a construção de indicadores de produção científica.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Desde meados dos anos 60, quando foram concebidas as premissas conceituais da bibliometria só para ter um exemplo, e desenhadas suas principais técnicas e fontes de informação, ela tem sido usada para os mais variados objetivos. Estes últimos incluem: traçar as tendências de crescimento de áreas de conhecimento; detectar o surgimento de novas disciplinas científicas; estimar a contribuição de países e instituições para a produção científica mundial; identificar os principais periódicos de uma área; além de avaliar o desempenho científico de países, instituições e grupos de pesquisa (Spinak, 1998). Para a consecução de cada objetivo desejado, faz-se necessária a construção de indicadores específicos que sejam capazes de refletir, de maneira reconhecidamente válida, a relação entre o conceito em análise e a medida empregada (Nederhof, 1988).

Podemos citar para ilustrar a pesquisa multidisciplinar, o pesquisador Gilberto Câmara, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que ao longo dos últimos anos, tem refletido sobre estas indagações. Câmara se debruça hoje sobre uma proposta de estatuto teórico para a ciência multidisciplinar. Parte desse ideário, baseado nas experiências do autor em projetos de pesquisa em temas multidisciplinar como a causa do desmatamento na Amazônia e o mapeamento da exclusão social nas grandes cidades brasileiras, onde o mesmo afirma que a exclusão social representada no computador não é uma redução positivista do conceito qualitativo.

Reflete ainda sobre a questão de que no conceito do cientista social é qualitativo e aquele representado no computador é quantitativo, matemático, bem definido, e complementa o anterior e ainda afirma que costumamos dizer que a ciência opera de duas formas básicas: “por descoberta e por invenção”. Newton descobriu a lei da gravitação universal e Edison descobriu a luz elétrica. Diz existir ainda uma terceira forma de realizar ciência: a construção de representações do mundo. Não se trata de descobrir uma nova espécie, nem de inventar um novo engenho, mas de construir artefatos formais de expressão do pensamento. A partir destas novas abstrações, conseguiremos entender o mundo um pouco melhor.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Ele ainda enfatiza que a realidade nunca é representada fidedignamente no computador. Pensar assim seria criar na falácia da reificação. As representações computacionais não tem compromisso com a fidelidade, mas servem para ampliar em muito nossa compreensão. Na medida em que construímos representações computacionais de conceitos como vulnerabilidade, exclusão, pobreza, segregação, que estão na categorização de partes do corpo social, eles passam a ser objetivamente criticáveis. Podemos, a partir daí, olhar e criticar nossa definição de exclusão, através de testes estatísticos, visualização e comparação com dados de campo. Isto dá a um pesquisador que trabalha com conceitos sociais e com políticas públicas uma ferramenta poderosa para entender a realidade.

Finalizando, o pesquisador ainda comenta que seria pretensioso falar em uma nova ciência. Trata-se de transpor o fosso epistemológico que se criou entre as ciências naturais e humanas. O fosso existe porque os problemas sociais são mais complexos e têm muito mais dimensões para ser apreendidas do que os problemas das ciências naturais. O comportamento de agentes sociais é difícil de modelar e de medir. Daí vem a tentação de afirmar que as relações sociais e as nossas ações não são capturáveis por abstrações matemáticas. Resignar-se a esta concepção seria admitir que o fosso epistemológico fosse intransponível, mas isto é equivalente a rejeitar a nossa capacidade de avançar o conhecimento.

Entender a Amazônia

As polêmicas em torno da relação entre fragilidade do “ecossistema amazônico” e as “alternativas de desenvolvimento” têm sido marcadas, a partir de 1988, como a intervenção sistemática dos movimentos sociais, por uma ruptura radical com esquemas de pensamentos utilizados comumente nos documentos oficiais de planejamento e no âmbito da política ambiental. Tal ruptura aponta para uma noção de “ecossistema amazônico” que não se reduz mais ao quadro natural, às paisagens e às descrições e classificações de espécies, produzindo listas e copiosos inventários de ocorrências de plantas, frutos e congêneres (Almeida, 2010).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Rompendo concomitantemente com a prevalência do “biologismo” e do “geografismo” na explicação deste quadro natural, ela traz no seu bojo o significado de “ecossistema amazônico” como produtos de relações sociais e de antagonismo, ou seja, pensado como um campo de lutas em torno do controle do patrimônio genético, do uso de tecnologias e das formas de reconhecimento e de apropriação dos recursos naturais. As representações da natureza, cristalizados no âmbito do aparato burocrático, são abaladas neste embate com repercussões sobre outras noções operacionais e conceitos que preconizam uma suposta “exploração racional” dos recursos.

De igual modo tem sofrido modificações o tratamento mediático dos conflitos socioambientais resultantes de estratégias de comunicação colocadas em prática, nos jornais e revistas de circulação periódica, por interesse e, por “especialistas” em meio ambiente coadunam com a lógica dos “grandes projetos” e com uma pretensa racionalidade na exploração dos recursos naturais. A repetida invocação, segundo o autor de “modernidade” e “progresso”, que parecia justificar que os agentes sociais atingidos pelos “grandes projetos” fossem menosprezados ou tratados etnocentricamente como “primitivos” sob o rótulo de “atraso”, tem sido abalada face à gravidade dos conflitos prolongados e à eficácia dos movimentos sociais e das entidades ambientalistas em impor novos critérios de consciência ambiental.

Almeida (2010), ainda descreve que neste contexto as “alternativas de desenvolvimento” podem ser entendidas como abrangendo um conjunto de medidas adotadas para colocar em execução reconhecimento do “saber nativo”. Compreende experiências concretas de cooperação que tanto envolvem manejo quanto processamento e transformação de matérias primas. Tais experiências sempre consideradas “artesanais, pré-industriais ou limitadas”, não obstante sua eficácia, até então tiveram condições históricas de ganhar corpo, dado que na Amazônia foi sempre uma região “dominada”, pensada de fora e objeto permanente de projetos de inspiração colonialista.

Aliás, a função geral da oposição entre “natureza” e “civilização”, coextensiva à nossa maneira usual de pensar, expressa tão somente a consciência tem de si mesmas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Ela assume tudo aquilo que a sociedade ocidental dos últimos três séculos se julga superior a sociedades consideradas “mais primitivas”, “atrasadas”, “selvagens” ou ágrafas, tudo aquilo que as sociedades industriais e urbanas se julgam superiores às “populações nativas” consideradas características das florestas úmidas e tropicais, na visão do autor.

Esta deve ser a premissa a ser considerada antes de qualquer estudo que discorra sobre a Amazônia e suas múltiplas facetas que, envolvida em seus mistérios e sabedoria, esconde quem sabe, a grande solução para vários problemas de ordem mundial.

Está atualmente em curso um grande experimento científico sobre a Amazônia, chamado LBA. É um experimento multidisciplinar que envolve cientistas de alto nível de várias instituições nacionais e estrangeiras. Já temos alguns resultados importantes, a começar da reafirmação do óbvio: a floresta é mais frágil do que o senso comum indica. As condições sobre as quais existe a floresta amazônica são frágeis, no sentido de a capacidade de ela resistir a uma perturbação é menor do que imaginamos.

Os cientistas não têm uma medida exata, por exemplo, da medida do impacto que o desmatamento exercerá sobre o que restou da floresta em razão das alterações climáticas. Não sabemos ainda qual o ponto de inflexão em que isso ocorre. A gente tem apenas ideia, sabe que a partir desse ponto de inflexão os efeitos são cumulativos, não só sobre a área desmatada como também sobre a área intacta.

Na Amazônia de hoje, está se verificando um conflito nítido de interesses sobre o controle do território. A comunidade de cientistas e ambientalistas tem preocupações pertinentes sobre o impacto climático, biodiversidade, ecossistema; outra parte da sociedade, por sua vez, está procurando se apropriar daquele espaço da forma mais rápida possível. O Mato Grosso, por exemplo, foi um dos estados onde a renda per capita mais cresceu nas últimas décadas. No norte deste Estado, cidades surgiram do nada e hoje têm qualidade de vida razoável e com boa infraestrutura. Não são mais fronteiras de faroeste. Por quê? Por conta de uma economia baseada na exportação. Seja



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

na soja ou na pecuária. Uma economia que está gerando dinheiro para as pessoas, de forma desigual e injusta, como de resto é o próprio desenvolvimento brasileiro.

O outro lado da geração de dinheiro é que as taxas de desmatamentos continuam altas. No início da década de 90, a área desmatada era da ordem de 13 mil km²/ano. Tivemos um pico de 1994, na época do lançamento do Plano Real, de 29 mil km²; depois caiu um pouco, para subir novamente nos dois últimos anos, ficando em torno de 23 mil km²/ano, o que corresponde a área de uma Brasília e meia mais ou menos. Para permitir um melhor acompanhamento do desmatamento, o INPE a partir de deste ano passou a fazer um monitoramento mais detalhado, quinzenal pra ser mais preciso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da complexidade dos ecossistemas, bem como dos crescentes conflitos de interesses no decurso da ocupação e exploração econômica da Amazônia, a primeira tarefa fundamental dos cientistas constitui fazer um esforço máximo para analisar as condições naturais subjacentes e a sua estrutura funcional, assim como as alterações introduzidas ultimamente pelo elemento humano e suas respectivas causas e consequências.

Isso implica a necessidade de forte intensificação das pesquisas científicas nas diversas disciplinas, mas muito especialmente uma abordagem do trabalho científico, em bases multi e interdisciplinares, a sua fundamentação metodológica, bem como o seu alargamento e ancoragem no âmbito institucional. Para essas metas já se lançaram inícios positivos. Compete à comunidade científica exercer a pressão necessária à criação de condições de quadro e infraestrutura qualificada para as atividades da pesquisa.

Entendemos sob estas exigências não só a alocação de maiores verbas financeiras para projetos de pesquisa que deveriam ser colocados à disposição sem





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

condições preestabelecidas, por fontes nacionais e internacionais, mas também o reforço institucional das instalações de pesquisa. Referimo-nos a universidade e institutos de pesquisa especializada, no que diz respeito ao equipamento técnico e aos recursos humanos. Para fomento da infraestrutura científica regional e para a aquisição de intensivos conhecimentos regionais, bem como para efeitos de integração dos cientistas e técnicos nativos da região, este reforço deveria concentrar-se, sobretudo em locais estratégicos da própria Amazônia.

Neste contexto, tem igual importância a criação de quadro funcional adequadamente remunerado como também a de novos cursos superiores de estrutura interdisciplinar, que incluam longos exercícios práticos *in loco*.

A intensificação das pesquisas não pode significar, porém, que a impaciência dos tecnocratas e a falta de compreensão para as necessidades da ciência – condicionadas pelas pressões da situação política – possam já estar à espera de rápidos resultados ou receitas patenteadas para o desenvolvimento da Amazônia. Não se discute que, em face de processos que se vem desenrolando atualmente na Amazônia, a enorme pressão do tempo pese sobre todos os elementos intervenientes.

Porém, isso não deve levar à interpretação politicamente desejada de reconhecimentos superficiais devido à pressão de prioridades estabelecidas pela política regional. Ao contrário, os projetos de pesquisa de longa duração, com equipes multidisciplinares e boas condições de trabalho *in loco*, com financiamento contínuo assegurado, são necessários para fazer análises abrangentes da interação de causas e efeitos. Só assim se poderão avaliar corretamente os *porquês* de projetos malogrados.

Para alcançar este efeito será imprescindível o acesso a todos os dados, resultados e experiências dos planos em curso, em prol da elaboração de novos projetos e da continuação do debate científico. Isso não só para aprender com os erros, mas também para dispor de bases adequadas para a análise da compatibilidade com o meio ambiente com vistas aos processos de autorização, a um monitoramento a longo prazo ou à avaliação e ao cálculo da rentabilidade econômica, que inclua os custos ecológicos e sociais.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para tanto, seria necessário instalar um banco de dados integrado com os institutos de pesquisa internacionais e um centro de documentação e informação, que, tratando-se do campo científico, até se poderia conceber em nível supranacional. Entretanto, será de importância fundamental que os estudos prévios dos projetos se iniciem muito cedo e que se providenciem os respectivos pré-requisitos, ao contrário do que vem acontecendo até o presente momento. Numerosas pesquisas requerem duração multianual e estratégias preventivas em todos os campos. O processo em uso, infelizmente, é de começar as pesquisas somente com o início do projeto e, a seguir, limitar apressadamente os danos já causados.

Entretanto, não é somente tarefa para cientistas compreender que a natureza e o homem são partes integrantes de um sistema interdependente e discutir os resultados de pesquisas nos seus próprios círculos. Pesquisas científicas têm uma finalidade social no sentido mais alto. Assim sendo, a obrigação dos cientistas também é a de garantir o acesso aos resultados de pesquisa em todos os níveis do grande público, contribuindo, assim, para o entendimento da complexidade regional considerando que o quadro dos peritos devem fazer parte as disciplinas mais sensibilizadas para as necessidades regionais e os diversos elementos do quadro técnico deverão dispor de experiência interdisciplinar (KOHLHEPP, 1989).

REFERENCIAS

Agência Brasil. Brasil está em 14º lugar no ranking mundial de pesquisas científicas. São Paulo, 2013.

Almeida, Wagner Berno...[et al]. (orgs). Conhecimento tradicional e biodiversidade – 2ª ed. Manaus: PPGSCA-UFAM/NSCA-CEST-UEA Edições, 2010.

Centro de aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES. (2013). Documento de área interdisciplinar.

KASSAB, Álvaro. Dos paradigmas da ciência ao conhecimento em construção. Jornal da UNICAMP, 2004.

KOHLHEPP, Gerd. Desafios à Ciência e às Políticas de Desenvolvimento Regional: Reflexões e Recomendações sobre o Futuro Desenvolvimento da Amazônia. Estudos avançados. 1989.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O IMPACTO ECONÔMICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DO RIO PRETO DA EVA

THE ECONOMIC IMPACT OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM IN THE
 MUNICIPALITY OF THE RIO PRETO DA EVA

Luciano Balbino dos Santos¹
 santosluciano1926@hotmail.com
 Fabiana Lucena de Oliveira²
 flucenaoliveira@gmail.com
 Milena Auzier Vilena³
 milenaauzier@gmail.com

RESUMO

Pretende-se nesse artigo abordar sobre a principal política social que o Brasil tem até hoje investido para retirar a população da pobreza e extrema pobreza. A principal crítica feita por esse artigo é a questão do direcionamento de recursos, temos variáveis que afetam o crescimento que é produção e renda, elas juntas provocam crescimento e desenvolvimento econômico, porém os resultados são positivos ao longo prazo. Por outro lado temos outra forma mais eficaz de conseguir desenvolver a sociedade no curto prazo que é a transferência de renda direta, conhecida no Brasil como Programa Bolsa Família. Assim como esse artigo comprova, a cada ano que passa muitas famílias vão aderindo ao programa em busca de ganhar uma renda que possa complementar os seus gastos, e as condições que o programa põe é a frequência escolar das crianças e cartão de vacina em dias. A pesquisa foi feita com dados do município do Rio Preto da Eva, os resultados mostrou problemas na educação, e o grande crescimento dos recursos repassados a essas famílias em comparação ao PIB per capita, que é a produção dividido pelo número de habitantes. Como essas famílias vão se torna mais independente financeiramente, se em municípios como o Rio Preto da Eva que carece de infraestrutura, logística, planejamento e outros, que afetam diretamente as classes mais baixas da sociedade. Então a questão a ser analisada é o porquê o governo prefere investir em rápidas soluções ao invés de criar políticas mais sustentáveis e proporcionar mais dependência financeira aos beneficiários.
Palavra-chave: Programa Bolsa Família, Rio Preto da Eva, desenvolvimento econômico.

1. INTRODUÇÃO

Recentemente tem muito se falado do Programa Bolsa Família, criado no governo de Lula com a intenção de diminuir a pobreza e extrema pobreza do país, o Brasil assim como outros países considerados “emergentes” tinham uma população bastante

¹ Professor Mestre na Universidade do Estado do Amazonas. UEA.

² Professora Doutora na Universidade do Estado do Amazonas. UEA.

³ Graduanda no curso de Ciências Econômicas na Universidade do Estado do Amazonas. Bolsista PAIC/FAPEAM



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

significativa de pessoas vivendo a baixo da linha de pobreza. Assim que o mundo entrou no século XX praticamente todos os países começaram a elaborar políticas de combate da fome e políticas voltadas para a inclusão social.

O relatório nacional de desenvolvimento do milênio do Brasil, apresenta os objetivos do milênio (MDO) discutido por diversos países em 2000, para se comprometerem com a redução da fome no mundo. O relatório aponta os objetivos e metas que foram alcançadas com os programas sociais implementados.

“O compromisso global pelo desenvolvimento, forjado na Declaração do Milênio de 2000, lançou o olhar da comunidade internacional sobre metas e indicadores concretos que possibilitaram a construção de uma visão compartilhada sobre os principais desafios do desenvolvimento e os impactos que diferentes modelos exercem sobre o progresso de mulheres e homens em todo o globo.” (Grupo tecnico de acompanhamento dos ODM., 2014)

De acordo com o relatório de insegurança alimentar no mundo de 2014 da FAO. Os resultados apontam uma grande reduzida a fome e a desnutrição e subalimentação nos últimos anos. Usa-se um indicador de prevalência de subalimentação medida empregada pela FAO há mais de cinquenta anos para dimensionar e acompanhar a questão da fome em nível internacional. ODM 1, por exemplo, é determinada pela proporção de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia. Esse indicador não demonstra a realidade vivida pela população, mas ajuda a monitorar os países que fazem parte do objetivo do milênio até 2015 com base no ano de 1990.

O primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio é acabar com a extrema pobreza e a fome o OMD 1. No Brasil desde 1990 o objetivo era diminuir pela metade o número de pessoas que viviam nessas condições. Para níveis de R\$:70,00/mês a taxa de pobreza em 1990 era de 13,4% em 2012 é de 3,6% e para o indicador ODM 1 que é US\$ 1,25 e a taxa de pobreza em 1990 era 25,5% e caiu para 3,5%.

O programa social de transferência de renda juntamente com o Brasil sem miséria criado em 2011 pelo governo da Presidente Dilma possibilitou ainda mais o alcançasse dessas metas.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Mas, antes de reconhecermos as metas alcançadas no século XXI o Brasil já desenvolveu em sua longa trajetória diversos programas de combate à pobreza inicialmente devemos considerar as causas que permitiram gerar esse problema, baseado na fome na falta de renda e inclusão social, podemos pensar que em algum momento da história o Brasil pode se encontrar em um nível de bem-estar elevado como os países do terceiro mundo, ou até melhor, se conseguirmos acabar com as raízes dos problemas sócias.

O Brasil colonial era uma área de exploração e produção, durante todo esse período conhecido também de período de escravidão, onde tinha-se uma grande necessidade de povoar as terras e explorar as riquezas que aqui haviam se encontrado. Existia uma grande demanda por mão-de-obra para a produção e comercialização de alimentos, porém em contrapartida não havia remuneração aos escravos o que prejudicava a circulação de renda como em economias mais avançadas onde a circulação de renda mantém a economia equilibrada. Conclui-se que a produção interna era mais voltada para o abastecimento de propriedades que às demandas colocadas no mercado.

Nos anos 30, após a crise, ocorreu muitas greves por causa da carestia de alimentos antes quando as nações estavam em guerra o governo exportava alimentos e isso causou uma grande falta de alimentos internos, então o governo começou a fazer intervenções diretas nos abastecimentos dos alimentos. No governo de Vargas ele determinou que as autarquias de (açúcar, álcool, mate, sal, café, trigo e etc.) deveriam manter um equilíbrio interno e externo e pelos preços remunerados aos produtores.

Criou-se em 1939 a comissão de abastecimento tinha como missão regular a produção e o comércio de alimentos, ela tinha total autonomia para comprar e vender produtos para a população. A comissão deixou um legado como restaurantes populares vinculados aos órgãos de trabalho e previdenciário.

Nas décadas seguintes o governo deu mais atenção a questão da fome e da carestia na questão da produção, consumo e redistribuição. O que na verdade eles queriam se ver livre do atraso econômico e se tornar um país mais moderno.

A questão da fome voltou à tona já nos anos 90, com as grandes demissões com a abertura econômica, que levou a maior competitividade e isso gerou uma demanda maior por políticas assistencialistas juntamente com isso a ONU determinou metas para serem alcançadas no milênio.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

1.1. Problema da pesquisa.

A pesquisa tem como principal objetivo estudar o programa social Bolsa Família, e os efeitos de suas condicionalidades no município do Rio Preto da Eva. Assim como tentar encontrar soluções viáveis para diminuir o nível de pobreza da região sem utilizarmos programas assistencialistas, mas, visando uma perspectiva de crescimento de longo prazo.

1.2. OBJETIVOS.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o impacto desse programa no município a partir de quatro variáveis centrais, primeiro o PIB per capita, segundo FPM (Fundo de participação do município.), o terceiro é o IDEB (índice da educação Básica) e por último o PBF (Programa Bolsa família.) Sendo que essas variáveis serão discutidas e estudadas em outras sessões do trabalho.

Os objetivos específicos são:

- Compreender os objetivos do programa
- Pesquisar o montante pago em cada ano do PBF.

1.3. JUSTIFICATIVA.

Para vários críticos do Programa Bolsa Família, ao adotar essa estratégia, os governos deixam de investir em atividades duradouras, desprezam as potencialidades locais que podem gerar emprego e renda e optam por uma estratégia assistencialista que, por ser transitória, não conseguirá retirar de forma efetiva, o homem de sua condição de pobreza. Frente a esse contexto, a pesquisa em tela objetiva verificar quais os impactos do Programa Bolsa Família no interior do Amazonas, tomando como campo de análise o município de Rio Preto de Eva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiro, para fazermos uma abordagem sobre políticas sociais, cabe aqui ressaltar a diferença entre Estado e Governo, dois importantes temas que estão diariamente envolvidos na sociedade. O Estado é formado por instituições como órgãos legislativo, tribunais, exército e outros, que tem como objetivo possibilitar a ação do governo, e o governo é representado como um conjunto de programas e projetos que acontece em resposta às demandas da sociedade, são eles os políticos (representantes sociais) e a organização da sociedade civil, são essas que determinam a função do estado



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

por um período de tempo. Políticas públicas acontecem quando o estado se propõe a resolver os problemas da sociedade, como ações voltadas para setores específicos.

Partindo do pensamento Liberal sobre políticas públicas;

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HÖFLING. 2001. Pg. 2)

Como foi apresentado a noção de Estado e Governo, compreenderemos melhor o que é política públicas. Não existe uma definição para esse tema, mas existe vários autores que trabalham com visões sobre o tema de diferentes formas, o autor Mead (1995) afirmam que políticas públicas são um conjunto de ações que trabalham para o bem-estar social. Então políticas públicas são ações do governo que visam resolver problemas da sociedade, e gerar retornos positivos, principalmente na questão da educação, saúde e segurança, os efeitos dessas políticas serão determinados de acordo com a formas que o governo usa para administra-las, e isso cabe aos representantes tomarem os devidos cuidados, dessa forma, criar políticas que sejam agradáveis não só a uma pequena parte da população, mas criar políticas que desenvolva economicamente e socialmente uma determinada comunidade, e isso implica em sérios investimentos. As políticas públicas não servem apenas para cobrir um erro, mas sim de solucionar problemas de uma só vez,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

fazer ações que possam a longo prazo diminuir a possibilidade de haver os mesmos problemas.

Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, isto é, o embate em torno de ideias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperações que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais. (HÖFLING. 2001.)

Alguns países, em especial países da América Latina, vivem em conflitos de interesses, porque eles não conseguem resolver os problemas de como criar políticas públicas e desenvolver a economia e promover a inclusão social de grande parte da sua população. Recentemente tem-se criado propostas sobre as dívidas dos governos, e principalmente o Brasil, adotou algumas leis que direcionam os gastos públicos, promovendo dessa forma um melhor controle das despesas e receitas, conhecido como ajuste fiscal, visto que políticas fiscais populistas que acontecem por meio de políticas públicas, sempre comprometem o orçamento fiscal e desestabilizam a economia.

3. METODOLOGIA

A partir da definição do problema de pesquisa, foi necessário buscar informações acerca do programa Bolsa Família no Rio Preto da Eva. Desse modo buscou-se informações no site do Portal da transparência, para o acesso ao número de beneficiários do programa, para se ter os valores do PIB do município acessamos a secretária de planejamento do Estado (SEPANCTI), o IDEB no próprio site. E usamos livros e artigos para compreender melhor o tema sobre Bolsa Família.

Os dados utilizados neste trabalho foram trabalhados a partir de tabelas e gráficos, elaborados pelos autores, a partir de informações obtidas por meio de pesquisas em sites acadêmicos e base de dados.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

4. HISTÓRICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa-Escola Federal foi criado em fevereiro de 2001, implementado pelo ministério da educação, a quantia mensal era de até R\$ 45,00 por família com criança matriculada na escola. A preocupação naquele momento nos anos 90 era diminuir o impacto das crises nos menos favorecidos e ampliar as oportunidades principalmente para a nova geração, tinha –se a preocupação em fazer políticas sociais mais focalizadas e com rápidos retornos. Garantia de empregos não era possível, por que crises econômicas levam a possíveis desequilíbrios, desempregos e baixos salários retornando ao estado inicial.

Inicialmente o Brasil tinha programas que fornecia alimentos como cestas básicas as populações carentes, o fim desse modelo se deu com a justificativa do governo federal de que essas políticas não combatiam a pobreza no país. O caráter de uma política pública deve ser estratégico e também deve ser ter um retorno econômico ou social. Partindo do modelo de distribuição de alimentos, as famílias não desenvolvem o comércio local, porque o governo fornecendo esses alimentos não há consumo direto para a produção. Para as novas formas de políticas como transferência de renda o maior desafio é saber se essas famílias têm usado a renda para a compra de alimentos e assim diminuir a questão da fome e a pobreza, porém o agravante maior é que não há emancipação das famílias.

Em 2003 criou-se o programa Bolsa Família um autêntico programa que visa transferir renda para famílias mais necessitadas, proposta criada pelo governo federal pelo presidente Lula no seu primeiro mandato, com a unificação de outros programas sociais já existente como (Bolsa-escola, auxílios gás, e outros.) Criada pela lei de número 10,836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo decreto n. 5,209, de 17 de setembro de 2004. Esse programa social está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) o programa também tem suas condicionalidades para a família participar.

Os objetivos são beneficiar famílias em situação de pobreza que possuem renda mensal por pessoa de até R\$ 140,00 e que estejam primeiramente cadastrados no CadÚnico. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) a preocupação do programa está condicionado em três propostas centrais.

- Promover o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda a família.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

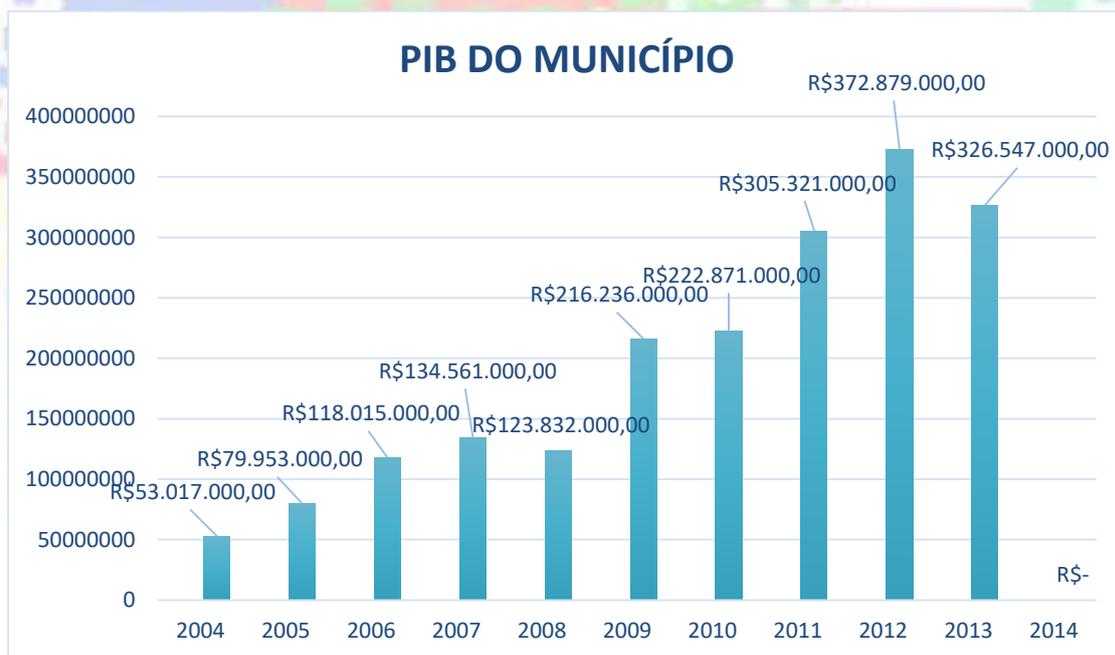
- Reforçar o exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades.
- Coordenar programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do programa consigam superar a situação de vulnerabilidade.

3. ESTUDO DE CASO

Município do Rio Preto da Eva:

Sob o código municipal Nº. 03569, é situado no vale do Rio Preto da Eva, à altura do km 80 da rodovia estadual Am-010 (Manaus – Itacoatiara). Sua área territorial é de 5.591 Km², representando 0,36% da área do Estado. Sua população em 2010 era de 25.711 e a População estimada pelo IBGE para 2015 é 30.530, a incidência da Pobreza é de 72% e o Índice de Gini de 0,44.

Gráfico 1



FONTE: SEPANCTI

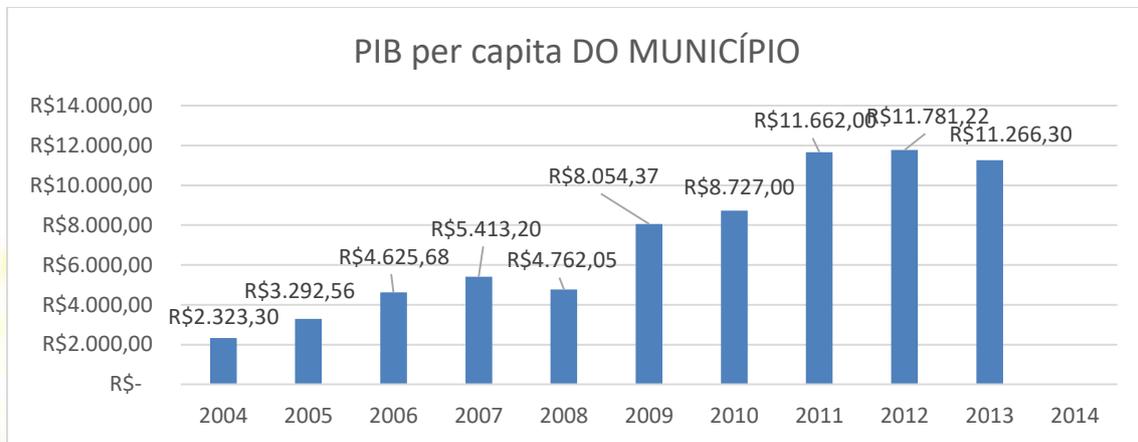
O PIB municipal, apresentou um crescimento ao longo do período estudado, de 2004 a 2014, em termos técnicos, o crescimento do PIB municipal é relevante para o estado do Amazonas, visto que existe poucos municípios com PIB em valores altos, no geral, o Estado do Amazonas em 2013 de acordo com o dados da SEPANCTI o valor do PIB do Estado era R\$ 83.293.127 Bilhões de reais, porém apenas 76,87% do PIB do estado é da sua capital (Manaus) e os 23,13% é distribuído pelos 61 municípios. O que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

torna isso um problema para o desenvolvimento do estado, visto que é notável a falta de produção nos outros municípios.

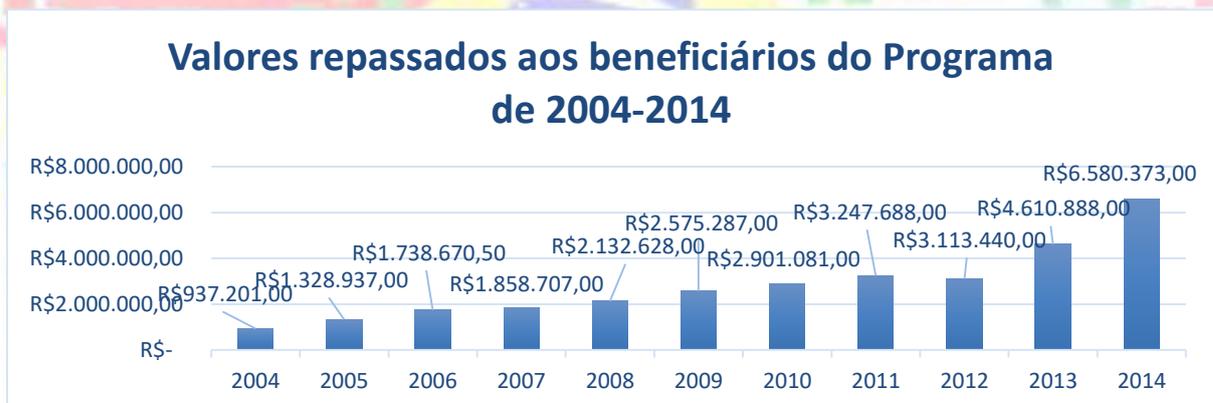
Gráfico 2



FONTE: SEPLANCTI

O Rio Preto da Eva está na 16ª posição, em relação ao outros municípios. E também apresentando um crescimento no período estudado.

Gráfico 3



FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

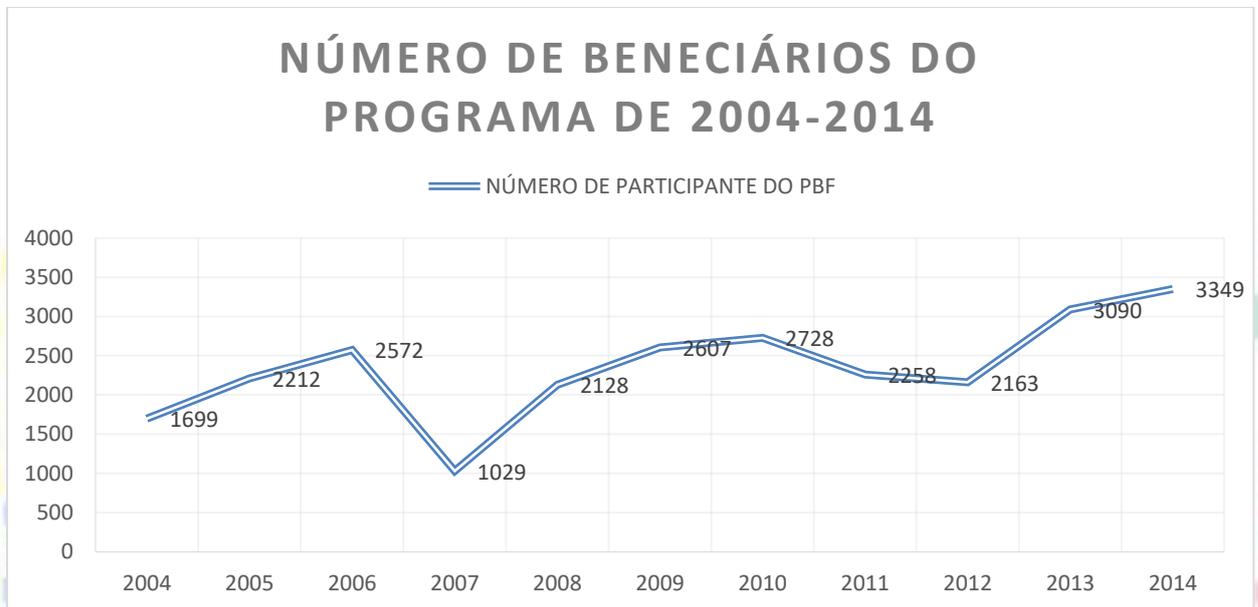
O valores repassados apresentados no Gráfico acima, são o total de pagamentos aos beneficiários do programa, o crescimento acentuado nos leva a fazer uma crítica, se o papel do programa é fazer com que as famílias possam a cada ano sair do programa, porque é um programa que tende a reduzir a pobreza, a pergunta que se faz é; Por quê a cada ano o valor repassado aumenta, devido ao aumento das famílias que são beneficiadas? Existe muitas respostas que podemos encontrar, uma delas pode ser explicada pelo aumento do número de pessoas na miséria, ou o programa conseguiu abranger um número maior de beneficiados. O gráfico a seguir tem o número exato de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

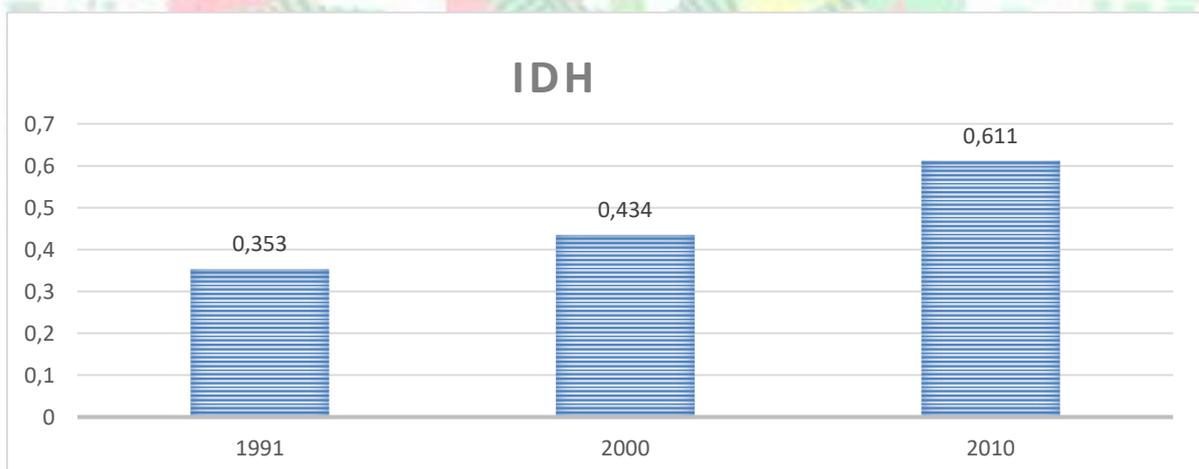
famílias a cada ano. No ano de 2004 tínhamos 1699 famílias cadastradas, e no ano de 2014 temos 3.349 famílias.

Gráfico 4



FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Gráfico 5



FONTE: IBGE

O IDH (índice de desenvolvimento humano.) do município apresenta um bom crescimento, no brasil em 2010 o IDH era 0,699. Esse índice apresenta a transformação na vida das pessoas, onde é levado em consideração Saúde, Educação e Renda. A base fundamental para o desenvolvimento humano.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

IDEB NÍVEL MUNICIPAL

(4ª série e 5ª série.)

IDEB	METAS PROJETADAS	RESULTADOS OBTIDOS
2005	3.0	3.0
2007	3.1	3.4
2009	3.1	3.8
2011	3.7	4.0
2013	3.4	4.3

TABELA 1

(8ª série e 9ª série)

IDEB	METAS PROJETADAS	RESULTADOS OBTIDOS
2005	-	
2007	-	
2009	3.5	3.7
2011	3.2	4.0
2013	3.2	4.5

TABELA 2

Fonte: IDEB

Analisaremos o nível da Educação desse município, no nível municipal, temos resultados esperados de acordo com as metas projetadas em todos os anos, como pode ser visto na tabela a cima.

IDEB NÍVEL ESTADUAL

(4ª e 5ª série.)

IDEB	METAS PROJETADAS	RESULTADOS OBTIDOS
2005	2.6	-
2007	2.9	2.7
2009	3.4	3.0
2011	3.8	3.4
2013	3.7	3.7

(8ª e 9ª série.)

IDEB	METAS PROJETADAS	RESULTADOS OBTIDOS
2005	2.6	-
2007	2.9	2.7
2009	3.4	3.0
2011	3.8	3.4
2013	3.9	3.7

Quando analisarmos o Nível estadual, em todos os anos somente em 2013 o resultado foi igual a meta planejada. E nos anos restante temos metas não alcançadas de acordo com o IDEB. Que leva em consideração frequência escolar e qualidade de ensino.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são importantes para a questão do repensar sobre políticas sociais para o Brasil. Sabemos que para se ter desenvolvimento, precisamos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

augmentar a produção e augmentar o número de empregos, conseqüentemente a população empregada terá renda e um provável alívio imediato da pobreza. A pesquisa dos dados do município, nos mostrou resultados expressivos, primeiro o PIB per capita teve um crescimento no de 2004 a 2013 de 484,93%. Porém fazendo uma comparação dos recursos recebido do governo federal para os beneficiários teve um crescimento no período de 2004 a 2014 de 702.18%. Podemos perceber que os investimento em infraestrutura e outros, estão tendo um crescimento menor. Sendo que no município todos os setores de atividade econômica como o setor primário, o setor secundário e o terciários apresentam potencialidades, mas sofrem com falta de recursos e planejamento.

O fato de trazer esses resultados para uma discursão sobre um tema tão sensível, que é claro não só o Brasil, mas o mundo precisa que é cerca da distribuição de renda, onde todos os países do mundo em especial os da América Latina se comprometeram em gerar políticas públicas para retirar as populações da pobreza. O problema é que muitos governos usam como propaganda, e provavelmente a essencial fundamental tenha se perdido ao longo do anos, porque a preocupação maior agora é em como acabar com o programa, sem deixar com que essas famílias fiquem com medo de não ter mas os seus recursos mensais. Como torna-las mais independente financeiramente.

Outro problema visto, foi a questão do IDEB, a principal condicionalidade do programa é ter a criança na escola, frequentando as aulas, e O IDEB no nível estadual apresentou resultados negativos, onde o programa esteja errando.

REFERÊNCIA

HÖFLING. Heloisa de Mattos. *ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS*. CADERNOS CEDES, ANO XXI, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de geografia e estatística - <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> Disponível em: 20 de set. 2016.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica < <http://ideb.inep.gov.br/>> Disponível em: 22 de set. 2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de desenvolvimento do milênio. Relatório Nacional de acompanhamento. Brasil. Maio.2014.

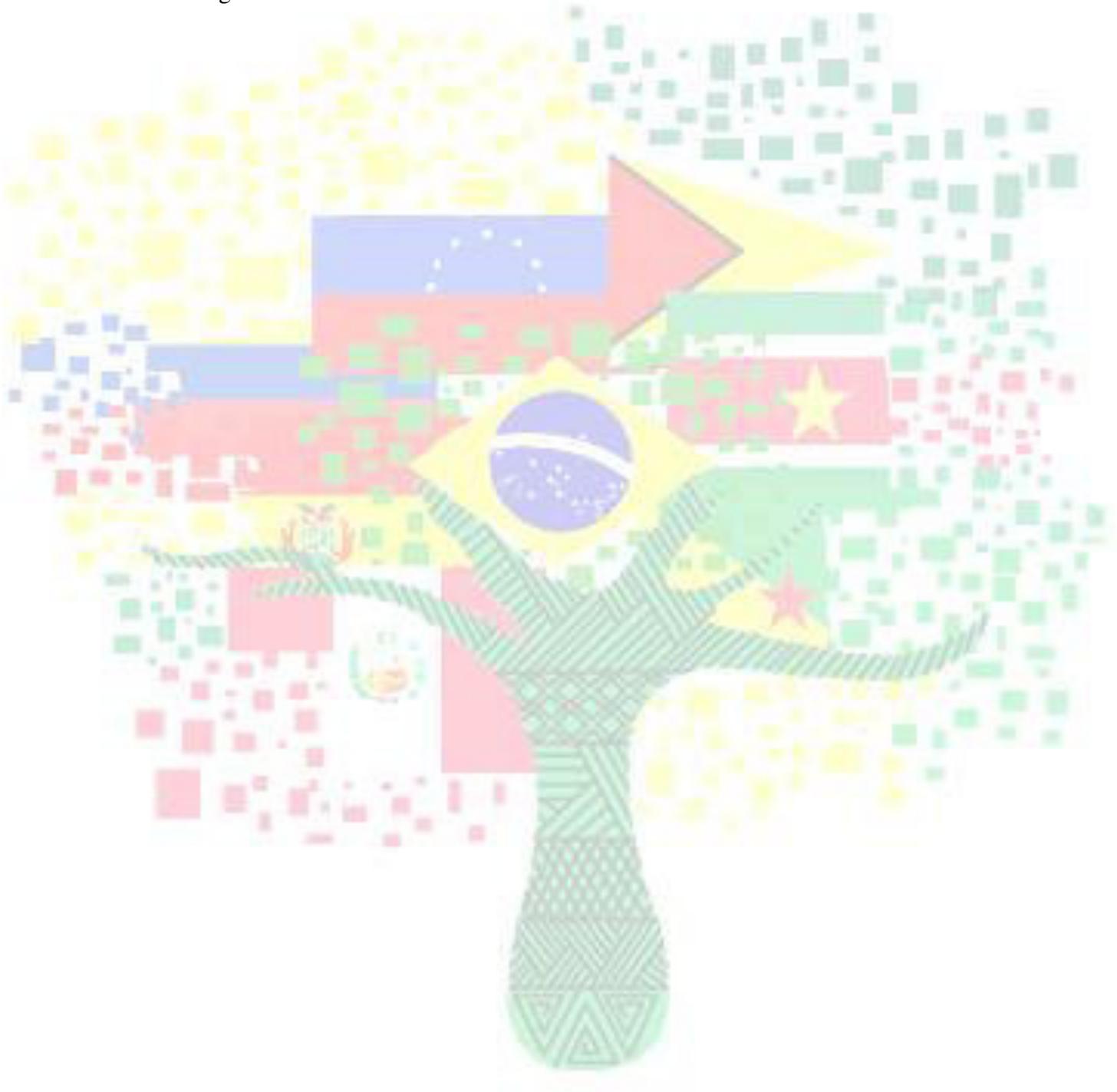




II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

SEPLANCTI - Secretária do Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Informação <<http://www.seplancti.am.gov.br/>> Disponível em: 18 de ago. 2016.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA- <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>> Disponível em: 20 de ago.2016.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PELO PARFOR NO MUNICÍPIO DE TEFÉ (AM)

Cecília Creuza Melo Lisboa ¹

Marilene Côrrea da Silva Freitas ²

INTRODUÇÃO

A complexidade das relações na escola e suas singularidades, aliada aos desafios da educação contemporânea são questões pertinentes que nos levam à investigação de como o professor projeta sua carreira a partir de suas construções pessoais e sociais. Neste contexto o processo de formação de professores suas dificuldades, desafios e perspectivas constituem um tema inquietante, convertendo-se em base empírica para a pesquisa de mestrado.

Desse modo, este artigo objetiva discutir algumas idéias sobre o processo de formação docente pelo Parfor no município de Tefé, interior do Amazonas, o qual abarca dimensões epistêmicas, psicológicas e sociais da formação. Procuramos identificar entre os dados até agora coletados alguns elementos constitutivos deste programa de formação de professores, bem como, explicitar o perfil dos sujeitos da pesquisa. O estudo de uma situação social como essa pode revelar a influência na constituição do sujeito, e de como a qualificação esta imbuída de aspectos do mundo social, econômico e político.

Pesquisas como a de Santos (2002) e Moreira (2015) evidenciam a crescente demanda de situações no qual o professor tem que participar, desde a gestão pedagógica na escola até o enfrentamento da violência e dos problemas emocionais que surgem em torno da instituição escolar. De um lado existem aqueles que se preocupam com a eficiência da formação como garantia do investimento econômico, e do outro, aqueles que compartilham da idéia da importância formativa articulada com a transformação social.

Podemos perceber a complexidade dos problemas da educação brasileira que emanam diferentes representações da figura do professor, na análise de Santos (2002, p.157) em geral várias características são agregadas do tipo, intelectual crítico, profissional reflexivo, ou até mesmo agente social. O que denota a produção de uma



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

adjetivação baseada na perspectiva de um sujeito possuidor de amplo conhecimento pedagógico e político, atuando de forma comprometida no sentido de formar cidadãos.

É neste contexto educacional que refletimos sobre a formação de professores no interior do estado do Amazonas em particular num processo educativo eivado por novas configurações, que gera exigências de um profissional qualificado e competente. Conforme afirma Pimenta (1996, p.73), os pesquisadores de hoje têm um grande desafio, ao propor novas metas para a escola e “gestar uma nova identidade do profissional docente” capaz de lidar de forma crítica e afinada com os ideais democráticos de formação dos alunos para o exercício da cidadania e inserção digna no mundo do trabalho.

Diante disso, questões da formação e a construção da identidade sofrem influências de processos culturais e sociais através de sistemas de significação. A figura isolada do professor no contexto escolar não existe mais, o que se vê é um trabalhador que possui atribuições intelectuais e operacionais. A intenção aqui não é fazer uma crítica relacionada à política educacional do governo, embora a análise política se atrele às questões socioeconômicas e educacionais que envolvem nossos atores da pesquisa, mas ao conhecer o processo formativo dos docentes-alunos no Parfor consideraremos os aspectos subjetivos, sociais e culturais e a representação que este sujeito possui sobre a sua formação antes e durante seu contato com a Universidade pública.

Enfim, para esta investigação partimos da análise dos “*Questionários Sócio-Econômicos*” devidamente preenchidos pelos professores-alunos que realizam o curso de licenciatura na Universidade do Estado do Amazonas, em Tefé, que nos foram disponibilizados pela Coordenação do Parfor- UEA. Com interesse de articular esses dados com outros atinentes à pesquisa de mestrado, selecionamos 17 questionários, sendo um percentual de 21,25% do total de alunos, este recurso possibilita um maior aprofundamento e compreensão da realidade dos sujeitos, bem como, visa destacar algumas dimensões da própria formação profissional.

2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PARFOR E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TEFÉ

Conforme o Relatório de Gestão da CAPES (2013, p. 27), o PARFOR foi lançado em 28 de maio de 2009 como uma ação emergencial destinada à formação de professores





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

em serviço. Em regime de colaboração firmaram-se acordos de cooperação técnica com 26 estados e o Distrito Federal, orientando que os cursos fossem destinados aqueles que: a) não tenham formação superior ou que, mesmo tendo essa formação, queiram realizar curso na área/disciplina ou etapa em que atuam em sala de aula; b) atuem em área distinta da sua formação inicial; c) sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura.

Com a intenção de fomentar a educação superior e oferecer aos professores uma formação que era exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) foi implantado como resultado da ação conjunta do Ministério da Educação, Instituições públicas de educação superior (Ipes) e secretarias de educação dos estados e municípios. Aderiram ao Programa naquela época 142 IES de diferentes esferas administrativas que no âmbito do Plano de Metas *Compromisso Todos pela Educação* (PDE) buscavam promover a melhoria da qualidade da educação básica, por meio da oferta e expansão de vagas em curso de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério. (MEC/PARFOR, 2016).

Sendo assim, esta temática tornou-se importante pelo fato de que a construção de uma política pública para a formação de professores é historicamente objeto de debates e lutas dos educadores. O primeiro Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica tinha a intenção de formar nos primeiros cinco anos 330 mil professores para atuar na educação básica e, desde então, apresenta evolução em seu processo de institucionalização e crescimento.

Indicativos da Diretoria da Educação Básica (DEB) aponta que em 2009, o número de matriculados era de 4.273 professores, distribuídos em 140 turmas. A região Norte liderava o ranking do número de matrículas efetuadas com o percentual de 48,86%, seguida da Nordeste com 38,18%. Vale ressaltar que os dados por região mostram grande disparidade entre as regiões Norte e Nordeste, onde há menos docentes com formação adequada, e as outras regiões do Brasil. Contudo é preciso reconhecer que a partir de 2013 o número de diplomados cresceu, de acordo com o Observatório do PNE (2015), quase 10 pontos percentuais (68,9%, em 2010, a 76,2%, em 2014).

Pode-se afirmar que este Plano tem reduzido o percentual da taxa de professores sem curso superior, de maio de 2009, quando foi criado, a dezembro de 2012, o Parfor colocou em salas de aula 54,8 mil professores em turmas especiais, segundo balanço



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

publicado pela Capes. No período, foram implantadas 1.920 turmas em 397 municípios. Professores das regiões Norte e Nordeste foram os que mais procuraram formação. Até 2012, o Parfor atendeu 28.073 educadores da região Norte e 20.781 do Nordeste. Na sequência, aparecem as regiões Sul (3.422 professores), Sudeste (1.847) e Centro-Oeste (753). (BRASIL/MEC, 2014).

Conforme afirma o MEC (2016) a oferta de cursos, turmas e vagas obedece a uma dinâmica com três fases, onde primeiramente as redes públicas informam a quantidade de vagas, em seguida as instituições de ensino superior definem a oferta do curso e por fim os educadores realizam a sua inscrição no curso desejado. Esse processo é realizado via sistema eletrônico na Plataforma Freire, sendo o custeio do curso responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em Tefé o Parfor entrou em vigor em 2010, e tem oferecido turmas em cursos de licenciatura e em programas de segunda licenciatura na modalidade presencial, as instituições que oferecem os cursos são a Universidade do Estado do Amazonas e a Universidade Federal do Amazonas.

O município está localizado na região fisiográfica do Solimões-Tefé com uma área territorial de 23.692.223 Km² e uma população estimada em 62.444 habitantes (IBGE, 2015). Localiza-se na margem direita, no sentido foz/nascente, do Lago de Tefé. O nome Tefé é originário, segundo estudiosos, do Tapi ou Tapé, derivação de uma extinta tribo de índios Tupébas ou Tapibas e que desta grafia – Tapi ou Tapé surgiu o nome Tefé. Sua história, porém, começa por volta de 1686 e 1688, com a chegada à região, a serviço da Coroa espanhola, o padre jesuíta Samuel Fritz. (RODRIGUES, 2011).

A história tefeense está ligada à missão religiosa do Padre Samuel Fritz que condicionou a fundação das primeiras aldeias no Solimões. Sabe-se, contudo, conforme anota Pinto (2006), que a localização das antigas aldeias ainda é motivo de divergência. Neste caso, o autor aponta as pesquisas locais dos “historiadores tefeenses” que consideram a cidade de Tefé uma das últimas missões fundadas pelo jesuíta Boêmio, compreendida entre a Boca do Rio Napo e a Boca do Rio Negro.

Em suma, Tefé se configurou inicialmente como um “município primaz” de onde foram originados 14 municípios no Solimões. Hoje é sede de instituições federais, estaduais e municipais e atende a população regional através de um aeroporto, entreposto fluvial, hospitais, bancos e clínicas particulares. O Instituto Mamirauá que gerencia a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá atrai ecoturistas do mundo inteiro, e oferece com o apoio das universidades, pesquisas importantes a nível nacional e internacional. O Exército Brasileiro, também contribui na estruturação de um mercado consumidor assalariado na cidade. Assim, o processo histórico tefeense permitiu uma infraestrutura de instituições, serviços, interação social e enriquecimento cultural em relação às outras cidades.

Quanto à formação profissional, de acordo com Pessoa (2005) a educação em Tefé iniciou-se com a vinda dos primeiros missionários jesuítas e carmelitas que organizaram em 1897, a Missão da Congregação do Espírito Santo, coordenados pelas irmãs do Imaculado Coração de Maria, juntamente com as irmãs vieram padres, operários e professores que construíram na comunidade da missão, o Asilo Orphanológico de Educandos Artífices e Lavradores da Boca de Tefé, que foi fundado no dia 02 de fevereiro de 1898, tendo como objetivo catequizar e instruir os índios e caboclos dessa região, nesse período foi utilizado o ensino profissionalizante. Somente em 1964 chegou ao município, o Movimento de Educação de Base, que trouxe para a educação tefeense grande avanço. Neste ano instalou-se em Tefé o Campus Avançado de Juiz de Fora e formaram professores nas áreas de ciências exatas, letras, estudos sociais e que se habilitava em licenciatura curta e plena, atualmente o termo utilizado é somente licenciatura.

O acesso à educação superior no interior do Estado durante a maior parte da história foi tênue, como afirmam os pesquisadores da região, Silveira, Coelho e Holanda (2012), o professor no interior da Amazônia enfrenta grandes desafios e possibilidades marcados por vivências e trajetórias de superação. Neste sentido, a construção e consolidação de uma Universidade no município de Tefé foram cercadas de dificuldades nos níveis estruturais e pedagógicos.

Atualmente, o município possui 60 escolas na área rural e urbana, um Campus Avançado da UFAM, um Centro de Estudos Superiores (UEA), além de Instituições Tecnológicas (SENAC e CETAM).

2.1 UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Para dimensionar o olhar, detenhamo-nos nossa reflexão sobre os dados do “Estudo exploratório sobre o professor brasileiro” realizado pelo INEP (2009) com base





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

no Censo Escolar da Educação Básica de 2007, este oferece uma visão panorâmica do perfil do professor brasileiro no que se refere à escolaridade dos professores da educação básica. Revelam um total de 1.288.688 docentes com nível superior completo, que corresponderia a 68,4% do total.

Daqueles com graduação, 1.160.811 (90%) possuem licenciatura – formação adequada para atuar na educação básica, segundo a legislação educacional vigente. Dentre aqueles que possuem escolaridade de nível médio, 82,1% cursaram o ensino médio na modalidade Normal ou Magistério, formação mínima admitida por lei para o exercício da docência na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Os professores que ainda necessitariam completar a formação mínima para exercer a docência na educação básica são aqueles que concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio, mas não têm a habilitação para o exercício do magistério. Os denominados “professores leigos” que formavam um contingente de 119.323 docentes (6,3%), distribuídos em todo o País, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais, atendendo a alunos de todas as redes de ensino. Os dados evidenciam aspectos positivos como o elevado número de professores com graduação e licenciatura em todas as etapas da educação básica. Entretanto, a persistência da presença de professores leigos atuando nas escolas brasileiras, em proporções que variam entre 10% e quase 30%, indicavam a necessidade de um olhar diferenciado para o tema específico da formação desses professores. (INEP, 2009, p.26)

O que se pode depreender que após 2006, prazo dado às redes públicas e privadas para cumprir a obrigatoriedade do diploma de nível superior para os docentes (LDB/1996), a questão da formação de professores passou a ser um tema discutido em encontros, seminários e pesquisas científicas, contudo por mais que os indicadores revelassem a necessidade do cenário brasileiro só houve modificações a partir de 2010.

Verifica-se através destes dados que uma oferta de Educação Superior interiorizada em municípios da Amazônia possibilitou a oportunidade àqueles que dificilmente teriam condições para uma manutenção e custeio de estudos na capital. Na pesquisa de Oliveira (2015) realizada no município de São Paulo de Olivença (AM) essa iniciativa soluciona a grave demanda que os municípios do Amazonas sofrem e a precariedade de uma qualificação de qualidade. O autor busca compreender os processos de implementação e gerenciamento do Parfor no Município através de uma análise



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

quantitativa e qualitativa dos indicadores, o que se destaca é que por ter um caráter emergencial o Plano possui algumas limitações estruturais e organizacionais.

O que também é apontado em outro artigo, a autora Neiva (2014) afirma que a incidência da evasão de alunos é uma dificuldade não superada que pode envolver valores, condições sociais e costumes. Por esse motivo é preciso pensar a docência e os agentes implementadores de tais políticas, como os fatores sociais, políticos e econômicos.

Da análise entre essas duas pesquisas, uma realizada no Amazonas e outra no Piauí o foco de interesse muda, enquanto investigação sobre a organização e impacto do Plano e o olhar sobre a identidade e a construção de saberes dos professores. O que se pode inferir é que as problematizações em torno das políticas de formação são antigas e complexas, trazem opiniões divergentes onde alguns defendem que a ampliação atingiu o objetivo esperado contra a erradicação do analfabetismo e incentivo a educação superior, e outros afirmam que existem peculiaridades geográficas e sociais que talvez não sejam superadas.

Neste viés, embasados na notas de pesquisas do mestrado os sujeitos já vivenciam a atuação educativa na sua maioria há mais de 10 anos, bem diferente de outros cursos de formação de professores, onde em geral os alunos só terão contato com a escola como campo de atuação somente no estágio. No caso do Parfor a prática pedagógica já existe e após anos de experiência adentra a universidade para uma formação acadêmica, isto pode permitir o diálogo entre a teoria e a prática, através da vivência e rotina da escola o sujeito pode perceber com maior nitidez o seu processo educativo. No entanto, na análise realizada as aulas desenvolvidas em sala de aula podem se tornar monótonas e sem ligação com a realidade, é o que demonstra a nossa investigação junto aos professores em Tefé, no qual 18,75% consideram que a didática poderia ser diferente, tornando as aulas mais dinâmicas.

Estudiosos como Souza (2014, p.642) que analisa a iniciativa do Estado brasileiro a partir das políticas públicas instituídas no Parfor, utilizando a discussão sobre o projeto pedagógico dos cursos durante o I Encontro do Parfor promovido pela CAPES entre os dias 21 e 22 de setembro de 2011, aponta algumas percepções como: o perfil diferenciado do aluno (professor em serviço); as questões operacionais como repetência, registro acadêmico e o tempo de formação do aluno do Parfor, que exige carga horária específica,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

uma vez que ele não é dispensado de suas atividades em sala de aula nas redes públicas de educação. De acordo com o autor, os relatos e os projetos pedagógicos terminam por reproduzir uma realidade já existente, sem adaptação à proposta do Parfor de formação em serviço dos professores. A execução e programa parecem trazer uma visão utópica de professor comprometido de forma intrínseca, acrítica, incondicional com o seu processo de formação, como também com o tão esperado desdobramento na qualidade da educação, sem oferecer-lhe as condições e incentivos substanciais para que tal alquimia possa se realizar na prática. (SOUZA, 2014).

Nesta acepção a falta de comprometimento das secretarias de educação é um fator importante nesta investigação, pois como demonstra a pesquisa a maior parte dos professores que realiza o curso pelo Parfor são vinculados à secretaria municipal de educação, sendo 18,75% com regime de trabalho celetista, tendo como renda dois (2) salários mínimos. O que podemos observar a “manobra” de alguns municípios quanto ao pagamento dos direitos trabalhistas e a falta de compromisso com políticas de qualificação, em virtude de no período do recesso escolar (momento que se realiza o curso) alguns ficam sem receber salário e, assim, não têm como “custear” as despesas para se manter na universidade.

Outro desdobramento é a finalidade do trabalho como professor associado a uma questão de sobrevivência, ao sustento próprio e da família, uma realidade que acometem muitas das regiões no Amazonas, onde existe uma dependência ao funcionalismo público, o que pode ocasionar a busca em outras atividades complementares como renda. É o que se verifica em 8,75% de professores que têm na agricultura, costura, comércio e atividades informais, outras atividades para aumentar a renda familiar.

Entendemos, então que todos os saberes constituídos exercem influência na constituição psíquica do sujeito, inferindo práticas e formas de perceber de um grupo social, mas também é marcado por aspectos subjetivos que pressupõe a peculiaridade de cada ser. Neste aspecto há um consenso entre alguns artigos e dissertações o quão desafiador e necessário é a implantação deste Plano de Formação. Não podemos negar o impacto de uma formação acadêmica na identidade dos indivíduos, como apontam os questionários analisados os professores se sentem mais preparados para o trabalho docente, e almejam que através desta preparação possam ter melhores condições no emprego, as questões subjetivas também são identificados quando percebemos que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

11,25% afirmam que o reconhecimento e auto-estima são pontos de transformação em suas vidas após o Parfor.

Como destaca Soares (2001, p.29), que discute a “*arquitetura da identidade*” no cenário educacional, as imposições da sociedade deslocam a essência existencial do sujeito, tornando-se objeto de outro. Ou seja, a pessoa passou a ser valorizada pela sua produção, ficando a identidade construída a partir das disposições íntimas, engolida pela função ou capacidade de criar opções inteligentes para o mercado. Em suma, este autor lança um olhar sobre como os cursos de licenciatura estão imbricados em uma dimensão complexa, o que acarreta para a educação, não apenas escolar, as responsabilidades sobre o “*eu*” da pessoa. As regiões que ainda não alcançaram o desenvolvimento seja ele econômico ou social, sofrem com a precariedade de vários elementos, o acesso pode ter sido facilitado através dos meios tecnológicos, contudo as informações ainda estão comprometidas, logo afetam o exercício da autonomia.

Essa inter-relação considera o contexto da formação, neste caso, a observação da nossa região estritamente relacionada ao desenvolvimento do pensamento social e cultural dos indivíduos, destacando os traços culturais, o valor atribuído à formação escolar da sociedade ribeirinha em contraste com o centro urbano, os investimentos e principalmente a geografia complexa que obedece ao ciclo sazonal dos rios (cheias e vazantes), essas são peculiaridades regionais que influenciam na análise do processo educacional no interior do Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na modernidade a educação foi investida da complexa tarefa de esclarecer e emancipar o homem dando-lhe condições para a construção de sua liberdade. O desafio então de formar professores é uma questão que deve ser enfrentada em diversos níveis, pois cada vez mais as agendas atualizadas de políticas educativas incluem a figura do professor e outros temas vinculados, por isso a importância de ressaltar alguns estudos que se reportam a discutir a política de formação pelo Parfor, em uma perspectiva de entender o impacto deste espaço formativo.

Diante disto, percebemos a necessidade de se refletir sobre a democratização da educação, e se esta realmente tem possibilitado uma qualidade no processo ensino-





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

aprendizagem, isto ajudaria a entender as práticas que se efetivaram na educação do Amazonas, principalmente em torno dos questionamentos de como o professor de maneira empírica se apropria de um saber e transforma em conhecimento científico.

Os professores-alunos do Parfor são os primeiros a serem impactados, e muitas vezes os últimos a serem “ouvidos”, não estamos realizando apenas uma referência estatística sobre a educação, estamos ressaltando as novas mudanças do processo educativo na Amazônia. Desta forma, evoca-se a necessidade de pesquisas voltadas ao professor da nossa região, do interior, aqueles que desenvolvem suas atividades nas aldeias, nas comunidades ribeirinhas, nas beiras dos rios e lagos da Amazônia profunda.

A partir dos dados apresentados percebe-se que houve um crescimento no percentual de professores com formação superior, entre os anos de 2010 e 2014. Provavelmente pela expansão das Universidades para os municípios do interior do Estado e a adesão ao Programa do Parfor. No entanto, os percentuais ainda encontram-se distantes das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2015, quando se esperava que 100% dos professores da Educação Básica tivessem formação superior.

Diante de tudo isso, é possível evidenciar o Parfor como um espaço de formação e interação, carregado de sentidos e significados, sendo esse um fator importante de socialização profissional e afirmação de valores próprios da profissão. E embora haja evidência de aperfeiçoamento e reestruturação do Parfor, conforme dados apresentados pelas pesquisas e relatório de gestão a adoção de medidas devem ser refletidas e efetivadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor presencial - manual operativo**. Brasília/DF: CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/ManualOperativoParformar13.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência em 1º de Julho de 2015**. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Indicadores Sociais, 2010. Disponível em: < <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/dados/> >. Acesso em: 10 junh. 2016.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília : Inep, 2009. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo> >. Acesso em: 05 Janeiro de 2016.

MEC. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica** Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/parfor/dados/> >. Acesso em: 10 julh. 2016.

MOREIRA, Alessandro Messias. **Ser professor: representação social e construção identitária**. 1ª ed., Curitiba: Apriis, 2015.

NEIVA, Luciana Franco de Oliveira. **Os processos identitários e de formação de saberes na Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica do IFPI– Floriano**. Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica./ Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 2, n. 2, p. 74-91, jul. / dez. 2014.

OLIVEIRA, Jorge Barbosa. **O curso de Pedagogia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) no município de São Paulo de Olivença (AM)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

PESSOA, Protásio Lopes. **História da Missão de Santa Tereza D’Avila dos Tupebas Tefé**. Manaus, AM: Editora Novo Tempo LTDA, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PINTO, Renan Freitas (Org.). **O diário do padre Samuel Fritz**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Fac

RODRIGUES, Eubia Andréa. **“Rede Urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões”**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Manaus: UFAM, 2011.

SANTOS, Lucíola de Castro. **Identidade docente em tempos de educação inclusiva**. In Formação de professores: políticas e debates – Ilma Passos, Alencastro Veiga, Ana Lúcia. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

SILVEIRA, Cristiane; COELHO, Leni; HOLANDA, Yomarley. **A Formação do Professor no Interior da Amazônia: trajetórias e perspectivas do estágio supervisionado**. In: ROSSI, Marisa; COELHO, Leni; SILVA, Fabrício (Orgs.). Desafios da Educação e da Saúde no Interior do Amazonas – Curitiba, PR: CRV, 2012.

SOUZA, Valdinei Costa. **Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade**. Brasil Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 58 jul.-set., Universidade de Brasília, DF, 2014.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O REFLEXO DO JOGO DENTRO DE UMA COMUNIDADE URBANA INDÍGENA NO AMAZONAS THE REFLECTION OF THE GAME WITHIN AN INDIGENOUS URBAN COMMUNITY IN THE AMAZON

Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes¹
 Artemis de Araujo Soares²

Resumo: Falar dos povos indígenas não é uma tarefa fácil, é fundamental o acompanhamento *in loco* para conhecer e posteriormente explicar aos que se interessam pela temática. O artigo trata das práticas corporais, especificamente do cotidiano utilitário da comunidade indígena Tukano - São João, localizada no quilômetro 03 da BR – 174 no Estado do Amazonas. Relata o cotidiano utilitário de um jovem indígena que busca manter as tradições de seu povo para as gerações futuras. Quando analisamos essas práticas sob a égide do dia-a-dia e como se dá as atividades desenvolvidas pelo índio, verificamos que o objetivo de manter a cosmologia e suas tradições é de suma importância para a comunidade, além de pontuarmos sobre a linguagem utilizada no esporte mundial, o futebol. O trabalho está baseado no registro das informações dadas pelo indígena durante as entrevistas. Os procedimentos metodológicos que utilizamos foram: técnica da entrevista, histórico fotográfico e observação direta das atividades.

Palavras-Chave: Povo Tukano; Povos Tradicionais; Corporeidade Indígena.

Abstract: Talking about indigenous peoples is not an easy task, it is fundamental to monitor them in loco to get to know and then explain to those who are interested in the subject. The article deals with corporal practices, specifically the utilitarian daily life of the Tukano - São João indigenous community, located at kilometer 03 of BR - 174 in the State of Amazonas. It reports on the utilitarian daily life of an indigenous youth who seeks to maintain the traditions of his people for future generations. When we analyze these practices under the aegis of everyday life and how the activities developed by the Indian take place, we find that the goal of maintaining cosmology and its traditions is of paramount importance to the community, as well as punctuating the language used in the World sport, football. The work is based on the record of the information given by the

¹ Jornalista. Doutoranda e Mestra do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM/PPGSCA). Especialista em Informática Aplicada à Educação, pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). MBA em Gerenciamento de Projetos. Especializanda em Ética pela UFAM. E-mail: joycekarolinepontes@gmail.com (Manaus-AM- Brasil).

² Doutora em Educação Física. Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Diretora da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – Universidade Federal do Amazonas. E-mail: artemissoares@yahoo.com.br (Manaus-AM- Brasil).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

indigenous during the interviews. The methodological procedures we used were: interview technique, photographic history and direct observation of activities.

Keywords: Tukano people; Traditional Peoples; Indigenous Corporeity.

INTRODUÇÃO

Falar dos povos indígenas não é uma tarefa fácil, é fundamental o acompanhamento *in loco*, para conhecer e posteriormente explicar aos que se interessam pela temática. Pensando em expandir e propagar os conhecimentos sobre o povo *Tukano*, foi realizada no dia 17 de maio de 2014 foi uma visita técnica na Comunidade indígena São João, localizada no quilômetro 03 da BR – 174, por discentes de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM).

A visitação durou aproximadamente três horas e foi supervisionada pela Professora Doutora Artemis de Araújo Soares, ministrante da disciplina: Cultura Corporal dos Povos Tradicionais. Durante a pesquisa, foram levados instrumentos de coletas de dados como máquina fotográfica, questionário e gravador para a coleta das informações, além da observação participante. O objetivo do trabalho foi mostrar sobre as práticas corporais: cotidianos utilitários. Nesta pesquisa relataremos um pouco sobre a vida de um jovem indígena e sua inserção no mundo dos “brancos”, além da função social do apelido no jogo de futebol e como se dá esse cotidiano, haja vista que a comunidade visitada é da etnia *Tukano*.

Inserção do indígena no mundo dos “brancos”

O indígena desde os tempos dos viajantes e colonizadores foi visto como um ser preguiçoso, selvagem, sem cultura. Tanto que recebeu destes as seguintes nomenclaturas: Índio que significa “sem Deus” e Tapuia.

As diferenças de estratégias e visões estão fundamentadas nas estruturas culturais preexistentes e nas experiências de cada povo indígena. “Quanto aos Tukanos, sofreram influências das ambiguidades e antagonismos oriundos da interdependência com o contato com os brancos e os anseios da autonomia”(FARIA, 2003, p.27).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Amazonas possui 178 Terras Indígenas, que correspondem a 42 milhões de hectares e 30% de território do Estado, onde 95% são preservadas; a população é de 168 mil habitantes, sendo 64 povos que falam 29 línguas³

Sidney Pena da Silva (Fig.1), ou melhor, *Akuto* em *Tukano*, na época tinha 27 anos de idade, saiu de São Gabriel da Cachoeira em 1998 (município distante a 852 quilômetros de Manaus) para viver na capital amazonense e estudar em um curso superior. Filho da pedagoga e servidora da Fundação Nacional do Índio (Funai), tem quatro irmãos mais novos.



Fig. 1 – Acervo das autoras (2014)

Com o pai falecido, sua mãe sempre o incentivou a estudar para ajudar a sua comunidade *Tukana*. O futebol, esporte que antes praticava com seus parentes, deixou de lado, para investir no curso de graduação Pedagogia Intercultural Indígena, feito na forma de um vestibular especial, ofertado na Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Eu fiz o curso de Pedagogia Intercultural Indígena na UEA. O curso para mim foi de suma importância porque através dele eu posso ajudar a minha mãe, ajudar a escola indígena a manter a cultura, a língua materna, as tradições. E manter uma vida digna para os meus parentes, passar o conhecimento para as outras gerações (Depoimento de Sidney Pena da Silva em 17/05/2014).

Quando Sidney era pequeno, falava apenas *Tukano*, mas com a diferença da língua, quando foi viver em Manaus, teve que aprender a Língua Portuguesa com sua mãe para se inserir no grupo social. Atualmente, com a falta de prática já vem perdendo algumas palavras *Tukanas* de seu vocabulário e isso foi constatado durante a entrevista para esta pesquisa.

³ Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Consultar em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2014.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Questionado sobre o casamento, o indígena ressaltou que não pensa ainda nesta possibilidade, mas que quando chegar o momento se casará com uma pessoa de sua escolha, indígena ou não. Mas a critério de sua mãe o ideal seria uma mulher do povo *Tukano*. Nesse contexto verifica-se que os costumes antigos estão sendo deixados de lado, e com a contemporaneidade o índio acaba perdendo suas características tradicionais, incluindo as vestimentas.

Para fazer o ritual, os Tukanos sempre se baseavam nos climas de verão, inverno, olhando nas estrelas de Constelações, e nas posições da Lua. Conforme acordo na tribo, os Pajés faziam os Casamentos, narravam a criação do Mundo, narravam a divisão de Grupos Tukanos, narravam sobre hierarquia antiga. Por ordem dos Chefes, os pajés praticavam costumes antigos, e só admitiam que os filhos tivessem esposas, depois de fazer cerimônias rituais de casamento (GENTIL, 2005, p.121).

Dentro da comunidade as aulas com a língua indígena acontecem dias de terça-feira, sexta e sábado para todos os membros sem exceção de faixa-etária. Os ensinamentos dados pelo seu tio preservam a cultura, pois aprendem a gramática *Tukano*, significados de cada palavra e objetos, erguer a cultura é a principal finalidade de manter o ensino. Uma das tradições que são ensinadas dentro da comunidade é a pajelança de cura feita nos meninos, com uma vara, o pajé bate nas costas do primogênito quando este está na faixa etária dos dez a 11 anos.

As residências dos indígenas (Fig.2) já não possuem o estilo de oca com palha e ficam próximas ao Centro Cultural do Grupo *Bayaroa*, com paredes de alvenaria com telhado de palha e bambu, o que nos faz constatar que para sair do isolamento, os indígenas se emolduraram no padrão social da cidade, deixando a padronização de sua moradia de lado.



Fig. 2 – Acervo das autoras (2014)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Na Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988, especificamente, no Capítulo III, Artigo 210, asseguram-se aos índios a formação básica comum e o respeito aos seus valores culturais e artísticos⁴,

§2.º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Expondo a prática esportiva, Sidney da Silva, diz que a comunidade tem time de futebol masculino e sua mãe, é a técnica e faz a organização dos jogadores. Os jogos acontecem com maior frequência aos sábados, haja vista, quando tem principalmente reuniões, aulas, entre outras atividades que envolva a todos os membros da comunidade.

Jogamos bola só quando é valendo e os prêmios antigamente era um boi, caixa de cerveja e rancho, em 2013 ficamos nas últimas posições no futebol, porque não treinamos o suficiente e montamos na hora o time. Geralmente sou o goleiro do time, e é o que tem mais movimento, nós nos aquecemos antes com uma corridinha e caminhada de aproximadamente 15 minutos (Depoimento de Sidney Pena da Silva em 17/05/2014).

Antes de iniciar o jogo ninguém tem apelido, mas basta começar o bate bola que eles começam a surgir, principalmente palavras que para eles são tidas como xingamentos tais como: *Apeye! Nt* = joga mais peste; *Omachn* = joga mais rápido; *Dega*= Bola. A partir daí outros vão surgindo. Crianças indígenas (Fig.3) utilizam o futebol, como uma prática de recreação e lazer no chão de areia.



Fig. 3 – Acervo das autoras (2014)

⁴ Artigo 210 da CF – Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para o indígena (Fig.4) o apelido é bom para incentivar e estimular o jogo, mas eles preferem apelidar na Língua Portuguesa, porque na Língua *Tukana* não há uma tradução para todas as coisas e objetos como o *Nhengatú*⁵.



Fig. 4 – Acervo das autoras (2014)

O campo de futebol é um espaço com grama e barro, possui duas traves, apesar de enferrujadas auxilia os indígenas e comunitários que lá nas proximidades vivem, a praticarem uma modalidade esportiva.

Segundo (GRANDO, 2010, p.68) no levantamento bibliográfico feito, foi localizado o primeiro registro do jogo de bola entre indígenas, no Acre, datado de 1910, em texto de João Alberto Massô, intitulado *Os Índios Cachararys*. Este povo se compunha à época, por aproximadamente duas mil pessoas que viviam às margens do rio Ituxy:

Além dos entretenimentos habituais dos silvícolas, os Cachararys divertem-se com o jogo da bola, o qual se aproxima do football. A bola que empregam é de caucho bem impressada, pesando seguramente uns três kilos. Os jogadores revestem o joelho e o pé correspondente com uma pelle qualquer. O jogo é feito no verão, no tempo da secca, em terreno bem nivelado e limpo, de dois hectares aproximadamente. Organiza-se a partida e imediatamente uma comissão visita as malocas amigas para fazer os convites da festa que terá lugar dali a tantas luas e, precisamente, no tempo marcado reúnem-se quase todos os moradores da tribo, havendo além do tal jogo outras distrações muito animadas. O football começa no meio do maior entusiasmo, sendo observadas as regras estabelecidas. Os prêmios que se devem conferir ficam em exposições, que são miçangas diversas, mui curiosas, da indústria indígena.

⁵ Língua considerada universal dos povos indígenas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Entre os princípios do jogo de futebol, não é permitida a inferioridade numérica entre os times, porque se a equipe tiver um número menor de jogadores, será mais fácil para o adversário ocupar o espaço, e assim recuperar a bola e ir em direção ao gol.

O objetivo do jogo é recuperar a bola, defender para o time adversário não atacar. E para isso, o time deve assegurar a manutenção da posse de bola, passando apenas para os componentes da própria equipe. O jogo é praticado em qualquer época do ano, sem situação determinada e é disseminado através da prática entre crianças e jovens e adultos. Em relação às regras constitutivas, podemos verificar que o futebol é um acontecimento social e possui muitas regras que o caracterizam: 1) As regras de inventário (da situação inventada) – o jogo acontece com a bola nos pés; 2) As regras da pessoa (jogador/esportista) – um jogador não pode segurar o jogador do outro time; 3) As regras das zonas (espaços) – um jogador não pode tocar a bola com as mãos na área; 4) As regras do tempo – o jogador não pode demorar muito para chutar o pênalti; 5) As regras da ação – o jogador deve chutar a gol. (GRANDO, 2010, p.70)

Reduzir o espaço do adversário também é um dos princípios do jogo, porque se torna fácil em recuperar a bola, que é o objeto utilizado durante a diversão, para criar situações de finalizações cuja finalidade é tentar fazer gol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser um jogo tradicional no mundo, sua lógica interna revela que é uma atividade que depende de espaço delimitado que é um campo de futebol com dois gols, não tem tempo pré-determinado, mas possui regras pré-estabelecidas.

A sua execução exige dos participantes algumas qualidades como concentração, habilidade com os pés, coordenação motora, memória, paciência, e execução de defesa, dentre outras. Para o jogador atingir seu objetivo que é fazer o gol, são feitas tentativas que são denominadas como falta, escanteio, pênalti, repetindo procedimentos até conseguir pontuar no gol.

Portanto, percebe-se que os indígenas utilizam os mesmos princípios utilizados mundialmente no mundo do futebol, que envolve o ataque, cobertura ofensiva, mobilidade, noção do espaço, defesa com cobertura defensiva, equilíbrio e concentração.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

FARIA, Ivani Ferreira de. **Território e Territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro.** – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

GENTIL, Gabriel dos Santos. **Povo Tukano – cultura, história e valores.** – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

GRANDO, Beleni Salete. **Jogos e culturas indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola** - Cuiabá: EdUFMT, 2010.

GIDDENS, Anthony, 1997, **Novas regras do método sociológico**, Lisboa : Gradiva.

MAUSS, M., 1998, **Sociologia e Antropologia**, São Paulo : Cosac & Naify, 2003.

OTERO, F. L & BURGUÉS, P. L., 2003, **Introducción a La praxologia motriz**, Barcelona : Paidotribo.

RIBAS, João Francisco Magno, 2000), **Copa do Mundo de Futebol : deu a lógica, praxiológica**, Revista Metropolitana de Ciências do Movimento Humano, FMU, São Paulo, SP. Ano V, Nº 1.

SOARES, A. A., 2004, **Ritual Tikuna e o Corpo-aproximações com o desporto** 1. ed. Porto-Portugal : FADE, Universidade do Porto.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O TURISMO DE BASE COMUNITARIA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO NA COMUNIDADE DE NAZARÉ, MUNICIPIO DE PARINTINS/AM

THE COMMUNITY BASED TOURISM AS DEVELOPMENT FACTOR IN SOCIOECONOMIC NAZARETH COMMUNITY, MUNICIPALITY OF PARINTINS/AM

¹Wendell Lima Bandeira
wendellbandeira@hotmail.com;

²Mírian de Araújo Mafra Castro
mirianaraujo2233@gmail.com;

³Sandra Helena da Silva (Orientadora)
sandrahsf@gmail.com

Resumo: O turismo de base comunitária mostra-se uma força econômica capaz de mudar a realidade das comunidades onde esse tipo de turismo é desenvolvido, o que se torna diferenciado visto que os próprios comunitários são os agentes que estão diretamente ligados à gestão e desenvolvimento da atividade, e seus resultados econômicos, sociais e ambientais ficam inteiramente vinculados à região receptora do turismo. Diante disso, buscou-se como objetivo nessa pesquisa, analisar de que forma o TBC está relacionado ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental da comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, região do Zé Açu, zona rural do município de Parintins, e como a cooperativa, COOPAZÇU, está organizada para desenvolver essa atividade turística na região, aliando as questões culturais inerentes à comunidade como estratégia de desenvolvimento local. Dessa forma, utilizou-se metodologia de natureza qualitativa com abordagem na pesquisa de campo e exploratória para maior contato com o *modus vivendi* dos comunitários da localidade. Para a coleta de dados optou-se pela entrevista semiestruturada aplicado em grupo focal com a finalidade de traçar o perfil socioeconômico da comunidade e abordar temas relacionados com o consumo consciente dos recursos naturais disponíveis da região e a organização da cooperativa para o desenvolvimento do TBC como forma de geração de renda alternativa e desenvolvimento da localidade. Conclui-se, assim, que o TBC se torna fator fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade de Nazaré, que através da cooperativa COOPAZÇU, utiliza os valores culturais e ambientais da região para o desenvolvimento econômico da comunidade através da exploração da atividade turística.

Palavras-chave: Economia Criativa, Turismo de base comunitária, Desenvolvimento socioeconômico.

INTRODUÇÃO

¹ Bacharel em Administração. Pesquisador técnico da Incubadora Amazonas Indígena Criativa. UFAM

² Bacharela em Serviço Social. Pesquisadora Técnica da Incubadora Amazonas Indígena Criativa. UFAM

³ Professora Doutora do Curso de Serviço Social e Coordenadora da Incubadora Amazonas Indígena Criativa. UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O Turismo de Base Comunitária surge como um segmento da Economia Criativa, a partir de uma proposta de desenvolvimento local sustentável para diferentes regiões do Brasil, apoiada em projeto do Ministério da Cultura, Ministério do Turismo e seus parceiros. As atividades turísticas realizadas em comunidades buscam explorar os atrativos naturais e culturais, sob a visão de conservação ambiental, para levar desenvolvimento socioeconômico para as comunidades rurais onde é desenvolvido as atividades, tendo nos próprios comunitários os gestores dessa atividade.

Diante disso, este tem como objetivo analisar de que forma o TBC está relacionado com o desenvolvimento socioeconômico da comunidade de Nazaré, região do Zé Açu, município de Parintins/AM e como a cooperativa, COOPAZÇU, está organizada para desenvolver essa atividade turística na região, aliando as questões culturais inerentes à comunidade e a conscientização ambiental presente nos moradores da região com os turistas.

Para tanto, utilizou-se de embasamento teórico: a) economia criativa, b) Turismo e sustentabilidade como caminho para o desenvolvimento local. Tendo como resultados o surgimento da COOPAZÇU como estratégia de desenvolvimento socioeconômico através do desenvolvimento da atividade turística naquela região atrelado às questões sustentáveis como um dos princípios norteadores debatidos pela cooperativa.

Justifica-se, portanto, a produção do artigo sendo no campo de desenvolvimento socioeconômico local da comunidade de Nazaré, que fica na região do Zé Açu, utilizando a implantação do Turismo de Base comunitária de forma sustentável, como alternativa geração de trabalho e renda para as famílias da região, através da exploração dos recursos naturais disponíveis para a captação de turistas pela cooperativa local, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da localidade.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa com abordagem exploratória, apoiada na pesquisa de campo para maior contato com o objeto da pesquisa. O universo da pesquisa foram moradores da comunidade de Nazaré da Região do Zé Açu, município de Parintins. A amostra foi composta por 20 membros da cooperativa COOPAZÇU e moradores da comunidade de Nazaré que compareceram a uma reunião organizada





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Incubadora Amazonas Indígena Criativa - AmIC na referida comunidade para um diagnóstico da atividade turística na localidade.

A coleta de dados foi realizada através de entrevista de grupo focal, abordando temas relacionados ao meio ambiente, trabalho, utilização dos recursos naturais como atrativos turísticos para o desenvolvimento da região e a organização da cooperativa da comunidade para a exploração da atividade turística sustentável na comunidade.

ECONOMIA CRIATIVA

A emergência do conceito de economia criativa acontece no início do presente século, em meio a rápidas transformações da economia global, que podem ser sintetizadas pela intensificação da importância do conhecimento como recurso do sistema de produção. A tentativa é apreender um mundo onde criatividade, inovação e gerenciamento de riscos tornaram-se imperativos da competição econômica e, as ideias inovadoras fundamentadas na utilização maciça das novas tecnologias, para destacarem-se como geradoras de riquezas e de transformações sociais (MADEIRA, 2014).

A economia criativa incorpora um conjunto de atividades que têm no talento, na criatividade e na habilidade individual o seu principal insumo e cujos produtos geram propriedade intelectual. Entendem-se como atividades criativas as tradicionais, como artesanato e turismo, até as que envolvem a alta tecnologia como softwares e jogos eletrônicos (SILVA, 2012).

Segundo Miguez (2007) a economia criativa refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e compreendem desde atividades tradicionais às complexas cadeias produtivas, que pode abranger diversos campos de atividades como: arquitetura, artesanato, tecnologia, biojoias, dança, cinema, livros, mídias entre outros.

Nesse contexto, Reis (2008) diz que a economia criativa é transversal não somente as indústrias ou atividades complexas,

Mas a uma miríade de setores, como educação, turismo e meio ambiente. Este abrange não apenas a fauna e a flora, mas um complexo enredado de relações e processos de conhecimento e produção, criando uma ponte entre diversidade





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

cultural e biodiversidade e oferecendo uma gama de oportunidades, da gastronomia às biojoias (REIS, 2008 p. 37).

Diante do marco conceitual acerca da economia criativa, o desenvolvimento da comunidade de Nazaré através da exploração da atividade turística como propulsor do desenvolvimento socioeconômico da localidade está abarcado como segmento da economia criativa, devido os moradores utilizarem de seus conhecimentos empíricos acerca das potencialidades naturais presentes na região, transformando-as em atrativos turísticos capazes de serem utilizadas como forma de captação de visitantes para a localidade e transforma-la em alternativa de trabalho e renda para as famílias da região levando, assim, desenvolvimento para eles.

Percebe-se então que a economia criativa contribui bastante com o desenvolvimento dos setores que estão no seu segmento, inclusive o Turismo, relacionado com a EC, que devido aos grandes eventos dos últimos anos como copa do mundo de futebol e olimpíadas está em constante crescimento no Brasil. A diversidade cultural encontrada no Brasil, em especial nesse estudo a região rural do município de Parintins/AM, se torna fator predominante no desenvolvimento local através da comercialização de produtos e serviços que utilizam da criatividade para geração de valor intangível, onde podemos relacionar a produção e comercialização de *souvenir* com um fator que transmitem as características amazônicas através do desenvolvimento de produtos relacionados com a criatividade do artesão, imprimindo aspectos da cultura da região aos turistas, além de ser uma fonte de trabalho e renda para as famílias da comunidade local, que segundo Reis (2008, p.29) “a noção de criatividade é também associada à cultura pela sua unicidade, capaz de gerar produtos tangíveis com valores intangíveis”.

TURISMO E SUSTENTABILIDADE: NOVOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL

Segundo Barbosa (2008) a expressão sustentabilidade começou a se popularizar na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), conhecida como Comissão de Brundtland, onde foi produzido um relatório denominado como “Nosso Futuro Comum” onde se discutia a utilização dos recursos naturais de forma ecologicamente e sustentavelmente correta, assim como também a questão da equidade





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

social. Uma das formas para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável proposto foi o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ecoturismo, sendo chamado também de turismo sustentável.

Para Barros et al. (2008) o turismo sustentável é a combinação de um desenvolvimento com base em um crescimento econômico e equitativo, respeitando tradições e costumes locais, a biodiversidade e proporcionando relação de respeito entre os turistas e a comunidade.

Cruz (2009) põe o desenvolvimento local relacionado com o desenvolvimento sustentável, apontando para indiscutíveis convergências entre eles, deixando de enxergar o desenvolvimento numa visão positivista, onde se analisa o desenvolvimento apenas como crescimento de taxas e indicadores econômicos, mas sim como um desenvolvimento socioeconômico e ambiental para as famílias onde a atividade turística está sendo desenvolvida, gerando trabalho e renda para a comunidade.

Para Bezerra e Bursztyr (2000) o desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Seguindo o mesmo pensamento, Canepa (2007) afirma que

O desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro. (CANEPa, 2007, p.12).

Nessa perspectiva, o turismo como uma forma de desenvolvimento socioeconômico sustentável na comunidade de Nazaré se dar a partir da organização da cooperativa presente na comunidade que é responsável pelo desenvolvimento da atividade turística na região, onde utilizam seus conhecimentos sobre a cultura, fauna, flora etc., para sensibilizar os visitantes a conhecerem a localidade a fim de desenvolver atividades turísticas na qual os próprios comunitários e cooperados são os responsáveis pela sua gestão. Dessa forma, a atividade turística tornou-se uma forma de geração de trabalho e renda para a comunidade, levando desenvolvimento através dos trabalhos realizados. Vale destacar que o desenvolvimento do turismo não se dar de forma desordenada, a cooperativa tem se organizado para desenvolver o turismo na região como uma estratégia



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de desenvolvimento da comunidade, não só desenvolvimento econômico, mas também social e ambiental.

Nesse sentido, o desenvolvimento da atividade turística na região do Zé Açu, na comunidade de Nazaré, vem sendo desenvolvido de forma sustentável pelos comunitários da localidade, as atividades de conscientização ambiental vem ganhando força no últimos anos pelo fato do despertar da comunidade em utilizar de forma equilibrada os recursos que estão disponíveis na comunidade, para que no futuro não fiquem escassos e acabem com o turismo da localidade.

Ruschmann (1997) fala a respeito do desenvolvimento do turismo sustentável, segundo ele,

Para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição de seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos. (RUCHMANN, 1997, p. 108).

Essa é a proposta de turismo que a cooperativa vem desenvolvendo na comunidade de Nazaré, caracterizado pelo turismo de base comunitária, pelo fato dos próprios comunitários da região ser os protagonistas da atividade e a renda proveniente do turismo ficar na própria comunidade, fazendo com que haja desenvolvimento socioeconômico para a região através da exploração do TBC.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE NAZARÉ/AM

O TBC pode ser entendido como uma combinação dos tipos de turismo que são desenvolvidos através do contato com a natureza e utilização dos recursos naturais, tais como: Turismo Rural, turismo ecológico, turismo ambiental, turismo de aventura e Agroturismo, porém sua especificidade se dar pelo fato da comunidade receptora do turismo ser a própria responsável pela gestão da atividade, partindo em contra posição do turismo de massa, na qual os comunitários são apenas agentes envolvidos no desenvolvimento do turismo, mas não fazem parte da gestão, deixando a cargo de grandes empresas. Diante disso, as modalidades turísticas vêm sofrendo transformações com o decorrer da conscientização ambiental e a valorização social, havendo a necessidade de surgir um novo modelo de desenvolvimento turístico que valoriza os conceitos de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sustentabilidade e desenvolvimento regional, sendo protagonizado por comunidades locais.

As concepções de turismo de base comunitária devem construir relações de trabalho justas, promovendo a inclusão e a cooperação de todos, proteção do meio ambiente e serem desenvolvidos pelos próprios comunitários da localidade, assim Irving (2009, p.111) diz que “o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo”.

O turismo precisa se integrar na economia local e no desenvolvimento territorial, evitando tornar-se um elemento de desequilíbrio, preservando e resgatando a cultura das populações, harmonizando-se com as atividades tradicionais, promovendo a preservação do patrimônio histórico e natural, dinamizando a economia local e promovendo oportunidades de inclusão socioeconômica.

Segundo Coriolano e Lima (2003) o turismo comunitário é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de uma localidade que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para o melhoramento da qualidade de vida dos moradores da região.

Diante do exposto, o turismo é global e possui muitas vertentes, perpassando por diversas tipologias, indo de turismo esportivo até o turismo de base comunitária ou turismo comunitário, este segundo foi o principal tipo de turismo abordado nesse trabalho, pelo fato dos potenciais turísticos da comunidade de Nazaré ser explorados pelos próprios atores do espaço e também a forma como a cooperativa vem desenvolvendo à atividade turística naquela região, utilizando o turismo como uma estratégia de desenvolvimento local e geração de renda para os comunitários, dessa forma estabelecendo relações com as características inerentes ao TBC.

Para tanto, faz-se necessário trabalhar diretamente algumas características próprias do TBC para o seu bom desenvolvimento, como: a) Comunidade, b) Indústria Turística e c) Meio Ambiente. Esses fatores fazem do TBC o tipo de turismo realizado em locais em que os comunitários buscam se desenvolver de forma sustentável a região a partir das peculiaridades existente na localidade junto com seu conhecimento empírico sobre os elementos endógenos, moldando-se em um tipo de turismo comunitário sustentável, preocupado com a proteção do ambiente e desenvolvimento de uma atividade turística de sucesso. O TBC na comunidade de Nazaré/AM vem sendo desenvolvido através da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

cooperativa presente na localidade, na qual é responsável pela organização da atividade juntamente com os cooperados e comunitários não-cooperados da região, onde nos últimos dois anos essa atividade tem se mostrado como forte fator de colaboração de trabalho e renda para as famílias que estão diretamente e indiretamente envolvidas no desenvolvimento dessa atividade.

Para Maldonado (2009) o TBC vem se consolidando na última década no Brasil como um modo de organização do turismo em escala local. As iniciativas começaram a se articular e juntas conseguiram influenciar na formulação de políticas públicas para o fortalecimento da atividade, mas, no entanto, principalmente no Estado do Amazonas, muito ainda precisar ser feito visto que o turismo nessa região tem recebido pouca atenção no que concerne às melhorias para sua estruturação. Sendo esse um dos fatores de barreira para o desenvolvimento da atividade turística na região do Zé Açu, o baixo investimento na infraestrutura da região por parte do poder público, o que faz que a COOPAZÇU monte estratégias para contornar essa dificuldade e levar desenvolvimento socioeconômico para localidade através da exploração dos recursos naturais de forma consciente.

Nesse contexto, com base na aplicação do questionário com os agentes envolvidos na cadeia de turismo acerca da sua percepção da importância do turismo para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, observou-se que eles têm conhecimento do que é o turismo e como ele pode servir de estratégia para o desenvolvimento local para a comunidade. A importância da cooperativa da região é muito importante para que as famílias possam viver em melhores condições de vida, e as famílias da comunidade de Nazaré/AM percebem que a cooperativa traz uma nova oportunidade de melhoria da qualidade de vida para a população, conforme a análise do dístico do cooperado Sr. Onezinho quando questionado sobre o papel econômico e social da cooperativa para a melhoria da qualidade de vida dos comunitários da região:

Então, o objetivo da cooperativa é fazer com que os comunitários vivam com igual ou mais de um salário mínimo, porque se não for pra isso é melhor nem começar, se for pra piorar minhas condições de vida não vale a pena, então a cooperativa, ela tem que melhorar essas condições de vida. (Entrevista, Sr. ONEZINHO, 2016).

Diante disso, a COOPAZÇU mostra-se com um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da comunidade de Nazaré/AM, trabalhando o desenvolvimento da atividade turística na região como estratégia de geração de trabalho e renda para os comunitários da localidade, trabalhando de forma





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sustentável para que as envolvidos do trade turístico utilizem de forma consciente os recursos disponíveis na região sem degradar o meio ambiente.

CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE AGROTURISMO E SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES DO ZÉ AÇU – COOPAZÇU

A COOPAZÇU tem se organizado desde seu surgimento, em 2014, para viabilizar a implantação e desenvolvimento do TBC de forma sustentável na comunidade de Nazaré/AM, região do Zé Açú. Durante o decorrer dos anos são inúmeras as atividades que vem sendo organizada e desenvolvidas pela cooperativa, que abrange desde a utilização dos atrativos naturais disponíveis na região, a manifestação cultural típica da localidade e a conscientização ambiental dos visitantes e comunitários, conforme a figura 01.

Figura 01: Representação dos atrativos turísticos da comunidade de Nazaré/AM



Fonte: Incubadora Amazonas Indígena Criativa, 2016.

Inicialmente o meio de organização da comunidade era uma Associação de Produtores Rurais de Nazaré – ASPROZARÉ, que já realizava atividades há mais de 17 anos na comunidade, porém os comunitários perceberam que para realizar determinadas atividades ambientais, como vigília de lagos e o manejo de quelônios entre outras atividades turísticas, que pensavam para a região, necessitariam de recursos financeiros e humanos e neste sentido se empenharam para criar uma cooperativa visando a sustentabilidade de suas ações na região. Nesse sentido, no ano de 2014, deu-se a iniciativa da criação da cooperativa COOPAZÇU que a partir de então deu continuidade as atividades na região que outrora já eram desenvolvidas pela associação.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Acerca da organização da cooperativa, foram descritos alguns dados importantes coletados junto ao líder da comunidade, tais como:

Público Alvo da cooperativa: A Cooperativa de Agroturismo e Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das Comunidades do Zé Açu – COOPAZÇU; visa atender público alvo bem diversificado, podendo ser turistas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, pois, a região do Zé Açu é formada diversas comunidades que estão próximas à rota dos navios turísticos. As belezas naturais são exuberantes e indicam uma série de potenciais turísticos que podem ser explorados de maneira sustentável na localidade. No estado organizacional em que a cooperativa se encontra hoje, ainda não há viabilidade de práticas de determinadas atividades, visto ainda está em processo de legalização, organização, adequação e treinamento dos cooperados para melhor desenvolverem seu papel dentro da organização.

Localização da cooperativa: Localizada na zona rural do município de Parintins-AM, esta que fica aproximadamente a cerca de 369 km da capital Manaus, a cooperativa (COOPAZÇU) está assentada no lago do Zé Açu, região ribeirinha que abrange em torno de 12 comunidades, onde os próprios moradores dessa região fazem parte dessa cooperativa. Atualmente a organização conta com 29 cooperados registrados, mas somente 15 pessoas estão atuando efetivamente, pois alguns já deixaram de participar em razão de terem outros afazeres e não terem tempo de dedicação à cooperativa.

A média de idade dos cooperados é de 43 anos, aparentemente um pouco já avançada, mas que aos poucos está se trabalhando um pouco mais o envolvimento de pessoas mais novas, como por exemplo, por meio de oficinas que estão sendo realizadas na comunidade sede da cooperativa em parceria Incubadora-AmIC, Universidade Federal do Amazonas e projeto Pé de Pincha, que são instituições e projetos parceiros que trabalham a questão do desenvolvimento sustentável por meio de ações.

Criação da cooperativa: A cooperativa foi criada a partir de uma observação feita pelos comunitários que detectaram uma oportunidade que poderia gerar algo rentável para aquela localidade e com isso contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável das famílias residentes nas comunidades daquela região, como conta o Sr. Samuel Santos (presidente da Cooperativa):

Assim, passamos cinco anos, assim, foi sonhar com as chegadas dos turistas em nossa comunidade, primeiro porque tem um grande fluxo de embarcações que dá final de semana, aí depois a gente pensou em se organizar, né? Aí depois veio os parceiros, a Universidade da UFAM, né? Através dos professores, aí





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

eles deram as palestras, perguntaram pra gente, o que vocês querem mesmo? Uma Cooperativa? Vocês querem uma Associação? Aí nós falamos que queríamos uma cooperativa de turismo, porque o fluxo de pessoas aqui no Zé Açu é muito grande, é um dos potenciais que nós temos (Entrevista, SAMUEL SANTOS, 2016).

Atualmente a cooperativa COOPAZÇU juntamente com a Incubadora Amazonas Indígena Criativa - AmIC, que é atualmente uma forte parceira da cooperativa no fortalecimento da organização da cooperativa na parte de gestão, estão estudando e colocando em prática um plano de ação para o melhor ordenamento da atividade turística na comunidade para levar renda e estratégia de desenvolvimento social, econômico e ambiental da região.

Na parte de gestão da COOPAZÇU, foi realizado, primeiramente, junto com a parceria da incubadora AmIC uma análise SWOT para identificar a realidade que a cooperativa se encontrava na sua organização como entidade promotora de desenvolvimento social e econômico. Onde verificou algumas fragilidades que estão sendo corrigidas para a melhor organização da mesma para a diminuição de ineficiência das atividades na comunidade. Conforme a Tabela 01.

Tabela 01 - Análise SWOT da COOPAZÇU

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Localidade	Estrutura	Festival Folclórico	Empresas de turismo da cidade
Percepção dos atrativos naturais	Falta de organização	Navios transatlânticos	Fatores Climáticos
Conhecimento empírico	Mão-de-obra qualificada	Identidade Cultural	Falta de costume
Atrativos Naturais			

Fonte: Incubadora Amazonas Indígena Criativa, 2016.

Diante da análise Swot da COOPAZÇU, pôde-se analisar que através das oportunidades que o ambiente externo oferece, pode-se utilizar as forças que a cooperativa tem para o fortalecimento das atividades que estão sendo desenvolvidas e o melhoramento na gestão da mesma. Neste sentido a Incubadora AmIC como parceira da cooperativa vem trabalhando juntamente com os membros da cooperativa e os líderes da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

comunidade para desenvolver eixos relacionados ao melhoramento do serviço oferecido pela COOPAZÇU e a gestão da atividade turística na região para que através dessas melhorias os trabalhos realizados venha a impulsionar o desenvolvimento da localidade na tríade social, econômica e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto amazônico o turismo de base comunitária se apresenta como uma modalidade estratégica de forma de integração da renda para as populações, que vivem essencialmente de atividades extrativistas e de agricultura de subsistência, podendo contribuir na redução de impactos sobre os recursos naturais, como instrumento de valorização e preservação do patrimônio natural e de resgate da identidade cultural e como política de promoção de um modelo econômico coletivo e solidário apropriado à realidade das populações tradicionais da região.

A COOPAZÇU ao longo de suas atividades desenvolvidas na comunidade de Nazaré/AM, tem se mobilizado para buscar o melhoramento de sua gestão, valorizando o seu patrimônio natural e cultural e levando desenvolvimento socioeconômico para as famílias que estão ligadas às atividades turísticas, sociais e ambientais que são desenvolvidas pela cooperativa. Porém, a cooperativa tem como desafio para desenvolver suas potencialidades na atividade do Turismo de Base Comunitária a criação da rede de parceiros, a formalização da cooperativa e a necessidade de interação dos comunitários entre as faixas de idades para o exercício das funções a serem oferecidas e a visão de futuro, visando à sustentabilidade da cooperativa nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

- REIS, Ana Carla Fonseca (org). *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- MADEIRA, Mariana Gonçalves. *Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira* / Mariana Gonçalves Madeira. – Brasília: FUNAG, 2014.
- SILVA, Francisco Raniere. *As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa: reflexões sobre a realidade brasileira* Revista NAU Social - V.3, N.4, p. 111-121, Maio/Out 2012.
- MIGUEZ, P. Economia Criativa: uma discussão preliminar. 2007. p 95-114. In: *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Organização NUSSBAUMER, G. M. EDUFBA, Salvador. 2007. 257p.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- BARBOSA, Gisele Silva. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Revista visões 4^a ed, nº4, volume I. 2008.
- BARROS, Marcelo Oliveira, et al. *O desenvolvimento do turismo: uma visão sistêmica*. Franca - SP. 4^o congresso Brasileiro de Sistemas. 2008.
- CRUZ, Rita de Cassia A. da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. In: *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*/Roberto Bartholo, Davis Gruber Sonsolo, Ivan Bursztyn, organizadores. Rio de janeiro: Letra e imagem, 2009. 92-107.
- BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. *Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.
- CANEPA, Carla. *Cidades Sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade*. São Paulo: Editora RCS, 2007, p.12.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. 14^a edição. Campinas, SP. Papirus, 1997 (Coleção Turismo).
- IRVING, Marta de Azedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*/Roberto Bartholo, Davis Gruber Sonsolo, Ivan Bursztyn, organizadores. Rio de janeiro: Letra e imagem, 2009.
- CORIOLOANO, L. N. M; LIMA, L. C. *Turismo comunitário e responsabilidade sócio-ambiental*. Ceará: EDUECE, 2003.
- MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América latina. In: *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*/Roberto Bartholo, Davis Gruber Sonsolo, Ivan Bursztyn, organizadores. Rio de janeiro: Letra e imagem, 2009. 25-44.
- SANTOS, Samuel. *Diagnostico de implantação do turismo de base comunitária*. Entrevista oral. Duração de 44min e 22s. Realizada no dia 11 de junho de 2016.
- ONEZINHO. *Diagnostico de implantação do turismo de base comunitária*. Entrevista oral. Duração de 44min e 22s. Realizada no dia 11 de junho de 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

OS BENZEDEIROS DO APUI NO ESTADO DO AMAZONAS

Rosimay Corrêa¹

Priscila Freire Rodrigues²

RESUMO

A benzedura é uma prática muito usada na cura de doenças na Amazônia. Através do Projeto de Pesquisa Coletânea de saberes: uso tradicional de plantas medicinais pelas comunidades do Sul do Estado do Amazonas pode-se estudar esta prática de cura, em especial, no município de Apuí. Com suporte teórico da Antropologia e Sociologia de Lévi-Strauss, Mauss, Maués e outros, produziu-se este artigo visando discutir a relação saúde e fé na prática dos benzedeiros. Assim, percebeu-se que estes agentes possuem um papel social importante dentro desse universo espiritual marcado pelo sincretismo cultural, típico dos países colonizados.

Palavras chave: benzedeiros, saúde, plantas medicinais, fé.

ABSTRACT

The benzedura is a very common practice in curing diseases in the Amazon. Through Project Collection Survey knowledge: traditional use of medicinal plants by the communities of Southern Amazonas State can study this healing practice, especially in the municipality of Apuí. With theoretical support of Sociology and Anthropology of Lévi-Strauss, Mauss, Maués and others, took place this article in order to discuss the relationship between health and faith in the practice of benzedeiros. Thus, it was realized that these agents have an important social role within this spiritual universe marked by typical of the colonized countries cultural syncretism.

Keywords: benzedeiros, health, herbal, faith.

1-INTRODUÇÃO

Viver a vida com saúde é um dos principais objetivos dos seres humanos. A dor provocada pela doença desequilibra a rotina das pessoas e as aproxima do medo da morte. Esse medo levou os primeiros homens à esfera religiosa por desejarem a eternidade e, por crerem que, as coisas existentes no mundo pertenceriam aos deuses e aos mortos. Daí a criação dos primeiros contratos entre os povos e os deuses a fim de assegurarem a fertilidade do solo, das mulheres e dos animais e, principalmente afastarem o espectro da morte (MAUSS, 1974).

¹ Profa. MSc do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM/CAMPUS –Parintins. E –mail: rosimaycorrea@bol.com.br Cel.: 9212-2457

² Profa. MSc. Da Universidade do Estado do Amazonas – UEA – Manaus/AM.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para curar as doenças, os diferentes povos, de acordo com o espaço geográfico, desenvolveram conhecimentos através do uso de plantas medicinais. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 80% da população mundial já fez uso de erva medicinal no tratamento de doenças (Apud ARAÚJO & BATISTA, 2008). Na Amazônia, acredita-se que, além do uso das plantas medicinais, as rezas possuem poderes terapêuticos, pois “possuem em si próprias o poder de curar” (Galvão, 1976). Essas orações são utilizadas pelos benzedeiros para tratar todo tipo de doenças, como: dor de dente, espinha na garganta, quebranto², desmintidura³, rasgadura⁴ ou mal olhado⁵.

A medicina tradicional é resultado do conhecimento empírico acumulado ao longo dos tempos pelas diversas populações. Esses saberes foram repassados de geração a geração no qual o uso dos recursos naturais no preparo de remédios se tornou uma alternativa, às vezes, a única disponível⁶ para os que moram longe dos centros urbanos ou até para aqueles que creem que nem tudo é curado pela medicina convencional. Segundo Wagley (1988), “Os indígenas acreditavam que toda doença tinha uma origem mágica ou sobrenatural; resultava de um castigo imposto por um espírito das selvas [...]”. Dessa maneira, a cura desses males requeria um tipo específico de tratamento, como: massagens, defumações⁷, rezas, chás ou banhos.

Nos municípios do Amazonas é muito comum ouvir falar da atuação dos pajés⁸, dos benzedeiros ou das parteiras no tratamento de várias doenças. Eles são pessoas comuns, como as demais de seu meio social, mas que, acreditam possuir um dom especial que é curar doenças. Geralmente, a benzedura é realizada na casa do benzedeiro ou na residência do doente e, conforme o prestígio, aquele poderá se deslocar às outras cidades, tendo suas despesas custeadas pela família do doente.

² “Este é uma forma de mal-estar atribuída o mais das vezes a fatores de ordem não natural” (GALVÃO, 1976).

³ Segundo Trindade (2013) as desmentidoras são lesões ortopédicas ou musculares que os consertadores de ossos realizam o tratamento por meio de determinação divina.

⁴ Seria o rompimento da carne devido a um grande esforço. (TRINDADE, 2013)

⁵ “O mau-olhado de bicho, como as outras formas de mau-olhado, causa uma fortíssima dor de cabeça” (MAUÉS, 1999)

⁶ CERETTA, Celestino, Pe., 1941-. *História da Igreja na Amazônia Central* / Celestino. Manaus: Valer, 2008.

⁷ É feita pela fumaça do cigarro que é muitas vezes fabricado na região e enrolado na folha do tauari. Este é o nome de uma planta da região, há muito tempo usada pelos índios do norte e centro do Brasil na fabricação de cigarro. (GALVÃO, 1976)

⁸ Segundo Yamã (2004) existem três categorias de pajés. O primeiro é o sacerdote e mediador entre os sobrenaturais e os homens; o segundo é o feiticeiro mau que realiza trabalhos para a prática do mal e o terceiro é o médico caseiro o que utiliza seus conhecimentos para a prática da medicina tradicional, fabricando remédios caseiros e fazendo ‘puxações’ para recolocar ossos no lugar.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Através do Projeto de pesquisa Coletânea de saberes: uso tradicional de plantas medicinais pelas comunidades do Sul do Estado do Amazonas, financiado pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM teve-se a oportunidade de pesquisar, entre outros, a relação entre crença e saúde na prática da benzedura no município de Apuí. Utilizou-se a técnica da entrevista aberta com dois dos mais conhecidos benzedeiros que atuam nesse município do sul do Amazonas, distante 408 quilômetros da capital amazonense. Através dessas entrevistas pode-se perceber como os benzedeiros utilizam as rezas e as ervas no tratamento das doenças, porém, nesse artigo, será apresentado apenas um desses benzedeiros, o Sr. Adelino. A escolha desse benzedeiro se deu pela riqueza de informações encontradas em seus depoimentos, colhidos no decorrer desta pesquisa. Assim, este artigo se propõe discutir antropológica e sociologicamente a relação entre a fé e a saúde no contexto da prática da benzedura. Na perspectiva antropológica, utilizou-se a teoria de Lévi-Strauss para entender a relação entre o benzedeiro e sua magia⁹. Na perspectiva sociológica, se discute a relação social criada entre benzedeiros e seus clientes cuja característica é a reciprocidade, em virtude de, pertencerem, na maioria das vezes, à mesma classe social e compartilharem das mesmas crenças, hábitos e costumes¹⁰.

2- A PRÁTICA DA BENZEDURA E A “PAJELANÇA CABOCLA”

O uso da erva medicinal representa anos de contato e de um apurado conhecimento empírico para a identificação e utilização de acordo com o fim medicinal desejado. Isso os benzedeiros sabem muito bem fazer, além de, segundo Galvão (1976), deterem um tipo de conhecimento que os médicos não têm que são as benzeduras. Segundo Trindade (2013), benzer é fazer o sinal da cruz no doente e isso faz parte do ritual da cura, pois a cruz é símbolo do sofrimento de Cristo cujo significado é a libertação dos males. A cura feita pelos benzedeiros baseia-se nessa crença de que este símbolo tem o poder de libertar o corpo das diversas doenças.

⁹ A magia é caracterizada pelos seguintes elementos: predomínio do rito sobre o mito; predomínio da iniciativa individual sobre a coletiva hierarquizada; predomínio das intenções malélicas sobre as benéficas; apelo a técnicas ambíguas e de medicina; apelo a poderes espirituais malévolos. (PIAZZA: 1976).

¹⁰ “[...] são estados de opinião, consistem em representações” (DURKHEIM, 1989).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Maués (1999) conceitua o conhecimento da medicina popular como “pajelança cabocla”, isto é, “conjunto de práticas de cura xamanística, com origem em crenças e costumes dos antigos índios Tupinambás, sincretizados pelo contato com o branco e o negro, desde pelo menos a segunda metade do século XVIII”. A principal figura da “pajelança cabocla” é o pajé, cuja atuação se dá através da incorporação de seres invisíveis, chamados de “encantados”. Segundo Galvão (1976), o encantado é a força mágica vinda dos seres sobrenaturais, cujo poder pode agir sobre pessoas, animais, plantas ou objetos.

De acordo com as pesquisas de Maués (1999), realizadas no estado do Pará, a sessão de pajelança ocorre, basicamente, da seguinte forma: ela inicia com uma oração feita diante das imagens de santos católicos, em seguida, os seres encantados incorporam no pajé, um a um, mudando a voz e a postura dele diante dos presentes na sessão, de acordo com o espírito incorporado. Durante a sessão, são usados alguns objetos, como: maracás, cigarros, bebidas, fitas coloridas, água e outros. Durante a incorporação dos espíritos o doente recebe a receita de chás e banhos para o seu tratamento. Em seguida, as pessoas presentes na sessão também se consultam pedindo boa sorte ou a ajuda para a cura de algum mal. Ao término das consultas, o ajudante do pajé reza o Pai Nosso e Ave Maria, depois, bate com a mão direita aberta na testa do pajé e o chama pelo nome para retornar a si.

Observa-se que, não existe preocupação, por parte do pajé, de provar racionalmente a eficácia terapêutica deste tipo de tratamento. Na verdade, o elemento essencial dessa prática medicinal é a crença. Crer no poder terapêutico de uma erva ou de uma benção é parte do processo da cura, pois, caso contrário, o doente recorreria apenas à medicina moderna. Se bem que, longe dos centros urbanos, a população desassistida pelo atendimento médico nos postos e hospitais opta pela medicina alternativa, “[...] em função da facilidade de acesso, do baixo custo e da compatibilidade cultural com as tradições populares” (ARAÚJO & BATISTA, 2008). Até quando o atendimento médico está à disposição, segundo Galvão (1976), a população não dispensa a ajuda de um benzedor ou de um remédio caseiro. Daí que as plantas medicinais podem ser encontradas nos jardins ou nos quintais, cultivadas, justamente, para socorrerem numa emergência.

2.1- O benzedor e a cura





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Em *O feiticeiro e sua magia*, Lévi-Strauss (1975) expôs os três aspectos fundamentais que explicam a eficácia da magia: a crença do feiticeiro no seu poder de cura, a crença do doente no poder do feiticeiro e a confiança e exigências da opinião coletiva em torno da prática do feiticeiro. Tais elementos criam sobre a imagem do feiticeiro uma esfera de força e poder onde se crê em sua capacidade de curar as doenças. No que tange aos benzedeiros, a eficácia de sua atuação também está ligada ao conjunto destes elementos. O benzedeiro acredita ser possuidor de um dom dado por Deus para curar doenças. O doente, ao buscar a ajuda do benzedeiro, demonstra sua crença na possibilidade de ser curado por ele. A cada sucesso de cura, o benzedeiro constrói sua identidade diante da coletividade, primeiro em seu seio familiar, depois entre vizinhos, até se estender para fora do seu núcleo familiar (GALVÃO, 1976). Neste momento a crença no poder do benzedeiro se espalha à localidade onde ele vive, podendo também, expandir para outros lugares.

Se o benzedeiro crê em seu poder e o doente, deposita nele a fé de encontrar o fim de seu sofrimento, isto cria, em torno da prática da benzedura, uma atmosfera de poder e esperança. Assim, a crença na magia compartilhada pela coletividade proporciona às pessoas a sensação de que o benzedeiro possui de fato o poder de efetuar a cura, como afirma Levi- Strauss (1975) “Quesalid não se tornou um grande feiticeiro porque curava seus doentes, ele curava seus doentes porque se tinha tornado um grande feiticeiro”. A crença na cura é tão forte que a sensação do bem estar da recuperação da saúde poderá ser instantâneo.

Os lugares onde existem benzedeiros ou feiticeiros representam a visão mágica predominante através da qual a coletividade percebe a realidade. A força do benzedeiro não vem dele mesmo ou de Deus, como ele crê, mas do universo de crenças compartilhadas pelo grupo ao qual ele pertence. Nos grandes centros urbanos onde a visão científica predomina, os benzedeiros têm seu espaço reduzido às áreas periféricas das cidades, muitas vezes sofrendo discriminação.

2.2- A prática da benzedura em Apuí-Amazonas

O Sr. Adelino Cruz da Silva, natural do Rio Grande do Sul, veio para o Estado do Amazonas em 1983 em busca de melhores condições de vida. Segundo ele, “Esse negócio [benzedura] eu aprendi com o dom de Deus porque ninguém me ensinou”. Um de seus



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

relatos de cura fala de certa mulher, vítima de acidente em Apuí, que sofreu lesões graves nos quadris impossibilitando-a de mexer as pernas. Depois de oito dias internada no hospital, ele foi chamado para ajudar neste caso. Auxiliado por duas enfermeiras e, com o consentimento do médico e do marido da vítima, este benzedeiro recolocou a “bacia” da mulher no lugar e logo ela pôde andar. Surpreso, o médico indagou o benzedeiro acerca do sucesso desse tratamento e recebeu a seguinte resposta: “O senhor tem que ter fé. A fé diz uma história na Bíblia, doutor, que a fé ti curará”. Ter fé é depositar toda confiança nas ações realizadas em função dos objetivos pretendidos, como o ocorrido nesta situação acima descrita. Veja que as enfermeiras seguiram às ordens do benzedeiro sem nenhum questionamento. Acompanhe como se deu esse tratamento, segundo o relato do próprio benzedeiro:

Ela chegou entrou e perguntou pra mim: - O que eu tenho que fazer Sr. Adelino? Eu digo: - A senhora vai pegar um pé dessa dona e a outra vai pegar outro e na hora que eu mandar vocês irão puxar pra fora, no sentido que ela caiu. Ela estava deitada de costa, eu pedi licença. Deixa-me vê a “bacia”, coitadinha da mulher, ainda perguntou: - Tem que tirar a roupa, Sr. Adelino? Digo: - Não senhora, não carece não. Peguei, firmei a “bacia” e mandei puxarem um pouquinho. Aí ela falou: - Não vai mais, Sr. Adelino! Eu digo: - Vai, ela saiu obrigada vai ter que voltar obrigada, puxa mais um pouquinho! Eu senti quando escapou o pino da bacia eu estava com a mão encima né! Eu digo: - Agora você traz de volta bem lento, quanto mais lento melhor. Elas vinham trazendo devagarinho, aí eu senti quando encaixou. Eu digo: Pronto, pode largar. Eu digo: Agora a senhora mexe as pernas. Aí ela mexeu um lado, mexeu a outra. Eu digo: - A senhora não fazia isso? Ela disse: - Não. Aí, eu então disse: - A senhora levanta de pé agora. Ela levantou em pé. Eu digo: - Agora, a senhora vai lá na porta e volta. Aí ela disse: Mas será que eu aguento? Eu disse: Aguenta. Eu mandei uma vez, ela foi quatro vezes e voltou e sentou na beira da cama e sorriu pra mim. – Sr. Adelino, quando é que eu tenho alta? Eu olhei pra ela e digo: Dona, eu não vim aqui dar alta pra senhora, é este homem aqui que é seu doutor, é seu médico, é ele que dá alta pra senhora. Mas a senhora vai ter que respeitar a lei da medicina, eu digo o dado é 48 horas de observação, mas como a senhora tá boa, talvez de tarde ele deve dá alta pra senhora. Mas a senhora vai ter que cumprir a ordem, ficar de observação até a hora que ele der alta pra senhora. Ela ficou até de tarde ele não deu alta.

De acordo com a fala acima, o benzedeiro reconhece que o hospital é o local de atuação exclusiva do médico, no qual ele adota todos os procedimentos da medicina convencional aprendidos na universidade. Dar alta à paciente seria para o Sr. Adelino, uma invasão deste território, daí a razão dessas palavras:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

[...] é este homem aqui que é seu doutor, é seu médico, é ele que dá alta pra senhora. Mas a senhora vai ter que respeitar a lei da medicina, eu digo o dado é 48 horas de observação, mas como a senhora tá boa, talvez de tarde ele deve dá alta pra senhora.

Este fato demonstrou que o uso da medicina tradicional poderá servir de complemento para o trabalho do médico. Pois, apesar do benzedeiro não possuir o conhecimento científico, ainda assim, ele possui o conhecimento empírico adquirido por anos de trabalho cuidando dos doentes. E essa prática tem o reconhecimento de muitas pessoas, pois segundo Galvão (1976), muitos ainda recorrem ao tratamento médico e às benzedadeiras para completar sua cura.

Apesar disso, o Sr. Adelino não crê na possibilidade do médico e ele atuarem juntos em todas as ocasiões, pois se um dia aquele viesse falhar, a culpa cairia sobre ele, como se lê a seguir:

Eu digo, doutor, podia até trabalhar com você, mas é o seguinte, enquanto dá tudo certo, tá tudo bem, mil maravilhas, mas o dia que der uma coisa errada, o senhor como doutor vai ser o primeiro a me denunciar, será o primeiro a me “canetear”. - Não, Sr. Adelino, eu não faço isso não. - Faz, eu sei que faz. Doutor duas coisas que eu não tenho fiança, é em polícia e médico, polícia se precisar prende o próprio pai, ele é obrigado a prender, e, o médico se ele matar ou morreu na operação, ele não tem compromisso nenhum, morre, morre na operação.

A atuação do médico, segundo as palavras deste benzedeiro, é desprovida de qualquer sentimento ou emoção, ela é mecânica e sem nenhum laço afetivo ou social com o paciente. O que não ocorre, durante o tratamento realizado pelos benzedeiros, pois segundo Trindade (2013), os pacientes tratados pelas benzedadeiras no município de Parintins, Baixo Amazonas, se identificam socialmente com elas, principalmente pela ausência de formalidade e pela linguagem simples que predomina durante todo o tratamento das doenças.

A desconfiança expressa nas palavras deste benzedeiro pode estar relacionada ao preconceito, devido a sua prática, muitas vezes, não receber, por parte da medicina convencional, o reconhecimento merecido. Como explica Wagley (1988), que um determinado médico de Itá¹¹ levantou campanha para combater a prática dos pajés, sob a acusação de uso ilegal da medicina. A partir daí, os pajés passaram a realizar seus

¹¹ Nome fictício dado por este pesquisador a um município do Baixo Amazonas no qual realizou suas pesquisas.



trabalhos de cura clandestinamente para evitarem a perseguição por parte desse médico. Essa discriminação pode estar associada ao fato dos benzedeiros não possuírem formação acadêmica e, ainda, por serem oriundos das classes sociais baixas.

Mas, segundo Maués (1999), os pajés, o benzedeiro e a parteira são conhecedores de uma diversidade de remédios oriundos da fauna e da flora de nossa região. O conhecimento empírico adquirido tradicionalmente pelos benzedeiros é parte do saber local muito importante e necessário à prática da medicina tradicional. Segundo Morin (1997) é necessário reunir o que a razão cartesiana separou: a ciência e o mundo, o homem e a natureza, a matéria e o espírito, de modo que, todas as formas de conhecimento dialoguem entre si, pautadas na tolerância e na ética.

Para Trindade (2013), os benzedeiros não suportam serem confundidos com os feiticeiros ou macumbeiros, pois segundo sua pesquisa são termos de sentido pejorativo que remontam o tempo no qual estes agentes sociais foram perseguidos pela Igreja Católica. Para as benzedeiras, ainda neste pesquisador, a diferença é a seguinte:

A benção é uma prática gratuita, uma dádiva de Deus que deve ser partilhada, ficando explícito o compromisso de ajudar o próximo sem esperar recompensas. A retribuição financeira do benzido advém de sua consciência espontânea, diferentes dos macumbeiros que Dona Rosa¹² relaciona-os com o mal porque cobram por seus serviços, descaracterizando o comprometimento de ajudar o próximo, não tendo dessa maneira para ela uma ligação com Deus.

Dessa maneira, no imaginário dos benzedeiros, a diferença entre sua prática e a dos feiticeiros se dá pelo fato destes cobrarem pelo trabalho e, também, por muitos deles utilizarem seus conhecimentos para fazerem o mal às outras pessoas. Esta ideia se encontra nas pesquisas de Wagley (1988) quando afirma que “O pajeísmo liga-se à influências mágicas, curando doenças causadas por poderes sobrenaturais maléficos e por bruxarias”. Os benzedeiros seriam os especialistas que visam, através das orações, afastar os espíritos causadores das doenças, como também, por meio de massagens, colocar ossos no lugar, conter veneno de cobras e outros, gratuitamente. As suas práticas visam sempre a cura de doenças e o bem - estar das pessoas.

¹² Nome de uma das benzedeiras entrevistadas por este pesquisador.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O benzedeiro não cobra por seu trabalho, pois afirma que a fonte de seus conhecimentos é o dom recebido gratuitamente de Deus. Segundo o Sr. Adelino, o seu poder de cura se manifestou entre seus 9 e 10 anos. Sua primeira atividade de cura se deu no estancamento de sangue na perna de um rapaz. Sua avó ordenou que ele colocasse sua mão encima do corte, o que, segundo ele, teria contido a hemorragia. A partir disso, este benzedor passou a acreditar que sua missão consiste em ajudar as pessoas a alcançarem a cura, por isso ele não cobra pelo seu trabalho como faz o médico, ele pode aceitar doações, mas jamais poderá cobrar pelo ato da cura. Note-se esta percepção nas palavras do Sr. Adelino:

Aceito ajuda, mas não cobro as consultas, não são cobradas não. Porque tudo o que Deus dá é de graça, quem cobra está se exibindo e se cobrar não está buscando ajudar o próximo. Deus dá o poder para ajudar as pessoas. Se eu for cobrar pra arrumar uma pessoa eu vou viver da dor dos outros. Eu nunca cobrei e nem vou cobrar.

O dom recebido gratuitamente ou aprendido servirá, segundo o benzedeiro, para ajudar as pessoas e não para obter proveito do sofrimento alheio. A prática da benzedura é encarada por ele como uma missão e não como uma profissão. Por outro lado, ele não poderá rejeitar um “agrado” concedido pelas pessoas que receberam sua ajuda. O paciente que obteve a cura através da benção sente-se no dever de retribuir o bem recebido, pois segundo Mauss (1974), toda “gentileza” deve ser retribuída, seja aos deuses, seja para aquele que lhe fez uma “gentileza”. Assim, na maioria das vezes, o benzedeiro é recompensado com a doação de alimentos ou dinheiro que são aceitos na condição de esmola ofertada a Deus.

2.3 A cura se dá pela fé do doente

A fé do doente é elemento imprescindível para a eficácia do tratamento de sua doença. Até para curar doenças graves, o Sr. Adelino afirma ser ela a condição necessária para o tratamento. Veja-se mais um relato de cura realizado por este benzedor no município de Apuí:

Teve um senhor que veio aqui, que ele foi no Marcelino, fazer um check-up lá. Ele tinha próstata, daí o médico marcou operação pra ele, após trinta dias, ele devia voltar pra operar. Daí, ele veio aqui, eu digo: - Olha, se você fizer o remédio certinho eu ti curo, com fé em Deus tu



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

vai ficar são. Daí, fui ali, peguei uma plantinha, erva de bicho¹³, de lá tirei e falei: você leva isso aqui, não preciso fazer, o senhor leva e faz. Tira duas folhas de manga, ferve a folha de manga e essa aqui junto, e toma um, três, quatro dias que o senhor vai melhorar. Daí ele levantou. Tomou um litro, uns trinta dias, todo dia ele tomava no chimarrão, daí ele veio aqui e disse: - Não vou mais pra lá, estou bom. Eu disse: - Não, o senhor vai, o senhor não marcou pra operar? O doutor não é doido, ele vai bater um raios-X, uma ultrassom, alguma coisa pra vê aí. Ele não vai operar o senhor na doida, assim não. Daí, ele fez novos exames e o doutor falou pra ele: - Mas escuta, como é que o senhor sarou que a próstata não tem cura? Pois é, o senhor disse que não tem cura, mas pra Deus não tem nada impossível. E foi um senhor lá que fez um remédio pra mim e falou que eu ia ficar são e estou são. E até hoje não sofreu mais da próstata.

O relato acima indica a importância da fé do paciente na eficácia do tratamento proposto pelo benzedeiro. O que seria impossível para a medicina convencional, torna-se possível através da fé requerida na prática da benção.

As orações associadas ao uso das ervas medicinais compõem a prática da benzedura. A benzedura pode ocorrer numa ou mais sessões conforme a doença, variando de uma a três benções. Segundo o benzedor participante deste artigo, para curar “Peito aberto são três benzimentos”. As orações evocam, principalmente, o nome de Jesus, Maria e a Santíssima Trindade. Segundo Trindade (2013), o número três possui na doutrina cristã um forte significado por estar ligado, entre outros motivos, ao fato de ter ocorrido a ressurreição de Cristo no terceiro dia. Segundo o Sr. Adelino, para curar a doença conhecida como amarelão deve-se fazer a seguinte oração:

Com uma faca de ponta, risca o pé da pessoa na cinza, daí corta cruzado assim, e faz oração. [...] Vai Jesus e mãe de quem nasceu é a rocha consagrada é o mistério da cruz. Jesus por ti, Jesus a par de ti, o que é mais parecido contra ti, tem o menino por ti. Os poderes de Deus são valentes, o Espírito Santo socorre-me. Minha Virgem me amparai, minha Virgem não me desampare. Corpo morto e lado aberto, o sangue do meu senhor Jesus Cristo será coberto, ser também no seu quarto, te livre e te guarde de todos teus inimigos os que dizes ser teus inimigos. Beijo na santa cruz liberta assim, quem me ama tem a luz, beija na santa terra, beija a terra quem me ama não se peca. Cruz, cruz o senhor morreu em ti, pois amor chega em ti e tu nos faz companhia, por enquanto não navegarei, nem deu experiência eterna, assumindo o corpo, Maria, José amém. Fica curado.

¹³ *Polygonum*, da fam. das poligonáceas, de uso medicinal, como estimulantes, diuréticas, anti-helmínticas, e tb. no tratamento da gonorreia, das hemorroidas, de úlceras e da erisipela.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A influência do catolicismo nas orações feitas pelos benzedeiros, durante as sessões de cura, é marcante, assim como se percebe a influência de crenças indígenas quando se aceita a ideia de que o mal é causado por um espírito, expulso somente através da evocação dos espíritos do bem.

As curas efetuadas pelos benzedeiros são continuamente lembradas em seu meio social e até recomendadas a outras pessoas. Assim, o benzedeiro se torna conhecido e respeitado no seu grupo social, pois “Sua fama passa a domínio público” (Galvão, 1976). Como o que ocorre, por exemplo, com o Sr. Adelino cuja fama ultrapassou os limites do seu município. O tratamento das dores na coluna e ossos quebrados, por exemplo, segundo ele, nunca falhou o que aumenta seu prestígio diante das pessoas. Assim, ele é procurado também por gente da alta sociedade, como o que ocorreu com uma autoridade política que, segundo este benzedor, o procurou para tratar suas dores nas costas. A cura também foi alcançada através de massagens e benção no local das dores do doente.

A crença no poder das rezas e no poder terapêutico das ervas compõem o universo simbólico das benzeduras que, apesar das contestações feitas pelo catolicismo predominante, ainda existem nos centros urbanos apesar do predomínio do racionalismo científico (WAGLEY, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de o homem comum não poder demonstrar racionalmente a ação terapêutica das ervas medicinais, das massagens ou das defumações, não desvaloriza a eficácia deste tipo de tratamento para as pessoas que nela acreditam. No universo simbólico do homem amazônico, esse tipo de tratamento tem eficácia sim, pois o elemento que sustenta a sua atuação não é a razão e sim a crença ou a fé no poder terapêutico das ervas e técnicas de massagens, conhecimento acumulado de geração a geração. Dessa forma, a cura das doenças através da prática da benzedura representa o universo imaginário no qual estes agentes sociais estão inseridos, cuja característica principal é a ausência do controle da racionalidade científica. Nela, persiste a crença na cura pela fé através das orações e do uso das ervas medicinais existentes nos quintais das casas dessas populações. Outra situação percebida nesta pesquisa é de que a relação social construída entre benzedeiros e clientes é de reciprocidade, em razão da identificação social existente entre eles. Isso permite ao paciente sentir-se à vontade para relatar ao benzedeiro ou a benzedeira todas as suas queixas. Essa homogeneidade social permite um diálogo isonômico entre esses agentes



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sociais e contribui para o fortalecimento da crença na capacidade de cura do benzedeiro. Dessa maneira, a prática da benzedura persiste no contexto amazônico concomitante à medicina convencional, ambas atuando na cura das doenças que cabe a cada uma delas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Solange Pires de & BATISTA, Iêda Hortêncio. Plantas medicinais: uso e prática, ciência e crença. In: Marupiará: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins, Ano I, n.1(2008). Parintins: UEA, 2008
- CERETTA, Celestino, Pe.,1941-. *História da Igreja na Amazônia Central*/ Celestino. Manaus: Valer, 2008.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. Trad. Joaquim Pereira Neto. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1989.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. In: Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1975.
- MAUÉS, Raimundo Heraldo. *Uma outra “invenção” da Amazônia : religiões, histórias e identidades*. Belém: Cejup, 1999.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. V.II. 37-184.
- MORIN, Edgar. *O Método 4: As ideias- habitat, vidas costume, organização*. Tradução Juremir Machado. Porto Alegre: Sulina,2001.
- PIAZZA, Waldomiro. *Introdução à Fenomenologia Religiosa*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- TRINDADE, Deilson do Carmo. *As Benzedeiras de Parintins: práticas rezas e simpatias*./ Deilson do Carmo Trindade. Manaus: Edua,2013.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem dos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- YAMÃ, Jaguarê. *Urutópiag: A religião dos pajés e dos espíritos da selva*. São Paulo: Ibrasa,2004.